SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 6ª REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)

21/09/2020
SEGUNDA-FEIRA
Após a 5ª Reunião da CRE

Presidente: Senador Nelsinho Trad
Vice-Presidente: Senador Marcos do Val

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM

6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL

Segunda-feira, Após a 5ª Reunião da CRE

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	**MSF 10/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR JAQUES WAGNER**	**13**
2	**MSF 11/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR ANTONIO ANASTASIA**	**87**
3	**MSF 12/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR FERNANDO COLLOR**	**149**
4	**MSF 13/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR ANTONIO ANASTASIA**	**226**
5	**MSF 16/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR MECIAS DE JESUS**	**304**
6	**MSF 25/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR ANTONIO ANASTASIA**	**344**

7	**MSF 17/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR FERNANDO COLLOR**	**412**
8	**MSF 19/2020** - Não Terminativo -	**SENADORA ELIZIANE GAMA**	**471**
9	**MSF 21/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR JARBAS VASCONCELOS**	**523**
10	**MSF 41/2020** - Não Terminativo -	**SENADOR CHICO RODRIGUES**	**596**

(23)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val

(19 titulares e 18 suplentes)

TITULARES				SUPLENTES		
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, REPUBLICANOS, PP)						
Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(10)	RR	3303-5291 / 5292	1	Renan Calheiros(MDB)(10)	AL	3303-2261
Jarbas Vasconcelos(MDB)(10)	PE	3303-3522 / 3593 / 3475	2	Fernando Bezerra Coelho(MDB)(10)	PE	3303-2182
Marcio Bittar(MDB)(10)	AC	3303-2115 / 2119 / 1652	3	Simone Tebet(MDB)(9)	MS	3303-1128
Esperidião Amin(PP)(12)	SC	3303-6446 / 6447 / 6454	4	Diego Tavares(PP)(5)(36)(22)	PB	3303-6788 / 6790
Ciro Nogueira(PP)(6)(18)(22)	PI	3303-6187 / 6188 / 6192	5	Vanderlan Cardoso(PSD)(11)	GO	3303-2092 / 2099
Bloco Parlamentar PSDB/PSL(PSDB, PSL)						
Roberto Rocha(PSDB)(8)(32)(33)	MA	3303-1437 / 1506	1	Izalci Lucas(PSDB)(8)(30)(28)(35)	DF	3303-6049 / 6050
Mara Gabrilli(PSDB)(8)	SP	3303-2191	2	Flávio Bolsonaro(REPUBLICANOS)(14)	RJ	3303-1717 / 1718
Major Olimpio(PSL)(13)	SP	3303-4177	3	Soraya Thronicke(PSL)(15)	MS	3303-1775
Bloco Parlamentar Senado Independente(REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)						
Kátia Abreu(PP)(3)	TO	3303-2464 / 2708 / 5771 / 2466	1	Acir Gurgacz(PDT)(3)	RO	3303-3131 / 3132
Randolfe Rodrigues(REDE)(3)	AP	3303-6777 / 6568	2	Flávio Arns(PODEMOS)(3)	PR	3303-6301
Eliziane Gama(CIDADANIA)(3)(26)	MA	3303-6741 / 6703	3	Veneziano Vital do Rêgo(PSB)(3)	PB	3303-2252 / 2481
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS)						
Fernando Collor(PROS)(7)(17)(21)	AL	3303-5783 / 5787	1	VAGO(7)		
Jaques Wagner(PT)(7)	BA	3303-6390 / 6391	2	Telmário Mota(PROS)(16)(7)	RR	3303-6315
Humberto Costa(PT)(24)	PE	3303-6285 / 6286				
PSD						
Nelsinho Trad(2)	MS	3303-6767 / 6768	1	Carlos Fávaro(2)(34)	MT	3303-6408
Antonio Anastasia(2)(31)	MG	3303-5717	2	Angelo Coronel(2)(31)	BA	3303-6103 / 6105
Bloco Parlamentar Vanguarda(DEM, PL, PSC)						
Chico Rodrigues(DEM)(4)	RR	3303-2281 / 2287	1	Marcos Rogério(DEM)(4)	RO	3303-6148
Zequinha Marinho(PSC)(4)	PA	3303-6623	2	Maria do Carmo Alves(DEM)(4)	SE	3303-1306 / 4055 / 2878
PODEMOS						
Marcos do Val(27)(20)	ES	3303-6747 / 6753	1	Elmano Férrer(27)(20)(29)	PI	3303-2415 / 3055 / 1015

(1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).

(2) Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).

(3) Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).

(4) Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

(5) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(6) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(7) Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).

(8) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).

(9) Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).

(10) Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).

(11) Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(12) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(13) Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).

(14) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).

(15) Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).

(16) Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).

(17) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).

(18) Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).

(19) Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)

(20) Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).

(21) Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
(22) Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
(23) A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
(24) Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
(25) Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
(26) Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
(27) Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE).
(28) Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
(29) Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
(30) Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
(31) Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
(32) Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
(33) Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente(Of. nº 22/2020-GLPSDB).
(34) Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
(35) Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão(Of. nº 35/2020-GLPSDB).
(36) Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): FLÁVIO EDUARDO DE OLIVEIRA SANTOS
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3496
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: cre@senado.leg.br

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56ª LEGISLATURA

Em 21 de setembro de 2020
(segunda-feira)
Após a 5ª Reunião da CRE

PAUTA

6ª Reunião, Extraordinária - Semipresencial

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

	Indicação de Autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

Retificações:
1. Inclusão do Ato da Comissão Diretora nº 09, de 2020 e
Mudança na relatoria da MSF 4, de 2020. (16/09/2020 10:09)
2. Fixa o horário de abertura da votação das Sabatinas. (18/09/2020 09:31)
3. Informação de reunião a ser realizada de forma semipresencial. (30/09/2020 20:08)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 10, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pronto para deliberação

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 11, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor NORBERTO MORETTI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), sediada em Montreal, Canadá.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Marcos do Val (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad hoc*: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 12, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Collor

Relatório: Pronto para deliberação

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 13, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO SOARES PACHECO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 16, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pronto para deliberação

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 6

MENSAGEM (SF) Nº 25, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do do Senhor MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Marcos do Val (Substituído por *Ad Hoc*)
Relatoria *Ad hoc*: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 7

MENSAGEM (SF) Nº 17, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de

29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Estônia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Marcio Bittar (Substituído por *Ad Hoc*)

Relatoria *Ad hoc*: Senador Fernando Collor

Relatório: Pronto para deliberação

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 8

MENSAGEM (SF) N° 19, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pronto para deliberação

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 9

MENSAGEM (SF) N° 21, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para

exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos

Relatório: Pronto para deliberação

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 10

MENSAGEM (SF) N° 41, DE 2020

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação.

Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada

Observações:

1) Com o relatório apresentado à Comissão e divulgado no portal do Senado Federal, fica concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 383, Inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

2) A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Textos da pauta:

Parecer **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Curriculum **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

Normas e diretrizes para a 6ª Reunião da CRE:

1. Os relatórios das Mensagens (SF) constantes na pauta foram apresentados à Comissão e divulgados pelo portal do Senado Federal. Assim, fica concedida vista coletiva **automática**, nos termos do art. 383, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.
2. A reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das senhoras e senhores senadores por sistema de videoconferência, para debate e leitura de relatório. Contudo, **a votação será obrigatoriamente presencial**, com 2 (duas) urnas de votação secreta ***drive-thru*** na entrada da Garagem Coberta e 3 (três) urnas de votação secreta na Ala Senador Alexandre Costa, sendo 2 (duas) urnas em frente ao Plenário 3 e 1 (uma) urna em seu interior. A votação será iniciada **2 (duas) horas** após o início da reunião.
3. Para otimizar os trabalhos, os indicados serão divididos em 3 (três) grupos com 2 (dois) embaixadores (**presenciais**) e 1 (um) grupo com 4 (quatro) embaixadores (***por sistema de videoconferência).*** As sabatinas começarão com a participação dos 2 (dois) senadores relatores do primeiro grupo a ser sabatinado, para as suas considerações. Em seguida, será concedida a palavra aos respectivos embaixadores, para apresentação de suas exposições iniciais. Por fim, será aberta a fase de inquirição, pelas senhoras e senhores senadores inscritos, e respostas, pelos embaixadores questionados. O procedimento será repetido com os 2 (dois) grupos seguintes e da mesma forma com o grupo de 4 (quatro) embaixadores a serem sabatinados *por sistema de videoconferência*. Ao final das 10 arguições, será realizada a apuração dos votos.
4. O acesso à Sala de Reunião estará restrito às senhoras e senhores senadores, às autoridades a serem sabatinadas, e aos funcionários da Secretaria de Comissões, no estrito exercício de suas atribuições;
5. Caso necessário, 1 (um) assessor poderá adentrar à Sala de Reunião para atender demanda do(a) respectivo(a) Senador(a), retirando-se após a finalidade cumprida.
6. As regras e procedimentos para a Reunião foram definidas para fins de prevenção da transmissão da Covid-19 no âmbito do Senado Federal e, no que couber, estão de acordo com o Decreto Legislativo nº 6, de 2020; com os Atos da Comissão Diretora nºs 7 e 9, de 2020; com os Atos do Presidente nºs 2, 3, 4 e 6 de 2020; com a Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 14, de 2020 e com o Ato da Diretoria Geral nº 4, de 2020.
7. Quaisquer questões adicionais serão decididas ou determinadas pelo Presidente da Comissão (RISF. Art. 89, I).

1

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 28, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 10, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
RELATOR: Senador Jaques Wagner

21 de Setembro de 2020

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

SF/20232.45161-17

RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 10, de 2020 (MSG nº 87/2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel.*

Relator: Senador **JAQUES WAGNER**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

A Mensagem Presidencial está acompanhada do currículo do indicado. Ele é filho de Segismundo Garcia de Freitas e Dalva Menandro Garcia de Freitas, tendo nascido em Resende/RJ, em 20 de abril de 1954.

Gerson Menandro Garcia de Freitas graduou-se em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN em 1975. Possui uma extensa lista de estudos de pós-graduação, que incluem: Mestrado em Ciências Militares, pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

(1984); Curso Avançado de Ciências Militares, no Fort Benning, Georgia, Estados Unidos (1987); Doutorado em Ciências Militares, pela Escola de Comando e Estado Maior – ECEME (1991); pós-graduação em Planejamento Estratégico, no War College, em Carlisle, Pensilvania, Estados Unidos (2011); e pós-graduação em Relações Governamentais, pelo INSPER, São Paulo (2019).

Entre os cargos e funções que desempenhou ao longo de sua vida profissional, achamos por bem destacar aqui: assessor brasileiro na Academia Militar de West Point, Estados Unidos, entre 1994 e 1996; Analista de Relações Internacionais, Operações, Gestão e Planejamento Estratégico do Estado Maior do Exército, de 1996 a 1998; Comandante de Batalhão em Uberlândia e do Corpo de Cadetes da AMAN, entre 1999 e 2003; Secretário-Geral do Exército e Coordenador-Geral dos Especialistas dos Estados-Membros da ONU, de 2005 a 2007; Vice-Chefe e Sub-Chefe do Estado Maior do Exército, em 2012; Comandante Militar do Planalto, de 2012 a 2014; Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa, entre 2014 e 2016; Comandante Militar do Oeste, de 2016 a 2017; Conselheiro Militar na Missão Permanente do Brasil na ONU, entre 2017 e 2019; atualmente é Gerente de Relações Institucionais e Governamentais da APEX-Brasil.

Além da dedicação profissional, grandemente voltada para a gestão de relações institucionais e internacionais, o Senhor Gerson Menandro Garcia de Freitas angariou ampla experiência em missões transitórias, seminários e congressos, também com foco nas relações internacionais.

Além do *curriculum vitae* do indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre o Estado de Israel e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao indicado.

As relações entre Brasil e Israel foram estabelecidas em 1949 e desde então têm sido marcadas pela cordialidade e amizade e pela paulatina construção de uma agenda bilateral positiva. A presença de significativa comunidade judaica no Brasil (cerca de 110 mil pessoas, segundo o último censo do IBGE), décima maior do mundo, também contribui para que Brasil e Israel tenham um relacionamento privilegiado.

Apesar da reduzida dimensão da área (apenas 20.770 km²) e da população (9,05 milhões de pessoas, em 2019), Israel tem PIB nominal de

SF/20232.45161-17

387 bilhões de dólares e PIB per capita anual de 42,8 mil dólares, com economia centrada em setores de alta tecnologia. O intercâmbio comercial de Israel com o resto do mundo, em dados de 2018, foi de 138,5 bilhões de dólares. As exportações somaram 61,9 bilhões e as exportações, 76,58 bilhões, representando um déficit comercial de 14,678 bilhões de dólares. Diamantes, equipamentos de alta tecnologia e produtos farmacêuticos estão entre os principais produtos exportados. Suas principais importações incluem petróleo bruto, grãos, matéria-prima e equipamentos militares. Israel geralmente registra déficits comerciais consideráveis, que são compensados pelo turismo e outras exportações de serviços, bem como influxos significativos de investimentos estrangeiros.

SF/20232.45161-17

Na última década, Israel esteve entre os seis principais parceiros comerciais brasileiros no Oriente Médio. Em 2019, o comércio voltou ao patamar de 2013, momento em que a balança de comércio atingiu 1,57 bilhão de dólares. Em 2019, as exportações brasileiras aumentaram 15,51% em relação ao mesmo período do ano passado e as importações subiram 3,04%. Ainda assim, as trocas comerciais bilaterais estão aquém do potencial de ambos os países (Israel é apenas o 57º destino das exportações brasileiras) e o comércio é estruturalmente deficitário para o Brasil.

Qualitativamente, a pauta exportadora de ambos os países se tem mantido constante. A lista brasileira para Israel está centrada em commodities. Segundo dados do Ministério da Economia, entre os principais itens exportados pelo Brasil em 2019, destacaram-se carne (32%) e soja e milho (25%). Entre as exportações israelenses para o Brasil em 2019, defensivos agrícolas e adubos responderam a 32,2% do total. Nesse contexto, além da exploração de novas áreas, há potencial para o crescimento das importações israelenses de carne brasileira, que estão em patamar significativamente inferior àquele dos países árabes.

No biênio 2016-2017, Israel foi o 4º maior exportador de armamentos para o Brasil, atrás de França, Itália e Estados Unidos da América.

Lembre-se, por fim, que, a partir do Acordo de Livre Comércio com o MERCOSUL, firmado em Montevidéu em 18 de fevereiro de 2007, Israel foi o primeiro país fora da América Latina a ter um acordo de livre comércio com o nosso Bloco.

Pela natureza de relatório informativo, e não de parecer, nos termos regimentais, não cabe aduzir outras considerações opinativas nesta

peça que se destina, essencialmente, a instruir a sabatina pelos ilustres senadores membros desta Comissão.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20232.45161-17

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 5ª Reunião da CRE
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Renan Calheiros (MDB)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	2. Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente
Marcio Bittar (MDB)	Presente	3. Simone Tebet (MDB)	
Esperidião Amin (PP)	Presente	4. Daniella Ribeiro (PP)	
Ciro Nogueira (PP)		5. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
Roberto Rocha (PSDB)		1. Izalci Lucas (PSDB)	Presente
Mara Gabrilli (PSDB)		2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS)	
Major Olimpio (PSL)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Kátia Abreu (PP)	Presente	1. Acir Gurgacz (PDT)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)	Presente	2. Flávio Arns (PODEMOS)	
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)			
Fernando Collor (PROS)	Presente	1. VAGO	
Jaques Wagner (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	Presente
Humberto Costa (PT)			
PSD			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	2. Angelo Coronel (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	Presente
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PODEMOS			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	1. Elmano Férrer (PODEMOS)	

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA 7

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 5ª Reunião da CRE
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Otto Alencar
Carlos Viana

8 Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 10/2020 - A.GERSON F- ISRAEL

Início da votação: 21/09/2020 18:00:00 Fim da votação: 21/09/2020 20:47:59

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,		**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,**	
MECIAS DE JESUS	**votou**	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**
MARCIO BITTAR	**votou**	3. SIMONE TEBET	
ESPERIDIÃO AMIN	**votou**	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		**Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)**	
ROBERTO ROCHA		1. IZALCI LUCAS	**votou**
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	**votou**	3. SORAYA THRONICKE	**votou**
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,		**Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,**	
KÁTIA ABREU		1. ACIR GURGACZ	**votou**
RANDOLFE RODRIGUES	**votou**	2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA	**votou**	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,**	
FERNANDO COLLOR	**votou**	1. VAGO	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	**votou**
HUMBERTO COSTA			
PSD		**PSD**	
NELSINHO TRAD	**votou**	1. CARLOS FÁVARO	**voto não computado**
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	2. ANGELO CORONEL	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)		**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)**	
CHICO RODRIGUES	**votou**	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO		2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS		**PODEMOS**	
MARCOS DO VAL	**votou**	1. ELMANO FÉRRER	

Votação:

TOTAL 16 SIM 15 NÃO 0 ABSTENÇÃO 1

Senador Nelsinho Trad
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 10/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NO ESTADO DE ISRAEL, COM 15 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E 1 ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

SF/20232.45161-17

RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 10, de 2020 (MSG nº 87/2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel.*

Relator: Senador **JAQUES WAGNER**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

A Mensagem Presidencial está acompanhada do currículo do indicado. Ele é filho de Segismundo Garcia de Freitas e Dalva Menandro Garcia de Freitas, tendo nascido em Resende/RJ, em 20 de abril de 1954.

Gerson Menandro Garcia de Freitas graduou-se em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN em 1975. Possui uma extensa lista de estudos de pós-graduação, que incluem: Mestrado em Ciências Militares, pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

(1984); Curso Avançado de Ciências Militares, no Fort Benning, Georgia, Estados Unidos (1987); Doutorado em Ciências Militares, pela Escola de Comando e Estado Maior – ECEME (1991); pós-graduação em Planejamento Estratégico, no War College, em Carlisle, Pensilvania, Estados Unidos (2011); e pós-graduação em Relações Governamentais, pelo INSPER, São Paulo (2019).

SF/20232.45161-17

Entre os cargos e funções que desempenhou ao longo de sua vida profissional, achamos por bem destacar aqui: assessor brasileiro na Academia Militar de West Point, Estados Unidos, entre 1994 e 1996; Analista de Relações Internacionais, Operações, Gestão e Planejamento Estratégico do Estado Maior do Exército, de 1996 a 1998; Comandante de Batalhão em Uberlândia e do Corpo de Cadetes da AMAN, entre 1999 e 2003; Secretário-Geral do Exército e Coordenador-Geral dos Especialistas dos Estados-Membros da ONU, de 2005 a 2007; Vice-Chefe e Sub-Chefe do Estado Maior do Exército, em 2012; Comandante Militar do Planalto, de 2012 a 2014; Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa, entre 2014 e 2016; Comandante Militar do Oeste, de 2016 a 2017; Conselheiro Militar na Missão Permanente do Brasil na ONU, entre 2017 e 2019; atualmente é Gerente de Relações Institucionais e Governamentais da APEX-Brasil.

Além da dedicação profissional, grandemente voltada para a gestão de relações institucionais e internacionais, o Senhor Gerson Menandro Garcia de Freitas angariou ampla experiência em missões transitórias, seminários e congressos, também com foco nas relações internacionais.

Além do *curriculum vitae* do indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre o Estado de Israel e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao indicado.

As relações entre Brasil e Israel foram estabelecidas em 1949 e desde então têm sido marcadas pela cordialidade e amizade e pela paulatina construção de uma agenda bilateral positiva. A presença de significativa comunidade judaica no Brasil (cerca de 110 mil pessoas, segundo o último censo do IBGE), décima maior do mundo, também contribui para que Brasil e Israel tenham um relacionamento privilegiado.

Apesar da reduzida dimensão da área (apenas 20.770 km²) e da população (9,05 milhões de pessoas, em 2019), Israel tem PIB nominal de

387 bilhões de dólares e PIB per capita anual de 42,8 mil dólares, com economia centrada em setores de alta tecnologia. O intercâmbio comercial de Israel com o resto do mundo, em dados de 2018, foi de 138,5 bilhões de dólares. As exportações somaram 61,9 bilhões e as exportações, 76,58 bilhões, representando um déficit comercial de 14,678 bilhões de dólares. Diamantes, equipamentos de alta tecnologia e produtos farmacêuticos estão entre os principais produtos exportados. Suas principais importações incluem petróleo bruto, grãos, matéria-prima e equipamentos militares. Israel geralmente registra déficits comerciais consideráveis, que são compensados pelo turismo e outras exportações de serviços, bem como influxos significativos de investimentos estrangeiros.

SF/20232.45161-17

Na última década, Israel esteve entre os seis principais parceiros comerciais brasileiros no Oriente Médio. Em 2019, o comércio voltou ao patamar de 2013, momento em que a balança de comércio atingiu 1,57 bilhão de dólares. Em 2019, as exportações brasileiras aumentaram 15,51% em relação ao mesmo período do ano passado e as importações subiram 3,04%. Ainda assim, as trocas comerciais bilaterais estão aquém do potencial de ambos os países (Israel é apenas o 57º destino das exportações brasileiras) e o comércio é estruturalmente deficitário para o Brasil.

Qualitativamente, a pauta exportadora de ambos os países se tem mantido constante. A lista brasileira para Israel está centrada em commodities. Segundo dados do Ministério da Economia, entre os principais itens exportados pelo Brasil em 2019, destacaram-se carne (32%) e soja e milho (25%). Entre as exportações israelenses para o Brasil em 2019, defensivos agrícolas e adubos responderam a 32,2% do total. Nesse contexto, além da exploração de novas áreas, há potencial para o crescimento das importações israelenses de carne brasileira, que estão em patamar significativamente inferior àquele dos países árabes.

No biênio 2016-2017, Israel foi o 4º maior exportador de armamentos para o Brasil, atrás de França, Itália e Estados Unidos da América.

Lembre-se, por fim, que, a partir do Acordo de Livre Comércio com o MERCOSUL, firmado em Montevidéu em 18 de fevereiro de 2007, Israel foi o primeiro país fora da América Latina a ter um acordo de livre comércio com o nosso Bloco.

Pela natureza de relatório informativo, e não de parecer, nos termos regimentais, não cabe aduzir outras considerações opinativas nesta

peça que se destina, essencialmente, a instruir a sabatina pelos ilustres senadores membros desta Comissão.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20232.45161-17

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 10, DE 2020

(nº 87/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS** para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel.

Os méritos do Senhor **GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00033/2020 MRE

Brasília, 26 de Fevereiro de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, **caput**, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o parágrafo único do artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS** para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 89 /2020/SG/PR

Brasília, 13 de março de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

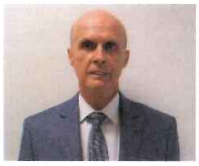
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado de Israel.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



CURRICULUM VITAE

GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS

1954 – Filho de Segismundo Garcia de Freitas e de Dalva Menandro Garcia de Freitas, nasce em 20 de abril, em Resende – RJ.

DADOS ACADÊMICOS

1975 - Bacharel em Ciências Militares – Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).
1982 – Pós-graduação em Elaboração de Currículos – UFRJ.
1984 - Mestrado em Ciências Militares – Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.
1987 - Curso Avançado de Ciências Militares – Fort Benning, GA – EUA.
1991 - Doutorado em Ciências Militares – Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME).
1997 – Pós-graduação em Supervisão Escolar – UFRJ.
2001 – Pós-graduação – MBA Executivo – Fundação Getúlio Vargas -RJ.
2001 – Pós-doutorado em Política, Estratégia e Alta Administração – ECEME.
2001 – Pós-graduação em Análise Prospectiva – Brainstorming Planejamento.
2011 - Pós-graduação em Planejamento Estratégico - War College - Carlisle, PA – EUA.
2016 – Pós-graduação em Gestão Estratégica – Fundação Dom Cabral – MG.
2019 – Pós-Graduação em Relações Governamentais – INSPER – SP.

FUNÇÕES

1976-1991 – Oficial subalterno e intermediário. Líder de tropa. Docente e discente.

1992-1994 – Analista de Relações Internacionais, Operações, Gestão e Planejamento Estratégico em área de fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai).

1994 -1996 – Assessor Brasileiro na Academia Militar de West Point (EUA) - Docência de Português, Geografia e História do Brasil, e de liderança na Academia do Exército dos EUA; promoção e participação em seminários e congressos vinculados à difusão do Brasil.

1996-1998 – Analista, no Estado-Maior do Exército (EME), de Relações Internacionais, Operações, Gestão e Planejamento Estratégico. **Assistente-Secretário** do Ministro do Exército.

1999 e 2000 – 2002 e 2003 - Comandante de Batalhão em Uberlândia – MG e **do Corpo de Cadetes** da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende – RJ – Planejamento e condução do ensino. Liderança em universo de mais de 2500 pessoas.

2004 e 2005 – Analista e Planejador, no Gabinete do Comandante do Exército, de educação, relações internacionais, comunicação social, inteligência, operações e planejamento estratégico.

2005-2007 – Secretário-Geral do Exército e Coordenador–Geral dos Especialistas dos Estados Membros da ONU, para o banimento de minas terrestres em Genebra-Suíça. Elaboração dos atos normativos institucionais e intenso intercâmbio com órgãos públicos.

2007-2008 – Comandante e Diretor de Ensino da AMAN. Liderança de efetivo de 4000 pessoas. Representante brasileiro em eventos internacionais sobre as novas ameaças e desafios para a liderança. Intercâmbios com instituições nacionais e com 18 países na área da educação.

2012 – Vice-Chefe e Subchefe do EME – Responsável pelo relacionamento internacional com mais de 50 países e Organismos Internacionais; atuação conjunta com Órgãos Públicos, nas áreas de Relações Exteriores, Meio Ambiente, Minas e Energia e Justiça; representante da Defesa na Corte Interamericana de Direitos Humanos (San José-Costa Rica); coordenador do Centro de Estudos Estratégicos do Exército; responsável pelo planejamento das Operações de Paz do Brasil, sob a égide da ONU; intercâmbio sobre a conjuntura internacional com o Exército de Israel.

2012-2014 – Comandante Militar do Planalto – Liderança de efetivo de 16 mil pessoas; intenso relacionamento com entidades do DF e dos Estados de GO, TO e MG; coordenação, em sintonia com o MRE, das ações de Defesa nas Copas das Confederações (2013) e do Mundo (FIFA 2014).

2014-2016 – Chefe de Assuntos Estratégicos do Ministério da Defesa – Responsável pelo relacionamento internacional de Defesa, alinhado com o MRE; Intercâmbios e Acordos com 56 países e Organismos Internacionais; revisão da Política e da Estratégia Nacional de Defesa, e do Livro Branco de Defesa Nacional; elaboração e monitoramento de cenários prospectivos; planejamento e condução do Módulo de Defesa, no curso presencial do Instituto Rio Branco/MRE.
2016 – Chefe de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa (MD) – Coordenação-geral da Defesa nos Jogos Olímpicos Rio-2016, articulado com agências nacionais e internacionais; planejamento e coordenação, em âmbito nacional, de operações de Garantia da Lei e da Ordem e Ações Subsidiárias (assistência de saúde, obras de infraestrutura e apoio em desastres naturais).
2016-2017 – Comandante Militar do Oeste – Liderança de efetivo de 18.000 pessoas; ações conjuntas, no MT e MS e, eventualmente, no PR, RO, PA e GO, com entidades públicas, acadêmicas e filantrópicas, nas áreas de Segurança, Educação, Cultura, Esportes, Meio Ambiente, Questões Indígenas e Assistência Social; intercâmbio com entidades dos países vizinhos Paraguai e Bolívia; e gestão de crises relacionadas a desastres naturais e ilícitos transnacionais.
2017-2019 – Conselheiro Militar da Missão Permanente do Brasil na ONU / Nova Iorque/EUA – Defesa dos interesses brasileiros e assessoria ao MRE nas áreas de Paz e Segurança, Terrorismo, Plataforma Continental, Desarmamento e Migrações, dentre outras; apoio a indústrias brasileiras, na participação em certames internacionais; apoio à Câmara de Comércio Brasil-EUA, na promoção de investimentos no Brasil; palestrante em entidades civis e militares do Brasil e dos EUA; Vice-Presidente do Comitê de Conselheiros Militares junto à ONU; viagem de trabalho à região de Naqoura, entre Israel e o Líbano, em 2018 e 2019, para acompanhamento do status da Operação de Paz da ONU (UNIFIL).
Atualmente: Gerente de Relações Institucionais e Governamentais da Apex-Brasil, entidade vinculada ao Ministério das Relações Exteriores – elaboração de planejamento estratégico; estabelecimento de vínculos, com entes nacionais e internacionais de interesse (stakeholders). Negociação e elaboração de instrumentos de cooperação com stakeholders.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a. Experiências no Exterior

- Realizou cursos, residiu ou trabalhou nos EUA em 1987 (curso), 1994 a 1996 (assessor e professor), 2011 (curso) e de 2017 a 2019 (Conselheiro Militar do Brasil na ONU);
- Coordenou experts em Desarmamento, Genebra-Suíça, em 2006;
- Inspetor brasileiro de tropas empregadas em Operações de Paz (Haiti, em quatro oportunidades e Líbano, por duas vezes);
- Palestrante brasileiro no Internacional Institute for Strategic Studies (IISS-2008) e no Royal United Service Institute (RUSI-2009), ambos no Reino Unido;
- Chefiou comitivas brasileiras para a negociação de Acordos, em dezenas de países.

b. Publicou artigos relacionados a Liderança, História, Educação, Planejamento Estratégico, Fronteiras Brasileiras, vínculos entre Defesa e Diplomacia; e temas militares.
c. Recebeu o título de Cidadão Honorário de quatro municípios e o Special Award/2019 da Câmara de Comércio Brasil – EUA.
d. É membro de 2 associações educacionais estrangeiras (Phi Kappa Phi e Phi Sigma Iota).
e. Foi agraciado com três medalhas internacionais e vinte e duas nacionais de mérito;
f. Admitido, em 2017, na Ordem do Rio Branco, grau de Grã-Cruz.

Gerson Menandro Garcia de Freitas

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE NEGOCIAÇÕES BILATERAIS
NO ORIENTE MÉDIO, EUROPA E ÁFRICA
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE ORIENTE MÉDIO I

ESTADO DE ISRAEL

Ostensivo

Fevereiro de 2020

PERFIS BIOGRÁFICOS

Reuven Rivlin
Presidente do Estado de Israel
(Jerusalém, 1939)

Em 1957, ingressou nas Forças de Defesa de Israel (FDI) como oficial de inteligência. Lutou na Guerra dos Seis Dias. Como major, deixou as FDI para estudar direito na Universidade Hebraica de Jerusalém. Foi membro do Conselho Municipal de Jerusalém entre 1978 e 1988. Foi eleito pela primeira vez para o parlamento israelense (*Knesset*) na 12ª legislatura (1988-1992), pelo Likud. Foi líder do partido entre 1988 e 1993. Foi designado ministro das Comunicações pelo primeiro-ministro Ariel Sharon, em 2001, permanecendo no cargo por dois anos. Em 2003 e 2006, foi eleito presidente do Parlamento. Foi eleito presidente de Israel em 10 de junho de 2014. Casado com Nechama, é pai de 4 filhos.

Benjamin Netanyahu
Primeiro-Ministro de Israel
(Tel Aviv, 1949)

Foi representante de Israel junto às Nações Unidas de 1984 a 1988. Membro do Likud, partido de direita, tornou-se o mais jovem primeiro-ministro de Israel em 1996. Foi derrotado por Ehud Barak, do Partido Trabalhista, nas eleições de 1999. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros (2002-2003) e da Fazenda (2003-2005). Voltou ao cargo de primeiro-ministro em março de 2009, sendo eleito para um terceiro mandato em 2013 e, para um quarto mandato, em 2015, igualando o recorde de David Ben-Gurion. Em 2019, após as eleições parlamentares de abril e de setembro, teve oportunidade de formar governo pela quinta vez, mas não logrou êxito. Não obstante, tornou-se, no ano passado, o primeiro-ministro mais longevo da história de Israel, superando o ex-primeiro-ministro David Ben-Gurion. Casado com Sara, é pai de 3 filhos.

RELAÇÕES BILATERAIS

A atuação decisiva de Oswaldo Aranha na sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) que aprovou o plano de partilha da Palestina, em 1947, e que propiciou a criação do Estado de Israel no ano seguinte, é sempre lembrada por Israel como um dos marcos fundadores do relacionamento bilateral. As relações entre os dois países foram estabelecidas em 1949 e, desde então, têm sido marcadas pela amizade e pela cordialidade e por pela paulatina construção de uma agenda bilateral positiva. A presença de significativa comunidade judaica no Brasil (cerca de 110 mil pessoas, segundo o último censo do IBGE), décima maior do mundo, também contribui para que Brasil e Israel tenham um relacionamento privilegiado.

Com a eleição do presidente Bolsonaro, abre-se novo capítulo na história das relações entre os dois países, alçando as relações bilaterais a novo patamar. A parceria entre Brasil e Israel está alicerçada sobre valores comuns da liberdade, da democracia, da economia de mercado, da justiça e da paz, e sobre determinação comum de buscar a prosperidade para seus povos, com base nos valores judaico-cristãos, em benefício do desenvolvimento mútuo.

As visitas de alto nível têm sido frequentes. O PM Netanyahu participou da posse presidencial, no contexto de sua visita ao Brasil, entre 28/12/2018 e 1°/1/2019 – a primeira de um PM israelense no exercício do cargo. O ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, visitou Israel em janeiro. Entre os dias 31/03 e 3/04/2019, o presidente Jair Bolsonaro, acompanhado de ampla comitiva, realizou vista a Israel, cumprindo extensa agenda, com assinatura de vários instrumentos bilaterais de cooperação nos campos da ciência e tecnologia, defesa, segurança pública, aviação civil, segurança cibernética e saúde.

No marco da visita presidencial, Israel apoiou a adesão brasileira à OCDE. Os dois países reiteraram o reconhecimento do Presidente interino Juan Guaidó como o líder legítimo da Venezuela e enfatizaram seu firme apoio ao povo venezuelano em sua luta pelo fim do regime de Maduro e pelo pleno restabelecimento da democracia naquele país. Foram assinados também os seguintes instrumentos bilaterais: Acordo para Cooperação em Ciência e Tecnologia; Acordo sobre Serviços Aéreos; Acordo sobre Cooperação em Questões Relacionadas à Defesa; Acordo para Cooperação em Segurança Pública, Prevenção e Combate ao Crime Organizado; Memorando de Entendimento entre o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o Israel National Cyber Directorate para Cooperação na Área de Segurança Cibernética; Plano de Cooperação na Área da Saúde e da Medicina entre Ministérios da Saúde para os Anos 2019-2022.

Ademais das vias de cooperação abertas pela visita presidencial, reconhece-se o potencial de ampliação da cooperação tecnológica, científica, comercial e de investimentos. As reuniões ministeriais, cada vez mais frequentes, demonstram oportunidades nos campos de dessalinização, de energia, de cooperação espacial, de comércio e de investimentos. A realização de seminário empresarial, em abril último, com a participação de mais de 200 empresas, demonstra o interesse do setor privado no aprofundamento do relacionamento

bilateral. A abertura de escritório de promoção comercial, de investimentos, tecnologia e inovação em Jerusalém, em dezembro último, em solenidade que contou com a presença do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu vai ao encontro do objetivo de ampliar as trocas econômicas bilaterais, em sentido amplo. No âmbito internacional, o aprofundamento do relacionamento bilateral também traz também dividendos políticos, como demonstra, por exemplo, o recente restabelecimento de relações entre Israel e Bolívia, com bons ofícios brasileiros, após vários anos de afastamento entre os dois países.

Segue, abaixo, quadro-resumo de iniciativas e decisões tomadas, transcorridos oito meses do governo Bolsonaro.

- **Acordos assinados na visita Presidencial (Março 2019)**
  - Acordo para Cooperação em Ciência e Tecnologia
  - Acordo sobre Cooperação em Questões Relacionadas à Defesa
  - Acordo para Cooperação em Segurança Pública, Prevenção e Combate ao Crime Organizado
  - Acordo sobre Serviços Aéreos
  - Memorando de Entendimento entre o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o Israel National Cyber Directorate para Cooperação na Área de Segurança Cibernética
  - Plano de Cooperação na Área da Saúde e da Medicina para os Anos 2019-2022

- **Criação de Escritório da APEX em Jerusalém**

- **Revisão de voto em foros multilaterais**
  - União Postal Universal (UPU)
  - Organização Mundial da Saúde (OMS)
  - Conselho de Direitos Humanos (CDH)
  - Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)

- **Criação do Mecanismo de Consultas Brasil-Israel em Assuntos Estratégicos (Maio 2019)**

- **Início do processo de adesão à Aliança Internacional de Memória do Holocausto (IHRA)**

ÁREAS DE COOPERAÇÃO

1. Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

Israel é um dos principais polos de tecnologia do mundo, graças a um robusto ecossistema de inovação. Foi classificado em 5º lugar no índice de inovação para 2019 publicado pela Bloomberg, à frente de EUA (8º), Japão (9º) e Singapura (6º), estando o Brasil em 45º. Ocupa o 20º lugar no ranking mundial de competitividade (*Global Competitiveness Report* 2018, em que Brasil ocupa a 72ª posição); lidera o ranking de competitividade no Oriente Médio e no Norte da África e ocupa a 11ª posição no *Global Innovation Index* (2018). É o país que investe a maior proporção de seu produto interno bruto em pesquisa e desenvolvimento (4,3% do PIB), liderança que manteve em quase todos os anos ao longo da última década. Lidera, ainda, o ranking mundial em termos de velocidade de crescimento de empresas de inovação. Seu setor financeiro é bem desenvolvido (22º lugar – GCR), com a segunda melhor disponibilidade de capital de risco no mundo, o que estimula o florescimento de um setor privado centrado em inovação. O aumento líquido no número de *startups* em Israel é da ordem de 600 novas empresas ao ano. Tel Aviv é o polo de tecnologia mais internacionalizado do mundo, em que mais de 2/3 de todos os investimentos em *startups* envolvem a participação de investidores internacionais, provenientes, sobretudo, dos EUA e da Europa. Israel é o país que mais exporta serviços de tecnologia da informação e comunicação no mundo, relativamente ao total de suas exportações.

a) **Acordo para Cooperação em Ciência e Tecnologia.** Na vista presidencial a Israel, foi assinado o Acordo para Cooperação em Ciência e Tecnologia, cujo objetivo é desenvolver, facilitar e maximizar a cooperação entre instituições científicas e tecnológicas de ambos os países com base nas prioridades nacionais no campo de C&T e nos princípios de igualdade, reciprocidade e benefício mútuo, de acordo com as leis nacionais. O Acordo permitirá planejamento mais adequado, monitoramento e avaliação das atividades bilaterais, assim como o lançamento de novas iniciativas no campo da ciência e tecnologia. Ademais, promove aproximação dos ecossistemas de inovação brasileiro e israelense.

b) Áreas com potencial de cooperação em ciência, tecnologia e inovação.

- **CyberTech:** Israel se sobressai na geração de tecnologia de ponta no setor de cibersegurança para defesa de dados, com aplicação civil e militar. Principalmente no âmbito de defesa, há possibilidade de prospecção de empresas que possam se estabelecer no Brasil e desenvolver parcerias com empresas locais, de modo a criar soluções de proteção cibernéticas para o mercado brasileiro.
- **Agritech & tecnologias da água (Bluetech):** Israel tem reconhecida capacidade tecnológica nas áreas do agronegócio e de aplicações eficientes dá água. Dados os desafios de adaptação e de validação de soluções, que dependem de pesquisa e desenvolvimento, provas de conceitos e laboratórios / áreas de teste (fazendas) locais, abrem-se muitas oportunidades de fomento de parcerias tecnológicas para a adaptação das tecnologias israelenses à realidade da geografia brasileira, com impacto significativo para o agronegócio e gestão dos recursos hídricos nacionais.
- **Parcerias Tecnológicas:** além das oportunidades específicas mencionadas acima a título exemplificativo, há que se considerar que o aprofundamento da cooperação em ciência, tecnologia e inovação pode representar a atração de centros de P&D para ambos os países. Protocolos e programas de cooperação entre Estados, com a participação da inciativa privada, tendem a estimular maior intercâmbio entre empresários e cientistas, promovendo a busca de contratação de "cérebros", "scouting" de tecnologias, transferência de tecnologia ou codesenvolvimento de novos produtos e soluções. De acordo com dados do governo israelense, em 2018, havia 344 centros de P&D de corporações multinacionais em Israel, com abertura de 20 novos centros somente em 2018. Dado o reduzido tamanho do mercado israelense, a estratégia das empresas do dinâmico setor de ciência, tecnologia e inovação do país passa, necessariamente, pela internacionalização.
- **Intercâmbio acadêmico:** há amplo espaço para cooperação no campo acadêmico em C, T & I, sobretudo no que diz respeito ao intercâmbio de estudantes brasileiros para universidades israelenses.

c) Iniciativas bilaterais em curso.

- **ScaleUp in Brazil:** no âmbito da Missão Presidencial a Israel, que ocorreu de 31 de março a 2 de abril, foi lançado o programa Scaleup in Brazil, que tem

como objetivo fornecer uma plataforma *softlanding* para empresas de tecnologia que buscam expandir seus negócios no Brasil. O primeiro ciclo será voltado para empresas israelenses. O Scaleup in Brazil é fruto de uma parceria entre a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e a Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP) e vai atrair alta tecnologia e inovação para o Brasil. Nesse primeiro ciclo, o programa será gratuito para empresas israelenses, que terão que arcar apenas suas despesas de viagem, hospedagem e alimentação. O Scaleup in Brazil conta com uma gama de apoiadores que inclui os principais players em inovação em Israel e no Brasil.

- **Cooperação entre Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) / Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e Autoridade Israelense de Inovação (AII)**: no contexto da visita presidencial, houve lançamento de duas chamadas conjuntas da FINEP e da EMBRAPII com a AII. Foram firmados acordos de cooperação com a Autoridade Israelense de Inovação (IIA) para coinvestimentos e parcerias entre empresas brasileiras e israelenses.

2. Escritório da APEX para Promoção de Comércio, Investimento, Tecnologia e Inovação em Jerusalém.

Em 15 de dezembro passado, foi inaugurado escritório da APEX para Promoção de Comércio, Investimento, Tecnologia e Inovação, em Jerusalém. O evento de inauguração contou com a participação do primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu; do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, deputado Federal Eduardo Bolsonaro; do presidente da APEX, contra-almirante Sérgio Segovia, ademais de empresários, representantes de câmaras de comércio e associações comerciais e veículos de imprensa brasileiros e israelenses.

O escritório busca abrir novos vetores de desenvolvimento, beneficiando-se do fato de Jerusalém ser um dos polos mais importantes de desenvolvimento tecnológico de Israel, além de sediar o Ministério da Ciência e Tecnologia de Israel, a Universidade Hebraica de Jerusalém e empresas de tecnologia.

3. Cooperação em defesa

A parceria em defesa entre Brasil e Israel consolidou-se ao longo das últimas décadas, apresentando potencial auspicioso para projetos futuros, em particular em áreas de alta tecnologia de interesse do Brasil.

a) **Acordo sobre Questões Relacionadas à Defesa.** Na vista do presidente Bolsonaro a Israel, foi firmado Acordo sobre Questões Relacionadas à Defesa, formalizando as bases de cooperação entre Brasil e Israel no tema. O acordo, que ainda necessita de aprovação legislativa, tem como objetivos: a implementação de projetos de interesse mútuo; o intercâmbio de tecnologias, de experiências de treinamento e educação em questões militares; a colaboração no desenvolvimento de sistemas e produtos de defesa; cooperação em aquisição, pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e mobilização; o compartilhamento de conhecimentos e experiências operacionais nas áreas de ciência e tecnologia.

b) **Memorando de Entendimento entre o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e o Ciber Diretório Nacional do Estado de Israel (INCD).** Na visita presidencial de 2019, foi assinado Memorando de Entendimento entre o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e o Ciber Diretório Nacional do Estado de Israel (INCD) para cooperação em segurança cibernética. A cooperação envolverá a troca de informações, a qualificação de recursos humanos, o desenvolvimento institucional e o intercâmbio de perspectivas relativas a estratégias e a políticas sobre segurança cibernética.

c) **Base industrial de defesa**. A cooperação Brasil-Israel em matéria de indústria de defesa tem-se desenvolvido com grande intensidade, seja no fornecimento de equipamentos para as Forças Armadas brasileiras, seja no estabelecimento de parcerias entre as indústrias dos dois países e investimentos no Brasil.

4. Cooperação em segurança pública

Acordo para Cooperação em Segurança Pública, Prevenção e Combate ao Crime Organizado. Em 2019, durante a vista presidencial, foi assinado o Acordo para Cooperação em Segurança Pública, Prevenção e Combate ao Crime Organizado. O acordo firmado demonstra o reconhecimento do desafio compartilhado no que se refere ao enfrentamento do crime organizado transnacional, e à otimização da segurança cidadã e proteção de locais públicos. Tem o objetivo de promover, desenvolver, otimizar e estreitar a cooperação e o intercâmbio de informações entre Brasil e Israel na área de segurança pública nacional e de prevenção e combate ao crime organizado transnacional, em todas as suas formas.

5. Aviação Civil

Acordo sobre Serviços Aéreos. Na vista presidencial a Israel, foi assinado Acordo sobre Serviços Aéreos. O acordo procura aumentar a conectividade entre os dois países, garantindo ampla liberdade operacional às companhias aéreas, o que ajudará a fortalecer os laços entre as suas sociedades, promovendo negócios e turismo.

REVISÃO DE VOTO EM FOROS MULTILATERAIS

O novo grau de prioridade conferido ao relacionamento com Israel é evidente na atuação internacional do Brasil, inclusive nos foros multilaterais. Nossas missões junto a organizações internacionais têm revisto votos que, até o passado recente, ignoravam a perspectiva israelense. Favorecemos posições equilibradas, sem politizações.

- Na **União Postal Universal (UPU),** votamos pela abstenção em relação ao pedido palestino de aderir à organização como membro pleno. Buscamos, com isso, preservar a natureza técnica das discussões e deliberações nessa organização.
- Na **Organização Mundial da Saúde (OMS),** o governo tem votado favoravelmente a Israel em resolução que trata de serviços de saúde na região. Ainda assim, reconhecemos os desafios relacionados à questão e manifestamos nossa disposição em manter engajamento positivo na organização.
- No **Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas**, os votos brasileiros têm sido condizentes com o objetivo de garantir maior equilíbrio na posição do Brasil em relação à questão israelense-palestina.
- Na **Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU),** o Brasil tem buscado adotar posicionamento equilibrado nas inúmeras resoluções referentes ao conflito israelense-palestino.

MECANISMO DE CONSULTAS BRASIL-ISRAEL EM ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

A primeira reunião do Mecanismo de Consultas Brasil-Israel em Assuntos Estratégicos foi realizada em maio de 2019, em Brasília, e contou com a participação de diplomatas, membros das Forças Armadas e agentes de Inteligência. O arranjo insere-se na diretriz de aprofundamento da relação bilateral, estabelecida por ocasião das visitas do primeiro ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, ao Brasil e do presidente Jair Bolsonaro, a Israel.

ADESÃO À ALIANÇA INTERNACIONAL DE MEMÓRIA DO HOLOCAUSTO (IHRA)

O Brasil iniciou gestões para adesão à Aliança Internacional de Memória do Holocausto (International Holocaust Remembrance Alliance – IHRA), inicialmente como Estado observador. A aproximação com a Aliança não apenas demonstra o compromisso brasileiro de combater a todas as formas de xenofobia, intolerância e discriminação, em particular o antissemitismo, mas também o de aumentar a conscientização e o conhecimento sobre uma das páginas mais sóbrias da história, que ajudamos a combater junto aos países aliados contra os integrantes do Eixo na Segunda Guerra Mundial. A iniciativa brasileira faz jus ao legado inspirador de brasileiros que combateram o antissemitismo, como o embaixador Luiz Martins de Souza Dantas e Aracy de Carvalho Guimarães Rosa.

A Aliança Internacional de Memória do Holocausto une governos e especialistas para fortalecer e promover a educação, a pesquisa e a memória do Holocausto, e para manter os compromissos com a Declaração de Estocolmo sobre Educação, Memória e Pesquisa do Holocausto de 2000. A IHRA (ex-Força-Tarefa para Cooperação Internacional sobre Educação, Memória e Pesquisa sobre o Holocausto, ou ITF) foi iniciada em 1998, pelo ex-primeiro-ministro sueco Göran Persson, e conta atualmente com 33 países membros, ademais de 1 país em processo de adesão e 9 países observadores. Em 2008, foi criado escritório permanente, sediado em Berlim, para garantir a continuidade entre as presidências de turno e apoiar as atividades dos especialistas da IHRA e dos países membros.

ASSUNTOS CONSULARES

Estima-se em 10 mil o número de brasileiros residentes em Israel, dispersos por todo o território israelense, não se registrando grandes concentrações em uma só localidade. A comunidade, quase sem exceção, possui nacionalidade israelense.

Visitam Israel, anualmente, mais de 50.000 turistas brasileiros.

NEGOCIAÇÕES DE PAZ ENTRE ISRAEL-PALESTINA

Em 28 de janeiro passado, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, apresentou plano intitulado "Paz para prosperidade: uma visão para melhorar as vidas dos povos palestino e israelense". A solenidade de anúncio do plano, presidida por Trump, contou com a presença do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, que declarou apoiar os principais pontos do plano de paz proposto. No dia anterior, o presidente norte-americano havia se reunido com Benjamin Gantz, líder do principal partido de oposição, Azul e Branco, que também declarou apoio ao plano.

Entre os elementos trazidos pelo plano norte-americano de paz, mencionem-se: (i) criação de um Estado palestino, com fronteiras definidas e reconhecimento internacional; (ii) reconhecimento por parte dos palestinos de Israel como Estado do povo judeu; (iii) Estado palestino desmilitarizado; (iv) Israel mantém responsabilidade por controle e defesa das fronteiras, espaço aéreo e marítimo; (v) desarmamento de "grupos terroristas" de Gaza, como Hamas e Jihad Islâmica ; (vii) contiguidade do território palestino; (viii) concessões territoriais, sem deslocamento de populações; (ix) Jerusalém unificada como capital de Israel; (x) áreas após barreira de segurança de Jerusalém Oriental como capital do Estado da Palestina; (xi) garantia da liberdade religiosa e acesso aos locais sagrados de Jerusalém, com manutenção do "status quo" relativo à custódia desses locais; (xii) solução da questão dos refugiados palestinos fora do território de Israel, com possibilidade futura de retorno ao território palestino e com compensações financeiras; (xiii) normalização das relações de Israel com os outros países árabes da região; (xiv) pacote econômico de U$ 50 bilhões para economia palestina; (xv) congelamento dos assentamentos israelenses na área da Cisjordânia destinada ao futuro Estado palestino, nos termos do plano de paz, pelo período de, no mínimo, 4 anos; (xvi) reconhecimento norte-americano da extensão da soberania israelense nas áreas que estariam dentro do Estado de Israel segundo o plano de paz.

POSIÇÃO DO BRASIL

O conflito israelense-palestino é tema no qual a diplomacia brasileira sempre teve interesse e para cuja solução tem buscado contribuir. Em nota à imprensa divulgada em 29 de janeiro passado, o governo brasileiro declarou ver com otimismo o lançamento do plano de paz e prosperidade apresentado pelos EUA, em janeiro passado. Para o Brasil, o plano representa visão realista e ambiciosa, que permite vislumbrar solução justa e duradoura para conflito israelense-palestino.

De acordo com a nota, o plano de paz e prosperidade busca equilibrar questões de natureza securitária, econômica e territorial. Trata-se de base negocial que contempla os principais interesses de israelenses e palestinos, tais como a erradicação do terrorismo, a existência do Estado de Israel, o estabelecimento de um Estado palestino democrático e pacífico, com viabilidade territorial, e a criação das condições econômicas indispensáveis para o bem-estar do povo palestino.

REAÇÕES PRELIMINARES

Em Israel, apesar do consenso político inicialmente muito favorável à proposta norte-americana, começa a dissipar-se o clima de euforia que dominara a política israelense nos últimos dias e que levara o governo interino de Netanyahu a prometer a anexação unilateral do Vale do Jordão e de blocos de assentamentos na Cisjordânia. Setores da direita israelense e grupos ligados aos colonos da Cisjordânia destacam o inconveniente de criação do Estado da Palestina em área que corresponde a 70% do território da "Judeia e da Samaria", com enclaves israelenses em seu interior. Para grupos de esquerda, o plano de paz significaria, na prática, o abandono da solução de dois Estados, em favor de um arranjo que equivaleria à codificação da dominação/ocupação israelense na região. Outro ponto do plano que tem sido considerado muito controverso em meio a setores progressistas refere-se à proposta de deslocamentos virtuais de contingentes populacionais árabes-israelenses para o território do futuro Estado da Palestina. No âmbito do *establishment* de segurança, tem se destacado o fato de que, se implementado, o plano de paz criaria uma fronteira de cerca de 1370 km entre Israel e Palestina, o que, do ponto de vista securitário, seria altamente desaconselhado.

As autoridades palestinas reagiram negativamente ao anúncio do plano de paz. Ao mesmo tempo em que os detalhes do plano paz e "prosperidade" eram anunciados pelo presidente Donald Trump, ao lado do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, a liderança palestina realizava reunião de emergência em Ramala, com a participação de representantes de diversos grupos políticos, incluindo, além do Fatah, o Hamas, a Jihad Islâmica e a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP). Após o encontro, o presidente Mahmoud Abbas reiterou a rejeição palestina ao que qualificou de "slap of the century". Dirigindo-se a Trump e a Netanyahu, Abbas exclamou que "Jerusalém não está à venda" e que o povo palestino continuará a luta para acabar com a ocupação israelense, com vistas à criação de Estado nas linhas de 1967, tendo Jerusalém Leste como capital.

Em 1º de fevereiro corrente, o Conselho da Liga dos Estados Árabes (LEA) reuniu-se em sessão extraordinária, em nível de chanceleres, a pedido do presidente palestino Mahmoud Abbas, para debater as implicações do chamado "Deal of the Century". Foi aprovada, na ocasião, a resolução 8457, por meio da qual a Liga rechaça o plano "americano-israelense" e

se recusa a cooperar com os EUA com vistas a sua implementação. O documento menciona, ademais, a Iniciativa Árabe para a Paz de 2002 como "mínimo aceitável" para a normalização das relações entre Israel e os países árabes.

POLÍTICA INTERNA ISRAELENSE

O Estado de Israel é uma república parlamentarista. O parlamento (a *Knesset*) é unicameral e composto por 120 deputados, com mandato de quatro anos. O presidente, cuja função é eminentemente protocolar, é eleito pelos membros da *Knesset* para mandato de sete anos. O primeiro-ministro, chefe de governo, é indicado pelo partido majoritário nas eleições legislativas ou pela coalizão que agrupar o maior número de assentos no parlamento (obtém-se maioria a partir de 61 assentos).

A política israelense caracterizou-se, nas três primeiras décadas de existência do país, pela hegemonia da principal agremiação de esquerda, inicialmente o Mapai, do qual surgiria o Partido Trabalhista (Avodá). Nas décadas seguintes, o poder alternou-se entre os trabalhistas e o Likud, formado na década de 1970 pelas principais forças da direita israelense. A partir de 2005, o surgimento de novos partidos alterou o cenário político israelense. A cada campanha eleitoral surgem novas agremiações, normalmente de vida curta e êxito eleitoral limitado. Desde 2009, o Likud assumiu preeminência no quadro político com as sucessivas reeleições do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu.

Contexto político atual. Desde dezembro do ano passado, com o anúncio da dissolução da Knesset e da convocação de eleições gerais, o governo de Israel funciona interinamente ("caretaker government"). Devido ao impasse na formação do Gabinete, foram realizados dois pleitos eleitorais em 2019 (em abril e em setembro).

Na eleição de abril passado, o Likud de Benjamin Netanyahu e o Azul e Branco de Benny Gantz empataram, ambos obtendo 35 assentos. Após tentativa fracassada de formação de Gabinete por parte Benjamin Netanyahu, decidiu-se dissolver o parlamento e convocar novas eleições, ocorridas em 17 de setembro último.

Nas últimas eleições, o impasse manteve-se. Apesar de a coalizão Azul e Branco haver obtido um assento a mais (33) do que o Likud (32), foi concedido a Netanyahu o direito de iniciar as negociações para formação de governo. A coalizão liderada pelo Likud alcançou 55 cadeiras enquanto a coalizão liderada pelo Azul e Branco contou com 53 cadeiras. O partido liderado por Avigdor Lieberman, Yisrael Beitenu, com 8 assentos, optou por não apoiar nenhuma das coalizões, defendendo um governo de união nacional, liberal e laico, unindo o Likud, o Azul e Branco e o Yisrael Beitenu.

Um governo de união nacional foi o plano proposto pelo presidente Rivlin para superar o impasse, com o compartilhamento do governo entre os dois maiores partidos e previsão de rotação entre Netanyahu e Gantz no cargo de primeiro-ministro, mas tal proposta não teve recepção. Novas eleições estão marcadas para março de 2020.

Indiciamento do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu. Em 21 de novembro passado, o procurador-geral Avichai Mandelblit anunciou que indiciaria o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu nos três casos em que é investigado: 1000, 2000 e 4000. O caso 1000 é

referente ao suposto recebimento, por parte de Netanyahu e de sua esposa, de presentes luxuosos de empresários proeminentes, entre os quais o produtor hollywoodiano Arnon Milchan. O caso 2000, por sua vez, trata da alegação de que Netanyahu teria feito acordo espúrio com Arnon Mozes, editor do Yedioth Ahronoth, jornal de maior circulação de Israel, para obter cobertura mais positiva. No caso 4000, Netanyahu teria concedido, entre 2012 e 2017, favores regulatórios à principal empresa de telecomunicações do país, a Bezeq Telecom Israel, em troca de cobertura jornalística favorável a ele e a sua esposa. Nos três casos, Netanyahu foi acusado de fraude e de quebra de confiança, e no caso 4000, também por corrupção.

Em 1° de janeiro último, o primeiro-ministro Netanyahu solicitou formalmente à Knesset pedido de imunidade contra o processo criminal movido contra ele. Em 28 de janeiro, retirou seu pedido. Ato contínuo, o procurador-geral Avichai Mandelblit protocolou, na Corte de Jerusalém, indiciamento contra Netanyahu referentes aos casos 1000, 2000 e 4000 – tornando-o oficialmente, réu.

Não há obrigação legal de afastamento de Netanyahu durante a fase de indiciamento. De acordo com a Lei Básica, o afastamento compulsório do primeiro-ministro somente ocorre após o trânsito em julgado. Não obstante, tal cenário impõe significativo ônus político ao chefe de governo – não há precedentes de indiciamento de chefe de governo de Israel no exercício do cargo –, o que acentua o cenário de incerteza e de volatilidade na política local.

Até que se defina novo governo, Netanyahu permanece à frente do governo, na capacidade de primeiro-ministro interino.

RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS

Apesar da reduzida dimensão da área (apenas 20.770km2) e da população (aproximadamente 9,05 milhões, em 2019), Israel tem PIB nominal de U$ 3487 bilhões e PIB per capita de US$ 42.82/ano, com economia centrada em setores de alta tecnologia. O intercâmbio comercial de Israel com o resto do mundo, em 2018 (dados mais recentes do Banco Mundial), foi de US$ 138,5 bilhões. As exportações registraram US$ 61,9 bilhões; as importações, US$ 76,58 bilhões, representando um déficit comercial de US$ 14,678 bilhões. Diamantes, equipamentos de alta tecnologia e produtos farmacêuticos estão entre as principais exportações. Suas principais importações incluem petróleo bruto, grãos, matérias-primas e equipamentos militares. Israel geralmente registra déficits comerciais consideráveis, que são compensados pelo turismo e outras exportações de serviços, bem como influxos significativos de investimentos estrangeiros.

Segundo dados do FMI, desde o início da década de 2010 a economia israelense cresceu em média 3,8% ao ano, com taxas mais elevadas do que os países da OCDE. As perspectivas de longo prazo indicam que essa trajetória de crescimento se manterá. Esse crescimento tem se dado, em grande medida, pelo dinamismo crescente dos setores de serviço e de indústria de alta tecnologia. A recente descoberta de novas reservas de gás, em particular do campo de Leviathan, que será capaz de atender o consumo interno por aproximadamente quarenta anos, reforçam o otimismo com as perspectivas econômicas de longo prazo no país.

COMÉRCIO

Na última década, Israel esteve entre os seis principais parceiros comerciais brasileiros no Oriente Médio. Em 2019, o comércio voltou ao patamar de 2013, momento em que a balança de comércio atingiu 1,57 bilhão de dólares. Em 2019, as exportações brasileiras para Israel aumentaram 15,51% em relação ao mesmo período do ano passado, e as importações subiram 3,04%. Ainda assim, as trocas comerciais bilaterais estão aquém do potencial de ambos os países (Israel é apenas 57º destino de exportações brasileiras) e o comércio é estruturalmente deficitário para o Brasil.

Qualitativamente, a pauta exportadora de ambos os países tem-se mantido constante. A pauta exportadora brasileira para Israel concentra-se em commodities. Segundo dados do Ministério da Economia, entre os principais itens exportados pelo Brasil em 2019 destacaram-se carnes (32% do total) e soja e milho (25%). Entre as exportações israelenses para o Brasil, em 2019, defensivos agrícolas e adubos responderam por 32,2% do total. Nesse contexto, além da exploração de novas áreas, há potencial para o crescimento das importações israelenses de carne brasileira, que estão em patamar significativamente inferior àquele dos países árabes.

No biênio 2016-2017, Israel foi o 4º maior exportador de armamentos para o Brasil, atrás de França, Itália e EUA.

ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO MERCOSUL-ISRAEL

O Acordo de Livre Comércio (ALC) entre MERCOSUL e Israel, firmado em Montevidéu em 18/12/2007, entrou em vigor no Brasil em 03/04/2010. Israel foi o primeiro país de fora da América Latina a ter um acordo de livre comércio com o MERCOSUL.

INVESTIMENTOS

Na área de investimentos, Israel mantém posição relativamente modesta entre os investidores no país. É na área de defesa que há maior conexão entre os dois países.

Existe grande interesse do empresariado israelense nos setores do agronegócio, biotecnologia, telecomunicações e defesa, entre outros. Do lado brasileiro, estão presentes no mercado israelense, normalmente por meio de joint-ventures, empresas do setor de tecnologia da informação, café e joias.

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Estado de Israel (*Medinat Israel*)
CAPITAL	A Lei Básica de 30/7/1980 declarou Jerusalém como capital. O Brasil mantém sua embaixada em Tel Aviv.
ÁREA	20.770 km²
POPULAÇÃO (2019)[1]	9,05 milhões
IDIOMAS	Hebraico (oficial) e árabe (idioma com *status* especial)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Reuven Rivlin (desde julho de 2014)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu (desde março de 2009)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Yisrael Katz
PIB NOMINAL (2019)[2]	US$ US$ 387 bilhões
CRESCIMENTO DO PIB (2019)[3]	3,9%
PIB NOMINAL PER CAPITA (2019)[4]	US$ 42.82
UNIDADE MONETÁRIA	Novo shekel israelense (NIS)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Yossi Shelley (desde 2017)
EMBAIXADOR EM TEL AVIV	Paulo César Meira de Vasconcelos (desde 2017)

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US$ MI - FOB) – FONTE: MDIC

Brasil – Israel	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**
Exportações	270,5	339,5	498,5	376	454,7	409,8	380,7	424,9	466,0	320,91	370,67
Importações	651,5	1.012,5	904,4	1143,5	1113,5	954,3	895,8	695,6	885,3	1.170,0	1.204,3
Intercâmbio Total	**922,0**	**1.352,0**	**1.402,9**	**1.519,6**	**1.568,2**	**1.364,1**	**1.276,5**	**1.120,6**	**1.351,3**	**1.490,9**	**1.574,9**
Saldo Comercial	-381	-673	-405,9	-767,5	-658,7	-544,4	-515,5	-270,6	-419,3	-847,95	-833,7

[1] Estimativa FMI – World Economic Outlook (outubro 2019)
[2] Idem.
[3] Idem.
[4] Idem.

** Dados de Janeiro a Agosto

EMBAIXADA DO BRASIL EM TEL AVIV

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS

(1/6/2017 a 30/6/2020)

O presente relatório se divide nas seguintes partes:
I. Introdução;

II. Política Interna;

III. Política Externa;

IV. Economia;

V. Comércio Bilateral;

VI. Cooperação em Ciência, Tecnologia, Inovação e Defesa;

VII. Difusão Cultural e o Centro Cultural Brasileiro; e

VIII. Comunidade Brasileira e Temas Consulares.

I. INTRODUÇÃO

O período durante o qual ocupei a chefia da Embaixada em Tel Aviv testemunhou verdadeira reviravolta nas relações Brasil-Israel. Ao assumir o posto, em 1° de junho de 2017, encontrei o relacionamento bilateral ainda abalado pela percepção aqui de que o governo brasileiro, sobretudo na gestão da presidente Dilma Rousseff, havia assumido postura ideológica e desequilibrada com inclinação pró-Palestina e que, muitas vezes, teria resvalado para condutas abertamente anti-Israel. As ressalvas e desconfianças do governo israelense haviam sido reforçadas pelos episódios da convocação para consultas do embaixador Henrique Sardinha Pinto durante a operação "Borda de Proteção" em Gaza, em julho de 2014, e pela controvérsia gerada a partir da tentativa israelense de designar Dani Dayan como embaixador em Brasília, ao longo do segundo semestre de 2015.

2. No momento em que cheguei a Tel Aviv, a administração de Michel Temer já decidira iniciar gestos de reaproximação que permitiram a superação dos irritantes mais imediatos e levaram, igualmente, às tratativas voltadas à troca de novos embaixadores,

após período em que as duas embaixadas ficaram bom tempo sob a chefia de encarregados de negócios. Daí ter sido acordada a concessão de "agréments" mútuos que possibilitaram minha nomeação, efetivada com a entrega de credenciais ao presidente de Israel, Reuven Rivlin, em 15/6/2017, e também a designação do embaixador Yossi Shelley, que chegou a Brasília em abril de 2017.

3. Entretanto, a maior transformação, verdadeira guinada diplomática, deu-se com a eleição do presidente Jair Bolsonaro e o início de seu governo em janeiro de 2019, fato que elevou as relações com Israel ao rol das mais altas prioridades da política exterior e alçou, quase que de imediato, o patamar do relacionamento bilateral ao que certamente é seu melhor momento histórico.

4. O inegável marco desse novo momento deu-se com a visita do senhor Presidente da República a Israel em março de 2019. Inédita em duração, escopo e resultados, a visita da maior delegação governamental brasileira a visitar este país foi profícua em símbolos e significados e delineou o alcance da nova prioridade concedida pelo Brasil à aproximação com Israel. Na ocasião foram assinados seis novos acordos, entre eles instrumentos que estabelecem quadros normativos para a cooperação em defesa, segurança pública e segurança cibernética, bem como textos que aprofundam e atualizam os marcos da colaboração em ciência e tecnologia, aviação civil e saúde.

5. Marcante também, no contexto das novas relações com Israel, e fato muito representativo da renovada amizade entre os dois países, foi a presença do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu nos eventos de posse do presidente Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019. A visita, a primeira de um chefe de governo israelense em exercício ao Brasil, teve imensa repercussão em Israel e é reiteradamente citada por Netanyahu como um dos pontos altos de sua política exterior.

6. A nova fase do relacionamento bilateral tem rendido frutos e ampliado rapidamente a gama de temas nos quais Brasil e Israel colaboram e cooperam. Na área mais estritamente política, a coordenação de posições comuns passou a ser exercício regular e o Brasil alterou de forma rápida e clara seu padrão de votação em organismos internacionais em temas sensíveis aos interesses de Israel. A agenda comum tem se expandido de forma transversal e englobado áreas como defesa e segurança pública, inteligência e segurança cibernética, inovação, estímulo a investimentos mútuos, aplicações técnicas para a agricultura e manejo de recursos hídricos. Temas como educação e cooperação universitária, saúde,

novas tecnologias médicas e inteligência artificial despontam também como extremamente promissores.

7. O trabalho do posto reflete a diversificação e ampliação da agenda bilateral e o número de eventos e reuniões nos quais a Embaixada se faz representar cresceu exponencialmente. Também aumentou de maneira considerável o fluxo de delegações brasileiras oficiais e privadas a Israel e, nos últimos três anos, passaram por Jerusalém e Tel Aviv os presidentes dos três poderes da República, assim como diversos ministros de Estado, autoridades de estados, municípios, associações de classe, agências reguladoras, confederações de comércio e indústria, representações setoriais, delegações universitárias e acadêmicas, grupos religiosos e inúmeras missões privadas de caráter empresarial.

8. Desse amplo universo de visitas destaco as seguintes: presidente do STF, Dias Toffoli, acompanhado de ministros do STF e STJ (maio de 2019); presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, acompanhado de nove deputados (outubro de 2017); ministro da Educação, Mendonça Filho, acompanhado dos senadores Álvaro Dias e Cristovam Buarque (janeiro de 2018); ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira (março de 2018); ministro da Defesa, general Silva e Luna (agosto de 2018); ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes (janeiro de 2019); chefe do Estado-Maior do Exército, general Braga Netto (setembro de 2019) e missão da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, presidida pelo deputado Eduardo Bolsonaro e composta por outros cinco deputados federais (dezembro de 2019).

9. Em dezembro de 2019, em cumprimento à determinação do presidente Bolsonaro - anunciada durante sua visita a Israel - foi inaugurado escritório da APEX-Brasil em Jerusalém. O objetivo do escritório, que não tem status diplomático, é o de promover o comércio, investimentos, tecnologia e inovação.

10. Há, de fato, grandes expectativas em Israel quanto ao adensamento das relações com o Brasil. Somos aqui vistos como um país de importante peso específico global e como o parceiro mais relevante na América Latina, mercado em expansão para os produtos israelenses, sócio relevante para a indústria de defesa e, desde o início do governo Bolsonaro, aliado político essencial. Não há dúvidas de que a parceria com o Brasil é bem vista aqui e que Israel tem muito a ganhar ao cultivar laços de proximidade com o Brasil. Estou convencido também de que eventuais mudanças futuras na liderança política deste país pouco alterarão o interesse israelense em manter as melhores e mais próximas relações com o Brasil.

11. Do ponto de vista brasileiro, a relação é certamente promissora, mas ainda parece carecer, principalmente do ângulo mais estrito da política externa, de melhor definição de objetivos e de identificação de interesses e benefícios concretos. Até o momento, nossos esforços renderam gestos simbólicos de forte apelo político, como o apoio oferecido por Israel após o desastre de Brumadinho e durante as queimadas da Amazônia. O país também tem apoiado de forma incisiva a candidatura do Brasil à OCDE e se prontificou, rapidamente, a receber, em escala técnica, o voo brasileiro de repatriação dos brasileiros de Wuhan, no âmbito da crise do coronavírus, disposição que muito agradecemos, mas da qual não foi necessário se valer em razão da opção por rota aérea alternativa. Para sustentar e justificar nossos laços a longo prazo, entretanto, será tarefa importante dos operadores da política externa brasileira estimular e implementar ações e projetos que garantam benefícios tangíveis e permanentes.

12. Vejo, nesse sentido, como especialmente vantajosos, o desenvolvimento de parcerias bilaterais em inovação tecnológica e desenvolvimento de soluções baseadas em pesquisa conjunta voltadas à agricultura, saúde e educação. Não há dúvidas de que Israel consolidou-se, nas últimas duas décadas, como um dos mais dinâmicos "hubs" tecnológicos do mundo e há muito que o Brasil poderá melhor aproveitar se souber focar seus esforços e lograr atrair investimentos israelenses nesses campos. Também creio ser muito promissor estabelecer mecanismos permanentes de intercâmbio e estágio de estudantes, professores, pesquisadores e cientistas brasileiros em Israel, estímulo que pode ajudar a reverter a lacuna observada nessa área, causada em parte pela inexplicável decisão de governos anteriores de praticamente excluir Israel de programas de cooperação educacional, como foi o caso do "Ciências sem Fronteiras".

13. Outra área de grande potencial é a cooperação em defesa e segurança pública. Nesse campo já foram lançadas as bases para projetos comuns de grande relevância e estão adiantados os contatos entre as forças armadas dos dois países, tema que tratarei adiante em maior detalhe.

14. Brasil e Israel dispõem de um patrimônio diplomático correto e amistoso. Com a exceção de períodos curtos do passado recente, em que as relações passaram por fase inegavelmente negativa, os dois países mantiveram, ao longo de mais de 70 anos, laços próximos, baseados na cooperação e no sentimento de amizade recíproca, marcados pela grande simpatia mútua entre seus povos. O apoio brasileiro ao plano de partilha da Palestina em 1947 lançou

os parâmetros de equilíbrio da política externa brasileira para o conflito Israel-Palestina e o Brasil foi, desde então, reconhecido internacionalmente por sua capacidade de balancear suas relações com Israel de forma hábil mantendo, ao mesmo tempo, excelentes laços com o mundo árabe. Igualmente, a convivência harmoniosa no Brasil das comunidades locais árabe e judaica (essa última, a décima maior no mundo e 2ª da América Latina), e a inexistência de manifestações mais graves de antissemitismo, sempre afiançaram nossas credenciais de interlocutor plural e legítimo de Israel.

II. POLÍTICA INTERNA

15. Nesse sentido, as rápidas mudanças em curso na política interna israelense são importantes para a contextualização do posicionamento brasileiro. Israel viveu, desde dezembro de 2018 e até maio deste ano, uma das mais sérias crises políticas de sua história, com a realização de três eleições e um período recorde de um ano e meio de governo interino. Os efeitos locais da pandemia do novo coronavírus trouxeram novo e fundamental elemento no jogo político, e a capitalização da boa gestão da crise até o momento pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu permitiu que o líder do Likud neutralizasse seu maior rival político até então, o líder do Azul e Branco, Benny Gantz, e construísse cenário favorável à formação de "governo de unidade de emergência", cuja posse se deu em 17 de maio, e cujo arco ideológico vai da direita à centro-esquerda, passando pelas agremiações religiosas ultraortodoxas.

16. É importante ressaltar que as definições de "direita" e "esquerda" em Israel são profundamente distintas das acepções dominantes no Brasil. Likud e Azul e Branco, por exemplo, podem ser ambos definidos como agremiações da centro-direita israelense e comungam de bandeiras conservadoras no tocante a temas políticos nacionalistas e internacionais, mas compartilham também, por outro lado, visão bastante semelhante, e liberal, sobre a agenda de costumes: direitos LGBT, direitos da mulher e aborto são temas praticamente consensuais em Israel - apenas uma pequena minoria religiosa radical ousa se colocar em oposição a eles.

17. Após mais de 13 anos no poder - 10 dos quais continuamente - Benjamin Netanyahu tornou-se, desde julho de 2019, o mais longevo chefe de governo da história de Israel, superando a marca anterior de Ben Gurion. Netanyahu é, sem sombra de dúvida, o mais talentoso político israelense de sua geração e sua capacidade de liderança e de comando do intrincado sistema político israelense lhe renderam, com bastante justiça, os epítetos de "The Magician",

“Miracle Maker", "Mr. Security" e, até, "King Bibi".

18. Bibi coleciona vitórias em sua carreira política, mas duas das mais paradigmáticas são sua hábil condução da política externa israelense na última década e a competente administração da economia do país, que sob sua gestão se manteve, durante anos, em ritmo de continuada expansão, com rápido declínio do desemprego e baixíssimas taxas de inflação. A maior parte dos israelenses concorda que, sob o governo de Netanyahu, Israel se tornou mais estável e mais seguro, mais rico e mais bem inserido internacionalmente. As consequências, no campo da economia, da crise do novo coronavírus foram, no entanto, muito severas, depois da aplicação, em março e em abril, de rígidas medidas de isolamento social. Mesmo assim, Bibi vem conseguindo angariar notáveis índices de popularidade, muito em razão da boa imagem de liderança e firmeza na condução da crise até o momento.

19. O fenômeno Bibi é explicado parcialmente como uma combinação de radicalismo no discurso e pragmatismo nas ações. Netanyahu é, de fato, um mestre da retórica e um engenhoso operador político que se esquivou de seguir adiante nas negociações com os palestinos e de embarcar diretamente em conflitos armados de maior dimensão, preferindo sempre soluções negociadas e a "paz administrada" ou o "conflito de baixa intensidade", de que é bom exemplo a situação em Gaza. Bibi, desde o início de seu primeiro governo, parece ter optado por manter a todo custo o "status quo” possibilitado pelos Acordos de Oslo, ao mesmo tempo em que isolou e criticou duramente os negociadores e apoiadores daquele plano de paz.

20. Dessa forma, teria se beneficiado, por mais de 10 anos, da estabilidade que tal opção lhe permitiu, mas ao mesmo tempo, sem alarde, consolidou a ocupação israelense dos territórios palestinos e estimulou a ampliação dos assentamentos na Cisjordânia. Ganhou, assim, o apoio da extrema-direita nacionalista e costurou uma durável aliança com os ultraortodoxos, arranjo que lhe garantiu sucessivas coalizões governistas razoavelmente estáveis, principalmente se comparadas aos curtos e transitórios governos que o antecederam, vítimas do singular sistema parlamentar pluripartidário israelense.

21. Inescapável é, portanto, reconhecer o fato de que Bibi monopolizou a narrativa político-estratégica israelense na última década e operou em grande medida o "desvio à direita" claramente notado na política local. No processo, transformou o Likud no partido mais forte do país, neutralizou e praticamente extinguiu a tradicional esquerda que orbitava em torno do Partido Trabalhista e impediu o aparecimento de outras lideranças que pudessem ameaçar

seu controle quase absoluto do governo, eliminando mesmo tradicionais aliados que ameaçaram fazer sombra à sua figura.

22. O último lance de sua reconhecida habilidade no fazer político foi a cooptação de Benny Gantz em negociações que acabaram levando à improvável coalizão entre Likud e Azul e Branco, rivais eleitorais nas três eleições realizadas desde o início de 2019. Em março de 2020, na esteira da pandemia de coronavírus, o líder do Azul e Branco, em anúncio surpreendente, afirmou que se incorporaria a uma coalizão liderada pelo Likud de Netanyahu, "pelo bem do país em face da crise sanitária". A decisão levou ao imediato colapso de sua agremiação e ao fim da aliança entre Gantz e Yair Lapid, hoje líder da oposição na Knesset. O exótico arranjo do "governo de unidade" prevê que Bibi seja chefe do governo durante os primeiros 18 meses, ao final dos quais haveria uma rotação e Gantz, hoje primeiro-ministro alterno e ministro da Defesa, assumiria o cargo por igual período. Poucos acreditam, no entanto, que a troca venha de fato a ocorrer e alguns analistas chegam a conjecturar que o arranjo da atual coalizão acabará muito antes do previsto.

23. Para seus detratores, Bibi é um líder que coloca sua permanência no poder acima dos interesses do próprio Estado de Israel. Segundo esses críticos, o primeiro-ministro explora as fissuras da sociedade israelense em benefício próprio, estimula a animosidade latente contra os árabe-israelenses (20% do total da população) e abraça o populismo para escapar das muitas contradições de seu governo. Para alguns, Netanyahu teria até mesmo feito apologia do racismo quando, durante a ruidosa polêmica causada pela aprovação da lei do Estado-nação judaico, em julho de 2018, declarou que "Israel is not a state of all its citizens".

24. Em fins de 2018, o primeiro-ministro perdera parte de sua aura de invencibilidade em razão de acusações de corrupção que, após longo processo pré-judicial, tornaram-se indiciamentos formais em janeiro de 2020. Bibi é, desde então, réu criminal em três casos que apontam possíveis condutas de fraude, quebra de confiança e suborno. Seu julgamento teve início em 24 de maio, poucos dias depois da posse do novo “governo de unidade". Mesmo na seara jurídica, no entanto, Bibi acumula vitórias: no início de maio, a Suprema Corte emitiu parecer com o entendimento de que um réu pode ocupar a chefia do governo do país até o final de seu julgamento - eventual retirada do cargo poderia dar-se apenas quando reconhecida a culpa em ação penal condenatória transitada em julgado. Estima-se que o julgamento de Bibi se estenda, no mínimo, pelos próximos três anos.

25. Passado apenas um mês desde a posse do "governo de unidade", numerosos episódios de divergências entre o Likud e o Azul e Branco - muitos gerados pelo próprio Likud - fazem crescer as especulações sobre eventual intento de Netanyahu de dissolver a atual coalizão e forçar nova rodada eleitoral, lastreado em seus altos índices de aprovação. As mais recentes pesquisas de opinião dão cerca de 41 cadeiras na Knesset para o Likud (frente às atuais 36 obtidas no pleito de março), enquanto o Azul e Branco diminuiria ainda mais sua representação, com apenas 11 ou 12 assentos(frente a 15, hoje). Bibi conseguiria, hoje, facilmente compor coalizão de direita sem necessidade de aliar-se a partidos centristas.

26. Muitos observadores da cena política local avaliam, porém, que possível movimento dessa natureza não ocorreria, provavelmente, no curto prazo, pelo menos não antes de eventuais trâmites na Knesset relativos ao polêmico tema da anexação de áreas da Cisjordânia, bem como antes da eleição nos EUA, em novembro. Analistas observam que a presença do Azul e Branco na coalizão poderia ser até mesmo "benéfica", neste momento, a Bibi, que poderia "culpar" a legenda de Benny Gantz por eventuais problemas surgidos na evolução do tema da anexação, ou em qualquer outra área de seu governo.

27. Apesar de Netanyahu e Gantz aproximarem-se em suas visões de temas de política externa, as poucas semanas do novo governo já fizeram surgir profundas cisões entre os dois líderes. Maior de todas, talvez, seja aquela que os opõe quanto à proposta, capitaneada por Netanyahu, de anexar áreas dos territórios palestinos ocupados na Cisjordânia. O tema tem se provado altamente controvertido e, até o momento, não há consenso na coalizão governista sobre o caminho a se seguir. De qualquer forma, já promete dominar a agenda externa de Israel pelos próximos anos.

III. POLÍTICA EXTERNA

28. Quanto à política externa, o período em que estive à frente da Embaixada brasileira em Israel foi marcado, em especial, pela continuada mudança de paradigma no tratamento internacional do conflito israelo-palestino, bem como nas relações de Israel com diversos estados, incluindo seu entorno imediato. Muito embora seja cedo para avaliar as consequências de longo prazo desse novo cenário, considero que os eventos dos últimos três anos lograram romper com o imobilismo na abordagem do conflito e deverão dar nova direção a importantes discussões como a viabilidade da solução de dois estados e a aproximação entre Israel e alguns países árabes, entre outros temas.

29. Essa mudança de rumos decorreu, em grande medida, de iniciativas levadas a cabo pelo presidente dos EUA, Donald Trump, cujo alinhamento ideológico com Benjamin Netanyahu é bem conhecido. Também contribuíram para essa transformação razões de política interna, em Israel e nos EUA. Do novo contexto resultou uma ainda maior aproximação entre os dois países tradicionalmente aliados, aqui claramente percebidas a partir do reconhecimento, pelos EUA, de reivindicações históricas de Israel, sobretudo com relação à disputa territorial com a Palestina.

30. Destaco, a esse respeito, o reconhecimento pelos Estados Unidos, em dezembro de 2017, de Jerusalém como capital de Israel e o anúncio de que a embaixada norte-americana seria transferida para aquela cidade; o reconhecimento das Colinas de Golã como território israelense; e, mais recentemente, a declaração ressaltando que, no entendimento de Washington, os assentamentos na Palestina não seriam necessariamente contrários ao direito internacional. Essas medidas, até pouco tempo consideradas extremamente improváveis por analistas, representam rompimento com a política externa adotada por diferentes presidentes dos EUA(democratas e republicanos) nos últimos anos, bem como contrariam resoluções das Nações Unidas e o entendimento de grande parte da comunidade internacional.

31. As iniciativas culminaram, em janeiro de 2020, com a divulgação do plano "Paz para a Propseridade" - o chamado "deal of the century" -, a esperada proposta do presidente dos EUA para a resolução do conflito. O anúncio, como se recorda, foi bem recebido pela maior parte do estamento político em Israel, dado que atende a grande parte das demandas históricas do país na disputa com os palestinos. Netanyahu, ao lado de Donald Trump durante a apresentação da proposta, afirmou na ocasião que o presidente norte-americano seria "o melhor amigo que Israel já teve na Casa Branca" ("we have the best friend Israel has ever had in the White House, and therefore, we have the best opportunity we ever had").

32. Considero que o plano proposto pelo presidente Donald Trump tem chances de romper o "status quo" e o imobilismo da comunidade internacional no tratamento do conflito israelo-palestino nas últimas décadas. Obteve, ademais, o consentimento expresso do primeiro-ministro israelense, bem como de seu principal rival político, Benny Gantz, para a existência de um estado palestino, ainda que com capacidades limitadas, na Cisjordânia e em Gaza, possibilidade anteriormente rechaçada por diversos políticos israelenses - inclusive de partidos que atualmente integram a base governista. Por fim, o plano apresentou, pela primeira vez, um

mapa com fronteiras aceitáveis à parte israelense. Dado que a liderança palestina - e também a Liga dos Estados Árabes - já deixou clara sua completa objeção ao plano, parece-me que caberia agora, à Organização para a Libertação da Palestina, apresentar sua contraproposta.

33. Críticos locais, por outro lado, destacam que as medidas tomadas pela administração Trump resultaram no rompimento de quaisquer contatos de alto nível entre autoridades palestinas e Washington, colocando em xeque o papel dos EUA como mediador supostamente imparcial do conflito. Argumentam, por sua vez, que o plano de paz seria desequilibrado em favor de Israel e, portanto, teria pouca probabilidade de culminar em um acordo bilateral. Significativamente, o plano sofre oposição também da direita radical em Israel, que considera um anátema a existência de qualquer estado palestino, por mais enfraquecido ou desmilitarizado que seja.

34. Logo após o anúncio do "deal", autoridades locais, entre elas o próprio primeiro-ministro, passaram a defender abertamente a imediata anexação de partes da Cisjordânia, incluindo os blocos de assentamentos israelenses, cerca de 15 assentamentos isolados e o território do Vale do Jordão, na fronteira com a Jordânia (territórios que o plano norte-americano concederia a Israel, que porém são reivindicados pelos palestinos). A grande maioria dos observadores políticos locais avalia que a medida, caso executada, poderia comprometer seriamente a viabilidade de uma possível solução de dois estados e até mesmo a definição de Israel como "estado judeu e democrático", com implicações de longo prazo para o país e para a região.

35. Netanyahu estipulou o prazo de 1° de julho para iniciar o processo de anexação, muito embora ainda restem dúvidas quanto ao escopo do território a ser incorporado formalmente ao Estado de Israel, bem como ao apoio - tanto no governo israelense quanto na comunidade internacional - à medida. Analistas avaliam que o primeiro-ministro deverá levar adiante o processo apenas se ou quando obtiver o aval da Casa Branca para implementar a decisão, bem como a garantia de que Washington reconhecerá a soberania israelense sobre os territórios anexados. Parece bastante improvável, contudo, que o movimento de reconhecimento seja seguido por muitos países da comunidade internacional nesse momento.

36. Em seu entorno imediato, Israel continua a administrar quatro fronteiras com potencial ativo de conflitos armados: Gaza, Cisjordânia, Síria e Líbano. A mais instável delas, o entorno da

Faixa de Gaza, passa desde o fim da operação “Borda de Proteção", em 2014, e, especialmente desde o início dos protestos da Marcha do Retorno, em 2018, por constantes e tensas altercações que levam, com regularidade, a violentos choques entre tropas israelenses e manifestantes palestinos. É bastante comum também o ataque por morteiros e foguetes a comunidades israelenses no entorno da Faixa, invariavelmente respondidos por bombardeios israelenses a alvos em Gaza. Em pelo menos três ocasiões nos últimos dois anos, foguetes de Gaza chegaram a cair em áreas nas imediações de Tel Aviv. É sabido que Egito e a ONU têm buscado intermediar um acordo de cessar-fogo mais duradouro entre Israel e o Hamas em Gaza, mas até o momento as tentativas têm repetidamente falhado. Na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental a situação mostra-se razoavelmente calma nos últimos anos, condição que Israel atribui ao trabalho no terreno da IDF e do Shin Bet. Centenas de ataques teriam sido prevenidos graças à desmontagem de células terroristas e ao trabalho de inteligência levado a cabo.

37. Preocupa, entretanto, as autoridades locais a possibilidade de escalada de violência na esteira de eventual anexação de partes da Cisjordânia a Israel, ainda que no momento não seja possível prever qual será a reação da "rua palestina" à medida. Recordo que o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, anunciou em meados de maio que seu governo não mais se considera vinculado aos acordos existentes com Israel, e se retiraria mesmo das importantes iniciativas bilaterais de cooperação em segurança.

38. Na Síria, tabuleiro que preocupa Israel no médio prazo, o objetivo tem sido evitar o enraizamento de tropas iranianas ou de milícias xiitas nas proximidades do Golã. O governo não tem negado os constantes bombardeios atribuídos a Israel a alvos ligados ao Irã no território sírio e, mais recentemente, até em certas áreas do Iraque. A fronteira com o Líbano, por sua vez, permanece tensa, principalmente após a descoberta de túneis do Hezbollah que penetravam o território israelense em vários pontos. Em dezembro de 2018, participei, na companhia do primeiro-ministro Netanyahu e de grupo de embaixadores, de missão de reconhecimento de túnel descoberto nas proximidades da cidade de Metulla, na Alta Galileia. Cabe lembrar, nesse ponto, que Israel permanece extremamente crítico do trabalho da UNIFIL na tarefa de impedir que tropas do Hezbollah se enraízem no sul do Líbano.

39. A política externa de Bibi tem investido no fortalecimento das relações com países cujo diálogo era, até recentemente, menos fluido, como na América Latina, na África e em partes da Ásia, inclusive o Oriente Médio. Merece destaque especial, nesse contexto, os esforços de aproximação com países árabes e muçulmanos

nos últimos anos. A despeito de momento particularmente delicado nas relações com a Jordânia, país que, como o Egito, mantém tratado de paz com Israel, o primeiro-ministro israelense tem buscado aproximação informal com países influentes do Golfo como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos (EAU), entre outros, frente ao interesse comum em combater o que percebem como a ameaça representada pelo crescimento da influência iraniana na região. Recordo que, em outubro de 2018, Netanyahu fez histórica visita a Omã, onde foi recebido pelo então sultão Qaboos bin Said. A ministra de Esportes e Cultura de Israel, Miri Regev, por sua vez, esteve nos EAU no mesmo ano para assistir a campeonato mundial de judô, ocasião em que visitou a Grande Mesquita de Abu Dhabi.

40. O processo de anexação de partes da Cisjordânia, no entanto, deverá, caso adotado, resultar em retrocesso no relacionamento de Israel com a maioria dos países árabes. O rei da Jordânia, Abdullah II, por exemplo, afirmou que a medida traria sérias consequências para as relações bilaterais entre os dois países. A discreta aproximação com as monarquias do Golfo, sobretudo EAU e Arábia Saudita, também deverá ser de alguma maneira afetada.

41. No continente africano, Israel também tem procurado expandir sua influência, sobretudo por meio de iniciativas de cooperação. Em troca de assistência técnica e investimentos nas áreas de segurança, saúde e tecnologia, entre outros campos, Israel busca o apoio de países africanos em foros multilaterais como as Nações Unidas, onde votações sobre a questão da Palestina costumam contar com amplo apoio do continente contra os interesses de Israel.

42. A esse respeito, destaco que Israel inaugurou, em 2019, sua embaixada em Ruanda, a décima primeira no continente (entre os anos 1950 e início dos 1960, o país chegou a dispor de cerca de 30 embaixadas na África). No mesmo ano, Israel anunciou o reatamento de laços diplomáticos com o Chade e, em fevereiro de 2020, Netanyahu encontrou-se com o líder do Sudão, Abdel Fattah al-Burhan, em Uganda, onde ambos concordaram em normalizar as relações e anunciaram que aeronaves civis israelenses seriam autorizadas a sobrevoar o país africano.

43. Cabe salientar que a aproximação com o Sudão reveste-se de importância simbólica uma vez que Cartum sediou, em setembro de 1967, logo após a Guerra dos Seis Dias, a conferência da Liga dos Estados Árabes em que foi adotado documento que ficaria conhecido como a "resolução dos três nãos": "no peace with Israel, no recognition of Israel, and no negotiations with Israel".

44. Israel tem procurado, ademais, fortalecer seus laços com

países na América Latina considerados prioritários. Em sinal da importância dada ao continente, Netanyahu visitou Argentina, Colômbia e México em setembro de 2017, a primeira visita à região de um primeiro-ministro israelense no exercício do mandato, além de, em 2019, realizar viagem de uma semana ao Brasil para participar das cerimônias de posse do presidente da República Jair Bolsonaro.

45. A Guatemala - único país a seguir os Estados Unidos e transferir sua embaixada para a cidade de Jerusalém - e Honduras também estabeleceram relações próximas com o país nos últimos anos. A despeito do cenário positivo, Israel sofreu revezes no continente nestes últimos anos, sobretudo a decisão paraguaia de reverter a mudança de sua embaixada para Jerusalém, bem como a decisão do governo colombiano de reconhecer a Palestina como estado, em agosto de 2018.

46. Na Europa, apesar da relação próxima e do apoio irrestrito a Israel em matéria de segurança, o relacionamento permanece delicado frente à orientação europeia de firme observância ao direito internacional, o que resulta em frequentes críticas à política de assentamentos. Em foros multilaterais, estados europeus continuam a defender a solução de dois estados para o conflito, com base no direito internacional, bem como a criticar a expansão de colônias israelenses em território palestino. Reiteram, ademais, a posição europeia de que Jerusalém deveria ser a "capital compartilhada" dos dois estados.

47. O relacionamento deverá ser bastante impactado, ademais, caso Israel de fato implemente a decisão de anexar partes da Cisjordânia a seu território. Como se recorda, a maioria dos países europeus é frontalmente contra a anexação ilegal de territórios ocupados e estuda alguma maneira de reagir à decisão israelense. Nesse contexto, o governo israelense tem buscado o apoio de países próximos aos EUA, como o Reino Unido, ou com sensibilidades históricas em relação a Israel, como a Alemanha, para impedir que opositores assertivos da ocupação consigam prevalecer na formação das posições comunitárias. Ademais, o país tem buscado consolidar sua parceria com alguns países do leste europeu, principalmente Hungria e República Tcheca, os quais têm igualmente logrado, até o momento, impedir posições mais duras contra Israel no âmbito da União Europeia.

48. As relações com a Rússia, por sua vez, permanecem sólidas, a despeito de desentendimentos em consequência dos constantes ataques israelenses na Síria, geralmente contra alvos iranianos. Moscou segue sendo a única potência com capacidade de dialogar com

todos os atores do Oriente Médio, incluindo os arqui-inimigos Israel e Irã. Netanyahu e Putin, ademais, desenvolveram excelente relação pessoal e parecem ter encontrado maneira de defender seus próprios interesses sem comprometer o relacionamento bilateral. Recordo que, em abril de 2017, antes dos movimentos norte-americanos sobre a questão, em nota então considerada paradigmática, a Rússia reconheceu Jerusalém Ocidental como capital de Israel e Jerusalém Oriental como capital da Palestina.

49. Também é digno de comentário o excelente estágio das relações bilaterais com a Índia, evidenciadas pela troca de visitas entre os chefes de governo dos dois países nos últimos anos: em julho de 2017, o primeiro-ministro Narendra Modi realizou a primeira visita de um chefe de governo indiano a Israel, gesto reciprocado, em janeiro de 2018, por Netanyahu. Não obstante o fortalecimento das relações, cabe destacar que, no campo político, a Índia tem assegurado que o tradicional apoio prestado à causa palestina não seja relegado a segundo plano e continua a defender a solução de dois estados, com base nas linhas de 1967, para colocar fim ao conflito.

IV. ECONOMIA

50. Nos últimos três anos, a economia de Israel manteve-se em ritmo positivo de crescimento e registrou índices macroeconômicos muito favoráveis. A política de austeridade, o estímulo ao investimento privado e a independência do Banco Central, consensos nacionais, balizavam a economia de Israel até o início da pandemia do novo coronavírus. Antes do advento do COVID-19, eram boas as perspectivas e previsões para os próximos anos (mesmo frente às incertezas políticas do momento).

51. Até o final do primeiro trimestre do ano corrente o maior desafio econômico do país continuava a ser o acelerado aumento do custo de vida. A rápida valorização imobiliária, especialmente em Tel Aviv e Jerusalém, e o aumento do custo de combustíveis, aluguéis e alimentos vinham pressionando a classe média e gerando insatisfação, em especial entre os jovens, que se veem impelidos a endividar-se para pagar estudos universitários e a buscar moradia em locais cada vez mais distante dos centros urbanos. Em pesquisa da revista CEOWORLD, publicada em fevereiro de 2020, Israel aparece como o 8° país mais caro do mundo, superando Hong Kong, Singapura, Reino Unido, França e Estados Unidos. Em março de 2019, a "Economist Inteligence Unit" já havia classificado Tel Aviv como a cidade com o 10° maior custo de vida.

52. Segundo dados publicados pelo "Central Bureau of Statistics" (CBS), o PIB nominal de Israel atingira, no início de 2019, US$ 387.717 milhões, após crescimento de 3,3%, desempenho só ligeiramente abaixo daqueles registrados nos anos de 2018 e 2017 (3,4% e 3,6%, respectivamente). O PIB "per capita" crescera 1,3% em relação a 2018, atingindo US$ 43.600,00 em preços correntes, média acima do crescimento de 1,1% dos países da OCDE no mesmo período. A taxa de desemprego no país fora também a mais baixa desde 1992, descendo a 3,4% (contra 4,3%, em 2018).

53. Em 2019, o índice inflacionário foi de cerca de 1%, mantendo-se dentro das metas estabelecidas pelo Banco Central de Israel (1% a 3%). A exportação de produtos e serviços crescera 3,3%. Investimentos em ativos fixos sofreram pequeno aumento (0,3%), após forte incremento em 2018 (4,8%). As reservas em moeda estrangeira, em dezembro de 2019, eram de US$ 126,02 bilhões, representando cerca de 30% do PIB, percentagem semelhante à registrada em dezembro de 2018. O Banco de Israel manteve estável a taxa básica de juros em 0,25%, a mesma de 2018.

54. Com o advento do COVID-19, o governo local adotou progressivas e rígidas medidas de isolamento social, com o intuito de combater a propagação do vírus. Como consequência, houve queda brusca da atividade econômica a cerca de 15% do desempenho de antes do início da crise. O desemprego no país cresceu de forma exponencial, saltando de 3,4% (janeiro de 2020) para 26% (em maio de 2020), número sem precedentes de israelenses fora do mercado de trabalho (algumas regiões mais dependentes do turismo, como a cidade de Eilat, no extremo sul do país, registraram taxas de até 70% de desemprego).

55. Apesar de todos os setores, sem exceção, terem sofrido com os efeitos da paralisia econômica, pequenas e médias empresas foram os negócios mais afetados. Segundo a imprensa econômica, a maior parte dos negócios abertos há menos de cinco anos e que foram proibidos de funcionar, por não se enquadrarem na categoria de atividades essenciais, deverão encontrar enormes dificuldades para manterem-se até o final do corrente ano. Grande parte dos indivíduos que se declararam como desempregados estão, na realidade, em dispensa temporária sem vencimentos, o que em termos práticos os coloca em situação análoga e igualmente precária àqueles sem renda. O Serviço Nacional de Emprego calcula, ademais, que 10% a 20% do total dos compulsoriamente licenciados não lograrão manter seus empregos, uma vez retomado o ritmo econômico. Com isso, projetam que, caso a economia retome o ritmo anterior à pandemia, a taxa de desemprego se reduzirá, até o final do ano, a

aproximadamente 7%, um aumento de 150 mil desempregados, em relação aos 3,4% de janeiro.

56. De maneira a mitigar os efeitos negativos da pandemia na economia, ao longo dos últimos meses, o governo israelense vem anunciando estímulos econômicos. Para tanto, realizou a maior emissão de títulos de sua história, no total de US$ 5 bilhões: US$ 2 bilhões em títulos de 10 anos (com juros anuais de 2,75%); US$ 2 bilhões em títulos de 30 anos (a 3,87% de juros anuais); e US$ 1 bilhão em inéditos títulos de 100 anos (com juros anuais de 4,5%). O Banco de Israel informou que alocará US$ 15 bilhões para transações em moedas nos bancos domésticos, de forma a permitir liquidez no mercado de câmbio, estabilizar a cotação da moeda israelense e evitar sua desvalorização perante o dólar.

57. O Ministério das Finanças indicou recentemente que injetará NIS 80 bilhões (US$ 22 bilhões) na atividade econômica. O governo concedeu auxílio financeiro emergencial às famílias israelenses, de modo a acalmar a inquietação de significativa parte da população: famílias receberam NIS 500 por filho (cerca de R$ 790,00, até a quarta criança); e idosos perceberam igual quantia, paga diretamente em suas contas bancárias e sem que tenha sido necessário requisitá-las. O governo também baixou a idade mínima, de 28 para 20 anos, para o recebimento de benefícios extraordinários por parte de trabalhadores autônomos.

58. Apesar dos incentivos governamentais para a retomada econômica, o Banco de Israel estima que as medidas para conter o COVID-19 continuarão a ter efeitos negativos nos segundo e terceiro trimestres deste ano, com recuperação somente a partir do último trimestre de 2020. Em seu mais recente relatório, o "Central Bureau of Statistics" indicou que, no primeiro trimestre de 2020, a economia do país sofreu contração de 7,1%, sob o impacto da pandemia no comércio, nos investimentos e nos gastos do consumidor e do governo. As exportações caíram 5,9% no período de janeiro a março, os gastos privados desabaram 20,3% e o investimento em ativos fixos reduziu-se 17,3%. As importações diminuíram 27,5% e os gastos do governo encolheram 10,3%. Essa terá sido a primeira contração trimestral do produto interno bruto em Israel desde 2012.

V. COMÉRCIO BILATERAL

59. Em 2019, foi concluído o cronograma de desgravação das linhas tarifárias ofertadas no âmbito do Acordo de Livre Comércio Mercosul-Israel. Recordo que a implementação plena desse instrumento ainda aguarda o equacionamento de mandato conferido

pelo Congresso Nacional brasileiro de estabelecimento de mecanismo por meio do qual os produtos oriundos dos Territórios Palestinos Ocupados sejam excluídos dos seus benefícios. A esse respeito, a parte sul-americana já apresentara documento intitulado "Tariff treatment of the originating products in territories under Israeli administration since 1967", quando da realização da II Reunião do Comitê de Administração Conjunta (CAC), realizado em Montevidéu (2018).

60. A III Reunião do CAC, previamente agendada para o segundo semestre de 2019, foi adiada por falta de consenso da parte sul-americana sobre os termos de referência para a expansão do Acordo, o que potencialmente comprometeria a obtenção de resultados concretos durante a referida reunião. Em conversas informais a respeito do próximo encontro, a parte israelense tem mostrado interesse em negociar a ampliação das ofertas com Mercosul e ver incluídas disciplinas sobre investimentos.

61. Apesar da desgravação das linhas tarifárias ofertadas no âmbito do Acordo Mercosul-Israel, é forçoso notar que, uma década após sua entrada em vigor (2010), o acordo não promoveu substantiva alteração na balança comercial entre o Brasil e Israel, quer nos termos nominais, quer no perfil da troca entre os parceiros. Com efeito, manteve-se o déficit em desfavor da parte brasileira: se no início da década, as exportações brasileiras a esse mercado chegaram a US$339.195.751,00 (2010); em 2019, registaram patamar semelhante, com a soma de US$ 371.830.715,00. No mesmo período, as exportações israelenses para o mercado brasileiro passaram de US$1.012.379.239,00 (2010) para US$ 1.205.411.588,00.

62. Nos últimos dez anos, não houve mudanças significativas no perfil das trocas bilaterais. De acordo com os dados do Ministério da Economia brasileiro, entre 2010 e 2018, a parte brasileira manteve a exportação de produtos de base, com predominância de carne congelada e soja e, entre a parcela de produtos manufaturados, suco de laranja congelado e calçados (a percentagem de exportações de manufaturados a Israel nunca ultrapassou 48,9%, atingida em 2016). O país importou, no entanto, no mesmo período, quase que exclusivamente produtos semi-manufaturados (como cloreto de potássio) e manufaturados (como inseticidas e adubos/fertilizantes), não tendo as importações israelenses de produtos de base ultrapassado a marca de 3,44% do total.

63. No âmbito geral das trocas brasileiras com o exterior, Israel teve participação, no período 2018-2019, de 0,17% nas exportações brasileiras (56° país no ranking de destinos de comércio) e 0,68% de participação nas importações brasileiras (31° país na lista de

origem de importações).

64. De modo a estreitar as relações econômico-comerciais, nos últimos anos, diversas autoridades brasileiras ligadas à área econômica estiveram em Israel. Entre elas, destacam-se a delegação liderada pelo Ministro da Indústria e Comércio Exterior (2017), durante a qual manteve encontro com o Ministro da Economia de Israel e com representantes de organizações voltadas aos campos da inovação e empreendedorismo; e a visita do Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação (2019), na qual reuniu-se com seu homólogo israelense, proferiu discurso na "Ilan Ramon Space Conference", participou da "Cybertech" (principal plataforma de rede B2B da indústria cibernética mundial) e visitou a maior planta de dessalinização do mundo, localizada em Soreq, no sul do país.

65. Além da agenda de encontros bilaterais, ao longo dos quase três anos de minha gestão, a Embaixada também coordenou seminários empresariais, como o "Brazil-Israel Business and Innovation Summit", organizado no âmbito da bem-sucedida visita do presidente Jair Bolsonaro a Israel, em março de 2019. A ocasião contou com discursos do mandatário brasileiro e seu homólogo israelense, além de reuniões de trabalho entre exportadores brasileiros e importadores israelenses sobre inovação, defesa e agronegócio.

66. Também merecem destaque a realização de Mesa Redonda de Investimentos no Agronegócio Brasileiro, em 2017, que contou com a participação de representantes do MAPA, EMBRAPA e APEX, além de cerca de 40 empresários e investidores israelenses do setor; e, em 2018, de "workshop" e degustação de churrasco brasileiro, evento promovido pela Embaixada, em coordenação com a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes Bovinas (ABIEC) e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos(APEX-Brasil). O evento, do qual participaram cerca de 150 pessoas, cumpriu com o objetivo de disseminar informações sobre o modelo de produção da carne brasileira e celebrar a primeira exportação de carne bovina resfriada para este país.

67. Nesse ponto, considero oportuno ressaltar que a venda de carne bovina brasileira para Israel mantém-se como um dos mais importantes componentes da nossa pauta de exportações. Israel é nosso décimo maior mercado nesse segmento e, apesar de os números terem se mantido estáveis nos últimos anos, o comércio bilateral do produto tem perdido dinamismo em razão, principalmente, de problemas recorrentes com certificados sanitários e condições de transporte do produto. Oportunidades de expansão têm sido perdidas e importadores locais que mantêm contato com o setor comercial da Embaixada ressentem-se reiteradamente de "incertezas, atrasos e

falta de confiabilidade" dos fornecedores brasileiros. O Brasil, que tradicionalmente era o segundo maior fornecedor de carne para Israel, encontra-se hoje na terceira posição (atrás de Argentina e Uruguai). Os dados mais atuais disponíveis sobre o comércio exterior israelense (2018), apontam agora para o risco de o Brasil ser superado pelo Paraguai, país que tem registrado crescimento contínuo de exportação de carne para o mercado local nos últimos tempos.

68. Destaco, ainda, a realização pela Embaixada, em 2018, do Seminário sobre Oportunidades de Investimentos nos Setores Nacionais de Gás e Petróleo, durante o qual conferencistas e autoridades brasileiras, como o professor Alfredo Renault, da ANP, puderam atualizar cerca de 80 empresários israelenses sobre a realidade brasileira nesse campo. O setor de gás tem ganhado rápida e especial relevância em Israel, principalmente após o início da exploração nos campos "offshore" de Tamar e, mais recentemente, Leviathan, localizados no Mediterrâneo, a cerca de 80 milhas a oeste de Haifa. Especialistas apontam que as reservas, além de conferirem relativa autonomia e segurança energética a Israel, área em que o país sempre foi notoriamente dependente, têm o potencial de transformar rapidamente a geoeconomia do Mediterrâneo Oriental.

69. Ainda com relação a visitas e eventos na área comercial, ressalto que, em novembro de 2019, sob a liderança do secretário-executivo do Ministério da Agricultura, delegação da Organização das Cooperativas Brasileiras cumpriu intensa agenda de negócios em Israel. Na ocasião, foi organizada reunião "B2B" com a participação de importadores israelenses do setor de alimentos, bem como atividades no contexto da participação brasileira na feira internacional de alimentos ISRAFOOD 2019, resultado da parceria entre o MRE e o MAPA.

70. Em evento que teve grande repercussão midiática e política, a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX-Brasil) realizou cerimônia, em dezembro último, para celebrar a inauguração de seu escritório em Jerusalém. O evento contou com a participação do primeiro-ministro de Israel, sua esposa, Sara Netanyahu, e outras lideranças israelenses. Pelo lado brasileiro, participaram o presidente da APEX, Sérgio Segóvia, e o deputado federal Eduardo Bolsonaro. O evento contou com cerca de 200 convidados, entre empresários, representantes de câmaras de comércio, de associações comerciais e de veículos de imprensa brasileiros e israelenses. Estruturada em duas partes, a cerimônia teve início com discursos de autoridades e, em sequência, promoveu debate com empresários locais sobre as possibilidades de

incremento do comércio e parcerias em inovação.

71. Desde a inauguração da representação da APEX, o setor comercial da Embaixada tem mantido contato assíduo de modo a coordenar atividades junto às instituições econômicas e comerciais, institutos de pesquisa e investimentos israelenses. O setor comercial da Embaixada e o escritório da APEX também tencionam realizar estudos conjuntos para analisar possíveis novas áreas prioritárias para ações de promoção de exportações brasileiras no mercado israelense, de modo a buscar superar dificuldades de ampliação da nossa pauta de comércio.

72. Noto que Israel, apesar de reconhecido como mercado relativamente aberto ao comércio internacional, mantém protegidos por barreiras tarifárias e não-tarifárias importantes setores de sua economia. Exemplos relevantes de barreiras a produtos brasileiros são encontrados nos mercados de importação de lácteos, frutas e verduras, assim como de carne de frango.

73. De modo a colaborar com exportadores brasileiros para este mercado, a Embaixada também está ultimando a elaboração da versão 2020 do guia "Como Exportar Para Israel", cuja edição mais recente data de 2016. Ainda sobre temas relevantes para a relação comercial, ressalte-se que a parte israelense vem buscando informalmente o apoio brasileiro para a isenção do Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) que, no entanto, até o momento, não foi concedido a nenhum parceiro extrarregional do Mercosul.

74. Vale mencionar ainda que, em 2018, a companhia aérea LATAM estabeleceu voo direto entre Tel Aviv e São Paulo, com quatro frequências semanais, fato que vinha, até o início da pandemia de covid-19, promovendo maior intercâmbio entre os dois países e atendendo o crescente fluxo de empresários e turistas brasileiros que visitam Israel.

VI. COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DEFESA

75. Israel atualmente ocupa o 20º lugar no ranking mundial de competitividade do "Global Competitiveness Report" de 2019 (Brasil ocupa a 71ª posição), lidera o ranking de competitividade no Oriente Médio e no Norte da África e ocupa a 10ª posição no "Global Innovation Index" (2019). Ao longo dos últimos anos, tornou-se um dos principais polos de tecnologia no mundo, graças a um

ecossistema de inovação muito robusto. Israel é também o país que investe a maior proporção de seu produto interno bruto em Pesquisa e Desenvolvimento (4,3% do PIB), liderança que manteve em quase todos os anos ao longo da última década. O país lidera, ainda, o ranking mundial em termos de velocidade de crescimento de empresas de inovação.

76. O setor de alta tecnologia israelense opera em um mercado local pequeno, mas totalmente aberto às cadeias produtivas globais. A maioria de empresas do setor apresenta envolvimento com multinacionais e com investidores externos e realiza a maior parte de suas operações financeiras em moeda estrangeira. Tanto os competidores quanto a clientela das empresas de alta tecnologia israelenses estão espalhados pelo mundo, fato que atesta a vocação fundamentalmente global do ecossistema de inovação de Israel. O país ocupa o primeiro lugar no mundo em número de "start-ups" per capita, as quais atraíram, coletivamente, investimentos da ordem de 6,47 bilhões de dólares somente em 2018.

77. Em termos tecnológicos, a inovação israelense concentra-se no setor de tecnologias de informação e comunicação (a indústria israelense de segurança cibernética é a 2° principal do mundo), mas, nos últimos dois anos, foi notável o crescimento dos setores de "fintech" e de inteligência artificial, este último ocupando o ranking de 3° no mundo em número de "start-ups" de inteligência artificial.

78. Geograficamente, o principal "hub" da atividade inovadora no país está concentrado na cidade de Tel Aviv, principalmente na região sul do Boulevard Rothschild, área, aliás, onde se encontra sediada a Embaixada. Tel Aviv detém o maior número mundial de "start-ups" per capita depois do Vale do Silício e abriga 73 centros de P&D de grandes empresas transnacionais, entre eles um escritório da brasileira AMBEV. São de importância relativamente menor os ecossistemas de Haifa, Jerusalém e Beersheva.

79. Tendo em vista as caraterísticas do ecossistema de inovação israelense (grande dinamismo, mercado local reduzido, busca de escala e vocação global), é possível destacar a existência de complementaridades entre as economias israelense e brasileira, do que têm resultado muitas oportunidades de negócios, sobretudo do tipo "B2B", levando a uma cada vez maior e mais espontânea aproximação entre atores dos dois países. Essa aproximação refletiu-se, nos últimos anos, em considerável aumento do fluxo de missões e visitas prospectivas de atores do sistema de inovação do Brasil a Israel, e vice-versa, tendência essa que veio a ser ainda mais fortalecida com a aproximação política entre os dois países,

verificada desde o início do mandato do presidente Jair Bolsonaro.

80. De forma a responder ao exponencial aumento da demanda por iniciativas de cooperação bilateral com Israel, promovi a criação, na Embaixada, do Setor de Cooperação, o qual passou a concentrar o acompanhamento da agenda bilateral relacionada a cooperação em ciência, tecnologia e inovação, defesa e acordos internacionais, temas esses que, anteriormente, estavam dispersos por diferentes setores do posto.

81. Iniciadas as atividades do setor de Cooperação, ficou evidente que, naquele momento, já havia considerável intercâmbio "bottom-up" entre atores brasileiros e israelenses nas áreas de CT&I e, sobretudo, na de defesa. Entretanto, ficou também clara que a flagrante ausência de acordos internacionais entre Brasil e Israel que regulassem e conferissem previsibilidade jurídica às iniciativas de cooperação bilateral era um grande óbice ao seu aprofundamento. Em vista desse obstáculo, dediquei tempo considerável de minha gestão à negociação de importantes minutas de acordos bilaterais, algumas delas travadas há vários anos (e.g., acordo de defesa), bem como tomei providências para que pudesse ser celebrado, em fevereiro de 2018, o Acordo de Previdência Social entre Brasil e Israel.

82. Esses esforços em prol do adensamento e da modernização do quadro normativo bilateral entre Brasil e Israel, realizados em intensa coordenação com as áreas competentes da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, com os ministérios brasileiros competentes e com representantes do governo local, culminaram na exitosa celebração de quatro importantes tratados entre os governos dos dois países, por ocasião da viagem do presidente Jair Bolsonaro a Israel, no primeiro semestre de 2019. São eles: o Acordo para Cooperação em Ciência e Tecnologia; o Acordo para Cooperação em Segurança Pública, Prevenção e Combate ao Crime Organizado; o Acordo Sobre Cooperação em Questões Relacionadas à Defesa; e o Acordo sobre Serviços Aéreos. Na ocasião, foram firmados, ainda, dois atos interministeriais, o Memorando de Entendimento entre o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o Israel National Cyber Directorate para Cooperação na Área de Segurança Cibernética; e o Plano de Cooperação na Área da Saúde e da Medicina entre Ministérios da Saúde para os anos 2019-2022.

83. A celebração desses acordos constitui marco histórico nas relações bilaterais entre Brasil e Israel. Tão logo entrem em vigor, sua devida implementação constituirá uma das maiores oportunidades para os que se ocupam das relações bilaterais entre

os dois países. A esse respeito, sugiro à próxima chefia deste posto que aproveite o enorme trânsito de autoridades brasileiras que passam por Israel a fim de engajá-las nos esforços de tramitação, no Brasil, desses acordos, tanto no Executivo quanto no Congresso Nacional, a fim de que sua entrada em vigor seja expedita.

84. A seguir, apresento histórico resumido das principais visitas a Israel realizadas por autoridades e delegações brasileiras desde o início de minha gestão até o presente momento, no que se refere ao seu impacto para o setor de Cooperação:

- Em setembro de 2017, delegação composta por membros do SEBRAE-DF e da Federação da Agricultura e Pecuária do DF realizou missão técnica empresarial a Israel com o objetivo de participar da conferência WATEC Israel 2017. Na ocasião, os membros da delegação visitaram também empresas israelenses que oferecem soluções para irrigação e reaproveitamento hídrico.

- O presidente da Câmara dos Deputados, deputado Rodrigo Maia, realizou visita a Israel no período de 28/10 a 1/11/2017, acompanhado de comitiva composta por nove deputados federais. Durante sua permanência em Israel, o deputado Rodrigo Maia cumpriu agenda de contatos com seu homólogo na Knesset, com empresas de segurança pública e defesa e com o Ministro da Segurança Pública de Israel. No encontro com representantes de empresas israelenses de defesa e segurança pública, foram apresentados produtos e serviços israelenses com foco no combate ao crime organizado e à violência urbana de modo geral, bem como na proteção de infraestruturas críticas. Após vários anos de resistência de governos brasileiros precedentes a qualquer tipo de cooperação com Israel na área de segurança pública, a missão do presidente da Câmara dos Deputados representou um dos primeiros movimentos de reinserção desse tema na agenda bilateral e abriu caminho para as negociações que resultariam na celebração, em 2019, do Acordo para Cooperação em Segurança Pública, Prevenção e Combate ao Crime Organizado.

- O então ministro da Educação, José Mendonça Bezerra Filho, e um grupo de parlamentares brasileiros realizaram visita a Israel entre 28/01/2018 e 2/02/2018, ocasião em que mantiveram reuniões de trabalho com o ministro israelense de Ciência, Tecnologia e Espaço, Ofir Akunis. O objetivo da missão foi conhecer as principais experiências das universidades locais com inovação, assim como suas iniciativas de pesquisa aplicada.

- Em fevereiro de 2018, o então ministro das Relações Exteriores,

Aloysio Nunes, realizou visita durante a qual restou evidenciada a existência de interesse mútuo em estreitar relações a partir da cooperação bilateral. Além de possibilitar a celebração do Acordo de Previdência Social, essa visita teve como mérito adicional sublinhar o grande potencial a ser explorado entre Brasil e Israel nas áreas de defesa, segurança pública, ciência, inovação e cultura. Por seu intermédio, foram relançadas as bases para o maior aprofundamento de agenda positiva bilateral.

- Também em fevereiro de 2018, teve lugar missão de imersão no ecossistema de ciência, tecnologia e inovação de Israel chefiada pelo então presidente da FINEP, Professor Marcos Cintra, e integrada pelo presidente da EMBRAPII, pela presidente do CONFAP (Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa), por funcionários da FINEP, por pesquisadores da USP e UFRJ e por representantes do setor privado. Ressalte-se que a missão logrou reunir alguns dos principais atores do sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação, que visitaram Israel com o fito de procurar identificar possibilidades para cooperação bilateral e intercâmbio científico e tecnológico em benefício de instituições brasileiras. A delegação visitou laboratórios, "start-ups" e instituições públicas e privadas de ponta, nas quais se inteirou acerca de algumas das principais tecnologias desenvolvidas e dos atores mais relevantes em Israel.

- Em maio de 2018, duas numerosas comitivas compostas por membros dos governos dos Estados do Maranhão e de Goiás visitaram Israel para participar da conferência AGRITECH e visitar empresas e instituições do governo israelense na área de agrotecnologia e inovação.

- Entre os dias 17 e 21 de junho, delegação brasileira formada por integrantes do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e do Exército realizou visita a Israel com o fito de participar da conferência "Cyber Week 2018" e cumprir agenda de encontros bilaterais com autoridades do governo de Israel. A delegação, chefiada pelo General de Divisão Gláucio Lucas Alves, subchefe de Material do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro, foi composta ainda pelo diretor do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações do GSI-PR e pelo coordenador-geral do Centro de Tratamento de Incidentes de Redes do Governo do GSI-PR. A visita foi responsável por fortalecer os já existentes intercâmbios entre os setores de defesa cibernética do Exército brasileiro e das Forças de Defesa de Israel e de estabelecer os primeiros contatos entre atores do setor de segurança cibernética no Brasil e o Israel National Cyber Directorate, do que resultaria o início de

cooperação bilateral na área e a posterior assinatura do citado Memorando de Entendimento sobre o tema, em 2019.

- Entre 5 e 8 de agosto, o então ministro da Defesa, General de Exército Joaquim Silva e Luna, realizou exitosa visita oficial a Israel, a qual alçou a patamar ainda mais elevado a já tradicional cooperação bilateral na área de defesa. Durante reunião entre os ministros da Defesa de Brasil e Israel, determinou-se a criação de Grupo de Trabalho bilateral, com a função de examinar as novas vertentes da cooperação em defesa entre os dois países. Foi nesse contexto em que se conferiu prioridade aos temas da defesa cibernética e da construção conjunta de satélites e lançadores, os quais, atualmente, seguem sendo dois dos principais pilares da cooperação em defesa do Brasil com Israel. Destaque para o fato de o então ministro da Defesa brasileiro ter sido recebido pessoalmente pelo presidente de Israel, Reuven Rivlin, o que constituiu deferência especial ao ministro brasileiro e sublinhou a importância que os israelenses conferem à cooperação com o Brasil na área de defesa.

- Em setembro de 2018, delegação de membros da CNI, com participação do então Secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do MCTIC, Álvaro Toubes Prata, realizou em Israel edição de seu Programa de Imersões em Ecossistemas de Inovação. A visita teve por finalidade estabelecer contatos entre o empresariado brasileiro e setores de inovação em Israel, de modo a fomentar a realização de projetos colaborativos de PD&I entre as empresas nacionais e as instituições israelenses.

- Durante o mês de novembro de 2018, passaram por Israel o governador do Ceará, Sr. Camilo Santana, e o vice-governador do Maranhão, Sr. Carlos Brandão, que participaram da conferência "Israel HLS & Cyber"; o então presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Ilan Goldfajn, que manteve encontros com autoridades locais e participou de conferência em homenagem a presidente do Banco Central de Israel; e delegação chefiada pelo presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, cuja missão teve por objetivo conhecer melhor o ecossistema de inovação local.

- Em dezembro de 2018, o então governador eleito do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Wilson José Witzel, realizou visita de trabalho a Israel, ocasião em que visitou o Weizmann Institute of Science e o instituto de tecnologia Technion, manteve contatos com empresas da área de segurança pública e se reuniu com o ministro israelense de Segurança Pública e Assuntos Estratégicos, Gilad Erdan.

- Em janeiro de 2019, visitou Israel o ministro da Ciência,

Tecnologia, Inovações e Comunicação, Marcos Pontes. Com intensa agenda de encontros, o ministro Pontes reuniu-se com seu congênere, o ministro da Ciência, Tecnologia e Espaço de Israel, Ofir Akunis, oportunidade em que avançaram as negociações em torno da minuta do Acordo para Cooperação em Ciência e Tecnologia, o qual viria a ser assinado 3 meses depois, durante a visita presidencial. O ministro Pontes participou, ainda, da "Ilan Ramon Space Conference", onde proferiu discurso, e da Cybertech, principal plataforma de rede B2B da indústria cibernética mundial realizada em Israel. Constaram, ainda, do programa encontros com vários especialistas na área de dessalinização, uma visita à maior usina de dessalinização do mundo, localizada no sul do país, e visita ao Weizmann Institute of Science.

- Em março de 2019, visitou Israel delegação chefiada pelo reitor da Universidade de São Paulo, Prof. Vahan Agopyan, que manteve agenda de encontros com representantes das principais universidades do país. Missão de mesmo formato foi realizada pelo reitor da UNESP, Prof. Sandro Roberto Valentini, em julho de 2019.

- Em abril de 2019, o SEBRAE realizou missão técnica a Israel voltada ao conhecimento de experiências exitosas de apoio a pequenos negócios e empreendedorismo, com foco em startups. O objetivo da missão foi construir pauta com instituições israelenses que desenvolvem iniciativas no campo do empreendedorismo e fortalecer as frentes de atuação do SEBRAE junto à rede GEN (Global Entrepreneuship Network).

- Em maio de 2019, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), do MJSP, enviou delegação a Israel a fim de conhecer o sistema de penitenciárias de segurança máxima deste país.

- O Presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, realizou viagem oficial a Israel, de 16 a 22 de junho de 2019. A visita do ministro Toffoli ocorreu em paralelo a viagem de caráter privado organizada pelo AJC (American Jewish Committee) e pela CONIB em favor de grupo de magistrados brasileiros (entre os quais, os ministros Roberto Barroso e Rosa Weber, do STF, além de ministros do Superior Tribunal de Justiça). Além de manter encontros com autoridades do judiciário israelense, o ministro Toffoli e sua comitiva participaram de reunião, na embaixada, com Amit Ashkenazi, consultor jurídico do Israel National Cyber Directorate (INCD) e um dos idealizadores de inúmeros projetos de lei e regulamentos sobre o tema da segurança cibernética em Israel, e visitaram o CyberSpark, em Beersheva, e presídios de segurança máxima na região central do país.

- Em setembro de 2019, a CNI realizou nova missão de imersão no ecossistema de inovação de Israel, semelhante em formato a sua missão do ano anterior. Em outubro de 2019, missão da Federação das Indústrias de Santa Catarina fez visita no mesmo formato.

- Em outubro de 2019, o senador Flávio Bolsonaro realizou missão oficial a Israel, a convite da prefeita de Haifa, Sra. Einat Rotem. Além de participar de eventos de natureza cultural, a comitiva do senador Bolsonaro visitou a sede da Polícia de Israel, em Jerusalém, onde assistiu a apresentações sobre os trabalhos da Divisão de Investigação e de Inteligência, do "Fusion Center" (unidade responsável por desenvolver e operar soluções tecnológicas voltadas para a unificação de dados de inteligência oriundos de diferentes fontes) e do Centro de Comando e Controle da Polícia de Israel. A comitiva cumpriu, ainda, intensa agenda de visitas técnicas em Holon, ao sul de Tel Aviv, onde assistiu a apresentações sobre soluções tecnológicas (nos domínios de segurança cibernética e "big data") desenvolvidas para a área de segurança pública.

- Em novembro de 2019, a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação (ABIPTI) elegeu Israel como o destino de sua primeira missão internacional de imersão em ecossistemas de inovação. O objetivo da missão foi incentivar a interação entre os ambientes de inovação israelenses e os profissionais brasileiros que atuam em ciência, tecnologia e inovação. Coordenada pela ABIPTI, a missão também contou com representantes do MCTIC, do Ministério da Saúde, da FINEP, além de representantes da Fiocruz, da EMBRAPA, do SENAI/CNI e de institutos de ciência e tecnologia brasileiros.

- A presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Sra. Cristiane Dias, visitou Israel em novembro de 2019, a fim de participar da conferência "Watec Israel 2019".

- Entre os dias 4 e 6 de dezembro de 2019, realizou-se missão a Israel de delegação parlamentar brasileira chefiada pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, deputado Eduardo Bolsonaro, e integrada pelos deputados Coronel Armando, Hildo Rocha, José Alves Rocha, Leo Moraes e Fabio Ramalho. Além de eventos de natureza política, a delegação participou de reuniões na sede da "Israel Aerospace Industries (IAI) e no Centro de Comando Cibernético do Quartel-General das Forças de Israel. Na IAI, representantes israelenses apresentaram aos deputados diferentes satélites de alta precisão produzidos pela empresa e ressaltaram parcerias desenvolvidas com França e Itália nesse campo. No Centro de Comando Cibernético, foram examinadas

possibilidades de cooperação bilateral, sobretudo nos campos de defesa e tecnologia.

- O presidente do Conselho Diretor da ANATEL, Leonardo Euler de Morais, chefiou delegação dessa agência na conferência "Cybertech Tel Aviv 2020", realizada no período de 28 a 30 de janeiro de 2020, bem como participou de agenda bilateral com autoridades do governo de Israel.

- Também em janeiro de 2020, delegação da Agência Espacial Brasileira (AEB), chefiada por seu presidente, Sr. Carlos Augusto Teixeira de Moura, realizou missão a Israel, a qual incluiu participação na "Ilan Ramon International Space Conference", bem como reuniões com institutos de pesquisa e empresas israelenses do setor.

- Assim como nos anos anteriores à minha gestão, continuaram sendo frequentes as missões de militares brasileiros de alto nível a Israel. Entre as principais, cito as seguintes: em julho de 2018, o então chefe do Estado-Maior do Exército e atual ministro da Defesa, General de Exército Fernando Azevedo e Silva, realizou visita às indústrias de defesa locais; em outubro de 2018, o comandante de Aviação do Exército, General de Brigada Carlos Waldyr Aguiar, visitou empresas israelenses ligadas à aviação; em novembro de 2018, o comandante do Centro de Defesa Cibernética do Exército, General de Divisão Guido Amin Nave, visitou representantes da indústria de defesa cibernética; em fevereiro de 2019, o então chefe do Preparo da Força Terrestre, General de Divisão Carlos José Russo Assumpção Penteado, realizou visita institucional a Israel em nome do Comando de Operações Terrestres; em agosto de 2019, estiveram em Israel o General Gláucio Lucas Alves, subchefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, e o General Dahmer, comandante do Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica, para encontros com representantes da indústria israelense de comando e controle e "e-war"; em setembro de 2019, o então chefe do Estado-Maior do Exército e atual chefe da Casa Civil, General-de-Exército Braga Netto, realizou visita a Israel; em setembro de 2019, o comandante da Artilharia Antiaérea do Brasil, General de Brigada Alexandre de Almeida Porto, realizou visita às indústrias de defesa locais; e, em dezembro de 2019, esteve aqui o comandante do Exército Brasileiro, General de Exército Edson Leal Pujol.

- Além dessas visitas, menção seja feita à realização, em Israel, em novembro de 2019, da 2ª Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa Brasil e Israel, instância que congrega os principais operadores da cooperação bilateral em defesa. Ademais, em setembro

de 2019, pela primeira vez na história, o Navio Escola Brasil aportou em Israel, no porto de Haifa. Participei na ocasião, da cerimônia oficial de chegada do Navio e, na mesma noite, do jantar oferecido a autoridades militares e civis israelenses.

85. Após essa cronologia de nomes e datas, cumpre fazer algumas reflexões. Excetuadas as visitas de autoridades políticas, que tendem a ser multissetoriais e a proporcionar saltos qualitativos no que toca aos aspectos mais institucionais da cooperação bilateral, é possível observar certa clivagem no tipo de visitas de delegações brasileiras a Israel: de um lado, missões prospectivas oriundas de setores civis (público ou privado), de cunho mormente exploratório, em sua maioria interessadas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação e atraídas pela marca "Start-up Nation", já há alguns anos muito em voga no Brasil e no mundo; e de outro lado, missões realizadas por membros das Forças Armadas brasileiras, inseridas em um contexto de maior maturidade, porquanto fruto de mais anos de contato entre os setores militares de Brasil e Israel e impulsionadas pela existência de casos concretos de parcerias entre as bases industriais de produtos de defesa dos países.

86. Como características das missões ditas "civis", temos que, grosso modo, seu principal objetivo segue sendo a familiarização (às vezes, em nível iniciante) com o ecossistema de inovação de Israel, seja para possibilitar o aprendizado e "importação" de modelos corporativos e gerenciais de sucesso em políticas e métodos de fomento à inovação, seja para prospectar possíveis parcerias conjuntas com atores locais. Por serem protagonizadas por gama muito diversa de atores do sistema de ciência, tecnologia e inovação brasileiro, sua concepção se dá de maneira decentralizada e sua execução às vezes corre à margem da atuação do posto, casos em que exemplificam instância do que se pode chamar de "paradiplomacia de inovação".

87. Por um lado, é salutar que representantes dos setores do ecossistema de inovação brasileiro tenham ampla liberdade para realizarem todo tipo de contato direto com possíveis parceiros israelenses, haja vista que essa interação dinâmica, franca e desimpedida é condição "sine qua non" para o real florescimento da cooperação entre brasileiros e israelenses no campo de CT&I. Por outro lado, tamanha descentralização pode, por vezes, redundar na duplicação de esforços, na dificuldade de se estabelecer soluções de continuidade (algumas delegações, depois do fim da missão, sequer realizam qualquer "follow-up" dos encontros mantidos) e no sub-aproveitamento dos recursos diplomáticos do posto, em especial seus contatos com o governo local, o qual segue sendo um dos

principais fomentadores da inovação neste país.

88. Nesse sentido, um dos desafios a serem enfrentados pelas próximas chefias desta Embaixada será o de continuar a fornecer apoio institucional e diplomático a delegações brasileiras em visita a Israel(inclusive, na medida do possível, participando ativamente da elaboração de suas agendas) e, ao mesmo tempo, evitar que o posto seja relegado à função de mero operador logístico, o que normalmente tende a ocorrer nas situações em que o MRE e a Embaixada são contatados muito tardiamente ou mesmo apenas na véspera da chegada da delegação a Israel.

89. Outro desafio a ser considerado é que, por fazerem parte de um ecossistema de inovação muito maduro e competitivo, os atores de inovação israelenses - sobretudo as empresas - tendem a querer impor-nos uma estratégia comercial muito agressiva, focada em vendas unilaterais de produtos e serviços, o que pode, por vezes, ocorrer em detrimento do mantra "parceria com transferência de tecnologia", tão almejada pelas delegações brasileiras que vêm a Israel.

90. Essa situação é agravada pelo fato de ainda haver certa percepção, algo disseminada no ecossistema israelense e mesmo entre alguns setores da sociedade brasileira, segundo a qual o Brasil seria apenas e tão somente um imenso mercado consumidor, sem real peso no ultracompetitivo mercado mundial de inovação. Enquanto o desnível entre os ecossistemas de inovação brasileiro e israelense for percebido como sendo pronunciado, essa será uma dificuldade considerável, especialmente no curto prazo.

91. Uma das maneiras de se contornar esse obstáculo é dar continuidade aos esforços de divulgação do sistema de CTI brasileiro em Israel, bem como das oportunidades de investimento no Brasil e programas multissetoriais de aceleração de "start-ups" em território nacional. Ademais, com o passar do tempo, e à medida que os intercâmbios entre atores brasileiros e israelenses vão tornando-se mais intensos, é de se prever que contratos de fornecimento de soluções tecnológicas de empresas israelenses para clientes brasileiros sejam gradativamente substituídos por compromissos continuados, de mais longo prazo - os chamados contratos relacionais - os quais se assemelham mais a arranjos societários propriamente ditos do que a simples contratos de fornecimento de tipo tradicional. Dessas condições, é mais provável que venham a emergir parcerias genuínas entre atores de inovação dos dois países, ao abrigo do guarda-chuva dos tratados bilaterais firmados recentemente, de modo a que realmente sejam exploradas as complementaridades existentes entre as economias

brasileira e israelense.

92. Em certa medida, esse tipo de relacionamento já começa a ser observado no âmbito da cooperação em defesa entre Brasil e Israel, haja vista já existirem algumas parcerias entre as bases industriais de produtos de defesa dos países. A título de exemplo, cito os seguintes casos:

- a empresa Rafael Advanced Defense Systems possui dois escritórios regionais comerciais no Brasil (São Paulo e Brasília) e detém 40% de participação em empresa de manutenção, a Gespi Aeronáutica, localizada em São José dos Campos. Em meados de 2016, estabeleceu "joint venture" na área de segurança cibernética com a empresa brasileira Stefanini;

- a Israel Aerospace Industries (IAI), por sua vez, tomou a decisão estratégica de investir diretamente na indústria do Brasil há cerca de doze anos, com o objetivo de atender tanto ao mercado interno como o regional e, hoje, conta com um escritório de representação - a IAI do Brasil - e adquiriu duas importantes empresas de defesa brasileiras: a IACIT (São José dos Campos) e a AVIONICS Systems (São Paulo). Investiu nelas, ampliando e modernizando suas capacidades produtivas e transferindo tecnologia em certos domínios, e

- finalmente, a Elbit Systems comprou a AEL Sistemas (Rio Grande do Sul), e, em 2010, a Ares Aeroespacial e Defesa, e, por meio destas, está desenvolvendo, no Brasil, soluções tecnológicas para uso no caça Gripen NG.

VII. DIFUSÃO CULTURAL E O CENTRO CULTURAL BRASILEIRO

93. Durante minha gestão, apesar das restrições orçamentárias vigentes, foi possível realizar importante amostragem de eventos de difusão da cultura brasileira em Israel. Ainda em 2017, a ministra Paula Alves de Souza, diretora do Departamento Cultural, realizou produtiva visita a Israel na qual manteve contatos com os principais agentes culturais deste país nas áreas de música, dança, fotografia, artes visuais e cinema. Como fruto das reuniões com a senhora D-DC, foi possível prospectar e desenvolver, a partir de 2018, um importante programa de atividades de promoção da cultura brasileira, em suas diferentes manifestações.

94. A população israelense é grande apreciadora de eventos e produtos culturais em suas mais diversas expressões. As maiores cidades do país têm importantes museus, teatros, salas de concerto,

galerias e outros espaços culturais que oferecem excelente gama de eventos para uma plateia sempre muito interessada e exigente. Todos os eventos de cultura brasileira que chegam ao país encontram grande receptividade e atraem públicos cada vez maiores.

95. Elenco, a seguir, os principais projetos realizados pelo Setor Cultural durante minha gestão. Quase a totalidade dos eventos abaixo listados foram realizados com parceiros locais e contaram com financiamento parcial do Ministério das Relações Exteriores.

Música:
- Grupo Phoenix: Requiem de Padre Maurício - Festival de Música Abu Gosh (3/6/2017);
- Concerto da cantora baiana Mariene de Castro e músicos - três apresentações em Tel Aviv e em Zichron Yakov, nos espaços Reading 3 e Elma (2, 3 e 4/11/2017);
- Músicos israelenses tocam MPB - apresentação na cidade de Jaffa, no Teatro Árabe-Hebreu (12/12/2017);
- Músicos locais tocam Samba: Conjunto Samba do Bom e convidados realizaram apresentação em Tel Aviv, no espaço Reading 3 (23/4/2018);
- Concerto: Sonia Rubinsky, Luiz Mantovani e Fabio Zanon tocam obras de Heitor Villa Lobos - Festival de Música Felícia Blumental, no Museu de Arte de Tel Aviv (9/5/2018);
- Concerto Jesse Sadoc - duas apresentações no Jaffa Jazz Festival (5 e 6/10/2018);
- Concerto da Sinfônica de Jerusalém com a regente brasileira Ligia Amadio e os músicos Hercules Gomes, Lucas Casacio e Danilo Penteado - Teatro Jerusalém (15/11/2018);
- Concertos e "workshops" de Jacques Morelenbaum - Projeto de capacitação de músicos da Escola Rimon, na cidade de Ramat HaSharon e em Tel Aviv (maio de 2019);
- Concerto de Marcos Valle - uma apresentação em Tel Aviv, no espaço Teder (6/7/2019); e
- Concerto de David Feldman, Ricardo Herz, Joca Perpignan e Marcelo Nami - Festival de Jazz do Mar Vermelho, em Eilat (21/2/2010).

Artes Visuais:
- Exposição "Brasília em Israel" - montagem em galerias de arte em Jerusalém, Haifa e Tel Aviv (agosto de 2017); e
- Exposição de fotografias de Angélica Dass: Humanae - Festival "Photo Israel", em Tel Aviv (23/11 a 2/12/2017).

Cinema:
- Participação brasileira no Festival Internacional de Cinema de Haifa (outubro de 2017);
- Participação brasileira no Festival "TLVFest", na Cinemateca de

Tel Aviv (maio de 2018);
- Participação da produtora cultural Ilda Santiago no júri do Festival Internacional de Filmes de Jerusalém (julho de 2018);
- Participação de filmes brasileiros no Festival Internacional de Cinema de Haifa (outubro de 2018);
- Realização pela Embaixada da Semana do Cinema Brasileiro - 2019: exibição de "João Maestro"; "As duas Irenes"; "Elis"; "Bingo"; "Como nossos pais"; "Vazante" e "Benzinho" - Cinematecas de Jerusalém, Tel Aviv e Haifa (janeiro de 2019);
- Participação de Amir Labaki e dos documentários "Cine Marrocos", de Ricardo Calil, e "Estou me guardando para quando o carnaval chegar", de Marcelo Gomes, no Festival de Filmes Documentários de Tel Aviv - DOCAVIV (maio de 2019);
- Participação de filmes brasileiros no Festival de Cinema de Jerusalém (julho de 2019); e
- Participação brasileira no Festival Internacional de Cinema de Haifa (outubro de 2019).

Dança:
- Ballet Lia Rodrigues: "Pindorama" - Festival de Israel, em Jerusalém (14 e 15/6/2017);
- Projeto de cooperação de coreógrafos israelenses com companhias de dança brasileiras: "Beijo" de Orly Portal, com a Companhia Municipal de Dança de Porto Alegre; "Feed", de Ella Rothshild, com a Companhia Eliane Fetzer de Dança Contemporânea de Curitiba; e "Chamada", de Ofir Yudilevitch, com o Entre Nós Coletivo de Criação de Natal - Centro de Artes Suzanne Dellal, em Tel Aviv (outubro de 2018); e
- Companhia de dança de Marcelo Evelin: "Suddenly Everywhere is Black" - Festival de Israel, em Jerusalém (13 e 14/6 de 2019).

Capoeira:
- "Workshops" de capoeira e batizado do grupo Abadá Capoeira Israel: Mestre Camisa (março de 2018); e
- "Workshops" e batizado de capoeira para crianças ortodoxas: Mestre Mobília (julho de 2019).

96. Cabe ressaltar que todos os eventos promovidos pelo Setor Cultural da Embaixada tiveram dimensão considerável, com público quase sempre superior a 500 pessoas. As características do mercado cultural local e o crescente interesse por manifestações culturais brasileiras permitem que se amplie ainda mais a programação do posto, atingindo externalidades positivas que ultrapassam a esfera artística. Trata-se de real instrumento de "soft-power" brasileiro em Israel, que abre espaço para a promoção do comércio e turismo entre os dois países, além de gerar conhecimento e empatia que se

refletem em maior afinidade entre os dois povos.

97. A meu ver, os esforços de difusão do Brasil em Israel devem ser concentrados na promoção de eventos culturais brasileiros nas mais diferentes áreas de expressão artística. Os recursos investidos nessa área têm-se mostrado extremamente proveitosos. A título de informação, em 2019, foram empregados USD 37.600 em eventos do Programa de Ação Cultural do Posto. Considero o montante do investimento bastante razoável para a grande quantidade de eventos realizados e pelo impacto positivo que produziram. Até junho de 2020, as restrições orçamentárias vigentes e a pandemia de covid-19 inviabilizaram a realização da maioria dos eventos culturais planejados pelo posto. A Embaixada restringiu-se, até o momento, a apoiar participação brasileira no Festival de Jazz do Mar Vermelho (fevereiro) e traduziu para o hebraico o livro "Souza Dantas: justo entre as nações", que se encontra em processo de edição para futura publicação e lançamento, quando as condições de saúde pública assim o permitirem.

98. O posto conta com uma segunda vertente de promoção da cultura brasileira em Israel: o Centro Cultural Brasileiro em Israel (CCB), cuja principal missão é promoção da língua portuguesa.

99. Trata-se de estrutura pequena, sediada em imóvel próprio nacional de 96m^2 onde esteve localizada a primeira sede da Embaixada do Brasil em Tel Aviv. O local conta com duas salas de aula, e um espaço comum de escritório e biblioteca, além de banheiro e copa. Tem como funcionários, em regime de 36 horas semanais, duas professoras e uma diretora. Em 2019, o CCB teve fluxo médio entre 20 e 25 alunos mensais, gerando uma arrecadação anual de USD 33.978,69. Os custos de manutenção do espaço e folha de pagamento dos professores no mesmo período somaram USD 154.071,72 (lembrando que não há gasto com aluguel, uma vez que se trata de imóvel próprio nacional).

100. Desde março de 2020, O CCB não tem oferecido cursos presenciais, dadas as restrições necessárias à contenção do surto de coronavírus no país. O centro mostrou-se lento em adaptar-se à nova dinâmica de aulas virtuais e passou por queda acentuada da procura por cursos de português no novo formato. Na realidade imposta pela pandemia, o CCB manteve algumas aulas on-line e vem realizando pequenos "encontros virtuais" de coordenação com outros CCBs e debates sobre temas de cultura brasileira, mas sem abrangência significativa.

101. A língua portuguesa não é ensinada em escolas de ensino fundamental e médio em Israel e não figura entre os idiomas mais estudados no país. Apenas duas universidades contam com cadeira de língua portuguesa: a Universidade Hebraica de Jerusalém, onde existe um programa de leitorado brasileiro (atualmente em processo de seleção de novo leitor), e a Universidade de Tel Aviv, onde existiu um programa de leitorado português (atualmente desativado pelo governo de Portugal). O programa de leitorado parece, na verdade, surtir efeitos mais positivos para a difusão do idioma neste país, uma vez que, além de promover o ensino da língua propriamente dita, atua na capacitação de professores e pesquisadores que podem replicar os conhecimentos sobre a língua e a cultura do Brasil.

102. Uma alternativa seria incrementar o programa de leitorados e promover iniciativas de professores visitantes em universidades israelenses. A Universidade de Tel Aviv, por exemplo, expressou interesse em promover a tradução de obras clássicas brasileiras de não-ficção e gostaria de contar com um leitor brasileiro. No que tange a professores visitantes, tanto a Universidade Hebraica quanto as universidades de Tel Aviv e de Haifa demonstraram interesse em receber professores brasileiros para palestras e cursos em diversas áreas de conhecimento. Portugal já vem aqui adotando essa estratégia junto às universidades: em 2020, estão previstos três ciclos de palestras e cursos com professores visitantes portugueses em universidades israelenses.

VIII. COMUNIDADE BRASILEIRA E TEMAS CONSULARES

103. O número de brasileiros residentes em Israel cresceu significativamente durante os anos de minha gestão. A estimativa do Setor Consular, ao final de 2017, era de cerca de dez mil residentes. Aos brasileiros radicados no país, somava-se influxo de cerca de 50 mil visitantes por ano. Ao longo de 2018, essa estimativa foi ajustada para doze mil residentes e, ao final de 2019, estimavam-se quinze mil residentes (incremento da ordem de 50% no período). O número de visitantes também registrou expressivo crescimento. Segundo estatísticas oficiais do Ministério de Turismo de Israel, em 2019 houve 86.400 registros de entrada de cidadãos brasileiros (aumento de 72,8%). Da população radicada em Israel, menos de cem eram registrados junto ao setor consular em dezembro de 2017. Em junho de 2020, após dois anos e meio de esforço de compilação de todos os dados de contato e de endereço de cidadãos brasileiros que fizeram uso dos serviços do posto, o setor conta com 3.317 matrículas consulares.

104. Além dos esforços de matrícula e de mapeamento da comunidade brasileira, o acréscimo populacional implicou em aumento nas demandas de assistência consular. Em 2017, registraram-se apenas dois casos graves de assistência consular. Em 2018, o número saltou para 14. Em 2019, o total chegou a 19. O tipo de assistência mais comum envolve emergências médico-hospitalares e/ou óbitos de cidadãos brasileiros em turismo em Israel. O segundo tipo mais recorrente são esforços de localização de pessoas, no Brasil e em Israel, inclusive dois casos graves envolvendo menores e dois casos graves de toxicomania. Em 2018, foram despendidos USD 1.565 em verbas de assistência consular. Em 2019, apenas USD 400. No 1º semestre de 2020, foram provisionados USD 335.

105. Outro ponto de relevante crescimento foi a assistência consular dedicada à população carcerária pátria. Em janeiro de 2017, a população carcerária era de apenas quatro apenados (três presos em 2016 e um, em 2015 - todos por crime de tráfico de drogas). Ao longo da gestão, esse número quadruplicou: em 2017, ocorreram uma prisão (tráfico de drogas) e uma detenção por irregularidade imigratória. Em 2018, ocorreram seis prisões por tráfico de drogas. Em 2019, cinco prisões por tráfico de drogas. Em 2020, até a presente data, houve uma prisão, também por tráfico de drogas. Do total de 17 apenados e um detento, doze já cumpriram pena e foram deportados. Um brasileiro-palestino, detido por imigração irregular, após mais de dois anos e meio de espera, por ordem da Suprema Corte do Estado de Israel, foi readmitido na Cisjordânia, onde se reuniu com seus familiares.

106. Atualmente, quatro nacionais cumprem pena privativa de liberdade sob tutela das autoridades penitenciárias locais (uma condenada em 2015; os demais, em 2019). O brasileiro detido em 2020 ainda aguarda julgamento final. Dedicaram-se 15 visitas à carceragem em 2018 e 11 em 2019. Essas 26 visitas representam incremento considerável em relação às três visitas oficiais realizadas em 2017. Devido às medidas de restrição e quarentena impostas pelo governo local como parte do esforço de contenção da pandemia do novo coronavírus SARS-CoV-2/Covid-19, apenas quatro visitas consulares puderam ser realizadas no 1º semestre de 2020 - duas à carceragem e duas a tribunais, para acompanhamento de julgamentos-chave.

107. Houve também aumento no número de relatos de inadmissão no país pelas autoridades imigratórias israelenses. Em 2017, não houve registro anormal de inadmissão no país. Em 2018 e 2019, houve oito registros de inadmissão. Até 18/03/2020, ocorreram somente três episódios (um deles envolveu nacional transgênero e requereu intervenção do setor consular). Nessa data, ocorreu o fechamento

das fronteiras israelenses a todos estrangeiros não-residentes em razão da pandemia de coronavírus, situação que persiste até a presente data. Desde então, houve apenas um caso de inadmissão, referente a dois brasileiros que tinham a intenção de ingressar no território israelense pela fronteira terrestre com o Egito, com o objetivo de retornar para o Brasil pelo aeroporto internacional Ben Gurion.

108. A despeito da pandemia e das regras de quarentena impostas pelo governo israelense entre fevereiro e junho de 2020, o setor consular em nenhum momento interrompeu suas atividades. Durante o período de restrições de circulação mais rígidas, entre 21 de março e 20 de abril, o setor seguiu em atividade remota, prestando assistência à comunidade brasileira em Israel, e atuando presencialmente em casos emergenciais, para garantir que os brasileiros radicados permanecessem devidamente documentados e para habilitar esforços de repatriação daqueles que necessitassem de amparo para assegurar os meios de regresso ao Brasil. Garantiu-se também, por meio de gestões emergenciais junto à chancelaria local, que brasileiro apenado se submetesse, em meio à quarentena, a um procedimento cirúrgico de urgência.

109. Ao todo, o setor consular recebeu 493 acionamentos especificamente referentes à pandemia, por telefone e por mensagem eletrônica. A maioria desses chamados se limitou à busca por informações atualizadas sobre as práticas, as normas, e o sistema de funcionamento de órgãos brasileiros e israelenses durante e após o fim da quarentena. Grupo de 57 cidadãos radicados em Israel e de três nacionais radicados nos territórios palestinos necessitou de assistência consular mais especializada. Foram divididos em duas categorias: os que necessitavam de apoio para repatriação ao Brasil e os que buscavam meios de estender, legalmente, a permanência em Israel. Dentro dessas categorias, foram classificados em grau de vulnerabilidade, para fins de prioridade na assistência, em função de análise ponderada conduzida pela autoridade consular, em consideração a três critérios fundamentais: humanitário (enquadramento ou não em grupos de risco da doença), financeiro (disponibilidade de habitação no país e capacidade de prover para si mesmo durante a estada estendida) e migratório (regularidade do status de admissão e de permanência em Israel).

110. Ao final de junho de 2020, houve sucesso em encerrar 45 casos, com 31 repatriações, inclusive de três cidadãos procedentes dos territórios palestinos, e 14 regularizações de permanência em território israelense (entre vistos de reunião familiar, de trabalho e de voluntariado). Dos casos que permanecem abertos, sob

acompanhamento do setor consular, apenas um envolve cidadão classificado como relevante grau de vulnerabilidade (pessoa idosa com recursos financeiros limitados), com intenção de retorno ao Brasil. Os demais envolvem mulheres jovens, abrigadas por companheiros israelenses, em processo de obtenção de permanência definitiva no país. Nessas situações, o apoio da Embaixada é focado em gestões junto ao Ministério do Interior para tornar mais expeditos os processos de concessão de vistos de residência.

111. Igualmente, no âmbito de assistência consular, foi lançada iniciativa, no âmbito da Decisão nº 35/2000 do Conselho do Mercado Comum, de promoção de encontros regulares entre as autoridades consulares dos países latino-americanos sediadas em Israel, com o objetivo de estreitar os laços e promover cooperação entre os países em matéria consular. Dois encontros de chefe de setor ocorreram em 2019. Devido às regras de quarentena, a reunião inicialmente prevista para março de 2020 foi realizada por teleconferência. Estima-se que o próximo encontro, em julho, também seja realizado remotamente.

112. Ainda em matéria de cooperação em temas consulares, registro que se realizou, em 27/02/2018, a assinatura do Acordo Bilateral de Previdência Social. Aguarda-se agora a finalização dos trâmites de internalização nos dois países. Por sua vez, o Acordo Bilateral de Extradição foi promulgado pelo Decreto nº 9.728, de 15/03/2019. Nos termos de seu Artigo XXIV, a vigência do Acordo retroage a 26 de setembro de 2018.

113. Em 2018, realizaram-se eleições presidenciais no posto. O pleito transcorreu sem problemas, com número recorde de eleitores registrados (2.095) e de comparecimento de votantes (541 e 539, para 1º e 2º turnos). Quando comparados às eleições 2014, os números representam incremento de 334% e de 261%, em relação ao total de 627 eleitores habilitados e de 207 votantes, respectivamente.

2

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 29, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 11, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor NORBERTO MORETTI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), sediada em Montreal, Canadá.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
RELATOR: Senador Marcos do Val
RELATOR ADHOC: Senador Antonio Anastasia

21 de Setembro de 2020

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

SF/20834.43393-37

PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 11, de 2020 (Mensagem nº 263/2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor NORBERTO MORETTI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização da Aviação Civil Internacional - OACI, sediada em Montreal, Canadá.*

Relator: Senador **MARCOS DO VAL**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor NORBERTO MORETTI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), sediada em Montreal, Canadá.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

SF/20834.43393-37

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. NORBERTO MORETTI é filho de Mario Moretti e Maria José Moretti, e nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 28 de setembro de 1965. Graduou-se em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1989.

Depois de concluir o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr), em 1990, foi aprovado também no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1998 e no Curso de Altos Estudos (CAE), em 2007, do mesmo Instituto, com a tese "Interesses Brasileiros e o Acordo de Subsídios da OMC. Necessidades Internas e Restrições Externas: um Balanço", que mereceu o conceito "com louvor".

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1991. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1995 e a Primeiro -Secretário em 2000; a Conselheiro em 2005, a Ministro de Segunda Classe em 2009 e a Ministro de Primeira Classe, em 2017.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de Assessor na Divisão Especial de Avaliação Política e de Programa (1991), da Subsecretaria-Geral de Planejamento Político (1994) e da Secretaria - Geral do Itamaraty (1995). Foi também Chefe substituto da Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas (2002), Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacional (2011), assessor do Gabinete do Ministro de Estado (2013). Dirigiu o Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços (2015) e o Departamento de América do Sul, Setentrional e Ocidental (2018). Foi Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros (2019), Secretário de Política Externa Comercial e Econômica (2019) e Secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos (2019), todos na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

No Exterior, serviu na Embaixada em Washington (1995), na Embaixada em Buenos Aires (1999), Embaixada em Ottawa (2004) e na Missão junto às Nações Unidas (2007).

SF/20834.43393-37

O diplomata em apreço fez jus aos seguintes prêmios e condecorações: Mérito Aeronáutico, Comendador (2009); Mérito da Defesa, Comendador (2011); Mérito Militar, Comendador (2013); Medalha do Mérito Tamandaré (2013); Ordem Nacional do Mérito da República Francesa, Comandante (2014); Ordem do Rio Branco, Grande Oficial (2014); Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco (2019).

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

Trata-se de organização multilateral reunindo 193 Estados Partes, da qual o Brasil é membro fundador. Foi criada pela Convenção de Chicago, de 1944. Sediada em Montreal (Canadá), conta com os seguintes órgãos principais: Assembleia-Geral, Conselho e Secretariado, e tem escritórios em todos os continentes. É ligada à Organização das Nações Unidas (ONU).

Entre seus principais objetivos estão o desenvolvimento dos princípios e técnicas de navegação aérea internacional e a organização e o progresso dos transportes aéreos de modo a favorecer a segurança, a eficiência, a economia e o desenvolvimento dos serviços aéreos. Além de estudar problemas técnicos, jurídicos e econômicos relativos ao transporte aéreo internacional, desenvolve importante trabalho na área da assistência técnica, ao buscar organizar e dar maior eficiência aos serviços de infraestrutura aeronáutica nos países em desenvolvimento. Essa assistência é prestada por meio de equipes de especialistas, enviados aos diversos países para organizar e orientar a operação dos serviços técnicos indispensáveis à aviação civil, e de bolsas de estudo para cursos de especialização. Atualmente, trabalha para alcançar sua visão de desenvolvimento seguro e sustentável da aviação civil por meio da cooperação entre seus Estados membros.

O Brasil tem sido extremamente atuante na OACI e vem fazendo parte do Primeiro Grupo do Conselho desde a sua criação, em 1944. A posição do nosso país é de liderança, dada sua importância no transporte aéreo internacional. O Brasil integra os Comitês de Transporte Aéreo,

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

SF/20834.43393-37

Finanças, Cooperação Técnica, Proteção Ambiental, Jurídico, bem como diversos painéis. Cabe ressaltar, ademais, a presença de 10 brasileiros no Secretariado da Organização, sendo que dois deles ocupam cargos de Diretoria. O Brasil é o nono maior contribuinte da OACI, tendo contribuído, em 2020, com a soma de US$ 730.701.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 5ª Reunião da CRE
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Renan Calheiros (MDB)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	2. Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente
Marcio Bittar (MDB)	Presente	3. Simone Tebet (MDB)	
Esperidião Amin (PP)	Presente	4. Daniella Ribeiro (PP)	
Ciro Nogueira (PP)		5. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
Roberto Rocha (PSDB)		1. Izalci Lucas (PSDB)	Presente
Mara Gabrilli (PSDB)		2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS)	
Major Olimpio (PSL)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Kátia Abreu (PP)	Presente	1. Acir Gurgacz (PDT)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)	Presente	2. Flávio Arns (PODEMOS)	
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)			
Fernando Collor (PROS)	Presente	1. VAGO	
Jaques Wagner (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	Presente
Humberto Costa (PT)			
PSD			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	2. Angelo Coronel (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	Presente
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PODEMOS			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	1. Elmano Férrer (PODEMOS)	

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA 7

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 5ª Reunião da CRE
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Otto Alencar
Carlos Viana

8 Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 11/2020 - B.NORBERTO M -OACI

Início da votação: 21/09/2020 18:00:00 Fim da votação: 21/09/2020 20:47:59

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,		**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,**	
MECIAS DE JESUS	**votou**	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**
MARCIO BITTAR	**votou**	3. SIMONE TEBET	
ESPERIDIÃO AMIN	**votou**	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		**Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)**	
ROBERTO ROCHA		1. IZALCI LUCAS	**votou**
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	**votou**	3. SORAYA THRONICKE	**votou**
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,		**Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,**	
KÁTIA ABREU		1. ACIR GURGACZ	**votou**
RANDOLFE RODRIGUES	**votou**	2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA	**votou**	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,**	
FERNANDO COLLOR	**votou**	1. VAGO	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	**votou**
HUMBERTO COSTA			
PSD		**PSD**	
NELSINHO TRAD	**votou**	1. CARLOS FÁVARO	**voto não computado**
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	2. ANGELO CORONEL	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)		**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)**	
CHICO RODRIGUES	**votou**	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO		2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS		**PODEMOS**	
MARCOS DO VAL	**votou**	1. ELMANO FÉRRER	

Votação:

TOTAL 16 SIM 16 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senador Nelsinho Trad
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 11/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, DESIGNADO RELATOR “AD HOC” O SENADOR ANTONIO ANASTASIA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR NORBERTO MORETTI, PARA EXERCER O CARGO DE DELEGADO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ORGANIZAÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL (OACI), SEDIADA EM MONTREAL, CANADÁ, COM 16 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

SF/20834.43393-37

PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 11, de 2020 (Mensagem nº 263/2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor NORBERTO MORETTI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização da Aviação Civil Internacional - OACI, sediada em Montreal, Canadá.*

Relator: Senador **MARCOS DO VAL**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor NORBERTO MORETTI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), sediada em Montreal, Canadá.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

SF/20834.43393-37

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. NORBERTO MORETTI é filho de Mario Moretti e Maria José Moretti, e nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 28 de setembro de 1965. Graduou-se em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1989.

Depois de concluir o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr), em 1990, foi aprovado também no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1998 e no Curso de Altos Estudos (CAE), em 2007, do mesmo Instituto, com a tese "Interesses Brasileiros e o Acordo de Subsídios da OMC. Necessidades Internas e Restrições Externas: um Balanço", que mereceu o conceito "com louvor".

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1991. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1995 e a Primeiro -Secretário em 2000; a Conselheiro em 2005, a Ministro de Segunda Classe em 2009 e a Ministro de Primeira Classe, em 2017.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de Assessor na Divisão Especial de Avaliação Política e de Programa (1991), da Subsecretaria-Geral de Planejamento Político (1994) e da Secretaria - Geral do Itamaraty (1995). Foi também Chefe substituto da Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas (2002), Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacional (2011), assessor do Gabinete do Ministro de Estado (2013). Dirigiu o Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços (2015) e o Departamento de América do Sul, Setentrional e Ocidental (2018). Foi Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros (2019), Secretário de Política Externa Comercial e Econômica (2019) e Secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos (2019), todos na Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

No Exterior, serviu na Embaixada em Washington (1995), na Embaixada em Buenos Aires (1999), Embaixada em Ottawa (2004) e na Missão junto às Nações Unidas (2007).

SF/20834.43393-37

O diplomata em apreço fez jus aos seguintes prêmios e condecorações: Mérito Aeronáutico, Comendador (2009); Mérito da Defesa, Comendador (2011); Mérito Militar, Comendador (2013); Medalha do Mérito Tamandaré (2013); Ordem Nacional do Mérito da República Francesa, Comandante (2014); Ordem do Rio Branco, Grande Oficial (2014); Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco (2019).

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI).

Trata-se de organização multilateral reunindo 193 Estados Partes, da qual o Brasil é membro fundador. Foi criada pela Convenção de Chicago, de 1944. Sediada em Montreal (Canadá), conta com os seguintes órgãos principais: Assembleia-Geral, Conselho e Secretariado, e tem escritórios em todos os continentes. É ligada à Organização das Nações Unidas (ONU).

Entre seus principais objetivos estão o desenvolvimento dos princípios e técnicas de navegação aérea internacional e a organização e o progresso dos transportes aéreos de modo a favorecer a segurança, a eficiência, a economia e o desenvolvimento dos serviços aéreos. Além de estudar problemas técnicos, jurídicos e econômicos relativos ao transporte aéreo internacional, desenvolve importante trabalho na área da assistência técnica, ao buscar organizar e dar maior eficiência aos serviços de infraestrutura aeronáutica nos países em desenvolvimento. Essa assistência é prestada por meio de equipes de especialistas, enviados aos diversos países para organizar e orientar a operação dos serviços técnicos indispensáveis à aviação civil, e de bolsas de estudo para cursos de especialização. Atualmente, trabalha para alcançar sua visão de desenvolvimento seguro e sustentável da aviação civil por meio da cooperação entre seus Estados membros.

O Brasil tem sido extremamente atuante na OACI e vem fazendo parte do Primeiro Grupo do Conselho desde a sua criação, em 1944. A posição do nosso país é de liderança, dada sua importância no transporte aéreo internacional. O Brasil integra os Comitês de Transporte Aéreo,

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

SF/20834.43393-37

Finanças, Cooperação Técnica, Proteção Ambiental, Jurídico, bem como diversos painéis. Cabe ressaltar, ademais, a presença de 10 brasileiros no Secretariado da Organização, sendo que dois deles ocupam cargos de Diretoria. O Brasil é o nono maior contribuinte da OACI, tendo contribuído, em 2020, com a soma de US$ 730.701.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 11, DE 2020

(nº 263/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor NORBERTO MORETTI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), sediada em Montreal, Canadá.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **NORBERTO MORETTI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI, sediada em Montreal, Canadá.

Os méritos do Senhor **NORBERTO MORETTI** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00056/2020 MRE

Brasília, 23 de Abril de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, **caput**, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **NORBERTO MORETTI**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de delegado permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional em Montreal.

2. Encaminho, anexas, informações sobre a organização e *curriculum vitae* de **NORBERTO MORETTI** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 248 /2020/SG/PR

Brasília, 13 de MAIO de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor NORBERTO MORETTI, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI, sediada em Montreal, Canadá.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *NORBERTO MORETTI*
CPF: 831.600.517-49

ID: 10112 MRE

1965	Filho de Mario Moretti e Maria José Moretti, nasce em 28 de setembro, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1989	Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1990	CPCD - IRBr
1998	CAD - IRBr
2007	CAE - IRBr, Interesses Brasileiros e o Acordo de Subsídios da OMC. Necessidades Internas e Restrições Externas: um Balanço (conceito "com louvor")
Cargos:	
1991	Terceiro-secretário
1995	Segundo-secretário
2000	Primeiro-secretário
2005	Conselheiro
2009	Ministro de segunda classe
2017	Ministro de primeira classe
Funções:	
1991	Divisão Especial de Avaliação Política e de Programa, assessor
1994	Subsecretaria-Geral de Planejamento Político, assessor
1995	Secretaria-Geral, assessor
1995	Embaixada em Washington, terceiro-secretário e segundo-secretário
1999	Embaixada em Buenos Aires, segundo-secretário e primeiro-secretário
2002	Divisão de Defesa Comercial e Salvaguardas, chefe substituto
2004	Embaixada em Ottawa, primeiro-secretário e conselheiro
2007	Missão junto às Nações Unidas, conselheiro e ministro-conselheiro
2011	Divisão de Paz e Segurança Internacional, chefe
2013	Gabinete do Ministro de Estado, assessor

2015	Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços, Diretor
2018	Departamento de América do Sul Setentrional e Ocidental, Diretor
2019	Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros
2019	Secretário de Política Externa Comercial e Econômica
2019	Secretário de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos
Condecorações:	
2009	Mérito Aeronáutico, Comendador
2011	Merito da Defesa, Comendador
2013	Mérito Militar, Comendador
2013	Medalha Mérito Tamandaré
2014	Ordem Nacional do Mérito da República Francesa, Comandante
2014	Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
2019	Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco

FÁTIMA KEIKO ISHITANI

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos
Departamento de Promoção de Serviços e de Indústria
Divisão de Negociação e Promoção de Serviços

ORGANIZAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL

Informação para o Senado Federal

OSTENSIVO
Janeiro de 2020

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial:	Organização da Aviação Civil Internacional (OACI)
Países membros:	193 países
Ano de fundação:	1944
Ano de adesão do Brasil:	1944 (membro fundador)
Sede:	Montreal (Canadá)
Principais órgãos:	Assembleia-Geral, Conselho e Secretariado.
Principais chefias:	Presidente do Conselho: Sr. Salvatore Sciacchitano (Itália), mandato 2020-2022. Secretária-Geral da OACI: Sra. Fang Liu (China), mandato 2018-2021.
Representante da OACI no Brasil:	Não há representante residente no Brasil. O Escritório Regional da OACI para América do Sul tem sede em Lima, Peru.

Informação elaborada em 13 de janeiro de 2020, por Alessandro de Rezende Pinto.

Perfis biográficos

Presidente do Conselho da OACI
Salvatore Sciacchitano (Itália)

O Conselho elege seu Presidente por um mandato de três anos, podendo ser reeleito para um segundo mandato. O italiano Salvatore Sciacchitano é o sexto e atual presidente do Conselho da OACI, eleito em 25 de novembro de 2019. Seu mandato iniciou-se em 1 de janeiro de 2020.

No momento de sua eleição, em suas palavras de agradecimento, o presidente-eleito afirmou que, além de continuar os aspectos positivos da gestão do Dr. Olumuyiwa Benard Aliu (Presidente do Conselho de 2014 a 2019), buscará melhorar o ambiente de trabalho na Organização e pediu apoio para implementar a agenda de modernização apresentada em sua campanha.

Sciacchitano opera na área da aviação civil há 39 anos. Possui mestrado em Engenharia de Telecomunicações pela Universidade de Catânia (Itália) e formação avançada em aviação em instituições como a própria OACI e a Universidade de Cranfield (Inglaterra). Também possui cursos em gestão, comunicação, relações com os meios de comunicação social, relações humanas, entre outros. Atuou como Diretor-Geral da Autoridade de Aeronavegabilidade Italiana (RAI), como Diretor-Geral Adjunto da Autoridade de Aviação Civil Italiana (ENAC) e como Secretário Executivo da Conferência Europeia de Aviação Civil (ECAC). No ano passado foi nomeado representante da Delegação da Itália junto à OACI. Já recebeu as seguintes distinções: Prêmio Lifetime Achievement, da Air Transport News (2017); Prêmio de Distinção Pessoal da Flight Safety Foundation - Mediterrâneo (2016); Diploma Paul Tissandier, da Federação Aeronáutica Internacional (2009); e o Prêmio "Golden

AOPA" da italiana AOPA (2006). É fluente em italiano, inglês e francês e possui conhecimento básico de espanhol.

Secretária-Geral da OACI
Fang Liu (China)

Fang Liu foi eleita Secretária-Geral da OACI para o triênio 2015-2018 e reeleita para o cargo para o período 2018-2021. Antes de sua nomeação como Secretária-Geral, Liu ocupou o cargo de Diretora de administração e serviços (ADB) da OACI durante oito anos. Ao longo de seu mandato, participou do Comitê de Alto Nível sobre Gestão do Sistema das Nações Unidas. Dedicou-se aos temas ligados à administração da OACI, buscando aperfeiçoar a governança e a eficiência de áreas como recursos humanos, serviços de idiomas e serviços de tecnologias da informação.

Antes de chegar à OACI, Liu trabalhou na Administração Geral de Aviação Civil da China (AACC), onde, ao longo de 20 anos, desempenhou os cargos de Assessora jurídica, Diretora Adjunta e Diretora Geral Adjunta no Departamento de Assuntos Internacionais e Cooperação. Foi responsável pela política de regulamentação do transporte aéreo internacional da China e das relações bilaterais e multilaterais com organizações internacionais e regionais incluindo a OACI, a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Área de Cooperação Econômica Ásia- Pacífico (APEC), a União Europeia e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Durante sua carreira na AACC, Liu foi eleita presidente do grupo de especialistas sobre aviação da APEC e foi designada pela China para integrar o Grupo de especialistas da OACI sobre regulamentação do transporte aéreo. Também foi negociadora principal do Governo chinês de acordos bilaterais e multilaterais de transporte aéreo com outros países.

Liu doutorou-se em Direito Internacional na Universidade de Wuhan, China, após conclusão do mestrado em Direito Aeronaútico e Espacial na Universidade de Leiden, Países Baixos. Atualmente, é Diretora da Associação de Direito Aeronaútico da China e da Associação de Direito Internacional Privado da China. Publicou artigos e foi palestrante em Conferências sobre diversos temas da regulamentação do transporte aéreo internacional e direito aeronáutico. Fala chinês, inglês e possui conhecimentos de francês.

Dados Gerais

A Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) foi criada pela Convenção de Chicago, realizada em 1944, nos Estados Unidos. Com sede em Montreal, Canadá, tem escritórios em todos os continentes. O órgão é ligado à Organização das Nações Unidas (ONU) e conta atualmente com 193 países-membros. Entre seus principais objetivos cabe destacar: o fomento à segurança contra atos de interferência (*security*) e à segurança de voo (*safety*), proteção ao meio ambiente, aperfeiçoamento das operações aéreas e fortalecimento da legislação relacionada à aviação civil.

Histórico

Com o acelerado desenvolvimento da aviação durante a Segunda Guerra Mundial, sentiu-se a necessidade de regulamentar a aviação civil internacional. No início de 1944, o governo dos Estados Unidos consultou outras nações sobre esse assunto e convidou 55 países para que se reunissem na cidade de Chicago, em novembro daquele ano, a fim de discutir o futuro da aviação civil. Durante cinco semanas, delegados de 52 países, entre eles o Brasil, estudaram os problemas da aviação civil internacional. O resultado foi a Convenção sobre Aviação Civil Internacional (Convenção de Chicago), instrumento que estabelece os princípios e regulamenta todos os aspectos da aviação civil internacional.

A Convenção de Chicago foi ratificada pelo Brasil em 26 de março de 1946 e sua promulgação ocorreu por meio do Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946. Em seus 96 artigos e 18 Anexos, estabelece os princípios gerais do Sistema de Aviação Civil Internacional, utilizados até os dias atuais. Prevê os direitos e as obrigações de todos os Estados Contratantes, sugere a adoção de normas e métodos internacionais recomendados (*Standards and Recommended Practices* - SARPs) para regular a navegação aérea, recomenda aos Estados Contratantes que estabeleçam serviços e instalações de navegação aérea e propõe que se facilite o transporte aéreo mediante a redução de trâmites

alfandegários e de imigração. A Convenção reconhece o princípio da soberania exclusiva e absoluta de todo Estado sobre o espaço aéreo correspondente a seu território e estabelece que não se poderá explorar nenhum serviço aéreo internacional regular sobre o território de um Estado Contratante ou para o interior deste sem o seu consentimento prévio.

A Convenção de Aviação Civil Internacional entrou em vigor no dia 4 de abril de 1947, quando foi atingido o número de ratificações necessárias (26 Estados). Antes disso, entre agosto de 1945 e abril de 1947, permaneceu em operação uma Organização Internacional Provisória de natureza técnica e consultiva com propósitos de colaboração no campo da aviação civil internacional nomeada Organização Provisória de Aviação Civil Internacional (OPACI).

Desde o começo das atividades da OPACI/OACI, foi definido o serviço de Secretariado, especialmente no campo tecnológico, com a finalidade de cobrir duas atividades principais:

- Aplicação de regras gerais e regulamentações relativas a treinamento e licenciamento de pessoal aeronáutico, tanto para trabalhos no ar quanto no solo; sistemas de comunicação e procedimentos; regras para o sistema de controle de tráfego aéreo e práticas aéreas; requerimentos de aeronavegabilidade para aeronaves de navegação aérea internacional, bem como a sua identificação e registro; meteorologia aeronáutica, mapas e gráficos. Por razões óbvias, esses aspectos requeriam uniformidade em escala mundial, uma vez que a navegação aérea se tornava uma possibilidade real. As atividades em tela, portanto, tiveram que ser tratadas por um órgão central, na sede da OACI, mantendo todas as informações num só lugar, para facilitar o desenvolvimento e evitar problemas.

- Aplicação prática dos serviços de navegação aérea e apoio aos Estados para sua implementação coordenada em áreas específicas onde condições de funcionamento e outros parâmetros considerados relevantes pudessem ser comparados.

Para cumprir o último objetivo, foi acordado subdividir a superfície da terra em regiões com distintos e específicos problemas de navegação de naturezas semelhantes.

Um exemplo típico deste processo é ilustrado por uma comparação entre a "Região do Atlântico Norte (NAT)", onde a preocupação principal com

navegação é relativa a voos internacionais de longo alcance, e a "Europa-mediterrânia (EUR)", onde a coordenação das operações trans-europeias com voos domésticos e o tráfego internacional de curto alcance constituem o maior problema.

Uma vez criadas as regiões, foi necessário providenciar órgãos capazes de ajudar os Estados na resolução dos seus problemas de acordo com suas especificidades regionais. Foi acordada, portanto, para melhor alcançar esses objetivos, a criação de Escritórios Regionais a serem localizados nas próprias regiões ou o mais perto possível da região de atuação.

Como resultado, a OACI adotou os conceitos de Regiões e de Escritórios Regionais, acordando que todas as atividades deveriam funcionar dentro de suas regiões, desde que não entrassem em conflito com as atividades globais da Organização. Reconheceu-se, também, que tais atividades poderiam variar de região para região, levando em conta o ambiente econômico, técnico ou social da região em questão.

Finalidades

A Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) tem como principais objetivos o desenvolvimento dos princípios e das técnicas de navegação aérea internacional e a organização e o progresso dos transportes aéreos, de modo a favorecer a segurança, a eficiência, a economia e o desenvolvimento dos serviços aéreos. Além de estudar problemas técnicos, jurídicos e econômicos relativos ao transporte aéreo internacional, desenvolve um trabalho importante no campo da assistência técnica, ao buscar organizar e dar maior eficiência aos serviços de infraestrutura aeronáutica nos países em desenvolvimento. Essa assistência é prestada por meio de equipes de especialistas, enviados aos diversos países para organizar e orientar a operação dos serviços técnicos indispensáveis à aviação civil, e de bolsas de estudo para cursos de especialização.

As finalidades estatutárias da OACI são desenvolver princípios e técnicas de navegação aérea internacional, bem como fomentar a organização e o crescimento do transporte aéreo internacional. Para consecução dessas finalidades a Organização deverá:
a) assegurar o desenvolvimento seguro e ordenado da aviação civil internacional;
b) fomentar técnicas de desenho e utilização de aeronaves para fins pacíficos;

c) estimular a utilização do espaço aéreo, das instalações aeroportuárias e dos serviços de navegação aérea para a aviação civil internacional;
d) atender à necessidade de um transporte aéreo seguro, regular, eficaz e econômico;
e) evitar desperdício econômico em razão da concorrência excessiva;
f) assegurar que os Estados membros tenham seus direitos respeitados e que cada país tenha a oportunidade de explorar empresas de transporte aéreo internacional;
g) evitar a discriminação entre os Estados membros;
h) promover a segurança de voo na navegação aérea internacional; e
i) impulsionar o desenvolvimento da aeronáutica civil internacional em todos os seus aspectos.

Atualmente, a OACI trabalha para alcançar sua visão de desenvolvimento seguro e sustentável da aviação civil por meio da cooperação entre os seus Estados membros.

Para implementar essa visão, estabeleceu os seguintes objetivos estratégicos:

1. Segurança contra atos ilícitos (security) - Melhorar a segurança global da aviação civil;

2. Segurança de voo (safety) - Melhorar a segurança operacional da aviação civil;

3. Proteção ao meio ambiente - Minimizar os efeitos prejudiciais da aviação civil mundial sobre o meio ambiente;

4. Capacidade de navegação aérea e eficiência – Aumentar a capacidade e melhorar a eficiência do sistema de aviação civil mundial;

5. Desenvolvimento econômico do transporte aéreo – Promover o desenvolvimento de um sistema de aviação civil economicamente sólido e viável;

Estrutura

A constituição da OACI é a Convenção sobre a Aviação Civil Internacional, elaborada pela Conferência de Chicago em 1944. De acordo com os termos da Convenção, a Organização é composta por uma Assembleia, um Conselho de

associação limitada com vários órgãos subordinados e um Secretariado. Seus diretores são o Presidente do Conselho e Secretário-Geral.

ASSEMBLEIA

Poder máximo da Organização. Fixa as diretrizes que a orientam, assim como analisa o trabalho realizado no período anterior e planeja as atividades para os três anos seguintes. É constituída por todos os Estados contratantes, contando atualmente com 193 Estados Membros, que se reúnem a cada três anos e, extraordinariamente, em qualquer época, por convocação do Conselho ou a pedido de dez Estados Contratantes.

Cada Estado Contratante tem direito a um voto, e as decisões são tomadas por maioria simples, salvo disposição da Convenção de Chicago em contrário.

2.3.2. CONSELHO

Órgão executivo da OACI, de caráter permanente, composto atualmente por 36 Estados-membros, cujos delegados dirigem a Organização em nível político. São eleitos a cada triênio, durante a realização da Assembleia da Organização, obedecendo a três categorias: os Estados de maior de importância no transporte aéreo, os Estados que fazem a maior contribuição aos serviços de navegação aérea internacional e os Estados que irão garantir maior representatividade geográfica regional.

Como órgão regulador, o Conselho dirige o trabalho da Organização e dispõe de órgãos que se reportam a ele (Comissão de Navegação Aérea e os Comitês de Transporte Aéreo, de Finanças, de Cooperação Técnica, de Interferência Ilícita e de Ajuda Coletiva para os Serviços de Navegação Aérea).

O Conselho adota os SARPs (Standards and Recommended Practices – Normas e Práticas Recomendadas) a serem incluídos nos Anexos da Convenção de Chicago; atua como árbitro no caso de litígios entre Estados Contratantes em situações que possam prejudicar o desenvolvimento da navegação aérea internacional; e, em caráter geral, toma as medidas necessárias para manter a segurança e a regularidade do transporte aéreo internacional.

A eleição para o cargo de Presidente do Conselho é realizada na primeira sessão do Conselho, após a reunião da Assembleia.

Para o triênio 2020-2022, foram eleitos membros do Conselho, nos termos do artigo 50 da Convenção de Chicago, os 36 países a seguir:

Grupo I (11 Estados de maior importância no Transporte Aéreo)

Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Itália, Japão, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos.

Grupo II (12 Estados que mais contribuem para prover instalações e serviços para a Navegação Aérea Civil Internacional)

Argentina, Colômbia, Egito, Finlândia, Índia, México, Países Baixos, Nigéria, Arábia Saudita, Singapura, África do Sul e Espanha.

Grupo III (13 Estados que asseguram a representação geográfica no Conselho)

Costa Rica, Côte d´Ivoire, República Dominicana, Guiné Equatorial, Grécia, Malásia, Paraguai, Peru, Coreia do Sul, Sudão, Tunísia, Emirados Árabes Unidos, Zâmbia.

É importante ressaltar a representatividade latino-americana e caribenha no Conselho. São oito Estados, ocupando os seguintes assentos:

1° Grupo – Brasil, eleito e reeleito desde a criação da Organização;

2° Grupo – Argentina, Colômbia e México;

3° Grupo – Costa Rica, República Dominicana, Paraguai e Peru.

Estrutura do Conselho:

O Conselho da OACI é composto por 6 órgãos técnicos: Comissão de Navegação Aérea; Comitê de Transporte Aéreo; Comitê de Ajuda Coletiva para os Serviços de Navegação Aérea; Comitê de Finanças; Comitê sobre Interferência Ilícita na Aviação Civil Internacional e suas Instalações e Serviços; e Comitê Jurídico.

- Comissão de Navegação Aérea – trata de questões técnicas do interesse da Aviação Civil;

- Comitê de Transporte Aéreo – trata de questões que têm reflexos nos interesses comerciais das empresas aéreas, assuntos econômicos da navegação aérea internacional;

- Comitê de Ajuda Coletiva para os Serviços de Navegação Aérea – visa a apoiar os Estados mais carentes na melhoria de seus serviços de apoio à Aviação Civil Internacional;

- Comitê de Finanças – trata do planejamento e controle dos gastos da Organização, que depende da contribuição dos Estados;

- Comitê sobre Interferência Ilícita na Aviação Civil Internacional e suas Instalações e Serviços – trata do desenvolvimento de métodos para melhorar a segurança contra atos que ponham em risco a aviação civil, ou seja, *security*.

- Comitê Jurídico – trata do estudo e desenvolvimento de novos instrumentos jurídicos do interesse da coletividade dos Estados, bem como do aperfeiçoamento dos já existentes.

- Comissão de Navegação Aérea – é responsável pelos assuntos técnicos relacionados com a segurança operacional (*safety*) e com a proteção do meio ambiente. O colegiado é formado por 19 especialistas com qualificações e experiência apropriadas na ciência e na prática aeronáuticas. Os membros dessa Comissão são eleitos pelo Conselho entre os indicados pelos Estados Contratantes.

Esses órgãos técnicos, com exceção da Comissão de Navegação Aérea, que atua de modo permanente, trabalham de modo intermitente e são compostos por representantes dos Estados. Tais órgãos mantêm permanente ligação com seus correspondentes que operam na estrutura do Secretariado.

Dos 19 Anexos à Convenção sobre Aviação Civil Internacional, 16 referem-se a questões de navegação aérea.

Cabe à Comissão de Navegação Aérea:

- Discutir e preparar os Padrões de Normas e Práticas Recomendadas (SARP) a serem submetidos ao Conselho para análise, adoção e posterior inclusão nos Anexos à Convenção; e

- Examinar, coordenar e planejar o programa técnico da OACI em matéria de Navegação Aérea.

Ressalte-se que, diferentemente dos representantes no Conselho, os especialistas que compõem a Comissão de Navegação Aérea atuam a título pessoal.

2.3.3. SECRETARIADO

Órgão operacional-administrativo da OACI ao qual está vinculado o corpo de funcionários da OACI. Diferentemente dos dois órgãos anteriores, o Secretariado não é composto por Estados e, sim, por pessoas físicas, indicadas pelos Estados. Portanto, enquanto uma opinião dada na Assembleia e no Conselho é uma posição de um Estado, uma opinião dada no âmbito do Secretariado é considerada uma posição individual, sem necessariamente representar a opinião do Estado de nacionalidade do indivíduo.

Atualmente, a Secretária-Geral da OACI é a Dra. Fang Liu, reeleita pelo Conselho para mandato de três anos iniciado em agosto de 2018.

O Secretário-Geral possui sob a sua chefia o "Gabinete do Secretário-Geral", diretamente responsável pela gestão e desempenho no trabalho eficaz das atividades atribuídas a esse Gabinete relacionadas com as Relações Externas e Informação Pública; Finanças; Programas de Avaliação; Auditoria e Gestão de Revisão e dos Assuntos Regionais, incluindo o funcionamento dos sete escritórios regionais.

Estrutura do Secretariado:

O Secretariado é composto por 5 Bureaux: Bureau de Navegação Aérea; Bureau de Transporte Aéreo; Bureau Jurídico; Bureau de Assistência Técnica/Administração; e Bureau de Serviços.

- Bureau de Navegação Aérea – desenvolve estudos técnicos para a Comissão de Navegação Aérea, bem como Padrões de Normas e Práticas Recomendadas (SARP), relacionadas com segurança, regularidade e eficiência na navegação aérea internacional para o Conselho;

- Bureau de Transporte Aéreo – Provê assistência especializada exigida pela Assembleia, Conselho, Comitê de Transportes Aéreos (ATC), Comissão da Interferência Ilícita (UIC), Comissão Mista de Apoio de Serviços de Navegação Aérea (JSC) e por conferências especializadas de divisões, de painéis e de grupos de reuniões trabalhistas que podem ser convocadas no campo dos transportes aéreos;

- Bureau de Assuntos Jurídicos e Relações Externas – presta aconselhamento e assistência à Secretaria-Geral e por meio desta, também aos diversos órgãos da Organização e Estados-membros da OACI, em matéria constitucional, administrativa e processual e, também, sobre problemas de direito internacional, aéreo, comercial, trabalhista e afins. Isso inclui pesquisas e estudos no campo do direito aéreo internacional público e privado sobre itens do Programa Geral de Trabalho do Comitê Jurídico, bem como a preparação da documentação para o Comitê Jurídico, para conferências diplomáticas, para o Conselho, para órgãos subordinados ao Conselho e para a Assembleia. O Gabinete Jurídico é responsável pelas funções de depositário da OACI de vários tratados, bem como pelo registro de acordos nos termos dos artigos 81 e 83 da Convenção de Chicago. As funções do Departamento Jurídico também incluem a cooperação e coordenação de atividades legais com as Nações Unidas e outras organizações internacionais;

- Bureau de Cooperação Técnica – auxilia na execução dos projetos com neutralidade, transparência e objetividade; e

- Bureau de Assistência Técnica/Administração e Serviços – é responsável por fornecer apoio administrativo, como exigido pela Organização, relacionado a pessoal, linguagem e publicações; serviços de conferência e escritório; tecnologias da informação e comunicação; registro, distribuição e vendas; Web, biblioteca e arquivos; Assembleia, Conselho e gestão de qualidade.

2.3.4. ESCRITÓRIOS REGIONAIS

Fora da Sede, a OACI conta com 7 escritórios regionais, que cuidam dos interesses da Organização nas diferentes regiões do mundo e são bases de apoio ao planejamento e instalação, conforme preconizado pela Organização, da infra-estrutura necessária às operações do transporte aéreo internacional:

- Escritório da África Oriental e Sul da África, situado em Nairóbi, Quênia;

- Escritório da África Ocidental e da África Central, situado em Dacar, Senegal;

- Escritório da Ásia e do Pacífico, situado em Bangkok, Tailândia;

- Escritório da Europa e do Atlântico Setentrional, situado em Paris, França;

- Escritório da América do Norte, América Central e do Caribe, situado na Cidade do México, México;

- Escritório do Oriente Médio, situado no Cairo, Egito; e

- Escritório da América do Sul, situado em Lima, Peru.

ORÇAMENTO E CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS

Orçamento: aspectos gerais

O orçamento da OACI para o triênio 2020-2022, aprovado durante a 40a Sessão da Assembleia Geral da Organização, que teve lugar em Montreal em outubro de 2019, priorizou as atividades relacionadas com os objetivos estratégicos — proteção contra atos ilícitos e facilitação; segurança de voo (operacional); proteção ambiental; capacidade de navegação aérea e eficiência; desenvolvimento econômico do transporte aéreo — em relação às atividades administrativas e de suporte.

Além disso, a elaboração do referido orçamento levou em conta o fato de que apenas as contribuições obrigatórias dos Estados não serão suficientes para financiar o plano de trabalho da OACI para o triênio considerado. Será necessário, portanto, fazer uso de fontes de custeio adicionais, tais como o Fundo Gerador de Receitas Auxiliares (ARGF) e as contribuições voluntárias dos Estados, sejam monetárias, sejam em espécie. Um atento monitoramento dos aportes provenientes dessas fontes de recursos adicionais deverá ser

implementado com vistas a evitar a necessidade de qualquer elevação das contribuições obrigatórias dos Estados.

No sentido de otimizar a captação e, sobretudo, a utilização dos recursos de custeio, a OACI deverá realizar, no triênio 2020-2022, uma profunda revisão dos seus atuais sistemas de gestão, bem como das ferramentas empregadas para a geração de relatórios internos. Deverá, igualmente, atualizar e reforçar os sistemas relacionados com a segurança do fluxo de informação no âmbito da organização, de modo a impedir vazamentos e outros acidentes informáticos semelhantes.

A fragilidade relacionada ao custeio do seguro-saúde dos funcionários aposentados da organização (ASHI), mencionada com ênfase pelos Auditores Externos, permanece sem solução. Trata-se de situação bastante comum no âmbito das organizações que compõem o sistema das Nações Unidas, mas reveste-se de particular importância, no caso da OACI, devido ao rápido crescimento do passivo em questão: 133,6 milhões de dólares canadenses em 31 de dezembro de 2018.

São os seguintes os principais números, em dólares canadenses, do orçamento da OACI para o triênio 2020-2022 aprovado durante a 40a Sessão da Assembleia Geral da organização:

A) Despesas (dólar canadense)

Objetivos estratégicos	2020	2021	2022	Total
Segurança operacional	31.590.000	32.459.000	33.218.000	97.267.000
Capacidade de navegação aérea e eficiência	19.747.000	20.569.000	21.396.000	61.712.000
Proteção contra atos ilícitos e facilitação	13.844.000	14.530.000	15.433.000	43.807.000
Desenvolvimento econômico do transporte aéreo	5.111.000	5.104.000	5.096.000	15.311.000
Proteção ambiental	5.165.000	5.539.000	6.539.000	17.243.000
Programa de suporte	12.898.000	13.303.000	14.919.000	41.120.000
Gestão e	14.957.000	15.442.000	15.856.000	46.255.000

Administração				
Total de despesas autorizado	103.312.000	106.946.000	112.457.000	**322.715.000**

B) Custeio (dólar canadense)

Fontes dos recursos	2020	2021	2022	Total
Contribuições dos Estados	91.970.000	95.577.000	101.058.000	288.605.000
Reembolso do fundo AOSC (Cooperação Técnica)	1.202.000	1.202.000	1.202,000	3.606.000
Transferências do saldo do fundo ARGF	9.649.000	9.648.000	9.649.000	28.946.000
Receitas diversas	491.000	519.000	548.000	1.558.000
Total	103.312.000	106.946.000	112.457.000	**322.715.000**

(1 dólar americano = 1,31 dólar canadense em 14/1/2020)

Orçamento: maiores contribuintes

Dez maiores contribuintes de 2019, em ordem decrescente:

1º Estados Unidos
2º China
3º Japão
4º Alemanha
5º Reino Unido
6º França
7º Brasil (USD 989.702)

8º Federação Russa
9º Itália
10º Canadá

Dez maiores contribuintes de 2020, em ordem decrescente:

1º Estados Unidos
2º China
3º Japão
4º Alemanha
5º Reino Unido
6º França
7º Canadá
8º Itália
9º Brasil (USD 730.701)
10º Federação Russa

O BRASIL NA OACI

O Brasil tem sido extremamente atuante na OACI e vem fazendo parte do Primeiro Grupo do Conselho desde a sua criação, em 1944. A posição do Brasil é de liderança, justificada pela importância do país no transporte aéreo internacional. É de notar o longo histórico de atuação do Brasil, que participa ininterruptamente do Conselho desde a criação da OACI, além de integrar os Comitês de Transporte Aéreo, Finanças, Cooperação Técnica, Proteção Ambiental, Jurídico e diversos painéis. Cabe ressaltar, ademais, a presença de 10 brasileiros no Secretariado da Organização. Dois deles ocupam cargos de Diretoria (D1): Jane Hupe, Vice-Diretora de Meio Ambiente; e Fabio Rabbani, Diretor Regional da OACI para América do Sul.

DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ORGANIZAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL (OACI) EM MONTREAL

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADORA MITZI GURGEL VALENTE DA COSTA

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão:

Como é do conhecimento de Vossas Excelências, esta Delegação lida com todos os assuntos ligados à Organização da Aviação Civil Internacional (OACI). Ela ocupa-se, também, com temas de meio ambiente, o que inclui a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), com seus dois Protocolos - o Protocolo de Cartagena sobre a Movimentação Transfronteiriça de Organismos Geneticamente Modificados (PC) e o Protocolo de Nagoia de Acesso e Repartição de Benefícios (PN), e o Fundo Multilateral para a Implementação do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.

2. Este relatório, que cobre todo o período em que estive à frente da Delegação (outubro de 2016 até a presente data), será subdividido em três partes, para cada um dos assuntos diferentes acima indicados, para melhor facilitar sua leitura.

ORGANIZAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL (OACI)

3. A OACI foi fundada em dezembro de 1945 com o propósito de estabelecer padrões e práticas recomendadas para a aviação civil internacional (SARPs). Para esse fim, conta com o Conselho (e seus comitês), com a Comissão de Navegação Aérea e com inúmeros grupos "ad hoc", de natureza mais informal. Cada uma dessas instâncias reúne-se regularmente para desenvolver regras que garantam o crescimento seguro e ordenado da aviação civil internacional com base na igualdade de condições entre os países-membros.

4. O Conselho da OACI é formado por 36 países-membros que são eleitos a cada três anos durante a Assembleia Geral da Organização. O Brasil, por ser um dos dez maiores e mais importantes mercados mundiais do setor de aviação, bem como por ser sede da Embraer, tem sido eleito para o Conselho, ininterruptamente, desde a sua criação, em 1947. Os países que se candidatam ao Conselho distribuem-se em três diferentes grupos:

- O Grupo I, do qual o Brasil sempre fez parte, reúne os 11 países mais importantes para o transporte aéreo internacional: Alemanha, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, EUA, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia.

- O Grupo II é formado por 12 países que têm importância destacada para a aviação civil internacional: África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Colômbia, Egito, Espanha, Finlândia,

Índia, México, Nigéria, Países Baixos e Singapura (a Finlândia e os Países Baixos representam, na verdade, dois distintos grupos de rotação europeus).

- O Grupo III contém 13 países que ali se encontram para assegurar uma equilibrada distribuição geográfica: Coréia do Sul, Costa do Marfim, Costa Rica, Emirados Árabes Unidos, Grécia, Guiné Equatorial, Malásia, Paraguai, Peru, República Dominicana, Sudão, Tunísia e Zâmbia. Com exceção de Coréia do Sul, dos Emirados Árabes Unidos e da Malásia, todos os demais países fazem parte de grupos de rotação regionais.

5. O Conselho da OACI reúne-se, formalmente, 3 vezes por ano, e, informalmente, a qualquer momento, sempre que necessário. Essas reuniões são precedidas de encontros preparatórios - os chamados comitês - que são, em tese, renovados anualmente pelo presidente do Conselho com base no critério de equilíbrio geográfico, mas que podem manter-se inalterados ano após ano. Eles são, atualmente, os seguintes: (a) Comitê de Transporte Aéreo e Segurança Operacional (ATC) - tradicionalmente presidido por um norte-americano; (b) Comitê de Medidas de Segurança contra Interferência Ilícita (UIC), no qual o Brasil logrou ingressar em 2018, quando sua composição foi aumentada; (c) Comitê de Apoio Conjunto aos Serviços de Navegação Aérea (JSC); (d) Comitê de Finanças (FIC); (e) Comitê de Recursos Humanos (HRC); (f) Comitê de Cooperação Técnica (TCC); (g) Comitê de Relações com o País Anfitrião (RHCC). Recordo que, em 2014, também foi criado o Grupo Consultivo sobre Meio Ambiente (AGC), com o intuito de estabelecer medidas globais para a mitigação das consequências indesejáveis dos gases de efeito estufa provenientes das operações da aviação civil internacional.

6. O Brasil, além de ser membro permanente do Conselho, tem sido também reeleito, a cada três anos, para a ANC, onde é representado pelo representante alterno do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), da Força Aérea Brasileira. O Brasil participa ativamente do UIC, do FIC, do TCC e do AGC. As decisões tomadas nos comitês e na ANC são submetidas ao Conselho, para aprovação, transformando-se, quando necessário, em SARPs (Padrões e Práticas Recomendadas), que se distribuem em 19 anexos diferentes a depender do tema de que tratam. Os países-membros têm a possibilidade de registrar discordâncias ou diferenças em relação a um ou a mais dispositivos das SARPs propostas, já que sua observância, uma vez aprovadas, é obrigatória para os Estados. Durante minha permanência à frente da Delegação, presidi o Comitê de Finanças (no período de 2017-2018) e, mais recentemente, em 2020, o Comitê de Relações com o País Anfitrião.

7. No que tange às diretrizes técnicas para a aviação civil internacional, a OACI lida com diversos temas de forma transversal, entre os quais destaco: (a) segurança operacional ("safety") e segurança aeroportuária ("security"); (b) proteção ao meio ambiente, com novos padrões obrigatórios de emissões de CO2 e criação de mecanismo de mercado global para a redução dessas emissões (GMBM); (c) regulação econômica para a liberalização do transporte aéreo internacional; (d) novas tecnologias de identificação de passageiros e de emissão e passaportes eletrônicos; (e) cooperação e assistência técnica para os países em desenvolvimento, visando garantir a diretriz “no country left behind", que tem norteado as atividades da organização nos últimos anos; (f) navegação aérea e plano de melhoria de blocos dos sistemas de aviação (ASBU); (g) aspectos econômicos da regulação de aeroportos; (h) facilitação da circulação de pessoas; (i)

obtenção de fundos, financiamento e gestão de infraestrutura; (j) política de ruídos de aeronaves e qualidade do ar; (k) implantação do Plano Global de Segurança Operacional da Aviação (GASEP) e do Plano Mundial de Navegação Aérea (GANP); (l) regulamentação das aeronaves pilotadas à distância.

8. A Assembleia da OACI representa o poder soberano da organização. Ela é convocada, de forma ordinária, a cada três anos, pelo Conselho da organização, com o objetivo de estipular as diretrizes a serem seguidas no triênio seguinte. Decide, ainda, sobre matérias encaminhadas pelo Conselho e revisa trabalhos técnicos, legais, econômicos e administrativos da organização.

9. Os principais itens abordados pela 39ª Assembleia (27 setembro a 4 de outubro 2016) foram os seguintes:

(A) Composição do Conselho para o triênio de 2017 a 2019, tendo o Brasil sido reeleito com 167 votos, a maior votação verificada.

(B) Tentativa infrutífera da Indonésia em candidatar-se a assento no Grupo III.

(C) Aprovação do Sistema Global de Socorro e Segurança (GADSS), como consequência positiva do desaparecimento, em março de 2015, do voo MH 370. Esse sistema estabeleceu novos requerimentos para o rastreamento de voos em condições normais e anormais, bem como normas para o rastreamento autônomo de aeronaves em situação de perigo - previstas para entrar em vigor a partir de janeiro de 2021.

(D) Decisão de elaborar regras e padrões globais para regular e fortalecer a segurança da aviação civil, tendo em vista o aumento expressivo do número de drones e de aeronaves remotamente pilotadas (RPAS).

(E) Aprovação da criação do Plano Global de Segurança da Aviação (GASEP) para suceder, a partir de 2019, a Estratégia da OACI sobre Segurança da Informação (ICASS), de modo a propiciar uma visão mais sistêmica da segurança da aviação civil internacional.

(F) Adoção do Esquema de Compensação e Redução de Emissões de Carbono para Aviação Civil Internacional (CORSIA), considerado um marco histórico para a redução de poluentes atmosféricos. O "corpo a corpo" realizado pela Delegação durante a 39ª Assembleia foi fundamental para garantir o respeito aos interesses brasileiros nesse esquema, especialmente no que tange à admissibilidade de inclusão dos mecanismos da UNFCCC, o que permitiu a adesão do Brasil à iniciativa.

10. Durante a 40ª Assembleia (24 setembro a 4 outubro 2019), que foi precedida de inúmeros eventos, comemorações e festividades para marcar os 75 anos desde a criação da organização, foram os seguintes os principais temas discutidos e as principais decisões adotadas:

(A) Eleição dos novos representantes do Conselho. Nesse pleito, o Brasil foi reeleito, para o Grupo I, com 157 votos, ficando atrás apenas da China e da Itália, ambas com 170 votos, e do Japão, com 159.

(B) Tentativa do Catar em candidatar-se a uma vaga no grupo III, o que causou forte impacto nos corredores da organização, inclusive com alegação de fraude durante a eleição.

(C) Adoção de critérios e de medidas para a implementação do CORSIA, item que, como esperado, foi um dos mais controvertidos da Assembleia.

(D) Decisão relativa à governança da organização. Esta havia sofrido forte impacto durante 2019 em decorrência de denúncias amplamente divulgadas na imprensa — e que repercutiram negativamente nos trabalhos do Conselho — acerca de (alegados) desmandos e da falta de solução para casos de assédio. Nesse sentido, foi aprovado o "whistleblower policy", bem como o novo Código de Ética, o qual ainda terá que ser examinado pelo Conselho. Este terá sido o segundo assunto mais difícil e controvertido abordado pela Assembleia.

(E) Aprovação de GT para estudar a implementação do Artigo 12 da Convenção de Chicago, que foi proposto pelo Brasil e pelos EUA como consequência da controvérsia aberta no contexto do acidente Gol/Legacy.

11. No que diz respeito às atividades do Conselho durante meu período à frente da Delegação, destaco, entre outros:

(I) Contencioso Brasil/EUA - No final de 2016, o Brasil protocolou contencioso formal contra os Estados Unidos da América por descumprimento do Artigo 12 da Convenção de Chicago, que resultou em grave acidente, em 29 de setembro de 2006, entre uma aeronave da GOL (voo 1907) e um pequeno avião "Legacy" da empresa "ExcelAire" pilotado por dois nacionais dos EUA. Nesse evento funesto, morreram todos os 154 passageiros que estavam no avião da GOL. O diferendo entre os dois países foi apresentado ao Conselho pelo então Ministro, hoje Embaixador, Norberto Moretti, em junho de 2017. Na época, com o intuito de lograr apoio ao pleito brasileiro, encontrei-me por diversas vezes com os representantes dos 35 países que então compunham o Conselho, de modo a expor a indignação brasileira com a percebida omissão do FAA relativamente à aplicação do Artigo 12 da Convenção de Chicago. Para a absoluta surpresa dos representantes dos Estados Unidos, que se empenharam em derrubar a pretensão brasileira, o Brasil logrou obter 19 votos em apoio à objeção preliminar, contra 4 para os norte- americanos e 11 abstenções, em pleito secreto do qual participaram 34 membros do Conselho, uma vez que se encontravam impedidos de votar os dois países litigantes. Diversas reuniões bilaterais foram organizadas, posteriormente, entre Brasil e EUA, das quais o Embaixador Moretti participou ativamente. O assunto caminha, neste momento, para um desfecho favorável, sendo que já foi criado o GT que deverá tornar mais explícito o alcance do referido Artigo 12.

(II) Fechamento do espaço aéreo do Catar - Em junho de 2017, o espaço aéreo do Catar foi fechado para sobrevoos e pousos de todas as aeronaves cataris, por decisão repentina e coordenada de um grupo de países constituído por Arábia Saudita, Bahrein, Egito e Emirados Árabes Unidos. Em razão dessa decisão, o governo do Catar apresentou reclamação formal à OACI, com base no não cumprimento dos artigos 54 e 84 da Convenção de Chicago. O assunto encontra-se, no momento, na Corte Internacional de Justiça, em Haia, sob a alegação de que a OACI carece de competência para julgar o assunto, por tratar-se de contencioso geopolítico.

(III) Escolha do Diretor do Escritório Regional para América do Sul - A escolha feita pela SG da OACI, Fang Liu, do indicado pela ANAC, Fabio Rabani, como candidato para dirigir o Escritório Regional para América Latina, com a saída do também brasileiro Franklin Hoyer, foi fortemente apoiada pela Delegação do Brasil. Nesse sentido, mantive diversos encontros com a SG, bem como com o então Presidente do Conselho, o nigeriano Benard Aliu, com vistas a assegurar o sucesso da candidatura.

(IV) 13ª Conferência de Navegação Aérea (9 a 19 outubro de 2018) - Essas conferências buscam incentivar a colaboração entre os estados-membros e as organizações internacionais relativamente às estratégias globais de planejamento, de desenvolvimento e de implementação de ações que contribuam para a segurança da navegação aérea. Nesses eventos, são discutidas as múltiplas perspectivas da aviação com vistas ao estabelecimento de prioridades para a comunidade aeronáutica em todo o mundo. Trata-se, também, do momento em que os especialistas têm a oportunidade de partilhar suas respectivas experiências com o objetivo de definir acordos e recomendações nas principais áreas de atividade do sistema de navegação aérea. A 13ª Conferência contou com a expressiva participação do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). Entre os assuntos debatidos pela delegação brasileira, destacam-se os seguintes: (a) desenvolvimento de uma rede estruturada e segura em ambiente digital; (b) gestão do tráfego desconhecido e operações autônomas; (c) Operações Baseadas em Trajetórias (TBO); (d) primeira edição de proposta do volume IV do anexo 16 — Proteção Ambiental — resultante da reunião do Grupo de Direção (SG) da Comissão de Proteção Ambiental da Aviação (CAEP), à luz dos comentários de Estados e organizações internacionais. Foram apresentados, ainda, os resultados de consulta aos Estados e às organizações internacionais sobre propostas para a primeira edição do anexo 16 sobre esquema de compensação e redução de carbono para a aviação internacional (CORSIA). Procurou-se também garantir que as propostas não afetassem as disposições de segurança, de eficiência e de capacidade de outros anexos.

(V) Painel de Facilitação (FALP/11) - O FALP 11, que teve lugar em Montreal no período de 13 a 16 de janeiro de 2020, discutiu assuntos de interesse para as áreas de polícia de imigração e segurança aeroportuária. Foram abordados, entre outros temas: (a) as novas propostas de SARPs para regulamentação do PNR; (b) o tráfico de pessoas; (c) a implementação do passaporte eletrônico ("ePassport"); (d) os programas de facilitação (Anexo 9 da Convenção de Chicago); (e) a estratégia TRIP (“Travel Identification Programme") da ICAO; (f) o PKD ("Public Key Directory"). Foi também criado o Grupo de Trabalho sobre Tráfico de Pessoas (WGHT), do qual o Brasil participará, para discutir iniciativas de combate ao tráfico internacional de pessoas, para desenvolver "guidelines", para criar políticas e protocolos de comunicação, para promover o treinamento de funcionários, bem como para organizar campanhas de conscientização pública e de compartilhamento de dados e informações com sobreviventes de tráfico humano, com organismos não governamentais e com agências de aplicação das leis federais e locais (autoridades policiais locais e federais). No que se refere ao estabelecimento de um roteiro uniforme para a emissão de passaportes eletrônicos ("ePassports"), o Painel de Facilitação não logrou aprovar a diretriz segundo a qual os Estados contratantes passariam a fazer uso do referido documento de viagem nos próximos dez anos. Isso se deveu, principalmente, ao temor do impacto financeiro e tecnológico suscetível de advir do cumprimento dessa determinação.

(VI) Segurança aeroportuária - Foi também aprovada uma emenda ao Anexo 17 ("Security") da Convenção de Chicago sobre: (a) avaliação de vulnerabilidades; (b) compartilhamento de informações entre Estados e partes interessadas; (c) programas de treinamento e sistemas de certificação; (d) controle de acesso a áreas restritas; (e) inspeção de funcionários. A Delegação acompanhou cuidadosamente o processo e, uma vez aprovada a emenda, indicou divergência no entendimento de como se daria a inspeção de 100% dos "profissionais do aeroporto para acessar áreas restritas". Tendo em vista a posição da ANAC de que essa determinação é passível de exceções (para agentes da Receita Federal e da Polícia Federal), espera-se que o assunto seja resolvido por ocasião da atualização das "Guidelines", que explicitará a forma de execução do Anexo 17. No Comitê de Interferência Ilícita (UIC), a Delegação acompanhou as discussões sobre a evolução das atividades de "Cybersecurity" no âmbito da OACI e o estabelecimento do "Trust Framework Study Group" (TFSG).

(VII) Plano Global de Regulação Econômica - No âmbito dos trabalhos do ATC ("Air Transport Committee"), foi encomendado estudo de viabilidade para a possível implementação do chamado GATP ("Global Air Transport Plan"), que seguiria os moldes de outros planos globais da OACI que foram implementados com grande adesão e sucesso: o GASP ("Global Aviation Safety Plan"), o GANP ("Global Air Navigation Plan") e o GASEP ("Global Aviation Security Plan"). Esses planos relacionavam-se com os objetivos estratégicos da organização e traçavam diretrizes e modelos para a implementação de soluções uniformizadas que buscavam a padronização e o consequente aumento de segurança operacional e da eficiência da aviação, graças à diminuição de diferenças entre as soluções adotadas pelos Estados em cada uma das áreas afetadas: "Safety", "Security" e Navegação Aérea. A criação de um plano global de regulação econômica da OACI, no entanto, representou um problema para a ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil), já que a Agência tem defendido, tradicionalmente, a liberação da regulação econômica e, por isso, implementando essa estratégia internamente. O posicionamento brasileiro foi crucial na decisão, tomada pelo Conselho, que devolveu a proposta ao ATC, para reavaliação. Reapresentado posteriormente ao Conselho e, depois, também à Assembleia, em 2019, decidiu-se que o plano seria inviável naquele momento, por falta de consenso.

(VIII) PNR ("Passenger Name Record") - Dentre os principais assuntos de "Security" e de "Facilitation", o que mais ocupou a pauta da OACI e que, igualmente, mais avançou, foi, sem dúvida, o PNR/API. Trata- se da utilização dos dados dos passageiros pelos aeroportos de destino para melhorar os processos de controle migratório, criando, ao mesmo tempo, mais facilidades e conforto para os passageiros e fortalecendo o controle de fronteiras. Enquanto as discussões sobre o API avançaram bastante nos últimos anos, o PNR, por possuir SARPs bastante acanhadas e ter enfrentado resistência por parte de países do bloco europeu, pouco evoluiu. Esse quadro passou a mudar a partir de 2017, em vista da Resolução do Conselho de Segurança da ONU, instando a OACI a fortalecer o instituto do PNR para o combate ao terrorismo. Assim, um GT que contou com a ativa participação do Brasil, propôs novas SARPs alterando o Anexo 9 da Convenção de Chicago. Estas, além de recomendar, de maneira explícita, que se tornem disponíveis os dados de PNR, cria regramento prescritivo quanto à forma de transmissão, uso e proteção desses dados. O assunto será submetido à apreciação da 220ª Sessão do Conselho da OACI. Caso aprovado, entrará em vigor em fevereiro de 2021. Vale recordar que o Brasil tem acompanhado, com muito afinco,

as discussões em torno do PNR e, em especial, a proteção dos dados dos passageiros obtidos durante o processo de embarque e seu compartilhamento. O Brasil, entretanto, apesar de já compartilhar os dados dos passageiros embarcados nos voos originários do seu território, ainda não logra acessar as informações relativas aos passageiros que desembarcam de voos provenientes da maioria dos países desenvolvidos, notadamente dos europeus, sob a alegação de que a manipulação dos dados, no caso brasileiro, não seria inteiramente segura. Em vista disso, a Delegação tem sustentado o entendimento — que é também o da ANAC e o da Polícia Federal — de que somente com a aprovação de uma SARP teria o Brasil o necessário acesso aos dados de passageiros provenientes desses países. Ressalte-se que a UE insiste em estabelecer, unilateralmente, requisitos mais restritivos para a proteção dos dados pessoais dos cidadãos europeus e defende, por isso, a adoção de normas que lhe permitam manter inalterada situação atual.

(IX) Convenção de Tóquio Sobre Ofensas e Outros Atos Cometidos a Bordo de Aeronaves - Emenda à Convenção de Tóquio, que recentemente entrou em vigor (o Brasil é signatário, mas ainda não ratificou a emenda), busca solucionar a questão do aumento de incidentes envolvendo passageiros desobedientes e/ou de comportamento disruptivo a bordo de aeronaves. Isso se faria por meio da expansão da jurisdição do Estado quando território de aterrissagem, além de outras previsões que preencheriam lacunas relacionadas ao país operador da aeronave ou ao seu registro. A Emenda também busca trazer maiores garantias à atuação dos oficiais de segurança de voo. Entre as inovações mais importantes, merece destaque a possibilidade de aplicação extraterritorial da nossa legislação no caso de ofensas e de atos cometidos a bordo, sempre que o ato ou a ofensa aconteçam em aeronave que pousa em território brasileiro e com o alegado ofensor ainda a bordo. Ressalto que o Brasil, apesar de ter sido um dos signatários da Emenda, em 2014, ainda não iniciou, como já mencionei, o seu processo de ratificação do ato, como seria desejável.

(X) AIRP (Painel de Aeronavegabilidade) - No que diz respeito ao AIRP, o principal tema é a questão do gás halon, cujo uso deve ser descontinuado. Vale lembrar que existem fortes interesses comerciais ligados à eliminação do uso de halon, que é utilizado em extintores de incêndio nas aeronaves. Quatro países fabricantes de aeronaves (Brasil, Estados Unidos, Canadá e França) têm atuado conjuntamente para diminuir os custos associados à eliminação do halon nas aeronaves. Nossa participação é ativa e de liderança.

(XI) Painel de Transporte de Artigos Perigosos (DGP) - A atuação da Delegação é de liderança e objetivou impedir, com sucesso, a aprovação de uma proposta da IATA segundo a qual toda e qualquer empresa/operador de carga deveriam ser treinados, nos respectivos países, de modo a assegurar a segurança das cargas, bem como a do serviço de transporte de artigos (frete). Apesar de sua aparente razoabilidade, a adoção de norma nesse sentido representaria enorme custo para nosso principal operador de cargas no Brasil, a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), uma vez que ela seria obrigada a treinar todos os seus funcionários, todos os seus terceirizados e os todos seus representantes (“franquiados"), sem retorno palpável ou numericamente demonstrável no que se refere à segurança ("Safety").

(XII) RASP ("Remotely Piloted Aircraft Systems Panel”) - No âmbito do RASP, dois foram os principais assuntos abordados nesses três anos: (a) definição dos requisitos mínimos a serem

cumpridos para a emissão de licença ou de certificado de piloto relativamente à operação de aeronave remotamente pilotada; e (b) a definição do local onde o operador deve estar para operar aeronave não tripulada. No futuro, será importante que o Brasil registre sua diferença no que diz respeito ao item (b), já que não foi possível, até o momento, consignar o nosso entendimento de que os operadores dessas aeronaves devem, necessariamente, estar fisicamente no país, conforme exigência da ANAC.

(XIII) ADOP ("Aerodrome Design and Operations Panel") e FLTOPSP ("Flight Operations Panel") - Técnicos da ANAC participam diretamente desses dois painéis técnicos que funcionam como instâncias de consenso, ou seja, as decisões precisam ser aprovadas por todos os panelistas de forma unânime, para evitar diferenças técnicas futuras que possam afetar a segurança operacional de voo, bem como a segurança operacional aeroportuária. É importante ressaltar que as decisões dos painéis ADOP e FLOTPSP devem, necessariamente, estar alinhadas tecnicamente, (no tempo e na solução). Durante esses três anos, o principal desafio tem sido manter o alinhamento necessário entre esses painéis, já que a tecnologia dos equipamentos de voo avança em uma velocidade muito superior à da evolução dos aeródromos. Muitos dos aeródromos em operação, atualmente, foram construídos e entraram em funcionamento já há algumas décadas, quando as opções de aeronaves e os tipos de operações eram muito diferentes do que as hoje existentes.

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA ANC ("Air Navigation Commission")

12. A Comissão de Navegação Aérea (ANC) é o mais alto corpo técnico da OACI, sendo composta por 19 membros, especialistas em diversos campos do conhecimento aeronáutico, indicados pelos Estados Contratantes da OACI. Entre esses 19 membros, há somente dois indicados por países sul-americanos: o do Brasil e o da Argentina. Na ANC encontram-se também representados, como observadores, mais 21 países e seis organizações internacionais.

13. A Comissão lida, diretamente, com 17 dos atuais 19 Anexos da Convenção de Chicago, com o objetivo de integrar o aumento do movimento aéreo à infraestrutura existente. Ela contribui, assim, para a manutenção da segurança operacional e para a eficiência da navegação aérea, propiciando, outrossim, a introdução de tecnologias e de práticas pontuadas no Plano Mundial Navegação Aérea (GANP).

14. O Brasil, representado pelo Comissário de Navegação Aérea indicado pelo DECEA, apresentou, durante o meu período à frente da Delegação, uma ativa participação nos trabalhos da ANC. Entre outras, destaco as seguintes contribuições:

Em 2016:

(a) Propositura de SARPs e orientação para um sistema de conexão de dados de banda larga para uso na superfície do aeroporto, com o objetivo de proporcionar redução do congestionamento no âmbito do espectro VHF, além de suportar muitas novas aplicações.

(b) Emenda ao Volume II do PANS-OPS (Procedimentos para Serviços de Navegação Aérea - Operações de Aeronaves) e ao Anexo 4 - Cartas Aeronáuticas, buscando otimizar a representação das penetrações nas superfícies de segmento visual (VSS). Foram incluídas orientações para atender aos requisitos de gráficos e sua interpretação pela tripulação de voo. Este trabalho reafirma os conceitos de VSS e como eles afetam as tripulações de voo, com normas e orientações aprimoradas, contribuindo para melhorar, significativamente, a segurança na fase visual dos procedimentos de voo por instrumentos.

Em 2017:

(a) Emenda ao Anexo 1 - Licenciamento de Pessoal - para tornar compatível a prática de alguns Estados, de acordo com a qual as licenças de piloto emitidas por um Estado são automaticamente validadas por outros no âmbito de um acordo formal e de regulamentos comuns de licença. Estados que validam automaticamente as licenças emitidas por um Estado- membro do grupo, desde que os requisitos propostos sejam atendidos, passam a auferir de melhoria na mobilidade do pessoal licenciado, além de poder implementar essa validação em diversas regiões.

(b) Propositura de SARPs para facilitar a implementação das disposições normais de rastreamento de aeronaves. Procurou-se consolidar, na legislação, os elementos relevantes a serem considerados em um processo robusto de avaliação de risco aprovado pelo regulador, o que tornará possível variações no intervalo de relatório automatizado sob determinadas condições. A intenção é permitir que voos sem elementos do requisito normal de rastreamento de aeronaves — ou seja, automação e intervalo específico — sejam iniciados em determinadas circunstâncias aceitáveis pelo Estado do operador. Isso é necessário para impedir que as disposições de rastreamento de aeronaves imponham uma carga inaceitavelmente alta aos operadores e, também, para permitir operações contínuas no caso de perda de elementos do sistema de rastreamento, em apoio ao aspecto de eficiência e de regularidade refletido no Prefácio ao Anexo 6 -Operação de Aeronave.

(c) Emenda ao Anexo 13 - Investigação de Acidentes e Incidentes de Aeronaves - relacionadas ao acesso ao material comprobatório durante as investigações pelas autoridades de investigação de acidentes e ao processo para monitorar o progresso das recomendações de segurança. Um Estado que receba uma recomendação de segurança deverá implementar procedimentos para monitorar o progresso das ações preventivas tomadas, ou a consideração de uma ação preventiva pelo destinatário da recomendação de segurança, e deverá informar o Estado proponente, conforme necessário. Tal iniciativa consolida medidas que aprimoram os níveis de segurança da aviação ao implementar efetivamente as recomendações de segurança.

(d) Os serviços de rádio aeronáutico são reconhecidos internacionalmente como usuários principais de frequências de rádio, sem os quais a operação da aeronave não seria capaz de atender à demanda global por transporte seguro, eficiente e econômico. Dessa forma, foi encaminhado relatório ao Conselho, com vistas a proteger o espectro aeronáutico para todos os sistemas de radiocomunicações e radionavegação utilizados em instalações terrestres e a bordo de aeronaves. A proposta apresentou políticas e requisitos para o espectro de radiofrequências, a fim de garantir

a disponibilidade e o acesso contínuos aos recursos do espectro de frequências e, finalmente, a viabilidade contínua dos serviços de navegação aérea em todo o mundo.

(e) Alteração do Anexo 1 - Licenciamento de Pessoal, Anexo 2 - Regras do Ar e Procedimentos para Serviços de Navegação Aérea - Treinamento (PANS-TRG, Doc. 9868), com a introdução de uma estrutura regulatória para a emissão de licenças de pilotos remotos e o fornecimento de uma estrutura global para a regulamentação do licenciamento de sistemas de aeronaves remotamente pilotadas (RPAS). A medida objetivou apoiar voos internacionais que operam sob as regras de Voo por Instrumentos (IFR) e dirimir divergências quanto à necessidade de categorias de habilitações, quanto às disposições relacionadas à classe médica e quanto aos desafios de aplicabilidade.

(f) Alteração do Anexo 6 - Operação de Aeronaves, Parte III - Operações Internacionais - Helicópteros, para alinhamento das SARPs de gestão de fadiga. Objetivou-se incluir previsão legal que atenda aos helicópteros, trazendo definições de tempo de voo que possibilitem o fundamental gerenciamento de fadiga no espectro de todo tipo de aeronave.

Em 2018:

(a) propositura de SARPs para introdução operacional da Multi-Constelação e Frequência Dupla (DFMC), uma vez que o atual uso do Sistema de Navegação Global por Satélite (GNSS), na aviação civil, é predominantemente baseado em uma única frequência de uma única constelação de satélites (GNSS). Esta fornece a base para a implementação global da Navegação Baseada em Desempenho (PBN) e da vigilância dependente automática, além de incluir os sistemas de aeronaves (como o sistema de aviso de proximidade do solo) que trouxeram melhorias significativas na segurança. Desde a introdução do GNSS na aviação, aumentou a dependência da posição e do tempo do GNSS. Espera-se que essa tendência continue à medida que novas aplicações sejam introduzidas e a infraestrutura de navegação convencional seja racionalizada. Com a nova proposta, vislumbra-se melhorar a robustez e o desempenho da navegação existente atualmente. O uso de frequências duplas ajudará a mitigar vulnerabilidades em relação a distúrbios ionosféricos e a interferências de radiofrequência que afetam os sistemas baseados em uma única frequência.

(b) Foram ainda discutidos e avaliados diversas propostas técnicas referentes ao CORSIA, de maneira a adequar esses dispositivos à estrutura das SARPs.

15. O ano de 2019 foi dedicado à preparação dos inúmeros assuntos ligados à ANC que seriam apresentados à Assembleia Geral da OACI, que se realizou em setembro daquele ano, e cujos resultados foram elencados no início deste relatório. Foram também examinadas propostas de ação emanadas das diferentes iniciativas que resultaram da Conferência de Navegação Aérea (que teve lugar em outubro de 2018), com o intuito de sugerir medidas e SARPs para adoção pela 40ª Assembleia Geral da OACI. Discutiu-se entre outros temas:

(a) Proposta de material de orientação para os Estados com vistas a estabelecer uma metodologia globalmente harmonizada para avaliação e para a produção de relatórios das condições da

superfície da pista. Essa metodologia fornece dados diretamente relacionados ao desempenho da aeronave, com o objetivo de diminuir os incidentes de frenagem ineficaz devidos à contaminação da pista. Com ela, novas técnicas para a avaliação da ação de frenagem em superfícies contaminadas poderão ser incorporadas e espera-se que essas iniciativas resultem em uma significativa redução de excursões nessa pistas.

(b) Proposta de emenda ao Anexo 1 - Licença de Pessoal - para fornecer aos Estados uma estrutura global para regulamentação do licenciamento de RPAS (Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas), como forma de atender à demanda crescente de operadores desse tipo de sistema que desejam operar em espaço aéreo não segregado e em aeródromos.

(c) Proposta de emenda aos Procedimentos para Navegação Aérea (Operações de Aeronaves) com vistas ao desenvolvimento de novos critérios de "design" baseados em desempenho. A proposta objetivou apoiar as operações de Navegação Baseada em Desempenho (PBN) atuais e futuras, melhorando, assim, a relação custo-benefício e o impacto ambiental, removendo as limitações de acesso ao aeroporto e simplificando as tarefas do ATC.

(d) A liberação de materiais radioativos na atmosfera, decorrente de eventos meteorológicos espaciais, pode representar um risco para as operações das aeronaves, para a saúde de seus ocupantes, para o tráfego aéreo e para os aeródromos. Nesse sentido, foi proposta emenda ao Anexo 3 - Serviço Meteorológico para a Navegação Aérea Internacional - com ênfase na necessidade de aprimoração contínua dos acordos e procedimentos internacionais existentes, fornecendo informações para as operações da aeronave fora das áreas afetadas pela liberação de material radioativo na atmosfera. Pretendeu-se, com a medida, evitar os riscos à segurança de voo pelas operações de aeronave nas áreas afetadas pelos referidos eventos meteorológicos.

(e) Proposta de relatório ao Conselho sobre as ações adotadas em relação à designação dos Estados fornecedores de informações sobre clima espacial ("Space Weather"). Ressaltou-se, na oportunidade, a complexidade da coordenação dos centros climáticos espaciais designados e seus custos relacionados. O serviço fornecido pelos novos centros não terá nenhum custo durante os três primeiros anos de implementação. Em 2022, o Conselho revisará esse aspecto, bem como o custo da prestação de serviços de informações sobre o clima espacial. Três centros espaciais foram definidos como novos prestadores desse serviço. Seria de todo conveniente que o Brasil se lançasse também, no futuro, como provedor regional para o "Space Weather". Considero que isso exigirá o engajamento decisivo do DECEA, de forma a não deixar o Brasil a reboque dessa tecnologia e tendo que pagar pelos serviços prestados por esses três provedores globais ora endossados pelo Conselho.

16. Em 20 de novembro de 2019, foram apresentadas as candidaturas à presidência da ANC dos seguintes comissários: Nabil Naoumi (Alemanha), Andrew Tiede (Austrália), Dan Marshal Freitas (Brasil) e Tom Andersen (Dinamarca). O comissário brasileiro, apesar das ideias e das iniciativas apresentadas, muito elogiadas pelos representantes permanentes no Conselho, infelizmente não logrou eleger-se, em razão da tradição seguida, pela ANC, de sempre conduzir à presidência seu primeiro vice-presidente. Seria, assim, importante para o Brasil, que não ocupa a presidência da

ANC desde 1994, que os representantes do DECEA permanecessem por pelo menos três anos em Montreal, de maneira a poderem concorrer a cargo tão relevante.

ESQUEMA DE COMPENSAÇÃO E REDUÇÃO DE CARBONO PARA A AVIAÇÃO INTERNACIONAL (CORSIA)

17. Em outubro de 2013, a 38ª Sessão da Assembleia da OACI, por meio da Resolução A38-18, decidiu desenvolver esquema global de MBM ("Market Based Measures") para a aviação internacional. Solicitou, então, ao Conselho, com o apoio dos Estados-membros, a realização de estudo sobre possíveis modalidades para um esquema global baseado em MBM. Esse estudo deveria levar em conta aspectos técnicos, impactos ambientais e econômicos, bem como análise de viabilidade, sem prejuízo das negociações no âmbito da UNFCCC. A Assembleia solicitou, ainda, que o Conselho estabelecesse mecanismos para a implementação do esquema a partir de 2020, como parte de um conjunto de medidas da OACI para o combate à mudança do clima.

18. Em sua 200ª sessão, realizada em novembro de 2013, o Conselho da OACI atribuiu ao Comitê de Proteção Ambiental da Aviação (CAEP) — comitê de natureza técnica, com missão de auxiliar o Conselho em matéria de proteção ambiental — a tarefa de realizar os necessários estudos com vistas ao desenvolvimento de um esquema global de MBM, conforme consignado na Resolução A38-18. O Conselho também decidiu criar o Grupo Consultivo para o Meio Ambiente do Conselho (EAG) — de natureza política, composto por 17 países, incluindo o Brasil —, que seria encarregado de supervisionar todo o trabalho relacionado ao desenvolvimento de um esquema global de MBM e de fazer recomendações ao Conselho.

19. Ao longo de 2016, os trabalhos no EAG concentraram-se na redação de uma proposta de resolução da Assembleia Geral para a criação de um esquema de MBM global. Com participação ativa e construtiva do Brasil, o EAG finalizou, em agosto de 2016, uma minuta de resolução. A 39ª Assembleia adotou, então, a Resolução A39-3, que implementa um esquema global de MBM, o CORSIA. Na esteira da criação do CORSIA, foi também criado o seu Grupo de Assessoria (AGC - "Advisory Group on CORSIA"), com o objetivo de auxiliar o Conselho no que concerne à implementação do esquema. O grupo é composto por 12 países, incluindo o Brasil.

20. De acordo com a Resolução A39-3, o Conselho foi instado a desenvolver, com a contribuição técnica do CAEP, as necessárias SARPs e o respectivo material de orientação com vistas à implementação do CORSIA. Isso foi feito e, após consulta aos Estados-membros, as SARPs desenvolvidas foram aprovadas na 214ª sessão do Conselho, realizada em junho de2019. O CORSIA foi, então, incorporado à Convenção de Chicago na forma do Anexo 16 do Volume IV da Convenção.

21. Em linhas gerais, o CORSIA baseia-se na comparação, a iniciar-se a partir de 2021, das emissões totais de CO2 verificadas em determinado ano com uma linha de base ("baseline") de emissões de CO2, definida como sendo a média das emissões de CO2 da aviação internacional cobertas pelo CORSIA para os anos de 2019 e 2020. Nos anos seguintes, quaisquer emissões de

CO2 da aviação internacional (cobertas pela CORSIA) que excedam essa linha de base deverão ser compensadas, pelo do setor, por meio do CORSIA, ou seja, pela comercialização de unidades de carbono nos mercados aptos a fazê-lo.

22. O CORSIA será implementado em três fases, começando com a participação voluntária dos Estados no mecanismo de compensação (fase piloto e primeira fase), seguida pela participação de todos os Estados, excetuando-se, todavia, aqueles isentos de requisitos de compensação. O processo seguirá o disposto no seguinte cronograma: fase piloto (2021 a 2023); primeira fase (2024 a 2026); segunda fase (2027 a 2035).

23. Ressalto que o Brasil não participa da fase piloto nem da primeira fase do CORSIA, estando vinculado somente às obrigações de mensuração, relato e verificação (MRV) de emissões de CO2 das empresas aéreas brasileiras, as quais terão efeito a partir de 1º de janeiro de 2019 e para as quais a ANAC desenvolveu regulamentação interna.

24. Ao longo de toda a negociação do CORSIA, as vertentes de atuação do Governo brasileiro têm sido, principalmente, as seguintes: (a) assegurar que a regulamentação não limite o grande potencial de crescimento do mercado aéreo brasileiro; (b) conter a criação de barreiras à produção de combustíveis alternativos para a aviação; (c) evitar a criação de precedentes nocivos aos interesses brasileiros nas negociações sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC).

25. Relaciono, a seguir, as principais intervenções do Brasil ao longo do processo de negociação do CORSIA:

(A) Reservas às Resoluções da Assembleia - O Brasil apresentou reservas à Resolução que criou o CORSIA, perseguindo, com isso, fundamentalmente, dois objetivos: (a) que as unidades de carbono provenientes do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), criado pelo protocolo de Quioto e inserido no quadro da UNFCCC, fossem automaticamente consideradas elegíveis para o CORSIA; (b) que não fossem consideradas unidades de emissão provenientes de fora da UNFCCC. A importância desse tema relaciona-se com a cautela que se deve ter para que o CORSIA não crie precedentes indesejáveis ao Brasil nas negociações do Acordo de Paris.

(B) Reforma do CAEP - O Comitê de Proteção Ambiental da Aviação (CAEP) foi criado por determinação do Conselho da OACI em dezembro de 1983, substituindo e englobando os então chamados Comitê sobre Ruído de Aeronaves (CAN) e Comitê de Emissões de Motores Aeronáuticos (CAEE). Em anos recentes, contudo, o caráter puramente técnico do CAEP vinha sendo questionado por algumas Delegações, já que discussões importantes envolvendo aspectos políticos e econômicos estavam sendo pautadas como se fossem "questões técnicas". Além disso, a representatividade geográfica do Comitê também era colocada em dúvida. Em fins de 2018, o CAEP foi então reformado e sua composição modificada de modo a proporcionar maior equilíbrio geográfico. Novos membros foram admitidos, todos de países em desenvolvimento. Outra mudança ocorreu na Presidência do Comitê: para além da condução das reuniões do grupo, o presidente deveria assumir funções de trabalho entre as sessões.

(C) Criação do "Technical Advisory Body" (TAB) - A Resolução que criou o CORSIA também solicitou ao Conselho da OACI que fosse estabelecido um Órgão Assessor Técnico com a função específica de apoiá-lo na determinação da elegibilidade de programas de compensação de emissões ("offset programs") para cumprimento das obrigações pelas empresas aéreas. Assim como no caso do CAEP, o Brasil teve participação ativa para garantir que o equilíbrio geográfico fosse mantido em sua composição. Em março de 2019, o senhor José Domingos Miguez, do Ministério do Meio Ambiente, foi indicado pelo governo brasileiro para compor o TAB. Desde então, a participação do Brasil tem sido fundamental para a defesa dos interesses do país no âmbito do CORSIA.

26. Uma das preocupações futuras relacionadas ao CORSIA refere-se ao impacto da pandemia da COVID-19 sobre o esquema. O ano de 2020 testemunhará considerável queda nos níveis de emissão de CO2 no setor de aviação, decorrentes da inevitável diminuição do tráfego internacional em consequência das medidas de isolamento social impostas por quase todos os países. Uma vez que o CORSIA definiu como linha de base a média de emissão de CO2 dos anos de 2019 e 2020, a diminuição nas emissões em 2020 afetará consideravelmente os compromissos assumidos pelos países para os anos subsequentes a 2020. Isso certamente comprometerá o funcionamento do próprio CORSIA, dada a redução brusca e inesperada em seus valores de referência. Argumenta-se, outrossim, que o impacto será mais palpável no caso dos países em desenvolvimento, nos quais é maior o potencial de crescimento da aviação civil. Caso venha a ser aprovada a proposta que hoje circula, a de meramente adotar para 2021 os mesmos montantes de CO2, os países que entraram na fase voluntária (os grandes emissores, ou seja, os países desenvolvidos) seriam fortemente beneficiados e os países em desenvolvimento, em contrapartida, bastante prejudicados.

27. Outro tema que, provavelmente, terá desdobramentos é o da Meta Aspiracional de Longo Prazo ("Long Term Aspirational Goal" - LTAG) para redução de emissões na aviação. Com relação ao LTAG, a posição do Brasil tem sido a de buscar vincular a criação de eventual LTAG à necessidade de o Conselho conferir mandato ao CAEP para que este possa debruçar-se sobre o processo de revisão do CORSIA. Sugere-se, outrossim, que a mesma força-tarefa encarregada de considerar o tema da meta aspiracional de longo prazo venha também a assumir a função de elaborar a estrutura de revisão do CORSIA, prevista para ocorrer em 2022, uma vez que ambos os assuntos demandarão análises e estudos similares.

ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO E ELEIÇÃO FUTURA DO NOVO SG DA ORGANIZAÇÃO

28. O novo presidente do Conselho, o italiano Salvatore Schiaccitano, foi eleito logo após a 40ª Assembleia, pelos membros do Conselho. A campanha deu-se em clima de muita tensão, pois a outra candidata ao cargo, a representante permanente dos Emirados Árabes Unidos, Aysha Al Hameli, foi alvo de intensas críticas devido à posição adotada pelo seu governo no bloqueio aéreo imposto ao Catar. Pressão constante e deliberada, capitaneada pela Arábia Saudita, evidenciou a dificuldade que a senhora Al Hameli teria para manter-se isenta relativamente ao trabalho a ser desenvolvido à frente do Conselho.

29. Desse modo, apesar da personalidade muito mais tímida de Schiaccitano, logrou este eleger-se presidente do Conselho da OACI. Em muito contribuiu para sua vitória o entendimento de que esse cargo cabia, desta feita, à Europa, restando aos países da América Latina pleitear a vaga de Secretário Geral da organização, a qual será aberta com o fim do mandato da atual SG, a Dra. Fang Liu, em maio de 2021.

30. Já existem pelo menos três candidatos declarados concorrendo a essa importante posição, sem contar alguns outros possíveis interessados. Ressalto que será necessário, o quanto antes, iniciar consultas internas para examinar se o Brasil apresentará candidato próprio ou, em caso negativo, qual dos efetivos postulantes melhor se adequa às necessidades brasileiras.

31. Os candidatos que já revelaram que concorrerão à vaga são:

(a) Gilberto Lopez Meyer, mexicano, atual diretor de segurança aérea da IATA e grande amigo dos também mexicanos Roberto Kobeh, que presidiu o Conselho de 2006 a 2013, e Dionisio Mendez, atual representante permanente do México ante à OACI. Ambos gozam de especial trânsito nos corredores da organização e podem, efetivamente, angariar apoio substancial no Conselho;

(b) Melvin Cintron, atual diretor do Escritório Regional da OACI no México. Por ter dupla nacionalidade, americana e dominicana, o seu nome foi proposto pelo FAA. Ele concorrerá, contudo, como "candidato dominicano", já que nasceu naquela ilha;

(c) Juan Carlos Salazar, atualmente diretor-geral da aeronáutica civil da Colômbia. Trata-se de pessoa com excelentes qualificações e que goza da admiração dos seus pares na área. Sua candidatura será formalizada em breve, tendo sido retardada em virtude da pandemia da COVID-19.

32. Correm, por fora, os chilenos Jaime Binder, atual secretário executivo da CLAC, e Ivan Galan, ex-diretor do TCB/ICAO, que muito apoiou os países da América Latina com programas de cooperação técnica durante o tempo que passou à frente daquele departamento. Ambas as candidaturas talvez não vinguem devido à complexa conjuntura política do Chile.

CONTRIBUIÇÕES ANUAIS DEVIDAS À OACI PELO BRASIL

33. Um problema até hoje não equacionado, a despeito das inúmeras tentativas feitas durante minha gestão, é o atraso recorrente no pagamento das contribuições anuais devidas à OACI pelo Brasil. Caso as contribuições do ano anterior não sejam quitadas no prazo-limite, o Brasil perderia automaticamente seu direito de voto no Conselho. Ficaria também impedido de eleger seus representantes para cargos no âmbito da organização, bem como de participar de comitês, de grupos, de painéis e de outras instâncias técnicas e deliberativas, o que inclui a importantíssima

ANC. Em 30 de junho do corrente ano, felizmente o saldo o saldo de US$ 800.338,20 foi quitado, mas a contribuição de 2020 permance em aberto.

34. Desse modo, para que a Delegação não enfrente o mesmo desgaste em junho de 2021, seria importante que o Governo não só quitasse também a contribuição integral de 2020, a qual deve ser paga parte em dólares americanos, parte em dólares canadenses. Recordo os valores devidos relativamente à anuidade de 2020: US$ 730.701,00 e CAD 1.357,018 (aproximadamente US$ 968.088,00).

ENCONTROS REGIONAIS DA OACI REALIZADOS NO BRASIL

35. Destaco, ainda, que foram realizados, no Brasil, entre 2016 e 2019, diversos eventos da OACI, tais como: (a) o Seminário Regional ICAO-TRIP, realizado no Itamaraty, em Brasília, de 5 a 7 de junho de 2018; (b) o 4º Foro Mundial de Aviação Civil da OACI, realizado em Fortaleza, de 17 a 19 de setembro de 2018. Haveria, ainda, o encontro "Drone Enable 4", previsto para realizar-se em setembro do corrente, no Rio de Janeiro, que foi postergado para 2021 (ou, talvez, para abril ou setembro de 2021) em razão da pandemia da Covid-19.

DESAFIOS FUTUROS

36. Considero que são os seguintes os principais desafios futuros a serem enfrentados, pela Delegação, no âmbito da OACI:

(I) CART - "TASK FORCE" DO COVID 19 - As discussões acerca das medidas a serem tomadas para a recuperação do setor de aviação civil internacional no cenário pós-Covid-19, tendo em vista os enormes efeitos negativos que a pandemia certamente causará, com reflexos que se farão sentir por alguns anos, deverão receber atenção redobrada da Delegação. Apesar de o Brasil não ser membro da mencionada força-tarefa, as decisões e as determinações do CART deverão ser acompanhadas com grande atenção, já que têm o potencial de criar sérios desafios tecnológicos, econômicos, financeiros e logísticos para o setor de aviação brasileira.

(II) CORSIA - Sugiro acompanhamento cuidadoso das negociações no âmbito do CORSIA, especialmente no que tange à tentativa dos europeus de novamente incluir conceitos de sustentabilidade — retirados por esta Delegação em 2017 —, que ultrapassam o escopo de atuação da OACI, já que dizem respeito, entre outros temas, aos direitos humanos, aos direitos à terra e à água, aos direitos sociais e trabalhistas, o que poderá representar sério precedente para as negociações internacionais ambientais. Será também importante seguir atentamente as negociações sobre o estabelecimento da linha de base do CORSIA e de como as unidades elegíveis serão decididas, especialmente no que tange às atividades da UNFCCC, tendo em conta a redução

drástica das operações da aviação civil decorrente da pandemia da Covid-19. Ambos os temas poderão criar sérios problemas para a aviação civil brasileira, gerando metas ambiciosas que dificultarão a recuperação do setor.

(III) ARTIGO 50 DA CONVENÇÃO DE CHICAGO - Sugiro empenho na ratificação, pelo Brasil, da decisão da Assembleia A39/4 de alterar o Artigo 50 da Convenção de Chicago, aumentando de 36 para 40 o número de assentos permanentes no Conselho da OACI. A ratificação reduzirá, substancialmente, os atritos e as dificuldades ora enfrentados pelos países-membros que se consideram "excluídos" do Conselho, tais como a Indonésia, o Catar e a Turquia, entre outros, já que o Conselho tem optado, nos últimos anos, por manter o "status quo" e reeleger os membros permanentes. Também está pendente de ratificação, pelo Brasil, a Emenda ao Artigo 56 da Convenção, que aumenta o número de membros da ANC, da qual o Brasil sempre fez parte, de 15 para 19.

(III) FUTURA ELEIÇÃO PARA O CONSELHO DA OACI - É de se notar que a Espanha já indicou que pretende concorrer, na próxima Assembleia Geral da organização, ao Grupo I, e que o Catar certamente também se posicionará para uma vaga no Grupo II ou III. Isso certamente pressionará os países de todos os grupos e aumentará o temor de que se vejam excluídos das suas "vagas cativas" os seus atuais ocupantes. Nesse sentido, se o Brasil apresentar dificuldades para pagar suas contribuições anuais à OACI, poderá ver-se sumariamente excluído do rol de candidatos ao Conselho, e isso pela primeira vez desde que ingressou na organização.

(IV) CONVENÇÃO DE TÓQUIO - O Brasil deveria, também, ratificar a emenda à Convenção de Tóquio sobre Ilícitos Cometidos a bordo de Aeronaves, tendo em vista as dificuldades para a aplicação da legislação nacional quando esses ilícitos ocorrem fora do nosso território, como é o caso de aeronaves em voos internacionais.

(VI) TECNOLOGIA DE “BLOCKCHAIN" - A aplicabilidade dessa tecnologia no âmbito da aviação civil internacional vem sendo estudada, com crescente interesse, em vista dos possíveis ganhos de segurança das informações e das comunicações que poderia proporcionar, além da facilidade para a comercialização, controle e utilização de peças de reposição dos aviões, especialmente no caso de reposições emergenciais.

(VII) PAGAMENTO EM DIA DAS CONTRIBUIÇÕES À OACI - Ressalto, novamente, a importância de manter em dia as contribuições brasileiras à organização.

(VIII) Eleição do futuro Secretário Geral da Organização - Tema já comentado, mas que ganha especial relevância no caso de o Brasil decidir apresentar candidato a essa vaga.

(IX) EVENTUAL CONTENCIOSO CONTRA A BOLÍVIA - Recordo a possibilidade de que o Brasil venha a apresentar contencioso contra a Bolívia, em razão da queda, por falta de combustível, do avião da companhia Lamia, ocorrido em 28 novembro de 2016, que deixou 71 mortos e seis sobreviventes. Esse voo, de número 2933, transportava a equipe de futebol brasileira da Chapecoense de Santa Cruz de la Sierra, no Peru, para Medellin, na Colômbia.

(XI) GOVERNANÇA DA OACI - As discussões sobre governança da OACI, que teve sua imagem seriamente arranhada por denúncias acusações envolvendo a SG e o ex-presidente do Conselho,

deverão ser acompanhadas de perto. Cuidado também deverá ser tomado no que se refere à política de preenchimento das vagas técnicas da organização, em razão da enorme falta de objetividade e de transparência que grassam na OACI.

(XII) PNR - As negociações sobre o PNR deverão ser acompanhadas com atenção, de maneira a garantir que o tratamento já dado pelo Brasil aos outros países — compartilhamento de dados dos passageiros que deixam o território brasileiro — possa ter reciprocidade, com o correspondente compartilhamento de dados dos passageiros que chegam ao Brasil, e isso especialmente no caso de passageiros europeus.

(XIII) "Space Weather" Brasil - Seria de todo conveniente que o Brasil se lançasse, no futuro, como provedor regional para o "Space Weather", o que requererá o engajamento decisivo do DECEA, bem como de todo o Governo brasileiro, de forma a não deixar nosso país a reboque dessa tecnologia de ponta e tendo que pagar pelos serviços prestados pelos três provedores globais endossados pelo Conselho.

(XIV) ENCAMINHAMENTO DE QUESTÕES ÉTICAS NO ÂMBITO DA OACI - Como mencionei anteriormente, a OACI viu-se envolvida em alegações de má conduta e de má gestão. Elas afetaram seriamente a imagem da organização e tornaram patente a falta de um manual de ética, bem como de uma instância isenta capaz de investigar acusações contra a alta cúpula da organização. O Conselho debruça-se, agora, sobre uma política de “whistleblower", por meio da qual eventuais delatores serão protegidos de perseguições e de retaliações, e sobre a incorporação das decisões relacionadas à ética no código de conduta interno da OACI. A Delegação deverá velar para que o assunto não venha a ser enfraquecido, colocando em risco a integridade e a reputação da OACI.

(XV) SEGURANÇA NO TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES E TI - A Delegação deverá acompanhar, cuidadosamente, os trâmites e as propostas para a reorganização da área de TI da OACI, tendo em vista o sério ataque cibernético sofrido pela organização, o qual veio à tona juntamente com as alegações de má conduta acima descritas. O Secretariado solicita, neste momento, cerca de US$ 8 milhões adicionais ao orçamento para investir em atividades que melhorem seu desempenho na área de segurança da informação, o que tem gerado sérias críticas no âmbito do Conselho.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA E SEUS PROTOCOLOS

37. A Convenção sobre a Diversidade Biológica, que entrou em vigor em maio de 1994, tem o objetivo de garantir a conservação da diversidade biológica global, a utilização sustentável desses recursos e a repartição justa e equitativa dos benefícios advindos da sua utilização. A Conferência das Partes (COP) reúne-se, atualmente, a cada dois anos. O Brasil foi sede da 8ª Conferência, que se realizou em Curitiba, em março de 2006. A 15ª COP, prevista para realizar-se na China, no final de 2020, foi adiada em razão da pandemia da Covid-19.

38. A Convenção sobre Diversidade Biológica abriga dois protocolos, a saber: (a) o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, que tem o objetivo de regular a movimentação transfronteiriça de organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia moderna (OGMs). O Brasil é parte ativa desse Acordo desde 2004; (b) o Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização, adotado em 2010, cuja entrada em vigor deu-se em outubro de 2014. O objetivo desse Protocolo é o de criar segurança jurídica e transparência para fornecedores e utilizadores de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais. O Brasil assinou o Protocolo em 2011, mas ainda não o ratificou.

39. Entre os órgãos subsidiários no âmbito da CDB, o principal é o Órgão Subsidiário de Assessoria Científica, Técnica e Tecnológica (SBSTTA), o qual, desde 2011, tem-se reunido em Montreal com periodicidade anual. Até o momento já foram realizadas 23 reuniões do SBSTTA. Ele tem por objetivo prover informações à COP, bem como aos demais órgãos acerca do estado da biodiversidade global. Em 2014, foi também criado o Órgão Subsidiário sobre Implementação (SBI), em substituição ao Grupo de Trabalho de Revisão da Implementação da Convenção, com o objetivo de informar a COP sobre o estado da implementação da CDB, bem como de auxiliar os estados-partes a tomar as medidas necessárias para dar eficácia ao acordo. As reuniões dessas duas instâncias, previstas para ocorrer em agosto de 2020, nesta cidade, também devem ser canceladas, como consequência da pandemia da Covid-19.

40. Durante minha gestão à frente da Delegação, foram realizadas duas Conferências das Partes da CDB: a COP 13, em dezembro de 2016, em Cancún, no México, e a COP 14, em novembro de 2018, em Sharm al Sheik, no Egito, durante as quais tive a honra de chefiar a Delegação brasileira e cuja designação muito agradeço. Além das COPs, foram realizadas, em Montreal, três reuniões do Órgão Subsidiário de Assessoria Científica, Técnica e Tecnológica (SBSTTA 21, 22 e 23).

41. Em linhas gerais, a atuação brasileira nos diferentes fóruns debaixo do guarda-chuva da CDB tem sido pautada pela defesa de uma abordagem equilibrada dos três objetivos da Convenção, quais sejam: a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios financeiros de sua utilização, em linha com os preceitos do conceito de "desenvolvimento sustentável". Uma vez que a maior parte das discussões de relevo no âmbito da CDB é marcada por divergências e por tensões latentes entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, o Brasil atua, em conjunto com outros países em desenvolvimento, especialmente com os do Grupo de Países Megabiodiversos Afins (LMMC), para atenuar os interesses econômicos que permeiam esse foro — especialmente relevantes para os países europeus, que almejam esconder sua política de subsídios à agricultura sob o manto ambiental. Os principais temas tratados no âmbito da CDB, no período em tela, foram: (a) o marco de biodiversidade pós-2020; (b) as relações entre biodiversidade e mudança do clima; (c) as relações entre biodiversidade e cultura; (d) a informação genética digital.

42. A concepção de um Marco Global Pós-2020 para a Diversidade Biológica é um dos temas em que a cisão "países desenvolvidos/países em desenvolvimento" se torna patente. No que tange à mobilização de recursos, por exemplo, os países desenvolvidos buscam flexibilizar a linguagem dos textos, esvaziando, na prática, a distinção entre países desenvolvidos e em desenvolvimento estabelecida pelo artigo 20 da CDB, o qual trata de recursos financeiros. A posição brasileira tem

sido, até o momento, a de defender essa distinção, de modo a garantir que o processo de elaboração do marco seja o mais transparente e inclusivo possível.

43. Os países desenvolvidos, sobretudo os europeus, vêm também defendendo que o Marco Global Pós-2020 para a Biodiversidade inclua compromissos voluntários das Partes, em formulação claramente inspirada nas contribuições nacionalmente determinadas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Os objetivos de tais iniciativas são claros: (a) reduzir ou diluir o alcance de decisões anteriores da CDB, mediante a adoção de textos que ignoram ou alteram as diretrizes previamente acordadas; (b) reforçar e tornar obrigatórios, como se tivessem sido acordados, guias que jamais foram discutidos.

44. A discussão acerca da Informação Genética Digital ("Digital Sequence Information" - DSI) é de grande importância para o Brasil, pois lida com o tratamento e com o uso comercial das informações digitais de recursos genéticos obtidas a partir de acesso original a uma amostra física. A vingar o desejo candente dos países desenvolvidos, especialmente europeus, japoneses e coreanos, uma vez digitalizadas, o uso comercial ulterior dessas informações não mais ensejaria qualquer pagamento de benefícios aos países provedores dos recursos genéticos originais. Isso tornaria "letra morta" o Protocolo de Nagoia. Vale lembrar que já existem, atualmente, informações de DSI disponíveis na internet que não fazem referência ao país de origem do recurso genético.

45. A atuação da delegação brasileira tem sido a de enfatizar a importância do reconhecimento da DSI como parte da Convenção — e não ligada à OMPI, como desejariam os países desenvolvidos —, de modo a garantir a repartição justa e equitativa de benefícios com os países de origem dos recursos genéticos, em sua forma "in situ". Os países desenvolvidos, em contrapartida, consideram a obrigatoriedade da repartição de benefícios aplicável somente a "recursos genéticos tangíveis". O grupo técnico "ad hoc" AHTEG foi criado para discutir a questão. O tema das DSI deve ser tratado, novamente, na COP 15, prevista para realizar-se em Pequim, em 2021.

46. No contexto das discussões sobre biodiversidade e mudança do clima, a Delegação brasileira vem enfatizando que o foco principal de mitigação deve ser a redução de emissões das principais fontes, em particular as do setor energético. Busca-se, também, evitar a abordagem desequilibrada dos setores agrícola e florestal. No último SBSTTA (SBSTTA-23), o Secretariado da CDB exortou as Partes a apresentarem suas percepções sobre possíveis metas e indicadores acerca de interrelações e de interdependências entre biodiversidade e mudança do clima, como parte das negociações para o Marco Pós-2020.

47. O tema deverá ser amplamente discutido na próxima COP. Caberá à posição brasileira, em continuidade às negociações em curso, atentar para propostas que buscam avançar na CDB iniciativas que, pela diferente constelação de posições, não prosperam sob a UNFCCC.

48. O tema "Biodiversidade e cultura" tem sido dos mais controversos nas últimas reuniões, pois é assunto passível de introdução de elementos capazes de resultar em barreiras comerciais não tarifárias ou de subsídios que distorcem o comércio. É, portanto, mais um motivo de divergência entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento. A posição brasileira tem sido a de explicitar que as iniciativas para o fortalecimento da relação entre cultura e biodiversidade não

podem ser usadas para a adoção desse tipo de barreira. Os países desenvolvidos, especialmente os da União Europeia, têm argumentado que a "CDB não é o foro adequado para essas considerações" e fazem todo o possível para eliminar qualquer menção a barreiras comerciais nas decisões.

49. Ressalte-se o renovado e intenso interesse dos países europeus em disfarçar, sob o manto de "conservação da biodiversidade, do solo, da água, das áreas úmidas, etc.", seus vultosos subsídios à agricultura (PAC), como forma de fugir aos controles da Organização Mundial do Comércio (OMC). A mesma estratégia é também evidente no caso da inclusão, na maioria dos documentos, de menções às "preocupações socioambientais", que são muitas vezes associadas a expressões como "especialmente as dos indígenas e das comunidades locais (IPLCs)". A definição de "comunidade local", relativamente inócua no caso da maioria dos países — já que se referem, nesse caso, a grupos a quilombolas e outras comunidades tradicionais — assume, no contexto europeu, outra dimensão, já que também englobaria, segundo seus defensores, os pequenos agricultores dos países da União Europeia, os quais, há vários séculos, dedicam-se ao cultivo da terra.

50. Permito-me indicar que o Brasil deve sempre ter claro esse subterfúgio, utilizado sobretudo por europeus para esconder suas reais intenções sob a máscara dos chamados "biocultural approaches". Sempre que possível, a Delegação brasileira deverá propor a inserção de textos que explicitem que as iniciativas no âmbito do tema "Cultura e Biodiversidade" não devem ser interpretadas ou usadas para apoiar ou acobertar barreiras não-tarifárias ao comércio.

51. No que se refere ao Protocolo e Cartagena, o Brasil atua, em parceria com países do Grupo de Cairns e a Argentina, para assegurar que as decisões tomadas com relação ao plantio (em áreas fronteiriças) e à exportação de "commodities" geneticamente modificadas não imponham barreiras à comercialização desses produtos. Os europeus, novamente, decerto porque não produzem esse tipo de OGMs, desejam impor medidas restritivas e punitivas aos países exportadores, servindo-se, para isso, dos artifícios já mencionados acima.

52. O Brasil ainda não é parte do Protocolo de Nagoia, mas segue com atenção as negociações, uma vez que esse acordo internacional já se encontra no Congresso Nacional e deverá seguir em breve para ratificação.

53. Sublinho que o Governo deve as contribuições integrais de 2019 e 2020 ao secretariado da Convenção (US$ 462.924,38/ano) ou seja, um total de US$ 925,848,76. Existe ainda pequeno saldo devedor de exercícios anteriores que monta a US$ 26.301,38. Com o recente pagamento do saldo devedor junto ao Protocolo de Cartagena, tanto de 2019 quanto de 2020, o Brasil saldou sua dívida com esse instrumento internacional.

DESAFIOS NA AREA DA CDB E NO PROTOCOLO DE CARTAGENA

54. As negociações no âmbito da CDB têm demonstrado forte predominância dos interesses dos países europeus envolvidos, favorecida pela falta de isonomia por parte do Secretariado da

Convenção e por ausência de representantes diplomáticos com visão sobre comércio exterior dos países em desenvolvimento suscetíveis de aliarem-se ao Brasil, sendo a Argentina uma exceção a esta regra. Nesse contexto, grande parte das discussões, no âmbito da CDB, podem caminhar para a manutenção do "status quo" pelo qual se rege a dicotomia Norte Global (rico e biologicamente fragmentado) e "Sul Global" (pobre economicamente e rico em biodiversidade).

55. Ao que tudo indica, a insistência no uso de expressões como "transformational change" ou como "theories of change" na agenda pós-2020 da CDB revela, claramente, o conjunto das mudanças almejadas pelos países desenvolvidos (europeus), a saber: (a) mudanças nos padrões de consumo, favorecendo o produtor local e vegano e substituindo, portanto, o consumo de produtos agropecuários provenientes de países tropicais; (b) mudanças nos padrões de produção dos países tropicais e ricos em biodiversidade, condenando-os ao papel de grandes mitigadores da mudança do clima e meros provedores de serviços ambientais para o planeta; (c) mudanças, no sentido da diminuição ou mesmo regressão, do potencial agroexportador dos países em desenvolvimento, resultando em proteção dos mercados dos países desenvolvidos. Haveria, assim, um "branqueamento" da política agrícola comum de subsídios à agricultura e de protecionismo dos europeus, disfarçando esses temas em "atividades para a preservação da biodiversidade".

56. Tendo em conta o ambiente politicamente difícil para a defesa das posições do Brasil na CDB, o futuro papel ambiental esperado do País (mitigador da mudança do clima e preservador da biodiversidade, sobretudo da Amazônia) e as restrições que serão induzidas, por meio da agenda de biodiversidade, às exportações agropecuárias nacionais, é de se esperar que o novo Marco Global, que determinará os parâmetros geopolíticos ambientais até 2050, contribua para a manutenção dos subsídios agrícolas europeus e para a pressão pelo conservacionismo das florestas tropicais.

57. Ressalte-se, nesse sentido, que a atuação da Delegação do Brasil para conter propostas indesejadas nas negociações em curso vê-se ainda mais dificultada pela presença de representantes da sociedade civil e pela força do discurso salvacionista adotado pela Convenção/União Europeia. Desse modo, torna-se essencial ter em mente a continuidade na formulação de contrapontos à visão hegemônica europeia dentro da CDB, tais como: (a) narrativa baseada nos preceitos do desenvolvimento sustentável, na urgência da inclusão social e demais elementos capazes de sensibilizar a sociedade civil nos países desenvolvidos, de modo a angariar apoio para a defesa das posições brasileiras (tal narrativa poderia até clamar por "transformational change", desde que este ocorra no sentido da plena implementação dos três objetivos da Convenção, do pleno atingimento do desenvolvimento sustentável e, possivelmente, de reparações históricas; (b) estratégia para adoção de "package deal", possivelmente abrangendo outros processos de negociação (comercial) em curso, durante a COP-15, uma vez que o Brasil provavelmente ver-se-á pressionado, seja pelos europeus, seja pelas organizações da sociedade civil presentes às reuniões (muitas das quais em perfeito alinhamento com o discurso europeu).

FUNDO MULTILATERAL DO PROTOCOLO DE MONTREAL SOBRE SUBSTÂNCIAS QUE DESTROEM A CAMADA DE OZÔNIO

58. O Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, acordado em 1987 e em vigor desde 1989, é parte do arcabouço jurídico estabelecido pelo Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, de 1985. Tem por objetivo eliminar gradativamente o uso de substâncias como o clorofluorcarbono (CFC) e hidroclorofluorcarbono (HCFC), que estão relacionadas à destruição da camada de ozônio. O Brasil é Parte do Protocolo desde 1990.

59. A 2ª Reunião das Partes do Protocolo, realizada em Londres em 1990, criou o Fundo Multilateral do Protocolo de Montreal, com o objetivo de auxiliar países em desenvolvimento, definidos no Artigo 5 do Protocolo de Montreal, a eliminarem ou reduzirem a produção e consumo de substâncias que destroem a camada de ozônio, dentro de cronograma acordado pelas Partes. Atualmente, 147 das 197 Partes do Protocolo de Montreal, dentre elas o Brasil, atendem a esses critérios.

60. O Fundo Multilateral é administrado por Comitê Executivo, encarregado, inter alia, de elaborar regras de avaliação e aprovar programas e projetos domésticos elegíveis para o recebimento de recursos financeiros. O Comitê é composto por 7 países desenvolvidos e 7 países em desenvolvimento, e já se reuniu em 84 ocasiões, nas quais aprovou projetos de conversão industrial, assistência técnica, formação e capacitação. O órgão, que se reunia três vezes por ano até 2014, reúne-se atualmente duas vezes ao ano. Para auxiliar o Comitê Executivo em suas tarefas, foi estabelecido o Secretariado do Fundo Multilateral, com sede em Montreal.

61. Um dos principais e mais recentes desdobramentos do Protocolo de Montreal é a adoção da Emenda de Kigali. Com o objetivo de estabelecer a relação entre a proteção do clima e da camada de ozônio, a Emenda de Kigali foi assinada naquela cidade africana por mais de 170 países em outubro de 2016, durante a 28ª Reunião das Partes do Protocolo de Montreal. Mais especificamente, a emenda visa à eliminação progressiva de hidrofluorcarbonetos (HFCs), reduzindo sua produção e consumo. Dado seu impacto nulo na depleção da camada de ozônio, os HFCs são usados atualmente como substitutos de hidroclorofluorocarbonetos (HCFCs) e clorofluorocarbonetos (CFCs). São, no entanto, poderosos gases de efeito estufa. Com a Emenda de Kigali, o Protocolo de Montreal incorpora ao seu conjunto normativo a preocupação com a mudança do clima, além do objetivo primordial da proteção à camada de ozônio. A emenda entrou em vigor em 1 de janeiro de 2019, tendo alcançado o número mínimo de ratificações (vinte). O Congresso brasileiro ainda não ratificou o instrumento.

62. Durante minha gestão, foram realizadas nesta cidade as reuniões do Fundo Multilateral de 77 a 84, com exceção da 79, que foi realizada em Bangkok. A participação brasileira, como de costume, contou com a expertise de funcionários do Ministério do Meio Ambiente, assegurando o andamento fluido da implementação de projetos no Brasil para a redução do uso de clorofluorcarbonos (CFCs) e hidroclorofluorcarbonos (HCFCs).

63. Além disso, ainda com relação ao tema da proteção da camada de ozônio, realizaram-se, em novembro de 2017, a 11ª Conferência das Partes da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e a 29ª Reunião das Partes do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, que comemorou 30 anos da adoção do Protocolo. Como chefe de

delegação, discursei no segmento de alto nível da Conferência sublinhando a consistência com a qual o Protocolo de Montreal vem alcançando seus objetivos ao longo dos mais de 30 anos de existência. Trata-se, de fato, de exemplo de efetividade do multilateralismo, com participação quase universal. Assim, destaquei que o do Protocolo de Montreal pode servir de exemplo para outros forúns multilaterais sobre meio ambiente.

64. A 12ª Conferência das Partes do Protocolo de Montreal está prevista para acontecer de 23 a 27 de novembro de 2020, no Turcomenistão. Saliento, por oportuno, que a maior parte (cerca de 75%) das reuniões do Comitê Executivo do Protocolo é realizada em Montreal. As Reuniões das Partes, por sua vez, geralmente são realizadas em outras cidades, o que prejudica o seguimento dos temas e das negociações no âmbito do Protocolo pela Delegação Permanente em Montreal. Por essa razão, considero que seria importante que diplomata da Delegação (DELBRASMONT) pudesse acompanhar também as reuniões do Protocolo realizadas fora de Montreal.

65. Tão logo estejam disponíveis, informarei os montantes devidos pelo Brasil ao Protocolo de Montreal, tendo em vista as dificuldades de conseguir os dados no momento, em virtude da pandemia do Covid 19.

3

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 30, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 12, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
RELATOR: Senador Fernando Collor

21 de Setembro de 2020

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Collor

SF/20208.85663-70

PARECER Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 12, de 2020 (Mensagem nº 285/2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor REINALDO JOSÉ DA ALMEIDA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina*.

Relator: Senador **FERNANDO COLLOR**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Collor

SF/20208.85663-70

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO é filho de José Aluísio de Resende Salgado e de Zaira Lourdes de Almeida Salgado, e nasceu em São Paulo/SP, em 25 de janeiro de 1965. Cumpriu dois anos da graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, de 1983 a 1985, e concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr) em 1987. Foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1997 e no Curso de Altos Estudos (CAE) do mesmo Instituto em 2006.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1987. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1993 e a Primeiro-Secretário em 2000; a Conselheiro em 2006, a Ministro de Segunda Classe em 2009 e a Ministro de Primeira Classe em 2018. Conforme a praxe do Ministério das Relações Exteriores, todas as promoções foram por merecimento, salvo a primeira ascensão, alcançada por antiguidade.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de Subchefe da Divisão de Integração Regional (1999), Coordenador-Geral para as Negociações Mercosul-União Europeia (2002), Chefe da Divisão de Integração Regional (2006) e Chefe da Divisão do Mercado Comum do Sul. Dirigiu o Departamento do Mercosul (2012); o Departamento de Energia (2015); e o Departamento para a Sustentabilidade Ambiental (2016), todos na Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Em 2019, assumiu a Secretaria de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia. Ocupa atualmente o cargo de Secretário de Comunicação e Cultura do Ministério.

SF/20208.85663-70

No exterior, exerceu funções no Consulado-Geral em Londres (1993), na Embaixada em Caracas (1996), na Missão Permanente do Brasil junto às Comunidades Econômicas Europeias (2003) e na Embaixada em Buenos Aires (2010).

O diplomata em apreço fez jus aos seguintes prêmios e condecorações: Ordem do Rio Branco, Grande Oficial; Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial; Medalha do Pacificador e Medalha do Mérito Tamandaré.

A análise de sua trajetória evidencia, assim, o amplo conhecimento acumulado pelo diplomata sobre o relacionamento entre Brasil e Argentina, insumo valioso para o desempenho do cargo ao qual sua indicação ora se aprecia.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República Argentina, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual destaco e aprofundo pontos centrais para subsídio à deliberação dos membros da Comissão.

A Argentina é o segundo maior país da América do Sul em território, e o terceiro em população. É o oitavo maior país do mundo em área territorial, e o de maior extensão entre as nações de língua espanhola, embora México, Colômbia e Espanha, países com menor território, sejam mais populosos. A população argentina é atualmente de 44,5 milhões de habitantes, dos quais cerca de 92% residem em áreas urbanas. Somadas, as capacidades de Brasil e Argentina representam cerca de dois terços do território, da população e do PIB da América do Sul.

SF/20208.85663-70

No relacionamento bilateral, Brasil e Argentina mantêm laços históricos de importância singular e, ao longo das últimas três décadas, promoveram transformação profunda em aspectos centrais da relação. É incontornável recordar dois marcos no processo de aproximação, concretizados no início dos anos 1990.

O primeiro deles foi a assinatura dos acordos históricos voltados ao uso pacífico da energia nuclear, processo de êxito internacionalmente reconhecido, que tive a honra de conduzir, na qualidade então de Presidente da República. Superando anos de suspeição e rivalidades, os acordos lançaram as bases de uma relação transparente e cooperativa entre os dois países, determinantes para o aprofundamento dos demais aspectos da relação. Foram fundamentais, ademais, para a construção de um espaço de paz, entendimento e cooperação na América do Sul.

O segundo marco foi a criação do Mercosul, por meio do Tratado de Assunção, que tive igualmente a honra de assinar na Presidência da República. Integrando os dois países nas modernas tendências do comércio internacional, o Mercosul transformou a nossa geografia econômica, ressignificou nossa inserção no mundo e uniu nossas capacidades produtivas no objetivo comum de uma participação virtuosa na economia mundial.

O resultado é que Argentina e Brasil construíram relação comercial de importância estratégica para ambos os países. Consideradas as informações consolidadas até o final de 2019, a Argentina é o terceiro destino das exportações brasileiras e o Brasil ocupa a primeira posição nas vendas externas argentinas, com elevada percentagem de produtos de alto valor agregado como característica marcante das nossas trocas comerciais. Sua relevância destacada se deve não

SF/20208.85663-70

apenas à magnitude do intercâmbio, mas particularmente à qualidade do comércio e seus desdobramentos positivos sobre a competitividade, o dinamismo e a preservação da densidade tecnológica da estrutura produtiva de ambos os países.

No âmbito do Mercosul, os dois países têm agora o desafio de concretizar Acordo de Associação recentemente concluído com a União Europeia, que inclui o mais amplo e complexo instrumento comercial negociado pelo bloco até o momento. Quando implementado, o acordo birregional constituirá uma das maiores áreas de livre comércio do planeta, reunindo cerca de um quarto da economia mundial e um mercado de 780 milhões de pessoas. Em um período de recrudescimento de políticas protecionistas e tensões comerciais, os dois blocos enviam, com essa iniciativa, forte mensagem política de confiança na integração econômica como pilar do desenvolvimento nacional.

Uma parceria de tamanha relevância demanda mobilização significativa das autoridades também no âmbito do Poder Legislativo, especialmente no sentido de apoiar, promover e intensificar a relação comercial estruturante entre os dois países, tanto no seu aspecto bilateral quanto nos interesses compartilhados no Mercosul. Esse tem sido um dos temas a orientar os trabalho do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina desde o início de suas atividades em 2017 no Congresso Nacional. Do lado argentino, tramita projeto de lei que cria a "Comissão Bicameral Permanente de Integração Bilateral e Cooperação entre Brasil e Argentina". Com a criação da Comissão no Parlamento argentino, será possível elevar as relações entre os Poderes Legislativos dos dois países a um novo patamar, aprofundando nossos vínculos de maneira a ampliar o aporte valioso dessa relação para o desenvolvimento inclusivo e duradouro de nossos países e da região.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Collor

SF/20208.85663-70

Brasil e Argentina são hoje países irmãos, que compartilham uma relação vigorosa e enormes desafios comuns. Não há nenhum outro país no mundo com o qual o Brasil tenha empreendido, no passado recente, esforço comparável de diálogo, negociação, trabalho conjunto e trocas de toda natureza. Os laços que nos unem estão disseminados na sociedade, transcendem governos e configuram patrimônio pertencente às nações brasileira e argentina. Estas esperam de seus representantes o aperfeiçoamento e a ampliação do relacionamento arduamente construído, para que possa ser traduzido em benefícios concretos para os cidadãos aqui e lá. Para tanto, é fundamental uma relação respeitosa e pragmática, uma parceria de resultados, para o bem do Brasil, para o bem da Argentina e para o bem da América do Sul.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 5ª Reunião da CRE
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Renan Calheiros (MDB)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	2. Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente
Marcio Bittar (MDB)	Presente	3. Simone Tebet (MDB)	
Esperidião Amin (PP)	Presente	4. Daniella Ribeiro (PP)	
Ciro Nogueira (PP)		5. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
Roberto Rocha (PSDB)		1. Izalci Lucas (PSDB)	Presente
Mara Gabrilli (PSDB)		2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS)	
Major Olimpio (PSL)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Kátia Abreu (PP)	Presente	1. Acir Gurgacz (PDT)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)	Presente	2. Flávio Arns (PODEMOS)	
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)			
Fernando Collor (PROS)	Presente	1. VAGO	
Jaques Wagner (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	Presente
Humberto Costa (PT)			
PSD			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	2. Angelo Coronel (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	Presente
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PODEMOS			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	1. Elmano Férrer (PODEMOS)	

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 5ª Reunião da CRE
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Otto Alencar
Carlos Viana

10 Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 12/2020 - C.REINALDO-ARGENT.

Início da votação: 21/09/2020 18:00:00 Fim da votação: 21/09/2020 20:47:59

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,		**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,**	
MECIAS DE JESUS	**votou**	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**
MARCIO BITTAR	**votou**	3. SIMONE TEBET	
ESPERIDIÃO AMIN	**votou**	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		**Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)**	
ROBERTO ROCHA		1. IZALCI LUCAS	**votou**
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	**votou**	3. SORAYA THRONICKE	**votou**
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,		**Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,**	
KÁTIA ABREU		1. ACIR GURGACZ	**votou**
RANDOLFE RODRIGUES	**votou**	2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA	**votou**	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,**	
FERNANDO COLLOR	**votou**	1. VAGO	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	**votou**
HUMBERTO COSTA			
PSD		**PSD**	
NELSINHO TRAD	**votou**	1. CARLOS FÁVARO	**voto não computado**
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	2. ANGELO CORONEL	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)		**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)**	
CHICO RODRIGUES	**votou**	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO		2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS		**PODEMOS**	
MARCOS DO VAL	**votou**	1. ELMANO FÉRRER	

Votação:

TOTAL 16 SIM 16 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senador Nelsinho Trad
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 12/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA ARGENTINA, COM 16 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Collor

PARECER Nº , DE 2020

SF/20208.85663-70

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 12, de 2020 (Mensagem nº 285/2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor REINALDO JOSÉ DA ALMEIDA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina*.

Relator: Senador **FERNANDO COLLOR**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

SF/20208.85663-70

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO é filho de José Aluísio de Resende Salgado e de Zaira Lourdes de Almeida Salgado, e nasceu em São Paulo/SP, em 25 de janeiro de 1965. Cumpriu dois anos da graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília, de 1983 a 1985, e concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr) em 1987. Foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1997 e no Curso de Altos Estudos (CAE) do mesmo Instituto em 2006.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1987. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1993 e a Primeiro-Secretário em 2000; a Conselheiro em 2006, a Ministro de Segunda Classe em 2009 e a Ministro de Primeira Classe em 2018. Conforme a praxe do Ministério das Relações Exteriores, todas as promoções foram por merecimento, salvo a primeira ascensão, alcançada por antiguidade.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de Subchefe da Divisão de Integração Regional (1999), Coordenador-Geral para as Negociações Mercosul-União Europeia (2002), Chefe da Divisão de Integração Regional (2006) e Chefe da Divisão do Mercado Comum do Sul. Dirigiu o Departamento do Mercosul (2012); o Departamento de Energia (2015); e o Departamento para a Sustentabilidade Ambiental (2016), todos na Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Em 2019, assumiu a Secretaria de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia. Ocupa atualmente o cargo de Secretário de Comunicação e Cultura do Ministério.

SF/20208.85663-70

No exterior, exerceu funções no Consulado-Geral em Londres (1993), na Embaixada em Caracas (1996), na Missão Permanente do Brasil junto às Comunidades Econômicas Europeias (2003) e na Embaixada em Buenos Aires (2010).

O diplomata em apreço fez jus aos seguintes prêmios e condecorações: Ordem do Rio Branco, Grande Oficial; Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial; Medalha do Pacificador e Medalha do Mérito Tamandaré.

A análise de sua trajetória evidencia, assim, o amplo conhecimento acumulado pelo diplomata sobre o relacionamento entre Brasil e Argentina, insumo valioso para o desempenho do cargo ao qual sua indicação ora se aprecia.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República Argentina, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual destaco e aprofundo pontos centrais para subsídio à deliberação dos membros da Comissão.

A Argentina é o segundo maior país da América do Sul em território, e o terceiro em população. É o oitavo maior país do mundo em área territorial, e o de maior extensão entre as nações de língua espanhola, embora México, Colômbia e Espanha, países com menor território, sejam mais populosos. A população argentina é atualmente de 44,5 milhões de habitantes, dos quais cerca de 92% residem em áreas urbanas. Somadas, as capacidades de Brasil e Argentina representam cerca de dois terços do território, da população e do PIB da América do Sul.

SF/20208.85663-70

No relacionamento bilateral, Brasil e Argentina mantêm laços históricos de importância singular e, ao longo das últimas três décadas, promoveram transformação profunda em aspectos centrais da relação. É incontornável recordar dois marcos no processo de aproximação, concretizados no início dos anos 1990.

O primeiro deles foi a assinatura dos acordos históricos voltados ao uso pacífico da energia nuclear, processo de êxito internacionalmente reconhecido, que tive a honra de conduzir, na qualidade então de Presidente da República. Superando anos de suspeição e rivalidades, os acordos lançaram as bases de uma relação transparente e cooperativa entre os dois países, determinantes para o aprofundamento dos demais aspectos da relação. Foram fundamentais, ademais, para a construção de um espaço de paz, entendimento e cooperação na América do Sul.

O segundo marco foi a criação do Mercosul, por meio do Tratado de Assunção, que tive igualmente a honra de assinar na Presidência da República. Integrando os dois países nas modernas tendências do comércio internacional, o Mercosul transformou a nossa geografia econômica, ressignificou nossa inserção no mundo e uniu nossas capacidades produtivas no objetivo comum de uma participação virtuosa na economia mundial.

O resultado é que Argentina e Brasil construíram relação comercial de importância estratégica para ambos os países. Consideradas as informações consolidadas até o final de 2019, a Argentina é o terceiro destino das exportações brasileiras e o Brasil ocupa a primeira posição nas vendas externas argentinas, com elevada percentagem de produtos de alto valor agregado como característica marcante das nossas trocas comerciais. Sua relevância destacada se deve não

SF/20208.85663-70

apenas à magnitude do intercâmbio, mas particularmente à qualidade do comércio e seus desdobramentos positivos sobre a competitividade, o dinamismo e a preservação da densidade tecnológica da estrutura produtiva de ambos os países.

No âmbito do Mercosul, os dois países têm agora o desafio de concretizar Acordo de Associação recentemente concluído com a União Europeia, que inclui o mais amplo e complexo instrumento comercial negociado pelo bloco até o momento. Quando implementado, o acordo birregional constituirá uma das maiores áreas de livre comércio do planeta, reunindo cerca de um quarto da economia mundial e um mercado de 780 milhões de pessoas. Em um período de recrudescimento de políticas protecionistas e tensões comerciais, os dois blocos enviam, com essa iniciativa, forte mensagem política de confiança na integração econômica como pilar do desenvolvimento nacional.

Uma parceria de tamanha relevância demanda mobilização significativa das autoridades também no âmbito do Poder Legislativo, especialmente no sentido de apoiar, promover e intensificar a relação comercial estruturante entre os dois países, tanto no seu aspecto bilateral quanto nos interesses compartilhados no Mercosul. Esse tem sido um dos temas a orientar os trabalho do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina desde o início de suas atividades em 2017 no Congresso Nacional. Do lado argentino, tramita projeto de lei que cria a "Comissão Bicameral Permanente de Integração Bilateral e Cooperação entre Brasil e Argentina". Com a criação da Comissão no Parlamento argentino, será possível elevar as relações entre os Poderes Legislativos dos dois países a um novo patamar, aprofundando nossos vínculos de maneira a ampliar o aporte valioso dessa relação para o desenvolvimento inclusivo e duradouro de nossos países e da região.

SF/20208.85663-70

Brasil e Argentina são hoje países irmãos, que compartilham uma relação vigorosa e enormes desafios comuns. Não há nenhum outro país no mundo com o qual o Brasil tenha empreendido, no passado recente, esforço comparável de diálogo, negociação, trabalho conjunto e trocas de toda natureza. Os laços que nos unem estão disseminados na sociedade, transcendem governos e configuram patrimônio pertencente às nações brasileira e argentina. Estas esperam de seus representantes o aperfeiçoamento e a ampliação do relacionamento arduamente construído, para que possa ser traduzido em benefícios concretos para os cidadãos aqui e lá. Para tanto, é fundamental uma relação respeitosa e pragmática, uma parceria de resultados, para o bem do Brasil, para o bem da Argentina e para o bem da América do Sul.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 12, DE 2020

(nº 285/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 285

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

Os méritos do Senhor **REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00058/2020 MRE

Brasília, 28 de Abril de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, **caput**, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Argentina.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 267 /2020/SG/PR

Brasília, 21 de MAIO de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argentina.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

[redacted]

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

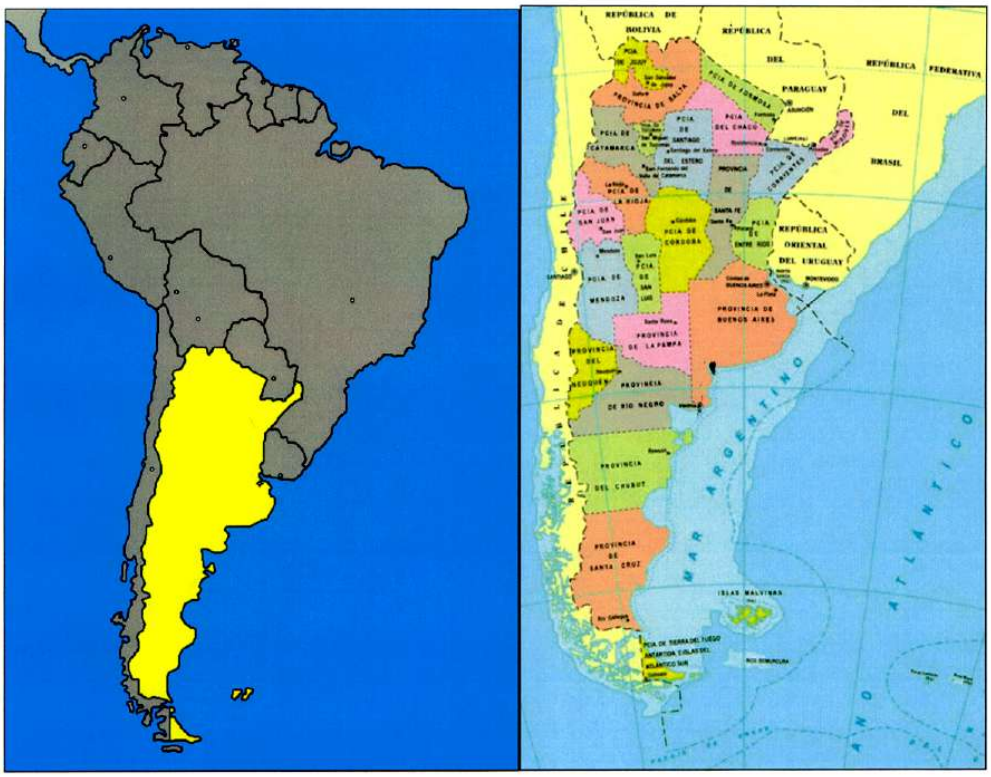
MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *REINALDO JOSÉ DE ALMEIDA SALGADO*
CPF: 344.259.501.00
ID:

1965	Filho de José Aluísio de Resende Salgado e de Zaira Lourdes de Almeida Salgado; nasce em 25 de janeiro, em São Paulo, SP.
Dados Acadêmicos:	
1983-85	Universidade de Brasília, Curso de Relações Internacionais
1987	Instituto Rio Branco, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
1997	Instituto Rio Branco, Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas
2006	Instituto Rio Branco, Curso de Altos Estudos
Cargos:	
1987	Terceiro-secretário
1993	Segundo-secretário
2000	Primeiro-secretário, por merecimento
2006	Conselheiro, por merecimento
2009	Ministro de segunda classe, por merecimento
2018	Ministro de primeira classe
Funções:	
1988	Divisão da África I, assistente
1991	Departamento da África, assessor
1993	Consulado-Geral em Londres, cônsul-adjunto
1996	Embaixada em Caracas, segundo-secretário
1999	Divisão de Integração Regional, subchefe
2002	Coordenação-Geral para as Negociações Mercosul-União Européia, coordenador-geral
2003	Missão Brasil junto às Comunidades Econômicas Europeias, primeiro-secretário
2006	Divisão de Integração Regional, chefe
2007	Divisão do Mercado Comum do Sul, chefe Coordenador nacional da Comissão de Comércio do Mercosul
2010	Embaixada em Buenos Aires, ministro-conselheiro
2012	Departamento do Mercosul
2015	Departamento de Energia, diretor
2016	Departamento para a Sustentabilidade Ambiental, diretor
2019	Secretaria de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia, secretário
Condecorações:	
	Ordem do Rio Branco, Grande Oficial
	Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial
	Medalha do Pacificador
	Medalha Mérito Tamandaré

FÁTIMA KEIKO ISHITANI
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ARGENTINA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Abril de 2020

1

APRESENTAÇÃO

A colonização espanhola no território argentino iniciou-se em 1512. Em 1776, fundou-se a colônia do Vice-Reino do Rio da Prata. O processo de separação da Espanha, iniciado em maio de 1810 (Revolução de Maio), concluiu-se com a Declaração de Independência de 9 de julho de 1816. A Argentina organizou-se como federação de províncias, com a cidade de Buenos Aires como capital. Durante a segunda metade do século XX, períodos de instabilidade política e crises econômicas periódicas contiveram seu pleno desenvolvimento econômico e social.

A Argentina é o segundo maior país da América do Sul em território, e o terceiro em população. É o oitavo maior país do mundo em área territorial, e o maior entre as nações de língua espanhola, embora México, Colômbia e Espanha, que possuem menor território, sejam mais populosos.

A área continental da Argentina está entre a cordilheira dos Andes, a oeste, e o oceano Atlântico, a leste. Faz fronteira com Paraguai e Bolívia, ao norte, com Brasil e Uruguai, a nordeste, e com o Chile, a oeste e sul.

Na porção norte do território encontram-se as planícies do Chaco, ao longo das bacias dos rios Paraguai e Paraná; no centro, situam-se os pampas. No extremo sul, está localizada a Patagônia, constituída de paisagem exuberante, formada por florestas, geleiras e lagos. Na Argentina, há quatro tipos de clima, que variam conforme o relevo: tropical, temperado, árido e frio.

A população da Argentina totaliza 44,5 milhões de habitantes, sendo a maioria de origem europeia. O país é extremamente urbanizado – 92% da população residem em áreas urbanas. A densidade demográfica é baixa (15 habitantes por km^2).

A Argentina reivindica soberania sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, que são administradas pelo Reino Unido como territórios britânicos ultramarinos. Em 1965, a ONU qualificou a disputa como problema colonial e instou as partes a negociar uma solução. Após 17 anos de negociações infrutíferas, Argentina e Reino Unido enfrentaram-se, em 1982, em conflito armado pela soberania sobre esses arquipélagos austrais. A Argentina considera as ilhas como parte integrante e indivisível de seu território e entende que estão ocupadas ilegalmente. O Brasil reconhece o direito argentino sobre esses arquipélagos.

PERFIL BIOGRÁFICO

ALBERTO FERNÁNDEZ
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nasceu em Buenos Aires, em 2 de abril de 1959. Formou-se em Direito pela Universidade de Buenos Aires (UBA) em 1983, ano no qual se afiliou ao Partido Justicialista (PJ). Foi Subdiretor Geral de Assuntos Jurídicos do Ministério de Economia de Raúl Alfonsín (UCR). No governo Carlos Menem (PJ), foi Superintendente de Seguros da Nação. Em 1998, foi o tesoureiro da campanha presidencial de Duhalde. Em 2000, foi eleito legislador da cidade de Buenos Aires. Foi chefe do Gabinete de Ministros (2003-2008) nos governos de Néstor Kirchner (todo o mandato) e Cristina Fernández de Kirchner (um ano). Compôs a equipe de campanha da "Frente Renovadora" de Sergio Massa, nas eleições presidenciais de 2015. Nas eleições de outubro de 2019, foi eleito Presidente da República, em primeiro turno, pela coalizão "Frente de Todos", com 48,10% dos votos. Tomou posse como Presidente em 10 de dezembro de 2019, para um mandato de quatro anos.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Argentina é um dos principais parceiros políticos e econômicos do Brasil. As relações bilaterais são estratégicas para a inserção do Brasil na região e no mundo. A construção de uma relação política de confiança e cooperação com a Argentina contribui para a constituição de um espaço regional de paz e de cooperação. Somadas, as capacidades de Brasil e Argentina representam cerca de dois terços do território, da população e do PIB da América do Sul.

O processo de aproximação política entre Brasil e Argentina, iniciado com a redemocratização dos dois países na década de 1980, esteve na base do projeto de integração sul-americana que levou à criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991. A crescente integração econômica bilateral tem fortalecido a economia e a indústria dos dois países. O capital brasileiro está presente em diversos

setores da economia argentina, como siderúrgico, petrolífero, bancário, automotivo, têxtil, calçadista, de máquinas agrícolas, de mineração e de construção civil. A presença de capitais argentinos no Brasil também é expressiva.

O Brasil é o maior sócio comercial da Argentina, ao passo que a Argentina é o quarto maior parceiro comercial do Brasil.

A forte dinâmica comercial bilateral, marcada pelo elevado percentual de produtos de alto valor agregado, tem importantes impactos em setores estratégicos das duas economias, sobretudo na indústria. Sobressai, entre as áreas beneficiadas pela parceira bilateral, o setor automotivo, que exerce impactos diretos e indiretos sobre o conjunto da economia brasileira, em campos tão diversos como mineração, siderurgia, metalurgia, química, petróleo e gás, além do setor de serviços (engenharia, mecânica, administração, propaganda e marketing, entre outros).

Entre os diversos foros bilaterais, destacam-se: o Mecanismo de Coordenação Política; a Comissão Bilateral de Produção e Comércio; o Comitê Permanente de Política Nuclear; e o Diálogo Político-Estratégico Brasil-Argentina (mecanismo 2+2, entre ministros de Relações Exteriores e de Defesa).

Brasil e Argentina são unidos por uma linha de fronteira que se estende por 1.261 km. A política de integração fronteiriça constitui dimensão essencial da agenda de cooperação bilateral. A Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO), instalada em 2011, é a mais alta instância bilateral de deliberação de políticas binacionais para a fronteira e para encaminhamento das demandas suscitadas no âmbito dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina, que se reúnem anualmente em quatro pontos da linha limítrofe dos dois países.

No plano político, a proximidade com a Argentina constitui pilar importante do esforço de construção de um espaço de paz e cooperação no entorno brasileiro. O governo brasileiro foi representado pelo Vice-Presidente da República na posse do Presidente Alberto Fernández, em 10 de dezembro de 2019. O Ministro de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da República Argentina, Felipe Solá, visitou Brasília em 12 de fevereiro de 2020, ocasião em que foi recebido pelo Senhor Presidente da República e pelo Ministro Ernesto Araújo. Em 4 de março de 2020, o Deputado Sergio Massa, Presidente da Câmara dos Deputados da República Argentina, visitou Brasília, onde foi recebido pelo Senhor Presidente da República e se encontrou com os presidentes do Senado, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.

O novo Embaixador argentino no Brasil, Daniel Scioli, teve seu agrément dado pelo governo brasileiro em menos de 24 horas, ainda em dezembro de 2019. Ex-vice-presidente sob Néstor Kirchner (2003-2007) e candidato à Presidência derrotado por Mauricio Macri em 2015, já em dezembro Scioli reuniu-se com o Senhor Vice-Presidência da República e com o então Ministro da Cidadania, Deputado Federal Osmar Terra. Scioli foi obrigado a adiar sua chegada a Brasília em razão da pandemia de coronavírus.

Assuntos consulares: A rede consular brasileira na Argentina é composta

pelo Consulado-Geral do Brasil em Buenos Aires, pelo Consulado-Geral do Brasil em Córdoba, pelo Consulado-Geral do Brasil em Mendoza e pelos Consulados do Brasil em Paso de los Libres e Puerto Iguazú.

O Itamaraty estima que a comunidade brasileira na Argentina alcance aproximadamente 47 mil pessoas.

Os postos consulares da região fronteiriça são responsáveis pela organização local dos Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina, que se reúnem anualmente e visam a tratar dos temas de interesse específico da região. Os Comitês de Integração Fronteiriça Brasil-Argentina atualmente existentes são os seguintes: Foz do Iguaçu-Puerto Iguazú; Barracão/Dionísio Cerqueira-Bernardo de Irigoyen; São Borja-Santo Tomé; e Uruguaiana-Paso de los Libres.

Empréstimos e financiamentos oficiais: nos últimos 15 anos, as operações de concessão de crédito brasileiro a tomador soberano argentino (federação argentina e entes subnacionais, excluindo-se financiamentos a agências intermediárias ou empresas públicas) implicaram valor total de US$ 44,8 bilhões em exportações financiadas.

POLÍTICA INTERNA

O Estado argentino tem forma de governo representativa republicana federal, com estrutura de três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

O presidente da República é o chefe de Estado e de Governo, eleito por voto direto, com mandato de quatro anos e direito à reeleição por um período consecutivo. Os ministros são nomeados pelo presidente. Em outubro de 2019, Alberto Fernández foi eleito presidente da República, em segundo turno, com 48,10%; contra 40,38% do então Presidente, Mauricio Macri. O novo presidente tomou posse em 10 de dezembro.

O Parlamento argentino é bicameral, sendo conformado pelo Senado da Nação e pela Câmara de Deputados. Os 72 senadores (3 por província) são eleitos para mandatos de seis anos em eleição majoritária, na qual a coalizão vencedora garante as duas primeiras cadeiras; e a segunda colocada, a terceira cadeira. A vice-presidente da República ocupa também a função de presidente do Senado. A Câmara dos Deputados é composta de 257 parlamentares, eleitos por lista partidária fechada para mandatos de quatro anos, em votação proporcional.

As eleições gerais argentinas de outubro de 2019 geraram Congresso polarizado entre as alianças Frente de Todos – FdT (peronista) e "Juntos por el Cambio" - JxC (macrista). Apesar de ter perdido as eleições, a aliança JxC logrou ampliar sua bancada na Câmara de 107 para 119 deputados, mantendo assim a posição de primeira minoria. Os partidos reunidos sob a aliança FdT tem 109 deputados. Na nova configuração do Senado argentino, a FdT obteve maioria simples, com 39

assentos, dois a mais que o mínimo necessário para quórum próprio. A aliança JxC passou de 24 assentos para 28 assentos. Eleita vice-presidente, Cristina Kirchner assumiu a presidência do Senado.

As autoridades provinciais e municipais são eleitas para mandatos de quatro anos: governadores, intendentes (prefeitos) e conselheiros (vereadores). As 23 províncias se autogovernam, possuem suas próprias constituições e poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como polícias provinciais. A Cidade Autônoma de Buenos Aires tem regime de governo autônomo e competências legislativas e jurisdicionais.

A Corte Suprema de Justiça da Nação é o órgão máximo do Poder Judiciário. Julga recursos, em segunda e última instância, e examina a constitucionalidade das leis. A Corte Suprema é integrada por cinco magistrados, nomeados pelo presidente da República após aprovação do Senado. Os tribunais argentinos são independentes em sua função jurisdicional, estando, porém, administrativamente subordinados à Corte Suprema.

POLÍTICA EXTERNA

Em suas primeiras declarações sobre política externa, após a posse, Alberto Fernández defendeu "integração plural e global" ao mundo e o reforço do reclamo pela soberania argentina sobre as Ilhas Malvinas. Para Fernández, a Argentina "não deve se isolar", mas "integrar-se à globalização com inteligência e preservando a produção e o trabalho nacional".

A iniciativa de Alberto Fernández em eleger Israel como primeiro destino oficial (22/1) teve dimensão de política interna, acenando à comunidade judaica argentina, a mais numerosa da América Latina, e no contexto dos processos ligados aos atentados terroristas de 1992 e 1994.

Em seguida, Fernández realizou sequência de visitas oficiais a países da Europa Ocidental, com vistas a obter apoio para a renegociação da dívida externa argentina. Entre 30/1 e 5/2, visitou Itália, Vaticano, Alemanha, França e Espanha. Aproveitou para tratar, também, do acordo MERCOSUL-União Europeia.

Em razão da dívida com o FMI, Fernández deverá procurar manter relacionamento cordial com os EUA, apesar das diferenças ideológicas. Fernández indicou intenção de condicionar o pagamento da dívida externa à retomada do crescimento da economia argentina.

O chanceler Felipe Solá participou da cúpula da CELAC, no México, em 7 de janeiro último. O México é país prioritário para a política externa de Fernández, que já havia visitado o país como presidente eleito, em 4 de dezembro de 2019.

Em 25 de abril corrente, em meio à pandemia de coronavírus, o governo argentino anunciou sua retirada das negociações comerciais em curso do MERCOSUL (tratados de livre comércio com Coreia do Sul, Canadá, Índia, Líbano e Cingapura). Indicou, contudo, que continuaria acompanhando os movimentos do MERCOSUL no

processo de finalização dos acordos comerciais fechados com a União Europeia e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA).

No tocante ao relacionamento com a Venezuela, o governo argentino manteve sua permanência no Grupo de Lima, embora não haja assinado as últimas notas do grupo. A chancelaria argentina descredenciou a embaixadora do governo interino de Juan Guaidó em Buenos Aires, Elisa Trotta.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O cenário econômico argentino é caracterizado por declínio do PIB (-2,2% em 2019 e -2,5% em 2018), inflação acelerada (53,8% em 2019 e previsão de 45% a 50% para 2020) e retorno da dívida externa (empréstimos junto ao FMI desde junho de 2018 totalizaram US$ 44,3 bilhões, do total de US$ 56,3 bilhões aprovados pelo Fundo; o estoque total da dívida é estimado em US$ 323 bilhões).

O governo de Alberto Fernández aprovou, em 21 de dezembro último, lei que declara emergência pública na Argentina em matéria econômica, financeira, fiscal, administrativa, previdenciária, tributária, energética, sanitária e social. A iniciativa tem por objetivo estancar a crise econômica e social no país, por meio de significativa ampliação dos poderes do Executivo e a criação de mecanismos para aumentar a arrecadação do Estado.

Após missão à Argentina (12-19/2/20), o FMI emitiu comunicado sobre a insustentabilidade da dívida argentina e sobre a necessidade de os credores privados renegociarem seus títulos com redução de créditos. O governo argentino estabeleceu 31/3/20 como data limite para a renegociação. Em 2 de abril, o governo anunciou a reestruturação de US$ 83 bilhões de sua dívida e apresentou diretrizes que deverão ser aplicadas na renegociação da totalidade da dívida externa. Essas diretrizes visariam a recuperar o caráter sustentável da dívida e permitir à economia argentina absorver os choques da atual crise financeira e de eventos exógenos excepcionais, como a pandemia da COVID-19. A Argentina pretende alcançar um acordo com os credores privados antes de renegociar o débito com o FMI.

Em 6 de abril, o governo argentino adiou, de maneira compulsória e unilateral, o pagamento de juros e amortizações de capital da dívida pública argentina referenciada em dólares norte-americanos emitida sob legislação local para o dia 31 de dezembro de 2020 ou data anterior a ser determinada pelo Ministério da Economia. Em 16 de abril, o governo argentino anunciou os termos da proposta a credores privados da dívida externa sob legislação estrangeira (US$ 141,4 bilhões). Em 20 de abril, a Argentina formalizou proposta de reestruturação de US$ 66,2 bilhões da dívida externa perante entidade reguladora do mercado de capitais norte-americano. Os três principais grupos de credores expressaram inconformidade com os termos da oferta, mas deixaram aberto caminho para negociação. O prazo para aceitação da proposta é 10 de maio.

O Brasil é o principal parceiro comercial da Argentina, que hoje ocupa a 4ª

posição entre os maiores parceiros brasileiros. A exportação brasileira à Argentina é preponderantemente de produtos industrializados (91% entre 2008 e 2019).

Em 2019, as exportações brasileiras a esse país sofreram queda de 35%. Somando-se a queda das importações brasileiras (de somente 4,5%), o comércio bilateral apresentou déficit de US$ 828 milhões em um fluxo bilateral que totalizou US$ 20,3 bilhões no ano, com queda de 22% em relação a 2018. Trata-se do primeiro déficit comercial frente à Argentina desde 2003. Em 2018, o Brasil havia registrado superávit de US$ 3,9 bilhões.

Os investimentos brasileiros na Argentina acumulam estoque estimado em US$ 16 bilhões, repartido entre mais de 150 empresas, em diversos setores, como agropecuário, automotor, energético, financeiro, siderúrgico, de mineração, têxtil, de tecnologia da informação e de turismo. Há grande interesse e participação de empresas brasileiras no mercado argentino. Muitas empresas brasileiras consideram o mercado argentino como melhor plataforma para sua primeira experiência de internacionalização. Os investimentos argentinos no Brasil somam estoque de US$ 13 bilhões, com mais de 60 empresas, em setores como siderúrgico, de concessões (aeroportos), de tecnologia da informação, de comércio eletrônico, agropecuário, alimentício, de franquias e turismo.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
1816	Congresso de Tucumán proclama a independência
1852	Rosas é derrotado por coalizão de Brasil, Montevidéu, Entre Rios e Corrientes
1862	Bartolomé Mitre é presidente da República unificada (até 1868)
1865	Guerra da Tríplice Aliança (com Brasil e Uruguai) contra o Paraguai (até 1870)
1916	União Cívica Radical (UCR) ascende ao poder; presidências Yrigoyen, Alvear e Yrigoyen
1943	Golpe militar do coronel Perón tem apoio de setores sindicais e dissidentes da UCR
1946	Perón ascende à presidência com ampla maioria do eleitorado
1952	Tem início segundo mandato de Perón, derrubado em 1955 por golpe militar
1955	Governo do general Aramburu restaura a hegemonia conservadora
1959	Presidências Frondizi e Illía, situação política controlada indiretamente pelo Exército
1966	General Onganía implanta ditadura, que termina com a insurreição do "Cordobazo" de 1969
1973	Perón é novamente presidente, seguido de Maria Estela Martínez e de golpe militar
1976	Governos militares (Videla, Viola e Galtieri) caracterizam-se por sangrenta repressão
1982	Derrota na Guerra das Malvinas obriga militares a deixar o poder e convocar eleições

1983	Raúl Alfonsín é o eleito presidente e toma posse em 10/12; fim da ditadura militar
1983	Alfonsín autoriza processo judicial contra os responsáveis pela repressão da ditadura
1985	Início da aproximação com Brasil; em 1988, Tratado de Integração e Cooperação
1989	Retorno do peronismo (ala direita) com vitória de Carlos Menem (reeleito em 1995)
1991	Tratado de Assunção cria o Mercosul (com Brasil, Uruguai e Paraguai)
1999	Fernando De la Rúa é eleito presidente
2001	Domingo Cavallo é nomeado "superministro"; em 01/12, decreta o "corralito" (congelamento de depósitos bancários, com limitações de saques)
2001	De la Rúa renuncia em 21/12; três presidentes em 12 dias; é decretada moratória da dívida externa
2002	Presidente Eduardo Duhalde põe fim à conversibilidade peso-dólar e faz acordo com o FMI
2002	Crise econômica deixa quase 60% da população abaixo da linha de pobreza
2003	Nestor Kirchner é eleito presidente (Menem desiste das eleições antes da realização do 2º turno)
2006	Conflito diplomático com o Uruguai, em razão da instalação de fábricas de celulose em território uruguaio, à margem do rio que divide os dois países
2007	Senadora Cristina Fernández de Kirchner é eleita presidente
2008	Inicia-se o conflito do governo com o setor agropecuário em torno do imposto de exportação de grãos
2008	O governo sofre sua primeira grande derrota com a derrubada da lei de "retenciones" (impostos às exportações)
2008	Governo reestatiza os fundos de pensão privados.
2009	Governo sofre grande revés em eleições legislativas (28/6)
2010	Falecimento do ex-presidente Néstor Kirchner
2011	Reeleição da presidente Cristina Kirchner (posse em 10/12)
2015	Eleição do presidente Mauricio Macri (posse em 10/12)
2019	Eleição do presidente Alberto Fernández (posse em 10/12)

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1821	O governo português, instalado no Rio de Janeiro, é o primeiro a reconhecer a independência argentina
1822	Nomeação de Antônio Manuel Correia da Câmara como cônsul e agente comercial no Prata ("Missão Correia da Câmara")
1823	O enviado argentino Valentín Gómez apresenta ao chanceler brasileiro, José Joaquim Carneiro de Campos, carta credencial assinada pelo ministro argentino de Relações Exteriores, Bernardino Rivadavia, com o reconhecimento da independência do Brasil
1825	O Congresso de Buenos Aires proclama a reintegração da Banda Oriental ao território argentino. A Argentina rompe relações com o Brasil, que declara guerra. Início da Guerra da Cisplatina
1828	Assinada, no Rio de Janeiro, Convenção de Paz que põe fim à Guerra da Cisplatina e formaliza a independência do Uruguai
1831	Antônio Cândido Ferreira é nomeado encarregado de negócios e cônsul-geral na Argentina
1833	O Brasil reconhece o direito argentino sobre as ilhas Malvinas, ocupadas pelo Reino Unido
1850	Rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o governo argentino de Juan Manuel de Rosas
1851	Firmado, em Montevidéu, Convênio para uma aliança ofensiva e defensiva contra Rosas entre Brasil, Uruguai e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes. Rosas declara guerra ao Império brasileiro
1852	Juan Manuel de Rosas é derrotado pela coalizão entre Brasil, Uruguai e as províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes
1856	Celebrado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e a Argentina, que garante a livre navegação do rio da Prata
1864	Início da Guerra do Paraguai
1865	Brasil, Argentina e Uruguai assinam o Tratado da Tríplice Aliança
1870	Fim da Guerra do Paraguai
1889	Brasil e Argentina firmam Tratado de Arbitramento para a pronta solução da questão de limites pendente na região de Palmas
1889	A Argentina reconhece o regime republicano no Brasil.
1895	Arbitragem sobre a questão de Palmas. Laudo do presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, dá ganho de causa ao Brasil (19 de novembro)
1898	Firmado tratado de limites entre Brasil e Argentina, baseado no laudo arbitral de 1895
1899	O presidente da Argentina, Julio Roca, visita o Brasil. É a primeira visita oficial de um chefe de estado estrangeiro ao país
1900	O presidente do Brasil, Campos Sales, visita a Argentina. É a primeira visita, em caráter oficial, de um chefe de estado brasileiro ao exterior

1910	O presidente eleito da Argentina, Roque Sáenz Peña, realiza visita ao Brasil, a convite do Barão do Rio Branco
1915	O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Lauro Müller, visita a Argentina e assina o "Pacto do ABC", do qual também participa o Chile
1922	Elevada à categoria de embaixada a legação do Brasil em Buenos Aires
1935	O presidente do Brasil, Getúlio Vargas, viaja ao Prata e realiza visita oficial à Argentina. Brasil e Argentina fazem mediação para solução da Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai
1961	Encontro de Uruguaiana, entre os presidentes Jânio Quadros (Brasil) e Arturo Frondizi (Argentina), no qual se assina o Convênio de Amizade e Consulta
1969	Assinatura do Tratado da Bacia do Prata, por Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai
1972	O presidente da Argentina, Alejandro Lanusse, visita o Brasil e assina com o presidente Emílio Médici acordos bilaterais de integração física
1977	Divergências sobre a Usina de Itaipu levam ao fechamento da fronteira entre Brasil e Argentina. São iniciadas conversas trilaterais, entre Brasil, Argentina e Paraguai, para tratar da construção da usina
1979	Brasil, Argentina e Paraguai assinam o Acordo Tripartite sobre Coordenação Técnico-Operativa para o Aproveitamento Hidrelétrico de Itaipu e Corpus
1980	Visita do presidente João Baptista Figueiredo à Argentina. Desde 1935 um presidente brasileiro não visitava o país
1980	O presidente da Argentina, Jorge Videla, visita o Brasil
1981	Encontro entre os presidentes João Figueiredo e Roberto Viola na fronteira entre Brasil e Argentina, na cidade de Paso de los Libres
1982	O Brasil se mantém neutro na Guerra das Malvinas, mas reafirma que reconhece a soberania argentina sobre as ilhas
1985	Início do processo de aproximação Brasil-Argentina. "Declaração do Iguaçu" é firmada pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, na fronteira entre os dois países
1986	O presidente José Sarney realiza visita de estado à Argentina. É assinada a "Ata de Integração Brasileiro-Argentina", que estabelece o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE)
1988	Assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento
1990	Assinatura da Ata de Buenos Aires pelos presidentes Fernando Collor e Carlos Menem. Brasil e Argentina decidem conformar um mercado comum até o final de 1994
1991	Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai firmam o Tratado de Assunção para a constituição do Mercado Comum do Sul (Mercosul)
1991	Criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC)
1995	Entrada em vigor da União Aduaneira do Mercosul, com a adoção de tarifa externa comum (TEC)

1996	Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Argentina
1997	Visita de estado do presidente da Argentina, Carlos Menem, ao Brasil. Formalização da Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina
2004	Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner assinam a Ata de Copacabana (março)
2007	Adoção do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina (MICBA) (dezembro)
2015	Visita do presidente eleito da República Argentina, Mauricio Macri, ao Brasil (4 de dezembro). É sua primeira visita ao exterior após as eleições
2015	Visita da presidente Dilma Rousseff à Argentina, por ocasião da cerimônia de posse do presidente da Argentina, Mauricio Macri (10 de dezembro)
2016	Visita do presidente Michel Temer à Argentina (3 de outubro)
2017	Visita do presidente Mauricio Macri ao Brasil (7 de fevereiro)
2019	Visita do presidente Mauricio Macri ao Brasil (16 de janeiro)
2019	Visita do presidente Jair Bolsonaro à Argentina (6 de junho)
2020	Visita do chanceler Felipe Solá ao Brasil (12 de fevereiro)

ACORDOS BILATERAIS

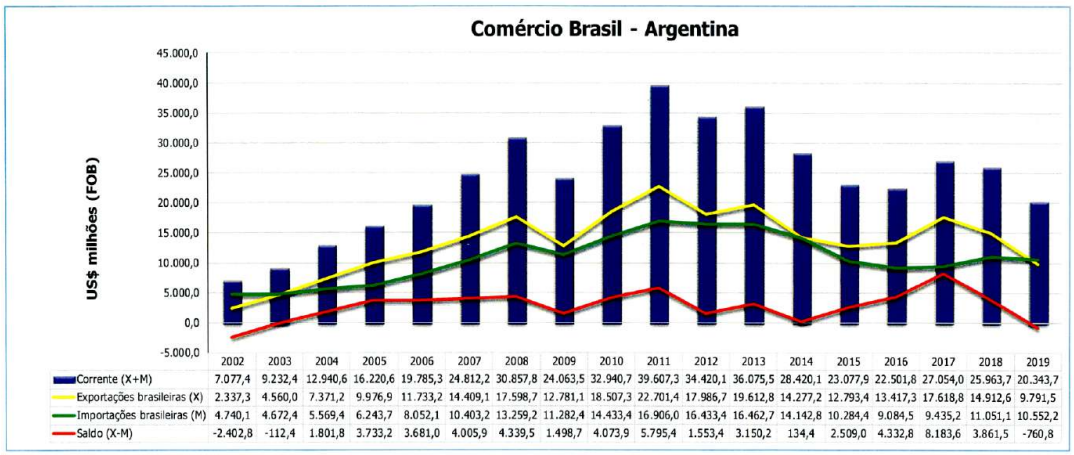
Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Convenção Preliminar de Paz.	27/08/1828	04/10/1828	Não consta
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.	07/03/1856	25/06/1856	14/07/1856
Convenção sobre Navegação Fluvial.	20/11/1857	20/07/1858	Não consta
Tratado de Limites.	06/10/1898	26/05/1900	31/05/1900
Tratado de Arbitramento Geral.	07/09/1905	05/12/1908	01/10/1908
Protocolo sobre Cartas Rogatórias, Complementar ao Acordo de 14/02/1880.	16/09/1912	08/01/1957	21/03/1957
Convenção Complementar de Limites.	27/12/1927	09/07/1941	16/07/1941
Convênio para Revisão dos Textos de Ensino de História e Geografia.	10/10/1933	21/05/1934	26/06/1934
Convênio para o Fomento do Turismo.	10/10/1933	21/05/1934	26/06/1934
Acordo para Permuta de Publicações.	10/10/1933	21/05/1934	26/06/1934
Convênio sobre Legalização de Manifestos de Carga.	23/01/1940	08/04/1941	10/05/1941

Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares.	02/06/1948	29/11/1966	04/07/1967
Tratado de Extradição.	15/11/1961	07/06/1968	15/07/1968
Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita.	15/11/1961	07/06/1968	15/07/1968
Convênio sobre Coprodução Cinematográfica.	25/01/1968	26/11/1981	18/11/1981
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.	17/05/1980	01/01/1983	23/12/1982
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.	17/05/1980	18/08/1982	10/09/1982
Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limítrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente o Rio Peperi-Guaçu.	17/05/1980	01/06/1983	30/06/1983
Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	17/05/1980	20/10/1983	09/11/1983
Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira.	17/05/1980	01/06/1983	30/06/1983
Acordo de Previdência Social	20/08/1980	18/11/1982	10/12/1982
Acordo sobre Transportes Marítimos.	15/08/1985	05/02/1990	07/03/1990
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, de 17/05/80, sobre Informática.	22/01/1987	22/02/1987	04/03/1987
Acordo de Coprodução Cinematográfica.	18/04/1988	25/07/1995	10/05/1999
Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.	29/11/1988	23/08/1989	25/09/1989
Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé.	22/08/1989	20/04/1990	06/05/1991
Tratado para o Estabelecimento de um Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas.	06/07/1990	27/06/1992	30/07/1992
Protocolo Adicional ao Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio	06/07/1990	30/06/1993	11/08/1998

Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé.			
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico.	20/08/1991	10/02/1993	26/02/1993
Acordo de Cooperação para a Prevenção do Uso Indevido e Combate ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas.	26/05/1993	09/10/1995	20/11/1995
Acordo sobre Facilitação de Atividades Empresariais.	15/02/1996	10/11/1999	12/01/1999
Acordo de Cooperação Técnica.	09/04/1996	25/08/1999	14/10/1999
Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental.	09/04/1996	18/03/1998	13/05/1998
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais.	09/04/1996	18/02/1998	13/05/1998
Acordo sobre Transporte Fluvial Transversal Fronteiriço de Passageiros, Veículos e Cargas.	27/04/1997	26/10/2002	06/11/2002
Acordo para o Funcionamento do Centro Único de Fronteira São Borja-Santo Tomé.	10/11/1997	28/03/2000	18/05/2000
Acordo para a Criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO).	10/11/1997	05/05/1999	02/06/1999
Acordo de Integração Cultural.	10/11/1997	15/06/2000	24/07/2000
Convênio de Cooperação Educativa.	10/11/1997	15/06/2000	24/07/2000
Acordo sobre a Isenção de Vistos.	09/12/1997	22/04/2000	26/04/2000
Tratado sobre a Transferência de Presos.	11/09/1998	25/06/2001	24/07/2001
Protocolo sobre Circulação de Produtos Alimentícios.	25/11/1999	09/06/2006	Em tramitação na Argentina
Acordo para a Viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai.	15/12/2000	06/10/2003	18/02/2004

Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Acordo para o Provimento de Capacidade Espacial.	08/05/2001	23/03/2004	29/06/2004
Protocolo adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação em Aplicações Pacíficas da Ciência e Tecnologia Espaciais Relativo à Concessão de Reciprocidade na Aquisição de Equipamentos para a Cooperação Espacial.	14/08/2001	27/11/2003	Em tramitação na Argentina
Acordo Relativo ao Intercâmbio de Estagiários.	14/08/2001	23/06/2009	Em processo de ratificação pelas Partes
Acordo sobre Cooperação entre suas Academias Diplomáticas.	02/12/2002	23/12/2005	20/12/2005
Acordo de Cooperação para Combate ao Tráfico de Aeronaves Supostamente Envolvidas em Atividades Ilícitas Internacionais.	09/12/2002	25/07/2006	16/10/2006
Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial.	30/11/2005	02/02/2010	02/02/2010
Acordo para Concessão de Permanência a Detentores de Vistos Temporários ou a Turistas.	30/11/2005	27/11/2008	13/01/2009
Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa.	30/11/2005	20/04/2007	20/04/2007
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica na Área da Tecnologia Militar.	30/11/2005	10/09/2008	28/11/2008
Acordo de Facilitação Turística.	18/11/2009	18/12/2009	19/11/2009
Acordo para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as Cidades de Paraíso, Brasil, e San Pedro, Argentina.	31/01/2011	01/10/2014	29/03/2016
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis	31/01/2011	17/07/2015	Em tramitação na Argentina
Ajuste Complementar ao Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, para a Prestação de Serviços de	07/02/2017		Em tramitação no Congresso

Título	Data de celebração	Data de entrada em vigor	Publicação
Assistência de Emergência e Cooperação em Defesa Civil			Nacional
Protocolo de Emenda à Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	21/07/2017	29/07/2018	28/08/2018



	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Corrente (X+M)	7.077,4	9.232,4	12.940,6	16.220,6	19.785,3	24.812,2	30.857,8	24.063,5	32.940,7	39.607,3	34.420,1	36.075,5	28.420,1	23.077,9	22.501,8	27.054,0	25.963,7	20.343,7
Exportações brasileiras (X)	2.337,3	4.560,0	7.371,2	9.976,9	11.733,2	14.409,1	17.598,7	12.781,1	18.507,3	22.701,4	17.986,7	19.612,8	14.277,2	12.793,4	13.417,3	17.618,8	14.912,6	9.791,5
Importações brasileiras (M)	4.740,1	4.672,4	5.569,4	6.243,7	8.052,1	10.403,2	13.259,2	11.282,4	14.433,4	16.906,0	16.433,4	16.462,7	14.142,8	10.284,4	9.084,5	9.435,2	11.051,1	10.552,2
Saldo (X-M)	-2.402,8	-112,4	1.801,8	3.733,2	3.681,0	4.005,9	4.339,5	1.498,7	4.073,9	5.795,4	1.553,4	3.150,2	134,4	2.509,0	4.332,8	8.183,6	3.861,5	-760,8

2019/2020	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2019 (jan-mar)	2.327,0	2.675,85	5.002,8	-348,9
2020 (jan-mar)	2.166,6	2.236,1	4.402,7	-69,5

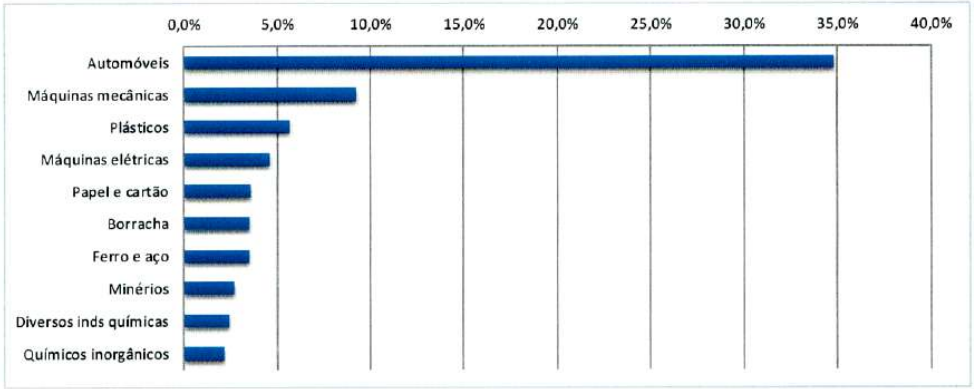
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Abril de 2020

Composição das exportações brasileiras para Argentina
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Automóveis	8.717,8	49,5%	6.640,4	44,5%	3.409,8	34,8%
Máquinas mecânicas	1.761,2	10,0%	1.273,4	8,5%	901,5	9,2%
Plásticos	675,7	3,8%	599,7	4,0%	557,6	5,7%
Máquinas elétricas	625,3	3,5%	577,2	3,9%	447,3	4,6%
Papel e cartão	383,5	2,2%	383,0	2,6%	347,7	3,6%
Borracha	461,1	2,6%	386,9	2,6%	344,1	3,5%
Ferro e aço	786,5	4,5%	558,6	3,7%	342,3	3,5%
Minérios	349,6	2,0%	458,6	3,1%	263,3	2,7%
Diversos inds químicas	240,9	1,4%	241,3	1,6%	238,9	2,4%
Químicos inorgânicos	237,3	1,3%	288,5	1,9%	209,4	2,1%
Subtotal	**14.238,9**	**80,8%**	**11.407,6**	**76,5%**	**7.061,9**	**72,1%**
Outros	**3.379,9**	**19,2%**	**3.505,0**	**23,5%**	**2.729,6**	**27,9%**
Total	**17.618,8**	**100,0%**	**14.912,6**	**100,0%**	**9.791,5**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Abril de 2020

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019



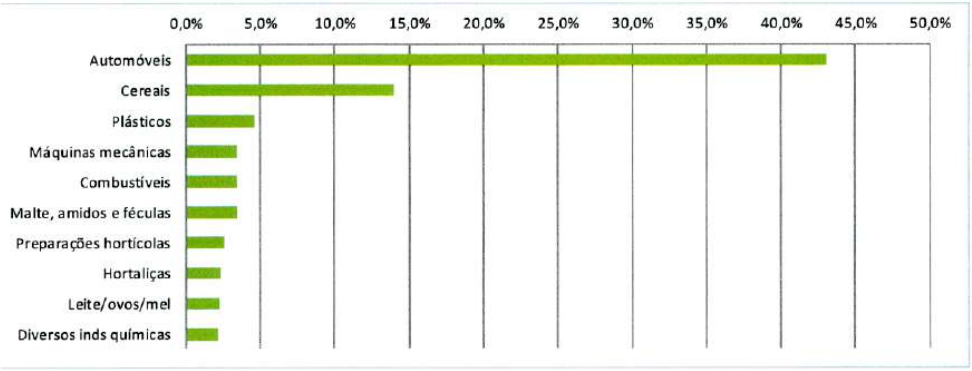
19

Composição das importações brasileiras originárias da Argentina
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Automóveis	3.729,94	39,5%	4.866,24	44,0%	4.547,88	43,1%
Cereais	1.247,42	13,2%	1.523,71	13,8%	1.474,73	14,0%
Plásticos	578,43	6,1%	660,46	6,0%	486,50	4,6%
Máquinas mecânicas	414,94	4,4%	373,93	3,4%	365,55	3,5%
Combustíveis	291,80	3,1%	403,21	3,6%	363,69	3,4%
Malte, amidos e féculas	307,51	3,3%	307,32	2,8%	362,37	3,4%
Preparações hortícolas	248,26	2,6%	234,00	2,1%	274,60	2,6%
Hortaliças	256,99	2,7%	186,06	1,7%	245,26	2,3%
Leite/ovos/mel	230,64	2,4%	258,85	2,3%	236,06	2,2%
Diversos inds químicas	209,83	2,2%	217,11	2,0%	224,26	2,1%
Subtotal	**7.515,77**	**79,7%**	**9.030,90**	**81,7%**	**8.580,91**	**81,3%**
Outros	**1.919,43**	**20,3%**	**2.020,16**	**18,3%**	**1.971,32**	**18,7%**
Total	**9.435,19**	**100,0%**	**11.051,06**	**100,0%**	**10.552,23**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Abril de 2020

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019

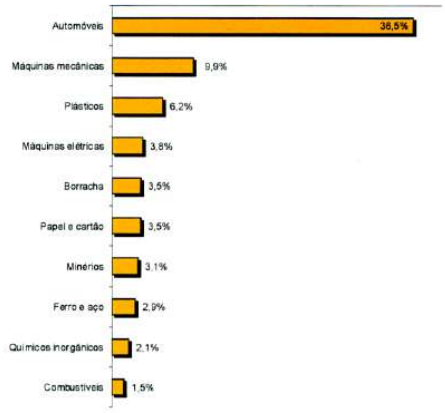


20

Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

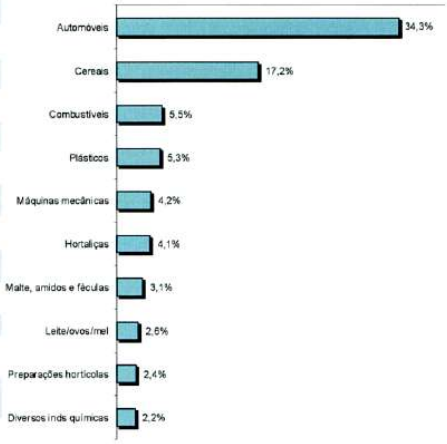
Grupos de produtos (SH2)	2019 (jan-mar)	Part. % no total	2020 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Automóveis	838,95	36,1%	791,04	36,5%
Máquinas mecânicas	193,70	8,3%	214,95	9,9%
Plásticos	124,02	5,3%	133,77	6,2%
Máquinas elétricas	100,16	4,3%	81,25	3,8%
Borracha	73,28	3,1%	76,17	3,5%
Papel e cartão	87,19	3,7%	75,81	3,5%
Minérios	87,51	3,8%	67,65	3,1%
Ferro e aço	98,58	4,2%	62,38	2,9%
Químicos inorgânicos	57,55	2,5%	45,44	2,1%
Combustíveis	28,47	1,2%	32,91	1,5%
Subtotal	**1.689,42**	**72,6%**	**1.581,37**	**73,0%**
Outros	**637,57**	**27,4%**	**585,24**	**27,0%**
Total	**2.327,0**	**100,0%**	**2.166,6**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020

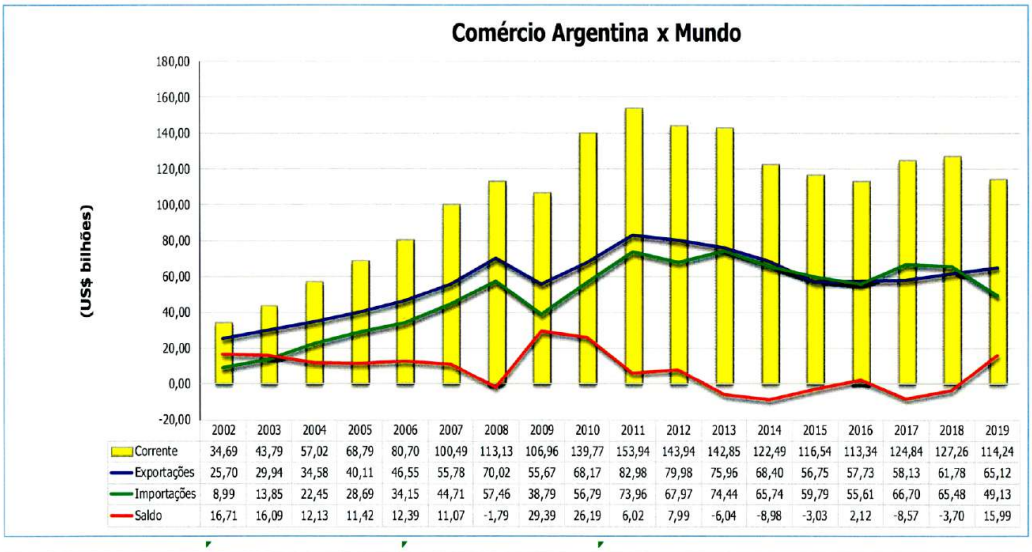


Grupos de produtos (SH2)	2019 (jan-mar)	Part. % no total	2020 (jan-mar)	Part. % no total
Importações				
Automóveis	1.008,77	37,7%	766,57	34,3%
Cereais	477,24	17,8%	384,55	17,2%
Combustíveis	123,55	4,6%	123,24	5,5%
Plásticos	158,34	5,9%	117,45	5,3%
Máquinas mecânicas	79,04	3,0%	92,81	4,2%
Hortaliças	84,56	3,2%	90,64	4,1%
Malte, amidos e féculas	94,55	3,5%	69,90	3,1%
Leite/ovos/mel	74,18	2,8%	58,33	2,6%
Preparações hortícolas	58,47	2,2%	52,55	2,4%
Diversos inds químicas	47,98	1,8%	49,70	2,2%
Subtotal	**2.206,68**	**82,5%**	**1.806**	**80,8%**
Outros produtos	**469,17**	**17,5%**	**430**	**19,2%**
Total	**2.675,85**	**100,0%**	**2.236,1**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020



Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Abril de 2020



	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Corrente	34,69	43,79	57,02	68,79	80,70	100,49	113,13	106,96	139,77	153,94	143,94	142,85	122,49	116,54	113,34	124,84	127,26	114,24
Exportações	25,70	29,94	34,58	40,11	46,55	55,78	70,02	55,67	68,17	82,98	79,98	75,96	68,40	56,75	57,73	58,13	61,78	65,12
Importações	8,99	13,85	22,45	28,69	34,15	44,71	57,46	38,79	56,79	73,96	67,97	74,44	65,74	59,79	55,61	66,70	65,48	49,13
Saldo	16,71	16,09	12,13	11,42	12,39	11,07	-1,79	29,39	26,19	6,02	7,99	-6,04	-8,98	-3,03	2,12	-8,57	-3,70	15,99

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020

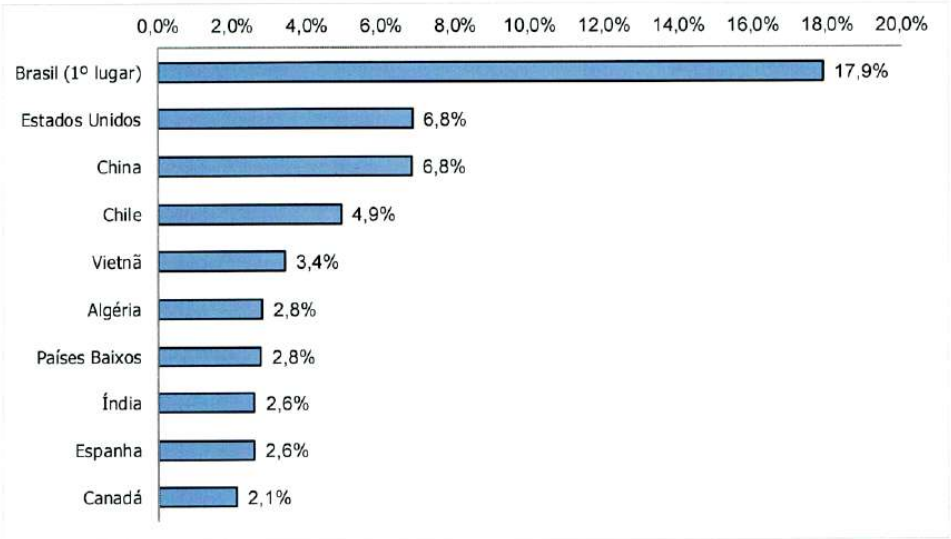
22

Principais destinos das exportações da Argentina
US$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Brasil (1º lugar)	***11,05***	***17,9%***
Estados Unidos	4,23	6,8%
China	4,21	6,8%
Chile	3,04	4,9%
Vietnã	2,10	3,4%
Algéria	1,72	2,8%
Países Baixos	1,70	2,8%
Índia	1,60	2,6%
Espanha	1,59	2,6%
Canadá	1,29	2,1%
Subtotal	**32,53**	**52,7%**
Outros países	**29,25**	**47,3%**
Total	**61,78**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UN Comtrade, em Abril de 2020

10 principais destinos das exportações



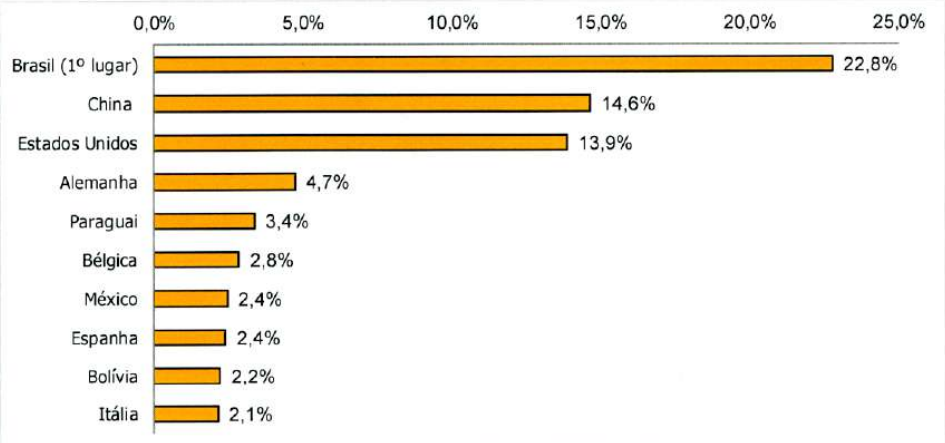
23

Principais origens das importações da Argentina
US$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Brasil (1º lugar)	***14,9***	***22,8%***
China	9,59	14,6%
Estados Unidos	9,09	13,9%
Alemanha	3,09	4,7%
Paraguai	2,20	3,4%
Bélgica	1,86	2,8%
México	1,60	2,4%
Espanha	1,57	2,4%
Bolívia	1,45	2,2%
Itália	1,40	2,1%
Subtotal	**46,76**	**71,4%**
Outros países	**18,72**	**28,6%**
Total	**65,48**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UN Comtrade, em Abril de 2020

10 principais origens das importações

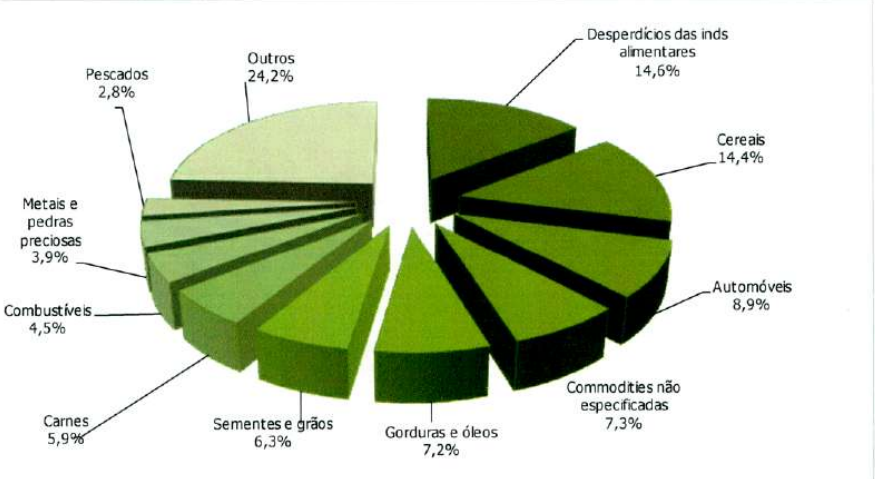


Composição das exportações da Argentina
US$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Desperdícios das inds alimentares	9,51	14,6%
Cereais	9,41	14,4%
Automóveis	5,81	8,9%
Commodities não especificadas	4,72	7,3%
Gorduras e óleos	4,68	7,2%
Sementes e grãos	4,10	6,3%
Carnes	3,82	5,9%
Combustíveis	2,96	4,5%
Metais e pedras preciosas	2,56	3,9%
Pescados	1,80	2,8%
Subtotal	**49,35**	**75,8%**
Outros	**15,77**	**24,2%**
Total	**65,12**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020

10 principais grupos de produtos exportados



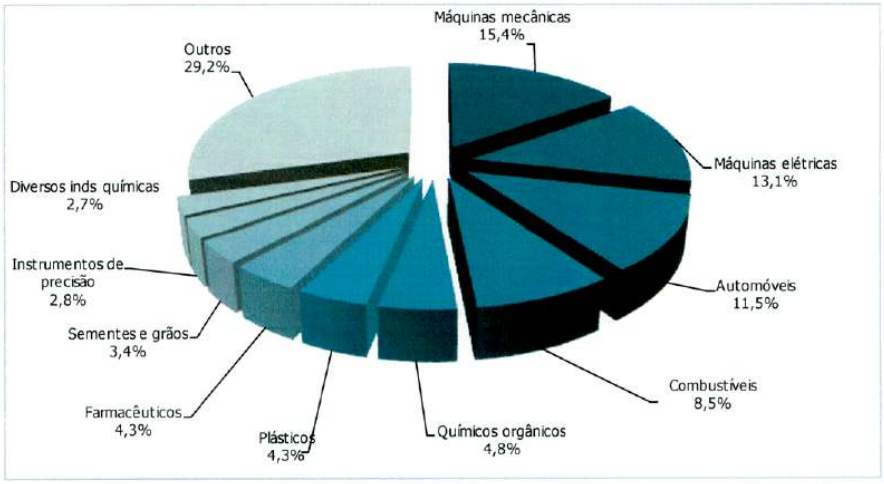
25

Composição das importações da Argentina
US$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Máquinas mecânicas	7,58	15,4%
Máquinas elétricas	6,43	13,1%
Automóveis	5,63	11,5%
Combustíveis	4,19	8,5%
Químicos orgânicos	2,37	4,8%
Plásticos	2,12	4,3%
Farmacêuticos	2,09	4,3%
Sementes e grãos	1,68	3,4%
Instrumentos de precisão	1,39	2,8%
Diversos inds químicas	1,33	2,7%
Subtotal	**34,80**	**70,8%**
Outros	**14,32**	**29,2%**
Total	**49,13**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020

10 principais grupos de produtos importados



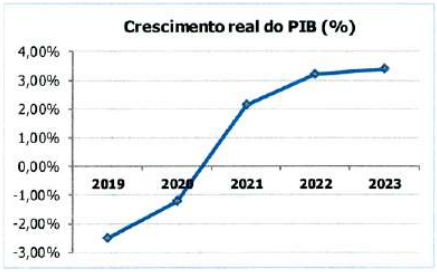
Principais indicadores socioeconômicos da Argentina

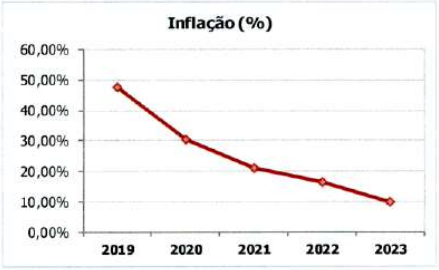
Indicador	2019	2020	2021	2022	2023
Crescimento real do PIB (%)	-2,52%	-1,20%	2,16%	3,22%	3,40%
PIB nominal (US$ bilhões)	518,09	477,74	515,35	560,87	604,54
PIB nominal "per capita" (US$)	11.627	10.604	11.314	12.178	12.983
PIB PPP (US$ bilhões)	18.255,34	17.838,80	18.025,49	18.401,82	18.819,75
PIB PPP "per capita" (US$)	20,537.060	20,425.288	21,070.018	21,957.074	22,920.412
População (milhões habitantes)	44,56	45,05	45,55	46,05	46,56
Desemprego (%)	9,20%	9,94%	9,89%	9,67%	9,41%
Inflação (%)(2)	47,64%	30,50%	21,20%	16,30%	10,10%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-5,35%	-1,98%	-2,49%	-2,52%	-2,48%
Dívida externa (US$ bilhões)	281,10	256,80	267,30	266,10	268,80
Câmbio (Ps / US$)(2)	59,79	74,97	84,37	89,60	95,39

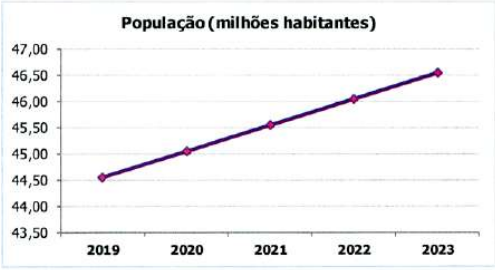
Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2020 e da Cie.gov/World Factbook.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.



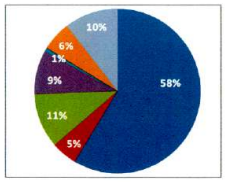




27

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
IDP - Participação no Capital (Invest. Imediato)	2.373,00	1.966,00	1.490,00	1.524,00	1.308,00	743,00	807,00	960,00	927,00
IDP - Participação no Capital (Controlador Final)	1.468,00	1.608,00	1.525,00	1.661,00	1.596,00	692,00	899,00	1.305,00	2.220,00
IDP - Operações Intercompanhia	73,00	65,00	64,00	89,00	180,00	146,00	165,00	41,00	19,00
Fluxo Líquido - Operações Intercompanhia	-94,00	-2,00	1,00	25,00	108,00	1,00	26,00	-88,00	85,00

Setor de atividade econômica *(Estoque 2017 - US$ milhões)*	Invest. Imediato	Control. Final
Indústrias de Transformação	483,00	765,00
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	69,00	65,00
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	105,00	141,00
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Aqüicultura	113,00	113,00
Informação e Comunicação	11,00	9,00
Transporte, Armazenagem e Correio	76,00	76,00
Outros	103,00	136,00



IDP - Quantidade de Investidores *(>= 10% capital acionário)*		
	2010	2015
Investidor Imediato	360	333 (15°)
Controlador Final	318	297 (17°)

Fontes:

Banco Central do Brasil - Censo de Capitais Estrangeiros no País (Anos-Base 2010 a 2018); Disponível em http://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/resultados_censos.asp?idpai=CAMBIO;

Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor; Disponível em http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/SeriehistBalanco.asp?idpai=serlespex;

Elaboração DPIND/MRE

28

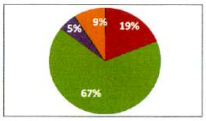
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
IBD - Participação no Capital (Invest. Imediato)	5.292,00	5.292,00	5.706,00	4.740,00	4.796,00	4.094,00	4.053,00	4.632,00
IBD - Operações Intercompanhia	176,00	194,00	1.387,00	1.498,00	1.511,00	1.960,00	1.437,00	1.586,00
Fluxo - Participação no Capital (Invest. Imediato)	530,00	1.159,00	618,00	443,00	162,00	109,00	152,00	350,00

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Renda Fixa de Curto Prazo	-	7,00	13,00	15,00	33,00	21,00	48,00	-
Renda Fixa de Longo Prazo	2,00	1,00	2,00	10,00	4,00	23,00	4,00	8,00
Ações	162,00	124,00	180,00	384,00	433,00	419,00	448,00	386,00

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Moedas/Depósitos	31,00	35,00	43,00	61,00	46,00	45,00	34,00	82,00
Imóveis	144,00	150,00	195,00	166,00	167,00	136,00	136,00	135,00

CBETab2017p Quadro 16

IBD - Setor de atividade econômica *(2017 - US$ milhões)*	
Indústrias Extrativas	6,00
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	870,00
Indústrias de Transformação	3.081,00
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	239,00
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	12,00
Outros	424,00



IBD - Quantidade de Investidores *(>= 10% capital acionário)*	
2010	2015
272	782 (10°)

Fontes:

Banco Central do Brasil - CBE - Capitais Brasileiros no Exterior (Anos-Base 2007 a 2018); Disponível em http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/ResultadoCBE2016.asp?idpai=CBE;

Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor; Disponível em http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/SeriehistBalanco.asp?idpai=seriespex;

Elaboração DIPIND/MRE

29

DADOS BÁSICOS/DADOS COMERCIAIS	
NOME OFICIAL	República Argentina
CAPITAL	Buenos Aires
ÁREA	2.795.677 km² Corresponde a cerca de um terço do território brasileiro. Segundo maior país da América Latina.
POPULAÇÃO (2018, est. FMI)	44,5 milhões de habitantes Terceira maior população da América do Sul, depois de Brasil e Colômbia.
IDIOMA	Espanhol
SISTEMA POLÍTICO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral (Câmara de Deputados e Senado da Nação)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Alberto Fernández (em 10 de dezembro de 2019)
CHANCELER	Felipe Solá (em 10 de dezembro de 2019)
PIB nominal (FMI)	US$ 475,43 bilhões (Brasil: US$ 1,90 trilhão)
PIB PPP (FMI)	US$ 918,57 bilhões (Brasil: US$ 3,37 trilhões)
PIB nominal per capita (FMI)	US$ 10.667 (Brasil: US$ 9.127)
PIB PPP per capita (FMI)	US$ 20.610 (Brasil: US$ 16.111)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-2,2% (2019); -2,5% (2018); 2,9% (2017); -1,8% (2016); 2,7% (2015); -2,5% (2014); 2,4% (2013); -1% (2012); 6% (2011)
UNIDADE MONETÁRIA	Peso
IDH (PNUD)	0,825 (47º no ranking); Brasil: 0,759 (79º)
EXPECTATIVA DE VIDA (OMS)	76,3 anos (Brasil: 75 anos)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (UNESCO)	98,09% (Brasil: 93,59%)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (INDEC)	8,9% (quarto trimestre de 2019)
UNIDADE MONETÁRIA	Peso
EMBAIXADOR DO BRASIL EM BUENOS AIRES	Sérgio França Danese (desde setembro de 2016)
ENCARREGADO DE NEGÓCIOS DA ARGENTINA EM BRASÍLIA	Pablo Antonio de Angelis (desde março de 2020)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA (MRE)	47.045 pessoas
NOME OFICIAL	República Argentina

Intercâmbio Comercial (US$ milhões, FOB) – Fonte: MDIC

Brasil - Argentina	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan-mar)
Intercâmbio	32.949	39.615	34.441	36.078	28.425	23.085	22.502	27.054 (+20,2%)	26.002 (-3,9%)	20.276 (-21,9%)	4.402,7 (-12%)
Exportações	18.523	22.709	17.997	19.615	14.281	12.800	13.418	17.619 (+31,3%)	14.952 (-15,14%)	9.723 (-34,8%)	2.166,6 (-6,9%)
Importações	14.426	16.906	16.444	16.463	14.143	10.285	9.084	9.435 (+3,8%)	11.051 (+17,2%)	10.552 (-4,5%)	2.236,1 (-16,4%)
Saldo	4.097	5.803	1.553	3.152	138	2.515	4.334	8.184 (+88,8%)	3.901 (-52,3%)	-828 (-121,4%)	-69,5 (-80,1%)

EMBAIXADA DO BRASIL EM BUENOS AIRES

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR SÉRGIO FRANÇA DANESE

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão:

Seção 1 – Quadro Geral e Ações Realizadas

Introdução

Este relatório cobre o período de 25/09/2016 até o fim de maio de 2020, correspondente a 4/5 do governo Macri, iniciado em 10/12/2015, e aos primeiros cinco meses do governo Alberto Fernández, iniciado em 10/12/2019. A Argentina, que em 2015 havia, por escassa margem, rejeitado o continuísmo do regime kirchnerista-peronista, passou nesse período por um processo de reinserção internacional e de reformas internas. Esse processo, por um lado, gerou grande expectativa na sociedade argentina e nos principais parceiros do país, entre os quais especialmente o Brasil; por outro, não deixou de frustrá-los pelas dificuldades crescentes que o país passou a enfrentar a partir do final de 2017 e que resultaram na derrota eleitoral nas eleições de outubro de 2019.

2. Macri assumiu com uma agenda de abertura do país ao mundo e de rápida mudança de algumas das políticas mais características da etapa final do kirchnerismo do segundo governo de Cristina Kirchner - controle cambial ("cepo"), persistência do problema da dívida externa não resolvida ("hold outs"), recessão, inflação, desmontagem do sistema de estatísticas do país, uma generosa política de subsídios à energia, impostos às exportações e controle do comércio exterior. Macri governou todo o tempo sem maioria no Congresso e no colégio de governadores, o que não o impediu de adotar legislação importante que implementou parte do seu programa liberal de governo. Entretanto, embora tenha tomado medidas céleres para corrigir as políticas mais marcantes do kirchnerismo econômico - entre elas a rápida anuência para que se relançassem as negociações Mercosul-União Europeia, o fim do "cepo" cambial e a resolução das pendências da dívida externa -, o governo Macri acabou por adotar políticas denominadas "gradualistas", com a ideia de que se avançaria prudentemente em algumas reformas e na correção da política de subsídios kirchnerista enquanto o choque de credibilidade representado pelo novo governo e sua política de abertura econômica ajudariam o país a alavancar a retomada do crescimento via investimentos estrangeiros e grande aposta na obra pública como motor da geração de empregos, de atividade econômica e de redução do custo Argentina.

3. Aproveitando-se da liquidez internacional e da confiança gerada pela mudança política, o gradualismo macrista levou o país a endividar-se de maneira acelerada, principalmente para pagar gastos correntes do governo, gerando, em 2017, uma sensação de êxito que levaria a uma

importante vitória eleitoral nas eleições intermediárias de outubro daquele ano. A incidência de fatores exógenos, entretanto, como a elevação da taxa de juros dos EUA e uma forte seca que afetou gravemente a produção agrícola e em consequência a balança comercial, somou-se a problemas políticos advindos da má gestão da agenda de reformas depois das eleições de 2017 para provocar uma crise cambial que se transformou rapidamente em grave crise econômica. Esta se foi acentuando, revertendo inteiramente as expectativas positivas em torno do governo Macri, até a derrota nas primárias de agosto de 2019 ("PASO" - eleições primárias, abertas, simultâneas e obrigatórias), quando ficou patente que uma vitória do governo nas eleições de outubro de 2019 seria essencialmente impossível.

4. Dessa forma, embora tenha conseguido o feito histórico de ser o primeiro governo não-peronista a terminar pacificamente seu mandato desde 1928, o governo Macri cedeu lugar ao governo Alberto Fernández, baseado em uma "coalizão peronista" a rigor sem precedentes na história argentina. Embora com uma agenda substancialmente diferente em todas as frentes, e muito particularmente nas do comércio exterior e inserção internacional da Argentina, o governo peronista-kirchnerista assumiu em meio a medidas de fechamento da economia adotadas já ao final do governo Macri para tentar impedir o agravamento da crise, entre elas o controle cambial, o controle do comércio exterior e a reimposição de impostos à exportação.

5. Esses desenvolvimentos na política interna e na economia argentina, em um lapso de tempo relativamente curto, marcaram profundamente as relações com o Brasil e a participação da Argentina no Mercosul e continuam a afetar esses âmbitos da política externa argentina. No período Macri, as relações deram um salto de qualidade inusitado, com uma grande convergência simbolizada e em grande parte concretizada pela retomada e conclusão das negociações do acordo Mercosul-União Europeia, que a Argentina vinha bloqueando antes de dezembro de 2015. Em outros campos da relação também houve uma reativação importante, com a retomada de diversos mecanismos de coordenação bilateral que estavam parados havia anos, o principal deles a Comissão Bilateral de Produção e Comércio, importante foro bilateral que se reuniu, em nível ministerial, por sete vezes durante o período.

6. Graças a essa nova convergência entre os dois governos, foi também possível estabelecer ampla coordenação entre os dois países em matéria de Mercosul interno e negociações externas, com avanços como a rápida assinatura dos protocolos sobre investimentos, sobre compras governamentais e sobre facilitação do comércio, compromissos que não se haviam firmado ou cujas negociações se arrastavam pelos 25 anos de existência da União Aduaneira. Outras negociações externas foram iniciadas e, no plano bilateral, foi possível avançar em diversas áreas em que a ideia de parceria estratégica há muito estava comprometida.

7. A diplomacia presidencial estritamente bilateral, paralisada desde abril de 2013, foi retomada em outubro de 2016, recuperou força e foi simbólica e concretamente decisiva para promover avanços importantes na relação bilateral e no desenvolvimento interno e externo do Mercosul. Nada menos que 4 visitas bilaterais e 6 à margem de encontros do Mercosul, G-20 e OMC no Brasil ou na Argentina ocorreram no período. Graças a essa retomada, foi possível dar ênfase sobretudo aos avanços no Mercosul interno e externo, que se beneficiaram de diretrizes e atuação vindos diretamente do mais alto nível nos dois países.

8. O comércio bilateral - de elevado valor agregado para ambos os países (95% da pauta brasileira e 70% da pauta argentina são produtos industrializados) - e os investimentos começaram a retomar dinamismo em 2017 e 2018, mas acabaram sendo novamente prejudicados pela imersão da Argentina na sua atual crise econômica. Esse desenvolvimento coloca em risco grave, em 2020, a posição do Brasil, mantida há décadas, de principal parceiro econômico-comercial da Argentina. De fato, embora no período o Brasil tenha acumulado saldos comerciais com a Argentina de cerca de 18 bilhões de dólares, o comércio bilateral, superavitário para o Brasil e cuja corrente chegou a alcançar 27 bilhões de dólares no início do período, caiu a 18 bilhões em 2019, desaparecendo o superávit brasileiro, que passou a uma tendência de déficit, e mostra uma continuada diminuição do volume total em 2020. Os investimentos brasileiros vêm sofrendo igualmente uma redução, cuja amplitude ainda não está completamente definida.

9. Com as eleições e a posse do novo governo argentino em 2019, veio somar-se aos problemas gerados pela crise econômica uma forte diferença de visão de mundo e da política econômica e comercial entre os dois governos, colocando-se as relações em um patamar mais modesto, à espera principalmente de uma almejada retomada do crescimento nos dois países. Uma crescente dissintonia em matéria de política comercial e de diplomacia regional vem marcando as relações. A um período de sintonia e convergência sucede-se agora o início do que se anuncia como um período de dissintonia e relativo distanciamento, que será preciso enfrentar levando em conta os interesses permanentes da relação bilateral, mas também as opções de política econômica que os países façam no curso do seu desenvolvimento histórico.

10. Ainda assim, estes anos à frente da embaixada do Brasil em Buenos Aires comprovaram-me a centralidade da missão diplomática brasileira na Argentina e a inigualada importância recíproca dos dois países - pelo reforço que um tem representado para o outro no âmbito do Mercosul e em suas respectivas inserções internacionais, pela intensidade do comércio bilateral, o volume dos investimentos recíprocos, a interdependência criada entre setores importantes da produção dos dois países, o fato de serem reciprocamente os maiores mercados emissores de turismo e a intensidade da sua conectividade, entre muitos outros fatores de aproximação e convergência.

11. Essa centralidade e essa importância recíproca são postos à prova frequentemente, tornando o trabalho da embaixada brasileira em Buenos Aires um dos mais interessantes e motivadores de toda a nossa ampla rede de relações bilaterais. Para isso, o Brasil beneficia-se aqui de instalações diplomáticas únicas, o Palácio Pereda e a chancelaria da Calle Cerrito, que simbolizam e ao mesmo tempo concretizam de forma apropriada a presença brasileira na Argentina, a importância da relação bilateral e o cuidado e zelo que o Estado brasileiro tem dispensado, ao longo de décadas, a essa relação, mais além das vicissitudes e tensões a que ela possa ser submetida pela vida interna dos dois países ou pelo que acontece na região e no mundo.

Política Interna

12. O período de minha missão em Buenos Aires pode ser caracterizado por fases bem distintas na política doméstica argentina. Os anos de 2016 e 2017 foram marcados pelo fortalecimento da Coalizão Cambiemos, alicerce do governo Macri, até sua vitória nas eleições legislativas de

outubro de 2017 - resultado que, apesar de não reverter o quadro minoritário do governo no Congresso (com 41% dos votos em âmbito nacional), parecia então prognosticar um longo período de Cambiemos no poder. A Casa Rosada lograva então manter a governabilidade graças ao respaldo de bancadas não-kirchneristas do peronismo, curso de ação viável até 2018.

13. Com a deterioração da situação macroeconômica agravada por sucessivas desvalorizações cambiais a partir de abril de 2018, as ramificações do peronismo identificaram oportunidade de vitória nas eleições de 2019. Essa perspectiva constituiu elemento essencial de superação das divergências entre kirchneristas e anti-kirchneristas e possibilitou, afinal, a formação da "Frente de Todos" (FdT), que elegeu Alberto Fernández e constitui a rigor uma original "coalizão peronista".

14. Ao longo de todo o governo Macri, a Embaixada manteve trabalho constante de aproximação e interlocução com as principais autoridades do governo argentino, em diversos níveis, o que em muito facilitou o tratamento da pauta bilateral e no âmbito do Mercosul interno e externo. Foi feito o acompanhamento detalhado da complexa política local em matérias importantes, entre as quais a adoção de legislação sobre as parcerias público-privadas (2016), sobre a responsabilidade fiscal e a reforma previdenciária (2017) e de responsabilidade penal empresarial (2018). Saliento, igualmente, o acompanhamento de temas de relevo como os escândalos de corrupção revelados pelos "cuadernos de las coimas", o debate sobre a legalização do aborto em 2018, as campanhas eleitorais em 2017 e 2019 e, mais recentemente, já sob o governo Fernández, as medidas de resposta à pandemia do novo coronavírus.

Relações Parlamentares e federativas

15. A interlocução com o congresso argentino, em particular a Comissão de Relações Exteriores e representantes do Grupo Parlamentar de Amizade com o Brasil, demonstrou ser importante para o acompanhamento da política doméstica Argentina. O trabalho desta Embaixada permitiu, em mais de uma oportunidade, esclarecer a parlamentares argentinos alguns dos desdobramentos políticos brasileiros, a exemplo do processo de impeachment presidencial em 2016, de forma a evitar reações e iniciativas inapropriadas do Congresso local (como moções de repúdio), em particular os da então oposição peronista.

16. Saliento, ademais, o constante trabalho de apoio a missões de parlamentares brasileiros à Argentina, seja em caráter bilateral ou como integrantes do Parlasul. Ressaltaria, entre as mais recentes, a visita do senador Nelsinho Trad e dos deputados Celso Russomanno e Arlindo Chinaglia para reunião do Parlasul, em fevereiro último; as visitas do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, em julho de 2017 e em dezembro de 2019; bem como visitas dos titulares da Comissão de Relações Exteriores da Câmara: Deputada Bruna Furlan, em julho de 2017, e Deputado Eduardo Bolsonaro, em junho de 2019.

17. Durante todo o período a embaixada esforçou-se por incentivar a criação de um grupo de amizade parlamentar bicameral na argentina, nos moldes do existente e operante no Brasil, sem contudo obter êxito mais que inicial.

18. No plano da diplomacia federativa, a embaixada deu apoio à visita de vários governadores e prefeitos brasileiros e acompanhou reuniões entre entes subnacionais brasileiros e argentinos. Visitei algumas províncias argentinas com maior vínculo com o Brasil, como Córdoba, Mendoza, Salta, Rio Negro e Tierra del Fuego, mas a rigor a intensidade da agenda em Buenos Aires acaba por diminuir de forma notável a disponibilidade do embaixador para realizar tais visitas. Recebi na residência alguns governadores em visita a Buenos Aires.

Política Externa

19. No campo da política exterior, é incontornável a clivagem estabelecida a partir da mudança do Presidente após as eleições de 2019, as quais condicionam a realização da análise em dois segmentos distintos.

20. As prioridades acima identificadas da gestão de Maurício Macri na área de política externa sofreram ajustes devido às turbulências causadas pela crise econômica deflagrada pela súbita desvalorização do peso, a partir de abril de 2018. Inicialmente dedicada à "inserção inteligente da Argentina no mundo" - por meio da afinal não alcançada adesão à OCDE, da finalização do acordo Mercosul-UE e do fortalecimento e flexibilização do Mercosul - a política externa de Macri viu-se forçada a canalizar seus esforços para a aprovação dos dois pacotes de resgate obtidos junto ao FMI.

21. Um dos marcos do mandato de Macri foi a organização de grandes eventos internacionais, como a Conferência Ministerial da OMC, em dezembro de 2017, e a Cúpula do G-20, em dezembro de 2018. No âmbito regional, ademais do fortalecimento do Mercosul, o principal objetivo da política externa de Macri para o subcontinente consistiu no isolamento do governo ilegítimo de Nicolás Maduro.

22. O início da gestão de Fernández, por sua vez, foi marcado por um ensaio de recriação de um “eixo progressista" na América Latina, tendo o México e o "Grupo de Puebla" como pilares. Com esse objetivo, e ainda como presidente eleito, Fernández encontrou-se com López Obrador, na Cidade do México, e inaugurou encontro do "Grupo de Puebla" em Buenos Aires. Mais recentemente, no contexto da crise gerada pela pandemia de coronavírus, Fernández voltou a participar, de forma virtual, de encontros do grupo, consolidando-se como sua figura de maior relevância em termos contextuais (é o único mandatário em exercício no grupo).

23. Na vertente pragmática, um dos objetivos iniciais de Fernández foi enviar sinais de distensão a países que mantiveram relações conflituosas com o kirchnerismo. Com Israel, por exemplo, o mandatário arrefeceu tensões ao escolher Jerusalém como destino de sua primeira visita bilateral. Em outra frente, costurou uma turnê europeia que lhe permitiu obter o endosso retórico de líderes de Itália, Alemanha, Espanha e França, além do papa Francisco, ao complexo processo de renegociação da dívida argentina contraída junto ao FMI.

24. No relacionamento com os EUA, gestos como a decisão de manter a Argentina no Grupo de Lima foram recebidos positivamente por Washington. Atos subsequentes, entretanto, como a presença de ministro do governo ilegítimo de Nicolás Maduro na cerimônia de posse de Fernández,

o descredenciamento da embaixadora do governo interino de Juan Guaidó em Buenos Aires e a concessão de asilo ao ex-presidente Evo Morales afetaram as relações bilaterais, ora em compasso de espera.

25. A sensível mudança da agenda externa da Argentina sob Alberto Fernández provocou, com o governo brasileiro, dissintonias cujo alcance ainda não está definido em razão das incertezas e mudanças de foco e prioridades trazidos pela crise do COVID-19.

Economia e Finanças

26. O período entre 2016 e 2019 foi marcado por forte endividamento do Estado, fuga de capitais e aprofundamento da crise econômica, pela qual os analistas responsabilizam a gestão do presidente Mauricio Macri, mas também Alberto Fernández, seja pelas expectativas negativas em relação ao peronismo no período entre as eleições e a posse, seja por suas ações na administração. A economia argentina continua a ser uma das mais fechadas do mundo e segue na prática um regime bimonetário, dada a presença superdimensionada do dólar - que determina preços e investimentos - e a falta de confiança na moeda local.

27. Ainda assim, o governo Macri diminuiu o gasto público e fez cair o déficit fiscal (de 7% para 1% do PIB), com diminuição da pressão tributária e aumento da oferta dos postos de trabalho. A taxa de câmbio oficial se tornou mais competitiva e as reservas líquidas do Banco Central foram ampliadas (de US$ 300 milhões em 2015 para US$ 11 bilhões). Também se saneou o Indec, instituto responsável pelas estatísticas econômicas argentinas.

28. Ao longo de 2019, porém, a Argentina mergulhou em uma das crises econômicas mais profundas de sua história. Os índices de pobreza chegaram a quase 40% e a inflação duplicou (58%, a mais alta desde 1991). O desemprego subiu e o PIB per capita caiu, assim como a atividade econômica (no caso da indústria, mais de 15%). A "chuva de investimentos" prometida por Macri nunca se concretizou e a economia argentina encolheu em 3 dos 4 anos de seu governo, retrocedendo a seu final a níveis de 2010. O país soma dois anos seguidos em recessão, os salários perdem cada vez mais poder de compra e a dívida pública subiu de 50% do PIB, em 2015, para mais de 90%, grande parte dela em dólares - incluindo o maior empréstimo da história do FMI, ao qual a Argentina ainda deve US$ 44 bilhões.

29. Em resposta a esse cenário, definido como de "terra arrasada" por Alberto Fernández, a nova gestão peronista diz querer estabelecer um "pacto social" e sinaliza retorno ao modelo econômico voltado para o mercado interno, com medidas para estimular o consumo. São muitos os desafios, com realce para a negociação da dívida externa - para alguns, já à beira de novo calote - cuja indefinição impossibilita apresentar proposta de orçamento para 2020. Também são dignos de nota o perigo de hiperinflação (com a crescente emissão monetária para financiar o Tesouro), a disparidade entre taxas de câmbio oficial e paralelas (que supera os 70%) e o risco-país ao redor dos 4.000 pontos. A eles se soma a virtual paralisia da atividade econômica, fruto da quarentena decretada pelo governo em meados de março em função da pandemia do Covid-19. Essas políticas e essa situação obviamente tiveram incidência sobre as relações com o Brasil, tanto no plano das

negociações comerciais no âmbito do Mercosul, como nas relações econômico-comerciais bilaterais, propriamente ditas, em um grau ainda difícil de precisar nesta etapa.

Política Comercial Interna e Externa

30. Ainda que com imperfeições, a política comercial do governo Macri, em contraste com o governo de Cristina Fernández de Kirchner, pautou-se, em linhas gerais, por medidas voltadas à abertura do mercado. Dentre os elementos de liberalização, nota-se a redução dos bens sujeitos a impostos de exportação ("retenciones"), medida revertida pela crise em setembro de 2018, quando a cobrança foi ampliada às exportações de todos os bens (agrícolas e industriais) e serviços. Saliento ainda a substituição das Declarações Juramentadas Antecipadas de Importação (DJAIs) pelo Sistema Integral de Monitoramento de Importações (SIMI) em dezembro de 2015, dando maior previsibilidade ao comércio bilateral. O atual governo acrescentou cerca de 300 novas posições tarifárias ao regime de licenciamento não automático (anteriormente eram aproximadamente 1.200), de modo que os itens sujeitos às LNAs aumentaram de 12% para 15% do total de NCMs. Estima-se que as exportações brasileiras abrangidas por LNAs tenham passado de 20% para 50%.

31. Com relação à política comercial externa, as prioridades elencadas pelo presidente Alberto

Fernández desde sua posse (renegociação da dívida externa, reativação da atividade econômica por meio da recuperação do poder de compra e do consumo interno, redução dos níveis de ociosidade da indústria local) sinalizam haver espaço muito limitado na agenda para a liberalização comercial. As indicações preliminares tomaram concretude em 24 de abril, quando o governo anunciou aos sócios do Mercosul, de forma evidentemente precipitada, o afastamento do país das negociações em curso e futuras do bloco, e, no dia 30 de abril, propôs negociações a "duas velocidades", possivelmente como forma de continuar participando da mesa de negociações para influenciar no avanço das tratativas em curso. Embora reafirmasse seu compromisso com aquelas já concluídas (União Europeia e EFTA), não se pode descartar que novas restrições venham a ser apresentadas neste campo.

Comércio Bilateral

32. Em 2019, a corrente de comércio totalizou US$ 20,34 bilhões (-21,6% em comparação ao ano anterior), regredindo ao patamar de 2006. Cumpre assinalar, porém, a forte composição industrial da pauta de exportações (93,8%) e de importações (79,5%). O Brasil exportou US$ 9,79 bilhões (-34,3%) e importou US$ 10,55 bilhões (-4,5%), resultando em déficit comercial de US$ 760 milhões. No ano passado, a Argentina foi o quarto principal destino de nossas exportações (4,34% de participação) e a terceira principal origem de nossas importações (5,95%). Após ter o Brasil acumulado superávit de US$ 16,4 bilhões no período 2016-2018, em 2019 observou-se déficit pela primeira vez desde 2003. A recessão econômica argentina iniciada em 2018 afetou o consumo interno e o comércio exterior, reduzindo os fluxos comerciais com o Brasil, particularmente as importações.

33. Dentre os pontos de relevo na relação comercial bilateral estão: a conclusão, em setembro último, das negociações do novo acordo automotivo entre Brasil e Argentina, setor que responde por cerca de 50% do fluxo de comércio bilateral, com transição do comércio administrado para o livre comércio a partir de 2029; a assinatura, também em setembro, de memorando de entendimento para cooperação entre Brasil e Argentina na área de defesa do consumidor, iniciativa bilateral estendida aos demais países do Mercosul; a retomada, em abril de 2016, das reuniões bilaterais da Comissão Bilateral de Produção e Comércio (CBPC) - a qual, cumpre ressaltar, ainda não se reuniu desde a posse do atual governo argentino. Por outro lado, na área de defesa comercial, o Brasil continuou a ser alvo de vários processos de investigação por supostas práticas de dumping - nesse contexto, o posto forneceu apoio aos empresários brasileiros e muitas das decisões resultaram completa ou parcialmente favoráveis ao Brasil (tecido de algodão de denim, placas de fibras de madeira; talheres com cabo de madeira ou plástico, etc.).

34. No comércio agrícola bilateral, o Brasil exportou US$ 1,17 bilhão e importou US$ 3,43 bilhões, totalizando um déficit comercial de US$ 2,26 bilhões em 2019. Nesse ano, a Argentina proveu aproximadamente 84% do trigo e da farinha de trigo importados pelo Brasil, equivalente a US$ 1,23 bilhão (5,39 milhões de toneladas) e US$ 104 milhões (315 mil toneladas), respectivamente. Esse comércio é frequentemente objeto de atrito, tendo em vista pressões no Brasil para a redução da tarifa de importação sobre o trigo proveniente de outros países. Com relação a acesso a mercados, destacam-se a abertura do mercado brasileiro à venda de mel e produtos apícolas produzidos na Argentina, em janeiro de 2018, e a reabertura do mercado argentino à carne bovina fresca desossada proveniente do Brasil, em setembro de 2017.

35. O intercâmbio de apoio em eleições para organizações internacionais do setor permitiu, em 2017, as vitórias do argentino Manuel Otero para o cargo de diretor-geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e do brasileiro Guilherme Costa para a presidência do Codex Alimentarius.

36. Recentemente, em reunião entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Agroalimentar (Senasa) (Brasília, 10-11/02/2020) foi repassada a agenda bilateral do setor, acordando-se ampla gama de compromissos, cujo cronograma tem sido cumprido, permitindo avanços no encaminhamento das pendências.

37. O Acordo sobre Facilitação de Comércio do Mercosul, assinado em 5 de dezembro de 2019, estabelece a eliminação por parte da Argentina da cobrança da taxa estatística aos produtos oriundos dos países membros do Mercosul, isentando assim os sócios da cobrança de 2,5% de imposto sobre os bens importados pela Argentina.

Energia

38. O setor de petróleo e gás constitui a área de maior interesse ofensivo da Argentina, com foco na formação geológica conhecida como Vaca Muerta - segunda maior reserva mundial de recursos não-convencionais, a qual o país pretende transformar em plataforma de exportação, mas que hoje se vê profundamente afetada pela crise do petróleo e pelos efeitos da pandemia do Covid-19. Com

custos de produção inferiores aos do pré-sal, a Argentina vê o Brasil como potencial consumidor, mas precisa superar gargalos logísticos que hoje limitam sua capacidade de armazenamento e transporte e reconstruir a confiabilidade internacional no seu perfil exportador.

39. Entre as muitas iniciativas exitosas nessa área cabe mencionar o seminário de energia organizado pela embaixada em 2019, que reuniu autoridades governamentais, especialistas e o setor privado de ambos os países para discutir os rumos da integração energética bilateral. Cabe referência, também, ao projeto das hidrelétricas de Garabi-Panambi: recentemente o Ministério de Minas e Energia acolheu proposta argentina de reativação da Comissão Técnica-Mista para o projeto.

Infraestrutura e Serviços

40. O Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares (ASA) regula os serviços aéreos entre os dois países. Assinado em 1948, passou por diversas atualizações de seus instrumentos anexos, tendo a revisão mais recente acontecido na Cúpula do Mercosul de Bento Gonçalves, em dezembro de 2019. É necessária ampla revisão do acordo. Com o intuito de promover a conectividade e estimular a concorrência no setor, a ANAC vislumbra, no longo prazo, a assinatura de um acordo na modalidade "céus abertos", o que representaria intensa integração. Na atual conjuntura, contudo, embora seja exercício menos ambicioso, eventual revisão do ASA também deverá encontrar dificuldades.

41. Tratativas da embaixada junto ao governo argentino resultaram na aprovação, ao longo do período, de licenças para comercialização de sinal de sete satélites de telecomunicação de empresas brasileiras, que contribuirão para fortalecer a presença do modelo digital brasileiro na região.

Promoção comercial

42. O Setor de Promoção Comercial e Investimentos intensificou atividades de apoio a empresas brasileiras (atendimento a consultas, manutenção do cadastro de empresas importadoras argentinas e preparo de informações sobre produtos e estudos de mercado), principalmente após o ingresso da Apex-Brasil na estrutura do Itamaraty, o que permitiu maior interlocução com seus projetos setoriais e com as empresas do Peiex (Programa de Qualificação para a Exportação). A embaixada beneficiou-se muito da maior participação da Apex em algumas atividades de promoção comercial na Argentina, ao longo do período. Foi colocada ênfase especial nas atividades de promoção comercial e de investimentos no interior da Argentina, fora do núcleo em torno da cidade de Buenos Aires e seu entorno, área muitas vezes ignorada pelos esforços brasileiros.

43. Entre os diversos eventos organizados pela embaixada, cabe menção à participação brasileira na feira Automechanika Buenos Aires, de 2018, do setor de autopeças, que contou com recursos da Apex-Brasil e do Itamaraty para formar o maior pavilhão da feira e para concretizar a maior ação do Sindipeças no exterior, com a participação de 49 empresas. Ressalto também a

participação nas feiras CaperShow (equipamentos audiovisuais), Argentplast (artigos plásticos e máquinas para embalagem) e Biel (artigos de iluminação e equipamentos eletroeletrônicos).

44. Na estrutura da embaixada, as reformas do auditório e seu foyer e da sobreloja, agora denominada sala Embaixador Sebastião do Rego Barros e configurada como um espaço multiuso, dotaram o SECOM de ferramenta eficaz para organização de multiplicidade de eventos, em diferentes formatos, sem ônus para os organizadores. Rodadas de negócios promovidas pela Abimaq, no setor de petróleo e gás, e pela Animaseg, de equipamentos de segurança, tiveram grande êxito.

45. O posto manteve contato regular com os principais investidores argentinos no Brasil. Cerca de 70 empresas argentinas, entre elas Mercado Livre, Aeroportos Argentinos, Grupo Techint, IRSA, Roemmers e Arcor, têm estoque de investimentos de cerca de US$ 16 bilhões no Brasil. Cabe recordar a exitosa reunião com investidores realizada durante a visita do presidente Jair Bolsonaro a Buenos Aires em junho de 2019, que reuniu, além de grandes investidores, os presidentes das principais câmaras empresariais.

46. Da mesma forma, a embaixada presta apoio às empresas brasileiras instaladas na Argentina - aproximadamente 150 companhias brasileiras, com estoque de investimentos de cerca de US$ 15 bilhões.

Turismo

47. O turismo é dos setores mais dinâmicos do relacionamento bilateral. Argentinos são, de longe, o maior contingente de turistas estrangeiros no Brasil. Em 2019, dos mais de seis milhões de turistas estrangeiros, dois milhões eram argentinos - 30,8% do total. Esse volume já foi uma redução em relação aos números tradicionais, que indicam serem os argentinos responsáveis por entre 35% e 40% do turismo externo recebido no Brasil. Com o objetivo de aumentar esse volume e reverter tendência de queda verificada nos últimos anos, o Setor de Turismo realizou e participou de cerca de 100 ações de promoção, na capita e no interior do país.

48. Em 2020, dando seguimento a esforço de reestruturação e modernização do Comitê Visite Brasil (CVB), foram criados perfis nas principais redes sociais (Facebook, Instagram, Youtube e Twitter), além da página www.descubribrasil.com.ar. A primeira fase da campanha 2020 foi iniciada em março, no Facebook e no Instagram, com foco na “hashtag" #BrasilTeVaAEsperar e alcançou resultados expressivos, com mais de 2,3 milhões de impressões e com alcance total de 1.302.208 pessoas nas duas redes. As ações organizadas pelo setor de Turismo, em coordenação com o CVB, foram possíveis graças aos recursos enviados pela Embratur.

Cooperação nuclear e espacial

49. A cooperação nas áreas nuclear e espacial continuou a ser pautada por uma agenda positiva, com interesses mútuos e compartilhados em diversos temas específicos, entre os quais, assinalo o Seminário empresarial do setor nuclear.

50. A embaixada organizou, em 2018, importante seminário do setor nuclear, focado nas empresas, algo que há pelo menos 10 anos não ocorria. O evento contou com componente governamental de peso, representado por altas autoridades do setor nuclear de cada país, como o então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sérgio Etchegoyen, e componente empresarial, que contou com representantes de todas as principais entidades do Brasil e da Argentina. O formato adotado foi bem recebido pelos participantes, sobretudo por ter conciliado apresentações plenárias com amplo espaço para discussões diretas entre os representantes das empresas.

51. Assinalo também a exitosa candidatura argentina à Direção Geral da AIEA. Em gesto de grande relevância, o Brasil tomou a iniciativa de oferecer apoio irrestrito à candidatura do diplomata argentino Rafael Grossi à presidência da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), antes mesmo que este fosse solicitado. Grossi veio a ser eleito, o que resultou em diversas manifestações de apreço da parte argentina pelo decidido - e decisivo - apoio brasileiro.

52. Destaco, ainda, a visita à estação espacial de monitoramento do espaço profundo de Neuquén. A estação espacial (instalada pela China) em Neuquén foi alvo de seguidos questionamentos quanto a possibilidades de uso dual, entre os objetivos declarados de monitoramento do espaço profundo e apoio ao programa lunar chinês, e possível espionagem. Em resposta, autoridades da Argentina e da China convidaram as embaixadas em Buenos Aires a participarem de visita à base, durante a qual se mostraram abertas a programas de intercâmbio e cooperação para aproveitamento científico do tempo de uso da antena de que dispõe a parte argentina.

Defesa

53. A cooperação entre Brasil e Argentina na área de Defesa tem sido um dos pilares estratégicos do relacionamento bilateral. O relacionamento direto entre as Forças Armadas é excelente, amparado por diversos interesses estratégicos comuns, como defesa do Atlântico Sul, ciberdefesa e controle de fronteiras; por histórico de exercícios militares conjuntos; por longo período de intercâmbio de pessoal; e pela convivência de militares em missões de paz em terceiros países. O trabalho desenvolvido conjuntamente com as adidâncias neste posto (Aeronáutica/Defesa, Exército e Marinha) tem sido exemplar, e durante minha gestão tive a satisfação de encontrar sempre nos colaboradores dessas três Forças quadros de alto nível, elevado senso de profissionalismo e excelente trato pessoal.

54. Nesse marco, o posto prestou apoio a diversas visitas de autoridades do ministério da Defesa e de comandantes das Forças. Busquei reunir-me em privado com esses interlocutores, sempre que possível de maneira prévia a suas agendas locais, o que em muito contribuiu para que pudéssemos melhor definir as prioridades brasileiras e melhor compreender o “modus operandi" das relações diretas entre os militares de ambos países. Os chefes da três Forças Armadas brasileiras visitaram o país, alguns mais de uma vez. Tive também a oportunidade de participar de algumas atividades, tendo viajado a bordo de embarcação da marinha que descia o rio Paraná e pernoitado no navio multipropósito Bahia em Mar del Plata e no navio polar Almirante Maximiano em Ushuaia, porto que voltou em 2018 a receber visitas operativas dessa nave.

Segurança

55. No último quadriênio, sempre em coordenação com a adidância policial da embaixada, o posto manteve o acompanhamento dos temas vinculados ao combate ao crime organizado nas regiões de fronteira e deu continuidade ao diálogo sobre o tema com as autoridades de segurança da Argentina. No período, notou-se crescente preocupação com o uso da Hidrovia Paraguai-Paraná como rota de tráfico de drogas, tendo chamado a atenção das autoridades locais os primeiros sinais da presença de facções brasileiras do crime organizado em território argentino. Nesse contexto, o posto procurou reforçar a cooperação bilateral em matéria de segurança, promovendo iniciativas conjuntas de monitoramento do tráfico de drogas e de capacitação policial. Encontram-se em estágio final de negociação diversos acordos entre a Polícia Federal brasileira e órgãos do ministério da Segurança argentino para o fortalecimento da cooperação no combate às redes de narcotráfico que operam na fronteira entre os dois países. Em vigor desde 2018, e com resultados satisfatórios, acordo de cooperação policial entre os dois países permitiu, durante a última Copa América realizada no Brasil e por ocasião das partidas da Copa Libertadores, o compartilhamento de informações sobre integrantes das torcidas organizadas mais agressivas, particularmente dos "barra bravas", com restrições de transito fronteiriço e de acesso a estádios de futebol.

56. No contexto da Tríplice Fronteira, o governo Macri aderiu à tese de que a região da Tríplice Fronteira seria utilizada por organizações criminosas como entreposto para a lavagem de dinheiro e o financiamento de atividades terroristas - tese jamais confirmada pelas informações de que dispõem a Polícia Federal brasileira e a ABIN. No período, da parte brasileira, acompanhava-se com cautela iniciativas que singularizassem negativamente a Tríplice Fronteira e reforçassem estereótipos sobre a região, em particular à luz dos efeitos prejudiciais que tais generalizações poderiam ter sobre a região como destino turístico.

58. A partir de 2016, a Argentina e EUA mantiveram programa conjunto de capacitação na área de combate ao terrorismo, compartilharam informações de inteligência e reabriram centro da DEA em Salta. Nessa linha, ainda no governo Macri, a Argentina envidou esforços para a reativação do "Mecanismo 3+1" para a Tríplice Fronteira (rebatizado de Mecanismo de Segurança Hemisférico), bem como reconheceu o Hezbollah como organização terrorista. No governo de Alberto Fernández, o ímpeto dessa agenda tende a arrefecer, não se podendo descartar inclusive possível retirada da Argentina do Mecanismo de Segurança Hemisférica.

59. Entre as diversas ações empreendidas, sempre em coordenação com as adidâncias, cabe ressaltar o Seminário Empresarial na Área de Defesa e Segurança, que contou com a participação do senhor Presidente da República, Jair Bolsonaro, e dos ministros da Defesa de ambos países, e representou um marco para o relacionamento bilateral. Logrou-se mobilizar as principais empresas de produtos de defesa de ambos os países e foi dado amplo espaço para contatos diretos entre as empresas, a partir dos quais espera-se poder firmar novas parcerias.

Integração Fronteiriça

60. Brasil e Argentina compartilham 1.261 km de fronteira, dos quais apenas 25 km são fronteira seca. Busquei fomentar iniciativas para a promoção de melhorias na infraestrutura (pontes) e nos serviços de controle migratório e aduaneiro, no entendimento que tais avanços são essenciais para assegurar os benefícios da integração regional e promover maior eficiência no fluxo de cargas e de turistas entre os dois países. Ainda há muito a fazer para simplificar os trâmites fronteiriços principalmente em Uruguaiana-Paso de los Libres, por onde flui a maior parte do tráfego terrestre de cargas e passageiros entre os dois países.

Infraestrutura

61. A Ponte Internacional Getúlio Vargas-Agustin Justo liga Uruguaiana (RS) a Paso de Los Libres. Inaugurada na década de 1940 (1948), foi a primeira ponte construída entre Brasil e Argentina. Sua vetusta infraestrutura desponta com um dos principais gargalos para este que é o primeiro passo fronteiriço em importância para o comércio por via terrestre na América do Sul. Aguarda-se reação do lado argentino a projeto de recuperação da ponte, elaborado e custeado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

62. Construída em 1997 por consórcio privado, a Ponte entre São Borja e Santo Tomé desponta como outro importante ponto de ligação entre os dois países. A atual concessão vence em 2021. Entretanto, o andamento das tratativas bilaterais para acordar o modelo de operação da ponte (nova licitação ou controle estatal) tem sido impactado pela troca de governo na argentina.

63. A construção de novas travessias sobre o Rio Uruguai é tema que tem ganho tração nos últimos anos, em vista do especial interesse pela bancada parlamentar gaúcha, que aprovou emenda impositiva no valor de R$ 10 milhões para o Orçamento da União de 2020. Em 19/10/2018, em reunião bilateral, foi aprovada a construção de uma ponte internacional ligando as localidades de Porto Xavier e San Javier. A implementação desse tipo de decisão, entretanto, deverá continuar esbarrando nas dificuldades fiscais dos dois lados da fronteira.

Controle Migratório

64. Ciente de que a dimensão do fluxo de turistas e de cargas torna prioritário obter avanços em iniciativas de cooperação para otimizar o controle migratório e aduaneiro, o Posto atuou em coordenação entre as partes para viabilizar o "Acordo para o Reconhecimento de Recíproco de Competências" (RRC), firmado no Palácio Pereda em julho de 2018, entre a Polícia Federal do Brasil e a Direção Nacional de Migrações da Argentina (DNM).

65. O referido instrumento tem como base o reconhecimento da premente necessidade de promover a adoção de modalidades de controle integrado, mais ágeis, modernas e simples, com o objetivo de facilitar o trânsito de pessoas pelas fronteiras de ambos os países. Um dos eixos centrais do acordo consiste no intercâmbio de dados entre os respectivos sistemas eletrônicos de registro migratório, de modo que a entrada em um país seja automaticamente computada como uma saída do outro, ou vice-versa.

66. Em que pesem o acordo alcançado e o mútuo interesse na melhoria do controle migratório, divergências a respeito da aplicação do acordo, têm impedido qualquer avanço em sua implementação. A título ilustrativo, observo que o acordo poderia evitar, por exemplo, casos de "limbo migratório", como os observados este ano no contexto da pandemia do COVID-19, em que cidadãos argentinos ficaram retidos na ponte internacional entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, impedidos tanto de ingressar na Argentina como de retornar ao Brasil.

Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC)

67. Para facilitar o acompanhamento presencial das atividades do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC), a embaixada reassumiu em minha gestão a representação política do Brasil junto ao organismo. A principal iniciativa em andamento no CIC é o "Projeto de Porte Médio" (PPM). Com apoio da Organização dos Estados Americanos (OEA), o PPM objetiva preparar as bases para a implementação de ações nacionais e regionais prioritárias identificadas no Programa de Ações Estratégicas, para a gestão sustentável dos recursos hídricos da Bacia do Prata. A execução do projeto também tem contribuído para reforçar o papel do CIC como espaço de diálogo, alinhamento e coordenação regional.

68. Em maio de 2020 está prevista a conclusão do mandato do atual Secretário-Geral, o argentino Jorge Metz. Conforme previsto no critério de rotatividade, a Bolívia apresentou candidatura à sucessão, cujo pleito deve ser avalizado pelos demais Estados membros. Em 2019, o Brasil realizou a quitação da parcela referente ao ano de 2018. Está em atraso a contribuição de 2019, no valor de USD 76.782,78. Para o exercício financeiro do corrente ano, está previsto desembolso de igual valor.

Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (CIH) e Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP)

69. Tema que recebeu atenção especial do Posto, a Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) é o principal sistema de transporte fluvial da Bacia do Prata, despontando como espaço estratégico para o desenvolvimento e a integração entre Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina, com grande relevância econômica. As atividades do CIH têm sido acompanhadas de perto pelo Posto, que também passou a coordenar a participação do Brasil nas reuniões no âmbito da Comissão do Acordo (CA) da Hidrovia Paraguai-Paraná.

70. No período, com intensa participação do posto, foi possível reverter o quadro de paralisia do CIH, que marcou o último governo de Cristina Kirchner. Por meio de grande esforço diplomático de construção de confiança, foi possível aparar arestas e obter progressos importantes na Hidrovia. Durante a gestão, e com intensa participação do posto, houve avanços significativos no marco normativo, tendo a argentina colocado finalmente em vigor a maioria dos regulamentos da Hidrovia. Por iniciativa brasileira, foi firmado e ratificado o Oitavo Protocolo Adicional, que atribui vigência perene ao Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná. Também foi assinado o Acordo de Sede e chegou-se a proposta de projeto de orçamento regular para a

Secretaria Executiva do CIH, a qual prevê orçamento anual de USD 265.250,00, com divisão igualitária dos aportes entre os cinco Estados membros. Recordo que a concretização das contribuições brasileiras ao CIH dependerá, ainda, de análise interna a respeito do procedimento de aprovação dos aportes a serem efetuados pelo Estado brasileiro.

Temas Multilaterais, Temas Sociais, Direitos Humanos e Meio Ambiente

71. Como já assinalado, durante a presidência de Mauricio Macri, o objetivo declarado do governo era "integrar a Argentina de forma inteligente no mundo", o que fez com que a política externa buscasse elevar o perfil do país no âmbito multilateral, em marcada contraposição ao isolacionismo do governo de Cristina Kirchner. Esse movimento foi demonstrado pela candidatura de Susana Malcorra à vaga de Secretária-Geral das Nações Unidas, somada à realização da XI Reunião Ministerial da OMC (dezembro de 2017), à Presidência argentina do G-20 ao longo do ano de 2018 e aos malsucedidos esforços de acessão da Argentina à OCDE. No caso do G-20, funcionários do Posto a participaram ativamente de todas as atividades preparatórias desenvolvidas.

72. No tocante aos temas sociais e de direitos humanos, que guardam grande relevância no âmbito político argentino, o Posto acompanhou os debates e das políticas adotadas localmente, entre as quais se podem ressaltar: as medidas para proteção da mulher (Lei Micaela); a intensa discussão sobre a lei da interrupção voluntária da gravidez; a ampliação dos benefícios sociais, em particular o da "Asignación Universal por Hijo" (AUH) e a modesta reforma previdenciária, de dezembro de 2017.

73. Sobre direitos humanos, cabe fazer referência ao acompanhamento e apoio dados, pelo Posto, às iniciativas desenvolvidas pelo Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH) do Mercosul, com sede em Buenos Aires, não obstante as dificuldades financeiras que o IPPDH vem enfrentando, inclusive à luz do atraso nos pagamentos do Brasil. O trabalho colaborativo com o IPPDH aprofundou-se sobretudo durante a última PPTB, no segundo semestre de 2019. Registro também que o Brasil permanece em atraso junto à Secretaria do Tratado da Antártida - que corresponde, atualmente, a 80% do passivo dos membros junto àquele órgão.

Cooperação em C&T, Técnica, Jurídica e Consular

74. A cooperação em temas de ciência, tecnologia e inovação permanece setor propício para a conformação de agenda positiva, com grande potencial. Em minha gestão, a embaixada participou das reuniões do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia (CABBIO) realizadas nesta capital e das negociações do memorando de entendimento interministerial que formalizará a entrada do Uruguai no arranjo. Na área de cooperação técnica, o posto participou da reunião da Comissão Mista de Cooperação (abril de 2017), que resultou na aprovação de sete projetos em áreas como meio ambiente, agricultura e desenvolvimento social. Entre 2017 e 2020, a embaixada acompanhou e prestou apoio às atividades realizadas no âmbito desses projetos. O posto apoiou também a participação brasileira na Conferência da ONU PABA+40 (Buenos Aires, mar/2019).

75. O setor de cooperação jurídica do posto apresentou, entre setembro de 2016 e abril de 2020, 51 novos pedidos de extradição. No mesmo período, a Argentina concedeu a extradição de 19 indivíduos. O setor acompanhou igualmente as atividades do escritório regional da Conferência da Haia sobre Direito Internacional Privado nesta capital e realizou, junto ao Governo argentino, as gestões solicitadas pela proposta brasileira de Convênio para a Cooperação e o Acesso à Justiça para Turistas Internacionais. O posto apoiou a finalização das negociações do novo Tratado Bilateral de Extradição, assinado em janeiro de 2019, e segue as negociações do Acordo de Assistência Jurídica em Matéria Penal e do Ajuste Complementar ao Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas Relativo à Assistência Jurídica em Matéria Civil.

76. Registro, por fim, que mantive estreito diálogo com o setor de assistência consular da Chancelaria argentina. Com a assinatura do MdE para Cooperação Bilateral na Área Consular (fev/2017), o posto acompanhou as tratativas para a realização dos consulados itinerantes conjuntos em Monterrey (ago/2017), Cancún (mar/2018), Denver (jul/2019) e Oklahoma (nov/2019), bem como para a abertura temporária de escritório consular conjunto na cidade de São Petersburgo (jun-jul/2018), por ocasião da Copa do Mundo da Rússia.

Imprensa e Diplomacia Pública

77. No polo ativo, o setor intermediou a publicação de oito artigos meus na imprensa local (um em 2017, dois em 2018, três em 2019 e dois em 2020), assim como duas entrevistas (uma à rede pública de TV argentina, sobre o G20, e outra para a revista Fortuna) e contatos “off the records" com jornalistas.

78. No que se refere às mídias sociais, os perfis da Embaixada vinham publicando, em total, uma média de 500 "posts" por ano. Em 2019, com a inauguração de perfil no Instagram, esse número atingiu, somadas as três plataformas (Facebook, Instagram e Twitter), 795 posts. No período, verificou-se significativo crescimento no número de seguidores dos perfis. O perfil no Twitter tinha 1.950 seguidores em 1º de janeiro de 2017, e alcançou 4.154 seguidores em 1º de janeiro de 2020 (crescimento de 113%). O perfil no Facebook tinha 12.666 seguidores em 1º de janeiro de 2017, e atingiu 18.249 seguidores em 1º de janeiro de 2020 (crescimento de 44%). O perfil no Instagram foi inaugurado em agosto de 2019, e hoje soma mais de mil seguidores.

79. Em parceria com a Delegación de Asociaciones Israelitas Argentinas (DAIA), o setor ainda foi responsável pela publicação de dois livros sobre a história do povo judeu no Brasil. Atualmente, o setor está realizando pesquisa sobre a história do Palácio Pereda, Residência do Embaixador do Brasil na Argentina.

80. No tocante ao polo reativo, o setor foi responsável pela realização diária de sínteses de imprensa argentina e também acompanhou o desdobramento do noticiário ao longo do dia. Em ocasiões especiais, elaboraram-se sínteses temáticas específicas. Quinzenalmente, formatou-se, a pedido da SERE, uma compilação de notícias sobre agronegócio brasileiro.

81. No campo da Diplomacia Pública, o setor respondeu, em média, a 1500 consultas de seguidores ao ano, seja via e-mail ou diretamente nas mídias sociais, e recebeu, em média, 4 grupos de estudantes universitários interessados em temas brasileiros ao ano.

Cooperação Educacional

82. O Centro Cultural Brasil-Argentina teve papel de realce na implantação de currículo unificado voltado aos centros culturais brasileiros localizados em países de língua espanhola. De 10 a 14 dezembro de 2018, o CCBA sediou evento de capacitação destinado a diretores e coordenadores pedagógicos dos referidos centros. Além disso, de 27 a 31 de janeiro de 2020, sediou curso voltado à harmonização dos materiais didáticos utilizados pelos referidos Centros.

83. Por meio do CCBA, a embaixada cultivou parceria com o governo da Cidade de Buenos Aires com vistas a colaborar na capacitação dos professores de português das escolas plurilíngues da capital federal, mediante encontros quinzenais.

84. Em 2019, procedeu-se à renovação do sítio eletrônico do CCBA. Além de otimizar divulgação das informações sobre os eventos realizados pelo Centro, a reforma da página permitiu divulgar melhor a revista do CCBA e o conteúdo didático para o público interessado.

85. Em razão da crise do COVID-19, o CCBA passou a oferecer cursos regulares em plataforma virtual, com 296 alunos inicialmente inscritos. Diante do sucesso da iniciativa, serão oferecidos, a partir do corrente mês de maio, cursos intensivos pela mesma plataforma.

86. No que tange ao aperfeiçoamento das práticas administrativas do CCBA, foi operacionalizada em 2017 a extinção do professorado, que ocupava significativa parcela das horas-aula dos professores, para número relativamente reduzido de alunos. Os alunos que estavam estudando no momento do fechamento foram derivados, após prévio acordo, às instituições de gestão pública da cidade de Buenos Aires.

Difusão Cultural

87. Desde a minha chegada Buenos Aires, determinei que se buscasse consolidar e ampliar a rede de contatos do setor cultural com museus, salas de concerto, órgãos governamentais, universidades e empresas, o que se mostrou crucial a partir de 2018, quando diminuiu sobremaneira a verba disponível para eventos culturais.

88. Entre os parceiros locais que a embaixada cultivou na organização de iniciativas culturais, pode-se citar: a "Fundación El Libro", que promove a Feira Internacional do livro de Buenos Aires; a “Fundación ArteBA", organizadora de feira anual de arte contemporânea; o Centro Cultural Kirchner (CCK), o mais importante centro cultural do país; a "Usina del Arte"; e o "Museo de Arte Latinoamericano de Buenos Aires" (MALBA).

89. Entre os eventos realizados ou apoiados pela Embaixada, destaco: a exposição "Antropofagia y Modernidad - Arte brasileño en la Colección Fadel", no MALBA (2017); as Jornadas Cinema

Novíssimo, na Universidade Di Tella (2017); o Festival Internacional de Cine de Países del Sur del Mundo (FICSUR), evento com a presença das atrizes Sônia Braga e Andreia Horta (2017); o apoio (por meio de passagens aéreas) ao Buenos Aires Festival Internacional de Cine Independiente (BAFICI), nos anos de 2017, 2018 e 2019, bem como o apoio ao Festival Internacional de Cine de Mar del Plata, nas edições de 2017, 2018 e 2019.

90. Na esfera da arte contemporânea cabe mencionar as exposições "Trazas Simultáneas" (2017), e "Lar Doce Lar" (2019), ambas no âmbito da BIENALSUR; a exposição "Moderna para Sempre", mostra de fotografia modernista brasileira na Coleção Itaú Cultural (2018) todas realizadas no espaço cultural da Embaixada. Merece menção à parte a Exposição "Sopro", retrospectiva do artista Ernesto Neto, no MALBA, com apoio da Embaixada.

91. Em Literatura, a Embaixada continuou apoiando, por meio de programa da Fundação Biblioteca Nacional e do MRE, a tradução para o castelhano de obras de autores brasileiros.

92. A sublinhar também foi a participação anual da Embaixada na Feira Internacional do Livro de Buenos Aires, sempre com convidados brasileiros. Em 2018 o estande brasileiro recebeu, uma vez mais, prêmio de mais belo pavilhão estrangeiro.

Seção II - Principais Dificuldades Encontradas

94. Embora o Brasil seja o principal parceiro econômico-comercial da Argentina e a interlocução com o governo seja em geral boa e fluida, a principal dificuldade que penso ter encontrado para na promoção da agenda bilateral é a frequente impossibilidade de se fazer um seguimento adequado das iniciativas e propostas, e isto em todos os âmbitos. É preciso um esforço muito grande de acompanhamento do tratamento dos temas para que eles possam resultar em avanços concretos para a relação. Existe uma facilidade muito grande, na administração da relação, para derivar-se para uma retórica entusiasmada, mas a rigor vazia de consequências. Identifico este problema nos dois tipos de governos argentinos com os quais tive de tratar no período e também nos âmbitos provincial e municipal e nas esferas do Legislativo e do Judiciário.

95. O trabalho de diplomacia parlamentar entre Brasil e Argentina esbarra em uma dificuldade estrutural. O calendário eleitoral de ambos os países restringe muito os períodos em que coincidem as legislaturas de ambos os países, sem verem-se afetadas pela mobilização causada por eleições legislativas nacionais - o ano de 2020 seria um desses raros períodos, mas se viu prejudicado pela suspensão de atividades e missões parlamentares devido à pandemia.

96. A falta de encaminhamento definitivo em temas comerciais de interesse central do Brasil - regulatórios e de acesso a mercado - não raro desperta no setor privado brasileiro pleitos por medidas retaliatórias aos produtos agrícolas argentinos. Dentre os principais irritantes, podem ser citados: i) a resistência argentina em reconhecer o status do Brasil junto à Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) quanto à encefalopatia espongiforme bovina (EEB); ii) a falta de adequação do setor açucareiro à união aduaneira, sob a alegação argentina de que restrições legais e sensibilidade política impedem qualquer avanço; e iii) a disparidade de normas técnicas entre os dois principais sócios do Mercosul e a resistência argentina a reconhecer que as normas do

principal mercado (e as mais avançadas) deveriam prevalecer no interior de uma união aduaneira. A despeito dos recentes avanços obtidos na agenda agrícola bilateral e da coincidência de interesses nesta seara no âmbito multilateral, é provável que a Argentina mantenha sua posição relativa a estes temas e volte a insistir na ideia de que as assimetrias entre as duas economias justificam um diferencial de visões e normas nesses âmbitos.

97. Em relação aos desafios internos enfrentados pelo Mercosul hoje, sobressaem como principais as seguintes resistências externadas pela Argentina: (i) à atualização da tarifa externa comum (a proposta brasileira sofre resistência pelo que representa de abertura unilateral do mercado argentino e pelo receio argentino de perder o Brasil como mercado cativo para muitos produtos); (ii) à ampliação da rede de acordos comerciais do Mercosul com outros parceiros, como Canadá, Singapura e Coreia do Sul; e (iii) à necessidade de harmonização e convergência regulatória (a Argentina ainda segue distante dos padrões estabelecidos por organismos internacionais).

98. Quanto à presença empresarial brasileira neste país, uma das dificuldades encontradas durante a minha gestão foi a bicefalia de sua representação. A Câmara de Comércio e Serviços Argentino-Brasileira (Cambras) e o Grupo Brasil, apesar de possuírem DNAs diferentes (a primeira é responsável por reunir companhias brasileiras, argentinas e multinacionais com interesse em negócios entre os dois países; a segunda, responsável por agrupar empresas brasileiras com investimentos na Argentina). Trabalhei intensamente para ajudar a fazer convergir a agenda das duas entidades onde fosse possível, de forma a manter elevado o perfil da representação empresarial brasileira na Argentina. Sugeri mesmo uma fusão entre ambas, o que foi considerado com cuidado, mas finalmente não prosperou. Também identifiquei dificuldades importantes no exercício de representação empresarial binacional, hoje reduzido ao CEMBRAR (Conselho Empresarial Brasileiro-Argentino), que entretanto congrega apenas uma parcela dos setores industriais dos dois países, quando deveria congregar todos os setores com interesses na relação bilateral (agronegócio, serviços).

99. Apesar das boas relações entre as autoridades civis e militares da Defesa, ainda há considerável dificuldade em fazer avançar a pauta de intercâmbio de produtos de defesa, tanto em termos de vendas quanto de eventuais parcerias para desenvolvimento conjunto de produtos. A título de exemplo, algumas autoridades da província de Córdoba, onde se situa a fábrica da FAdeA, e mesmo do ministério de Defesa, para minha grande surpresa e, devo dizer, desapontamento, repetidamente demonstraram aparente desconhecimento quanto à parceria com a Embraer em torno do avião C-390.

100. Durante meu período em Buenos Aires, foram realizadas incontáveis gestões em favor de produtores brasileiros na área de defesa, capazes de fornecer soluções adequadas e via de regra dispostos a incluir componentes de transferência de tecnologia e/ou capacitação de pessoal. Recorrer a provedores brasileiros poderia ajudar a Argentina a melhor estruturar seus sistemas com uso de peças comuns, reduzir custos de manutenção e lograr maior organicidade operacional, entre outras vantagens. Desenvolver programas conjuntos daria ao país a vantagem da autonomia e do aproveitamento dos desenvolvimentos tecnológicos em outras áreas. Essa visão, contudo, ainda é muito incipiente na área de defesa.

101. A troca de governo em dezembro de 2019 e a demora nas designações para cargos-chave em diversos ministérios, agências e órgãos federais, agravada no contexto da pandemia do COVID-19, tem dificultado a fluidez da interlocução e o seguimento de tratativas em distintos temas e áreas. As restrições orçamentárias decorrentes da persistente situação econômica adversa na Argentina também geram constrangimentos e limitações ao avanço de iniciativas na área de integração fronteiriça.

102. No contexto da Bacia do Prata, o tempestivo pagamento das contribuições brasileiras ao Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC) desponta como uma das principais dificuldades para a plena participação do Brasil junto a esse organismo. Embora não esteja prevista a perda de direito de voto ou outras sanções no caso de atraso de pagamento das contribuições regulares, a reiterada inadimplência causa constrangimentos não só à efetiva participação do Brasil, mas também à própria imagem e capacidade de atuação do organismo. Em 2018, esforço orçamentário da Secretaria de Estado permitiu a regularização de pendências relativas aos anos de 2016 e 2017. Em 2019, o Brasil realizou a quitação da parcela referente ao ano de 2018. Está em atraso a contribuição de 2019, no valor de USD 76.782,78. Para o exercício financeiro do corrente ano, está previsto desembolso de igual valor.

103. No âmbito do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (CIH), eventual dilatação no processo de ratificação do Acordo de Sede, encaminhado à Câmara dos Deputados por meio da Mensagem (MSC) nº 609/2019, poderá causar dificuldades à plena participação do Brasil no âmbito do organismo em momento de particular importância, por marcar a conformação de sua Secretaria Executiva independente e autônoma. Nesse contexto, também cabe frisar a importância de definir e dar início ao procedimento de aprovação, à luz da normativa nacional, dos aportes anuais a serem efetuados pelo Estado brasileiro para o funcionamento do CIH.

104. Os pagamentos atrasados ao IPPDH e à Secretaria do Tratado da Antártida constituem também desafios importantes à participação do Brasil em organismos regionais sediados em Buenos Aires.

105. Restrições orçamentárias argentinas, por outro lado, dificultaram a execução de projetos conjuntos de cooperação, como, por exemplo, a instalação e operacionalização do radiotelescópio LLAMA. Na área jurídica, o processamento de pedidos de assistência em matéria penal ou civil sofreram demoras pelo desconhecimento ou resistência das autoridades judiciárias locais em recorrer à tramitação direta entre Autoridades Centrais.

Seção III - Sugestões para o Novo Titular

106. Alberto Fernández assumiu o governo em dezembro passado tendo como principal responsabilidade renegociar a dívida externa e tentar reativar a economia argentina, já em então em grave recessão. Assumiu também sob a percepção generalizada de que seria um presidente fraco, cuja eleição estaria em larga medida associada à força da vice-presidente Cristina Kirchner (CFK). A pandemia do novo coronavírus, contudo, alterou profundamente esse cenário. A renegociação da dívida manteve seu perfil elevado, mas perdeu momentaneamente a primazia que

teve em função das medidas e do debate relativos ao combate ao coronavírus. Isso trouxe níveis de popularidade inéditos a AF, em um governo que já priorizava o aumento do papel do Estado na economia e sociedade.

107. A pandemia e o agravamento ainda maior da situação econômica na Argentina impõem cenário de grande complexidade, cujos desdobramentos são ainda difíceis de vislumbrar, contra o pano de fundo de um original governo peronista de coalizão, mais protecionista e menos aberto ao mundo à exceção de algumas parcerias cardeais, como a China. Caberá ao meu sucessor gerenciar as relações bilaterais sob essas condições. Nessas condições, caberia ampliar cada vez mais leque de interlocução do posto, tendo em mente que a relação entre Brasil e Argentina ultrapassa em muito o estrito relacionamento governo a governo e perpassa toda a sociedade. O diálogo fluido com os setores empresariais e com as áreas de defesa e de segurança, além de alguns governadores, pode ajudar a administrar a relação nesta nova etapa em que ingressou a partir de dezembro de 2019.

108. O trabalho do Congresso argentino vem sendo marcado pela reorganização de forças, ao mesmo tempo em que busca adaptar seu funcionamento à quarentena. No plano bilateral, entretanto, as visitas a Buenos Aires, em dezembro de 2019, do presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Rodrigo Maia, e ao Brasil, em março de 2020, do Presidente da Câmara de Deputados da Argentina, Sergio Massa, indicam disposição de intensificar a diplomacia parlamentar, o que representará um importante campo de atuação da embaixada para acompanhar essa tendência se ela se firmar.

109. No esforço de ampliar os canais de interlocução, atenção especial poderia ser dedicada ao Congresso argentino. Não apenas às autoridades aí constituídas, mas também a demais membros do espectro político. Apesar de terem perdido as eleições, os partidos de `Juntos por el Cambio` ampliaram a bancada na Câmara de 107 para 119 deputados, mantendo, assim, a posição de primeira minoria, o que lhe dá um poder de controle sobre alterações constitucionais. O Congresso torna-se assim um campo importante para o trabalho diplomático de acompanhamento da vida política argentina e de interlocução sobre assuntos específicos, como serão oportunamente, por exemplo, as apreciações dos acordos de livre comércio com a União Europeia e a EFTA, uma vez firmados. O mesmo diria em relação à grande imprensa, analistas, economistas das mais variada tendências, academia e "think tanks", cujo aporte poderá ser essencial para compreender e eventualmente influenciar o novo panorama argentino em função dos interesses brasileiros.

110. No atual contexto, é razoável supor que o comércio bilateral seguirá tendência de queda, afetando sobremaneira as exportações brasileiras de produtos de alto valor agregado para a Argentina, que provavelmente se depararão com aumento de barreiras não-tarifárias. O reforço dos mecanismos de consulta bilaterais, como a Comissão Bilateral de Produção e Comércio, e regionais (Mercosul) poderá contribuir para o encaminhamento desses desafios, não devendo ser descartado recurso a organismos multilaterais como a OMC.

111. Na área de serviços, o posto poderia dar seguimento ao trabalho de ampliar a conectividade aérea entre os dois países. Será necessário estar vigilante para reagir a medidas discriminatórias

contra companhias aéreas brasileiras que atuam neste país, tendo em vista a temporária desestruturação resultante da pandemia do Covid-19.

112. Durante minha gestão, busquei sempre alertar as empresas brasileiras com interesse em iniciar, aprofundar ou restabelecer laços comerciais ou de investimentos com a Argentina a prospectar oportunidades em províncias particularmente dinâmicas como Córdoba, Santa Fé, Mendoza, San Juan, Rio Negro ou Neuquén, e não restringir-se somente à província de Buenos Aires. Sugiro seja dada continuidade a essa linha de ação, a fim de desconcentrar e diversificar a presença empresarial brasileira neste país.

113. Em relação à área energética, poderia ser estudada a efetivação da comissão bilateral de energia, mecanismo cuja criação foi acordada em 2019, por ocasião da visita de trabalho do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

114. Quanto ao setor de turismo, caberia dar continuidade à modernização do modelo do Comitê Visite Brasil de modo a permitir a entrada de novos atores do "trade" turístico, além da manutenção do investimento em ferramentas digitais com o objetivo de estabelecer sua presença digital junto ao público final. Maior coordenação com a Embratur poderia assegurar previsibilidade na chegada de recursos.

115. Ademais de incentivar a realização de novos seminários empresariais para os setores nuclear e, se possível, espacial, creio importante deixar registro de que mantive interlocução muito próxima com a empresa INVAP, responsável por boa parte do desenvolvimento tecnológico da Argentina, sobretudo nas áreas nuclear, espacial e de radares. Realizei visita à sede da empresa em Bariloche e incentivei autoridades brasileiras afins que também buscassem fazê-lo. A INVAP poderia ser um dos pontos de partida para o próximo chefe do posto, que também deveria buscar interlocução com outros agentes do setor nuclear argentino, como a Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA), o Centro Atômico de Bariloche, que abriga o renomado Instituto Balseiro e toda a pesquisa e desenho do reator CAREM 25, entre outras atividades, e a Autoridade Regulatória Nuclear (ARN).

116. Com a gradual aproximação do fim de um ciclo de cooperação em torno da construção dos reatores multipropósito gêmeos RA-10/RMB, creio ser importante começar a buscar definição mais clara, junto às autoridades dos setores nucleares brasileiro e argentino, dos próximos passos da cooperação bilateral na área nuclear. Há diversas oportunidades promissoras e de interesse estratégico, como o fortalecimento do papel da ABACC; o intercâmbio comercial (urânio enriquecido, molibdênio e outros); a cooperação em reatores modulares; e a coordenação quanto ao uso dos citados reatores multipropósito RA-10 e RMB, entre outras.

117. Desde a mudança de governo neste país, ainda não estão claras as perspectivas e objetivos do relacionamento em Defesa. Ambas as partes já demonstraram interesse em preservar o caráter de política de Estado para o relacionamento estratégico em Defesa, mas as iniciativas e interesses concretos ainda estão sendo delineados, processo para o qual em muito contribuirá a atuação do próximo chefe do posto.

118. Com relação ao controle migratório, uma vez superadas as principais divergências operacionais, poder-se-ia promover a implementação de projeto-piloto em ponto de fronteira, no marco do Acordo para o Reconhecimento de Recíproco de Competências (RRC). A experiência poderia servir de base para a eventual aplicação do RRC nos demais passos fronteiriços entre Brasil e Argentina.

119. Com vistas à plena observância do marco normativo da Hidrovia Paraguai-Paraná, seria oportuna a realização de exercício de revisão junto aos diversos órgãos intervenientes brasileiros (ANTAQ, Marinha do Brasil, Receita Federal, entre outros), de modo a identificar possíveis inconsistências ou pendências na sua aplicação. Além de assinalar o comprometimento do Brasil com essa estratégica via logística regional, a dinâmica em tela contribuiria para assegurar maior segurança jurídica e previsibilidade aos usuários da Hidrovia.

120. Além de acompanhar a conclusão dos projetos acordados na última Comissão Mista de Cooperação Técnica, sugiro manter os esforços para dinamizar a agenda de C&T e promover o diálogo entre as autoridades do setor. Há espaço para iniciativas que aproximem a área de pesquisa e inovação com o setor produtivo.

121. Com o objetivo de atrair mais alunos para o CCBA, poder-se-ia considerar o aprofundamento da parceria com empresas, a exemplo do que foi feito com o Grupo Brasil e CAMBRAS, que passaram a contar com grupos criados especificamente para as suas necessidades. A parceria acadêmica com o governo da cidade de Buenos Aires poderia, ademais, ser ampliada para atender a capacitação de professores de português das escolas de ensino médio. Finalmente, o sítio eletrônico do CCBA poderia ser utilizado como plataforma para o oferecimento de cursos virtuais.

4

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 31, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 13, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO SOARES PACHECO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
RELATOR: Senador Antonio Anastasia

21 de Setembro de 2020

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PARECER Nº , DE 2020

SF/20948.25485-40

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 13, de 2020 (Mensagem nº 286/2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PAULO ROBERTO SOARES PACHECO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile*.

Relator: Senador **ANTONIO ANASTASIA**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor PAULO ROBERTO SOARES PACHECO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. PAULO ROBERTO SOARES PACHECO é filho de Armando Rodrigues Pacheco e Aracy Soares Pacheco, e nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 12 de março de 1964. Graduou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1986.

Foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1997 e no Curso de Altos Estudos (CAE) em 2007, ambos do Instituto Rio Branco, tendo neste último apresentado a seguinte tese: "A terceira via: sua dimensão plurilateral (a Governança Progressista), o protagonismo do Reino Unido e o papel do Brasil entre os 'progressistas em desenvolvimento'."

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1988. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1994 e a Primeiro-Secretário em 2000; a Conselheiro em 2006; a Ministro de Segunda Classe em 2009 e a Ministro de Primeira Classe, em 2019. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se as de assessor na Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos (2000-03), de assessor do Gabinete do Ministro de Estado (2015-16), de Chefe de Gabinete e assessor do Subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos (2016-17) e de Diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (2017-19).

Assumiu a chefia da Assessoria Especial de Relações Internacionais do Ministério de Minas e Energia em 2019.

SF/20948.25485-40

SF/20948.25485-40

No Exterior, exerceu, entre outras, as funções de Terceiro Secretário e de Segundo-Secretário na Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York (1994-97), de Segundo Secretário na Embaixada em Bogotá (1997-2000), de Primeiro-Secretário na Embaixada em Londres (2003-2006), de Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires (2006-10) e de Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington (2010-15).

O diplomata em apreço fez jus, entre outras, às seguintes condecorações: Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador (2013); Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial (2014); Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial (2015); Medalha Mérito Tamandaré (2019) e Medalha do Mérito Naval, Grande Oficial (2019).

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem documento informativo sobre a República do Chile, do qual extraímos informações para subsídio aos membros da Comissão.

A República do Chile é o oitavo país mais extenso da América Latina (terceiro se considerados os 1.250.000 km² de território reclamado na Antártida), décimo no continente americano e 38º do mundo.

É limitado a leste pela Argentina, a oeste pelo Oceano Pacífico e ao norte por Bolívia e Peru. Seu território estende-se por 4.630 km de norte a sul — o maior país do mundo no sentido norte-sul; no entanto, sua distância leste-oeste mede apenas 430 km, no ponto em que seu território é mais largo. Fazem parte do território chileno as Ilhas de Juan Fernández, Salas y Gómez, Desventuradas e Ilha de Páscoa, todas no Pacífico. Na Antártida, o Chile

reclama território que se sobreporia aos pleiteados por Argentina e Reino Unido.

O deserto de Atacama, ao norte, contém grande riqueza mineral, especialmente cobre - o principal produto exportado pelo país em termos de "commodities" - e nitratos. A população, da ordem de 19 milhões de habitantes, concentra-se no chamado Vale Central - área fértil, de clima mediterrâneo - que inclui a região de Santiago. Em direção ao sul, há florestas, pastagens, vulcões e lagos, com clima mais frio. A oeste, a costa do Oceano Pacífico estende-se por 6.435 km e, a leste, está a Cordilheira dos Andes.

O Chile apresenta intensa atividade sísmica, com terremotos constantes, cujos epicentros localizam-se frequentemente no Oceano Pacífico. O Chile tem ainda grande atividade vulcânica, com mais de 30 vulcões ativos na região andina. O Chile alcançou a sua independência, após período de combate com as tropas espanholas, liderado por Bernardo O'Higgins, em 1818.

No que se refere às relações bilaterais entre o Brasil e a República do Chile, essas caracterizam-se pela intensidade e pelo dinamismo do intercâmbio e empresarial. Na coordenação política, área em que ambos os países têm aprofundado sua articulação, o bom entendimento e a adoção de posições comuns têm sido frequentes tanto no âmbito regional quanto no multilateral.

Segundo a informação enviada pelo Itamaraty, é intenso o fluxo de investimentos bilaterais, beneficiando as economias e as sociedades dos dois países. O Brasil concentra o maior estoque de investimentos externos

SF/20948.25485-40

SF/20948.25485-40

chilenos no mundo, o qual ultrapassa a marca dos US$ 35 bilhões. As empresas chilenas no Brasil atuam nas áreas de papel e celulose, varejo e energia.

O Brasil, por outro lado, registra investimentos na economia chilena de mais de US$ 4,5 bilhões, em setores como energia, serviços financeiros, alimentos, mineração, siderurgia, construção e fármacos. Em novembro de 2015, os dois países firmaram o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).

No tocante ao comércio bilateral, esse, segundo informa o Itamaraty, já está praticamente todo liberalizado, ao amparo do Acordo de Complementação Econômica MERCOSUL-Chile (ACE-35). Em 2019, o Brasil foi o principal parceiro comercial do Chile na América Latina, e o Chile foi o segundo sócio do Brasil na América do Sul. O volume total de comércio entre Brasil e Chile, em 2019, foi de US$ 8,3 bilhões, com superávit brasileiro de US$ 2 bilhões. Comparado aos anos anteriores, o intercâmbio bilateral no ano de 2019 apresentou curva descendente (-14,9%), com queda das exportações (-19,5%) e das importações (-6,1%) brasileiras, resultando em diminuição do superávit brasileiro (-34,6%).

O Brasil exporta para o Chile, principalmente, óleos brutos de petróleo, carnes, automóveis e tratores. E importa do Chile produtos derivados de cobre, salmão e vinhos.

Em 2018, Brasil e Chile assinaram importantes acordos comerciais bilaterais, como o Protocolo de Compras Públicas; o Protocolo de Investimentos em Instituições Financeiras, que complementou o ACFI; e o Acordo de Livre Comércio (ALC). Esse último, uma vez em vigor,

SF/20948.25485-40

incorporará os demais instrumentos acima referidos, estabelecendo arcabouço normativo moderno e de amplo alcance, ao abranger temas de natureza não tarifária, como política de concorrência, facilitação de comércio, comércio eletrônico, questões sanitárias e fitossanitárias, gênero, meio ambiente e assuntos trabalhistas.

Interessados em aprimorar a infraestrutura regional, Brasil e Chile constituíram Grupo de Trabalho para tratar de questões logísticas no âmbito do projeto para o Corredor Rodoviário Bioceânico Porto Murtinho-Portos do Norte do Chile. Esse eixo logístico deverá impulsionar a integração econômica do Brasil à região da Ásia-Pacífico.

Brasil e Chile compartilham o entendimento de que as iniciativas de integração econômica regional em curso são convergentes e trabalham juntos para promover o diálogo entre o MERCOSUL, do qual o Chile é Estado Associado desde 1996, e a Aliança do Pacífico.

No que diz respeito à comunidade brasileira residindo na República do Chile, estima-se o seu número em 20 mil pessoas, 70% das quais concentradas na Região Metropolitana de Santiago.

No tocante à sua política externa, o Chile mostra-se adepto da política comercial livre-cambista, sendo parte de 26 acordos comerciais vigentes, abrangendo 64 mercados.

Em 1994, tornou-se a primeira nação sul-americana a integrar o foro de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC). É membro pleno da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE),

desde 2010. Em 2012, juntamente com Colômbia, México e Peru, constituiu a Aliança do Pacífico (AP).

No âmbito regional, o Chile propôs a constituição do Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL), novo espaço de diálogo regional destinado a contribuir para o fortalecimento das relações e da cooperação entre os Estados sul-americanos, com base em valores como a Democracia, o Estado de Direito e os Direitos Humanos.

O Chile tem sido, também, atuante no Grupo de Lima, onde vem adotando posições coincidentes com as brasileiras na condenação do regime de Nicolás Maduro e no reconhecimento de Juan Guaidó como presidente encarregado da Venezuela.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20948.25485-40

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA 9

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária, da CRE

Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 5ª Reunião da CRE

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Renan Calheiros (MDB)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	2. Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente
Marcio Bittar (MDB)	Presente	3. Simone Tebet (MDB)	
Esperidião Amin (PP)	Presente	4. Daniella Ribeiro (PP)	
Ciro Nogueira (PP)		5. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
Roberto Rocha (PSDB)		1. Izalci Lucas (PSDB)	Presente
Mara Gabrilli (PSDB)		2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS)	
Major Olimpio (PSL)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Kátia Abreu (PP)	Presente	1. Acir Gurgacz (PDT)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)	Presente	2. Flávio Arns (PODEMOS)	
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)			
Fernando Collor (PROS)	Presente	1. VAGO	
Jaques Wagner (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	Presente
Humberto Costa (PT)			
PSD			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	2. Angelo Coronel (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	Presente
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PODEMOS			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	1. Elmano Férrer (PODEMOS)	

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

10

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 5ª Reunião da CRE
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Otto Alencar
Carlos Viana

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 13/2020 - D.PAULO P. - CHILE

Início da votação: 21/09/2020 18:00:00 Fim da votação: 21/09/2020 20:47:59

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,		**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,**	
MECIAS DE JESUS	**votou**	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**
MARCIO BITTAR	**votou**	3. SIMONE TEBET	
ESPERIDIÃO AMIN	**votou**	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		**Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)**	
ROBERTO ROCHA		1. IZALCI LUCAS	**votou**
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	**votou**	3. SORAYA THRONICKE	**votou**
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,		**Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,**	
KÁTIA ABREU		1. ACIR GURGACZ	**votou**
RANDOLFE RODRIGUES	**votou**	2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA	**votou**	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,**	
FERNANDO COLLOR	**votou**	1. VAGO	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	**votou**
HUMBERTO COSTA			
PSD		**PSD**	
NELSINHO TRAD	**votou**	1. CARLOS FÁVARO	**voto não computado**
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	2. ANGELO CORONEL	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)		**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)**	
CHICO RODRIGUES	**votou**	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO		2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS		**PODEMOS**	
MARCOS DO VAL	**votou**	1. ELMANO FÉRRER	

Votação:

TOTAL 16 SIM 16 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senador Nelsinho Trad
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 13/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR PAULO ROBERTO SOARES PACHECO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DO CHILE, COM 16 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PARECER Nº , DE 2020

SF/20948.25485-40

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 13, de 2020 (Mensagem nº 286/2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art.39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PAULO ROBERTO SOARES PACHECO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile*.

Relator: Senador **ANTONIO ANASTASIA**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor PAULO ROBERTO SOARES PACHECO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. PAULO ROBERTO SOARES PACHECO é filho de Armando Rodrigues Pacheco e Aracy Soares Pacheco, e nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 12 de março de 1964. Graduou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 1986.

Foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1997 e no Curso de Altos Estudos (CAE) em 2007, ambos do Instituto Rio Branco, tendo neste último apresentado a seguinte tese: "A terceira via: sua dimensão plurilateral (a Governança Progressista), o protagonismo do Reino Unido e o papel do Brasil entre os 'progressistas em desenvolvimento'."

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1988. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1994 e a Primeiro-Secretário em 2000; a Conselheiro em 2006; a Ministro de Segunda Classe em 2009 e a Ministro de Primeira Classe, em 2019. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se as de assessor na Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos (2000-03), de assessor do Gabinete do Ministro de Estado (2015-16), de Chefe de Gabinete e assessor do Subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos (2016-17) e de Diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (2017-19).

Assumiu a chefia da Assessoria Especial de Relações Internacionais do Ministério de Minas e Energia em 2019.

SF/20948.25485-40

SF/20948.25485-40

No Exterior, exerceu, entre outras, as funções de Terceiro Secretário e de Segundo-Secretário na Missão do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York (1994-97), de Segundo Secretário na Embaixada em Bogotá (1997-2000), de Primeiro-Secretário na Embaixada em Londres (2003-2006), de Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Buenos Aires (2006-10) e de Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington (2010-15).

O diplomata em apreço fez jus, entre outras, às seguintes condecorações: Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador (2013); Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial (2014); Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial (2015); Medalha Mérito Tamandaré (2019) e Medalha do Mérito Naval, Grande Oficial (2019).

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem documento informativo sobre a República do Chile, do qual extraímos informações para subsídio aos membros da Comissão.

A República do Chile é o oitavo país mais extenso da América Latina (terceiro se considerados os 1.250.000 km² de território reclamado na Antártida), décimo no continente americano e 38º do mundo.

É limitado a leste pela Argentina, a oeste pelo Oceano Pacífico e ao norte por Bolívia e Peru. Seu território estende-se por 4.630 km de norte a sul — o maior país do mundo no sentido norte-sul; no entanto, sua distância leste-oeste mede apenas 430 km, no ponto em que seu território é mais largo. Fazem parte do território chileno as Ilhas de Juan Fernández, Salas y Gómez, Desventuradas e Ilha de Páscoa, todas no Pacífico. Na Antártida, o Chile

reclama território que se sobreporia aos pleiteados por Argentina e Reino Unido.

O deserto de Atacama, ao norte, contém grande riqueza mineral, especialmente cobre - o principal produto exportado pelo país em termos de "commodities" - e nitratos. A população, da ordem de 19 milhões de habitantes, concentra-se no chamado Vale Central - área fértil, de clima mediterrâneo - que inclui a região de Santiago. Em direção ao sul, há florestas, pastagens, vulcões e lagos, com clima mais frio. A oeste, a costa do Oceano Pacífico estende-se por 6.435 km e, a leste, está a Cordilheira dos Andes.

O Chile apresenta intensa atividade sísmica, com terremotos constantes, cujos epicentros localizam-se frequentemente no Oceano Pacífico. O Chile tem ainda grande atividade vulcânica, com mais de 30 vulcões ativos na região andina. O Chile alcançou a sua independência, após período de combate com as tropas espanholas, liderado por Bernardo O'Higgins, em 1818.

No que se refere às relações bilaterais entre o Brasil e a República do Chile, essas caracterizam-se pela intensidade e pelo dinamismo do intercâmbio e empresarial. Na coordenação política, área em que ambos os países têm aprofundado sua articulação, o bom entendimento e a adoção de posições comuns têm sido frequentes tanto no âmbito regional quanto no multilateral.

Segundo a informação enviada pelo Itamaraty, é intenso o fluxo de investimentos bilaterais, beneficiando as economias e as sociedades dos dois países. O Brasil concentra o maior estoque de investimentos externos

SF/20948.25485-40

SF/20948.25485-40

chilenos no mundo, o qual ultrapassa a marca dos US$ 35 bilhões. As empresas chilenas no Brasil atuam nas áreas de papel e celulose, varejo e energia.

O Brasil, por outro lado, registra investimentos na economia chilena de mais de US$ 4,5 bilhões, em setores como energia, serviços financeiros, alimentos, mineração, siderurgia, construção e fármacos. Em novembro de 2015, os dois países firmaram o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).

No tocante ao comércio bilateral, esse, segundo informa o Itamaraty, já está praticamente todo liberalizado, ao amparo do Acordo de Complementação Econômica MERCOSUL-Chile (ACE-35). Em 2019, o Brasil foi o principal parceiro comercial do Chile na América Latina, e o Chile foi o segundo sócio do Brasil na América do Sul. O volume total de comércio entre Brasil e Chile, em 2019, foi de US$ 8,3 bilhões, com superávit brasileiro de US$ 2 bilhões. Comparado aos anos anteriores, o intercâmbio bilateral no ano de 2019 apresentou curva descendente (-14,9%), com queda das exportações (-19,5%) e das importações (-6,1%) brasileiras, resultando em diminuição do superávit brasileiro (-34,6%).

O Brasil exporta para o Chile, principalmente, óleos brutos de petróleo, carnes, automóveis e tratores. E importa do Chile produtos derivados de cobre, salmão e vinhos.

Em 2018, Brasil e Chile assinaram importantes acordos comerciais bilaterais, como o Protocolo de Compras Públicas; o Protocolo de Investimentos em Instituições Financeiras, que complementou o ACFI; e o Acordo de Livre Comércio (ALC). Esse último, uma vez em vigor,

SF/20948.25485-40

incorporará os demais instrumentos acima referidos, estabelecendo arcabouço normativo moderno e de amplo alcance, ao abranger temas de natureza não tarifária, como política de concorrência, facilitação de comércio, comércio eletrônico, questões sanitárias e fitossanitárias, gênero, meio ambiente e assuntos trabalhistas.

Interessados em aprimorar a infraestrutura regional, Brasil e Chile constituíram Grupo de Trabalho para tratar de questões logísticas no âmbito do projeto para o Corredor Rodoviário Bioceânico Porto Murtinho-Portos do Norte do Chile. Esse eixo logístico deverá impulsionar a integração econômica do Brasil à região da Ásia-Pacífico.

Brasil e Chile compartilham o entendimento de que as iniciativas de integração econômica regional em curso são convergentes e trabalham juntos para promover o diálogo entre o MERCOSUL, do qual o Chile é Estado Associado desde 1996, e a Aliança do Pacífico.

No que diz respeito à comunidade brasileira residindo na República do Chile, estima-se o seu número em 20 mil pessoas, 70% das quais concentradas na Região Metropolitana de Santiago.

No tocante à sua política externa, o Chile mostra-se adepto da política comercial livre-cambista, sendo parte de 26 acordos comerciais vigentes, abrangendo 64 mercados.

Em 1994, tornou-se a primeira nação sul-americana a integrar o foro de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC). É membro pleno da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE),

desde 2010. Em 2012, juntamente com Colômbia, México e Peru, constituiu a Aliança do Pacífico (AP).

No âmbito regional, o Chile propôs a constituição do Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL), novo espaço de diálogo regional destinado a contribuir para o fortalecimento das relações e da cooperação entre os Estados sul-americanos, com base em valores como a Democracia, o Estado de Direito e os Direitos Humanos.

O Chile tem sido, também, atuante no Grupo de Lima, onde vem adotando posições coincidentes com as brasileiras na condenação do regime de Nicolás Maduro e no reconhecimento de Juan Guaidó como presidente encarregado da Venezuela.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20948.25485-40

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 13, DE 2020

(nº 286/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PAULO ROBERTO SOARES PACHECO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 286

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **PAULO ROBERTO SOARES PACHECO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile.

Os méritos do Senhor **PAULO ROBERTO SOARES PACHECO** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00062/2020 MRE

Brasília, 6 de Maio de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PAULO ROBERTO SOARES PACHECO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Chile.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **PAULO ROBERTO SOARES PACHECO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 268 /2020/SG/PR

Brasília, 21 de MAIO de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO ROBERTO SOARES PACHECO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Chile.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

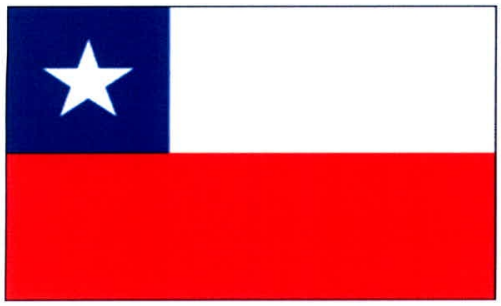
MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *PAULO ROBERTO SOARES PACHECO*
CPF: 770.137.867-72
ID.: 9449 MRE

1964	Filho de Armando Rodrigues Pacheco e Aracy Soares Pacheco, nasce em 12 de março, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1986	Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro
1997	CAD - IRBr
2007	CAE - IRBr, A terceira via: sua dimensão plurilateral (a Governança Progressista), o protagonismo do Reino Unido e o papel do Brasil entre os 'progressistas em desenvolvimento' .
Cargos:	
1988	Terceiro-secretário
1994	Segundo-secretário
2000	Primeiro-secretário, por merecimento
2006	Conselheiro, por merecimento
2009	Ministro de segunda classe, por merecimento
2019	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1988-91	Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente
1991-93	Secretaria de Imprensa do Gabinete, assistente
1994-97	Missão junto às Nações Unidas, Nova York, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1997-2000	Embaixada em Bogotá, Segundo-Secretário
2000-03	Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor
2003-06	Embaixada em Londres, Primeiro-Secretário
2006-10	Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro e Ministro-Conselheiro
2010-15	Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro
2015-16	Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2016-17	Chefe de Gabinete e assessor do Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídico
2017-19	Diretor do Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos
2019-	Chefe da Assessoria Especial de Relações Internacionais do Ministério de Minas e Energia
Condecorações:	
2000	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
2001	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2013	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
2014	Medalha do Pacificador, Brasil
2014	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil
2015	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2016	Medalha Ordem do Mérito Naval
2019	Medalha Mérito Tamandaré
2019	Medalha do Mérito Naval, Grau Grande Oficial

FÁTIMA KEIKO ISHITANI
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CHILE



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio de 2020

APRESENTAÇÃO

Com 756.102 km2, o Chile é o oitavo país mais extenso da América Latina (terceiro se considerados os 1.250.000 km² de território reclamado na Antártica), décimo no continente americano e 38° do mundo. É limitado a leste pela Argentina, a oeste pelo Oceano Pacífico e ao norte por Bolívia e Peru. Seu território estende-se por 4.630 km de norte a sul - o maior país do mundo na distância norte-sul; no entanto, no sentido leste-oeste, mede apenas 430 km, no ponto em que seu território é mais largo. Fazem parte do território chileno as Ilhas de Juan Fernández, Salas y Gómez, Desventuradas e Ilha de Páscoa, todas no Pacífico. Na Antártida, o Chile reclama território que se sobreporia aos pleiteados por Argentina e Reino Unido.

O deserto do Atacama, ao norte, contém grande riqueza mineral, especialmente cobre – a principal commodity exportada pelo país – e nitratos. A população está concentrada no chamado Vale Central - área fértil, de clima mediterrâneo -, que inclui a região de Santiago. Em direção ao sul, há florestas, pastagens, vulcões e lagos, com clima mais frio. A oeste, a costa do Oceano Pacífico estende-se por 6.435 km e, a leste, está a Cordilheira dos Andes.

O país apresenta intensa atividade sísmica, com terremotos constantes, cujos epicentros localizam-se frequentemente no Oceano Pacífico. O Chile tem ainda grande atividade vulcânica, com mais de 30 vulcões ativos na região andina.

O Chile está dividido em 15 regiões, que, por sua vez, são subdivididas em províncias, e estas em comunas. A população é de cerca de 19 milhões de habitantes.

O estabelecimento da Primeira Junta de Governo, em 18 de setembro de 1810, marca o início do processo de emancipação do Chile, sendo aquela considerada a data nacional. Após período de embate com as tropas espanholas, Bernardo O'Higgins declara a independência, em 1818.

Entre 1879 e 1883, o Chile opôs-se ao Peru e à Bolívia na Guerra do Pacífico, em torno de recursos naturais importantes para a economia chilena, como o salitre e o guano, além de disputas fronteiriças. O Tratado de Paz e Amizade de 1904, entre Chile e Bolívia, ratificou um novo traçado da fronteira entre os dois países, pelo qual a Bolívia deixou de possuir territórios adjacentes ao litoral. Desde então, a Bolívia reivindica saída para o mar. Em 2013 a Bolívia solicitou à Corte Internacional de Justiça (CIJ) que decidisse sobre a existência de obrigação do Chile de negociar um acesso do país ao Oceano Pacífico. Em sentença, divulgada em outubro de 2018, a CIJ concluiu que o Chile não assumira tal obrigação. A fronteira marítima com o Peru também foi objeto de controvérsias, dirimidas por decisão da Corte em 2014.

Entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990, o Chile esteve sob governo do general Augusto Pinochet Ugarte. Com a redemocratização, em 1990, teve início período de governos da "Concertação", que se estendeu até o início do primeiro mandato do presidente Sebastián Piñera, em março de 2010. O segundo governo da presidente Michelle Bachelet (2014-2018) contou com o apoio da coalizão "Nova Maioria". O atual presidente, Sebastián Piñera, tomou posse para seu segundo mandato em 11 de março de 2018, pela coalizão "Chile Vamos".

PERFIL BIOGRÁFICO

SEBASTIÁN PIÑERA
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Miguel Juan Sebastián Piñera Echenique nasceu em Santiago, em 1/12/1949. É graduado em Economia Comercial pela Pontifícia Universidade Católica do Chile. Obteve títulos de Mestre e Doutor em Economia pela Universidade de Harvard. Entre 1974 e 1976, foi consultor do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Trabalhou como economista para a CEPAL em 1976. Entre 1971 e 1990, foi professor de economia na Universidade do Chile, na Pontifícia Universidade Católica do Chile e na Universidade Adolfo Ibáñez. Iniciou suas atividades empresariais na década de 70, com investimentos nos mais variados setores. No plebiscito de 1988 sobre a permanência de Augusto Pinochet no poder, ajudou a financiar a campanha do "Não". Entre 1990 e 1998, foi senador pelo partido Renovação Nacional (RN). Candidato nas eleições presidenciais de 2005, foi derrotado, no segundo turno, por Michelle Bachelet. Foi presidente do Chile entre 2010 e 2014, pela "Coalición por el Cambio". Tomou posse para seu segundo mandato na Presidência em 11 de março de 2018, pela coalizão "Chile Vamos".

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e Chile caracterizam-se pela intensidade e pelo dinamismo do intercâmbio comercial e empresarial. Na coordenação política, área em que ambos os países têm aprofundado sua articulação, o bom entendimento e a adoção de posições comuns têm sido frequentes tanto no âmbito regional quanto no multilateral.

O presidente Jair Bolsonaro elegeu o Chile como destino de sua primeira viagem bilateral na América Latina, em 23/3/2019. O presidente Sebastián Piñera visitou Brasília, em 28/8, para tratar de questões ambientais, entre outros temas, com o presidente Bolsonaro. Na Declaração Conjunta adotada na ocasião, os presidentes reafirmaram seu compromisso de aprofundar a cooperação e a coordenação entre

Brasil e Chile em todas as áreas. O chanceler Teodoro Ribera esteve em Brasília em 5/9, ocasião em que manteve reunião de trabalho com o chanceler Ernesto Araújo.

É intenso o fluxo de investimentos bilaterais, beneficiando as economias e as sociedades dos dois países. O Brasil concentra o maior estoque de investimentos externos chilenos no mundo, o qual ultrapassa a marca dos US$ 35 bilhões. As empresas chilenas que atuam no Brasil atuam em áreas como papel e celulose, varejo e energia. O Brasil, por sua vez, registra investimentos na economia chilena de mais de US$ 4,5 bilhões, em setores como energia, serviços financeiros, alimentos, mineração, siderurgia, construção e fármacos. Em novembro de 2015, os dois países firmaram o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).

O comércio entre Brasil e Chile já está praticamente todo liberalizado, ao amparo do Acordo de Complementação Econômica MERCOSUL-Chile (ACE-35). Em 2019, o Brasil foi o principal parceiro comercial chileno na América Latina, e o Chile, o segundo sócio do Brasil na América do Sul. O volume total de comércio entre Brasil e Chile, em 2019, foi de US$ 8,3 bilhões, com superávit brasileiro de US$ 2 bilhões. Em 2019, o intercâmbio bilateral apresentou curva descendente (-14,9%), com queda das exportações (-19,5%) e das importações (-6,1%) brasileiras, resultando em diminuição do superávit brasileiro (-34,6%).

Entre os principais produtos exportados ao Chile pelo Brasil encontram-se óleos brutos de petróleo, carnes, automóveis e tratores. O Brasil, por sua vez, importa do Chile principalmente derivados de cobre, salmão e vinhos.

Em 2018, Brasil e Chile assinaram importantes novos acordos comerciais bilaterais: o Protocolo de Compras Públicas; o Protocolo de Investimentos em Instituições Financeiras, que complementou o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI); e o Acordo de Livre Comércio (ALC). O ALC, que, uma vez em vigor, incorporará os demais instrumentos referidos, estabelece arcabouço normativo moderno e de amplo alcance, abrangendo temas de natureza não tarifária, como política de concorrência; facilitação de comércio; comércio eletrônico; questões sanitárias e fitossanitárias; gênero; meio ambiente; e assuntos trabalhistas.

No âmbito sul-americano, o Chile é parceiro fundamental do Brasil. Os dois países compartilham o entendimento de que as iniciativas de integração econômica regional em curso são convergentes e trabalham juntos para promover o diálogo entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico.

Brasil e Chile têm interesse comum, também, em aprimorar a infraestrutura regional. Entre os projetos nessa área, destaca-se o Corredor Rodoviário Bioceânico Porto Murtinho-Portos do Norte do Chile. O eixo logístico deverá impulsionar a integração econômica do Brasil à região da Ásia-Pacífico. Grupo de Trabalho conformado para esse fim tem avançado em questões logísticas e aduaneiras.

Entre os diversos foros bilaterais, destacam-se o Mecanismo de Consultas Políticas; o Diálogo Político-Militar bilateral, realizado entre os Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa; o Grupo de Trabalho Brasil-Chile de Cooperação em Ciência,Tecnologia e Inovação; e o Mecanismo de Consultas Bilaterais em Temas Antárticos.

A estação antártica chilena de Eduardo Frei e a cidade de Punta Arenas oferecem apoio estratégico à atuação do Brasil e de seus pesquisadores na Antártida.

Brasil e Chile, ademais, compartilham valores fundamentais como a promoção da democracia e a defesa dos direitos humanos e, com frequência, coordenam posições em foros regionais e multilaterais.

Assuntos consulares: A rede consular brasileira no Chile é composta pelo Consulado-Geral do Brasil em Santiago e por Consulados Honorários em Iquique, Punta Arenas, Temuco e Valparaíso.

Estima-se que a comunidade brasileira no Chile seja de 20 mil pessoas. Cerca de 70% dos brasileiros residentes concentram-se na Região Metropolitana de Santiago. O Chile recebe, anualmente, mais de 400 mil turistas brasileiros, majoritariamente em viagem de lazer.

Empréstimos e financiamentos oficiais: A exposição do Fundo de Garantia à Exportação ao Chile atualmente é de US$ 1.316.881,00.

POLÍTICA INTERNA

O Chile é uma república presidencialista, cujo mandatário é eleito por voto direto para período de 4 anos, sem direito a reeleição imediata. É eleito presidente da República o candidato que obtiver, em primeiro turno, a maioria absoluta dos votos válidos. Caso nenhum candidato obtenha a votação necessária, segundo turno é realizado no quarto domingo após a primeira eleição.

O atual presidente, Sebastián Piñera, da coalizão "Chile Vamos", foi eleito em segundo turno, em 17 de dezembro de 2017, com 54,57% dos votos, contra 45,43% da coligação "Força da Maioria". Piñera tomou posse no dia 11 de março de 2018, para mandato de quatro anos.

O Estado chileno é unitário, mas divide-se, para fins administrativos, em quinze Regiões, cada uma das quais a cargo de um governador regional, o qual compõe, ao lado de conselheiros regionais, o Governo Regional. Os conselheiros possuem atribuições semelhantes às de deputados estaduais no Brasil e são eleitos por sufrágio universal. Quanto aos governadores regionais, foram instituídos por lei promulgada em dezembro de 2016 e serão escolhidos por primeira vez mediante eleição direta, em princípio em outubro de 2020. Os governadores regionais substituirão a figura dos intendentes, indicados pela presidência. As regiões, por sua vez, dividem-se em Províncias, administradas por um governador nomeado e removido livremente pelo presidente da República. As Províncias, finalmente, dividem-se em comunas, que são dirigidas por um "alcalde" (prefeito), eleito por votação popular.

O Poder Legislativo chileno é bicameral, constituído pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, e tem sua sede em Valparaíso. Os deputados são eleitos para mandatos de quatro anos, sendo reelegíveis. Os senadores elegem-se para mandatos de oito anos,

e a cada quatro anos a legislatura é renovada parcialmente.

A Câmara dos Deputados é composta atualmente por 155 representantes. O Senado conta, na atualidade, com 43 senadores, número que deverá chegar a 50 até 2022, conforme prevê reforma eleitoral aprovada em 2015.

A coalizão governista "Chile Vamos", do presidente Piñera, é composta pelos partidos "Unión Demócrata Independiente", "Renovación Nacional", "Regionalista Independiente Demócrata" e "Evópoli". Detém, atualmente, 19 assentos no Senado e 69 assentos na Câmara. A coalizão oposicionista Frente Ampla, por sua vez, reúne catorze partidos de esquerda, contando com 16 deputados na Câmara e apenas 1 representante no Senado. Outra força importante no panorama político chileno é o partido "Demócrata Cristiano", de tendência centrista, que conta com 12 deputados e 5 senadores eleitos.

A eclosão do chamado "estallido social" em Santiago, em 18 de outubro de 2019, impactou profundamente o panorama político-econômico chileno. Desencadeadas por aumentos de tarifas públicas, em especial pela alta da passagem do metrô de Santiago, as manifestações – em geral pacíficas, mas com episódios importantes de violência e vandalismo – rapidamente se alastraram para diversas regiões do país e angariaram amplo apoio na sociedade chilena. O surgimento espontâneo de protestos em grande escala num país com índices de desenvolvimento entre os mais elevados da região e até então considerado política, econômica e socialmente estável surpreendeu a todos. Igualmente inesperados foram, por uma parte, o alto grau de adesão da sociedade e, por outra, a capacidade de coordenação de grupos violentos.

Como desdobramento da crise, o Congresso chileno aprovou, em dezembro último, com voto favorável da base governista e dos partidos de oposição, processo que poderá conduzir à elaboração de nova constituição. Segundo calendário eleitoral inicial, realizar-se-ia, em 26/4/2020, plebiscito de consulta à população para decidir sobre a elaboração de nova constituição, em substituição à vigente, que data de 1980. No entanto, devido à pandemia do coronavírus, o plebiscito foi adiado para 25/10/2020.

As eleições locais, que estavam previstas para outubro de 2020, foram adiadas para 11/4/2021, oportunidade em que se elegerão "alcaldes", vereadores, governadores e constituintes (caso vença a opção pela elaboração de nova constituição no plebiscito de outubro de 2020).

A mais alta instância do Poder Judiciário chileno é a Corte Suprema de Justiça. O autônomo Tribunal Constitucional é responsável por exercer o controle de constitucionalidade das leis e processos legislativos em curso no país.

POLÍTICA EXTERNA

A abertura ao comércio internacional e a busca da modernização econômica são traços distintivos da imagem internacional do Chile, que se reflete nas linhas mestras de sua política externa. Adepto de política comercial livre-cambista, o Chile é parte de

26 acordos comerciais vigentes, que abrangem 64 mercados.

Em 1994, o Chile tornou-se a primeira nação sul-americana a integrar o foro de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC). É membro pleno da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 2010. Em 2012, juntamente com Colômbia, México e Peru, constituiu a Aliança do Pacífico (AP).

O Chile foi signatário da Parceria Transpacífica (TPP). Após o abandono da TPP por parte dos Estados Unidos, a Chancelaria chilena impulsionou o diálogo entre os demais membros do acordo original, que lograram a assinatura, em 08/03/2018, em Santiago, da Parceria Transpacífica Progressiva Abrangente (CP-TPP ou TPP-11).

Além da atenção tradicionalmente conferida à região da Ásia-Pacífico, a política externa do governo Piñera ressalta a identidade latino-americana do Chile e o objetivo de agregar densidade aos vínculos com os países da região.

O Chile tem sido, dentro da Aliança do Pacífico, o principal propulsor da aproximação com o MERCOSUL, do qual é Estado Associado desde 1996. As tratativas entre os dois blocos têm privilegiado áreas como cooperação regulatória, investimentos, mobilidade acadêmica e facilitação de comércio.

Em janeiro de 2019, o Chile propôs a constituição do Foro para o Progresso e Integração da América do Sul (PROSUL), novo espaço de diálogo regional destinado a contribuir para o fortalecimento das relações e da cooperação entre os Estados sul-americanos, com base em valores fundamentais como a defesa da Democracia, do Estado de Direito e dos Direitos Humanos. A iniciativa foi lançada na reunião de presidentes sul-americanos, realizada, em 22 de março de 2019, em Santiago. Em setembro de 2019, realizou-se em Nova York reunião dos Ministros das Relações Exteriores de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Paraguai, bem como de representante da Guiana, na qual foi emitida a primeira declaração ministerial do Foro, por meio da qual os Ministros adotaram as Diretrizes para o Funcionamento do PROSUL.

No contexto da crise do coronavírus, o Chile tem buscado manter, no âmbito do PROSUL, mecanismo de diálogo e intercâmbio de informações sobre políticas adotadas pelos países participantes.

Ainda no âmbito regional, o Chile tem sido bastante atuante no Grupo de Lima e crítico vocal do regime de Nicolás Maduro, adotando posições coincidentes com as brasileiras, inclusive no reconhecimento de Juan Guaidó como presidente encarregado da Venezuela.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O cenário econômico chileno foi impactado pela crise social que eclodiu no país em outubro de 2019. Em 2019, a economia chilena avançou cerca de 1%, contra estimativas iniciais de crescimento entre 3 e 3,5%, antes de outubro. Informe de Política Monetária (IPOM) do Banco Central do Chile, referente ao mês de março,

estima que o PIB chileno deve retrair-se entre 1,5 e 2,5% em 2020, como consequência dos efeitos da pandemia do coronavírus sobre a economia. Em dezembro de 2019, estimava-se crescimento do PIB entre 1,5 e 2,5%, o que foi reajustado em função da crise sanitária mundial. Segundo previsão da autoridade monetária chilena, os investimentos devem cair 8,5%; o consumo, 1,9%; e a demanda interna, 5,8%. Trata-se das projeções mais negativas desde a crise econômica dos anos 1980.

De acordo com o IPOM, a atividade econômica sofreu acentuada queda em meados de março, tendência que deve acentuar-se no segundo trimestre de 2020. No cenário externo, determinante para uma economia em que o comércio internacional representa aproximadamente 60% do PIB, o cenário apresentado pelo Banco Central chileno para 2020 também é de recessão global. Para 2021, o Banco Central prevê recuperação econômica significativa, traduzida em crescimento estimado do PIB chileno entre 3,75% e 4,75%, tendência que seria mantida em 2022. A autoridade monetária chilena prevê cenário de oscilação da economia do país em formato de "V", caracterizada por variação acentuada tanto na queda quanto na recuperação. O Banco Central chileno estima que forças deflacionárias locais e globais manterão a inflação aderente à meta de 3% anuais no período 2020-2022.

Em relação ao comércio exterior, a autoridade monetária chilena prevê a continuação da queda da corrente de comércio verificada em 2019, quando tanto as exportações quanto as importações retrocederam 2,3%. Em 2020, as exportações chilenas manter-se-iam em patamar semelhante, com queda um pouco menor (-1,4%), ao passo que as importações sofreriam decréscimo da ordem de 14,7%, com potencial impacto negativo relevante nas exportações brasileiras, considerando-se que o Brasil é um dos principais parceiros comerciais do Chile. Em 2021 e 2022, as exportações subiriam 4,3% e 2,7%, enquanto as importações aumentariam 8,4% e 5,4%, respectivamente.

Caso essa trajetória do comercio exterior chileno se confirme, contribuirá, juntamente com a taxa de câmbio depreciada e os fluxos de investimento, para a inversão no saldo em conta corrente do país, que sairia de déficit de 3,9% do PIB, em 2019, para superávit de 0,8% do PIB, em 2020. Ainda segundo dados do Banco Central chileno, no período 2021-2022, o déficit voltaria a subir e atingiria 1% do PIB, no final de 2022.

No que concerne ao preço do cobre, principal commodity do país, o Banco Central chileno estima valor médio de US$ 2,15 por libra em 2020, o que aponta cenário de recessão significativa e queda acentuada na arrecadação do país. Em 2021, o preço médio do metal chegaria a US$ 2,45, alcançando, apenas em 2022, o valor médio de US$ 2,85, compatível com crescimento moderado da economia mundial. O preço do cobre constitui uma das principais variáveis acompanhadas pelos agentes econômicos chilenos, por representar quase 50% dos ingressos fiscais do país e 48% das exportações chilenas.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1520	A serviço da Espanha, Fernão de Magalhães cruza o estreito que leva seu nome e chega ao Chile.
1541	Pedro de Valdivia funda Santiago do Chile.
1817	O Exército Libertador, dirigido por O´Higgins e San Martín, entra no Chile e vence a Batalha de Maipú, em 5 de abril.
1818	O'Higgins assina a Ata de Independência. Proclamação da República.
1861	José Joaquín Pérez é eleito presidente. Ascensão ao poder do Partido Liberal, que o conservará até a Revolução de 1891.
1879	Militares chilenos ocupam o porto boliviano de Antofagasta. Tem início a Guerra do Pacífico.
1884	Fim da Guerra do Pacífico. Inicia a exploração de salitre nas áreas tomadas de Peru e Bolívia.
1891	Revolução de 1891. O presidente constitucional José Manuel Balmaceda é derrotado por tropas favoráveis ao Congresso Nacional. Tem início o Parlamentarismo.
1925	Promulgada a Constituição de 1925, que estabeleceu sistema presidencialista.
1927	Carlos Ibáñez del Campo toma o poder e instala ditadura de inspiração fascista.
1931	Sob os efeitos da crise de 1929, Ibáñez del Campo renuncia.
1939	Começa sucessão de governos do Partido Radical, que permanecerá no poder até 1952.
1952	Carlos Ibáñez del Campo chega outra vez à Presidência, desta vez por via eleitoral.
1964	Eduardo Frei, do Partido Democrata Cristão (PDC), inicia reforma agrária.
1970	Salvador Allende é eleito presidente do Chile. Primeiro socialista eleito, em seu governo nacionaliza mineradoras norte-americanas.
1973	O general Augusto Pinochet lidera golpe de estado. Salvador Allende morre no Palácio La Moneda.
1976	O Chile se retira do Pacto Andino.
1978	A Bolívia rompe relações com o Chile (ainda não houve reatamento formal).
1980	Promulgada a Constituição de 1980, aprovada por plebiscito.
1985	Controvérsia entre Chile e Argentina a respeito da soberania sobre o Canal de Beagle é submetida à arbitragem do Papa João Paulo II. O Chile ficou com ilhas Nueva, Picton e Lennox, além do controle do canal de Drake; a Argentina passou a controlar o mar territorial atlântico e seus recursos pesqueiros e petrolíferos.
1988	Pinochet é derrotado em plebiscito sobre sua permanência, previsto pela Constituição, e deixa o poder.
1990	O democrata-cristão Patricio Aylwin toma posse como presidente.

	Constituição permite a Pinochet manter-se até 1998 à frente do Exército e nomear 9 senadores.
1994	Eduardo Frei Ruiz-Tagle (filho do ex-presidente Frei), da coalizão de centro-esquerda Concertación, é eleito presidente.
1998	Pinochet deixa o comando do Exército e assume cadeira vitalícia no Senado - prerrogativa garantida pela Constituição. Em outubro, é preso em Londres, a pedido da Justiça espanhola, que solicita sua extradição para julgá-lo por "crimes contra a humanidade".
1999	O Reino Unido autoriza a extradição de Pinochet para a Espanha, mas o general, com 84 anos, é libertado por ser considerado incapaz fisicamente de enfrentar julgamento.
2000	Ricardo Lagos Escobar, da Concertación, é eleito presidente por estreita margem. Primeiro socialista a governar o país desde Allende, manteve política econômica liberal.
2002	Pinochet renuncia ao cargo de senador vitalício.
2003	Assinado Acordo de Livre Comércio com os EUA. O Chile torna-se o primeiro país na América do Sul a fazê-lo.
2006	Michelle Bachelet, da Concertación, é eleita presidente. Pinochet morre em dezembro.
2010	Sebastián Piñera é eleito presidente, em 17 de janeiro, no segundo turno, pela "Coalición por el Cambio", coligação de centro-direita. Toma posse em 11 de março.
2013	Michelle Bachelet é, novamente, eleita presidente, pela Nova Maioria, em 15 de dezembro.
2014	Posse de Michelle Bachelet, em 11 de março.
2017	Sebastián Piñera é, novamente, eleito presidente, pela coalizão "Chile Vamos", em 17 de dezembro.
2018	Posse de Sebastián Piñera, em 11 de março.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1836	Estabelecimento de relações diplomáticas, em 22 de abril.
1838	Assinatura do primeiro tratado bilateral entre os dois países (Tratado de Amizade, Comércio e Navegação), em 1 de setembro.
1879-1883	Guerra do Pacífico entre Chile, Peru e Bolívia. Ocupação de Lima pelo Exército chileno em 1881. Brasil manteve-se neutro durante o conflito.
1884–1886	Brasil é escolhido para presidir, com voto de desempate, os tribunais arbitrais que julgaram as reclamações dos países neutros na Guerra do Pacífico contra o Chile.

1915	Assinatura do Pacto ABC, entre Argentina, Brasil e Chile (oficialmente chamado Pacto de Não–Agressão, Consulta e Arbitragem), que não foi referendado pelo Parlamento chileno.
1922	Elevação das Legações dos dois países a categoria de Embaixadas.
1964–1973	Expressivo número de militantes de esquerda brasileiros busca asilo no Chile durante o regime militar no Brasil.
1996	Ingresso do Chile no MERCOSUL na qualidade de Estado Associado, em junho.
2004	Início da participação do Chile, de forma protagônica, em conjunto com o Brasil, nas operações da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).
2010	Instalação da Comissão Bilateral Brasil-Chile e assinatura do Memorando de Entendimento de Cooperação na Área da Televisão Digital Terrestre, por ocasião de visita do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a Santiago (fevereiro).
2010	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Santiago para prestar solidariedade no contexto do terremoto que atingiu o Chile em 27 de fevereiro (março).
2010	O presidente do Chile, Sebastián Piñera, visita o Brasil (9 de abril).
2010	Realização da I Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Chile, em Brasília, por ocasião de visita do chanceler chileno, Alfredo Moreno, e assinatura de Ajustes Complementares nas áreas de saúde, desenvolvimento social e esportes (agosto).
2011	Realização da II Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Chile, em Santiago, por ocasião de visita do ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e assinatura de atos nas áreas de televisão digital, cultural e educacional (1º de abril).
2012	Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores da República do Chile, Alfredo Moreno (18 de abril).
2012	Visita ao Brasil do ministro das Relações Exteriores da República do Chile, Alfredo Moreno (7 e 8 de outubro).
2013	Visita da presidente Dilma Rousseff ao Chile e encontro com o presidente Sebastián Piñera, em reunião à margem da I Cúpula CELAC. Assinatura do Acordo de Cooperação Antártica (26 de janeiro).
2014	Visita do ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, a Santiago (março).

2014	Visita da presidente Dilma Rousseff ao Chile para participar das cerimônias de posse da presidente Michelle Bachelet (10 a 12 de março).
2014	Visita do chanceler chileno, Heraldo Muñoz, a Brasília (3 de abril).
2014	Visita do ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado a Santiago (6 de maio).
2014	Visita ao Brasil da presidente da República do Chile, Michelle Bachelet (12 de junho).
2015	Visita do ministro Mauro Vieira a Santiago, onde mantém reunião de trabalho com a presidente Michele Bachelet, o chanceler Heraldo Muñoz e outras autoridades do Governo chileno (17 de abril).
2015	Assinatura do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Brasil e o Chile (Santiago, 23 de novembro).
2016	Visita da presidente Dilma Rousseff a Santiago (26 e 27 de fevereiro).
2017	O chanceler Aloysio Nunes Ferreira realiza sua primeira visita oficial ao Chile (10 e 11 de abril).
2018	Visita do presidente Michel Temer ao Chile por ocasião da cerimônia de posse do presidente eleito Sebastián Piñera (Valparaíso, 11 de março).
2018	Visita ao Brasil do ministro de Relações Exteriores do Chile, Roberto Ampuero (Brasília, 18 de abril).
2018	Visita do presidente do Chile, Sebastián Piñera (Brasília, 27 de abril).
2018	I Rodada Negociadora do Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile (Brasília, 6 a 8 de junho).
2018	Primeira Reunião do Diálogo Político-Militar Brasil-Chile (Mecanismo 2+2) (9 de agosto).
2018	II Rodada Negociadora do Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile (Santiago, 7 a 10 de agosto).
2018	III Rodada de Negociações do Acordo de Livre Comércio Brasil-Chile (Brasília, 12 a 14 de setembro).
2018	Conclusão das Negociações do Acordo de Livre Comércio entre o Brasil e o Chile (Santiago, 16 a 19 de outubro).
2019	Visita oficial do presidente Jair Bolsonaro ao Chile (Santiago, 22 e 23 de março).
2019	Visita ao Brasil do ministro de Relações Exteriores do Chile, Roberto Ampuero (Brasília, 14 de março).

2019	Visita do presidente Sebastián Piñera ao Brasil (Brasília, 28 de agosto).
2019	Visita do ministro de Relações Exteriores do Chile, Teodoro Ribera (Brasília, 5 de setembro).

ACORDOS BILATERAIS

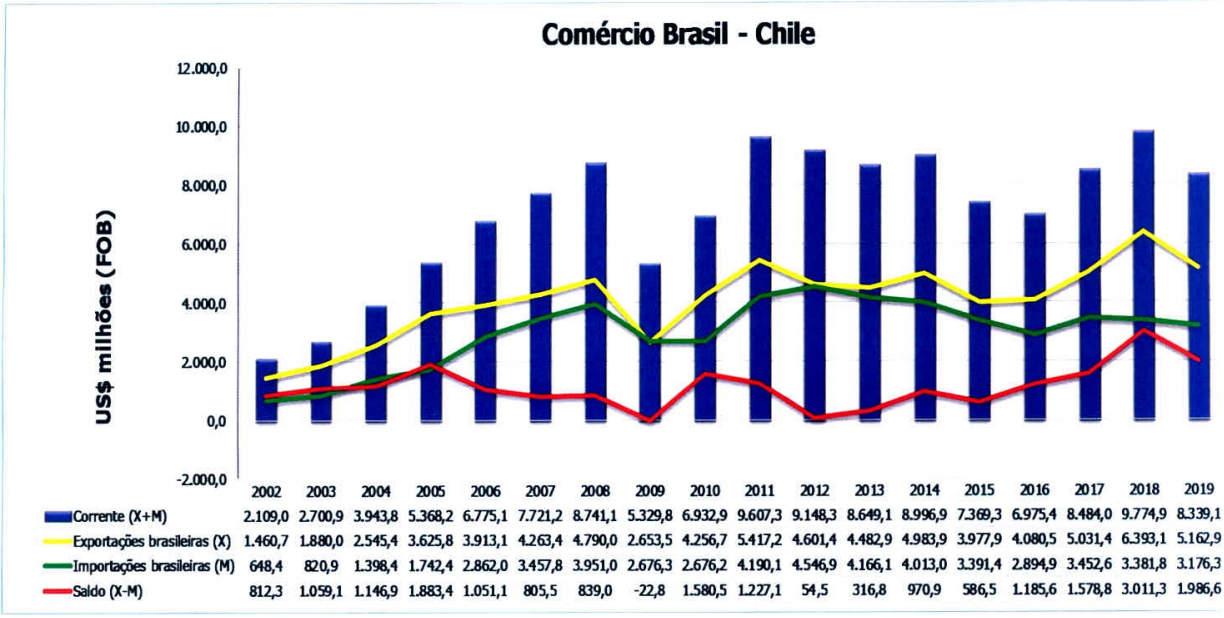
Título	**Data de Celebração**	**Entrada em Vigor**	**Publicação no D.O.U.**
Tratado de Arbitramento	18/5/1899	7/3/1906	15/4/1906
Tratado de Extradição	8/9/1935	9/8/1937	20/8/1937
Convênio entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile sobre Transportes Marítimos	25/4/1974	8/1/1975	21/1/1975
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	26/7/1990	8/6/1992	15/7/1992
Acordo entre o Governo da República Federativa Brasil e o Governo da República do Chile Básico de Cooperação Científica Técnica e Tecnológica	26/7/1990	28/9/1992	16/10/1992
Acordo sobre Cooperação Turística entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile	26/3/1993	28/5/1998	29/7/1998

Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Publicação no D.O.U.
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	26/3/1993	13/9/1995	11/9/1995
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile em Matéria de Sanidade Agropecuária	25/3/1996	1/8/1997	16/4/1998
Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Chile sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países	25/3/1996	7/3/1997	27/2/1997
Tratado sobre Transferência de Presos Condenados entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile	29/4/1998	18/3/1999	29/3/1999
Emenda, por troca de Notas, ao Acordo sobre Transportes Aéreos, de 04/07/1947, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile	3/12/1998	22/6/2004	15/10/2004
Emenda, por Troca de Notas, ao Anexo do Acordo sobre Transportes Aéreos, de 04/07/1947, celebrada entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile	3/12/1998	Em ratificação	-

Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Publicação no D.O.U.
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação ao Imposto sobre a Renda	3/4/2001	24/7/2003	3/12/2003
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile no Campo dos usos Pacíficos da Energia Nuclear	20/3/2002	27/5/2006	22/6/2006
Convênio de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile	26/4/2007	1/9/2009	2/9/2010
Acordo entre o Brasil e o Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa	3/12/2007	30/12/2009	23/12/2010
Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile	30/7/2009	5/8/2011	9/5/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile para a Implementação do Projeto "Apoio Técnico para Implementação da Televisão Digital no Chile"	23/9/2011	Tramitação no MRE	-
Acordo de Cooperação Antártica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile	26/1/2013	Tramitação Congresso Nacional	-

Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Publicação no D.O.U.
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile	23/11/2015		7/7/2017
Acordo de Contratação Pública entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile.	27/4/2018	Substituído pelo Acordo de Livre Comércio assinado em 21/11/2018	
Protocolo de Investimentos em Instituições Financeiras entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile.	27/4/2018	Substituído pelo Acordo de Livre Comércio assinado em 21/11/2018	
Protocolo Complementar ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa, referente ao Intercâmbio de Dados e Serviços de Catalogação da Defesa.	9/8/2018	Tramitação Congresso Nacional	
Acordo de Livre Comércio entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile	21/11/2018	Tramitação Congresso Nacional	

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



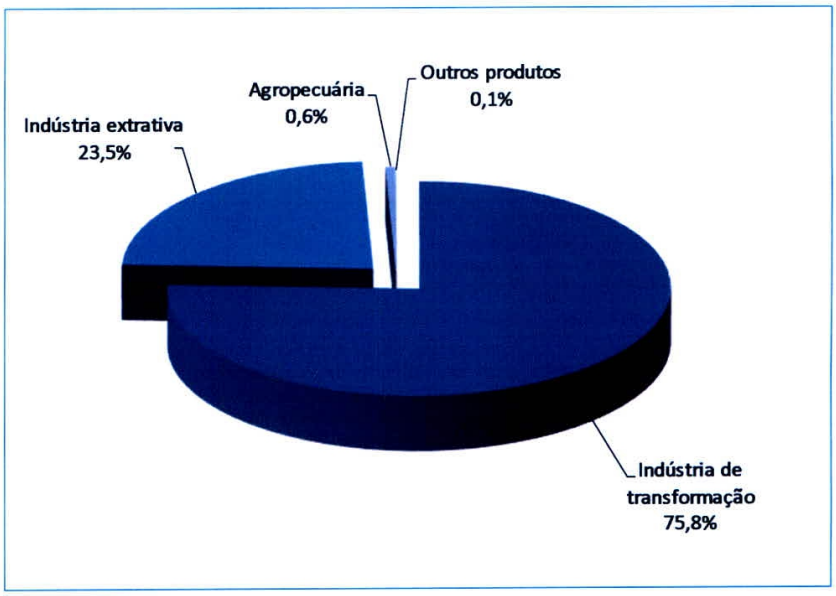
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Corrente (X+M)	2.109,0	2.700,9	3.943,8	5.368,2	6.775,1	7.721,2	8.741,1	5.329,8	6.932,9	9.607,3	9.148,3	8.649,1	8.996,9	7.369,3	6.975,4	8.484,0	9.774,9	8.339,1
Exportações brasileiras (X)	1.460,7	1.880,0	2.545,4	3.625,8	3.913,1	4.263,4	4.790,0	2.653,5	4.256,7	5.417,2	4.601,4	4.482,9	4.983,9	3.977,9	4.080,5	5.031,4	6.393,1	5.162,9
Importações brasileiras (M)	648,4	820,9	1.398,4	1.742,4	2.862,0	3.457,8	3.951,0	2.676,3	2.676,2	4.190,1	4.546,9	4.166,1	4.013,0	3.391,4	2.894,9	3.452,6	3.381,8	3.176,3
Saldo (X-M)	812,3	1.059,1	1.146,9	1.883,4	1.051,1	805,5	839,0	-22,8	1.580,5	1.227,1	54,5	316,8	970,9	586,5	1.185,6	1.578,8	3.011,3	1.986,6

2019/2020	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2019 (jan-mar)	1.136,2	818,4	1.954,6	317,7
2020 (jan-mar)	928,2	786,6	1.714,8	141,6

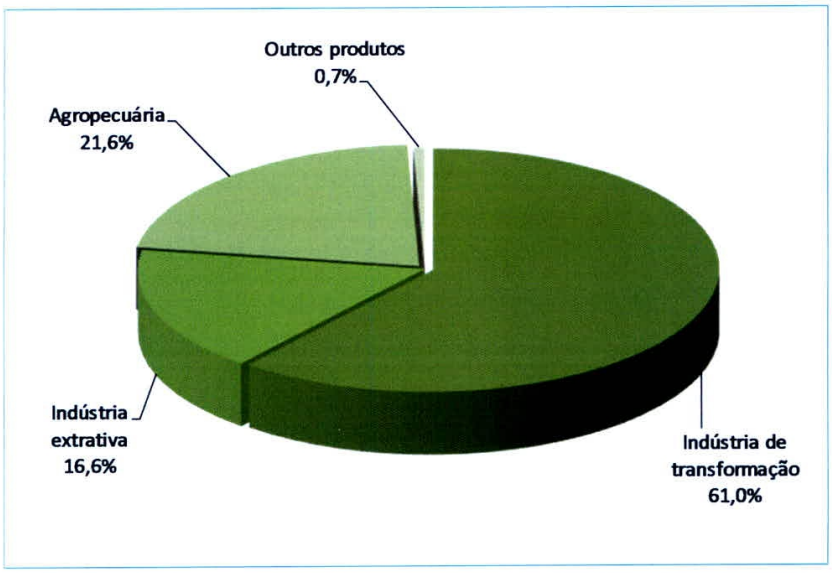
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2019

Exportações



Importações



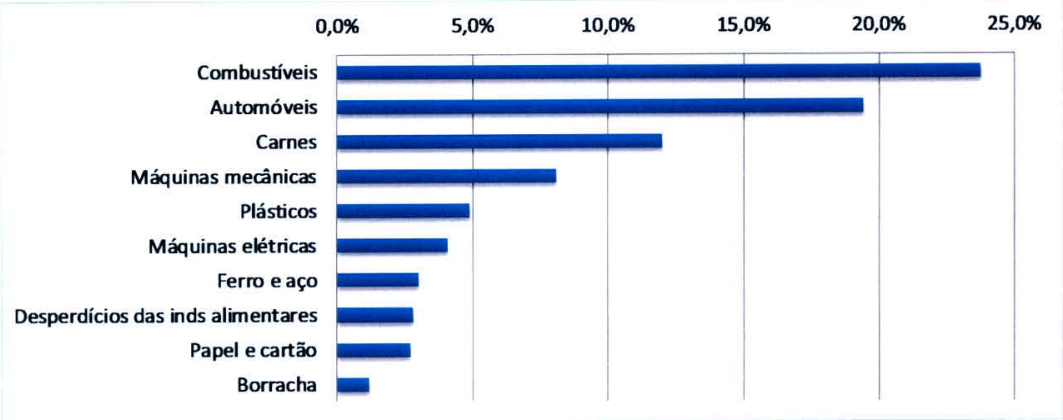
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020

Composição das exportações brasileiras para o Chile
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Combustíveis	1.543,9	30,7%	2.150,1	33,6%	1.225,2	23,7%
Automóveis	909,1	18,1%	1.231,8	19,3%	1.001,9	19,4%
Carnes	435,9	8,7%	636,1	9,9%	620,8	12,0%
Máquinas mecânicas	357,7	7,1%	399,3	6,2%	417,7	8,1%
Plásticos	259,3	5,2%	268,7	4,2%	251,3	4,9%
Máquinas elétricas	185,4	3,7%	195,1	3,1%	209,6	4,1%
Ferro e aço	134,8	2,7%	161,5	2,5%	156,1	3,0%
Desperdícios das inds alimentares	115,6	2,3%	126,8	2,0%	145,3	2,8%
Papel e cartão	123,8	2,5%	154,0	2,4%	138,9	2,7%
Borracha	60,0	1,2%	73,6	1,2%	59,2	1,1%
Subtotal	**4.125,4**	**82,0%**	**5.397,1**	**84,4%**	**4.226,0**	**81,9%**
Outros	**906,0**	**18,0%**	**996,0**	**15,6%**	**936,9**	**18,1%**
Total	**5.031,4**	**100,0%**	**6.393,1**	**100,0%**	**5.162,9**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

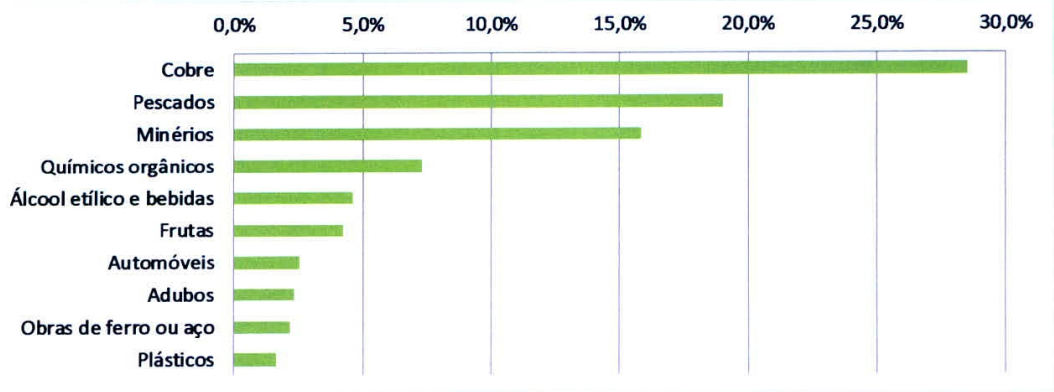


Composição das importações brasileiras originárias do Chile
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Cobre	1.075,6	31,2%	1.161,8	34,4%	906,2	28,5%
Pescados	589,4	17,1%	584,5	17,3%	604,7	19,0%
Minérios	545,3	15,8%	416,1	12,3%	503,1	15,8%
Químicos orgânicos	158,6	4,6%	191,0	5,6%	232,2	7,3%
Álcool etílico e bebidas	147,1	4,3%	146,2	4,3%	146,6	4,6%
Frutas	169,4	4,9%	168,0	5,0%	134,9	4,2%
Automóveis	77,5	2,2%	88,1	2,6%	81,4	2,6%
Adubos	180,1	5,2%	115,9	3,4%	74,8	2,4%
Obras de ferro ou aço	89,7	2,6%	65,9	2,0%	69,2	2,2%
Plásticos	46,6	1,4%	51,9	1,5%	52,8	1,7%
Subtotal	**3.079,3**	**89,2%**	**2.989,5**	**88,4%**	**2.805,8**	**88,3%**
Outros	**373,3**	**10,8%**	**392,3**	**11,6%**	**370,4**	**11,7%**
Total	**3.452,6**	**100,0%**	**3.381,8**	**100,0%**	**3.176,3**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.

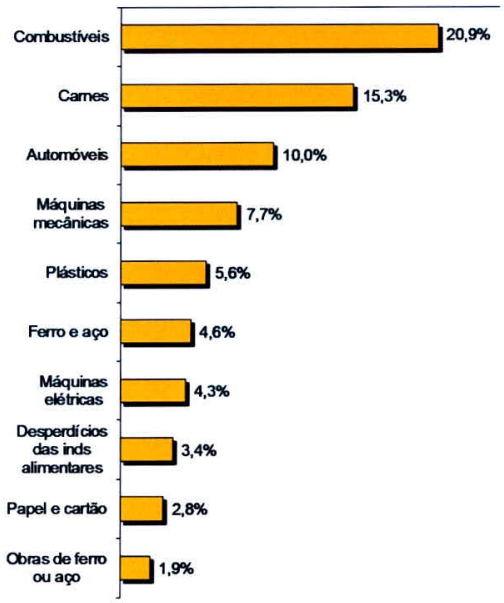
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

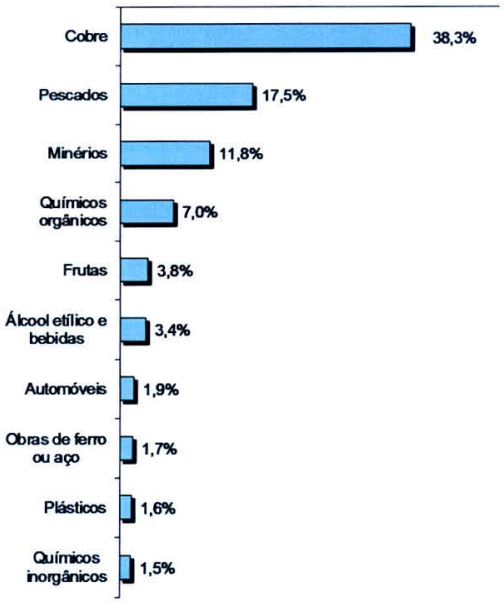
Grupos de produtos (SH2)	2019 (jan-mar)	Part. % no total	2020 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Combustíveis	227,7	20,0%	194,2	20,9%
Carnes	116,3	10,2%	142,1	15,3%
Automóveis	268,9	23,7%	93,1	10,0%
Máquinas mecânicas	92,3	8,1%	71,2	7,7%
Plásticos	63,9	5,6%	52,2	5,6%
Ferro e aço	44,8	3,9%	42,7	4,6%
Máquinas elétricas	42,9	3,8%	39,5	4,3%
Desperdícios das inds alimentares	33,8	3,0%	31,7	3,4%
Papel e cartão	35,3	3,1%	26,3	2,8%
Obras de ferro ou aço	12,8	1,1%	18,0	1,9%
Subtotal	**938,5**	**82,6%**	**711,0**	**76,6%**
Outros	**197,6**	**17,4%**	**217,2**	**23,4%**
Total	**1.136,2**	**100,0%**	**928,2**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020

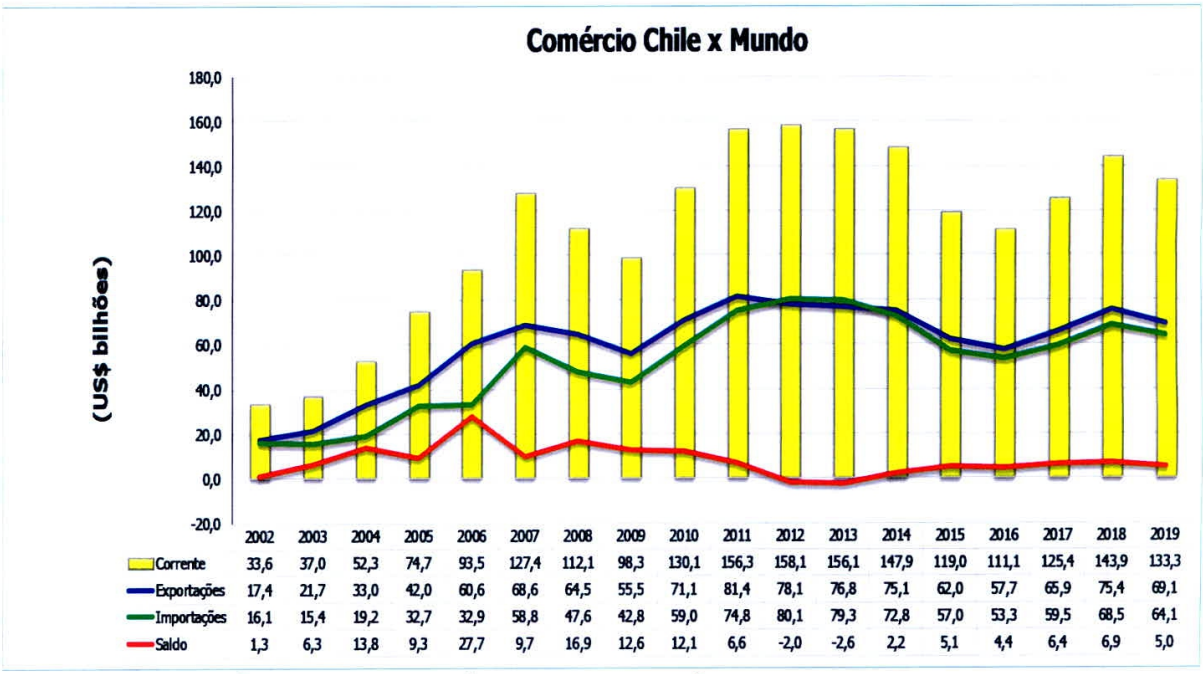


Grupos de produtos (SH2)	2019 (jan-mar)	Part. % no total	2020 (jan-mar)	Part. % no total
Importações				
Cobre	222,7	27,2%	301,0	38,3%
Pescados	157,4	19,2%	137,8	17,5%
Minérios	173,7	21,2%	93,1	11,8%
Químicos orgânicos	62,0	7,6%	55,4	7,0%
Frutas	31,8	3,9%	29,6	3,8%
Álcool etílico e bebidas	23,8	2,9%	27,1	3,4%
Automóveis	21,8	2,7%	15,1	1,9%
Obras de ferro ou aço	12,3	1,5%	13,7	1,7%
Plásticos	10,0	1,2%	12,5	1,6%
Químicos inorgânicos	11,4	1,4%	11,7	1,5%
Subtotal	**727,1**	**88,8%**	**697,1**	**88,6%**
Outros produtos	**91,3**	**11,2%**	**89,5**	**11,4%**
Total	**818,4**	**100,0%**	**786,6**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020



Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.



	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Corrente	33,6	37,0	52,3	74,7	93,5	127,4	112,1	98,3	130,1	156,3	158,1	156,1	147,9	119,0	111,1	125,4	143,9	133,3
Exportações	17,4	21,7	33,0	42,0	60,6	68,6	64,5	55,5	71,1	81,4	78,1	76,8	75,1	62,0	57,7	65,9	75,4	69,1
Importações	16,1	15,4	19,2	32,7	32,9	58,8	47,6	42,8	59,0	74,8	80,1	79,3	72,8	57,0	53,3	59,5	68,5	64,1
Saldo	1,3	6,3	13,8	9,3	27,7	9,7	16,9	12,6	12,1	6,6	-2,0	-2,6	2,2	5,1	4,4	6,4	6,9	5,0

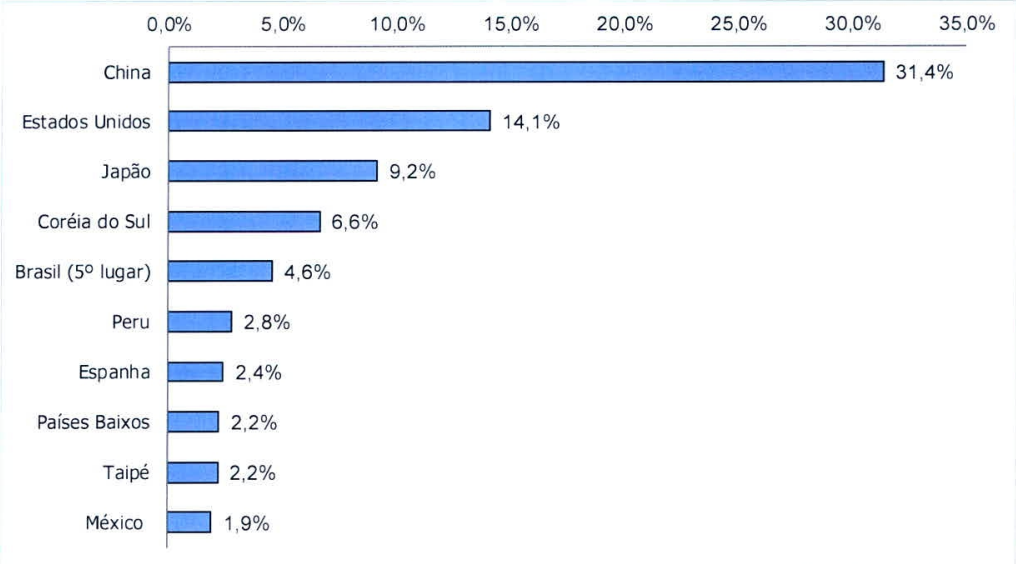
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio 2020.

Principais destinos das exportações do Chile
US$ bilhões

Países	2019	Part.% no total
China	21,68	31,4%
Estados Unidos	9,75	14,1%
Japão	6,33	9,2%
Coréia do Sul	4,58	6,6%
Brasil (5º lugar)	3,15	4,6%
Peru	1,93	2,8%
Espanha	1,69	2,4%
Países Baixos	1,55	2,2%
Taipé	1,51	2,2%
México	1,33	1,9%
...		
Subtotal	**53,50**	**77,4%**
Outros países	**15,65**	**22,6%**
Total	**69,15**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio 2020.

10 principais destinos das exportações

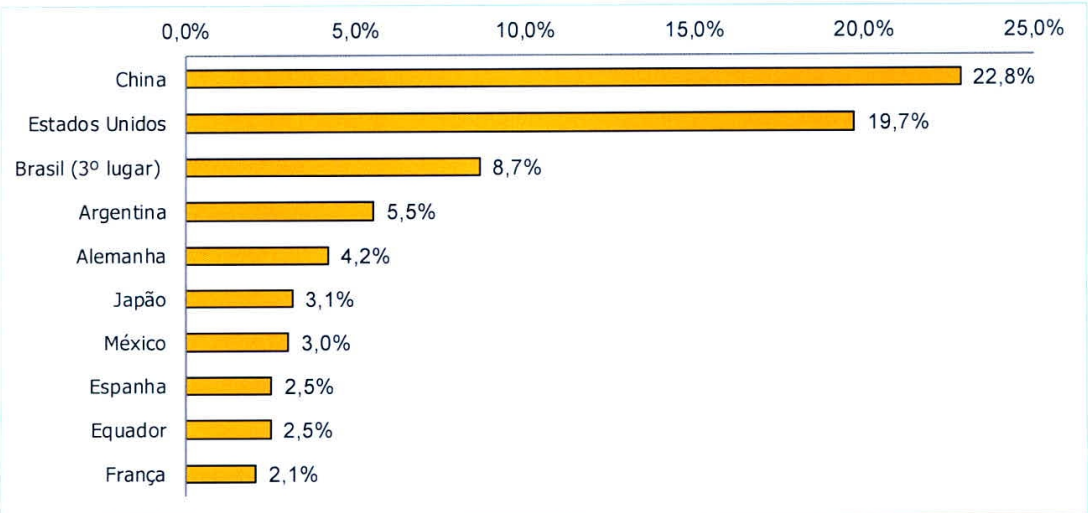


Principais origens das importações do Chile
US$ bilhões

Países	2019	Part.% no total
China	14,64	22,8%
Estados Unidos	12,65	19,7%
Brasil (3º lugar)	**5,56**	**8,7%**
Argentina	3,56	5,5%
Alemanha	2,69	4,2%
Japão	2,02	3,1%
México	1,94	3,0%
Espanha	1,63	2,5%
Equador	1,61	2,5%
França	1,33	2,1%
...		
Subtotal	**47,63**	**74,3%**
Outros países	**16,49**	**25,7%**
Total	**64,12**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio 2020.

10 principais origens das importações

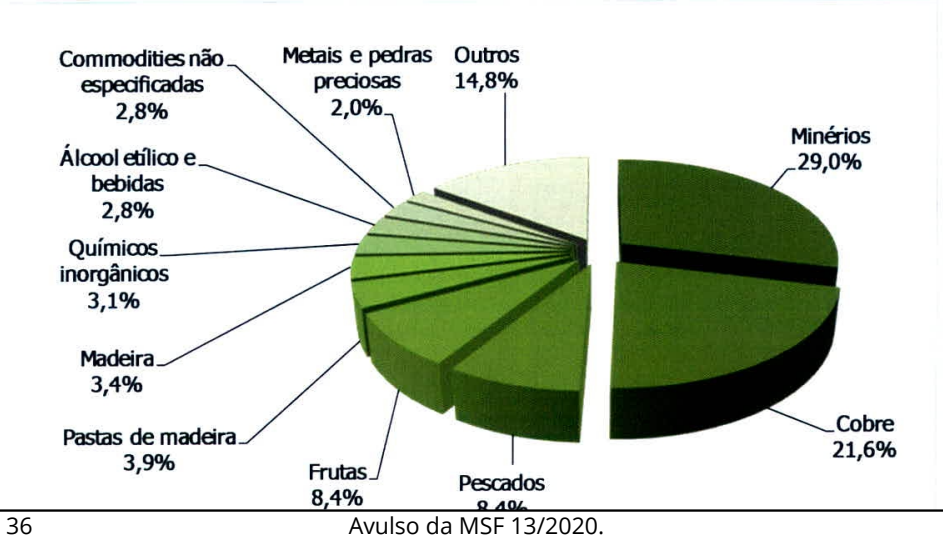


Composição das exportações do Chile
US$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Minérios	20,02	29,0%
Cobre	14,95	21,6%
Pescados	5,78	8,4%
Frutas	5,78	8,4%
Pastas de madeira	2,73	3,9%
Madeira	2,32	3,4%
Químicos inorgânicos	2,12	3,1%
Álcool etílico e bebidas	1,96	2,8%
Commodities não especificadas	1,92	2,8%
Metais e pedras preciosas	1,38	2,0%
Subtotal	**58,94**	**85,2%**
Outros	**10,21**	**14,8%**
Total	**69,15**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio 2020.

10 principais grupos de produtos exportados

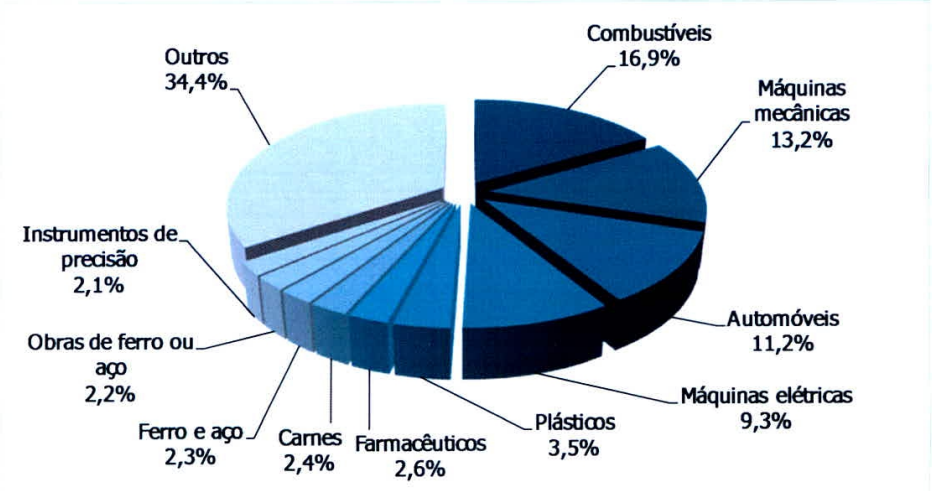


Composição das importações do Chile
US$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Combustíveis	10,81	16,9%
Máquinas mecânicas	8,46	13,2%
Automóveis	7,21	11,2%
Máquinas elétricas	5,94	9,3%
Plásticos	2,27	3,5%
Farmacêuticos	1,64	2,6%
Carnes	1,54	2,4%
Ferro e aço	1,46	2,3%
Obras de ferro ou aço	1,39	2,2%
Instrumentos de precisão	1,35	2,1%
Subtotal	**42,06**	**65,6%**
Outros	**22,06**	**34,4%**
Total	**64,12**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio 2020.

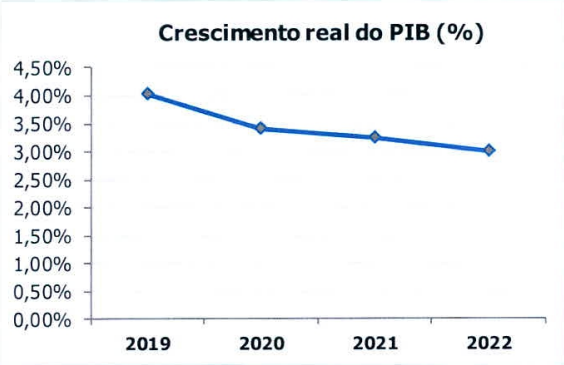
10 principais grupos de produtos importados

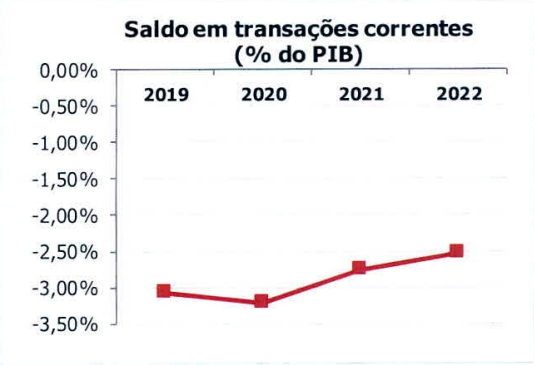


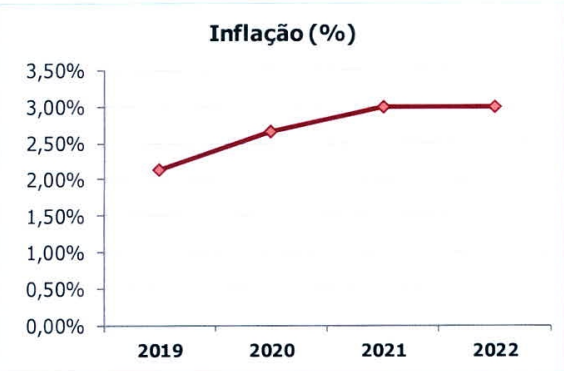
Principais indicadores socioeconômicos do Chile

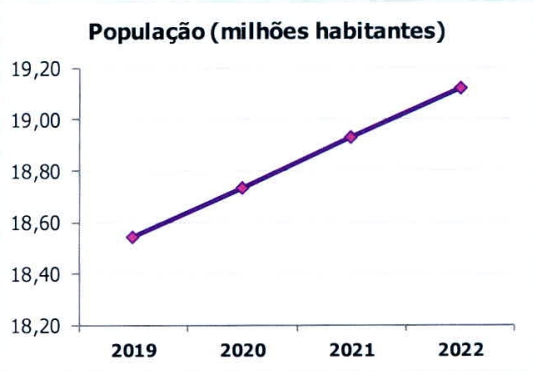
Indicador	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	4,02%	3,40%	3,24%	3,00%
PIB nominal (US$ bilhões)	298,17	295,61	313,56	329,80
PIB nominal "per capita" (US$)	16.079	15.778	16.564	17.244
População (milhões habitantes)	18,55	18,74	18,93	19,13
Desemprego (%)	6,90%	6,49%	6,24%	6,07%
Inflação (%)(2)	2,14%	2,65%	3,00%	3,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,08%	-3,22%	-2,77%	-2,54%
Dívida externa (US$ bilhões)	200,00	204,70	215,50	228,70
Câmbio (Ps / US$)(2)	703,30	833,60	799,70	746,70

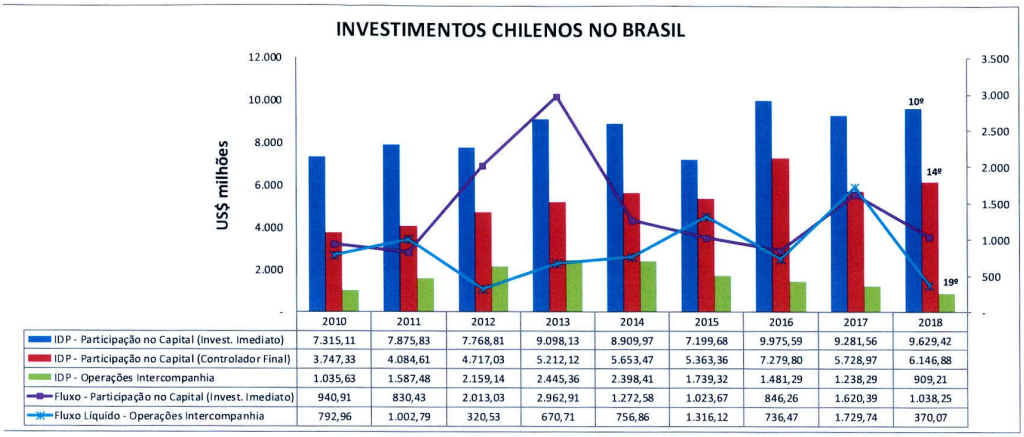
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report Maio 2020.
(1) Estimativas FMI e EIU.
(2) Média do período.





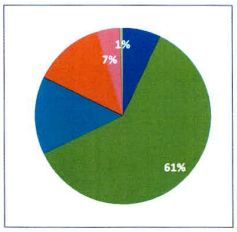






	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
IDP - Participação no Capital (Invest. Imediato)	7.315,11	7.875,83	7.768,81	9.098,13	8.909,97	7.199,68	9.975,59	9.281,56	9.629,42
IDP - Participação no Capital (Controlador Final)	3.747,33	4.084,61	4.717,03	5.212,12	5.653,47	5.363,36	7.279,80	5.728,97	6.146,88
IDP - Operações Intercompanhia	1.035,63	1.587,48	2.159,14	2.445,36	2.398,41	1.739,32	1.481,29	1.238,29	909,21
Fluxo - Participação no Capital (Invest. Imediato)	940,91	830,43	2.013,03	2.962,91	1.272,58	1.023,67	846,26	1.620,39	1.038,25
Fluxo Líquido - Operações Intercompanhia	792,96	1.002,79	320,53	670,71	756,86	1.316,12	736,47	1.729,74	370,07

Setor de atividade econômica *(Estoque 2018 - US$ milhões)*	Invest. Imediato	Control. Final
A - Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Aqüicultura	427,91	427,91
B - Indústrias Extrativas	1,67	
C - Indústrias de Transformação	3.807,01	3.745,44
D - Eletricidade e Gás	3.185,51	
G - Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	891,28	881,65
H - Transporte, Armazenagem e Correio	1.000,55	797,78
I - Alojamento e Alimentação	12,28	
J - Informação e Comunicação	258,65	258,65
Outros	44,56	35,47



IDP - Quantidade de Investidores
(>= 10% capital acionário)

	2010	2015
Investidor Imediato	116	163
Controlador Final	113	144

Fontes:

Banco Central do Brasil - Censo de Capitais Estrangeiros no País (Anos-Base 2010 a 2018); Disponível em http://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/resultados_censos.asp?idpai=CAMBIO;

Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor; Disponível em http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/SeriehistBalanco.asp?idpai=seriespex;

Elaboração DPIND/MRE

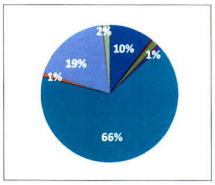
INVESTIMENTOS BRASILEIROS NO CHILE

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
IBD - Participação no Capital (Invest. Imediato)	594,06	626,70	1.132,76	1.605,12	1.566,78	4.079,91	4.592,60	5.281,12	4.542,51
IBD - Operações Intercompanhia	29,74	139,94	140,82	217,62	232,18	235,52	240,39	283,21	743,46
Fluxo - Participação no Capital (Invest. Imediato)	897,63	87,57	1.066,38	84,43	264,50	98,91	606,19	42,24	100,30

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Renda Fixa de Curto Prazo									
Renda Fixa de Longo Prazo									
Ações	78,44	69,59	325,29	344,43	338,47	331,74	145,23	115,54	93,19

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Moedas/Depósitos	6,98	6,98	18,58	44,38	21,70	16,95	23,77	16,53	9,84
Imóveis	20,29	19,07	25,30	29,86	33,88	33,13	29,87	33,09	31,37

IBD - Setor de atividade econômica *(2018 - US$ milhões)*	
C - Indústrias de Transformação	474,49
F - Construção	18,89
G - Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	59,95
J - Informação e Comunicação	51,46
K - Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	2.986,63
L - Atividades Imobiliárias	36,14
M - Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	840,93
N - Atividades Administrativas e Serviços Complementares	5,04
Outros	68,97



IBD - Quantidade de Investidores *(>= 10% capital acionário)*	
2010	2015
158	268

Fontes:

Banco Central do Brasil - CBE - Capitais Brasileiros no Exterior (Anos-Base 2007 a 2018); Disponível em http://www4.bcb.gov.br/rex/cbe/port/ResultadoCBE2016.asp?idpai=CBE;

Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor; Disponível em http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/SeriehistBalanco.asp?idioi=seriesesx;

DADOS BÁSICOS/DADOS COMERCIAIS	
NOME OFICIAL	República do Chile
CAPITAL	Santiago
ÁREA	756.102 km²
POPULAÇÃO (FMI)	18,7 milhões
IDIOMA	Espanhol
SISTEMA POLÍTICO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Câmara de Deputados e Senado)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Sebastián Piñera (desde 11 de março de 2018)
CHANCELER	Teodoro Ribera (desde 13 de junho de 2019)
PIB nominal (FMI)	US$ 298,17 bilhões (Brasil: US$ 1,90 trilhão)
PIB PPP (FMI)	US$ 481,75 bilhões (Brasil: US$ 3,37 trilhões)
PIB nominal per capita (FMI)	US$ 16.079 (Brasil: US$ 9.127)
PIB PPP per capita (FMI)	US$ 25.978 (Brasil: US$ 16.111)
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	1,1% (2019, est), 4,0% (2018), 1,2% (2017), 1,7% (2016), 2,3% (2015), 1,7% (2014), 4,0% (2013) e 5,3% (2012)
UNIDADE MONETÁRIA	Peso
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDH	0,843 (44º posição); Brasil: 0,759 (79º)
EXPECTATIVA DE VIDA (OMS)	79,7 anos (Brasil: 75,7 anos)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (UNESCO)	96,9% (Brasil: 93,59%)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	8,2%
UNIDADE MONETÁRIA	Peso chileno
EMBAIXADOR DO BRASIL EM SANTIAGO	Carlos Sérgio Sobral Duarte (desde junho de 2017)
EMBAIXADOR DO CHILE EM BRASÍLIA	Fernando Schmidt Ariztía (desde setembro de 2018)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA (MRE)	20.000

Intercâmbio Comercial (US$ milhões, FOB) – Fonte: MDIC

Brasil–Chile	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan-mar)
Intercâmbio	8.440	9.965	8.768	8.808	8.997	7.389	6.962	8.483 (+21,6%)	9.774 (+15,2%)	8319 (-14,89%)	1.715 (-12,27%)
Exportações	4.253	5.418	4.602	4.483	4.984	3.978	4.080	5.031 (+23,3%)	6.393 (+27%)	5.143 (-19,54%)	928 (-18,3%)
Importações	4.182	4.547	4.166	4.325	4.013	3.410	2.882	3.452 (+19,3)	3.381 (-2,1%)	3.175 (-6,1%)	786,6 (-3,88%)
Saldo	76	871	435	158	970	567	1.198	1.579 (+33,2)	3.011 (+90,5)	1.969 (-34,65%)	141,5 (-55,45%)

EMBAIXADA DO BRASIL EM SANTIAGO

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR CARLOS SÉRGIO SOBRAL DUARTE

Transmito, a seguir, versão simplificada do relatório de minha gestão à frente da Embaixada em Santiago, a partir de 08 de junho de 2017.

CONTEXTO POLITICO INTERNO 2017-2020

Eleição de Piñera

Em junho de 2017, quando assumi a Embaixada do Brasil em Santiago do Chile, intensificava-se a campanha presidencial que opôs Alejandro Guillier, candidato apoiado por partidos de centro-esquerda que davam sustentação ao governo da então presidente Michelle Bachelet, a Sebastián Piñera, candidato por coalizão de centro-direita ("Chile Vamos"). A eleição de Piñera no segundo turno, realizado em dezembro, deu-se por maioria de quase 55%, contra 45% para Guillier. Uma das principais linhas da campanha de Piñera - que regressava ao poder após um primeiro mandato em 2010-2014, no qual também sucedera a Bachelet - era o de reverter o nível relativamente baixo de crescimento econômico (1,9%) durante o segundo governo Bachelet. Contava, para tanto, com programa econômico centrado, entre outras medidas, na redução do déficit fiscal, com o objetivo de promover ambiente de negócios mais estável e competitivo e assim aumentar significativamente os investimentos privados. Respaldava-se também na sua própria imagem de empresário bem-sucedido e na memória do seu primeiro mandato, em que país crescera uma média de 5,3% ao ano e criara cerca de um milhão de novos empregos.

Primeiros 18 meses de governo

2. Desde a sua posse, em março de 2018, Piñera enfrentou, no entanto, cenário interno politicamente complexo. Com a maioria dos assentos do Senado e da Câmara nas mãos da oposição, assim como a presidência de ambas as Casas, a tramitação e aprovação de projetos de interesse do governo passou a depender de negociações, empreendidas caso a caso,

da sua base de apoio com setores oposicionistas, especialmente a Democracia Cristã (DC). No plano externo, o quadro tampouco se mostrou favorável, com a redução dos níveis de crescimento do comércio internacional e a debilidade de preços de matérias-primas, entre as quais o cobre, principal produto de exportação do país. Fatores como esses dificultaram o retorno a níveis mais robustos de crescimento econômico, frustrando assim a realização de uma das principais expectativas geradas pela eleição.

3. Já no primeiro ano de mandato, o governo sofreu queda regular em sua popularidade, provocada não apenas pelo cenário econômico adverso, mas também por revelações com grande repercussão política, tais como desvios de recursos no exército e operações ilegais de investigação e fabricação de provas na corporação policial "Carabineros de Chile". A avaliação do governo foi igualmente afetada por situações de impacto negativo junto à opinião pública em distintas áreas, como saúde, educação, previdência, segurança e infraestrutura.

4. Tal desgaste não se refletiu, inversamente, numa melhora significativa na popularidade da oposição, marcada no período por crescente fragmentação. Além de uma postura mais independente da DC, registraram-se disputas entre setores da centro-esquerda, a coalizão de esquerda "Frente Ampla" e o Partido Comunista. As dificuldades do governo no Congresso foram ampliadas pela estratégia de setores da oposição de contestar certas políticas mais polêmicas, como na área educacional, mediante o recurso a "demandas constitucionais" (juízos políticos) contra ministros e outras autoridades. No plano externo, as principais críticas se concentraram na atitude protagônica assumida por Piñera com relação à situação na Venezuela, simbolizada na visita que fez à cidade colombiana fronteiriça de Cúcuta, em fevereiro de 2019, em apoio ao movimento promovido por Juan Guaidó de ingressar ajuda humanitária no país. Por outra parte, registrou-se uma rearticulação de forças mais à direta do espectro político, com a formação do Partido Republicano, liderado pelo ex-candidato presidencial José Antonio Kast, com a intenção de concorrer com base mais sólida nas eleições de 2021.

5. Em meados de 2019, ante uma crescente percepção de que a economia não se desempenhava de forma satisfatória e de que o governo não conseguia pôr em prática suas políticas e propostas em diversas áreas, Piñera procurou engajamento mais substantivo com parlamentares e promoveu ajustes no primeiro escalão. Buscava assim fortalecer sua base de apoio e

facilitar o diálogo com setores da oposição. Uma das pastas afetadas foi o Ministério das Relações Exteriores, que passou a ser comandando por Teodoro Ribera, ministro da Justiça no primeiro mandato de Piñera, e ex-deputado por um dos partidos da base política do governo, em substituição a Roberto Ampuero.

"Estallido social”

6. Pouco tempo depois, no entanto, o dia 18 de outubro viria a marcar o início de convulsão social de grandes proporções, que a partir de então viria a dominar e alterar profundamente o cenário político e econômico do país. A nova situação criada pelo "estallido social" impôs uma completa revisão das estratégias tanto do governo como da oposição, nenhum dos quais havia antecipado a intensidade da insatisfação popular e, tampouco, o grau de violência que seria deflagrado.

7. Embora o estopim para a irrupção dos protestos tenha sido um aumento de apenas CLP 30 (USD 0,05) na tarifa de metrô, a rapidez e a escala da adesão popular ao movimento revelaram sua conexão com reivindicações mais amplas e por muitos consideradas legítimas, mesmo que as manifestações viessem acompanhadas de níveis inéditos de violência, vandalismo e depredação, assim como saques ao comércio. Nos primeiros dias, metade da rede de metrô de Santiago foi total ou parcialmente afetada por incêndios e outros danos, a tal ponto que algumas linhas somente poderão tornar-se plenamente operacionais em 2021.

8. Ao dirigir-se à nação logo após o início dos protestos, Piñera reconheceu a legitimidade de diversas demandas - como reforma do sistema previdenciário; ampliação do acesso a serviços de saúde; melhora do sistema de educação; aumento de salários; redução das desigualdades; e nova constituição - e sinalizou que a questão social passaria a ser a prioridade de seu governo. Pediu perdão por não se ter dado conta com anterioridade da gravidade da situação, mas também apontou a responsabilidade de governos anteriores, a maior parte dos quais de esquerda, que tampouco haviam percebido o descontentamento ou tomado medidas que pudessem havê-lo dissipado.

9. O governo decretou estado de emergência e toque de recolher e em seguida anunciou a suspensão do aumento do metrô, mas as manifestações não cessaram: em 25/10, realizou-se em Santiago marcha com participação de cerca de um milhão

de pessoas, número sem precedentes. O ato não deixou dúvidas quanto à solidez do apoio popular às demandas e contribuiu para pressionar o governo por respostas. Após anunciar a suspensão do toque de recolher na capital e o fim do estado de emergência, Piñera efetuou reforma ministerial, que incluiu a substituição do ministro do Interior e Segurança Pública, Andrés Chadwick, apontado pela oposição como responsável por excessos da polícia em medidas de manutenção da ordem. Ante a gravidade da crise, o governo viu-se forçado a cancelar a realização, em Santiago, de dois eventos internacionais de alto perfil: a reunião anual do Fórum de Cooperação Econômica Ásia Pacífico (APEC), em novembro, e a 25ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, em dezembro, assim como a final da Copa Libertadores da América de futebol.

10. Não obstante a continuidade, nas semanas seguintes, em meio a atos e manifestações, de graves episódios de depredação e violência em confrontos entre manifestantes e policiais em todo o país, Piñera decidiu não reinstituir o estado de emergência. A decisão abriu espaço para negociações políticas em torno de uma das principais demandas expressadas pela via das manifestações populares: um novo processo constitucional. Em 15/11, os partidos da base governista e parte da oposição (com exceção do Partido Comunista e de setores da Frente Ampla) assinaram o "Acordo pela Paz social e a Nova Constituição", que estabelece as bases para um plebiscito constitucional, no qual a população decidirá se aprova ou rejeita o início de processo para substituir o texto vigente. O plebiscito, originalmente marcado para 26/04/20, foi adiado para outubro, em razão da pandemia do novo coronavírus.

11. A despeito do acordo e da aprovação legislativa e administrativa de algumas medidas direcionadas para responder a outras demandas populares, o ambiente político seguiu a tendência da polarização: em dezembro, a oposição conseguiu aprovar a condenação de Chadwick em processo político no Congresso ("demanda constitucional"), acusado de responsabilidade por violações de direitos humanos e outros excessos da polícia no controle das manifestações. No entanto, "demanda" semelhante apresentada contra o presidente Piñera pelo mesmo motivo foi rejeitada. A condenação de Chadwick, que suspendeu seus direitos políticos por 5 anos, não esvaziou os protestos e tampouco a violência nas ruas, que somente arrefeceram nas proximidades dos feriados de final de ano e durante as férias de verão. Mesmo assim, deixaram o país na expectativa de que recrudesceriam

em março, com a volta às aulas e o retorno ao trabalho, o que acabou não ocorrendo por conta da superveniência da pandemia.

12. Entre as diversas repercussões do "estallido social", dentro e fora do país, chama atenção o questionamento que provocou ao modelo econômico chileno, por muitos apontado como responsável pelas altas taxas de crescimento e a melhora nos índices de desenvolvimento humano por quase 30 anos, mas que, conforme implementado, não fora capaz de resolver satisfatoriamente problemas como a desigualdade e a exclusão social no país. Também sobressai a aparente falta de sintonia do sistema de representação política com diversos setores da população, o que teria contribuído para o surgimento de grupos alienados e radicalizados.

13. Os atos de violência perpetrados durante as manifestações tiveram especial ressonância. Impressionaram tanto a agressividade de manifestantes encapuzados e o grau de destruição por eles causado, como ações atribuídas às forças policiais, entre as quais o uso excessivo ou inapropriado da força e o uso indevido de gás lacrimogênio e de munições de elastômero, resultando em ferimentos graves. Confrontado com tais denúncias, além das investigações internas levadas a cabo pelo Instituto Nacional de Direitos Humanos (INDH), o governo preocupou-se em mostrar transparência no plano internacional: o próprio Piñera telefonou para a Alta-Comissária da ONU para Direitos Humanos Michelle Bachelet para convidar missão para acompanhar as investigações.

14. O governo consistentemente refutou acusações de violação sistemática de direitos humanos pelas forças de segurança no controle dos protestos, de resto tampouco corroboradas internacionalmente, mas reconheceu problemas pontuais e apoiou a punição dos responsáveis. Entre outubro e dezembro de 2019, registraram-se 27 mortos no contexto dos protestos sociais. De acordo com o INDH, houve 3.583 feridos nesse período, no contexto das manifestações; com 359 casos de lesões oculares, entre os quais dois com perda total da visão.

15. As preocupações e medidas para enfrentar o Covid-19 deixaram em suspenso quais serão os próximos desdobramentos do processo iniciado pelo "estalido social", mas não parece haver dúvida de que, em última instância, estes deverão resultar em mudanças políticas, econômicas e sociais importantes. As pesquisas de opinião realizadas antes de as atenções se voltarem para o combate à pandemia registravam

acentuada queda da aprovação não apenas do governo e suas instituições, mas também dos partidos políticos, inclusive da oposição, ao passo que indicavam apoio significativo da maioria da população à continuidade das manifestações e reivindicações populares. No entanto, o coronavírus parece ter dado ao governo Piñera um inesperado alento, ao oferecer-lhe oportunidade de responder à nova crise e de resgatar sua popularidade de níveis perigosamente baixos.

Covid-19

16. Como em todo o mundo, a pandemia causada pelo Covid-19 impactou fortemente o Chile. A primeira contaminação foi anunciada em 03/03 e a primeira morte em 21/03. O país registrou, até 8/05, 25.972 contagiados por Covid-19, com 294 vítimas fatais. A taxa de letalidade chilena permanece das mais baixas entre os países da América Latina e entre os membros da OCDE.

17. O "estado de exceção por catástrofe", decretado a partir de 19/03, com duração de 90 dias, confere ao governo poderes para adotar medidas com vistas a ampliar a prestação de serviços médicos, inclusive por meio de quarentenas sanitárias e medidas de isolamento social, bem como reforçar a segurança pública. O fechamento de fronteiras terrestres, marítimas e aéreas está em vigor desde 18/03. A medida não se aplica a cidadãos chilenos e estrangeiros com visto de residência, e tampouco ao transporte de cargas. Não há restrições para a saída de brasileiros do território chileno, porém o fechamento das fronteiras de Argentina, Bolívia e Peru, torna impraticável o retorno por via terrestre. Voos comerciais regulares entre Brasil e Chile encontram-se, por ora, suspensos. Em articulação com o grupo de crise instalado na Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), o Consulado-Geral do Brasil em Santiago vem auxiliando no retorno de brasileiros afetados.

18. Ante esse quadro, e após entendimentos a respeito mantidos entre o Chanceler Ernesto Araújo e o ministro Ribera, participei de negociações junto à chancelaria chilena, que resultaram na divulgação, em 25/03, do "Comunicado Conjunto Brasil - Chile para Facilitar o Trânsito de seus Nacionais", que visa a favorecer o regresso tanto de nacionais brasileiros como chilenos retidos em terceiros países.

19. Projeções do governo chileno sugerem que o número de novos contágios pelo coronavírus se estabilizaria em maio e

poderia começar a cair a partir de junho. Preocupado com cenário de recessão interna e global provocada pela pandemia, Piñera defende gradual retomada de atividades, uma vez superado o período mais crítico. Inicialmente favorável a uma "nova normalidade", na qual as práticas do trabalho seriam compatibilizadas com medidas de proteção à saúde, o presidente teve de reduzir essas expectativas em favor de um "retorno seguro", mais restritivo, em razão de aumento de novas contaminações registrado na última semana de abril.

20. Levando em consideração medidas adotadas pelo governo chileno para conter a propagação do Covid-19, determinei que a Embaixada passasse a funcionar de acordo com plano de contingência, a partir de 17/03, a fim de permitir a continuidade das atividades de trabalho de modo remoto e em regime de plantão diplomático. O bairro no qual se encontram a residência e a chancelaria da Embaixada, Las Condes, permaneceu em quarentena total entre 26/03 e 17/04, sem que houvesse sido interrompido o funcionamento do posto.

CONTEXTO ECONÔMICO

21. No período entre junho de 2017 e o primeiro trimestre de 2020, a economia do Chile passou por variações significativas nas taxas de crescimento econômico, em decorrência de diferentes influências exógenas e endógenas. Ao crescimento do PIB de 1,17% registrado em 2017, seguiram-se uma aceleração para 3,9%, em 2018, e, em seguida, desaceleração para 1,12%, em 2019. Para 2020, a previsão publicada em março pelo Banco Central do Chile aponta para queda na atividade entre 1,5% e 2,5%, enquanto as previsões publicadas em abril por Banco Mundial e FMI apontam para quedas mais bruscas: 3% e 4,5%, respectivamente.

22. O quadro geral da economia chilena no período em pauta oscilou entre o otimismo refletido no desempenho efetivo do PIB em 2018, que chegou a dar margem a expectativas da ordem de 3 a 4 % para 2019, e a uma posterior decepção por estas não se haverem concretizado. O baixo patamar de crescimento no ano passado deveu-se, por uma parte, ao prolongamento da "guerra comercial" entre EUA e China e, por outra, a uma redução brusca na atividade econômica por conta das manifestações sociais, o que provocou queda de 2,1% do PIB no último trimestre. Para 2020, as incertezas se intensificaram em razão do coronavírus, assim com os prognósticos negativos.

23. Em que pese esse cenário desafiador, o Chile manteve, no período, o comércio internacional como um dos principais elementos da política econômica e da estratégia de crescimento do país. Entre 2017 e 2019, as exportações responderam por 1/4 do PIB e registraram USD 68,8 bilhões em 2017, USD 75,2 bilhões em 2018, e USD 69,9 bilhões em 2019. No mesmo período, observou-se o aumento da importância da pauta de produtos agroindustriais como frutas (+20% no período) e salmão (+12% no período), em contraste com o desempenho estável do cobre (-1% no período), que permanece o principal item das exportações chilenas. No que diz respeito aos investimentos externos diretos, o país recebeu, no período, fluxos de USD 6,1 bilhões em 2017, USD 7,3 bilhões em 2018, e USD 11,9 bilhões em 2019, sendo os setores financeiro, de energia e de mineração os mais importantes para o investimento externo.

24. Na área financeira, a dívida pública bruta manteve a trajetória de expansão observada a partir de 2007 quando estava em 3,9% do PIB tendo passado de 23,6%, em 2017, para 27,9%, em 2019. Embora crescentes, são níveis relativamente baixos em comparação com outras economias emergentes, o que, associado ao histórico de maior prudência fiscal e de menor peso do governo na economia, permitiria ao país flexibilidade para responder a choques e para promover uma consolidação mais gradual. Não obstante, com a pressão para aumentos dos gastos públicos a fim de responder a demandas populares e combater o coronavírus, as projeções para a dívida pública no curto prazo aumentaram significativamente, e podem chegar a níveis entre 40% e 50% nos próximos cinco anos, o que tem levado agências de crédito a mudar a perspectiva do risco soberano do Chile (hoje classificada como A+) de estável para negativa.

POLÍTICA EXTERNA

25. Minha gestão à frente da Embaixada em Santiago coincidiu parcial ou totalmente com os mandatos de três chanceleres chilenos: Heraldo Muñoz, até o final do governo Bachelet, Roberto Ampuero de março de 2018 a junho de 2019, e Teodoro Ribera a partir dessa data, os dois últimos no governo Piñera.

26. Filiado a uma das três principais agremiações partidárias que dão sustentação ao governo, o atual chanceler tem experiência parlamentar e trânsito político. Logo que assumiu, uma de suas primeiras medidas foi promover reunião

com ex-chanceleres, com o intuito de reforçar a ideia de que a política exterior chilena deve constituir, tanto quanto possível, uma "política de Estado". Procurava assim marcar um contraponto com o período do seu antecessor, em que a política externa fora criticada por haver-se concentrado em excesso na questão venezuelana e por iniciativas como o rechaço ao Pacto de Migrações e ao Acordo de Escazú. Esse reposicionamento significou uma maior ênfase da política externa chilena em temas mais tradicionais, como a busca pela consolidação e expansão de acordos comerciais, a integração regional, o relacionamento com Argentina, Brasil, Peru, EUA, países europeus e China.

27. A importância da relação com o Brasil foi sinalizada por Piñera logo no início do seu mandato, ao incluir o País em sua primeira viagem ao exterior como presidente, em abril de 2018, a qual acompanhei. Argentina e Peru também são grandes prioridades para o Chile. No caso da Argentina, o governo de Maurício Macri empenhou-se em superar desavenças anteriores causadas por problemas no fornecimento ao Chile de gás argentino. Os dois países buscaram consolidar agenda bilateral substantiva em áreas diversas, da integração física a projetos de alta tecnologia, tendência que teve plena continuidade no governo Piñera. A eleição de Alberto Fernández - a cuja posse Piñera tencionava comparecer, mas desistiu em razão de luto nacional decretado após acidente com aeronave da Força Aérea a caminho da Antártica - introduziu novos elementos na relação, como as referências políticas de Fernández, ainda na campanha, ao "estallido social", sua recomendação à oposição chilena de que se una, e suas comparações entre as estratégias de combate ao coronavírus adotadas por seu país e pelo Chile (assim como pelo Brasil). Ainda assim, ambos governos têm procurado manter o foco na agenda de trabalho, preservando-a de perturbações políticas. Enfoque mais operativo e pragmático vem sendo adotado também com o Peru, com o qual o Chile mantém ampla agenda de trabalho e formato de "gabinete conjunto" para o tratamento de vários de seus temas.

28. Entre seus vizinhos imediatos, o Chile mantém com a Bolívia relacionamento complexo e, nos últimos anos, dominado, em grande medida, por questões decorrentes da reivindicação boliviana de acesso ao Oceano Pacífico. A esse respeito, durante minha gestão, foi proferida, com grande repercussão local, sentença da Corte Internacional de Justiça amplamente favorável ao Chile referente à postulação boliviana de imputar a este país uma obrigação de negociar. Segue em exame por aquela Corte o caso submetido pelo Chile

sobre o direito ao uso das águas do rio Silala. O atual governo boliviano, chefiado por Jeanine Añez, emitiu sinais de descompressão da relação, em comparação ao período de Evo Morales.

29. No tocante à Venezuela, o Chile foi um dos primeiros países a reconhecer Juán Guaidó como presidente encarregado, e atuou de forma ativa para aumentar a pressão e o isolamento internacional de Maduro, inclusive por meio de participação ativa no Grupo de Lima e na Organização dos Estados Americanos (OEA). No período em pauta, o país tornou-se também importante destino para migrantes venezuelanos, que comporiam, hoje, a maior comunidade estrangeira vivendo no Chile, superando, pela primeira vez, a peruana.

30. No plano regional, uma das principais linhas de ação de Piñera foi a de protagonizar esforço para renovar o processo de integração sul-americana face ao impasse experimentado pela UNASUL: em março de 2019, o governo chileno sediou reunião de mandatários da região, que contou com participação do presidente Jair Bolsonaro, na qual foi assinada a "Declaração Presidencial sobre a Renovação e o Fortalecimento da Integração da América do Sul", que trata da criação do Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL). O Chile também segue conferindo alta prioridade ao corredor bioceânico que liga, pela via rodoviária, Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul, com os portos do norte do Chile, passando por Paraguai e Argentina.

31. No plano global, o Chile tem como principais parceiros comerciais a China e os Estados Unidos, e tem procurado manter-se à margem de disputas entre ambos. No relacionamento com os EUA, valoriza a proximidade em termos de valores e princípios, e compartilha regionalmente certas posições com respeito à Venezuela. Com a China, tem buscado ampliar o intercâmbio bilateral de bens, serviços e investimentos, e sinalizou que o país asiático poderia participar de licitações para a implementação de tecnologia de quinta geração de telefonia móvel (5G).

32. A eclosão das manifestações e protestos populares em outubro de 2019 significou marcada redução do protagonismo chileno em níveis regional e global, inclusive forçando o cancelamento das reuniões da APEC e da COP-25. Ainda assim, ao menos antes do início da crise do coronavírus, Piñera vinha tentando, mesmo de maneira limitada, retomar papel regional mais ativo, como indicam sua intenção de haver comparecido à posse de Fernández, na Argentina, e seu efetivo

comparecimento à posse de Luis Lacalle Pou, do Uruguai, em março de 2020.

AÇÕES REALIZADAS

a) - Relações Bilaterais

33. Em meu período à frente da Embaixada, houve mudança de governo tanto no Brasil como no Chile, sem que houvesse interrupção dos esforços, de parte a parte, para o aprofundamento das relações bilaterais, tradicionalmente caracterizadas pelo entendimento, respeito mútuo e alto nível de diálogo.

34. Tal orientação foi reforçada por diversas visitas, no mais alto nível, em 2018, das quais tive oportunidade de participar: o então presidente Michel Temer compareceu à posse do presidente Sebastián Piñera, em março, e retornou para a assinatura do Tratado de Livre Comércio, em novembro. Por sua vez, Piñera realizou Visita de Estado ao Brasil em abril, no início de seu mandato.

35. No ano de 2019, Piñera esteve presente, em janeiro, na posse do presidente Jair Bolsonaro, que, por sua vez, fez visita bilateral ao Chile em março, ocasião na qual também participou do encontro de mandatários sul-americanos que lançou o PROSUL. Piñera encontrou-se novamente em Brasília com o presidente Bolsonaro no mês de agosto, ao retornar de encontro do G7 na Europa.

36. A visita bilateral do presidente Bolsonaro ensejou a divulgação de comunicado conjunto que traçou roteiro para orientar o relacionamento bilateral mediante plano de trabalho que incluiu metas referentes à tramitação do Acordo de Livre Comércio de 2018; o crescimento do comércio bilateral; a cooperação no combate ao uso indevido, produção e tráfico de entorpecentes e substâncias psicotrópicas; a cooperação consular; o diálogo sobre temas de energia e mineração; a cooperação em ciência e tecnologia; programas de cooperação educacional e cultural; e o intercâmbio de boas práticas para enfrentar desafios comuns na área cibernética.

37. Nessas ocasiões, testemunhei, em primeira mão, a clara afinidade política entre Brasil e Chile, em todas as instâncias governamentais, com convergência de ideias e propósitos, sobretudo no que diz respeito ao contexto regional sul-americano e à importância do relacionamento bilateral. Pude assim comprovar a determinação de ambos

governos em desenvolver a relação bilateral, assim como em contribuir para a obtenção de resultados concretos para projetos e iniciativas de cooperação em áreas selecionadas.

38. No campo da defesa, a relação entre os dois países viu-se reforçada pela entrada em funcionamento do Diálogo Político-Militar Brasil-Chile ("Mecanismo 2+2"). Participei das duas primeiras edições desse mecanismo, em Brasília, em 2018, e Santiago, em 2019, que reuniu os chanceleres e os ministros de Defesa, e que tem possibilitado diálogo desimpedido sobre temas estratégicos e de segurança, nos níveis regional e global.

39. Em setembro de 2019, ao retornar de visita ao Brasil, o chanceler Ribeira relatou-me que avaliava de forma muito positiva o relacionamento com nosso país, e expressou interesse no aprofundamento do diálogo estratégico - em áreas como cenários políticos, integração, investimentos e ciência, tecnologia e inovação - e no desenvolvimento de cooperação efetiva com foco de longo prazo. Existe interesse de parte da chancelaria chilena em eventual conformação de grupos de trabalho temáticos, de modo a impulsionar iniciativas em áreas consideradas mais relevantes em seu relacionamento com o Brasil, tais como o corredor Bioceânico Porto Murtinho-Portos do Norte do Chile, o projeto de cabo ótico submarino entre Ásia e América do Sul, a cooperação em telefonia e economia digital, assim como a cooperação na área de segurança cibernética e no combate ao narcotráfico. Acordar as modalidades para a execução prática dessa agenda é uma das próximas tarefas para as chancelarias.

40. O lado chileno também propôs a criação de um "Foro Estratégico Brasil-Chile 2040", que favoreceria a perspectiva de cooperação de longo prazo, tema que foi objeto de conversas entre as áreas de planejamento diplomático dos dois países. O próprio chanceler Ribera indicou interesse na matéria, ao referir-se ao assunto na intervenção que proferiu quando compareceu à recepção por mim oferecida por ocasião da Data Nacional.

41. Existe igualmente disposição de ambas as partes para prestar apoio e assistência humanitária recíproca em casos de desastres e outras dificuldades, situações que chegaram a motivar contato direto entre os mandatários dos dois países. A embaixada participou e apoiou tanto as tratativas para viabilizar a atuação de aeronaves e equipes especializadas no combate aos incêndios florestais sazonais registrados em 2019, como a participação de aeronaves e navios brasileiros

nos esforços para a localização da aeronave Hercules da Força Aérea Chilena (FACH) que se perdeu no trajeto entre Punta Arenas e a base antártica chilena, em dezembro do mesmo ano.

42. Em termos de cooperação na área jurídica, vale mencionar a extradição de Maurício Hernández Norambuena, solicitada pelo governo chileno em 2002 e efetivada em 19 de agosto de 2019. Militante da Frente Patriótica Manoel Rodríguez (FPMR), Norambuena fora condenado no Chile a duas penas de prisão perpétua por assassinato e seqüestro. Cumpria pena por esses crimes no Chile quando fugiu da prisão em 1996 e mais tarde foi preso no Brasil por participação no seqüestro do publicitário Washington Olivetto. Em 2004, o Supremo Tribunal Federal deferiu condicionalmente o pedido de extradição. Em setembro de 2019, a Justiça chilena determinou que Norambuena deveria cumprir penas não cumulativas pelos assassinato de Jaime Guzmán e sequestro de Cristián Edwards, de 15 anos de prisão cada.

43. Tema bilateral sensível, a questão da cobrança de taxa, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, sobre as aposentadorias de pensionistas residentes no Chile, sofreu evolução importante no período em pauta. A medida atinge tanto brasileiros residentes neste país como chilenos que trabalharam e se aposentaram no Brasil. Na visita que fez a Santiago em novembro de 2018, o então presidente Michel Temer anunciou que determinaria a suspensão da cobrança. A implementação da medida vem sendo discutida pela Receita Federal e o "Servicio de Impuestos Internos" chileno no contexto de negociação de um protocolo ao acordo bilateral para evitar a dupla tributação.

b) - Visitas

44. Em meu período à frente da embaixada, além de participar de visitas presidenciais em 2018 e 2019, tive ocasião de igualmente contribuir para a organização e estar presente em número expressivo de visitas de altas autoridades de parte a parte, que atestam a vitalidade e diversidade do relacionamento entre Brasil e Chile.

45. Em nível de chanceleres, o então ministro Aloysio Nunes Ferreira acompanhou as visitas do ex-presidente Michel Temer em março e novembro de 2018. O Chanceler Ernesto Araújo visitou o Chile em março de 2019, acompanhando a visita do presidente Bolsonaro; em abril, para reunião do Grupo de Lima; e em julho, quando participou do II Diálogo Político-

Militar Brasil-Chile ("Mecanismo 2+2") ao lado do ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva.

46. Realçando a importância do relacionamento bilateral, o então chanceler Roberto Ampuero realizou sua primeira visita bilateral ao Brasil em abril de 2018, com vistas a preparar a Visita de Estado do presidente Piñera, ocorrida naquele mesmo mês e da qual participou. Regressou ao Brasil uma terceira vez, para a reunião do I Diálogo Político Militar. Por sua parte, o chanceler Teodoro Ribera também visitou o Brasil em três ocasiões em seu primeiro ano à frente da chancelaria chilena, em setembro, novembro e dezembro de 2019.

47. Entre outras missões de autoridades brasileiras, registro, no ano de 2017, as visitas do então ministro do Desenvolvimento Social (MDS), Osmar Terra, para participar da "Reunião de Alto Nível Cada Mulher, Cada Criança, Cada Adolescente (EWEC)" e do então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ministro Gilmar Mendes, para o "Programa de Visitantes Internacionais para as Eleições Presidencial, de Senadores, Deputados e Conselheiros Regionais". Em 2018, cabe ressaltar a visita do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ), acompanhado dos deputados José Carlos Aleluia (DEM/BA) e Mário Heringer (PDT/MG), ocorrida em julho.

48. No ano de 2019, destacam-se as visitas do ministro de Estado da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner Rosário, que propiciou troca de experiências com autoridades chilenas a respeito do combate à corrupção e da promoção da transparência, no mês de março; do senador Luiz do Carmo (MDB-GO) para conhecer experiências chilenas na área de segurança pública, em maio; da ministra Tereza Cristina, que participou da 37ª Reunião do Conselho Agropecuário do Sul (CAS), também em maio; do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, para seminário sobre direito público organizado pela Pontifícia Universidade Católica, em junho; e do governador do Estado do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que veio ao Chile promover oportunidades de investimentos e de turismo em seu estado, também no mês de junho. Em 2020, registro visita da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), Damares Regina Alves, que participou da XIV Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe (27-31 de janeiro de 2020).

c) - Comércio, Investimentos e Turismo

49. No período em que estive à frente da embaixada, o principal desenvolvimento na área comercial entre os dois países foi a negociação, ao longo do ano de 2018, com assinatura em novembro, do Acordo de Livre Comércio entre o Brasil e o Chile (ALC), que incorpora cláusulas de última geração. O acordo traz importantes compromissos para a facilitação do comércio de bens e serviços e para a promoção dos investimentos bilaterais, incluindo mecanismos mais expeditos para habilitar as exportações de estabelecimentos agropecuários, assim como a eliminação do "roaming" internacional para a telefonia móvel e transmissão de dados.

50. Em 6 de maio corrente, o ALC foi aprovado na Câmara dos Deputados do Congresso chileno, por 92 votos a favor e 44 negativos, com 11 abstenções. Essa maioria significativa indica tanto o empenho do próprio chanceler Ribera junto aos parlamentares, como a percepção existente na Câmara, além das divisões partidárias, da importância de atualizar a relação comercial com o Brasil e abrir novas possibilidades a fim de expandi-la ainda mais. Será importante acompanhar, nos próximos meses, a tramitação do tratado no Senado. O avanço do processo de ratificação no Chile também enseja a oportunidade de o Congresso Nacional considerar empreender os procedimentos correspondentes, com vistas à entrada em vigor do tratado em data próxima.

51. É expressivo o relacionamento comercial e de investimentos entre Brasil e Chile. Entre 2017 e 2019, a corrente de comércio bilateral foi de USD 9,4 bilhões em média. No ano passado, o Brasil foi o quinto destino das exportações chilenas (USD 3,2 bilhões vendidos ao Brasil) e o terceiro fornecedor para as importações chilenas (USD 5,6 bilhões comprados do Brasil).

52. Os principais itens exportados pelo Brasil para o Chile, em 2019, foram: (i) petróleo (USD 1,2 bilhão), (ii) carne bovina (USD 351 milhões), (iii) automóveis (USD 275 milhões), (iv) caminhões (USD 211 milhões) e (v) carrocerias de veículos (USD 146 milhões). Um dos itens mais dinâmicos no comércio bilateral, no período de 2017 a 2019, foram as vendas de carnes (bovino, suíno e aves) do Brasil para o Chile, que passaram de USD 455 milhões, em 2017, para USD 652 milhões, em 2019, sendo o País o principal fornecedor externo desses produtos para o mercado chileno, com 43% das importações totais.

53. Do lado das importações, os principais produtos que o Brasil comprou do Chile, em 2019, foram: (i) cobre afinado e

ligas de cobre (USD 845 milhões), (ii) peixes, em especial salmão (USD 528 milhões), (iii) minério de cobre e concentrados (USD 389 milhões), (iv) álcoois acíclicos e derivados (USD 208 milhões) e (v) vinho (USD 146 milhões).

54. De 2012 a 2018, conforme dados do Banco Central do Chile, o Brasil foi o primeiro destino dos fluxos de investimento externo direto do Chile, tendo recebido, em média, USD 1,9 bilhão ao ano nesse período, cifra equivalente a 1/5 do investimento chileno no exterior. Os principais setores que recebem investimentos chilenos são celulose, energia, transporte e comércio. Por sua vez, o Chile recebe investimentos brasileiros significativos em setores de ponta, como medicamentos, tecnologia da informação e serviços financeiros.

55. Na área de promoção comercial e de investimentos, a Embaixada apoiou, durante minha gestão, diversas ações em prol dos fluxos de comércio e de investimentos bilaterais, refletindo o dinamismo da relação econômica entre Brasil e Chile na maior parte do período em pauta. Empresas de ramos tão diversos como lácteos, eletrônicos, iluminação e equipamentos médicos, mecânicos e de segurança visitaram o Chile para desenvolver novos negócios e reforçar parcerias existentes tanto em missões empresariais quanto em feiras de grande destaque, a exemplo da Expomin/Exponor no setor de mineração. Um denominador comum a todas essas visitas é a atratividade da economia chilena para as empresas brasileiras, incluindo a facilidade de fazer negócios, a abertura comercial e a proximidade geográfica. Um número crescente de "start-ups" brasileiras entrou em contato com a Embaixada, interessadas nas oportunidades do mercado chileno.

56. Na área do turismo, Brasil e Chile são marcadamente complementares. Nesse setor, foi dado apoio a iniciativas que resultaram em expressivo aumento da conectividade aérea entre os dois países. Acompanhei a inauguração ou o anúncio de voos sem escalas da capital chilena para cidades de diferentes regiões do Brasil, incluindo Brasília, Curitiba, Foz do Iguaçu, Porto Alegre, Recife e Salvador. Com mais de 500 mil turistas ao ano, o Brasil configura-se como o segundo principal emissor de turistas para o Chile, que, por sua vez, tem-se convertido em um dos principais emissores de turistas para nosso país. Com efeito, o número de turistas chilenos ao Brasil passou de 342 mil, em 2017, para 391 mil, em 2019, sendo o quarto país que mais emitiu turistas ao Brasil no ano passado.

d) - Ciência, Tecnologia e Inovação

57. Durante minha gestão, recebi de interlocutores chilenos diversas manifestações de interesse em aprofundar o relacionamento com o Brasil por meio do desenvolvimento de projetos conjuntos nas áreas de ciência, tecnologia e inovação. Além de áreas mencionadas em alto nível pela chancelaria chilena, haveria interesse em cooperação nas áreas de pesquisa espacial e inovação tecnológica.

58. Existe especial interesse do governo chileno em contar com a participação do Brasil em projeto de cabo submarino de fibra ótica entre a Ásia e a América do Sul ("porta-digital Ásia-América do Sul"), considerado estratégico para permitir maior aproximação entre os dois continentes. O MCTI aguarda receber da parte chilena estudos técnicos mais aprofundados e detalhes do planejamento financeiro da obra antes de poder pronunciar-se sobre eventual interesse em participar do projeto.

e) - Assuntos Antárticos

59. Durante minha gestão, houve acompanhamento intenso, tanto de parte da embaixada como das adidâncias, dos temas referentes à cooperação Antártica. Brasil e Chile colaboram permanentemente em aspectos logísticos dos respectivos programas antárticos. Navios e aeronaves brasileiros utilizam o porto de Punta Arenas, no sul do Chile, como ponto de apoio para suas missões antárticas. O apoio do Chile ao Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) é considerado fundamental para a continuidade da presença brasileira naquele continente, o que se comprovou durante o período de reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), atingida por incêndio em 2012, que afetou 70% de suas instalações. Em fevereiro de 2018, integrei missão do então ministro da Defesa, Raul Jungmann e do então comandante da Marinha, Almirante Leal Ferreira, em visita aos trabalhos em curso. A estação brasileira foi reinaugurada pelo vice-presidente Hamilton Mourão em janeiro de 2020, a quem acompanhei durante sua permanência em Punta Arenas.

60. O Brasil tem compartilhado sua experiência nessa área com o Chile, que atualmente executa projeto de recuperação da base da "Gobernación Marítima de la Antártica chilena", incendiada em 2018. Existe mecanismo bilateral de consultas sobre temas antárticos, que se reuniu em três oportunidades (2011, 2013 e 2015) e realizou um encontro por videoconferência (2017). Tem sido expressado à parte chilena

o interesse brasileiro em retomar consultas bilaterais no contexto do Sistema do Tratado da Antártida, para tratar da agenda de cooperação nos níveis científico e logístico. O Chile já concluiu o procedimento interno para a ratificação do Acordo bilateral de Cooperação Antártica, assinado em 2013. Aguarda-se a conclusão dos trâmites internos no Brasil.

f) - Cooperação Educacional e Assuntos Culturais

61. Procurei, no período em pauta, incentivar a aproximação entre a sociedade brasileira e a chilena, e estimular a divulgação cultural e a promoção de intercâmbio educacional. Importante veículo de ação da área cultural da Embaixada é o Centro Cultural Brasil-Chile (CCBRACH), que promove a realização de atividades de divulgação da língua portuguesa, da literatura, da arte e da cultura brasileiras. O CCBRACH celebrou 80 anos de atividade em 2019.

62. Dados do governo chileno apontam que apenas 1,5% das bolsas concedidas para estudos no exterior são dirigidos a cursos no Brasil. Os principais países de destino para estudantes chilenos são, em ordem decrescente, Reino Unido, Estados Unidos, Espanha e Austrália. Nesse contexto, o reforço do ensino do português como língua estrangeira no Chile e a promoção da imagem do Brasil como destino acadêmico de excelência poderiam contribuir para aumentar o interesse dos estudantes chilenos por cursos brasileiros e para aprofundar a cooperação acadêmica entre os dois países.

63. Vale registro de que, em 2018, fui procurado pessoalmente pela Ministra das Culturas, das Artes e do Patrimônio do Chile, Consuelo Valdés, para expressar sua solidariedade e oferecer apoio para a recuperação do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, atingido por incêndio. A iniciativa teve prosseguimento com contato direto das áreas técnicas dos respectivos ministérios da Cultura.

g) - Defesa e Segurança

64. Na área de Defesa, minha atuação à frente da embaixada foi em muito facilitada pela colaboração das Adidâncias Militares da Marinha (Naval e Defesa), Exército e Força Aérea. A tradicional cooperação entre as forças armadas de ambos os países proporciona intensa agenda de visitas, intercâmbios, cursos de formação de oficiais, exercícios conjuntos, visitas de autoridades, cooperação em defesa cibernética, entre outras matérias.

65. Como já assinalado, tive a oportunidade de participar das duas primeiras edições do Diálogo Político-Militar Brasil-Chile ("Mecanismo 2+2"), em 2018 e 2019, que reuniu os chanceleres e ministros da Defesa de ambos os países e possibilitou diálogo e troca de informações em alto nível sobre temas estratégicos. A experiência brasileira no emprego de militares em missões relacionadas à segurança interna tem despertado interesse chileno, tendo em conta que o governo Piñera conferiu às forças armadas novas atribuições de suporte ao combate ao crime organizado e ao narcotráfico em áreas fronteiriças. Visita ao Brasil do Ministro da Defesa do Chile, Alberto Espina, prevista para após a reunião 2+2 de 2019, e na qual visitaria pólos de desenvolvimento de projetos de Defesa no âmbito das três Forças, teve, no entanto, de ser adiada em razão da eclosão dos protestos em 18 de outubro.

66. A Embaixada tem também acompanhado com interesse as perspectivas de promoção comercial, no Chile, da indústria de defesa brasileira. Não obstante o governo Piñera haver promovido reforma no sistema de financiamento das atividades de Defesa, no bojo do qual foi revogada legislação que garantia recursos para compra de equipamentos atreladas ao valor do cobre, existem importantes áreas em que pode haver interesse comercial em matéria de defesa. Em 2018, acompanhei a assinatura do Protocolo sobre Intercâmbio de Dados e Serviços de Catalogação da Defesa, complementar ao Acordo entre Brasil e Chile sobre Cooperação em Matéria de Defesa, de 2009, por ocasião do referido encontro do "2+2". Em 2019, visitei, a convite da Marinha do Brasil, as instalações de base naval de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro, que podem vir a ser utilizadas para a construção ou manutenção de submarinos chilenos.

67. Em meu período à frente da Embaixada, ganharam relevância temas referentes à segurança pública. O Chile apresenta índices baixos de criminalidade na comparação com países vizinhos, mas o crescimento de ocorrências nos últimos anos levou o governo Piñera a conferir prioridade ao tema. O Plano Nacional de Segurança Pública para o período 2018-2022 sinaliza interesse em modernizar métodos, estrutura e treinamento das corporações policiais "Carabineros de Chile" e "Policía de Investigaciones" (PDI), ao mesmo tempo em que considera abordagem mais ampla, que procura enfrentar fatores sócio-econômicos que podem estimular a delinquência. Em 2019, a Embaixada organizou e acompanhou missão do senador Luiz do Carmo (MDB/GO) para conhecer a experiência chilena nessa área.

68. A despeito de a embaixada não contar com adidância policial em Santiago, procurei apoiar iniciativas para estreitar laços entre autoridades policiais brasileiras e chilenas e promover troca de experiências nessas áreas. No que toca à manutenção da ordem pública, desde o início dos protestos e manifestações populares, "Carabineros de Chile" tem procurado conhecer diferentes experiências internacionais semelhantes, e considera a realidade brasileira nessa área das mais próximas da chilena. A "Policía de Investigaciones" (PDI), por sua vez, tem expressado interesse em estabelecer vínculos mais estreitos com a Polícia Federal para permitir o intercâmbio de experiências na prevenção no combate a delitos transnacionais.

h) - Cooperação Técnica

69. A cooperação técnica entre Brasil e Chile passa por período de adensamento. Em 2019, visita do Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a Santiago inaugurou a discussão do programa de cooperação para o período 2019-2021 com a Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AGCID), aprovado durante a II Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica do Chile e Brasil, realizada em Brasília, em setembro de 2019.

70. Na ocasião, foi acordada a assinatura de três Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile (1990). O objetivo desses instrumentos, atualmente em fase final de negociação, é formalizar a implementação dos três projetos de cooperação bilateral acordados na ocasião: "Fortalecimento para a Defensoria em Sistemas de Estatísticas, Registros de Dados e Capacitações em Litigância Oral", "Apoio ao Desenvolvimento de Novos Modelos Preditivos - Clima e Saúde no Chile", e "Fortalecimento e Modernização na Área de Inovação e Competitividade".

71. A ABC e a AGCID realizaram programa de intercâmbio de funcionários em 2019, que muito contribuiu para reforçar a aproximação de ambas as instituições. Além da cooperação técnica bilateral, ABC e AGCID atuam na implementação de projeto trilateral no Suriname, iniciado em 2017. Pelo lado brasileiro, o projeto de apoio à segurança alimentar e sanitária no setor agropecuário é realizado em parceira com o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

i) - Temas multilaterais

72. A Embaixada acompanha reuniões das Conferências e de outros órgãos subsidiários da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), as quais têm sido frequentemente utilizadas para negociações de posições regionais sobre temas tão diversos quanto mudança do clima, direitos humanos, migrações e direitos das mulheres.

73. Como indicado mais acima, a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), Damares Regina Alves, chefiou a delegação brasileira à XIV Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe (27-31 de janeiro de 2020), quando manteve reunião bilateral com a Secretária Executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Alicia Bárcena. Na ocasião, Bárcena aceitou o convite da ministra para visitar o Brasil e intensificar a cooperação na promoção dos direitos das mulheres.

74. Durante minha gestão, a Embaixada também acompanhou eventos multilaterais ou regionais organizados pelo governo do Chile. Em 2019, por exemplo, participei da 88ª Assembleia Geral da Interpol, durante a qual o diretor-geral da PDI chilena, Hector Espinosa, foi eleito para o cargo de Delegado para as Américas no Comitê Executivo daquela organização (mandato 2019-2021), por unanimidade. Em 2018, a Embaixada acompanhou o XIII Encontro da Comunidade Latino-Americana e do Caribe de Inteligência Policial (CLACIP).

j) - Comunicação e Mídias Sociais

75. Em termos de diplomacia pública, minha gestão à frente da Embaixada procurou investir no uso intensivo de mídias sociais, com divulgação diária de publicações em plataformas como Facebook e Twitter. As mensagens buscam promover temas culturais brasileiros, sobretudo, mas não exclusivamente, aqueles que contam com apoio da Embaixada, temas comerciais, e outros assuntos relevantes do momento.

76. Não obstante, procurei também desenvolver relacionamento fluido com a imprensa e outros meios de comunicação locais, sendo que a Embaixada lhes presta apoio frequente, como no processo de agendamento de entrevistas com autoridades brasileiras. Assinalo como exemplo as entrevistas concedidas pelo presidente Jair Bolsonaro aos principais jornais chilenos e a canal de televisão local em março de 2019. Quando necessário, fiz publicar cartas com esclarecimentos sobre questões de relevância atinentes ao Brasil.

77. A Embaixada também desenvolveu parcerias com os principais jornais chilenos para publicar cadernos especiais sobre o Brasil, em especial por ocasião do Sete de Setembro. Em 2018, o jornal El Mercúrio publicou encarte que destacou a participação do Brasil na Antártica e a reconstrução da Estação brasileira. Em 2019, o jornal La Tercera publicou caderno que teve como foco as reformas econômicas brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

78. O presente relatório resumido de gestão dá conta do contexto político e econômico no Chile desde minha assunção da Embaixada em Santiago, em junho de 2017, assim como dos principais desenvolvimentos na esfera bilateral no período. Seja pela substância e abrangência dos temas, seja pelo caráter franco e maduro do diálogo, não há dúvida de que se trata, para além do lastro histórico de amizade e cooperação entre os dois países, de um dos mais significativos relacionamentos diplomáticos do Brasil contemporâneo. Por esses motivos, e no cumprimento das instruções e orientações da SERE, procurei atuar de maneira condizente com a elevada importância das relações Brasil-Chile, movido pela disposição não apenas de reforçar os vínculos nos níveis regional e bilateral, como também de avançar no interesse de promover linhas de ação e projetos estratégicos que consolidem o relacionamento e ajudem a impulsioná-lo e desenvolvê-lo ainda mais.

5

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 32, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 16, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
RELATOR: Senador Mecias de Jesus

21 de Setembro de 2020

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

RELATÓRIO Nº , DE 2020

SF/20665.15615-28

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 16, de 2020, da Presidência da República, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné.

Relator: Senador **MECIAS DE JESUS**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata.

O diplomata indicado é filho de Simplício Augusto Fonseca Menezes e Doris Salles Menezes. Ele nasceu no Recife/PE, em 10 de janeiro de 1959, e graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1981. No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1986, antes de ingressar na carreira no ano seguinte. Ainda nessa instituição, atendeu ao Curso de Aperfeiçoamento Diplomático, em 1996, e cumpriu o Curso de Altos

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/20665.15615-28

Estudos, em 2013, quando teve aprovada sua tese intitulada "Apoio ao Setor Algodoeiro dos Países do *Cotton*-4 (Benim, Burkina Faso, Chade e Mali), um Projeto Bem-sucedido: Perspectivas para a Cooperação Sul-Sul Brasileira".

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1987. Tornou-se Segundo-Secretário em 1987. Chegou a Conselheiro em 2008 e a Ministro de Segunda Classe em 2014, em promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas, destacam-se as de Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral no Porto, entre 1993 e 1997; Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Santa Cruz de La Sierra, de 1997 a 2000; Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Mendoza, entre 2007 e 2009; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Uagadugu, de 2009 a 2010; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Tegucigalpa, entre 2010 e 2014; Coordenador-Geral de Privilégios e Imunidades, na Chancelaria, de 2014 a 2015; e Embaixador em Lomé, de 2015 até o presente.

O diplomata fez jus às seguintes condecorações de instituições brasileiras: Oficial da Ordem do Mérito Militar (2007), Medalha da Ordem do Mérito Santos Dumont (2014), Diploma de Colaborador Emérito do Exército Brasileiro (2014) e Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco (2018).

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Guiné. Referido documento informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, bem como aspectos econômicos.

A Guiné é uma república presidencialista. O Estado é unitário e dividido em oito regiões. O presidente é eleito por voto popular para mandato de cinco anos, com direito à reeleição. O legislativo é unicameral, composto por 114 membros, eleitos por voto popular para mandato de cinco anos.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/20665.15615-28

No relatório de 2019 sobre desenvolvimento humano das Nações Unidas, a Guiné ocupa a 174ª posição (189 países avaliados). A expectativa de vida é de 61,2 anos. Conforme o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o índice de alfabetização é de 32%.

A economia do país possui um setor moderno, exportador e explorador de recursos naturais que contrasta com os outros setores, mais tradicionais e menos dinâmicos, voltados ao mercado interno ou à subsistência.

Entre os setores tradicionais, destaca-se a agricultura. Dominada pela produção para consumo local, essa atividade representa aproximadamente 20% do produto interno bruto (PIB), embora empregue 76% da população economicamente ativa. A agricultura comercial, mesmo obstaculizada por restrições estruturais, como a precariedade da infraestrutura, vem-se desenvolvendo nos últimos anos.

Também pouco dinâmica, a indústria guineense está quase inteiramente localizada na região da capital, Conacri. Caracteriza-se pela pequena dimensão das unidades produtoras e pela produção de bens de consumo não duráveis, principalmente alimentos processados.

A mineração, por sua vez, absorve a maior parte dos investimentos diretos estrangeiros. As exportações do país são relevantemente dependentes desse setor. Do total exportado, mais de 50% são representados pelas vendas de bauxita, ouro e alumínio. O diamante é outro recurso importante para a Guiné. No entanto, sua extração é majoritariamente feita de maneira artesanal, por pequenos produtores. Há, também, grande potencial para a exploração do minério do ferro nas minas de Simandou. A região abriga uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo.

O Brasil reconheceu a independência guineense em 1958 e estabeleceu relações diplomáticas com a República da Guiné (Guiné-Conacri) em 1973. A embaixada da Guiné em Brasília foi aberta em 2005, e no ano seguinte foi instalada a embaixada brasileira em Conacri.

SF/20665.15615-28

Brasil e Guiné firmaram Acordo de Cooperação Técnica em 2011, que entrou em vigor em 2016. O governo guineense indicou preliminarmente interesse em projetos de cooperação que visem ao desenvolvimento de seu setor agroindustrial, principalmente no que se refere às culturas do milho e da cana de açúcar e à agricultura tropical em geral. Também gostariam de receber cooperação nas áreas de pesca e infraestrutura.

Antes mesmo da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, Brasil e Guiné vinham explorando iniciativas nessa área, mas a deterioração do quadro político-institucional guineense, a partir de dezembro de 2008, não permitiu a continuidade daqueles esforços. Na época, estudavam-se as possibilidades de desenvolver projetos nas áreas de biocombustíveis, desenvolvimento energético e cooperação esportiva.

O comércio entre o Brasil e a Guiné restringe-se, basicamente, às exportações brasileiras, concentradas no açúcar, produto que, em 2019, correspondeu a mais de 70% do valor exportado. A pauta de importações de produtos guineenses pelo Brasil concentra-se em borracha. Em 2017, registrou-se valor mais alto que a média no total de importações, que chegou a 10,2 milhões de dólares estadunidenses. O aumento correspondeu a importações de bauxita pelo Brasil.

Há investimentos brasileiros em projetos de construção de estradas e pavimentação/revitalização de vias urbanas dos quais participam a companhia OAS, estabelecida na Guiné desde 2012. A empresa permaneceu no país mesmo durante os dois anos em que a Guiné foi mais duramente atingida pela epidemia de ebola (2014 e 2015). Em 2018, o escritório da companhia foi atingido durante protestos violentos registrados em Conacri, mas a situação se normalizou posteriormente.

Na área de mineração, a Vale decidiu, em 2015, transferir sua participação no projeto de exploração de minério de ferro nas minas de Simandou para seu então sócio na Guiné, a *BSG Resources Ltd* (BSGR).

A Guiné foi um dos países favorecidos pela decisão do governo brasileiro de perdoar as dívidas de alguns países africanos (política de recuperação de créditos, que abrangeu a reestruturação de dívidas). A

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/20665.15615-28

dívida original da Guiné com o Brasil chegava a 10.421.188,46 de dólares estadunidenses. O aumento correspondeu a importações de bauxita pelo Brasil.

O lado brasileiro comprometeu-se com a redução de 98% dessa soma, restando o equivalente a 208.423,77 de dólares estadunidenses. O aumento correspondeu a importações de bauxita pelo Brasil.

O número de brasileiros residentes na Guiné é reduzido, composto sobretudo de religiosos e membros da diáspora libanesa com dupla nacionalidade. A capital Conacri é a principal localidade de residência e trabalho da comunidade brasileira. Forécariah e Boké são outras cidades onde alguns missionários costumam atuar em atividades de evangelização e assistência social. Para seu escritório em Conacri, a empreiteira OAS envia regularmente um número reduzido de brasileiros, que, na maioria dos casos, permanecem no país por períodos relativamente curtos. Não há nacionais em privação de liberdade, nem casos de brasileiros com necessidades de assistência ou em estado de desvalia. Os serviços consulares concentraram-se na legalização de documentos. Brasil e Guiné não estabeleceram acordos de isenção de vistos.

Sendo o que se considera suficiente para o debate e deliberação da sabatina, nada mais aqui se acrescenta.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA 7

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 5ª Reunião da CRE
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Renan Calheiros (MDB)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	2. Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente
Marcio Bittar (MDB)	Presente	3. Simone Tebet (MDB)	
Esperidião Amin (PP)	Presente	4. Daniella Ribeiro (PP)	
Ciro Nogueira (PP)		5. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
Roberto Rocha (PSDB)		1. Izalci Lucas (PSDB)	Presente
Mara Gabrilli (PSDB)		2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS)	
Major Olimpio (PSL)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Kátia Abreu (PP)	Presente	1. Acir Gurgacz (PDT)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)	Presente	2. Flávio Arns (PODEMOS)	
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)			
Fernando Collor (PROS)	Presente	1. VAGO	
Jaques Wagner (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	Presente
Humberto Costa (PT)			
PSD			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	2. Angelo Coronel (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	Presente
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PODEMOS			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	1. Elmano Férrer (PODEMOS)	

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 5ª Reunião da CRE
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Otto Alencar
Carlos Viana

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 16/2020 - E.ANTÔNIO M -GUINÉ

Início da votação: 21/09/2020 18:00:00 Fim da votação: 21/09/2020 20:47:59

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,		**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,**	
MECIAS DE JESUS	**votou**	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**
MARCIO BITTAR	**votou**	3. SIMONE TEBET	
ESPERIDIÃO AMIN	**votou**	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		**Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)**	
ROBERTO ROCHA		1. IZALCI LUCAS	**votou**
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	**votou**	3. SORAYA THRONICKE	**votou**
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,		**Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,**	
KÁTIA ABREU		1. ACIR GURGACZ	**votou**
RANDOLFE RODRIGUES	**votou**	2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA	**votou**	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,**	
FERNANDO COLLOR	**votou**	1. VAGO	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	**votou**
HUMBERTO COSTA			
PSD		**PSD**	
NELSINHO TRAD	**votou**	1. CARLOS FÁVARO	**voto não computado**
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	2. ANGELO CORONEL	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)		**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)**	
CHICO RODRIGUES	**votou**	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO		2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS		**PODEMOS**	
MARCOS DO VAL	**votou**	1. ELMANO FÉRRER	

Votação:

TOTAL 16 SIM 16 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senador Nelsinho Trad
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 16/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA GUINÉ, COM 16 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

RELATÓRIO Nº , DE 2020

SF/20665.15615-28

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 16, de 2020, da Presidência da República, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné.

Relator: Senador **MECIAS DE JESUS**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Guiné.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata.

O diplomata indicado é filho de Simplício Augusto Fonseca Menezes e Doris Salles Menezes. Ele nasceu no Recife/PE, em 10 de janeiro de 1959, e graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1981. No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática em 1986, antes de ingressar na carreira no ano seguinte. Ainda nessa instituição, atendeu ao Curso de Aperfeiçoamento Diplomático, em 1996, e cumpriu o Curso de Altos

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/20665.15615-28

Estudos, em 2013, quando teve aprovada sua tese intitulada "Apoio ao Setor Algodoeiro dos Países do *Cotton*-4 (Benim, Burkina Faso, Chade e Mali), um Projeto Bem-sucedido: Perspectivas para a Cooperação Sul-Sul Brasileira".

Iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1987. Tornou-se Segundo-Secretário em 1987. Chegou a Conselheiro em 2008 e a Ministro de Segunda Classe em 2014, em promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas, destacam-se as de Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto no Consulado-Geral no Porto, entre 1993 e 1997; Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Santa Cruz de La Sierra, de 1997 a 2000; Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Mendoza, entre 2007 e 2009; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Uagadugu, de 2009 a 2010; Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Tegucigalpa, entre 2010 e 2014; Coordenador-Geral de Privilégios e Imunidades, na Chancelaria, de 2014 a 2015; e Embaixador em Lomé, de 2015 até o presente.

O diplomata fez jus às seguintes condecorações de instituições brasileiras: Oficial da Ordem do Mérito Militar (2007), Medalha da Ordem do Mérito Santos Dumont (2014), Diploma de Colaborador Emérito do Exército Brasileiro (2014) e Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco (2018).

Ainda em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Guiné. Referido documento informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos do país, suas políticas interna e externa, bem como aspectos econômicos.

A Guiné é uma república presidencialista. O Estado é unitário e dividido em oito regiões. O presidente é eleito por voto popular para mandato de cinco anos, com direito à reeleição. O legislativo é unicameral, composto por 114 membros, eleitos por voto popular para mandato de cinco anos.

SF/20665.15615-28

No relatório de 2019 sobre desenvolvimento humano das Nações Unidas, a Guiné ocupa a 174ª posição (189 países avaliados). A expectativa de vida é de 61,2 anos. Conforme o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o índice de alfabetização é de 32%.

A economia do país possui um setor moderno, exportador e explorador de recursos naturais que contrasta com os outros setores, mais tradicionais e menos dinâmicos, voltados ao mercado interno ou à subsistência.

Entre os setores tradicionais, destaca-se a agricultura. Dominada pela produção para consumo local, essa atividade representa aproximadamente 20% do produto interno bruto (PIB), embora empregue 76% da população economicamente ativa. A agricultura comercial, mesmo obstaculizada por restrições estruturais, como a precariedade da infraestrutura, vem-se desenvolvendo nos últimos anos.

Também pouco dinâmica, a indústria guineense está quase inteiramente localizada na região da capital, Conacri. Caracteriza-se pela pequena dimensão das unidades produtoras e pela produção de bens de consumo não duráveis, principalmente alimentos processados.

A mineração, por sua vez, absorve a maior parte dos investimentos diretos estrangeiros. As exportações do país são relevantemente dependentes desse setor. Do total exportado, mais de 50% são representados pelas vendas de bauxita, ouro e alumínio. O diamante é outro recurso importante para a Guiné. No entanto, sua extração é majoritariamente feita de maneira artesanal, por pequenos produtores. Há, também, grande potencial para a exploração do minério do ferro nas minas de Simandou. A região abriga uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo.

O Brasil reconheceu a independência guineense em 1958 e estabeleceu relações diplomáticas com a República da Guiné (Guiné-Conacri) em 1973. A embaixada da Guiné em Brasília foi aberta em 2005, e no ano seguinte foi instalada a embaixada brasileira em Conacri.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/20665.15615-28

Brasil e Guiné firmaram Acordo de Cooperação Técnica em 2011, que entrou em vigor em 2016. O governo guineense indicou preliminarmente interesse em projetos de cooperação que visem ao desenvolvimento de seu setor agroindustrial, principalmente no que se refere às culturas do milho e da cana de açúcar e à agricultura tropical em geral. Também gostariam de receber cooperação nas áreas de pesca e infraestrutura.

Antes mesmo da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, Brasil e Guiné vinham explorando iniciativas nessa área, mas a deterioração do quadro político-institucional guineense, a partir de dezembro de 2008, não permitiu a continuidade daqueles esforços. Na época, estudavam-se as possibilidades de desenvolver projetos nas áreas de biocombustíveis, desenvolvimento energético e cooperação esportiva.

O comércio entre o Brasil e a Guiné restringe-se, basicamente, às exportações brasileiras, concentradas no açúcar, produto que, em 2019, correspondeu a mais de 70% do valor exportado. A pauta de importações de produtos guineenses pelo Brasil concentra-se em borracha. Em 2017, registrou-se valor mais alto que a média no total de importações, que chegou a 10,2 milhões de dólares estadunidenses. O aumento correspondeu a importações de bauxita pelo Brasil.

Há investimentos brasileiros em projetos de construção de estradas e pavimentação/revitalização de vias urbanas dos quais participam a companhia OAS, estabelecida na Guiné desde 2012. A empresa permaneceu no país mesmo durante os dois anos em que a Guiné foi mais duramente atingida pela epidemia de ebola (2014 e 2015). Em 2018, o escritório da companhia foi atingido durante protestos violentos registrados em Conacri, mas a situação se normalizou posteriormente.

Na área de mineração, a Vale decidiu, em 2015, transferir sua participação no projeto de exploração de minério de ferro nas minas de Simandou para seu então sócio na Guiné, a *BSG Resources Ltd* (BSGR).

A Guiné foi um dos países favorecidos pela decisão do governo brasileiro de perdoar as dívidas de alguns países africanos (política de recuperação de créditos, que abrangeu a reestruturação de dívidas). A

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

SF/20665.15615-28

dívida original da Guiné com o Brasil chegava a 10.421.188,46 de dólares estadunidenses. O aumento correspondeu a importações de bauxita pelo Brasil.

O lado brasileiro comprometeu-se com a redução de 98% dessa soma, restando o equivalente a 208.423,77 de dólares estadunidenses. O aumento correspondeu a importações de bauxita pelo Brasil.

O número de brasileiros residentes na Guiné é reduzido, composto sobretudo de religiosos e membros da diáspora libanesa com dupla nacionalidade. A capital Conacri é a principal localidade de residência e trabalho da comunidade brasileira. Forécariah e Boké são outras cidades onde alguns missionários costumam atuar em atividades de evangelização e assistência social. Para seu escritório em Conacri, a empreiteira OAS envia regularmente um número reduzido de brasileiros, que, na maioria dos casos, permanecem no país por períodos relativamente curtos. Não há nacionais em privação de liberdade, nem casos de brasileiros com necessidades de assistência ou em estado de desvalia. Os serviços consulares concentraram-se na legalização de documentos. Brasil e Guiné não estabeleceram acordos de isenção de vistos.

Sendo o que se considera suficiente para o debate e deliberação da sabatina, nada mais aqui se acrescenta.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 16, DE 2020

(nº 340/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTÔNIO CARLOS DE
SALLES MENEZES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné.

DESPACHO: À CRE

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné.

Os méritos do Senhor **ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00076/2020 MRE

Brasília, 1 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Guiné.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 334 /2020/SG/PR

Brasília, 16 de Junho de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Guiné.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *ANTÔNIO CARLOS DE SALLES MENEZES*
CPF.: 168.250.634-72
ID.: 1147835 SSP/PE

1959	Filho de Simplício Augusto Fonseca Menezes e Doris de Salles Menezes, nasce em 10 de janeiro, em Recife/PE
Dados Acadêmicos:	
1981	Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco
1982	CITRE - Ciclo de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial, Brasília
1986	CPCD - IRBr
1996	CAD - IRBr
2013	Curso de Altos Estudos (Instituto Rio Branco). Tese "Apoio ao Setor Algodoeiro dos Países do Cotton-4 (Benim, Burkina Faso, Chade e Mali), um Projeto Bem-sucedido: Perspectivas para o Futuro da Cooperação Sul-Sul Brasileira"
Cargos:	
1987	Terceiro-Secretário
1994	Segundo-Secretário
2003	Primeiro-Secretário
2008	Conselheiro, por merecimento
2014	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
Funções:	
1984	Embaixada em Kinshasa, CITRE, Técnico em Promoção Comercial
1988	Divisão Consular, assistente
1989	Embaixada em Riade, Terceiro-Secretário em missão transitória
1990	Embaixada em Nairóbi, Terceiro-Secretário
1993	Consulado-Geral no Porto, Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto
1997	Consulado-Geral em Santa Cruz de la Sierra, Cônsul-Geral Adjunto e Encarregado do Consulado-Geral
2000	Coordenação-Geral de Protocolo, Chefe, substituto
2001	Embaixada em Georgetown, Segundo-Secretário, Conselheiro comissionado
2004	Embaixada em Tegucigalpa, Primeiro-Secretário, Conselheiro comissionado
2007	Consulado-Geral em Mendoza, Cônsul-Geral Adjunto
2009	Embaixada em Uagadugu, Conselheiro, Ministro-Conselheiro, comissionado
2010	Embaixada em Tegucigalpa, Conselheiro, Ministro-Conselheiro comissionado
2014-2015	Coordenador-Geral de Privilégios e Imunidades Embaixada em Lomé, Embaixador
Condecorações:	
2007	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
2014	Medalha da Ordem do Mérito Santos Dumont, Brasil
2014	Diploma de Colaborador Emérito do Exército Brasileiro
2018	Ordem de Rio Branco, Brasil, grau de Grã-Cruz

FÁTIMA KEIKO ISHITANI
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento da África (DEAF)
Divisão de África I (DAF-I)

REPÚBLICA DA GUINÉ

Maio de 2020

SUMÁRIO

SUMÁRIO 2
RELAÇÕES BILATERAIS 3
RELAÇÕES POLÍTICAS 3
Ebola 3
Cooperação técnica 3
Cooperação educacional 4
Cooperação jurídica 4
Pastoral da Criança 4
RELAÇÕES ECONÔMICAS 4
Comércio 4
Investimentos 4
Dívida 4
ASSUNTOS CONSULARES 5
POLÍTICA INTERNA 6
Governo Dadis Camara 6
Primeiro governo Condé (2010-2015) 8
Epidemia de ebola 8
Segundo governo Alpha Condé (2015 em diante) 8
Eleições legislativas e presidenciais de 2020 8
Instituições 9
Indicadores sociais e demográficos 9
POLÍTICA EXTERNA 10
ECONOMIA 12
MAPA 14
DADOS BÁSICOS 15
INTERCÂMBIO COMERCIAL 15

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

O Brasil reconheceu a independência guineense em 1958 e estabeleceu relações diplomáticas com a República da Guiné (Guiné-Conacri) em 1973. A embaixada da Guiné em Brasília foi aberta em 2005, e no ano seguinte foi criada a embaixada brasileira em Conacri.

Durante o governo do general Moussa Dadis Camara (dezembro de 2008-janeiro de 2010), as relações ficaram praticamente congeladas, pois o Brasil acompanhou posição da União Africana (UA) e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que não reconheceram sua legitimidade. Em 2010, a relação bilateral voltou a ter maior dinamismo, com a eleição de Alpha Condé para a Presidência da República da Guiné. Desde então, houve encontros de alto nível e assinatura de acordos que adensaram a relação bilateral.

Destaca-se, nesse contexto, a visita do então Ministro das Relações Exteriores a Conacri em julho de 2011, quando foi assinado memorando de entendimento estabelecendo um Mecanismo de Consultas Políticas entre os dois países. O então ministro dos Negócios Estrangeiros e dos Guineenses no Exterior, Edouard Nyankoye Lama, visitou o Brasil em novembro do mesmo ano, ocasião em que foi assinado Acordo de Cooperação Técnica, em vigor desde 2016.

O presidente Alpha Condé esteve no Brasil em duas ocasiões: em 2011, para celebrações do Ano Internacional do Afrodescedente, e em 2012, para a realização da Conferência Rio+20. Reuniu-se com sua homóloga brasileira à margem da 20ª cúpula da UA em Adis Abeba, em janeiro de 2013. Em julho do mesmo ano, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros guineense, Louncény Fall, realizou visita ao Brasil, para participar da I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas bilaterais.

Em janeiro de 2019, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e dos Guineenses no Exterior, Mamadi Touré, realizou visita ao Brasil para participar da cerimônia de posse do presidente Jair Bolsonaro. Na ocasião, reuniu-se com o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Otávio Brandelli.

Ebola. Durante o surto do vírus Ebola, que, em 2014, afetou duramente alguns países da África Ocidental, o governo brasileiro realizou doação de R$ 25 milhões a agências da ONU, para combater a epidemia e apoiar a população na Guiné, na Libéria e em Serra Leoa. O Brasil também enviou medicamentos e produtos hospitalares.

Cooperação técnica. O Acordo de Cooperação Técnica firmado em 2011 entrou em vigor em 2016. O governo guineense indicou preliminarmente interesse em projetos de cooperação que visem ao desenvolvimento de seu setor agroindustrial, principalmente no que se refere às culturas do milho e da cana de açúcar e à agricultura tropical em geral. Também gostariam de receber cooperação nas áreas de pesca e infraestrutura.

Antes mesmo da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica, Brasil e Guiné vinham explorando iniciativas nessa área, mas a deterioração do quadro político-institucional guineense, a partir de dezembro de 2008, não permitiu a continuidade daqueles esforços. Na época, estudavam-se as possibilidades de desenvolver projetos nas áreas de biocombustíveis, desenvolvimento energético e cooperação esportiva.

A título de registro histórico, vale lembrar que a cooperação técnica bilateral teve início com ações isoladas nos anos 1980, como foi o caso do estágio de dois técnicos guineenses na Embrapa.

Cooperação educacional. Em 2001, firmou-se Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática do Ministério das Relações Exteriores da República da Guiné, visando à cooperação na formação de diplomatas.

Cooperação jurídica. Não há acordo de cooperação jurídica entre o Brasil e a Guiné-Conacri, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em compromisso de reciprocidade.

Pastoral da Criança. Com respaldo da ABC, a Pastoral da Criança, um organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), auxiliou a Igreja Católica na Guiné a instalar a Pastoral da Criança naquele país. Em 2007, membros da Igreja Católica guineense fizeram estágio de capacitação em Curitiba e no Recife. Mesmo com a crise política guineense, delegação brasileira visitou, entre o final de 2008 e início de 2009, a Guiné para acompanhar e ajudar os trabalhos da Pastoral da Criança guineense.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Comércio. O comércio entre o Brasil e a Guiné restringe-se, basicamente, às exportações brasileiras, concentradas no açúcar, produto que, em 2019, correspondeu a mais de 70% do valor exportado. A pauta de importações de produtos guineenses pelo Brasil concentra-se em borracha. Em 2017, registrou-se valor mais alto que a média no total de importações, que chegou a USD 10,2 milhões. O aumento correspondeu a importações de bauxita pelo Brasil.

Investimentos. Há investimentos brasileiros em projetos de construção de estradas e pavimentação/revitalização de vias urbanas dos quais participam a companhia OAS, estabelecida na Guiné desde 2012. A empresa permaneceu no país mesmo durante os dois anos em que a Guiné foi mais duramente atingida pela epidemia de ebola (2014 e 2015). Em 2018, o escritório da companhia foi atingido durante protestos violentos registrados em Conacri, mas a situação se normalizou posteriormente.

Na área de mineração, a Vale decidiu, em 2015, transferir sua participação no projeto de exploração de minério de ferro nas minas de Simandou para seu então sócio na Guiné, a BSG Resources Ltd (BSGR).

Dívida. A Guiné foi um dos países favorecidos pela decisão do governo brasileiro de perdoar as dívidas de alguns países africanos (política de recuperação de créditos, que abrangeu a reestruturação de dívidas). A dívida original da Guiné com o Brasil chegava a USD 10.421.188,46. O lado brasileiro comprometeu-se com a redução de 98% dessa soma, restando o equivalente a USD 208.423,77.

ASSUNTOS CONSULARES

O número de brasileiros residentes na Guiné é reduzido, composto sobretudo de religiosos e membros da diáspora libanesa com dupla nacionalidade. A capital Conacri é a principal localidade de residência e trabalho da comunidade brasileira. Forécariah e Boké são outras cidades onde alguns missionários costumam atuar em atividades de evangelização e assistência social. Para seu escritório em Conacri, a empreiteira OAS envia regularmente um número reduzido de brasileiros, que, na maioria dos casos, permanecem no país por períodos relativamente curtos. Não há nacionais em privação de liberdade, nem casos de brasileiros com necessidades de assistência ou em estado de desvalia. Os serviços consulares concentraram-se na legalização de documentos. Brasil e Guiné não estabeleceram acordos de isenção de vistos.

POLÍTICA INTERNA

Antiga colônia francesa, a Guiné tornou-se, em 2 de outubro de 1958, o primeiro país independente da França na África Ocidental. O primeiro presidente, Sékou Touré, inspirou-se no modelo socialista unipartidário e, em 1960, declarou o Partido Democrático da Guiné (PDG), por ele liderado e amplamente majoritário, legalmente o único partido do país. Na esfera econômica, Touré buscou estabelecer um estrito planejamento e a nacionalização dos principais setores econômicos.

Com o passar dos anos, a via socialista mostrou-se insuficiente para o país e gerou insatisfações e manifestações. O próprio governo mudou o rumo de suas políticas, liberalizando a economia e aproximando-se das potências ocidentais, como os Estados Unidos e a França.

Em 1984, Touré morreu durante uma cirurgia nos EUA, e o poder foi tomado por militares guineenses liderados pelos coronéis Lansana Conté e Diarra Traoré. Conté e Traoré assumiram os cargos de Presidente e Primeiro-Ministro, respectivamente, e criaram o Comitê Militar de Reorganização Nacional (CMRN), com o intuito de desmontar a institucionalidade deixada por Touré.

O PDG, antigo partido governista, praticamente se desintegrou. Em 1985, a milícia do partido foi dissolvida, e seus integrantes, absorvidos nas Forças Armadas. O novo governo, de orientação liberal, iniciou processo de enxugamento do setor público, com o fechamento de empresas estatais, redução do número de ministérios e demissão de servidores. O monopólio estatal sobre o comércio foi abolido, e as propriedades privadas confiscadas durante o regime Touré foram restituídas aos seus proprietários. No plano externo, normalizaram-se as relações com o Banco Mundial e o FMI, que passaram a conceder auxílio financeiro ao país.

Paralelamente à abertura econômica, iniciou-se processo de abertura política, com o estabelecimento, em 1991, de um Conselho de Transição, em substituição ao CMRN. Em dezembro daquele ano, foi promulgada a nova Constituição do país. Com o multipartidarismo, foram criados mais de 40 partidos políticos, dentre os quais se destacavam o Partido da Unidade e do Progresso (PUP), liderado pelo Presidente Conté, e os partidos de oposição Coligação do Povo da Guiné (RPG), União pela Nova República (UNR) e Partido de Renovação e Progresso (PRP). Em 1995, esses três partidos, juntamente com outros nove, passaram a integrar a coalizão oposicionista Coordenação da Oposição Democrática (CODEM).

Nas eleições presidenciais de 1993, o Presidente Conté obteve 52% dos votos. Em fevereiro de 1996, uma tentativa de golpe constituiu séria ameaça a seu governo. No mesmo ano, o Presidente recriou o cargo de Primeiro-Ministro, que não era previsto na Constituição de 1991.

Conté também foi declarado vencedor das eleições de 1998, com pouco mais de 50% dos votos, chegando a seu segundo mandato sob a nova Constituição. Pouco antes do pleito, dois importantes políticos da oposição – um deles o atual presidente do país, Alpha Condé – tinham sido presos, sob a acusação de estarem conspirando contra o governo. Em 2001, realizou-se plebiscito que retirou o limite de reeleições e aumentou de cinco para sete anos a duração do mandato presidencial. Dois anos depois, Conté foi mais uma vez reeleito, dessa vez com 95% dos votos.

Governo Dadis Camara. Em dezembro de 2008, o General Conté faleceu e verificou-se novamente a tomada do poder por militares. O capitão Moussa Dadis Camara

dissolveu o governo e as instituições políticas do país e anunciou que a Guiné seria governada pelo recém-criado Conselho Nacional para o Desenvolvimento e a Democracia (CNDD), até a normalização da situação interna. Essa situação processou-se em contraposição à Constituição vigente, que previa, em caso de vacância da Presidência, a atribuição do cargo interinamente ao chefe do legislativo. Eleições deveriam ser convocadas no prazo de 60 dias.

Camara assumiu como Presidente do CNDD, que passou a funcionar como uma junta militar, alguns dias após a morte de Conté. Nessa ocasião, reafirmou que sua missão era restaurar a autoridade do Estado, promover o desenvolvimento econômico do país e lançar uma luta sem tréguas contra a corrupção. Ressaltou, ademais, o caráter interino de seu Governo e anunciou que convocaria eleições livres, críveis e transparentes em dezembro de 2010, término do mandato do General Conté – e que não concorreria na ocasião.

Apesar da pressão internacional para o retorno à ordem constitucional, o governo Camara manteve o apoio popular em seus primeiros meses. Ao fim de abril de 2009, contudo, a situação interna mudou. O líder da junta militar cancelou viagem que faria ao exterior, devido a rumores de que contragolpe seria deflagrado em sua ausência. Com o aumento das tensões, empresas mineradoras começaram a deixar o país. As eleições foram adiadas para o primeiro trimestre de 2011.

Em 28 de setembro de 2009, pelo menos 57 pessoas foram mortas quando soldados dispararam contra manifestantes de oposição, que protestavam em um estádio de futebol contra a possível candidatura do líder da junta militar nas futuras eleições presidenciais. Camara acusou "soldados incontroláveis" de serem os responsáveis pelo massacre.

Após a morte dos manifestantes, a oposição passou a exigir a saída imediata de Camara do governo. O presidente do Burkina Faso, Blaise Compaoré, foi indicado pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) como mediador da crise guineense. A proposta inicial feita por Compaoré, que incluía a manutenção de Camara e a possibilidade de que o líder da junta militar se candidatasse à Presidência, foi rechaçada pela oposição.

Em dezembro de 2009, Camara sofreu tentativa de assassinato, levando um tiro disparado por seu ajudante de ordens, o tenente Aboubacar Diakité. Camara foi trasladado no dia seguinte para Rabat, no Marrocos, onde se submeteu a procedimento cirúrgico, possivelmente devido a um traumatismo craniano. Em janeiro de 2010, o líder da junta foi ao Burkina Faso, onde se reuniu com Blaise Compaoré e com o então Vice-Presidente e Ministro da Defesa da Guiné, Sékouba Konaté. Esse encontro resultou na Declaração Conjunta de Uagadugu, que, entre outros aspectos, determinou: a formação de um governo de união nacional com um político da oposição no cargo de Primeiro-Ministro; a realização de eleições presidenciais em até seis meses; o não retorno do presidente Camara à Guiné; e a posse de Konaté como Presidente interino.

Ainda em janeiro de 2010, Jean Marie Doré, importante opositor de Conté e um dos líderes da Força Viva, organização que demandava uma transição rápida do poder para os civis, foi indicado para o cargo de Primeiro-Ministro. A composição do novo ministério, que incluía membros da oposição, técnicos do antigo governo e militares próximos a Dadis Camara, foi anunciada no mês seguinte. Houve gradual retorno ao governo civil, culminando com eleições naquele mesmo ano.

O primeiro turno das eleições foi realizado em junho de 2010. Passaram ao segundo turno Cellou Dalein Diallo, da *Union des Forces Démocratiques de Guinée* (UFDG), com 43,69% dos votos, e, com 18.25%, Alpha Condé, do *Rassemblement du Peuple de Guinée* (RPG) e destacado opositor no governo Lansana Conté.

Apesar do favoritismo de Diallo, Alpha Condé obteve 52,52% dos votos no segundo turno. À divulgação de resultados seguiu-se uma onda de violência que resultou em aproximadamente uma dezena de mortos. A pronta reação do governo de transição, que declarou estado de emergência, e a atitude pacificadora de Condé e Diallo facilitaram o controle da situação.

Primeiro governo Condé (2010-2015). Ao tomar posse como Presidente da República da Guiné, em dezembro de 2010, Alpha Condé assumiu dois grandes desafios: estabilizar democraticamente um país que até aquele momento só conhecera governos autoritários e desenvolver uma nação potencialmente rica, mas que exibia índices sociais e econômicos entre os mais baixos do mundo.

Em 19 de julho de 2011, houve ataque a tiros à residência do Presidente. Cerca de 50 pessoas foram presas, acusadas de envolvimento na ação criminosa, que parecia indicar a persistência da instabilidade interna.

Epidemia de ebola. À instabilidade somou-se outro grande desafio para a Guiné: a epidemia do vírus ebola que teve início no território guineense em setembro de 2013, disseminando-se rapidamente para os vizinhos Libéria e Serra Leoa. Em outubro de 2014, o agravamento da crise levaria Alpha Condé a declarar estado de emergência sanitária no país. Em março do ano seguinte, teve início uma campanha massiva de vacinação contra o vírus. A enfermidade só seria efetivamente erradicada do país em junho de 2016 (houve novos casos após a OMS decretar o fim da epidemia em dezembro de 2015), depois de provocar mais de 2.500 mortes na Guiné-Conacri.

Segundo governo Alpha Condé (2015 em diante). Nas eleições de 2015, Alpha Condé e Cellou Diallo novamente disputaram entre si a Presidência do país. Em outubro, a Corte Constitucional anunciou os resultados finais, declarando a reeleição de Condé já no primeiro turno, com 57,8% dos votos, contra 31,4% dos votos de Diallo.

Superada a emergência do ebola, as atenções voltaram-se novamente para os demais desafios sociais e econômicos da Guiné. Ao longo de 2017, houve protestos decorrentes da crise no sistema educacional (com greves de professores por todo o país) e do clima pré-eleições comunais, que não ocorriam desde 2005. As eleições locais foram realizadas em fevereiro de 2018. Cerca de 30.000 candidatos disputaram as cadeiras de vereadores ("*conseillers municipaux*") nas 342 prefeituras (*mairies*). Candidatos do governista RPG obtiveram 47% dos assentos em disputa. Registrou-se insatisfação da oposição com o resultado e houve distúrbios em Conacri e no interior.

Em abril de 2018, o presidente Condé reuniu-se com líderes dos principais partidos de oposição – Celou Diallo, da UFDG, e Sidya Touré, da *Union des Forces Républicaines* (UFR) – para superar a situação de forma pacífica. Solicitou-se às autoridades eleitorais do país uma solução para o diferendo eleitoral relativamente a algumas comunas urbanas e rurais.

Em meio à crise, foi nomeado, em 21 de maio de 2018, o novo Primeiro-Ministro, Ibrahima Kassory Fofana, que até então exercera o cargo de Ministro das Finanças. Foi anunciada também uma reforma ministerial, com substituição de cerca de metade dos ministros. O Ministro dos Negócios Estrangeiros Mamadi Touré permaneceu no cargo.

Eleições legislativas e presidenciais de 2020. As eleições legislativas, originalmente previstas para 2018, foram postergadas em duas ocasiões – a última delas em janeiro de 2019, quando os mandatos dos membros da Assembleia Nacional foram prorrogados

por decreto presidencial “até a realização de novo escrutínio”, sem, contudo, definição de uma nova data. Após uma série de protestos, o Presidente Alpha Condé anunciou a realização das eleições parlamentares para o início de 2020.

Paralelamente, a possibilidade de o Presidente Condé candidatar-se a um terceiro mandato nas eleições presidenciais, previstas para o segundo semestre de 2020, passou a ser aventada em meados de 2019. Para tanto, seria necessária uma mudança na Constituição, que atualmente permite apenas uma reeleição do Chefe de Estado.

Em 14 e 15 de outubro de 2019, houve protestos, com incidentes violentos, contra a possibilidade de realização de referendo sobre a reeleição presidencial. Em resposta às manifestações, o Presidente Condé anunciou sua disposição de abrir diálogo com a oposição sobre as eleições parlamentares e a instalação dos conselhos municipais. Líderes da oposição afirmaram que dariam continuidade ao movimento, até que o Presidente descartasse a possibilidade de um terceiro mandato.

Em 24 de outubro, novos protestos paralisaram a capital guineense e parte do interior do país. O Presidente, em entrevista à imprensa, afirmou que não se decidira acerca da possibilidade de buscar uma revisão constitucional. Em 6 de janeiro de 2020, registraram-se, novamente, grandes manifestações na Guiné.

Mesmo diante dos protestos, decidiu-se pela realização do referendo na mesma ocasião das eleições para a Assembleia Nacional, em 22 de março. A oposição não apresentou candidatos e conclamou a população a boicotar o pleito. Como resultado, o RPG, do Presidente Condé, conquistou 79 das 114 cadeiras do legislativo. Quanto ao referendo, contagem preliminar indica que a mudança constitucional para permitir uma nova candidatura ao atual mandatário foi aprovada com quase 90% dos votos válidos. Registrou-se comparecimento de 58% dos eleitores. Houve protestos e distúrbios no dia da votação.

Instituições. A Guiné é uma república presidencialista. O estado é unitário e dividido em oito regiões. O Presidente da República é eleito por voto popular para mandato de cinco anos, com direito à reeleição. O legislativo é unicameral, composto por 114 membros, eleitos por voto popular para mandato de cinco anos. Desse total, 76 deputados são eleitos a partir de uma lista nacional, em sistema de voto proporcional. Os 38 restantes são eleitos em turno único em sistema de maioria simples. O judiciário está estruturado em tribunais de primeira instância, dois Tribunais de Apelação e o Supremo Tribunal.

Indicadores sociais e demográficos. O maior grupo étnico da Guiné são os fulas ou fulanis (32%), seguidos dos malinqués (30%) e dos sussus (20%). A religião predominante é o islamismo (86,7%), seguida do cristianismo (8,9%) e de crenças tradicionais (4,4%).

No relatório de 2019 sobre desenvolvimento humano das Nações Unidas, a Guiné ocupa a 174ª posição (189 países avaliados). A expectativa de vida é de 61,2 anos. Conforme o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o índice de alfabetização é de 32%.

POLÍTICA EXTERNA

Durante o governo Sekou Touré, a Guiné seguiu, inicialmente, política de alinhamento ao bloco soviético, não obstante o reduzido apoio financeiro obtido da URSS. Em meados da década de 1970, ainda durante o período Touré, o país iniciou processo de aproximação com o Ocidente, mediante a assinatura da Convenção de Lomé, o ingresso na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (**CEDEAO**) e a normalização do relacionamento com a **França**. A partir de 1984, com a abertura econômica, a Guiné inseriu-se definitivamente no campo ocidental.

Em decorrência dos eventos políticos de 2008, a relação com as principais potências ocidentais foi prejudicada. Boa parte da ajuda internacional para o país, importante para as contas externas, ficou congelada. A eleição de Alpha Condé, em 2010, modificou esse quadro.

Desde a abertura, a presença econômica dos países ocidentais tem sido significativa. Entre os principais investidores e parceiros comerciais da Guiné, destacam-se **Espanha**, **Estados Unidos** e **França**.

Ucrânia e **Rússia** também estão presentes no setor de mineração guineense e são importantes destinos para as exportações da Guiné. Nos últimos anos, no entanto, o relacionamento com a Rússia foi condicionado pelo processo de revisão dos contratos com as mineradoras estrangeiras, que afetou a empresa russa UC Rusal. Contudo, em outubro de 2019, o Presidente Alpha Condé participou de reunião de cúpula Rússia-África, realizada na cidade russa de Sochi. Acompanhou o mandatário guineense importante delegação, composta, entre outros, pelos titulares das pastas de Assuntos Presidenciais e Defesa (Mohamed Diané), dos Negócios Estrangeiros e dos Guineenses do Exterior (Mamadi Touré), das Minas e da Geologia (Abdoulaye Magassouba), das Cidades e da Administração do Território (Ibrahima Kourouma), do Ensino Superior (Abdoulaye Yéro Baldé) e dos Investimentos Públicos e Privados (Gabriel Curtis). Segundo o noticiário local, o Governo guineense tencionou demonstrar seu interesse em participar do reavivamento do intercâmbio com a Rússia.

Por sua vez, a **China** vem se firmando com um parceiro cada vez mais presente: é o principal fornecedor do país, investe fortemente no setor de mineração e ainda participa ativamente da modernização da infraestrutura guineense.

No âmbito regional, a Guiné, por muito tempo, teve um papel político destacado. Sekou Touré foi importante líder africanista e anticolonialista, tendo exercido papel importante na independência da Guiné-Bissau. Nas décadas seguintes, o governo guineense atuou ativamente nos conflitos de **Guiné-Bissau**, **Libéria** e **Serra Leoa**, enviando tropas em missões de paz e também recebendo centenas de milhares de refugiados. Com sua atuação regional, a Guiné adquiriu destacado papel mediador. Nos últimos anos, tem-se notado também uma aproximação significativa com a **Côte d'Ivoire**. Guiné, Libéria, Serra Leoa e Côte d'Ivoire fazem parte da União do Rio Mano, iniciativa regional de colaboração e assistência mútua.

As relações da Guiné com seus outros dois vizinhos – **Senegal** e **Mali** – são tradicionalmente amistosas. Apesar desse contexto positivo, a Guiné esteve suspensa da **CEDEAO** e da **União Africana** devido à chegada ao poder do capitão Moussa Dadis Camara, em 2008.

Em termos econômicos, as relações com os vizinhos africanos são menos intensas, pois os principais parceiros comerciais e investidores estão localizados fora da África. De todo modo, a Guiné não apenas aderiu e ratificou o acordo de criação da

Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA), como também se tornou um dos principais defensores da iniciativa.

ECONOMIA

A economia da Guiné possui um setor moderno, exportador e explorador de recursos naturais que contrasta com os outros setores, mais tradicionais, voltados ao mercado interno ou à subsistência e menos dinâmicos.

Entre os setores tradicionais, destaca-se a agricultura. Dominada pela produção para subsistência, essa atividade representa aproximadamente 20% do PIB, embora empregue 76% da população economicamente ativa. A agricultura comercial, mesmo obstaculizada por restrições estruturais, como a precariedade da infraestrutura, vem-se desenvolvendo nos últimos anos.

Também pouco dinâmica, a indústria guineense está quase inteiramente localizada na região da capital, Conacri. Caracteriza-se pela pequena dimensão das unidades produtoras e pela produção de bens de consumo não duráveis, principalmente alimentos processados.

A mineração, por sua vez, absorve a maior parte dos investimentos diretos estrangeiros. As exportações do país são relevantemente dependentes desse setor. Do total exportado, mais de 50% são representados pelas vendas de bauxita, ouro e alumínio. Parte do alumínio guineense é processada na refinaria de Friguia, operada pela empresa russa Rusal. O diamante é outro recurso importante para a Guiné. No entanto, sua extração é majoritariamente feita de maneira artesanal, por pequenos produtores. Há, também, grande potencial para a exploração do minério do ferro nas minas de Simandou. A região abriga uma das maiores reservas de minério de ferro do mundo.

O total obtido com as exportações da Guiné varia muito de um ano para o outro, em decorrência dos preços internacionais dos minérios. São, contudo, normalmente maiores do que as importações, que, por sua vez, compõem-se principalmente por bens de capital, alimentos e combustíveis. As transferências unilaterais são positivas, resultantes principalmente das remessas de residentes em outros países. Por outro lado, há déficit na conta de serviços e na conta de rendas – esse último explicado, principalmente, pela remessa de lucro das empresas multinacionais da mineração. Esses déficits são financiados, parcialmente, pelos fluxos de investimento direto estrangeiro.

O país tem experimentado altas taxas de crescimento nos últimos anos, com destaque para 2016 e 2017 (anos imediatamente posteriores à epidemia de ebola), quando a variação do PIB ultrapassou os 10%. Em 2019, estima-se que a taxa de crescimento tenha sido de 5,6%. Para 2020, as primeiras estimativas do FMI, levando em conta os prováveis efeitos da crise sanitária internacional de COVID-19, indicam crescimento de 2,9%.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente Alpha Condé

Nasceu em 4 de março de 1938 em Boké, a 300 quilômetros de Conacri. Estudou direito na Sorbonne e sociologia no Instituto de Estudos Políticos de Paris. Obteve o doutorado em direito público na Universidade de Paris-I, onde foi professor de direito público. Paralelamente a seus estudos, foi militante da Federação dos Estudantes da África Negra na França (FEANF). De volta à República da Guiné, concorreu à Presidência nas eleições de 1993 e 1998, quando foi preso durante o governo Lansana Conté. Foi libertado em 2001. Elegeu-se Presidente em 2010.

Ministro dos Negócios Estrangeiros e dos Guineenses no Exterior, Mamadi Touré

Nasceu em 11 de dezembro de 1952, em Kankan, segunda maior cidade da República da Guiné. Formou-se em engenharia civil na Universidade de Conacri e em administração na "City University" de Nova York. Ocupou diversos cargos na Organização das Nações Unidas, a partir de 1990.
Em 2011, tornou-se Representante Permanente da Guiné nas Nações Unidas. Em agosto de 2017, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

MAPA

0 50 100 km
0 50 100 mi
SENEGAL
THE GAMBIA
M A L I
GUINEA-BISSAU
Labé
Siguiri
Boké
Niger
Kamsar
Fria
Kindia
Kankan
CONAKRY
SIERRA LEONE
Macenta
Nzérékoré
Mont Nimba
CÔTE D'IVOIRE
NORTH ATLANTIC OCEAN
LIBERIA

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República da Guiné
Gentílico:	Guineense
Capital:	Conacri
Área:	245.857 km^2
População (FMI, 2019):	13,627 milhões de habitantes
Língua oficial:	Francês
Principais religiões:	Islamismo (86,2%), cristianismo (8,9%), crenças tradicionais e outros (4,4%)
Sistema de Governo:	República presidencialista
Poder Legislativo:	Unicameral: Assembleia Nacional Popular, com 114 membros, eleitos por voto popular direto para mandato de 5 anos.
Chefe de Estado:	Presidente Alpha Condé
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Ibrahima Kassory Fofana
Chanceler:	Mamadi Touré
PIB (FMI, est. 2019):	US$ 13,37 bilhões
PIB PPC (FMI, est. 2019):	US$ 33,27 bilhões
PIB per capita (FMI, est. 2019):	US$ 981,02
PIB PPC per capita (FMI, est. 2019):	US$ 2,44 mil
Variação do PIB (FMI):	2,9% (est. 2020); 5,6% (est. 2019); 6,2% (2018); 10,3% (2017); 10,8% (2016); 3,8% (2015); 3,7% (2014)
IDH (PNUD, 2019):	0,466 (174º)
IHDI (PNUD, 2019):	0,310
Expectativa de vida (PNUD, 2019):	61,2 anos
Índice de Alfabetização (BAD, 2018):	32 %
Índice de desemprego (BM, 2019):	3,6%
Unidade Monetária:	Franco guineense
Embaixador da Guiné:	Kabiné Kondé
Encarregado de Negócios em Conacri:	Sérgio Frederico Dantas da Cunha
Comunidade brasileira estimada:	30 pessoas

INTERCÂMBIO COMERCIAL

(US$ mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Guiné	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020 (jan-abr)**
Intercâmbio	**44.522**	**65.082**	**54.018**	**35.426**	**66.164**	**43.854**	**50.106**	**36.787**
Exportações	44.521	65.082	53.889	35.426	55.943	41.866	49.956	36.475
Importações	1	-	129	-	10.221	1.988	150	312
Saldo	**44.520**	**65.082**	**53.760**	**35.426**	**45.722**	**39.878**	**49.806**	**36.163**

EMBAIXADA DO BRASIL EM CONACRI

RELATÓRIO SIMPLIFICADO DE GESTÃO

EMBAIXADOR SÉRGIO FREDERICO DANTAS DA CUNHA

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão sobre a República da Guiné:

O Brasil reconheceu a independência da Guiné em 1958 e, em 1973, as relações diplomáticas entre os países foram estabelecidas. A criação de embaixadas, do Brasil em Conacri, e da Guiné em Brasília, datam, respectivamente, de 2006 e de 2005. A partir de então, a relação bilateral ganhou impulso, uma vez que as embaixadas residentes possibilitaram um maior contato entre autoridades de alto nível e a assinatura de acordos bilaterais

2. No que respeita à presente gestão da Embaixada do Brasil em Conacri esta missão diplomática participou da coordenação de visita a Brasília, ocorrida em 1o. de janeiro de 2019, do senhor Mamadi Touré, ministro dos Negócios Estrangeiros e dos Guineenses do Exterior, a fim de tomar parte, em nome do governo de seu país, nas cerimônias de posse do presidente Jair Bolsonaro.

3. Antes dessa visita, a embaixada também prestou apoio na preparação de deslocamento ao Brasil do então ministro dos Transportes da Guiné, Oyé Guilavogui, em viagem de prospecção de oportunidades de investimento (agosto/2017).

4. A embaixada foi encarregada também da tramitação de pedidos de 'agrément' em favor, respectivamente, do ministro de Segunda Classe do QE, Antônio Carlos de Salles Menezes, como chefe da missão diplomática em Conacri (maio/2020), e do senhor Kabiné Kondé, como titular da embaixada da Guiné em Brasília (julho/2018).

5. Em atenção a instruções do Ministério das Relações Exteriores, por sua vez sensível a solicitação do governo guineense de que se possibilite a participação de jovens da Guiné nos programas de estudantes-convênio de graduação (PEC/G) e de pós-graduação (PEC/PG), a embaixada fez chegar à parte guineense, em janeiro de 2019, proposta de Acordo de Cooperação Educacional que contempla a matéria. Esta missão diplomática tem estado atenta aos desdobramentos do tema e, nesse sentido, retransmitiu contraproposta guineense do referido acordo, a qual se encontra sob exame do Ministério da Educação brasileiro.

6. Foram realizadas gestões junto à Chancelaria local em prol de candidaturas brasileiras a assentos em diferentes organismos internacionais, conforme destacado a seguir:

- em 2017 - Comitê de Direitos Humanos para Pessoas com Deficiência, período 2019/2022; Corte Internacional de Justiça, período 2018/2027; Conselho Marítimo Internacional, categoria B, período 2018/2019; Comitê Consultivo de Questões Administrativas e Orçamentárias das Nações Unidas, período 2018/2020; Tribunal Internacional de Direito do Mar, 2017/2026; Comitê Executivo da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol); Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial das Nações Unidas, 2018/2021;

- em 2018 - Comissão do Serviço Público Internacional (CFPI), período 2019/2022; Conselho da Organização Marítima Internacional, categoria "B", período 2020/2021; Conselho da União Internacional de Telecomunicações, período 2019/2020;

- em 2019, assento para membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, período 2022/2023; Conselho da Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), grupo 1, período 2020/2022; Conselho de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas, período 2020/2022;

- em 2020, Comitê de Contribuições das Nações Unidas (CdC), período 2021/2023; e Conselho de Operações Postais (Cop) da União Postal Universal (UPU), período 2021/2024.

7. Em março de 2020, ainda , a embaixada agendou e acompanhou visita do professor Rodrigo More ao diretor-geral do Departamento de Organismos Internacionais da Chancelaria guineense, com a finalidade de apresentar a candidatura brasileira ao Tribunal Internacional do Direito do Mar.

8. Da mesma forma, a embaixada direcionou à Chancelaria guineense, mediante notas verbais e gestões pessoais, convites para a participação da Guiné em iniciativas brasileiras e/ou eventos sediados no Brasil, tais como: Fórum Mundial da Água (Brasília, março de 2018), Relatório de gestão e de proteção do Meio Ambiente (Brasília, setembro de 2018), Fórum Mundial do Café (Campinas, julho de 2019) e Seminário de Políticas Governamentais em prol da Cidadania e da Cooperação Internacional (Brasília, setembro de 2019).

9. No contexto desses convites, cabe destacar haver a embaixada realizado gestão pessoal, em conjunto com a Embaixada dos Estados Unidos da América em Conacri, junto ao chanceler Mamadi Touré, para que a Guiné se fizesse representar em reunião em Brasília (fevereiro/2020), de grupo de trabalho sobre refugiados e sobre questões humanitárias.

10. No que diz respeito à política externa guineense, a Embaixada transmitiu relatos sobre encontros mantidos pelo Presidente Alpha Condé com outros chefes de estado, seja quando da recepção a dignitários estrangeiros a Conacri (como o Rei do Marrocos, em 2017), seja quando de deslocamentos do mandatário guineense ao Exterior (Namíbia, em 2018; China, em 2018; Rússia, em 2019), além de informar sobre o posicionamento da diplomacia local em temas relevantes da atualidade, como segurança regional e combate ao terrorismo.

11. A embaixada fez relato, ademais, acerca do andamento do processo de adesão da Guiné à Zona de Livre Comércio Continental Africana" (ZCLCCA), bem como sobre possíveis impactos dessa iniciativa na geração de oportunidades de investimento e na ampliação do mercado local.

12. Foi acompanhada a evolução da política interna guineense, na qual se sobressaiu, em maio de 2018, a nomeação, pelo presidente Alpha Condé, do então ministro dos Investimentos e das Parcerias Público-Privadas, Ibrahima Kassory Fonfana, para o cargo de primeiro-ministro e chefe de Governo, em substituição a Mamadi Youla. Com a nomeação de Kassory Fonfana, reconhecido como administrador competente, procurou o presidente Condé implementar política mais ativa de dinamização da economia, enfrentamento da corrupção e redução do desemprego.

13. No campo político-social, a embaixada registrou o clima de tensão interna vivido na Guiné, e que se refletiu na eclosão de movimentos reividicatórios e de manifestações de protestos que tomaram as ruas de Conacri e das principais cidades guineenses, por vezes com desfechos violentos. Tais desdobramentos foram liderados por sindicatos de profissionais do ensino público, em prol de reajustes salariais, sobretudo em 2017. Os protestos foram encabeçados por ONGs e entidades da sociedade civil, contra aumento do preço dos combustíveis, em 2018; e organizados por partidos de oposição e ativistas políticos contra projeto de alteração no texto constitucional (com vistas a possibilitar a candidatura do Presidente Condé a um terceiro mandato), em 2019/2020.

14. A esse respeito, o governo logrou obter a aprovação de novo texto constitucional por meio de referendo realizado em março/2020, abrindo-se efetivamente a possibilidade de recondução do atual mandatário à Presidência da República, caso se candidate ao cargo e vença o pleito nas eleições previstas para o final de 2020.

15. A embaixada acompanhou, ademais, temas relacionados ao respeito aos direitos humanos, onde ganhou relevo, no contexto guineense, a problemática do tráfico de pessoas, como quando da denúncia, na Líbia, em 2017, da prática do comércio de migrantes africanos na condição de escravos, onde se identificaram numerosos cidadãos guineenses. O governo da Guiné, que reagiu com natural indignação diante do episódio, promoveu o repatriamento voluntário de cerca de 1.600 de seus nacionais, vitimados pela referida prática.

16. A embaixada teve também a oportunidade de registrar pontos positivos na evolução da temática dos direitos humanos, como a existência de boa e pacífica convivência entre os diferentes grupos étnicos e linguísticos que compõem a população da Guiné, com respeito ao princípio da diversidade, além do reconhecimento da liberdade de escolha religiosa que vigora no país.

17. No campo da economia, registrou-se a recuperação dos mercados de bens e serviços da Guiné, após a forte contração por que passaram quando da epidemia do ebola (2015/2016). Em termos bilaterais, o intercâmbio brasileiro-guineense tem-se situado ao redor de US$ 60 milhões, superavitário em favor do Brasil, com pauta concentra na venda de produtos alimentícios, sobretudo açúcar e carne de frango, e na compra, pelo lado brasileiro, de bauxita e de borracha natural, preponderantemente.

18. A fim de apoiar e de encorajar o referido intercâmbio, a embaixada recebeu, sempre que procurada, empresários brasileiros em visita a Conacri em missões de prospecção de oportunidades de investimentos. Um exemplo foi o grupo de investidores reunidos pela empresa"Excellent Consultoria", que em 2018 apresentou interesse nas áreas farmacêutica e de administração hospitalar, agricultura (produção de arroz) e de melhoria genética de bovinos.

19. Ainda nesse contexto, logrou-se agendar e acompanhar audiência concedida pelo então primeiro-ministro Mamady Youla, em 27 de abril de 2017, a executivos da construtora OAS, em visita à Guiné, ocasião em que apresentaram ao mandatário guineense plano de trabalho contemplando projetos de infraestrutura.

20. No que diz respeito às relações consulares, o Brasil mantém um Consulado-Honorário com sede em Boké e com jurisdição sobre as prefeituras de Boké, Boffa, Koundara, Gaoual e Fria, subordinado à Embaixada do Brasil em Conacri. Em fevereiro de 2018, com base em sugestão desta missão diplomática, o governo brasileiro renovou, por quatro anos, a nomeação do titular da referida repartição, senhor Mohamed Faouaze, como cônsul-honorário. O número atual de cidadãos brasileiros na citada jurisdição é, por ora, pequeno. Tal quadro, no entanto, tem potencial de ser aumentado em decorrência de eventual chegada de empresas brasileiras, atraídas por oportunidades econômicas na região de Boké, dotada de abundantes jazidas de minerais, sobretudo de bauxita.

21. Ainda na vertente consular, cumpre assinalar a atuação desenvolvida na assistência a brasileiros na Guiné em diferentes casos, como os de desamparo ou de privação de liberdade.

22. No âmbito da cooperação cultural, a embaixada transmitiu convite das autoridades locais ao governo brasileiro, extensivo a agentes literários com atuação no Brasil, para participarem de atividades culturais associadas à escolha, sob a égide da UNESCO, de Conacri como "Capital Mundial do Livro", durante período de doze meses, a contar de abril de 2017.

23. Entre os principais desafios no período, vale assinalar que o diálogo travado com o governo e com demais instituições guineenses teria sido melhor favorecido no contexto da implementação de programas de cooperação, os quais deixaram de ser executados por restrição orçamentária. Na medida em que haja condições propícias para a retomada dessa cooperação, valeria ter presente prioridades assinaladas pela parte guineense em diferentes oportunidades, conforme relatos transmitidos por esta missão diplomática, priorizando temáticas como as de melhoria da produtividade agrícola, bem como de atendimento a carências médicas e laboratoriais, por meio de formação de pessoal técnico e do compartilhamento da experiência brasileira no tratamento a portadores do vírus HIV, entre outros.

6

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 33, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 25, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do do Senhor MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
RELATOR: Senador Marcos do Val
RELATOR ADHOC: Senador Antonio Anastasia

21 de Setembro de 2020

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

SF/20326.53760-31

RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 25, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste*.

Relator: Senador **MARCOS DO VAL**

Trata-se da indicação, pelo Presidente da República, do Senhor MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.

De acordo com o art. 52, inciso quatro, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

SF/20326.53760-31

O diplomata, filho de Francisco Florêncio de Assis e Ana Maria Medeiros de Assis, nasceu a 21 de maio de 1967, em Natal, Rio Grande do Norte.

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1996, após concluir o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) no Instituto Rio Branco, sendo, subsequentemente, promovido a Segundo-Secretário em 2003; a Primeiro-Secretário em 2007, por merecimento; a Conselheiro em 2011, por merecimento; e a Ministro de Segunda Classe em 2019, por merecimento.

No Brasil, entre outras funções no MRE, foi Coordenador de Licitações de 2009 a 2010; Chefe da Divisão de Acompanhamento Administrativo dos Postos de 2010 a 2013; e Chefe da Divisão de Informática de 2018 a 2019. É Diretor do Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação desde 2019.

No exterior, serviu na Embaixada em Madri de 2002 a 2005; no Consulado-Geral em Sidney de 2005 a 2009; na Embaixada em Hanói de 2013 a 2016; e no Consulado-Geral em Xangai de 2016 a 2018.

Foi agraciado com a Ordem do Mérito Santos Dumont em 2015.

Também em atendimento ao art. 383 do RISF, o MRE elaborou relatório sobre o Timor-Leste, do qual destacamos as informações seguintes.

O Timor-Leste é um país insular do sudeste asiático, com 14.609 km^2 e 1,268 milhão de habitantes. Seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* em 2018 era de 2.035 dólares. Conquistou sua independência da Indonésia em 2002 e faz parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

As relações do Brasil com Timor-Leste são marcadas pela solidariedade decorrente da herança lusófona comum. Evidência dessa solidariedade é o amplo programa de cooperação bilateral prestado pelo

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

SF/20326.53760-31

Brasil, centrado em setores fundamentais à construção do nascente estado timorense.

A moeda oficial do Timor-Leste é o dólar americano. A principal fonte de renda do governo é o petróleo (92% das receitas).

Os dois principais destinos das exportações (petróleo e gás representam 78% e café, 14%) do país são a Indonésia e os Estados Unidos. Nas importações, as duas principais fontes dos produtos são a Indonésia e a China.

Apesar da intensa agenda bilateral de cooperação técnica entre Brasil e Timor-Leste, o comércio entre os dois países é ainda modesto. Em 2019, a corrente comercial totalizou 6,7 milhões de dólares, a maior parte decorrente de exportações brasileiras (as importações provenientes de Timor-Leste equivaleram a apenas 61 dólares). Das vendas brasileiras a Timor-Leste, cerca de 80% corresponderam a carnes e 18%, a preparações de carnes.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA 5

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 5ª Reunião da CRE
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Renan Calheiros (MDB)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	2. Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente
Marcio Bittar (MDB)	Presente	3. Simone Tebet (MDB)	
Esperidião Amin (PP)	Presente	4. Daniella Ribeiro (PP)	
Ciro Nogueira (PP)		5. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
Roberto Rocha (PSDB)		1. Izalci Lucas (PSDB)	Presente
Mara Gabrilli (PSDB)		2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS)	
Major Olimpio (PSL)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Kátia Abreu (PP)	Presente	1. Acir Gurgacz (PDT)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)	Presente	2. Flávio Arns (PODEMOS)	
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)			
Fernando Collor (PROS)	Presente	1. VAGO	
Jaques Wagner (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	Presente
Humberto Costa (PT)			
PSD			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	2. Angelo Coronel (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	Presente
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PODEMOS			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	1. Elmano Férrer (PODEMOS)	

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 5ª Reunião da CRE
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Otto Alencar
Carlos Viana

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 25/2020 - F.MAURICIO-T.LESTE

Início da votação: 21/09/2020 18:00:00 Fim da votação: 21/09/2020 20:47:59

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,		**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,**	
MECIAS DE JESUS	**votou**	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**
MARCIO BITTAR	**votou**	3. SIMONE TEBET	
ESPERIDIÃO AMIN	**votou**	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		**Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)**	
ROBERTO ROCHA		1. IZALCI LUCAS	**votou**
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	**votou**	3. SORAYA THRONICKE	**votou**
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,		**Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,**	
KÁTIA ABREU		1. ACIR GURGACZ	**votou**
RANDOLFE RODRIGUES	**votou**	2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA	**votou**	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,**	
FERNANDO COLLOR	**votou**	1. VAGO	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	**votou**
HUMBERTO COSTA			
PSD		**PSD**	
NELSINHO TRAD	**votou**	1. CARLOS FÁVARO	**voto não computado**
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	2. ANGELO CORONEL	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)		**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)**	
CHICO RODRIGUES	**votou**	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO		2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS		**PODEMOS**	
MARCOS DO VAL	**votou**	1. ELMANO FÉRRER	

Votação:

TOTAL 16 SIM 16 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senador Nelsinho Trad
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 25/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, DESIGNADO RELATOR “AD HOC” O SENADOR ANTONIO ANASTASIA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE, COM 16 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

SF/20326.53760-31

RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 25, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste*.

Relator: Senador **MARCOS DO VAL**

Trata-se da indicação, pelo Presidente da República, do Senhor MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.

De acordo com o art. 52, inciso quatro, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

SF/20326.53760-31

O diplomata, filho de Francisco Florêncio de Assis e Ana Maria Medeiros de Assis, nasceu a 21 de maio de 1967, em Natal, Rio Grande do Norte.

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1996, após concluir o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) no Instituto Rio Branco, sendo, subsequentemente, promovido a Segundo-Secretário em 2003; a Primeiro-Secretário em 2007, por merecimento; a Conselheiro em 2011, por merecimento; e a Ministro de Segunda Classe em 2019, por merecimento.

No Brasil, entre outras funções no MRE, foi Coordenador de Licitações de 2009 a 2010; Chefe da Divisão de Acompanhamento Administrativo dos Postos de 2010 a 2013; e Chefe da Divisão de Informática de 2018 a 2019. É Diretor do Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação desde 2019.

No exterior, serviu na Embaixada em Madri de 2002 a 2005; no Consulado-Geral em Sidney de 2005 a 2009; na Embaixada em Hanói de 2013 a 2016; e no Consulado-Geral em Xangai de 2016 a 2018.

Foi agraciado com a Ordem do Mérito Santos Dumont em 2015.

Também em atendimento ao art. 383 do RISF, o MRE elaborou relatório sobre o Timor-Leste, do qual destacamos as informações seguintes.

O Timor-Leste é um país insular do sudeste asiático, com 14.609 km^2 e 1,268 milhão de habitantes. Seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* em 2018 era de 2.035 dólares. Conquistou sua independência da Indonésia em 2002 e faz parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

As relações do Brasil com Timor-Leste são marcadas pela solidariedade decorrente da herança lusófona comum. Evidência dessa solidariedade é o amplo programa de cooperação bilateral prestado pelo

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

SF/20326.53760-31

Brasil, centrado em setores fundamentais à construção do nascente estado timorense.

A moeda oficial do Timor-Leste é o dólar americano. A principal fonte de renda do governo é o petróleo (92% das receitas).

Os dois principais destinos das exportações (petróleo e gás representam 78% e café, 14%) do país são a Indonésia e os Estados Unidos. Nas importações, as duas principais fontes dos produtos são a Indonésia e a China.

Apesar da intensa agenda bilateral de cooperação técnica entre Brasil e Timor-Leste, o comércio entre os dois países é ainda modesto. Em 2019, a corrente comercial totalizou 6,7 milhões de dólares, a maior parte decorrente de exportações brasileiras (as importações provenientes de Timor-Leste equivaleram a apenas 61 dólares). Das vendas brasileiras a Timor-Leste, cerca de 80% corresponderam a carnes e 18%, a preparações de carnes.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 25, DE 2020

(nº 358/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do do Senhor MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.

DESPACHO: À CRE

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.

Os méritos do Senhor **MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00086/2020 MRE

Brasília, 9 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 351 /2020/SG/PR

Brasília, 25 de Junho de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática de Timor-Leste.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *MAURICIO MEDEIROS DE ASSIS*
CPF: 418.148.271-53
ID: 1102397 SSP/DF

1967	Filho de Francisco Florêncio de Assis e Ana Maria Medeiros de Assis, nasce em 21 de maio, em Natal/RN.
Dados Acadêmicos:	
1992	Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB).
1996	Instituto Rio Branco, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
Cargos:	
1996	Terceiro-secretário
2003	Segundo-secretário
2007	Primeiro-secretário, por merecimento
2011	Conselheiro, por merecimento
2019	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
Funções:	
1998	Divisão de Serviços Gerais, assistente
1999	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, assistente
1999	Coordenadoria-Geral de Planejamento de Pessoal, assistente
2002	Embaixada em Madri, terceiro e segundo-secretário
2005	Consulado-Geral em Sydney, segundo-secretário
2009	Coordenador de Licitações
2010	Divisão de Acompanhamento Administrativo dos Postos, chefe
2013	Embaixada em Hanói, ministro-conselheiro
2016	Consulado-Geral em Xangai, cônsul-geral adjunto
2018	Divisão de Informática, chefe
2019	Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação, Diretor
Condecorações:	
2015	Ordem do Mérito Santos Dumont

FÁTIMA KEIKO ISHITANI
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TIMOR-LESTE

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio de 2020

DADOS BÁSICOS SOBRE TIMOR-LESTE	
NOME OFICIAL:	República Democrática de Timor-Leste
GENTÍLICO:	timorense
CAPITAL:	Díli
ÁREA:	14 609 km²
POPULAÇÃO:	1,268 milhão
LÍNGUA OFICIAL:	Português e tétum
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Unicameral (Parlamento Nacional, composto por 65 membros, eleitos para mandatos de 4 anos)
CHEFE DE ESTADO:	Francisco Guterres Lú-Olo (desde maio de 2017)
CHEFE DE GOVERNO:	Taur Matan Ruak (desde junho de 2018)
CHANCELER:	Dionísio Babo Soares (desde junho de 2018)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2018):	US$ 2,581 bilhões (2018)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2018):	US$ 9,711 bilhões (2018)
PIB *PER CAPITA* (2018)	US$ 2.035 (2018)
PIB PPP *PER CAPITA* (2018)	US$ 7.658 (2018)
VARIAÇÃO DO PIB	2,8% (2018); -9,1% (2017, est.); 0,7% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2019):	0,626 (131ª posição entre 189 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	69,3 anos
ALFABETIZAÇÃO (2018):	83,5 %
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	4,5% (Fonte: Banco Mundial)
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar estadunidense
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Embaixador Olímpio Branco (desde outubro de 2019)
BRASILEIROS NO PAÍS:	150 brasileiros residentes (estimativa pré-pandemia)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-TIMOR-LESTE (EM US$ mil) (fonte: ME)							
Brasil → Timor-Leste	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**	**2019**
Intercâmbio	**196**	**1413**	**942**	**2854**	**6228**	**10 694**	**6710**
Exportações	196	1412	924	2834	6228	10 690	6710
Importações	0	1	18	20	-	0,004	-
Saldo	196	1411	906	2814	6228	10 686	6710

Informação elaborada em 08/05/2020, por Carlos Kessel

APRESENTAÇÃO

A República Democrática de Timor-Leste é um pequeno país insular do Sudeste Asiático, que ocupa a parte oriental da ilha de Timor, cuja parte ocidental integra a República da Indonésia, único país com quem partilha fronteira. De seu território também fazem parte a Ilha de Ataúro, o ilhéu de Jaco e o enclave de Oecussi, na metade ocidental da ilha. Seus 1,268 milhão de habitantes se distribuem por uma superfície montanhosa de 14.609 km², e a capital, Díli, está situada na costa norte.

Colonizado por Portugal no século XVI e conhecido como Timor Português até a descolonização do país, em 1975, foi invadido e anexado pela Indonésia no mesmo ano. Em 1999, após referendo patrocinado pelas Nações Unidas, o governo indonésio desocupou o país, que após um período de transição, tornou-se o primeiro novo estado soberano do século XXI, em 20 de maio de 2002. Após a independência, Timor-Leste tornou-se membro das Organização das Nações Unidas (ONU) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). É um dos dois únicos países predominantemente cristãos no Sudeste Asiático, sendo o outro as Filipinas, e o único onde se fala português.

PERFIS BIOGRÁFICOS

TAUR MATAN RUAK
Primeiro-Ministro

Nasceu em Baguia, na parte Leste de Timor-Leste, em 10 de outubro de 1956. Foi registrado, ao nascer, como José Maria Vasconcelos. O nome de guerra com que hoje é conhecido, Taur Matan Ruak, significa, em tradução livre, "dois olhos afiados". Ao lado do ex-Primeiro-Ministro Xanana Gusmão, é um dos principais heróis vivos da libertação nacional. É casado e pai de três filhos.

Juntou-se à guerrilha em 1975, após a invasão indonésia. Foi um dos criadores do Conselho Nacional da Resistência Revolucionária e tornou-se Adjunto do Estado-Maior das Forças Armadas de Libertação e Independência de Timor-Leste (FALINTIL). Com a prisão de Xanana Gusmão em 1992, assumiu a liderança das FALINTIL e após a independência do Timor-Leste, em 2002, foi promovido a Major-General e nomeado Chefe do Estado-Maior General das Forças de Defesa de Timor-Leste (FDTL), que sucederam às FALINTIL, na condição de forças regulares.

Exerceu o cargo até 2011, quando se candidatou à Presidência da República. Eleito, tomou posse em 20 de maio de 2012, após obter 61% dos votos válidos no segundo turno das eleições presidenciais. Deixou a presidência em 2017, candidatando-se ao Parlamento no ano seguinte, liderando o Partido Popular de Libertação, integrante da coligação vitoriosa. Foi nomeado primeiro-ministro em junho de 2018 pelo presidente Francisco Guterres Lu Olo.

FRANCISCO GUTERRES (LU OLO)
Presidente

Francisco Guterres Lú Olo nasceu em 7 de setembro de 1954, em Ossú, Distrito de Viqueque, Timor Leste, de família católica. É casado e pai de quatro filhos. Aderiu à FRETILIN em 1974 e em 1975 passou a integrar a resistência contra a ocupação indonésia. Após o referendo de 1999, voltou à vida política legal, tendo sido eleito presidente da FRETILIN e da Assembleia Constituinte de Timor-Leste em 2001. Entre 2002 e 2007, presidiu a Assembleia Constituinte de Timor-Leste. Neste mesmo ano candidatou-se à presidência da República, tendo sido derrotado no segundo turno por José Ramos-Horta. Em 2012, candidatou-se novamente e foi derrotado, também no segundo turno, por Taur Matan Ruak. Sua terceira candidatura, em 2017, foi vitoriosa, tendo conquistado 57% dos votos ainda no primeiro turno. Tomou posse em 20 de maio do mesmo ano.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações do Brasil com Timor-Leste são marcadas pela solidariedade decorrente da herança lusófona comum. Evidência dessa solidariedade é o amplo programa de cooperação bilateral prestado pelo Brasil, centrado em setores fundamentais à construção do nascente estado timorense. A cooperação com o país iniciou-se antes da independência, tendo sido operacionalizada pelo Escritório de Representação do Brasil em Díli, estabelecido em abril de 2000. O decreto que criou a Embaixada brasileira foi publicado três dias antes da formalização da independência de Timor-Leste, em 17 de maio de 2002.

O então primeiro-ministro Xanana Gusmão visitou o Brasil em 2011. O Brasil também recebeu, em duas ocasiões, visitas do então presidente José Ramos-Horta: em 2008 e em 2012, por ocasião da Conferência Rio+20..

Estão em vigor instrumentos nas áreas de cooperação técnica, cultura, defesa, educação, e isenção parcial de vistos. Em 2003, os dois países estabeleceram, ainda, comissão mista para tratar de temas da agenda bilateral. O Brasil participou de todas as Missões de Observação Eleitoral da CPLP (MOE) em Timor-Leste, sempre a convite das autoridades timorenses. A primeira MOE acompanhou o referendo sobre autodeterminação de Timor-Leste em agosto de 1999.

As relações bilaterais têm na cooperação técnica sua principal vertente. Desde o ano 2000, com a primeira missão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Brasil tem prestado a Timor-Leste ampla assistência em setores fundamentais à construção do estado timorense. Nos últimos 20 anos, mais de oitenta iniciativas bilaterais de cooperação técnica foram executadas no país sob a coordenação da ABC/MRE, com valores executados na ordem de US$ 10 milhões. Destacam-se projetos nas áreas de educação; promoção da identidade linguística e consolidação da lusofonia; capacitação profissional; capacitação de quadros de administração pública; justiça; defesa; e apoio à preservação da memória nacional e institucional do país (nesse último caso, dos arquivos públicos timorenses).

Na vertente educacional e de consolidação da língua portuguesa, a cooperação brasileira tem-se dado por meio do envio de professores brasileiros e pela vinda de estudantes timorenses ao Brasil, como bolsistas. Desde 2008, diplomatas timorenses têm participado do Curso de Formação do Instituto Rio Branco. O projeto "Consolidação do Uso do Português na Gestão Estatal", iniciado em 2016, busca ensinar português como segunda língua a funcionários públicos timorenses.

Conquanto a língua portuguesa tenha sido o idioma dos insurgentes durante a luta contra a ocupação indonésia, sendo assim forte fator de identidade nacional, o idioma ainda carece de maior difusão. De acordo com o Censo de 2010, apenas 20% dos timorenses falavam português, o que explica a importância da cooperação com o Brasil na área.

Na área de capacitação profissional, o Brasil instalou, com o apoio do SENAI, o Centro Nacional de Formação de Profissional (BNFP-Becora), que dispõe de estrutura própria dentro da Secretaria de Formação Profissional de Timor-Leste. Com capacidade para 300 alunos, o Centro já formou mais de 2600 timorenses, a maioria do sexo feminino. Os cursos são ministrados nas áreas de panificação, corte e costura, marcenaria, refrigeração, mecânica de motos, montagem de hardware e outros. Espera-se que o Centro permaneça como referência na formação profissional do país e um nicho de mão de obra qualificada para os empresários locais.

No que diz respeito à administração pública, cabe destacar as ações da Escola Nacional de Educação Fazendária – ESAF que, no âmbito de projeto firmado com a Comissão da Função Pública de Timor-Leste, capacitou quadros locais nas áreas de planejamento, administração e finanças.

A área de justiça é um dos campos pioneiros da cooperação entre o Brasil e Timor-Leste e tem por objetivo favorecer a consolidação do estado democrático timorense e do sistema de direito romano-germânico. O projeto "Apoio ao Fortalecimento do Setor da Justiça de Timor-Leste", coordenado pela ABC e pela Defensoria Pública da União (DPU), além da Defensoria Pública de Timor-Leste (DPTL), deverá entrar em sua oitava fase proximamente, tão logo receba aprovação das autoridades timorenses, e ter duração de 24 meses. Terá como objetivo a capacitação dos defensores e dos oficiais de justiça timorenses, com vistas a dotá-los de capacidade técnica para prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos mais necessitados; o fortalecimento e institucionalização da Inspetoria da DPTL, de forma a garantir a qualidade dos serviços prestados; e a promoção de instrumentos que permitam fácil acesso à Justiça.

No campo da defesa, o cerne da cooperação bilateral é o auxílio em capacitação de pessoal militar. Por meio da chamada "Missão Maubere", oficiais brasileiros capacitaram os primeiros contingentes da Polícia Militar de Timor-Leste (PM/TL). A cooperação foi aprofundada em 2005, com a assinatura de Protocolo Relativo à Instrução de uma Força de Escalão Pelotão de Polícia Militar para as Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL). Ao longo dos anos, o relacionamento entre as Forças Armadas de ambos os países incluiu a participação de oficiais de

Timor-Leste em operações militares, bem como a designação de militares brasileiros para exercer funções de assessoria naquele país: um coronel do Exército como assessor militar do Ministro da Defesa; um capitão de mar-e-guerra como assessor para implantação da autoridade marítima; e um capitão do exército como assessor do comandante da Polícia Militar de Timor-Leste (equivalente à Polícia do Exército no Brasil).

A inteligência é outra importante vertente da cooperação técnica bilateral. Em 2019, foi concluída a última atividade do projeto "Apoio ao Fortalecimento do Serviço Nacional de Inteligência de Timor-Leste (SNI) – Fase II", por meio de coordenação entre a ABC, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e o SNI timorense.

Destaca-se, ainda, cooperação parlamentar, desenvolvida por meio do projeto "Apoio ao fortalecimento do Parlamento Nacional de Timor-Leste", lançado em fevereiro de 2018 e conduzido, entre outros, pela Associação Brasileira de Servidores de Câmaras Municipais (ABRASCAM), pela Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas (Astral) e pela Câmara de Vereadores de Canoinhas (SC).

A esses projetos juntaram-se, ao longo dos anos, iniciativas em diversas áreas, como apoio à infância, cultura e esportes. Outras iniciativas de cooperação podem ser colocadas em prática. A pedido do lado timorense, estão sob análise brasileira possíveis novas iniciativas nas áreas de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, bem como de inclusão de deficientes visuais. Em 2019, ademais, pesquisadora da Fiocruz realizou visita a Timor-Leste a convite do atual governador da província de Oecusse e ex-primeiro-ministro, Mari Alkatiri, a fim de promover cooperação na área de saúde, com foco na prevenção e tratamento da tuberculose. O trabalho realizado pela Fiocruz contra a tuberculose é considerado modelo para o Ministério da Saúde do Brasil e pode ser adaptado às condições sociais e sanitárias encontradas em Díli.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira no Timor-Leste é estimada em cerca de 150 pessoas. O público brasileiro é atendido pela Embaixada do Brasil em Díli.

Pandemia de COVID-19

Houve, até o mês de maio de 2020, 24 casos de COVID-19 no país, sem que se tenha registrado nenhum óbito. Estão em vigor medidas de distanciamento

social válidas até 27 de maio.

Catorze brasileiros residentes, que a princípio haviam optado por permanecer no país, após o fechamento da fronteira com a Indonésia indicaram intenção de retornar ao Brasil e aguardar retomada do tráfego aéreo para eventualmente deixar Timor-Leste.

O governo timorense anunciou a criação do Fundo COVID-19, no valor de US$ 150 milhões, com ações para prevenção e mitigação da doença, aumento da sustentabilidade da produção agrícola e acesso a alimentos.

A economia timorense poderá recuar entre 5 e 15% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020, devido ao impacto da pandemia, segundo previsões.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessão de crédito com apoio oficial a exportações para Timor-Leste no âmbito da CAMEX/COFIG.

POLÍTICA INTERNA

Após longo domínio português, que remonta ao século XVI, Timor-Leste teve sua independência proclamada em 28 de novembro de 1975. Na época, o governo português oriundo da Revolução dos Cravos havia concedido autodeterminação às suas colônias. De 1975 a 1999, o país esteve sob ocupação indonésia. Com a intensificação da pressão da opinião pública internacional, e em meio a uma crise econômica na Indonésia, as Nações Unidas organizaram um referendo, em 1999, por meio do qual o povo de Timor-Leste decidiu, por ampla maioria (78,5%), pela restauração da independência, formalizada em 20 de maio de 2002.

A causa ganhou maior destaque internacional quando o Bispo de Díli, dom Carlos Filipe Ximenes Belo, e o doutor José Ramos-Horta porta-voz da resistência timorense no exílio durante a ocupação indonésia, receberam o Prêmio Nobel da Paz, em 1996, em reconhecimento por seus esforços em favor da luta timorense. Também contribuiu à causa da independência a visita do Papa João Paulo II ao país, em 1989.

Entre 1999 e 2002, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello foi o administrador transitório e representante especial do secretário-geral da ONU em Timor-Leste. Até hoje, a memória do brasileiro é reverenciada, em virtude da contribuição que prestou para a criação das bases do estado nacional timorense, orientada pelos ideais de

democracia e de inclusão social. A missão de Sérgio Vieira de Mello teve fim com a independência de Timor-Leste, em 20 de maio de 2002, seguindo-se diferentes missões da ONU.

Os órgãos de soberania de Timor-Leste compreendem o presidente da República, o Parlamento Nacional, o Governo e os Tribunais. O chefe de estado é o presidente da República, eleito por sufrágio direto e universal dos eleitores timorenses para um mandato de cinco anos, e cujo poder é cerimonial e representativo, embora possa exercer o direito de veto sobre a legislação. Nomeia o primeiro-ministro após as eleições legislativas.

A Constituição timorense é baseada na de Portugal. Timor-Leste tem um Supremo Tribunal de Justiça, um juiz nomeado pelo Parlamento e os outros pelo Conselho Supremo de Magistratura.

O primeiro-ministro preside ao governo. O Parlamento Nacional é a legislatura unicameral de Timor-Leste, localiza-se na capital, Díli, e é composto por 65 deputados eleitos para mandatos de cinco anos.

Após a independência, a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), que havia liderado a resistência contra a ocupação indonésia, recebeu sucessivos mandatos populares, e seus líderes têm ocupado a presidência e o cargo de primeiro-ministro desde então. Nos últimos anos, outros partidos, em sua maioria oriundos de divergências internas da FRETILIN e liderados por integrantes históricos da frente, assumiram algum protagonismo, o que gerou certa fragmentação no panorama político.

As eleições de 2017, as primeiras realizadas sem a presença de forças internacionais de segurança, resultaram na vitória de Francico Guterres Lu-Olo, com cerca de 60% dos votos. Seu partido foi, ademais, o principal vencedor das eleições para o Parlamento Nacional, realizadas concomitantemente, com vantagem de cerca de mil votos em relação ao segundo colocado, o CNRT de Xanana Gusmão, líder histórico da independência timorense. O governo formado após as eleições não dispunha, entretanto, de maioria parlamentar estável, o que levou à convocação, em maio de 2018, de eleições parlamentares antecipadas. O novo pleito, igualmente conduzido de forma pacífica, terminou com a vitória da coligação Aliança de Mudança para o Progresso (AMP), com maioria absoluta. A AMP é composta pelas legendas Partido Popular de Libertação (PLP) e Kmanek Haburas Unidade Nacional Timor Oan (KHUNTO), bem como pelo já mencionado CNRT.

Após ouvir os partidos políticos representados no Parlamento Nacional, o presidente timorense nomeou como novo primeiro-ministro o ex-presidente Taur

Matan Ruak, líder do PLP.

Os seguintes partidos tem assento no Parlamento: Congresso Nacional para a Reconstrução de Timor-Leste (CNRT), liderado por Xanana Gusmão, 23 deputados; Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), liderada pelo Presidente da República Francisco Guterres Lu Olo, 21 deputados; Partido Libertação Popular (PLP), liderado pelo Primeiro Ministro Taur Matan Ruak, oito deputados; Partido Democrático (PD), cinco deputados; Unidade Nacional (KHUNTO), 5 deputados: União Democrática Timorense (UDT), dois deputados: e Partido Unidade Desenvolvimento Democrático (PUDD), um deputado.

POLÍTICA EXTERNA

Timor-Leste é membro de várias organizações internacionais, entre as quais o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB). No entanto, não é membro da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Como membro do grupo L.69 – que congrega países em desenvolvimento favoráveis à reforma do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) – Timor-Leste apoia a expansão do Conselho em ambas as categorias de assentos, permanentes e não permanentes. Declarou apoio à aspiração do Brasil a assento permanente no Conselho em diversas ocasiões e endossou o projeto de resolução do G4 na Assembleia Geral da ONU.

Um dos principais objetivos da diplomacia de Timor-Leste é a acessão do país à Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), bloco de grande importância econômica e política na região.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de que Timor-Leste se tornou membro pleno em 2002, tão logo independente, é também considerada como plataforma de especial importância. O investimento político que Timor-Leste tem feito na CPLP explica-se, por um lado, pela necessidade de o país diversificar suas parcerias internacionais, inclusive fortalecendo-se aos olhos dos países vizinhos da ASEAN e, por outro, pela valorização natural que sua posição no Sudeste Asiático lhe confere junto aos demais países da CPLP.

No plano bilateral, são centrais para Timor-Leste as relações com a Austrália. O principal irritante das relações bilaterais, referente ao não reconhecimento, pela Austrália, da linha fronteiriça marítima, com base na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 (CNUDM), foi superado em 2018, com a assinatura de Tratado sobre Fronteiras Marítimas. O tema revestia-se de especial importância para Timor-Leste, tendo em conta que a região abriga relevantes reservas de gás, que, desde a assinatura do acordo bilateral, vêm sendo exploradas conjuntamente pelos dois países. A Austrália procura manter relações diferenciadas com o país por meio de sua influência cultural e do desenvolvimento de programas de cooperação.

Timor-Leste tem procurado desenvolver uma agenda positiva com a Indonésia. O país manifestou apoio a um assento permanente da Indonésia em um Conselho de Segurança reformado e, de sua parte, o governo indonésio tem apoiado a candidatura timorense à ASEAN.

O relacionamento com a China tem aumentado significativamente na última década, sobretudo desde 2014, ano em que o então primeiro-ministro Xanana Gusmão visitou Pequim – a primeira visita timorense de alto nível à China em onze anos. Na oportunidade, foram assinados diversos instrumentos de cooperação, nas áreas política, econômica, de comércio, de energia, de agricultura, de turismo, de aviação civil, de defesa e de segurança. Foi igualmente firmada Parceria Global para a Amizade Fronteiriça, Confiança e Benefício Mútuos. Timor-Leste reconheceu, ademais, o governo da República Popular da China como o único que representa o conjunto da China, considerando Taiwan parte inalienável do território chinês.

A maior parte dos edifícios públicos timorenses foi reconstruída mediante cooperação chinesa, tendo a China construído, a título de doação, o Palácio Presidencial e o prédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, além do edifício-sede do Ministério da Defesa e casas para oficiais-militares timorenses. Empresa chinesa está encarregada da construção do porto de Tibar. O projeto, contudo, enfrentou diversos obstáculos relacionados a seu financiamento e à subcontratação de obras, que impossibilitaram, em 2017 e em 2018, o início dos trabalhos, finalmente iniciados em 2019.

Os Estados Unidos reconheceram a independência do Timor-Leste no mesmo dia de sua proclamação, 20 de maio de 2002. Desde então, aquele país tem desenvolvido programas de cooperação e assistência a Díli, com foco na boa governança e no respeito ao estado de direito e na construção de capacidade na área de saúde. No âmbito econômico-comercial, os Estados Unidos são o segundo maior

destino das exportações timorenses, sendo o café o principal produto exportado. Destaca-se, ainda, o fato de o dólar norte-americano ser a moeda corrente em Timor-Leste.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A moeda oficial de Timor-Leste é o dólar americano. A economia do país alcançou taxas de crescimento expressivas na década passada.

A principal fonte de renda do governo é o petróleo (92% das receitas). Os recursos advindos da exploração petrolífera no país são destinados para o Fundo Petrolífero de Timor-Leste (FPTL), cuja criação inspirou-se no Fundo Petrolífero da Noruega. Segundo dados do Banco Central de Timor-Leste, o Fundo, que possui portfólio de investimentos conservador (baixo rendimento e alta liquidez), já totaliza US$ 17,6 bilhões.

Timor-Leste tem buscado atrair os investimentos estrangeiros e ampliar o comércio exterior, por meio da criação de Zonas Econômicas Especiais, como a Zona Econômica Especial Social de Mercado (ZEESM), no enclave de Oecussi, voltada ao reprocessamento de exportações.

O governo timorense constituiu, a partir dos royalties do petróleo, o "Fundo das Infraestruturas". O fundo busca financiar projetos que incluem estradas e pontes, portos e aeroportos, saneamento, habitação social, edifícios governamentais, bem como infraestrutura específica para apoiar a exploração de gás e petróleo em Timor-Leste.

Uma das principais obras é a do "Porto multifuncional de Tibar", nos arredores de Díli, a ser construído em etapas, com capacidade pretendida de 1 milhão de toneladas por ano. Uma vez pronto, espera-se que Tibar assuma a condição de principal eixo do comércio externo do país. O Porto Marítimo de Díli, atualmente o único internacional do país, é considerado um gargalo ao desenvolvimento por suas limitações de profundidade, de terrenos laterais para ampliação, e por seu acesso congestionado, por meio de avenida em pleno centro urbano da capital.

Além de manter o ritmo de crescimento, outro desafio no momento será promover um crescimento inclusivo e sustentável, fortalecer o desenvolvimento rural, o setor privado, prosseguir os esforços para reduzir as disparidades entre as zonas urbanas e rurais, apoiar os grupos vulneráveis, regular os títulos de terra e propriedade e criar novos empregos, especialmente para os jovens. Entre os

programas sociais do governo, cabe destacar a "Bolsa da Mãe", inspirado no programa brasileiro Bolsa Família.

O país tem registrado melhora relativa nos índices sociais. As taxas de desnutrição reduziram-se na segunda década do século XXI, ao passo que a expectativa de vida e a quantidade média de anos de escolaridade sofreram incremento.

Foram também registrados avanços no campo da saúde (vacinação de amplo número crianças; redução da mortalidade infantil e materna; erradicação quase completa da lepra) e da educação (mais de mil escolas em funcionamento; aumento considerável de matrículas escolares no ensino fundamental; concessão de bolsas de estudo superior, no país e no exterior, para formar quadros nacionais nas mais diversas áreas).

Timor-Leste é altamente dependente das exportações de petróleo bruto, que correspondem à maior parte do orçamento nacional (do total de US$ 1,5 bilhão de receitas totais previstas para 2019, por exemplo, US$ 963 milhões tinham origem no setor petrolífero). Nesse contexto, reveste-se de grande importância para a economia do país o Tratado sobre Fronteiras Marítimas assinado com a Austrália, em Nova York, em 2018.

O acordo estabelece a fronteira em linha mediana entre os dois países, posição historicamente defendida por Timor-Leste. Com a decisão, é atribuída a Timor-Leste a maior parte dos campos de gás "Greater Sunrise", identificados em 1974, localizados a 150 quilômetros a sudeste do país e a 450 quilômetros a noroeste da cidade de Darwin, no norte da Austrália. Suas reservas são estimadas em 5,1 trilhões de pés cúbicos de gás, com potencial valor de mercado entre US$ 50 e 60 bilhões. Caberá a Timor-Leste concluir com a Indonésia a delimitação de outras zonas fronteiriças.

O governo timorense também concluiu, em abril de 2019, a aquisição das cotas de participação de dois dos quatro membros do consórcio formado para a exploração dos campos “Greater Sunrise”: Shell (26,56% das ações) e ConocoPhillips (30% das ações), dando à Timor GAP, companhia petrolífera timorense, participação de 56,56% no projeto. Com a decisão, Díli passa a ser o sócio majoritário do consórcio. As demais empresas participantes do consórcio são a australiana Woodside (33,44%) e a japonesa Osaka Gas (10%).

Os principais destinos das exportações (petróleo e gás representam 78% e o café, 14%) do país são a Indonésia, os EUA, a Alemanha e a China. Nas importações, a Indonésia é a principal fonte dos produtos, seguida da China, de Singapura e de

Hong Kong, sendo que o Brasil ocupa o 9º lugar, com exportações principalmente de carnes e derivados.

Conquanto seja intensa a agenda bilateral de cooperação técnica entre o Brasil e Timor-Leste, o comércio entre os dois países é ainda modesto. Em 2019, a corrente comercial totalizou US$ 6,7 milhões, a maior parte decorrente de exportações brasileiras (as importações provenientes de Timor-Leste equivaleram a apenas 61 dólares). Das vendas brasileiras a Timor-Leste, cerca de 80% corresponderam a carnes e 18%, a preparações de carnes.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
Século XIV	Menções a Timor em crônicas chinesas, como ilha produtora de sândalo.
1512 (aprox.)	Chegada dos portugueses a Timor
1556	Estabelecimento de frades dominicanos na ilha
1702	O território se torna uma colônia portuguesa
1769	A capital é transferida de Lifau para Dili
1859	O Tratado de Lisboa estabelece a fronteira entre as colônias portuguesa e holandesa na ilha de Timor
1910–12	Revolta dos timorenses contra a dominação portuguesa, derrotada por tropas coloniais
1941	A colônia é ocupada por tropas australianas e holandesas, no contexto da II Guerra Mundial
1942	Tropas japonesas invadem o Timor e enfrentam resistência local
1945	Derrota japonesa e retorno do território ao domínio português
1974	Revolução dos Cravos em Portugal dá início ao processo de descolonização
1975	Primeiras eleições livres em Timor (março); A Fretilin e a UDT emergem como principais partidos
1975	Tentativa de golpe da UDT (agosto); proclamação unilateral da independência pela Fretilin (novembro); invasão indonésia (dezembro)
1976	Início da ocupação indonésia
1991	Massacre de Dili: 250 timorenses assassinados durante manifestação contra a ocupação indonésia
1996	Prêmio Nobel da Paz é concedido ao bispo de Díli, Dom Ximenes Belo e a José Ramos-Horta
1999	Referendo organizado pela ONU em agosto dá vitória aos independentistas; tropas indonésias devastam o país
2000-2002	Timor Leste é administrado pela ONU, após retirada indonésia
2002	O país se torna formalmente independente (maio) e organiza as primeiras eleições parlamentares e presidenciais. Xanana Gusmão toma posse como primeiro presidente.
2006	Tumultos provocados por tropas rebeladas provocam a demissão do primeiro-ministro Mari Alkatiri
2007	Eleições parlamentares e presidenciais. José Ramos-Horta assume a presidência da República. Xanana Gusmão é nomeado Primeiro-Ministro.
2012	Encerramento da Missão Integrada das Nações Unidas em Timor-Leste (UNMIT)

2012	Eleições parlamentares e presidenciais. Taur Matan Ruak assume a presidência da República.
2017	Eleições parlamentares e presidenciais. Francisco Guterres Lu Olo assume a presidência da República.
2018	Crise política leva à dissolução do Parlamento e novas eleições parlamentares. Taur Matan Ruak é nomeado Primeiro-Ministro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

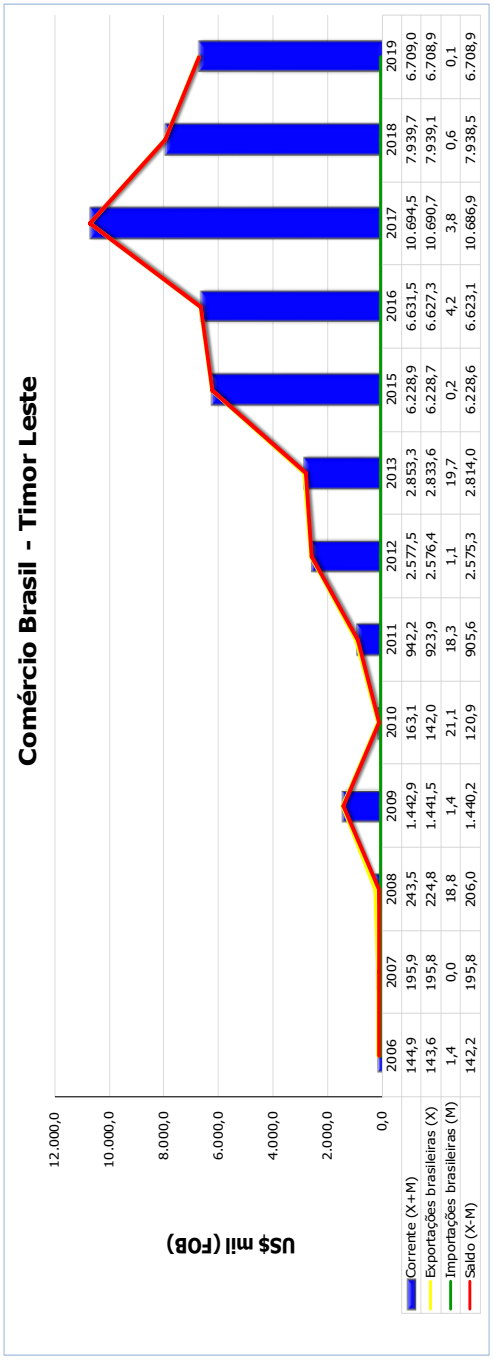
1999	Envio, pelo Brasil, de 5 oficiais de ligação, 6 observadores policiais e 19 peritos eleitorais para acompanhar o referendo sobre a independência (agosto)
1999	O então ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, encontra José Ramos-Horta e o chanceler da Indonésia, Ali Atalas, à margem da 53ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (setembro)
2000	Começa a operar o Escritório de Representação do Brasil em Díli (junho)
2001	Visita a Timor-Leste do presidente Fernando Henrique Cardoso (janeiro)
2002	Estabelecimento de relações diplomáticas (maio)
2002	Abertura da Embaixada em Díli (maio)
2002	Timor-Leste torna-se o oitavo membro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) (julho-agosto)
2004	Visita ao Brasil do chanceler José Ramos-Horta, para co-presidir a I Reunião da Comissão Mista (fevereiro)
2004	Decreto presidencial autoriza o envio de 50 professores brasileiros, no âmbito de programa de cooperação executado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (novembro)
2005	Envio a Díli de dois defensores públicos e um juiz, para cooperar na formação judiciária (setembro)
2007	Visita a Timor-Leste do então chanceler Celso Amorim (dezembro)
2008	Visita ao Brasil do presidente José Ramos-Horta (janeiro)
2008	Visita a Timor-Leste do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (julho)
2008	Primeira missão do Grupo Executivo de Cooperação a Díli (agosto)
2009	Visita ao Brasil do presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Fernando La Sama (setembro)

2011	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Xanana Gusmão
2011	Visita ao Brasil do secretário-geral do Parlamento Nacional de Timor-Leste (outubro)
2013	Encontro entre o enteão ministro Antonio de Aguiar Patriota e seu homólogo José Guterres, em Viena, à margem do V Fórum da Aliança de Civilizações (fevereiro)
2013	Criação da Adidância de Defesa do Brasil para Timor-Leste, cumulativa, com residência em Tóquio, Japão (outubro)
2014	Visita dos diretores-gerais do Ministério de Agricultura e Pesca de Timor-Leste ao Paraná, com foco em agricultura de conservação (plantio direto), com apoio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (abril)
2015	Visita ao Brasil do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste, Constâncio da Conceição Pinto, para participar da cerimônia de posse da presidente da República (janeiro)
2015	Visita a Timor-Leste do então Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira (julho)
2016	Encontro entre o então presidente Michel Temer e o então presidente Taur Matan Ruak, à margem da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.
2018	Vinda ao Brasil do diretor-geral de Água e Saneamento de Timor Leste, Gregório de Araújo, como chefe de delegação ao 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília (março)
2018	Visita a Timor-Leste do defensor público-geral federal, Carlos Eduardo Barbosa Paz, para monitoramento do projeto de apoio ao setor de justiça timorense.
2019	Olímpio Gomes Miranda Branco, embaixador designado de Timor Leste no Brasil, apresentou credenciais ao presidente da República em 3 de outubro de 2019.

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Protocolo sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas	20/05/2002	20/05/2002	10/06/2002
Acordo Básico de Cooperação Técnica	20/05/2002	07/12/2004	20/01/2005
Acordo de Cooperação Educacional	20/05/2002	11/05/2004	11/05/2004
Acordo para a Formalização do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra e Cessão de Uso de Terrenos, com Base na Reciprocidade, para as Embaixadas da República Federativa do Brasil e da República Democrática de Timor-Leste	31/07/2009	31/07/2009	22/09/2009
Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa.	10/11/2010	10/11/2010	10/11/2010

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2015	2016	2017	2018	2019
Corrente (X+M)	144,9	195,9	243,5	1.442,9	163,1	942,2	2.577,5	2.853,3	6.228,9	6.631,5	10.694,5	7.939,7	6.709,0
Exportações brasileiras (X)	143,6	195,8	224,8	1.441,5	142,0	923,9	2.576,4	2.833,6	6.228,7	6.627,3	10.690,7	7.939,1	6.708,9
Importações brasileiras (M)	1,4	0,0	18,8	1,4	21,1	18,3	1,1	19,7	0,2	4,2	3,8	0,6	0,1
Saldo (X-M)	142,2	195,8	206,0	1.440,2	120,9	905,6	2.575,3	2.814,0	6.228,6	6.623,1	10.686,9	7.938,5	6.708,9

2019/2020	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2019 (jan-mar)	1.350,3	0,0	1.350,3	1.350,3
2020 (jan-mar)	1.722,1	1,6	1.723,7	1.720,5

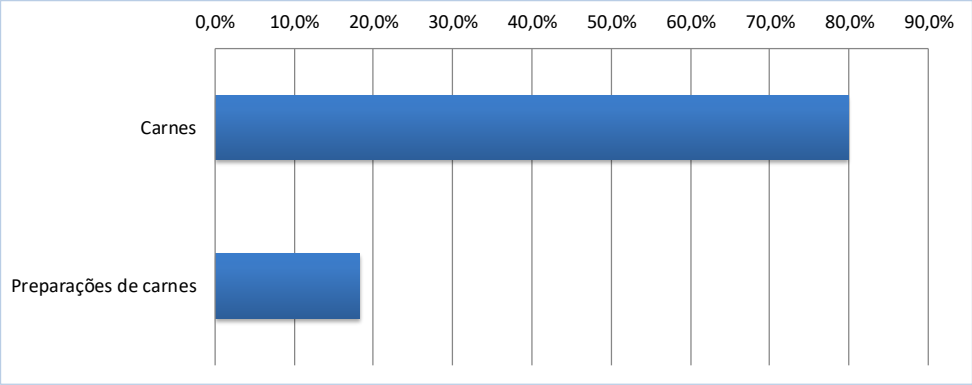
Elaborado pelo MRE/DPTNO - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Abril de 2020

Composição das exportações brasileiras para o Timor Leste
US$ mil

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	9.091,1	85,0%	6.428,5	81,0%	5.362,1	79,9%
Preparações de carnes	1.512,6	14,1%	1.395,8	17,6%	1.224,9	18,3%
Subtotal	**10.603,7**	**99,2%**	**7.824,4**	**98,6%**	**6.587,0**	**98,2%**
Outros	**87,0**	**0,8%**	**114,7**	**1,4%**	**122,0**	**1,8%**
Total	**10.690,7**	**100,0%**	**7.939,1**	**100,0%**	**6.708,9**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Abril de 2020.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

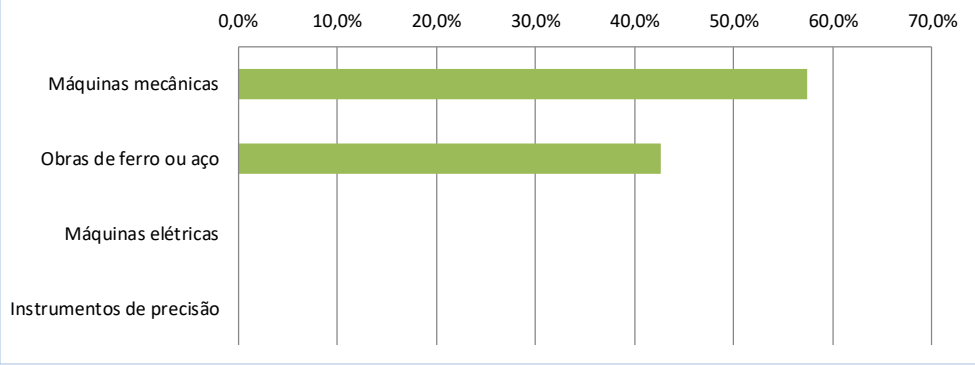


Composição das importações brasileiras originárias do Timor Leste
US$ mil

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	0,0	0,0%	0,3	47,8%	0,0	57,4%
Obras de ferro ou aço	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	42,6%
Máquinas elétricas	0,2	4,9%	0,3	52,2%	0,0	0,0%
Instrumentos de precisão	3,6	95,1%	0,0	0,0%	0,0	0,0%
Subtotal	**3,8**	**100,0%**	**0,6**	**100,0%**	**0,1**	**100,0%**
Outros	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**
Total	**3,8**	**100,0%**	**0,6**	**100,0%**	**0,1**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Abril de 2020.

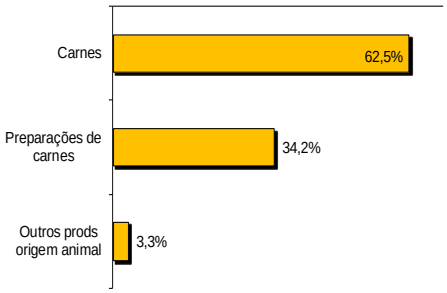
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ mil

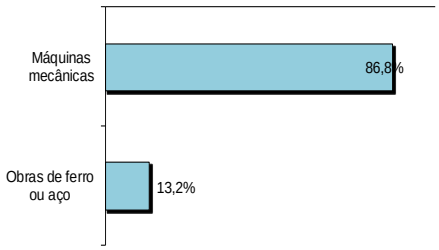
Grupos de produtos (SH2)	2019 (jan-mar)	Part. % no total	2020 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Carnes	1.120,7	83,0%	1.076,7	62,5%
Preparações de carnes	229,6	17,0%	588,4	34,2%
Outros prods origem animal	0,0	0,0%	56,9	3,3%
Subtotal	**1.350,3**	**100,0%**	**1.722,1**	**100,0%**
Outros	**0,0**	**0,0%**	**0,0**	**0,0%**
Total	**1.350,3**	**100,0%**	**1.722,1**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020

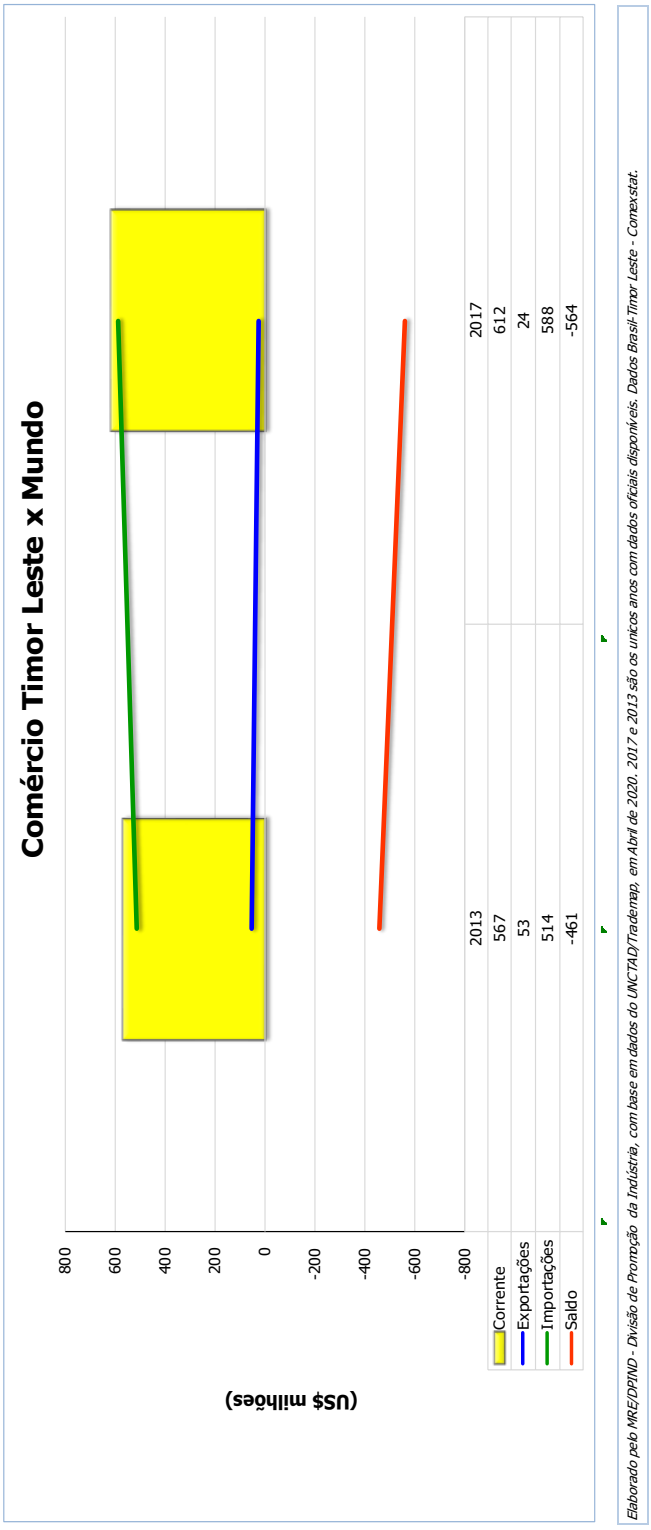


Grupos de produtos (SH2)	2020 (jan-mar)	Part. % no total
Importações		
Máquinas mecânicas	1,4	86,8%
Obras de ferro ou aço	0,2	13,2%
Subtotal	**1,6**	**100,0%**
Outros produtos	**0,0**	**0,0%**
Total	**1,6**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020



Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Abril de 2020.

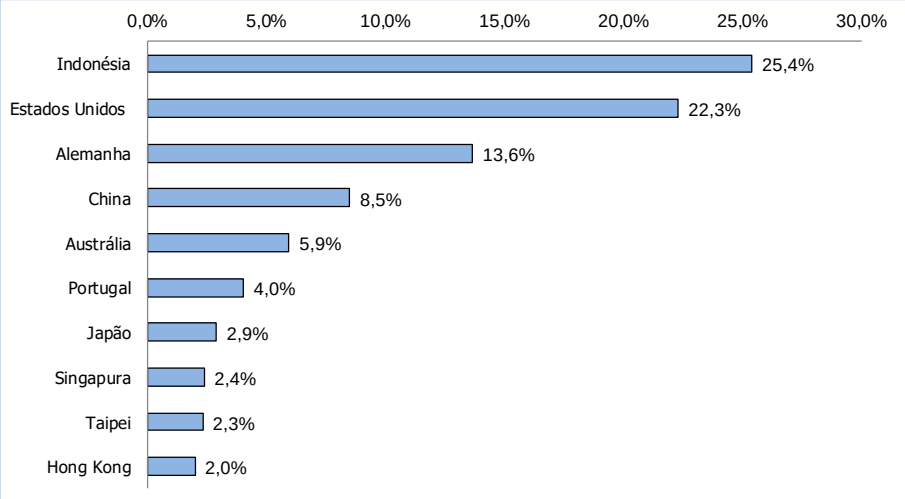

Comércio Timor Leste x Mundo
(US$ milhões)
800
600
400
200
0
-200
-400
-600
-800
2013
2017
Corrente
567
612
Exportações
53
24
Importações
514
588
Saldo
-461
-564
Elaborado pela MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020. 2017 e 2013 são os unicos anos com dados oficiais disponíveis. Dados Brasil-Timor Leste - Comexstat.

Principais destinos das exportações do Timor Leste
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
Indonésia	6,136	25,4%
Estados Unidos	5,390	22,3%
Alemanha	3,299	13,6%
China	2,052	8,5%
Austrália	1,437	5,9%
Portugal	0,974	4,0%
Japão	0,699	2,9%
Singapura	0,574	2,4%
Taipei	0,559	2,3%
Hong Kong	0,479	2,0%
...		
Brasil (27º lugar)	**0,003**	***0,0%***
Subtotal	**21,60**	**89,4%**
Outros países	**2,57**	**10,6%**
Total	**24,17**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020. 2017 e 2013 são os unicos anos com dados oficiais disponíveis. Dados Brasil-Timor Leste - Comexstat.

10 principais destinos das exportações

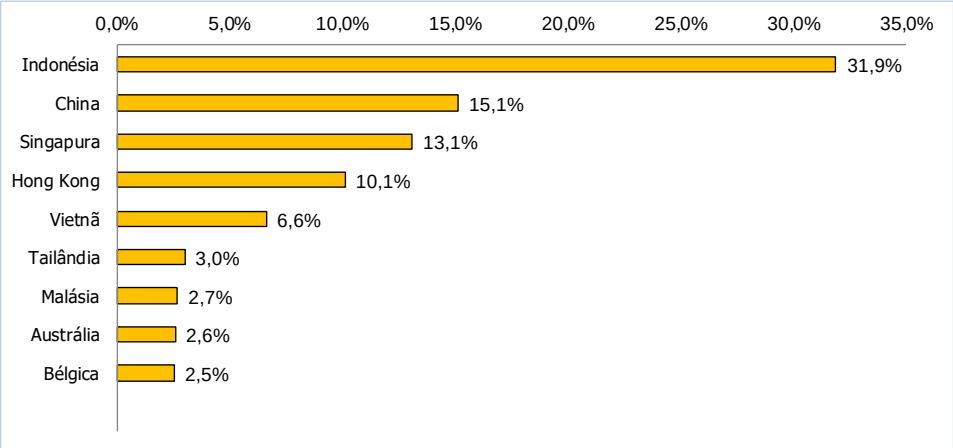


Principais origens das importações do Timor Leste
US$ milhões

Países	2017	Part.% no total
Indonésia	187,50	31,9%
China	88,94	15,1%
Singapura	77,00	13,1%
Hong Kong	59,44	10,1%
Vietnã	38,90	6,6%
Tailândia	17,68	3,0%
Malásia	15,84	2,7%
Austrália	15,16	2,6%
Bélgica	14,90	2,5%
...		
Brasil (12º lugar)	***10,69***	***1,8%***
Subtotal	**526,03**	**89,5%**
Outros países	**62,01**	**10,5%**
Total	**588,05**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020. 2017 e 2013 são os unicos anos com dados oficiais disponíveis. Dados Brasil-Timor Leste - Comexstat.

10 principais origens das importações

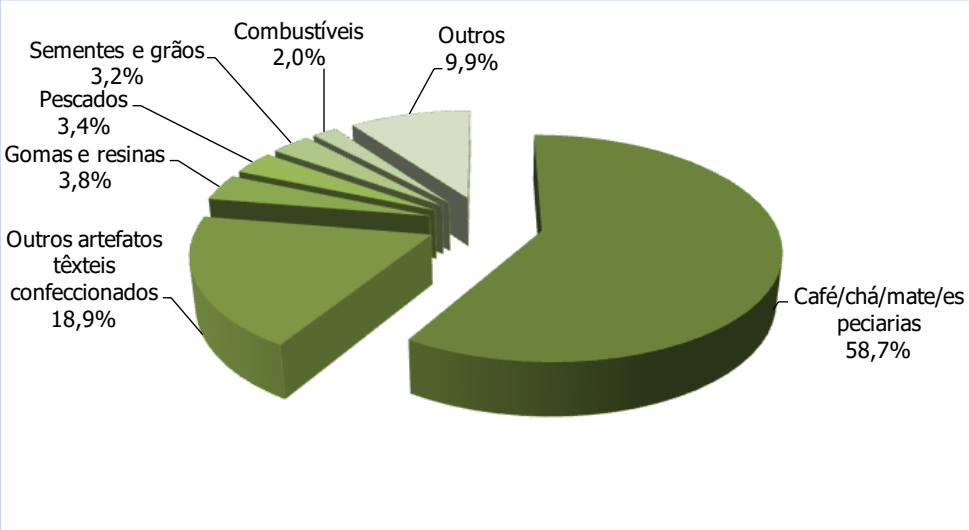


Composição das exportações do Timor Leste
US$ milhões

Grupos de Produtos (SH2)	2017	Part.% no total
Café/chá/mate/especiarias	14,20	58,7%
Outros artefatos têxteis confeccionados	4,57	18,9%
Gomas e resinas	0,92	3,8%
Pescados	0,83	3,4%
Sementes e grãos	0,78	3,2%
Combustíveis	0,49	2,0%
Subtotal	**21,78**	**90,1%**
Outros	**2,40**	**9,9%**
Total	**24,17**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020.

10 principais grupos de produtos exportados

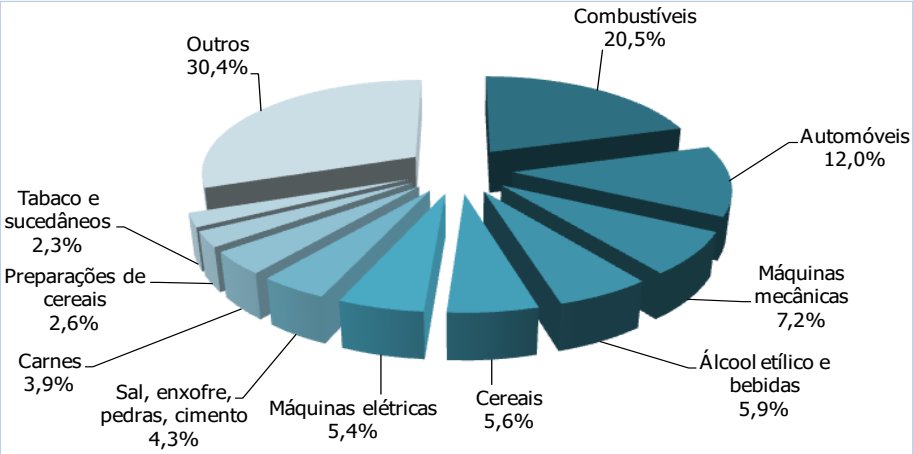


Composição das importações do Timor Leste
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017	Part.% no total
Combustíveis	120,29	20,5%
Automóveis	70,34	12,0%
Máquinas mecânicas	42,15	7,2%
Álcool etílico e bebidas	34,94	5,9%
Cereais	33,03	5,6%
Máquinas elétricas	31,49	5,4%
Sal, enxofre, pedras, cimento	25,11	4,3%
Carnes	22,70	3,9%
Preparações de cereais	15,48	2,6%
Tabaco e sucedâneos	13,79	2,3%
Subtotal	**409,31**	**69,6%**
Outros	**178,74**	**30,4%**
Total	**588,05**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020.

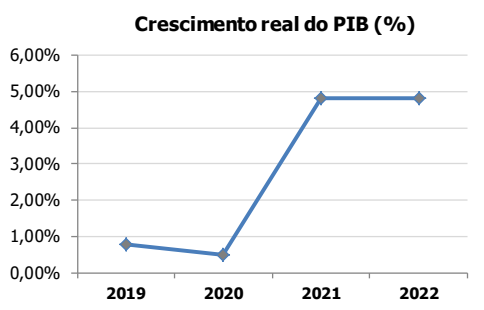
10 principais grupos de produtos importados

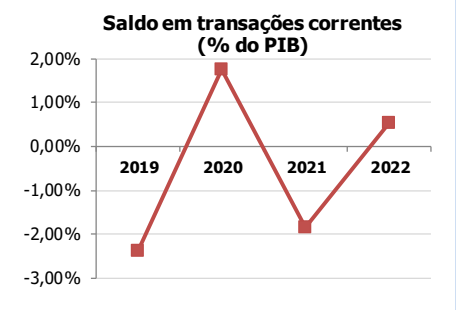


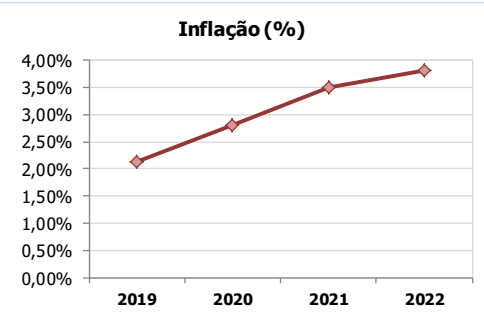
Principais indicadores socioeconômicos do Timor Leste

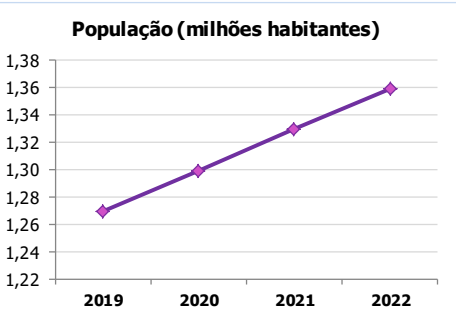
Indicador	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	0,80%	0,50%	4,80%	4,80%
PIB nominal (US$ bilhões)	3,09	3,15	3,41	3,33
PIB nominal "per capita" (US$)	2.435	2.522	2.569	2.453
PIB PPP (US$ bilhões)	4.659,43	4.856,36	4.805,64	4.123,28
PIB PPP "per capita" (US$)	5.242	5.560	5.617	4.920
População (milhões habitantes)	1,27	1,30	1,33	1,36
Desemprego (%)	_	_	_	_
Inflação (%)[2]	2,14%	2,80%	3,50%	3,80%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-2,36%	1,76%	-1,83%	0,54%

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report Abril de 2020 e da Cia.gov/World Factbook.
(1) Estimativas FMI e EIU.
(2) Média do período.









EMBAIXADA DO BRASIL EM DÍLI

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR ALDEMO SERAFIM GARCIA

INTRODUÇÃO

Durante os quatro anos em que atuei como embaixador do Brasil no Timor-Leste, testemunhei a trajetória de um país ainda em construção, lutando para consolidar a sua jovem democracia e tentando colher os frutos das descobertas recentes de campos petrolíferos no Mar do Timor. Timor-Leste comemorou em agosto do ano passado os 20 anos da realização do referendo de 1999, que garantiu sua independência como o primeiro Estado soberano do século XXI, depois de 25 anos de ocupação indonésia, que resultou na morte de cerca de 200 mil timorenses.

2. Mesmo sendo um dos países mais novos do mundo, Timor-Leste alcançou a posição de país mais democrático do Sudeste Asiático, segundo relatório de 2019 da ONG americana Freedom House, superando, portanto, países como Singapura, Malásia, Indonésia e Filipinas. O relatório louva o fato de que o jovem país foi capaz de realizar várias eleições justas e transparentes e de fazer transferência de poder pacífica, possibilitando que novos partidos e candidatos participem do sistema político. Não obstante, deve-se observar que a democracia funciona com dificuldades, com problemas sérios de coabitação e frequentes impasses políticos.

3. A economia de Timor-Leste é totalmente dependente dos recursos obtidos a partir da exploração dos campos de petróleo e gás do Mar do Timor, situado entre o país e a Austrália. Não há outra atividade econômica minimamente rentável, capaz de garantir a entrada de recursos, por isso os investimentos e gastos públicos são todos baseados na renda do petróleo. A reserva de gás "Greater Sunrise", uma das maiores, foi centro de delicada negociação envolvendo Austrália e empresas multinacionais e deverá começar a ser explorada nos próximos anos.

POLÍTICA INTERNA

4. Para entender o momento atual da política interna timorense, cabe recordar os principais acontecimentos da história recente do país, que conduziram o Timor-Leste na longa e complexa luta pela estabilização política e pelo crescimento econômico até os dias atuais.

5. O papel da Organização das Nações Unidas na estabilização política do novo Estado timorense foi fundamental. Anexada pela Indonésia em 1975, a antiga colônia portuguesa lutou contra o domínio de Jacarta até 1999. Com a queda do regime ditatorial do presidente Suharto na Indonésia, em 1998, e em razão da pressão da opinião pública internacional, a Indonésia aceitou a realização de uma consulta popular no Timor. A ONU organizou um referendo em 1999 e o povo timorense decidiu por esmagadora maioria de 78% pela restauração da independência. Quando o resultado do referendo foi divulgado, milícias organizadas e apoiadas por militares da Indonésia saíram às ruas e provocaram um verdadeiro massacre. As milícias mataram aproximadamente 1.400 timorenses e forçaram cerca de 300 mil pessoas a se refugiarem nas montanhas e na parte ocidental da ilha do Timor. A maior parte da infraestrutura do país, incluindo casas, sistemas de irrigação, sistemas de suprimento de água, escolas e quase todas as instalações elétricas do país foram destruídas.

6. Para restabelecer a ordem no país, a ONU enviou ao Timor-Leste, em setembro de 1999, uma força de manutenção da paz liderada por tropas australianas. Em maio de 2002, Timor-Leste finalmente foi reconhecido internacionalmente como um Estado independente.

7. Importa observar que, entre 1999 e 2002, o brasileiro Sérgio Vieira de Mello atuou no país como administrador transitório (espécie de governador-geral) das Nações Unidas e representante especial do secretário-geral da ONU, Kofi Annan. Até hoje a memória do brasileiro é reverenciada em virtude da contribuição que prestou para a criação das bases do Estado nacional timorense. As forças de paz da ONU permaneceram por 10 anos no Timor-Leste e seu êxito foi responsável pela estabilidade política do país a partir de então.

8. Após a independência, uma assembleia constituinte foi eleita. Em maio de 2002, foram realizadas as primeiras eleições no país e

Xanana Gusmão, líder histórico da guerrilha de combate às forças de ocupação, foi eleito o primeiro presidente do Timor-Leste independente. José Ramos-Horta, prêmio Nobel da Paz, sucedeu Gusmão na presidência timorense.

9. Em 2006, tensões políticas internas ameaçaram a segurança da jovem nação timorense, quando uma greve policial causou violência e quebra da lei e da ordem no país. A pedido do Timor-Leste, o conselho de segurança da ONU enviou uma força internacional de estabilização liderada pela Austrália, composta de 1.600 soldados e policiais. A estabilidade no país foi restaurada, o que permitiu a realização de eleições presidenciais e parlamentares em 2007 numa atmosfera pacífica.

10. Em 2008, um grupo rebelde conduziu um ataque contra o então presidente e o primeiro-ministro. O líder do atentado foi morto e a maioria dos rebeldes se entregou. Em 2012, a pedido do governo timorense, a ONU encerrou a missão de estabilização no país e retirou suas tropas. Nos anos seguintes, o país usufruiu de um dos mais longos períodos de estabilidade pós-independência, incluindo eleições presidenciais e parlamentares em 2012, que levaram a uma transição pacífica de poder em 2015.

11. Em 2018, eleições parlamentares antecipadas foram ganhas com maioria absoluta pela denominada Aliança de Mudança para o Progresso (AMP), uma coligação de três partidos formada pelo Congresso Nacional de Reconstrução Timorense (CNRT), pelo Partido de Libertação Popular (PLP) e pelo KHUNTO. Entretanto, o atual presidente da república, Francisco Guterres Lu-Olo - que é também presidente da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (Fretilin) – não deu posse a nove membros indicados a ministros pelo CNRT, por alegado envolvimento em casos de corrupção. Isso provocou tensão no seio da coligação, que foi crescendo até a rejeição da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2020, no início deste ano, com os votos contrários dos deputados do CNRT.

12. Esse fato levou o atual primeiro-ministro, Taur Matan Ruak, a apresentar pedido de demissão em fevereiro passado sem que o presidente Lu-Olo tenha-se pronunciado durante dois meses sobre o assunto. Em decorrência da crise da pandemia de covid-19, o chefe de governo voltou atrás e, em março, retirou o pedido de demissão. Paralelamente o presidente da república iniciou uma rodada de

diálogos com os partidos políticos, após a qual nasceu uma nova aliança majoritária de seis partidos, liderada pelo CNRT, de Xanana Gusmão.

13. Mais recentemente, a Fretilin, maior partido no Parlamento, anunciou uma plataforma de entendimento com o PLP, para apoiar o atual governo, a que se juntou depois o KHUNTO, que acabou abandonando a aliança com o CNRT. Após perder a maioria no Parlamento, o CNRT retirou, em maio, os ministros indicados pelo partido e anunciou que fará oposição ao atual governo.

14. O primeiro-ministro anunciou então oficialmente a formação de uma nova coligação de governo com a Fretilin, o PLP e o KHUNTO, com maioria de 36 dos 65 deputados do Parlamento. Os novos ministros da coligação tomaram posse no dia 29 de maio. A formação dessa nova maioria, encabeçada pela Fretilin, constitui-se numa grande derrota para o líder carismático e ex-presidente Xanana Gusmão. Espera-se que essa nova maioria garanta estabilidade política para que o VIII Governo Constitucional, liderado pelo primeiro-ministro Taur Matan Ruak, tenha condições de governar até 2023, data das próximas eleições legislativas.

ECONOMIA TIMORENSE

15. O Banco Mundial estima que a economia timorense tenha crescido 3% em 2019, recuperando-se da recessão dos dois anos anteriores, estimulada pelo gasto público e privado. O déficit fiscal em 2019 foi de 31% do PIB, e teve de ser financiado pelos saques do Fundo Petrolífero do país, fundo este que é alimentado pelas receitas petrolíferas que Timor-Leste recebe da Austrália, cuja soma total está em torno de USD 17 bilhões. O Fundo Petrolífero tem importância estratégica para o país.

16. Em março de 2020, o Banco Mundial divulgou novo relatório semestral levando em conta o impacto da pandemia de covid-19 na Ásia e Pacífico. Segundo o documento, o PIB de Timor-Leste deve recuar 2,8% em 2020 devido principalmente ao efeito negativo do covid-19 na atividade econômica. A projeção anterior era de crescimento de 4,6%.

17. O Banco Mundial prevê que a pandemia afetará severamente a atividade econômica doméstica, em razão das rigorosas restrições de viagem e das medidas de saúde pública para conter a sua propagação. Entre as principais causas para a retração da economia em 2020, além da pandemia, está também a rejeição, pelo Parlamento, do orçamento nacional para 2020. Em razão dos impasses políticos, os gastos públicos, o principal motor da economia local, serão limitados até que o congresso aprove o novo orçamento anual.

18. A única exportação significativa de Timor-Leste é o café. Observe-se que os hidrocarbonetos são excluídos das exportações e são contabilizados como créditos de renda. A baixíssima capacidade de exportação e a extrema dependência das importações (inclusive de alimentos) faz com que o país tenha enorme déficit na balança comercial.

19. O país deve, portanto, continuar a ser sustentado pelas reservas financeiras acumuladas a partir de sua produção de hidrocarbonetos. Não obstante, a queda nos preços do petróleo verificadas recentemente terá impacto nas reservas do país, juntamente com a diminuição e eventual exaustão da produção do campo de Bayu Undan.

20. Timor-Leste tem uma dívida externa pequena, devido à exploração de suas reservas de petróleo e gás. Mas essa situação pode não durar muito, à medida que o país utilize os fundos acumulados com a exploração de petróleo e gás e os campos sejam exauridos.

21. No horizonte de longo prazo, de acordo com relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) , é crucial que Timor-Leste aumente a qualidade de sua governança institucional, diversifique a economia e tire proveito do dividendo demográfico que possui. As despesas do Estado constituem o motor mais importante do crescimento econômico timorense. Ao mesmo tempo, o governo precisa assegurar sustentabilidade fiscal e promover o investimento do setor privado para que sua economia deixe de ser dependente da renda do petróleo. Essa tensão entre a centralidade dos gastos governamentais (pessoal, investimento, obras públicas) e o déficit fiscal (sempre compensado pela renda dos hidrocarbonetos) é latente na economia do país.

22. Para o FMI, o Timor-Leste tem apresentado um progresso "impressionante" desde a independência em 2002, com estabilização política, melhoria da qualidade de vida dos habitantes e a implementação de uma estrutura institucional significativa para gerir a riqueza petrolífera. "Seguindo em frente, será crucial que Timor-Leste continue os esforços para diversificar a economia e alcançar um crescimento forte, sustentável e inclusivo do setor privado", considera aquela instituição.

Petróleo e Gás

23. As reservas de petróleo e gás no Mar do Timor, entre Timor-Leste e Austrália, é foco em torno do qual gravita conjunto de questões econômicas, jurídicas, geopolíticas e estratégicas de alta relevância.

24. No âmbito econômico, a renda advinda dos poços ativos é fundamental para o equilíbrio fiscal e para os investimentos do país. Timor-Leste não explora por si só nenhum de seus poços. No momento, todos eles são explorados pela Austrália, que paga altos royalties e negocia o que é extraído para seu proveito. A verba que ingressa nos cofres públicos de Timor-Leste não é contabilizada como exportação, mas, sim, vai para o fundo específico (Fundo do Petróleo) que só pode ser utilizado com a autorização do governo e do Parlamento. Por exemplo, em razão da pandemia de covid-19, o governo autorizou a utilização de USD 200 milhões do fundo petrolífero para gastos com renda familiar, apoio a empresas e outras medidas.

25. Em 2019, chegaram ao fim importantes negociações de fronteiras marítimas entre o Timor-Leste e a Austrália. O acordo final basicamente situa todos os poços relevantes no Mar de Timor dentro das águas territoriais deste país, como não poderia deixar de ser, posto que estão muito mais próximos do litoral timorense do que do australiano. As negociações foram conduzidas, pelo lado timorense, pelo líder histórico Xanana Gusmão, e foram consideradas uma vitória culminante de longa batalha política e jurídica que se iniciou antes mesmo da independência.

26. A vitória alcançada consolidou a posse timorense de vastas reservas e estabeleceu as bases para que Timor-Leste possa traçar

sua estratégia para a exploração do principal poço ainda não ativo no Mar de Timor, a reserva de gás Greater Sunrise.

27. Os direitos de explorar a reserva Greater Sunrise estavam, inicialmente, nas mãos da Austrália e do Timor-Leste ao abrigo do mesmo acordo internacional que baliza a exploração de outros campos de hidrocarbonetos em que os dois países são parceiros: empresas australianas retiram a riqueza do solo marítimo e vendem a produção enquanto Timor-Leste recebe royalties, sem desempenhar nenhum papel em qualquer fase da extração.

28. Mas, em relação ao Greater Sunrise, formou-se, ao longo dos últimos anos, espécie de consenso na classe política timorense em torno da ideia de que o país deve participar da extração e refino do gás do Greater Sunrise, em vez de apenas receber royalties. Timor-Leste passou a defender modelo segundo o qual, em vez de o gás ser levado até a Austrália para ser processado em seu território, utilizando infraestrutura de gasodutos e refinarias que já está pronta e ativa, deve ser construído novo gasoduto levando o gás do poço até o litoral sul do país, onde seria construída uma refinaria para o seu processamento. Após o processamento em solo timorense, o produto final seria vendido e a renda obtida repartida entre o governo e as empresas parceiras. Esta seria, afirmam os defensores da ideia, oportunidade impar para que Timor-Leste impulsionasse a sua industrialização, capacitasse a sua mão de obra técnica e adquirisse "know how” em áreas diversas como engenharia extrativista, engenharia civil, petroquímica etc.

29. Os que se opõem a essa ideia, entre os quais o governo australiano e as empresas estrangeiras envolvidas na extração dos recursos no Mar de Timor, alegam que o custo será enorme para Timor e para as empresas que entrarem no consórcio, pois terão que investir recursos próprios em infraestrutura e correr riscos altos, em vez de simplesmente utilizar a infraestrutura já existente. Creem ser melhor para Timor-Leste que o país continue simplesmente a receber royalties, sem riscos e sem custos adicionais. Alegam os australianos que milhões de dólares poderiam ser empregados na melhoria das condições de vida da população, em projetos de saneamento básico, moradia, hospitais, em vez de serem empregados na duplicação de infraestrutura de transporte e exploração de gás.

30. Nos anos de 2018 e 2019, muito se discutiu em Timor-Leste o rumo que o país deveria tomar, até que finalmente o governo decidiu que Timor-Leste participará, de fato, das fases de extração e refino do gás do Greater Sunrise, numa tentativa de dar impulso à industrialização do país. As empresas autralianas (em alguns casos subsidiárias de multinacionais de outros países como EUA e Japão, como Conoco Phillips) imediatamente venderam para Timor-Leste, ao preço de algumas centenas de milhões de dólares, a sua participação no consórcio que explorará o poço Greater Sunrise. Timor-Leste detém agora o controle decisório do consórcio.

31. No momento, o país procura parceiros internacionais para participarem do projeto de construção do gasoduto e da refinaria em território timorense. Empresas chinesas são as mais cotadas para assumirem com Timor-Leste a empreitada, com sua capacidade e experiência únicas em projetos e investimentos de grande porte em parceria com países do terceiro mundo. Rumores de que chineses se juntarão a Timor para explorar os poços do Greater Sunrise circulam entre altas autoridades e na imprensa local.

32. Caso esta parceria se confirme, delicadas questões geopolíticas serão trazidas à mesa. Ao retirarem-se totalmente do projeto de exploração do gás do Greater Sunrise, a Austrália (e seu grande aliado na área de defesa no Sudeste Asiático, os EUA) abririam as portas para a China participar de um grande projeto de infraestrutura a menos de 400 km da costa da Austrália, numa ocupação sem precedentes de área tida como de hegemonia americana. Até o momento, não está definido com quem ou exatamente como será levada a cabo a exploração do Greater Sunrise.

Condições Sociais

33. Não se pode deixar de mencionar neste documento as graves condições sociais do país, pano de fundo para tudo o que se passa no Timor-Leste. Não obstante melhoras substanciais desde a independência, o país é inequivocamente um dos mais pobres da Ásia do Leste. Seus indicadores sociais mostram níveis alarmantes de insegurança alimentar, desemprego e subemprego, trabalho infantil, entre outros.

34. O problema da subnutrição tem como consequência elevados

índices de nanismo e raquitismo entre as crianças, segundo o relatório. Chocantes 46% das crianças abaixo de 5 anos apresentam algum nível de raquitismo. 66% das crianças de 6 a 24 meses não consomem uma dieta minimamente diversificada.

35. Os principais fatores que contribuem para a insegurança alimentar crônica no país são: baixa produtividade agrícola; dieta alimentar pobre já arraigada nos hábitos da população; quantidade e qualidade insuficientes na produção de alimentos (e consequente dependência das importações); estratégias inadequadas de sustento alimentar ("livelihood"), com alta dependência de 42% da população em apenas um alimento (principalmente arroz ou "noodles"); condições impróprias de infraestrutura básica, estradas, saneamento básico, acesso à água, irrigação e acesso à escola.

COOPERAÇÃO TÉCNICA (AÇÕES REALIZADAS)

36. A cooperação técnica é a principal vertente das relações bilaterais entre Brasil e Timor-Leste. A cooperação oferecida pelo Brasil, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), caracteriza-se pelo foco na capacitação técnica em áreas diversas, sem transferência de recursos diretamente ao governo timorense, como fazem, por exemplo, a Austrália, Japão, Coreia do Sul, EUA e a UE.

37. Os timorenses demonstram apreço pela cooperação técnica brasileira, inclusive pela boa relação interpessoal que conseguem estabelecer com os cooperantes brasileiros, que contrastam com a distância e o formalismo dos portugueses.

38. A cooperação brasileira iniciou-se praticamente com a independência do Timor-Leste, tendo o primeiro protocolo de cooperação entre os dois países sido assinado em julho de 2000. A cooperação técnica Brasil - Timor-Leste é atualmente amparada pelo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, firmado em maio de 2002, no dia da independência do país asiático. Desde 2000, cerca de 100 iniciativas bilaterais de cooperação técnica foram executadas sob a coordenação da ABC/MRE em Timor-Leste.

Cooperação Bilateral

39. Atualmente, o programa de cooperação técnica bilateral Brasil - Timor-Leste é composto por oito iniciativas bilaterais e três iniciativas multilaterias no âmbito da CPLP, em diferentes fases de implementação, conforme descritas abaixo.

a) Apoio ao Setor de Justiça de Timor-Leste - Oitava Etapa

40. Desde 2005, um defensor público de carreira brasileiro vem a este país para prestar cooperação pelo período de um ano junto à Defensoria Pública de Timor-Leste (DPTL), em áreas diversas como inspetoria interna, técnicas e procedimentos jurídicos, entre outras.

41. A partir de 2020, por sugestão minha, serão enviados dois defensores públicos brasileiros, pelo período de dois anos, o que possibilitará aos defensores brasileiros maior familiaridade com a realidade do país e consequente aumento da produtividade, ao mesmo tempo em que se aumenta a área de atuação.

42. Realizou-se, em outubro de 2019, missão de prospecção a Timor-Leste da nova fase do projeto com a Defensoria Pública de Timor-Leste, conjuntamente com a Defensoria Pública da União. Acaba de ser assinada a proposta da oitava etapa da iniciativa, que prevê ações de fortalecimento da Inspetoria da Defensoria Pública de Timor-Leste, capacitações em direito penal e direito civil e ampliação do acesso à justiça. O último defensor público brasileiro deixou Timor-Leste em dezembro de 2019 e a chegada dos dois novos defensores foi adiada para o segundo semestre em razão da pandemia de covid-19.

43. Observe-se que a DPTL foi modelada a partir da Defensoria Pública brasileira, por iniciativa do funcionário brasileiro da ONU Sérgio Vieira de Mello, durante sua atuação como administrador do país na transição da ocupação indonésia para a independência.

b) Arquivo Nacional

44. Outro projeto bem-sucedido foi o Apoio Técnico para a Criação e Implementação do Sistema Nacional de Arquivos do Timor-Leste, que durou de 2009 a 2017, e contribuiu para a implementação do sistema nacional do arquivo no país. As instituições públicas passaram a contar com quadro de profissionais devidamente habilitados para desempenhar suas funções de gestores da

documentação produzida, com base nos conhecimentos adquiridos dos especialistas brasileiros em preservação de acervo do Arquivo Nacional do Brasil. O projeto permitiu aos técnicos timorenses velarem pela gestão, recuperação, manuseio, guarda e acesso público dos documentos históricos e oficiais do país. Foi montado pela cooperação brasileira um laboratório de conservação e restauração de documentos no ANTL.

c) Uso do Português na Gestão Estatal

45. A embaixada acompanhou também o desenvolvimento do Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Pública do Timor-Leste: Consolidação do Uso do Português na Gestão Estatal, levado a cabo entre 2016 e 2017 por professoras do Departamento de Linguística da UnB e que capacitou cerca de 200 funcionários públicos na proficiência da língua portuguesa, indicados pela Comissão da Função Pública. Destaca-se que tanto o Instituto Nacional de Administração Pública quanto a UnB manifestaram-se favoráveis à continuidade e ampliação do projeto de cooperação técnica na formação de professores multiplicadores.

d) Apoio ao Fortalecimento do Parlamento Nacional de Timor-Leste

46. O primeiro projeto de cooperação com o Parlamento Nacional iniciou-se em 2005 e funcionou por vários anos. Durante minha gestão, esta cooperação, que esteve adormecida em anos anteriores, foi retomada em 2019 com a implementação de novo projeto.

47. O atual projeto tem como objetivo aumentar a eficiência e a transparência da produção legislativa do Parlamento Nacional timorense e prevê ações de capacitação e transferência de conhecimento de cunho técnico, notadamente na área de tecnologia da informação, no apoio à implantação da Rádio Parlamento e na estruturação de Centro de Formação Parlamentar. As primeiras atividades iniciaram-se em julho de 2019. Até o momento, três técnicos brasileiros prestaram cooperação ao Parlamento. A Cooperação estava prevista para ter continuidade no corrente ano, mas foi adiada em razão da pandemia de covid-19.

e) Apoio ao Fortalecimento do Serviço de Inteligência de Timor-Leste (SNI) - Fase II

48. A cooperação entre a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e o Serviço Nacional de Inteligência (SNI) teve início em

2010 e desde então vários cursos de curta duração já foram oferecidos, algumas vezes no Brasil e outras em Timor-Leste. O projeto implementado pela ABIN tem como objetivo capacitar o quadro de funcionários do SNI no que tange às funções primordiais da instituição, como a obtenção e produção de conhecimentos de inteligência. Ademais, prevê consultoria da instituição brasileira para apoiar a estruturação da área administrativa do SNI, de forma a fortalecê-lo institucionalmente. Este projeto é um dos melhores exemplos da confiança depositada no Brasil e nas suas instituições pelas mais altas instâncias do governo timorense, pois se trata de área particularmente sensível.

49. O projeto estava previsto para encerrar-se no primeiro semestre de 2020, mas a pandemia de covid-19 fez com que a visita da ABC, agendada para abril deste ano, fosse adiada.

f) Apoio ao Fortalecimento das Capacidades Institucionais do Tribunal de Recurso de Timor-Leste

50. O Tribunal de Recurso (TR) de Timor-Leste (homólogo ao Supremo Tribunal Federal) solicitou apoio do governo brasileiro nas áreas de tecnologia da informação e gestão da administração. Realizou-se, em julho de 2019, missão de prospecção de projeto, com a participação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Foi apresentada ao TR proposta de projeto para cooperação a ser iniciada no segundo semestre deste ano, com a vinda de dois técnicos do CNJ.

g) Capacitação em Direitos Humanos para o Setor de Justiça

51. A Provedoria de Direitos Humanos de Timor-Leste (PDHJ), no âmbito do programa em justiça, solicitou o apoio do governo brasileiro para a realização de ações de capacitação em direitos humanos para juízes, procuradores, defensores públicos e advogados privados. Consultado, o Conselho Nacional de Justiça manifestou interesse em indicar formadores para as referidas capacitações. Assim, está prevista a realização de iniciativa para a execução de dois módulos de formação, no segundo semestre de 2020, a saber: módulo 1- capacitação em direito internacional dos direitos humanos, direito das mulheres, direito das crianças; e módulo 2- capacitação em garantias de direitos, direito das pessoas com deficiência, convenção anti-tortura e sistema prisional.

h) Formação em Língua Portuguesa para a Administração Pública

52. A Comissão da Função Pública de Timor-Leste (órgão responsável pela gestão e treinamento dos recursos humanos da administração pública timorense) propôs-me, em 2019, continuidade das ações de formação em língua portuguesa e ensino do idioma na administração pública timorense, cuja primeira fase foi realizada com sucesso entre 2012 e 2015. Já há anuência da Universidade Federal de Santa Catarina em apoiar a nova iniciativa, que prevê a vinda de dois professores de português para atuarem em diversos órgãos da administração pública local. Missão de prospecção estava agendada para abril de 2020, mas foi cancelada em razão da pandemia de covid-19.

i) Agricultura Ecológica

53. Em 2019, recebi demanda do Departamento de Desenvolvimento Comunitário da Universidade Nacional de Timor-Lorosae (UNTL) para apoio brasileiro na capacitação de formadores em agricultura agroecológica. Já há anuência da Universidade Federal de Santa Catarina e de professores brasileiros, dispostos a apoiar a iniciativa.

j) Combate à corrupção:

54. Em 2019, a Comissão Anticorrupção (CAC) solicitou o apoio brasileiro para sua estruturação e sistematização. No mesmo ano, contatos foram realizados com o Ministério da Justiça e Segurança Pública brasileiro, notadamente com o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), com vistas ao atendimento da demanda. O DRCI já demonstrou interesse em cooperar com este país. Missão da ABC em abril de 2020 iria tratar do projeto, mas foi adiada devido à pandemia de covid-19.

Cooperação Técnica Multilateral CPLP

55. Além dos projetos bilaterais, merecem menção três projetos de cooperação multilaterais no âmbito da CPLP.

a) Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES/UNILAB)

56. O RIPES é realizado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), situada no

Ceará. A iniciativa promove o intercâmbio de conhecimento, a mobilidade acadêmica e a formação de cidadãos que contribuam para o desenvolvimento dos estados membros da CPLP.

b) Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP.

57. Esse projeto foi executado pela Secretaria Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. No período compreendido entre 18 a 22 de novembro de 2019, foi realizada missão daquela Secretaria a Díli, que contou com a presença da secretária nacional adjunta da pessoa com deficiência, sua equipe de assessores e representante da ABC. Por ocasião da referida missão, foi realizado curso com carga horária de 30 horas, durante o qual membros de ONGs e funcionários públicos timorenses foram capacitados para promover o direito das pessoas com deficiência.

c) Apoio à Gestão e ao Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP

58. Este projeto foi implementado pela Agência Nacional de Águas, e busca apoiar os governos dos Estados membros da CPLP no aprimoramento dos instrumentos de gestão e monitoramento dos recursos hídricos na capacitação de funcionários. Técnicos e autoridades de recursos hídricos do Timor Leste têm participado ativamente das atividades do projeto.

Cooperação Técnica Trilateral

- Programa de Execução PMA/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar

59. O Programa é realizado em parceria com o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), cujo objetivo é reforçar as capacidades para a adoção, por governos nacionais, de modelos sustentáveis de alimentação escolar baseados em alimentos de produção nacional.

60. No âmbito da cooperação técnica trilateral com países desenvolvidos, registra-se também a parceria com Portugal, por

intermédio do Instituto Camões, para implementação de iniciativa conjunta financiada com recursos da União Europeia e participação, além do Brasil, dos países CPLP, cujo objetivo é contribuir para o aumento do emprego e das atividades geradoras de rendimento nos PALOP-TL, na área cultural.

Cooperação Bilateral na Área de Defesa

61. Militares brasileiros têm colaborado na reconstrução do Timor-Leste desde 1999, quando integraram o contingente da ONU (INTERFET) que atuou na estabilização do país. Na ocasião, foram enviados 70 militares para fazerem parte de uma tropa de Polícia do Exército que apoiava na segurança de autoridades, escolta de comboios, investigações e perícia criminal, segurança do quartel-general, controle de distúrbios e manutenção da ordem.

62. Após essa iniciativa, ficou acordada, por parte do governo brasileiro, a cessão de três assessores para atender necessidades específicas, nos níveis estratégico e operacional: um oficial superior do Exército brasileiro para desempenhar a função de assessor militar do ministro da defesa do Timor-Leste; um oficial superior da Marinha do Brasil para desempenhar a função de assessor militar do ministro da defesa para assuntos relacionados à implementação da autoridade marítima do Timor-Leste; e um oficial intermediário do Exército brasileiro para desempenhar a função de assessor da Polícia Militar das Forças de Defesa do Timor-Leste. Desde estão, o número de três oficiais cooperantes brasileiros permaneceu o mesmo.

63. A Missão Maubere é uma atividade de ensino militar de curto prazo, realizada no território timorense, mediante solicitação do Ministério da Defesa deste país. Atendendo ao pedido do governo timorense, o Exército Brasileiro envia uma equipe de seis instrutores e monitores com o objetivo de transmitir a doutrina de emprego utilizada pelas tropas de Polícia do Exército (PE) no Brasil. Após a independência de Timor-Leste, já ocorreram quatro edições da Missão Maubere, em 2005, 2007, 2010 e 2013. As Forças de Defesa de Timor-Leste fornecem a maior parte da infraestrutura e dos meios, em material e pessoal, necessários às instruções, que são desenvolvidas em um período de 16 semanas.

64. Atualmente, três militares prestam cooperação na área de defesa no Timor-Leste: um coronel do Exército (Ministério da

Defesa), um capitão de mar e guerra (Ministério da Defesa) e um capitão do Exército (FDTL). Os três oficiais permanecerão pelo período de dois anos no país, até fim de 2021.

65. O Brasil mantém uma Adidância de Defesa para Timor-Leste. Até começo de 2020, a Adidância de Defesa do Brasil era exercida por oficial da Marinha residente em Tóquio. No começo deste ano, a Adidância de Defesa passou a ser exercida por militar residente em Camberra. O adido de defesa para o Brasil visita Timor-Leste a cada seis meses e cumpre agenda de reuniões com o Ministro da Defesa e outras autoridades locais.

COMUNIDADE BRASILEIRA

66. Cerca de 100 brasileiros residem atualmente no Timor-Leste, ao que se soma fluxo mínimo de turistas. A comunidade é composta de proprietários de pequenos negócios (restaurantes, prestadores de serviços), missionários religiosos, professores universitários, funcionários do governo e funcionários de organizações internacionais. Em geral, têm bom nível educacional e mantêm boa relação com a embaixada, o que é de grande valia para que se entenda o funcionamento das instituições do país, os hábitos dos timorenses e suas particularidades. Um número significativo de membros da comunidade vive há muitos anos no país e presenciaram momentos de crise em 2006 e 2011.

LÍNGUA PORTUGUESA

A Situação da Língua Portuguesa

67. A situação da língua portuguesa no Timor-Leste é de grande complexidade e não está claro quais serão os desenvolvimentos futuros das línguas locais e das línguas que competem como língua dos negócios ou língua nacional.

68. São utilizadas quatro línguas principais no país. A principal é, sem dúvida, o tétum, verdadeira língua franca. Segundo censo de 2015, a parcela da população proficiente em português é de apenas

30% em 2015. A evolução do ensino do português em Timor-Leste entre 2003 e 2014 foi pequena. Ainda assim, segundo informação do Ministério da Educação, o português pode ser considerado o segundo idioma mais falado no país, por ser a língua oficial e ocupar amplo espaço institucional. O indonésio também está muito presente, por ter sido introduzido durante o período de ocupação da Indonésia. O inglês também tem forte penetração, por conta da grande quantidade de australianos e outros estrangeiros não-lusofalantes no país, pela força dos meios de comunicação e por sua influência como língua dos negócios.

69. Há preocupação nos meios governamentais de que o português seja extinto no país, para fins práticos, dentro de 50 anos, dado o avanço do inglês. A simplicidade comparativa do inglês, junto com a sua presença na mídia, na música e nos negócios, faz com que seja opção preferencial de muitos jovens, em detrimento do português.

70. Há demanda para a criação de núcleo de estudos ou de centro cultural da embaixada do Brasil em Timor-Leste, com viés de aperfeiçoamento da língua portuguesa e capacitação de professores, além da promoção da cultura brasileira. Uma dificuldade relevante para um projeto desse tipo seria a formação de um corpo docente habilitado para o ensino do português na variante brasileira.

Promoção da Língua Portuguesa

71. A principal iniciativa de promoção da língua portuguesa em Timor-Leste durante a minha gestão foi a implantação, em agosto de 2019, do Programa de Leitorado do MRE/CAPES junto à Universidade Nacional Timor Lorosae (UNTL), mais importante universidade do país.

72. A leitora brasileira vem desempenhando papel muito importante junto à UNTL, atuando em várias áreas a fim de fortalecer o ensino da língua portuguesa na instituição e no país. Destaco as seguintes atividades da professora: aulas no Departamento de Formação de Professores do Ensino Básico, em cooperação com o Centro de Língua Portuguesa da UNTL; cursos livres para docentes da instituição; apoio na redação de projetos de pesquisa de timorenses com interesse em estudar e pesquisar no Brasil; e aulas no curso de mestrado em ensino da língua portuguesa.

PRINCIPAIS DIFICULDADES E DESAFIOS NA ATUAÇÃO DA EMBAIXADA EM TIMOR-LESTE

a) Apesar de o Timor-Leste necessitar de ampla cooperação em todos os setores de atividades governamentais, uma vez que é um país ainda em construção, com apenas 18 anos de existência, os ministérios timorenses pouco solicitam cooperação à embaixada. Isso se deve talvez à característica da cooperação fornecida pela ABC. O Brasil, diferentemente da maioria dos "países doadores" (Austrália, Portugal, China, Japão, Coréia do Sul, Nova Zelândia e União Europeia, entre outros), não oferece recursos financeiros, mas sim capacitação técnica, o que faz os timorenses recorrerem prioritariamente aos países desenvolvidos em busca de recursos de suas agências de cooperação.

b) No passado, a cooperação mais relevante do Brasil se deu por meio do envio de professores brasileiros ao Timor-Leste e pela ida de estudantes timorenses ao Brasil. O Programa de Qualificação de Docentes em Língua Portuguesa no Timor-Leste (PQLP), finalizado em 2015, foi implantado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPEs), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com vistas à formação de docentes timorenses. No auge da cooperação educacional, cerca de 50 professores brasileiros lecionaram no Timor-Leste. Antes de assumir as minhas funções no país, procurei retomar o programa junto à CAPES. Esta, no entanto, mudou sua orientação em relação à cooperação internacional e não deu seguimento ao referido programa. O Ministério da Educação de Timor-Leste solicitou-me, em várias ocasiões, a retomada desse programa. O PQLP é frequentemente recordado por altas autoridades timorenses como um programa brasileiro de grande êxito.

c) Apesar de contatos com membros do Ministério da Agricultura local, não foi possível desenvolver projeto de agricultura familiar ou de pequena escala no Timor-Leste. A experiência brasileira na seleção de sementes e adaptação de culturas ao clima e solo secos (características deste país) seria útil para aumentar a deficiente produção de alimentos no Timor. A recente diminuição da atuação da EMBRAPA na esfera internacional dificulta a cooperação técnica na área agrícola, mas iniciativas podem ser

levadas a cabo em parceria com universidades brasileiras com experiência na área.

d) Devido a restrições orçamentárias, não foi possível construir a nova sede da Embaixada do Brasil, na qual funcionará um Centro Cultural brasileiro e um núcleo de estudos, como ocorre em nossas Embaixadas em países da CPLP na África, no excelente e bem localizado terreno cedido pelo governo timorense em 2009. A construção de nova embaixada nesse terreno permitirá expandir as atividades do posto nas áreas de promoção da língua portuguesa, educação e cultura, que são limitadas pelo pequeno tamanho e pela simplicidade da atual sede do posto.

e) Outra dificuldade encontrada para a atuação da embaixada neste país é o fato de que o comércio Brasil-Timor-Leste é praticamente inexistente. Tampouco há investimentos brasileiros neste país, o que faz com que a embaixada deixe de atuar na importante área de promoção comercial.

f) A carência de recursos humanos também é crônica no Timor-Leste. O país é carente de toda sorte de pessoal qualificado em todos os setores da administração pública e no setor privado. A cooperação brasileira não consegue suprir essa deficiência do país, em parte em razão das restrições orçamentárias.

SUGESTÕES PARA O NOVO TITULAR DO POSTO

a) Um setor crucial que pode ser desenvolvido pela Embaixada/ABC em Díli é a cooperação na área de agricultura familiar ou de pequena escala, dadas as características topográficas do país e as suas necessidades alimentares mais urgentes. Timor-Leste importa 90% do alimento que consome e está, por isto, sujeito a grave insegurança alimentar.

A recente redução da participação da EMBRAPA em projetos de cooperação internacional desestimulou a busca por cooperação com essa empresa brasileira, entre especialistas do Timor-Leste. Continuo a acreditar, entretanto, que uma cooperação na área de desenvolvimento agrícola, principalmente na adaptação de novas variedades de sementes ao solo timorense, poderia ser oferecida por universidades ou centros de pesquisas agrícolas brasileiros ao governo de Timor-Leste.

Recordo que a cooperação americana (USAID) logrou introduzir recentemente no Timor-Leste o cultivo do morango em pequena escala na região montanhosa de Aileu. Os pequenos produtores daquela região já vendem a sua produção nos principais supermercados do país. Penso que a cooperação brasileira, por meio da ABC, poderia também introduzir espécies brasileiras de frutas e legumes no mercado local. Ademais, a cooperação japonesa (JICA) está auxiliando os agricultores timorenses a melhorar o cultivo do arroz no país, enquanto a Austrália e a Nova Zelândia ajudam na cooperação agrícola com o Timor-Leste por meio de ONGs.

b) Outra área de cooperação que julgo importante explorar é a capacitação técnica no setor de petróleo e gás. Com as descobertas recentes de vultosos campos de petróleo e gás no Mar do Timor e os planos do governo timorense de construir uma refinaria na costa sul de seu território (atualmente o petróleo é todo refinado e exportado via gasoduto para Darwin, na Austrália), o país necessitará capacitar mão-de-obra técnica neste setor, em vários níveis de conhecimento.

Por enquanto, toda a mão de obra na área de exploração de hidrocarbonetos é estrangeira. A Embaixada/ABC poderia desenvolver projeto de cooperação com o Departamento de Geologia e Petróleo da UNTL e com o Instituto do Petróleo. O estabelecimento de uma cooperação com instituto brasileiro ou mesmo universidades na área de formação de mão-de-obra para a indústria petrolífera poderá ter o efeito de reduzir a dependência timorense de profissionais de outros países.

c) Outra sugestão que faço para o próximo chefe do posto é procurar desenvolver programa de cooperação da ABC, com eventual participação da Fiocruz, contemplando o combate à dengue, que poderia trazer benefícios significativos ao Timor-Leste. Em 2020, já foram registrados cerca de 1.000 casos e oito mortes causadas pela doença. Recorde-se que a ABC já intermediou iniciativa de cooperação na área de saúde, na província de Oecusse, coordenada pela Fiocruz, com foco no combate à tuberculose.

d) Por fim, sugiro também que a Embaixada procure meios de trazer para Timor-Leste a experiência brasileira de construção em larga escala de moradias populares do programa "Minha Casa, Minha Vida". Esse programa seria de grande valia para o Timor-Leste, dadas as

precárias condições de moradia e saneamento do país e a inexistência de programas de larga escala nessa área.

73. Essas são algumas das sugestões que julgo relevantes para estender a cooperação técnica brasileira no Timor-leste, levando em conta não somente as áreas de "expertise" brasileira, mas também as carências setoriais e as urgências estratégicas mais visíveis no Timor-Leste.

7

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 34, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 17, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Estônia.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
RELATOR: Senador Marcio Bittar
RELATOR ADHOC: Senador Fernando Collor

21 de Setembro de 2020

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

SF/20028.33750-13

RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 17, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Estônia*.

Relator: Senador **MARCIO BITTAR**

Trata-se da indicação do Senhor JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Estônia.

De acordo com o art. 52, inciso quarto, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

SF/20028.33750-13

O diplomata, filho de Ennio Piras e Maria Nazareth Gomes Piras, nasceu a 19 de outubro de 1952, em Além Paraíba, Minas Gerais.

Em 1975, graduou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) no Instituto Rio Branco.

Em 1984, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e, em 2007, o Curso de Altos Estudos (CAE), defendendo a tese "A Relevância da Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a Alemanha no Período 1996-2005".

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1976; promovido a Segundo-Secretário em 1979; a Primeiro-Secretário, por merecimento, 1985; a Conselheiro, por merecimento, em 1993; a Ministro de segunda classe, por merecimento, em 2007; a Ministro de segunda classe do Quadro Especial em 2011; e a Ministro de primeira classe do Quadro Especial em 2019.

No Brasil, entre outras funções, foi Chefe da Divisão de Imigração (DIM) do MRE de 1993 a 1994 e Diretor-substituto da Agência Brasileira de Comunicação (ABC) de 2003 a 2006.

No Exterior, serviu na Delegação Permanente em Genebra (Suíça) de 1986 a 1989; na Embaixada em Bogotá (Colômbia) de 1989 a 1992; na Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas (Bélgica) de 1995 a 1998; na Embaixada do Brasil em Bonn (Alemanha) de 1998 a 2000; na Embaixada do Brasil em Berlim (Alemanha) de 2000 a 2002; na Embaixada do Brasil em Tóquio (Japão) de 2006 a 2011; no Consulado-Geral em Hamamatsu (Japão) de 2011 a 2017. Desde 2017, é o Embaixador do Brasil em Trinidad e Tobago.

É autor de "Pequeno Manual do Trabalhador Brasileiro no Japão" (2014) e "Manual do Empreendedor Brasileiro no Japão – Como abrir e administrar sua própria empresa no Japão" (2017).

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

SF/20028.33750-13

Foi agraciado com a Ordem do Rio Branco no Grau Grande Oficial em 2013.

Também em atendimento ao art. 383 do RISF, o MRE elaborou relatório sobre a Estônia, do qual destacamos as informações seguintes.

A Estônia é um país do leste europeu, com 45.228 km² e mais de 1,3 milhão de habitantes. Em 2009, o Produto Interno Bruto (PIB) nominal *per capita* foi superior a 23 mil dólares.

Brasil e Estônia mantêm diálogo político fluido, traduzido em visitas e em apoios recíprocos a candidaturas nos fóruns multilaterais.

Em 2019, o montante das exportações brasileiras para a Estônia foi de 18,3 milhões de dólares, e o total das importações brasileiras da Estônia foi de 20,4 milhões de dólares. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram aves vivas, chás, baunilha e cravo, e os principais produtos importados foram animais vivos (cavalos, cabras e ovelhas), sementes e carne congelada.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA 5

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 5ª Reunião da CRE
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Renan Calheiros (MDB)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	2. Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente
Marcio Bittar (MDB)	Presente	3. Simone Tebet (MDB)	
Esperidião Amin (PP)	Presente	4. Daniella Ribeiro (PP)	
Ciro Nogueira (PP)		5. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
Roberto Rocha (PSDB)		1. Izalci Lucas (PSDB)	Presente
Mara Gabrilli (PSDB)		2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS)	
Major Olimpio (PSL)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Kátia Abreu (PP)	Presente	1. Acir Gurgacz (PDT)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)	Presente	2. Flávio Arns (PODEMOS)	
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)			
Fernando Collor (PROS)	Presente	1. VAGO	
Jaques Wagner (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	Presente
Humberto Costa (PT)			
PSD			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	2. Angelo Coronel (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	Presente
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PODEMOS			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	1. Elmano Férrer (PODEMOS)	

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 5ª Reunião da CRE
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Otto Alencar
Carlos Viana

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 17/2020 - G.JOSÉ P.-ESTÔNIA

Início da votação: 21/09/2020 18:00:00 Fim da votação: 21/09/2020 20:47:59

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,		**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,**	
MECIAS DE JESUS	**votou**	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**
MARCIO BITTAR	**votou**	3. SIMONE TEBET	
ESPERIDIÃO AMIN	**votou**	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		**Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)**	
ROBERTO ROCHA		1. IZALCI LUCAS	**votou**
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	**votou**	3. SORAYA THRONICKE	**votou**
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,		**Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,**	
KÁTIA ABREU		1. ACIR GURGACZ	**votou**
RANDOLFE RODRIGUES	**votou**	2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA	**votou**	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,**	
FERNANDO COLLOR	**votou**	1. VAGO	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	**votou**
HUMBERTO COSTA			
PSD		**PSD**	
NELSINHO TRAD	**votou**	1. CARLOS FÁVARO	**voto não computado**
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	2. ANGELO CORONEL	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)		**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)**	
CHICO RODRIGUES	**votou**	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO		2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS		**PODEMOS**	
MARCOS DO VAL	**votou**	1. ELMANO FÉRRER	

Votação:

TOTAL 16 SIM 16 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senador Nelsinho Trad
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 17/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, DESIGNADO RELATOR “AD HOC” O SENADOR FERNANDO COLLOR, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA ESTÔNIA, COM 16 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

SF/20028.33750-13

RELATÓRIO Nº , DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 17, de 2020, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Estônia*.

Relator: Senador **MARCIO BITTAR**

Trata-se da indicação do Senhor JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Estônia.

De acordo com o art. 52, inciso quarto, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

SF/20028.33750-13

O diplomata, filho de Ennio Piras e Maria Nazareth Gomes Piras, nasceu a 19 de outubro de 1952, em Além Paraíba, Minas Gerais.

Em 1975, graduou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) no Instituto Rio Branco.

Em 1984, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e, em 2007, o Curso de Altos Estudos (CAE), defendendo a tese "A Relevância da Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a Alemanha no Período 1996-2005".

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1976; promovido a Segundo-Secretário em 1979; a Primeiro-Secretário, por merecimento, 1985; a Conselheiro, por merecimento, em 1993; a Ministro de segunda classe, por merecimento, em 2007; a Ministro de segunda classe do Quadro Especial em 2011; e a Ministro de primeira classe do Quadro Especial em 2019.

No Brasil, entre outras funções, foi Chefe da Divisão de Imigração (DIM) do MRE de 1993 a 1994 e Diretor-substituto da Agência Brasileira de Comunicação (ABC) de 2003 a 2006.

No Exterior, serviu na Delegação Permanente em Genebra (Suíça) de 1986 a 1989; na Embaixada em Bogotá (Colômbia) de 1989 a 1992; na Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas (Bélgica) de 1995 a 1998; na Embaixada do Brasil em Bonn (Alemanha) de 1998 a 2000; na Embaixada do Brasil em Berlim (Alemanha) de 2000 a 2002; na Embaixada do Brasil em Tóquio (Japão) de 2006 a 2011; no Consulado-Geral em Hamamatsu (Japão) de 2011 a 2017. Desde 2017, é o Embaixador do Brasil em Trinidad e Tobago.

É autor de "Pequeno Manual do Trabalhador Brasileiro no Japão" (2014) e "Manual do Empreendedor Brasileiro no Japão – Como abrir e administrar sua própria empresa no Japão" (2017).

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Marcio Bittar

SF/20028.33750-13

Foi agraciado com a Ordem do Rio Branco no Grau Grande Oficial em 2013.

Também em atendimento ao art. 383 do RISF, o MRE elaborou relatório sobre a Estônia, do qual destacamos as informações seguintes.

A Estônia é um país do leste europeu, com 45.228 km² e mais de 1,3 milhão de habitantes. Em 2009, o Produto Interno Bruto (PIB) nominal *per capita* foi superior a 23 mil dólares.

Brasil e Estônia mantêm diálogo político fluido, traduzido em visitas e em apoios recíprocos a candidaturas nos fóruns multilaterais.

Em 2019, o montante das exportações brasileiras para a Estônia foi de 18,3 milhões de dólares, e o total das importações brasileiras da Estônia foi de 20,4 milhões de dólares. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram aves vivas, chás, baunilha e cravo, e os principais produtos importados foram animais vivos (cavalos, cabras e ovelhas), sementes e carne congelada.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 17, DE 2020

(nº 344/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Estônia.

DESPACHO: À CRE

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Estônia.

Os méritos do Senhor **JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00074/2020 MRE

Brasília, 1 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Estônia.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 332 /2020/SG/PR

Brasília, 16 de Junho de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Estônia.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *JOSÉ ANTONIO GOMES PIRAS*
CPF: 296.359.937-49
ID: 6230 MRE

1952	Filho de Ennio Piras e Maria Nazareth Gomes Piras, nasce em 19 de outubro, em Além Paraíba, MG.
Dados Acadêmicos:	
1975	Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ
1975	CPCD - IRBr
1984	CAD - IRBr
2007	CAE - A Relevância da Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a Alemanha no Período 1996-2005
Cargos:	
1976	Terceiro-secretário
1979	Segundo-secretário
1985	Primeiro-secretário, por merecimento
1993	Conselheiro, por merecimento
2007	Ministro de segunda classe, por merecimento
2011	Ministro de segunda classe do Quadro Especial
2019	Ministro de primeira classe do Quadro Especial
Funções:	
1976-78	Divisão Jurídica (DJ)
1978-86	Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica (DCOPT), assistente
1986-89	Delegação Permanente em Genebra (Delbrasgen), primeiro-secretário
1989-92	Embaixada em Bogotá, primeiro-secretário
1993	Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior (SGEX), assessor
1993-94	Divisão de Imigração (DIM), chefe
1995-98	Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas, conselheiro
1998-2000	Embaixada do Brasil em Bonn, conselheiro
2000-02	Embaixada do Brasil em Berlim, conselheiro
2003-06	Agência Brasileira de Comunicação (ABC), coordenador-geral da Cooperação Técnica Recebida Bilateral
2003-06	Agência Brasileira de Comunicação (ABC) – diretor, substituto
2006-2011	Embaixada do Brasil em Tóquio, conselheiro e ministro-conselheiro
2011-2017	Consulado-Geral em Hamamatsu, cônsul-geral
2017-	Embaixada em Port of Spain, embaixador
Obras Publicadas	
2009	Artigo "Ciência e Tecnologia e Inovação no Japão", em "Principais Características das Políticas Públicas voltadas para a C&T&I. Potencial de Cooperação com o Brasil". Edição Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores.
2015	Artigo "O apoio do ETB aos brasileiros no Japão", em Boletim de abril, edição da Câmara de Comércio Brasileira no Japão.
2014 e 2015	"Pequeno Manual do Trabalhador Brasileiro no Japão", Edições 1a, 2a (2014) e 3a (2015), Consulado-Geral do Brasil em Hamamatsu, Japão, apoio Ministério das Relações Exteriores e Ministério do Trabalho e Previdência Social.
2017	"Manual do Empreendedor Brasileiro no Japão (1a edição). Como abrir e administrar sua própria empresa no Japão". Edição Consulado-Geral em Hamamatsu, Japão, apoio Ministério das Relações Exteriores
Condecorações:	
2013	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

FÁTIMA KEIKO ISHITANI
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

Departamento da Europa

ESTÔNIA

Ficha-País

11/05/2020

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da Estônia
GENTÍLICO	Estoniano
CAPITAL	Talin
ÁREA	45.228 km^2
POPULAÇÃO (2019)	1.323.820 habitantes (https://www.stat.ee/news-release-2019-053)
IDIOMA OFICIAL	Estoniano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Sem religião (54,1%), Ortodoxismo (16,2%) luteranismo (9,9%)
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (*Riigikogu*), com 101 representantes eleitos para mandato de quatro anos
CHEFE DE ESTADO	Presidente Kersti Kaljulaid
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Jüri Ratas
CHANCELER	Urmas Reinsalu (desde 29 de abril de 2019)
PIB NOMINAL (2019)	US$ 29,9 bilhões
PIB – PPP (2019)	US$ 28,037 bilhões
PIB NOMINAL PER CAPITA (2019)	US$ 23,691.488
PIB PPP PER CAPITA (2018)	US$ 35,973.8
VARIAÇÃO DO PIB	4,8% (2017); 3,9% (2018); 4,3% (2019)
IDH (2017)	0,871 – 30.º lugar (http://hdr.undp.org/en/composite/trends)
EXPECTATIVA DE VIDA (2018)	77,13 anos (https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/print_en.html)
ALFABETIZAÇÃO (2015)	99,8% (https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/print_en.html)
DESEMPREGO (2019)	4,4% (https://data.oecd.org/unemp/unemployment-rate.htm)
UNIDADE MONETÁRIA	Euro
COMUNIDADE BRASILEIRA	Cerca de 350 pessoas

BRASIL → ESTÔNIA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan-mar)
Intercâmbio	61,7	130,7	103,5	89,8	89,6	55,4	83,5	126,9	67,5	38,8	11,4
Exportações	33,8	36,2	58,0	41,5	46,3	32,8	57,0	95,9	32,1	18,4	5,4
Importações	27,9	94,5	45,5	48,3	43,4	22,6	26,5	31	35,4	20,4	6,0
Saldo	5,9	-58,3	12,5	-6,9	2,9	10,0	30,6	64,9	-3,3	-2,1	-0,7

PERFIS BIOGRÁFICOS

Kersti Kaljulaid
Presidente

Nasceu em 30/12/1969, em Tartu, segunda cidade mais populosa do país, considerada a capital intelectual e cultural. Kaljulaid é mestre em Economia e Administração de Empresas (2001) e graduada em Ciências Naturais com ênfase em genética (1992) pela Universidade de Tartu. Foi assessora de economia do Primeiro Ministro Mart Laar. Participou de projetos como a preparação da reforma do sistema de pensões com o Ministro das Finanças e o Ministro dos Assuntos Sociais. De 2002 a 2004, esteve à frente da Usina de Iru da empresa estatal de energia da Estônia, Eesti Energia. Quando membro do Tribunal de Contas Europeu (2004-2016), organizou auditoria financeira dos fundos de investigação e desenvolvimento do orçamento da União Europeia. Eleita para Parlamento

estoniano em 03/10/2016, Kaljulaid assumiu o cargo de Presidente da República em 10/10/2016.

Jüri Ratas
Primeiro-Ministro

Nasceu em 02/07/1978, em Talin. Mestre em Ciências Econômicas e graduado em Gestão de Negócios pela Universidade de Tecnologia de Talin. Possui também graduação em Direito pela Universidade de Tartu. Foi analista do Instituto de Pesquisa de Construção, pesquisador de mercado da ANR Amer Nielsen Eesti OÜ, depois foi nomeado Presidente do Conselho de Administração da Värvilised OÜ (1999-2002). Em 2002, foi eleito Conselheiro Econômico da Prefeitura de Talin. Em seguida, de 2005 a 2007, foi prefeito de Talin. Foi eleito Vice-Presidente do Parlamento Estoniano. Presidiu a Associação Estoniana de Basquete de 2012 a 2016. Foi eleito para o Conselho da Cidade de Talin em 2005, 2009 e 2013. Filiado Partido do Centro Estoniano (EK), Ratas assumiu o cargo de Primeiro-Ministro em 26/3/2016, tendo seu mandato renovado, com outro governo, em 29/04/2019.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Estônia mantêm diálogo político fluido, traduzido em visitas e em apoios recíprocos a candidaturas nos fóruns multilaterais. A Estônia apoiou candidatos brasileiros para a Diretoria-Geral da FAO e da OMC, além de ter manifestado apoio aos candidatos brasileiros em eleições para organizações como IMO, INTERPOL e ICSC. O país também apoiou o pleito brasileiro da criação do Santuário de Baleias no Atlântico Sul. O Brasil, por sua vez, manifestou apoio ao principal projeto de política externa da Estônia: a candidatura a um assento não permanente no CSNU para o período 2020-21. A Estônia abriu uma Embaixada em Brasília em 2014, fechada em 2016, deixando o país sem representação residente na América Latina.

A cooperação em tecnologias da informação e comunicação (TIC) é promissora. A Estônia é país altamente informatizado e pioneiro no uso de e-government; utiliza assinatura eletrônica para reconhecimento de documentos e plataformas virtuais para prestação de diversos serviços públicos e cartoriais. É avançado também no uso da rede para eleições – trata-se do primeiro país do mundo a permitir o voto pela internet, em eleições municipais (2005) e nacionais (2007).

Em 2017 e 2018, o Comando de Defesa Cibernética (COMDCIBER) do Exército brasileiro enviou delegação à conferência CyCon, realizada anualmente pelo Centro da OTAN para Segurança Cibernética (CCDCOE), baseado em Talin. Em ambas as oportunidades, a parte brasileira avistou-se com a direção do Centro e foram discutidas possibilidades de cooperação.

Em agosto de 2012, o então Presidente da Comissão Mista de Plano e Orçamento Público do Congresso Nacional, realizou missão à Estônia que teve por objetivo conhecer e avaliar o sistema nacional de prestação de serviços públicos pela internet. Em novembro de 2013, delegação do Estado do Rio Grande do Sul visitou a Estônia para conhecer o projeto de emissão de carteira de identidade única com chip.

A Embaixada propôs, em 2017, a celebração de Acordo Quadro de Cooperação em Ciência e Tecnologia, iniciativa que está sob análise no MCTI.

Em 2018, grupo de executivos de empresas brasileiras (Itaú, o Boticário e Oi, entre outras) realizou visita à Estônia e manteve contatos com empresas e entidades estonianas nas áreas de tecnologia da informação e comunicação, bem como com quadros brasileiros da área de alta tecnologia que trabalham na Estônia. Ainda em 2018, foi realizada visita de delegação da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) para a prospecção de oportunidades comerciais entre Brasil e Estônia.

O ano de 2019 registrou adensamento no relacionamento bilateral entre o Brasil e a Estônia, com número sem precedentes de visitas de delegações públicas e privadas brasileiras ao país, que o visitaram com o objetivo de conhecer os sucessos estonianos como sociedade digital em áreas como governança eletrônica, integração de sistemas, defesa e segurança cibernética, além da educação, área em que a Estônia ocupa um dos primeiros lugares do mundo, segundo os dois últimos testes Pisa.

Dentre os visitantes que estiveram na Estônia naquele ano cabe enumerar: em janeiro, empresário José Cezar Martins, assessor da Secretaria Estadual de Ciência e

Tecnologia do Rio Grande do Sul; em maio, grupo de diretores e empresários membros do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do estado de São Paulo; em junho, delegação governamental e empresarial de Criciúma (SC); em setembro, delegação da Associação Comercial e Industrial de Marília (SP); em outubro, delegação do governo do estado de São Paulo; e em novembro, delegação do governo do estado do Rio Grande do Sul, e missão de professores universitários da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), de São Paulo.

Em 2020, após visita do Vice-Governador do Rio de Janeiro e comitiva no mês de janeiro, o país foi alcançado pela pandemia de COVID-19, sendo por conseguinte adiadas as vindas já programadas de delegações do Ceará, do Espírito Santo, do SEBRAE/SP, da Federação de Indústrias de Santa Catarina, da empresa Endeavor Brasil e do empresários João Bezerra Leite, bem como os eventos "Missão Tecnológica Brasil-Estônia" e "Brazil TechAward", aprovados no âmbito do Programa Diplomacia da Inovação, do MRE.

Para além das relações comerciais, cabe destacar que a comunidade brasileira na Estônia vem apresentando viés de crescimento. Estima-se em cerca de 200 o número de brasileiros residentes no país. A comunidade é formada por atletas e profissionais esportivos, artistas, estudantes, cônjuges de cidadãos estonianos, e sobretudo empregados do setor de tecnologia. Em 2016, foi fundado o Conselho de Cidadãos Brasileiros na Estônia. Em 2018, foi estabelecido o Consulado Honorário do Brasil em Keila-Joa, nos arredores de Talin.

Por fim, manifestações culturais brasileiras têm ganhado em popularidade junto ao público estoniano. Ao menos um grupo musical brasileiro mantém atividades regulares na cidade e há pelo menos dois grupos de capoeira estabelecidos. A partir da abertura da Embaixada do Brasil em Talin, em 2013, este tem sido um setor de importante atividade, com a realização de exposições, concertos e festival de cinema.

Comércio Bilateral

Desde o início da série histórica, em 1993, o intercâmbio bilateral entre o Brasil e a Estônia não sofreu grandes alterações, excetuando-se os anos de 1993 a 1995, que registraram dados excepcionalmente altos, decorrentes, ao que tudo indica, da contabilização de correntes de comércio que passaram por portos estonianos, mas que tinham como origem ou destino final terceiros mercados.

Salto notável se deu em 2003, quando os fluxos comerciais bilaterais atingiram US$ 19,3 milhões, mais de três vezes o valor registrado no ano anterior (US$ 6,1 milhões). O índice manteve ritmo de crescimento, até atingir, em 2005, o patamar histórico de US$ 71 milhões, mas retraiu-se a partir de então, em larga medida por conta da redução drástica e constante das exportações brasileiras, que passaram de US$ 50,5 milhões em 2005 para US$ 20 milhões em 2009. Mesmo a breve recuperação ensaiada em 2007-2008 (de US$ 51,6 milhões para US$ 59,3 milhões) foi logo interrompida pelos efeitos da crise financeira global.

Na última década, o intercâmbio comercial bilateral apresentou grandes variações. As exportações para a Estônia chegaram ao auge em 2017, US$ 95 milhões,

sendo que 69% correspondem à exportação de "outros açúcares de cana". Do mesmo modo, as importações da Estônia flutuaram consideravelmente durante os últimos dez anos, atingindo o valor máximo de US$ 94 milhões, em 2011. O Brasil é atualmente o segundo parceiro comercial mais importante da América Latina para a Estônia, sendo a Argentina o primeiro.

Segundo fontes oficiais brasileiras, em 2019 o montante das exportações brasileiras para a Estônia foi de US$ 18.364.711,00, e as importações acusaram total de US$ 20.437.227,00. Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2019 foram aves vivas, chás, baunilha e cravo, e os principais produtos importados foram animais vivos (cavalos, cabras e ovelhas), sementes e carne congelada.

Em dez anos, o saldo comercial foi favorável ao Brasil, com déficits apenas em 2009 (US$ 2,2 milhões); 2011 (US$ 58,3 milhões); 2013 (US$ 6,9 milhões) e em 2018 (11 meses) (US$ 4,7milhões). Os maiores superávits foram de US$ 30,5 milhões e de US$ 64,9 milhões, em 2016 e 2017, respectivamente.

Em comparação com 2018, as exportações para a Estônia em 2019 diminuíram 14%. Naquele ano, a pauta de exportação do Brasil foi composta de metais e ligas de ferro (30%), madeira compensada e equipamento de construção. As importações, por sua vez, diminuíram 48% devido à queda da compra de produtos químicos (fertilizantes e produtos orgânicos), máquinas e equipamentos, e equipamentos médicos.

Cabe registrar, contudo, que existem na Estônia importantes filiais e redes distribuidoras de produtos sediadas em países vizinhos (Finlândia, Suécia, Letônia, etc.), cujas matrizes canalizam produtos brasileiros para o mercado estoniano. A Embaixada tem ressaltado essa circunstância, ao atender solicitações de informações comerciais por parte de exportadores brasileiros.

Investimentos bilaterais

Segundo o Banco da Estônia, o Brasil investiu na Estônia 0,3 milhão de euros até setembro de 2019, principalmente em indústria e comunicação/informação. A Estônia, por seu lado, investiu no Brasil 12 milhões de euros nos setores de indústria, comunicação/informação e imobiliário.

Turismo entre Brasil e Estônia

O turismo na Estônia se reveste de grande importância, sendo responsável por 8% do PIB nacional. O Banco da Estônia registrou em 2019 total de 8,5 mil viagens de brasileiros a Estônia, em que metade das visitas foram de vários dias, e metade de um dia e meio. As viagens registradas ao Brasil por estonianos somaram total de 1,8 mil, sendo a maioria delas de vários dias no país, com média de estada de 7,8 dias no Brasil.

POLÍTICA INTERNA

A Estônia é uma república parlamentarista representativa, independente desde 24/2/1918 (reafirmada em 20/8/1991, em relação à URSS). Trata-se de Estado unitário, dividido em 15 condados administrativos.

O chefe de Estado é o Presidente da República, eleito pelo Parlamento para mandato de cinco anos, com funções essencialmente cerimoniais. A atual ocupante do cargo, Kersti Kaljulaid, foi eleita em outubro de 2016. O chefe de Governo e do Poder Executivo é o Primeiro-Ministro, designado formalmente pelo presidente e chancelado pelo parlamento. O Poder Legislativo é exercido pelo Conselho de Estado (Riigikogu), unicameral, formado por 101 membros eleitos mediante voto proporcional. O Poder Judiciário é encabeçado pela Corte Nacional (Riigikohus), formada por 19 juízes e cujo presidente é eleito para mandato vitalício pelo parlamento, por designação do presidente.

Os principais partidos do cenário político estoniano são o Partido do Centro e o Partido da Reforma. O Partido do Centro, apesar do nome, em paisagem política de tendência fortemente liberal, pode ser caracterizado como de centro-esquerda em assuntos econômicos e conservador em assuntos sociais. A agremiação integra o bloco ALDE no Parlamento Europeu. O Partido, que há muito governa a capital Talin, introduziu o sistema de transporte público urbano gratuito e defende políticas em favor das parcelas menos privilegiadas da população. No tocante aos costumes, o Partido do Centro já defendeu endurecimento da legislação relativa à posse de drogas, mesmo em pequenas quantidades, e está no centro do impasse sobre uniões civis homossexuais.

O Partido do Centro é o favorito da significativa minoria russófona da Estônia, com cerca de 75% da preferência desse grupo étnico, em que pese o constante crescimento do EKRE entre essa parcela da população. Em 2005, o Partido do Centro celebrou "pacto de cooperação" com o Partido Rússia Unida, do Presidente Vladimir Putin, possivelmente buscando consolidar a imagem do Centro como defensor da minoria russa na Estônia. Embora o acordo não tenha sido formalmente rompido, o Primeiro-Ministro Jüri Ratas, que assumiu a liderança do partido no fim de 2016, vem minimizando a importância do referido acordo.

O principal adversário do Partido do Centro em âmbito nacional é o Partido da Reforma (Eesti Reformierakond), que tende mais a propostas econômicas de livre mercado, como o corte de impostos e incentivos à atividade empresarial. O Partido da Reforma integrou todos os governos no período 1999-2016 e é tido como o principal responsável pelas políticas de cunho liberal implementadas pela Estônia, como isenção de impostos sobre dividendos e taxação fixa (*flat tax*) para a tributação da renda. O Partido da Reforma também integra o bloco ALDE no Parlamento Europeu. Em abril de 2018, a eurodeputada Kaja Kallas foi eleita a nova líder do Partido da Reforma. Filha do ex-Primeiro Ministro, Ministro do Exterior e Comissário Europeu Siim Kallas, Kaja Kallas vinha exercendo o cargo de eurodeputada, com atuação de relativo destaque em Bruxelas para uma parlamentar de país de pequenas dimensões.

Após o término do mandato do primeiro Governo liderado por Jüri Ratas (2016-2019), foram realizadas eleições parlamentares em março de 2019. No escrutínio, o grande vencedor foi o Partido da Reforma, que obteve 34 das 101 cadeiras e 28,9% dos votos. Apesar desse resultado, Kaja Kallas não logrou formar governo de maioria, cabendo ao segundo colocado na eleição, Jüri Ratas, cujo Partido do Centro obteve 26 cadeiras e 23% dos votos, a próxima tentativa de formação de maioria. Ratas liderou a coalizão entre os Partido do Centro, Isamaa e EKRE, o que causou grande polêmica na sociedade estoniana.

O EKRE (sigla em estoniano para Partido Conservador do Povo Estoniano) é o resultado da fusão de dois movimentos políticos de corte nacionalista e populista, efetuada em 2012. Ainda que recuse o rótulo de "extrema direita", o EKRE tem entre suas principais propostas a oposição à imigração extra-comunitária e a uniões civis entre homossexuais. Embora não defenda a saída da Estônia da União Europeia, o partido esposa clara posição eurocética, criticando a "ingerência" de Bruxelas em assuntos domésticos dos Estados-membros.

Nas eleições de 2015, o EKRE obteve 8,1% dos votos, o que lhe rendeu 7 das 101 cadeiras do Riigikogu. Em 2019, o Partido obteve 19 cadeiras e 18.9% dos votos, o que lhe garantiu lugar na coalizão de Governo, cabendo ao partido a indicação de 5 dos 15 Ministros de Estado, inclusive o líder do EKRE, Mart Helme (Ministro do Interior) e seu filho, Martin Helme (Ministro das Finanças).

Em linhas gerais, a Estônia pós-soviética tem sido marcada por governos de tendência fortemente liberal, tanto em termos econômicos como de costumes, de modo que a participação no governo de força abertamente conservadora e nacionalista causou surpresa na sociedade estoniana e em seus principais parceiros internacionais.

Além dos dois principais partidos, outras forças de menor expressão são o Partido Social-democrata, de corte social-democrata clássico, o Isamaa, força de centro-direita nacionalista que vem perdendo espaço para o EKRE, e os Verdes.

Por fim, cabe mencionar o movimento *Estonia 200*, lançado em maio último por grupo de empresários e acadêmicos. O grupo, que, tendo obtido 4,4% dos votos em 2019, não alcançou a barreira de 5% para se fazer representar no parlamento, apresenta plataforma altamente liberal, com foco na responsabilidade individual sobre temas como saúde e educação, além de maiores incentivos para a atividade empresarial.

Entre 25 e 30% da população estoniana é formada por indivíduos de etnia e/ou língua russa, em sua grande maioria estabelecidos na Estônia durante o período soviético. Quando da reconquista da independência, em 1991, a Estônia decidiu, por meio de referendo, garantir nacionalidade estoniana somente àqueles que comprovassem já possuí-la no período anterior à ocupação de 1940 ou a seus descendentes. Tal disposição resultou em grande número de apátridas russófonos residentes na Estônia, que optaram por não requerer nacionalidade russa. A existência de tal contingente tem ensejado manifestações da União Europeia e das Nações Unidas instando a Estônia a combater a apatridia, ou ao menos, evitar que o número de pessoas em tal condição se amplie.

Embora não haja ainda lei nesse sentido, é sabido que o Governo estoniano planeja gradualmente acabar com as escolas públicas em língua russa e instituir o ensino

básico e fundamental unicamente em língua estoniana. Tal transição, juntamente com a garantia de nacionalidade para filhos de apátridas, deverá contribuir para certa homogeneização cultural na Estônia. Algumas forças políticas de caráter nacionalista frequentemente questionam a lealdade da minoria russófona ao Estado estoniano e a seus valores.

POLÍTICA EXTERNA

A visão estoniana do mundo é profundamente marcada por sua situação geográfica, localizada entre a Rússia e a Europa. A Estônia procura obter vantagens da sua posição geopolítica singular.

A Estônia projeta sua identidade internacional como país nórdico-báltico, europeu e ocidental. Os sucessivos períodos de ocupação, particularmente a soviética, deixaram marcas indeléveis na sociedade estoniana e referenciam as estratégias de inserção internacional e de política externa. A crise na Ucrânia, deflagrada em 2014, tem contribuído para o reforço da vertente de segurança da diplomacia estoniana, que milita ativamente em favor de presença permanente de tropas da OTAN nos países bálticos. A Estônia é membro da União Europeia e da OTAN desde 1/5/2004. É, ainda, parte do Espaço Schengen (21/12/2007) e da zona do euro (1/1/2011).

O governo estoniano apoia a ampliação da União Europeia, em direção aos Bálcãs e ao leste, especialmente os países da Parceria Oriental da UE. Para a Estônia, a Parceria constitui oportunidade para desempenhar papel de ponte entre a UE e parceiros leste-europeus como a Geórgia, a Moldávia ou a Ucrânia. Ex-república soviética, a Estônia acredita estar em melhor posição do que outros parceiros europeus para compreender a realidade dos países pós-soviéticos.

Desse modo, a Estônia procura não somente aproximar os Estados pós-soviéticos dos valores da União Europeia e facilitar sua integração às estruturas europeias, como também adquirir a reputação de intermediário especializado no seio da política europeia. Além disso, a Estônia considera que, após ter-se beneficiado do apoio dos países nórdicos em seu processo de adesão e europeização, é seu dever ajudar os países do Leste a se modernizarem e a se integrarem à União Europeia.

A Estônia é participante ativo da OTAN, não apenas pelo simbolismo do ingresso da república báltica (e suas vizinhas Letônia e Lituânia) na Aliança, em 2004, mas, principalmente, por se tratar de um dos maiores beneficiários da organização. Sob a égide da OTAN, caças da organização estacionados na Lituânia patrulham diariamente, desde 2005, o espaço aéreo dos países bálticos.

Por estar na linha de frente do flanco oriental da OTAN, as ações russas na Geórgia, na Ucrânia e na Síria são motivo de apreensão na Estônia, que tem insistido para a organização aumentar sua presença na região báltica. O ingresso da Estônia e dos outros países bálticos na OTAN e na União Europeia, em 2004, foi motivado, sobretudo, pelo objetivo de obter garantias de segurança do sistema euroatlântico frente à Rússia.

As relações bilaterais com a Rússia conheceram momento de relativa deterioração a partir de 2004, quando da adesão da Estônia à OTAN. As animosidades

aumentaram quando a Prefeitura de Talin decidiu remover de uma das mais importantes praças da cidade o histórico monumento ao Soldado Soviético, em 2007, gerando confrontos entre estonianos étnicos e a população de origem russa.

A Estônia investe alto capital político em organizações subregionais que a vinculam aos países nórdicos e escandinavos, sobretudo o Conselho dos Estados do Mar Báltico (que, fundado em 1992, incorpora, além de Dinamarca, Estônia, Finlândia, Islândia, Letônia, Lituânia, Noruega e Suécia, a Alemanha, a Polônia e a Rússia) e o chamado NB-8 (Dinamarca, Estônia, Finlândia, Islândia, Letônia, Lituânia, Noruega e Suécia). Os temas de interesse da Estônia são comércio, energia, tecnologia, meio ambiente, governança e direitos humanos.

Os países bálticos têm procurado aproveitar tensões locais para atrair o interesse dos Estados Unidos pela região, como no caso da Iniciativa dos Três Mares. Criada em 2016, trata-se de fórum de discussões que reúne 12 países dos mares Báltico, Negro e Adriático, com o objetivo de aumentar a cooperação econômica e política entre essas regiões, especialmente em projetos de infraestrutura. Os Estados Unidos têm apoiado o fórum, mas apenas de forma simbólica, enquanto que a Alemanha, que não é membro do fórum, teme que a iniciativa possa se transformar em estrutura de cooperação entre os Estados Unidos e a Europa Central e Oriental que contorne a Europa Ocidental. A cúpula anual da iniciativa estava prevista para junho de 2020, em Talin. Foi adiada para outubro, em função da pandemia do COVID-19.

Após o fim da ocupação soviética, as relações bilaterais entre Estados Unidos e Estônia desenvolveram-se com base nos desdobramentos dos termos estabelecidos na Carta EUA-Países Bálticos, firmada em 1998, durante o Governo Bill Clinton. Pelo texto, os EUA se comprometiam a oferecer apoio a Estônia, Letônia e Lituânia para que reunissem condições necessárias ao ingresso na UE e na OTAN. Seis anos depois, em 2004, a Estônia tornou-se membro das duas instituições euro-atlânticas, o que confirmaria o êxito da iniciativa e a consequente diminuição do peso proporcional da Rússia na política exterior do país.

A eleição da Estônia para uma cadeira não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), com apoio diplomático do Brasil, em 2019, foi sem dúvida outro marco na política externa da jovem nação. A Estônia vem tentando propor sua agenda nas discussões do CSNU, ao discutir temas de seu interesse, como a integridade territorial de Ucrânia e Geórgia e iniciativas na área de segurança cibernética. No exercício da Presidência do CSNU, em maio de 2020, a Estônia realizou evento para marcar os 75 anos do fim da Segunda Guerra Mundial na Europa, do qual participou o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo.

A crise na Ucrânia reacendeu velhas memórias na Estônia. Quando da anexação da Crimeia, em 2014, muitos observadores temiam que cenário semelhante pudesse se repetir na fronteira estoniana com a Rússia. Em 2008, foi criado, em Talin, o Centro de Excelência de Defesa Cibernética da OTAN (CCDCOE, na sigla em inglês), um ano após ataque cibernético sofrido pela Estônia que afetou parte dos serviços administrativos, bancários e de mídia do país. Outra medida adotada pela Estônia foi a abertura, em 2018, em Luxemburgo, da primeira "Embaixada de dados" do mundo. Trata-se de uma extensão do Governo estoniano que permite a salvaguarda de dados

como registros fundiários, históricos médicos e declarações de imposto fora do seu território. Tal expediente busca garantir a continuidade do país, em caso de invasão, ocupação ou desastre natural.

A eleição do presidente Donald Trump aumentou as incertezas, especialmente após críticas norte-americanas sobre os baixos níveis de gastos militares dos europeus (ainda que não os países bálticos e Polônia, que cumprem a meta de 2% do PIB para o setor de defesa). Tais críticas levantaram dúvidas locais, pelo menos por algum tempo, sobre o comprometimento da Casa Branca com os princípios de defesa coletiva da OTAN.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Economia

Em termos históricos, a Estônia vinha, desde 1995 (com exceção do ano de 2000), registrando impressionante crescimento do PIB (dois dígitos em 1997 e 2006), entrando em processo de desaceleração econômica em 2007, devido principalmente ao hiperaquecimento da atividade econômica e à contração da demanda interna. Esse impacto intensificou-se ainda mais com a crise econômica global, que atingiu duramente a UE, fazendo com que o país entrasse em recessão em 2008. Naquele ano, o PIB decresceu -3,6%. Em 2009 a queda foi ainda mais drástica (-14,1%).

O país, no entanto, recuperou-se com vigor dos danos causados pela crise. Já em 2010, logrou retomar o crescimento de sua economia, com expansão do PIB da ordem de 3,3%. Em 2011, surpreendeu uma vez mais, com forte aceleração, que atingiu 8,3%. Em 2012, a taxa de expansão voltou a patamar mais próximo ao registrado em outros anos, mas ainda assim considerado alto para os padrões europeus: 3,2%, o mais elevado em toda a zona do euro. Em 2013, o crescimento da Estônia viu-se prejudicado por incertezas regionais e pelo fraco desempenho da economia russa, e registrou apenas 1,6%. Já em 2014, a economia estoniana logrou reverter o padrão de desaceleração e obteve crescimento de 2,9%, o que corresponde igualmente à média entre os anos de 2015 a 2017, índice elevado para os padrões europeus. A entrada de fundos europeus, utilizados primordialmente em atividades que favorecem a ampliação da economia, tem contribuído para isso, bem como o consumo das famílias, favorecido pela ampliação da demanda externa e pelos aumentos dos salários. A economia do país cresceu 3,9% em 2018, e 4,3% em 2019. O principal setor responsável pelo crescimento foi o de comunicações e informação, seguido de comércio, educação e pesquisa. Em meados de 2019, a indústria e a agricultura também influíram positivamente no crescimento, e apenas o setor energético impactou de maneira negativa. Já os setores de mineração e energia apresentaram declínio no valor agregado, sendo um dos motivos o inverno com temperaturas normalmente acima de zero.

A demanda interna, por sua vez, cresceu no ritmo mais rápido dos últimos 7 anos, impulsionado por aumento de 13,1% nos investimentos, principalmente em construção e transporte. O consumo privado aumentou 3,1%, e a produtividade por trabalhador, 3%. Em 2019, a taxa de desemprego foi de 4,4%. O índice de preços ao consumidor aumentou 2,3% em 2019, principalmente devido ao aumento nos preços de alimentos (3%). Ao mesmo tempo, o salário médio mensal bruto acusou sensível aumento, da ordem de 7,4%, atingindo valor médio de 1.505 dólares.

Com PIB nominal de US$ 29,9 bilhões, a Estônia é a 97.ª economia do planeta. Em termos per capita PPP, no entanto, o país salta para a 35.ª posição (à frente da Polônia e da Croácia, para citar alguns exemplos). Segundo dados do FMI, sua dívida pública bruta, que tem decrescido ao longo dos últimos anos, correspondeu, em 2019, a invejáveis 8,4% do PIB, a taxa mais baixa da União Europeia; o déficit público foi de 0,3%, enquanto a taxa de inflação registrou 2,28%, e a taxa de desemprego, 4,3%.

No quadro da União Europeia, a economia estoniana teve crescimento dos mais elevados em 2017 (4,9%). Essa taxa, de base setorial ampla, foi acompanhada de ligeiro

incremento da produtividade, da ordem de 2%. O setor industrial, principal setor econômico, ampliou-se em 3,9%. O crescimento mais elevado deu-se na área de extração mineral, com notável índice de 46,1%, o que contribuiu para que o setor de construção acusasse aumento de 17,8%. Outros beneficiados foram os setores de informação e comunicações (15,6%), e de atividades científicas e técnicas (13,9%). Por outro lado, sofreram decréscimo os setores da agricultura, recursos florestais e pesca (-1,1%), imobiliário (-1%) e serviços diversos (-2,1%).

A demanda interna subiu 4,2% naquele ano, ligeiramente menos que o PIB, e o consumo privado, 2%, similar à tendência geral na Europa, tendo sido impulsionado pela aquisição de equipamento de comunicações e vestuários e calçados, com queda, contudo, em itens alimentícios e, principalmente, bebidas alcoólicas e tabaco, devido ao aumento dos respectivos impostos de consumo. De modo geral, o maior incremento no consumo se deu em bens duráveis (6,9%), seguidos de semiduráveis (5,4%) e não duráveis (0,7%). Os gastos com serviços, por sua vez, aumentaram 3,4%.

Os investimentos, após vários anos de declínio, tiveram crescimento significativo (13,1%), abrangendo todas as áreas importantes da economia, como construção e estruturas, equipamento de transporte, maquinário, transporte e estocagem. Concomitantemente, registrou-se grande impulso no índice de confiança empresarial, que não se via desde 2011. Os consumidores, em virtude de crises do passado, têm sido mais cautelosos, mas mesmo eles acusaram maior otimismo com o futuro no ano em questão. Cumpre enfatizar que o setor financeiro local é dominado por bancos suecos, bem posicionados contra riscos, conforme demonstrado pelas avaliações (stress tests) praticados pela Autoridade Bancária Europeia (EBA).

O comércio exterior da Estônia cresceu em paralelo com o crescimento economia geral. As exportações aumentaram 3,5%, e as importações ligeiramente mais, 3,9%, com a área de serviços tornando-se sempre mais importante, notadamente nas áreas de negócios, viagens e transportes. O país tem obtido, ao mesmo tempo, reiterado superávit em sua conta corrente com o exterior, com exceção de 2016 – esse valor foi estimado, por avaliações do mercado, em 57,7 milhões de euros, em maio do corrente ano.

Em seu relatório anual referente a 2017, o Banco da Estônia recorda que o sucesso econômico registrado naquele ano se deveu, em boa medida, à recuperação marcante nos mercados de destino das exportações do país, bem como ao crescimento da renda da população, o que levou as companhias a investirem mais em ativos fixos (ainda que em menor escala que em outros países da Zona Euro). Fatores como baixo desemprego, grande número de postos de trabalho não preenchidos, aumentos salariais e da inflação indicam que o ciclo econômico na Estônia atingiu ponto em que o crescimento é gerado pela demanda, e não pela capacidade de produção das empresas ou aumento da produtividade, o qual progrediu mais rápido em 2017, mas não no nível da década anterior.

Esses bons resultados refletiram-se igualmente nas finanças públicas, e o aumento da arrecadação foi a causa do reduzido déficit orçamentário naquele período. Não obstante, ao realizar gastos maiores do que a arrecadação, o Estado alinhou-se ao setor privado para estimular a economia. Há indicações de que, em vista da expectativa

de menor incremento ao PIB no futuro, as autoridades monetárias pretendam apoiar e estabilizar a economia, principalmente por meio de alívio da carga fiscal, ainda que esta seja notavelmente baixa com relação aos sócios comunitários. Obviamente, como "boa aluna" de Bruxelas, a Estônia levaria em conta, ao fazê-lo, a tendência predominante nessa matéria na União Europeia, mesmo se tendo em conta que na Estônia a supervisão dos agregados financeiros seja mais rígida, principalmente o controle do funcionamento do sistema bancário, considerado aqui a base da estabilidade do país, dado o reduzido peso relativo de sua economia.

Comércio Exterior

Com mercado consumidor limitado e altamente dependente do setor exportador, a Estônia empreende importantes esforços para o incremento e a diversificação de suas vendas externas (concentradas em mercados europeus). Segundo dados da Organização Mundial de Comércio, em 2018, 70% da exportação do país foi composta de produtos manufaturados, 16,8% de produtos agrícolas, 12% combustíveis e produtos de mineração e 0,9% de outros produtos. Também a pauta de importação registrou predominantemente produtos manufaturados (74,6%), bem como 13,2% de produtos agrícolas, 11,1% de combustíveis e derivados de mineração, e 1,1% de outros produtos.

A exportação de serviços atingiu, em 2019, o valor recorde de 7 bilhões de euros (30% transporte, 23 % turismo, 47% outros). Também a importação de serviços atingiu o valor recorde de 5 bilhões de euros (33% transporte, 27% turismo, 40% outros). Durante os 6 últimos anos, pode-se observar aumento de 29% tanto na importação como na exportação de serviços, sendo a UE o principal destino e origem dos mesmos.

Nos últimos dez anos, as exportações de mercadorias da Estônia aumentaram 55%, e alcançaram seu auge em 2018, exportando 14,4 bilhões de euros, e, em 2019, 12 bilhões de euros. O país exporta para 182 países, mas a participação da União Europeia nas exportações totais da Estônia é a mais relevante: em 2019 chegou a ser de 75%.

Em 2019, os principais produtos exportados pela Estônia foram derivados de petróleo refinado (EUR 1,2 bilhão), equipamentos de comunicação (1 bilhão de euros), óleos e alcatrão de carvão (592 milhões de euros), casas pré-fabricadas (427 milhões de euros) e veículos (378 milhões de euros). Os principais destinos das exportações da Estônia, são, como em anos anteriores, com exceção dos Estados Unidos: Finlândia (2,29 bilhões de euros, 16,3%), Suécia (1,58 bilhão de euros, 10,5%), Letônia (1,38 bilhão de euros, 9,09%), Estados Unidos (929 milhões de euros, 6,78%) e Alemanha (904 milhões de euros, 6,3%). O Brasil, com 0,09% de participação na oferta exportável, foi o 53.º mercado para os produtos estonianos; depois da Argentina (0,20%), é o país da América do Sul com maior participação nas exportações estonianas.

Em 2019, as importações da Estônia atingiram EUR 16 bilhões, 1% a menos do que em 2018, e aumentou 55% em dez anos. A Estônia importa de mais de 137 países. Os principais artigos importados pelo país foram produtos de petróleo refinado (1,4 bilhões de euros), veículos (893 milhões de euros), óleos e alcatrão de carvão (592 milhões de euros), equipamentos de comunicação (562 milhões de euros), e medicamentos (412 milhões de euros). O país importa principalmente da Finlândia (2

bilhões de euros, 12,6%), da Alemanha (1,69 bilhões de euros, 10,2%), da Lituânia (1,57 bilhões de euros, 10%), da Suécia (1,42 bilhões de euros, 9,4%) e da Rússia (1,41 bilhões de euros, 8,14%).

CRONOLOGIA HISTÓRIC	
Séc. IX	Primeira referência histórica à tribo báltica dos estonianos
1208	Estônia é atacada pelos cruzados
1219	Dinamarca conquista Talin
1227	Povos de origem germânica conquistam a Estônia
1343	Levante da Noite de São Jorge: revoltosos estonianos são massacrados pela elite germânica
1481	Invasão pelo Principado de Moscóvia
1561	Guerra da Livônia: Estônia é controlada, a norte, pelos suecos, e a sul, pelos polono-lituanos
1710	Rússia derrota a Suécia na Grande Guerra do Norte
1721	Rússia conquista a Estônia
1889	Início do processo de russificação da Estônia
1917	Governo provisório russo concede autonomia à Estônia
1918	Alemanha ocupa a Estônia; declaração de independência (23/2); invasão pelo Exército Vermelho; início da guerra de independência
1920	Tratado de Tartu sela a vitória estoniana sobre a Rússia (2/2)
1921	Admissão da Estônia à Liga das Nações
1934	Presidente Konstantin Päts desfere golpe de estado e estabelece sistema ditatorial
1939	Navios soviéticos invadem a Estônia
1940	Estônia é ocupada pela URSS (16/6); proclamada a República Socialista Soviética da Estônia (21/7)
1941	Deportação em massa de estonianos para a Sibéria; Alemanha invade a Estônia (22/6)
1944	Retirada da Alemanha nazista; URSS reocupa a Estônia
1988	Soviete Supremo estoniano adota Declaração sobre a Soberania da Estônia (16/11)
1991	Restauração da independência estoniana (20/8)

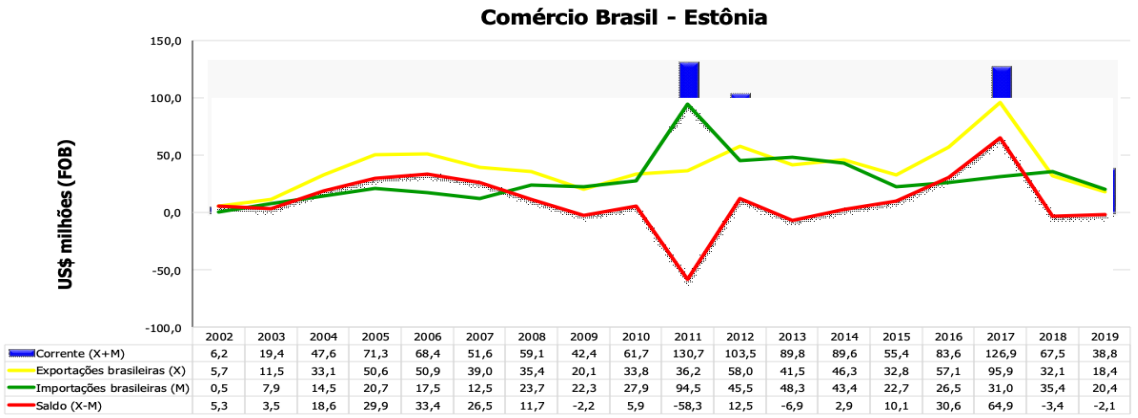
1994	Retirada das tropas russas
2004	Admissão na União Europeia e na OTAN
2011	Adoção do Euro

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1921	Brasil reconhece a independência da Estônia (5/12)
1932	Celebração de Acordo Comercial (30/9)
1936	Denúncia do Acordo Comercial (30/4)
1961	Presidente Jânio Quadros determina fim das funções de representação da Representação estoniana no Rio de Janeiro, que continuará a exercer funções consulares (11/3)
1991	Brasil reconhece a declaração de reestabelecimento da independência estoniana (4/9); reestabelecimento de relações diplomáticas plenas (16/12)
2000	Celebração dos Acordos de Cooperação na Área de Turismo e de Cooperação Cultural e Educacional (9/11)
2008	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Urmas Paet (15- 16/4)
2010	Visita à Estônia do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim (16- 17/6); criação da Embaixada brasileira residente em Talin (1/9)
2012	Presidente Dilma Rousseff recebe em audiência Ministro Urmas Paet, às margens da Conferência da Parceria para um Governo Aberto (17/4)
2014	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Urmas Paet e inauguração oficial da Embaixada estoniana em Brasília (19/8)

ATO BILATERAL EM VIGOR			
TÍTULO	**DATA DE CELEBRAÇÃO**	**ENTRADA EM VIGOR**	**PUBLICAÇÃO NO DOU**
Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Estônia	9/11/2000	24/4/2006	4/7/2006

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS



	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Corrente (X+M)	6,2	19,4	47,6	71,3	68,4	51,6	59,1	42,4	61,7	130,7	103,5	89,8	89,6	55,4	83,6	126,9	67,5	38,8
Exportações brasileiras (X)	5,7	11,5	33,1	50,6	50,9	39,0	35,4	20,1	33,8	36,2	58,0	41,5	46,3	32,8	57,1	95,9	32,1	18,4
Importações brasileiras (M)	0,5	7,9	14,5	20,7	17,5	12,5	23,7	22,3	27,9	94,5	45,5	48,3	43,4	22,7	26,5	31,0	35,4	20,4
Saldo (X-M)	5,3	3,5	18,6	29,9	33,4	26,5	11,7	-2,2	5,9	-58,3	12,5	-6,9	2,9	10,1	30,6	64,9	-3,4	-2,1

2019/2020	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2019 (jan-mar)	5,5	4,7	10,2	0,8
2020 (jan-mar)	5,4	6,0	11,4	-0,7

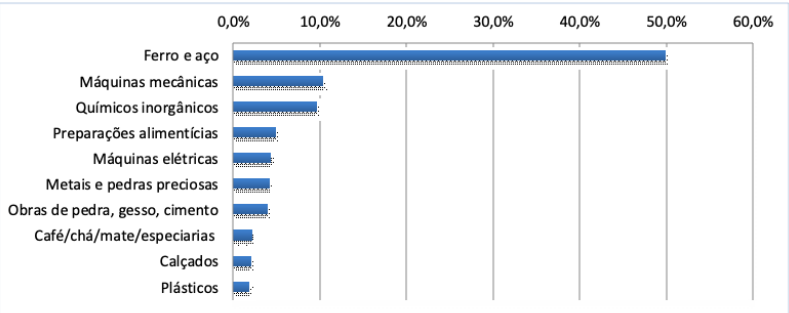
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020

Composição das exportações brasileiras para a Estônia
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Ferro e aço	1,2	1,2%	10,9	34,0%	9,2	49,9%
Máquinas mecânicas	1,0	1,1%	2,4	7,6%	1,9	10,4%
Químicos inorgânicos	0,8	0,8%	0,9	2,9%	1,8	9,7%
Preparações alimentícias	3,0	3,2%	2,8	8,6%	0,9	5,0%
Máquinas elétricas	4,5	4,7%	0,7	2,3%	0,8	4,4%
Metais e pedras preciosas	0,2	0,2%	0,9	2,8%	0,8	4,3%
Obras de pedra, gesso, cimento	1,6	1,7%	1,3	4,0%	0,7	4,0%
Café/chá/mate/especiarias	0,4	0,4%	0,6	2,0%	0,4	2,2%
Calçados	0,8	0,9%	1,1	3,4%	0,4	2,2%
Plásticos	0,3	0,3%	0,3	1,0%	0,3	1,8%
Subtotal	**13,9**	**14,5%**	**22,0**	**68,7%**	**17,3**	**94,0%**
Outros	**82,1**	**85,5%**	**10,0**	**31,3%**	**1,1**	**6,0%**
Total	**95,9**	**100,0%**	**32,1**	**100,0%**	**18,4**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

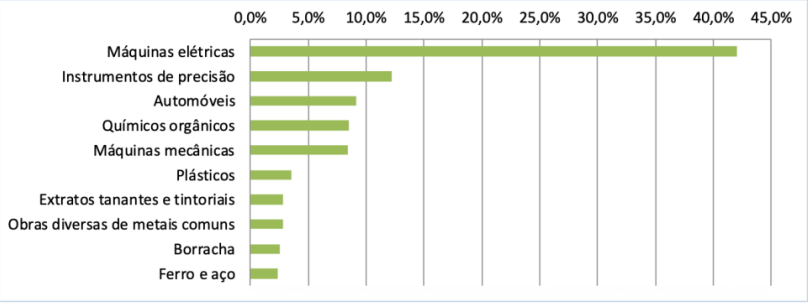


Composição das importações brasileiras originárias da Estônia
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	15,9	51,2%	19,1	54,0%	8,6	42,0%
Instrumentos de precisão	2,8	8,9%	3,3	9,3%	2,5	12,2%
Automóveis	4,9	15,9%	4,6	13,0%	1,9	9,2%
Químicos orgânicos	1,1	3,5%	2,1	6,0%	1,7	8,5%
Máquinas mecânicas	1,2	3,7%	1,9	5,3%	1,7	8,5%
Plásticos	1,0	3,1%	1,0	2,9%	0,7	3,6%
Extratos tanantes e tintoriais	0,8	2,7%	0,5	1,5%	0,6	2,8%
Obras diversas de metais comuns	0,2	0,6%	0,6	1,6%	0,6	2,8%
Borracha	0,5	1,6%	0,4	1,2%	0,5	2,6%
Ferro e aço	0,6	1,9%	0,6	1,8%	0,5	2,3%
Subtotal	**28,9**	**93,1%**	**34,2**	**96,7%**	**19,3**	**94,5%**
Outros	**2,2**	**6,9%**	**1,2**	**3,3%**	**1,1**	**5,5%**
Total	**31,0**	**100,0%**	**35,4**	**100,0%**	**20,4**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.

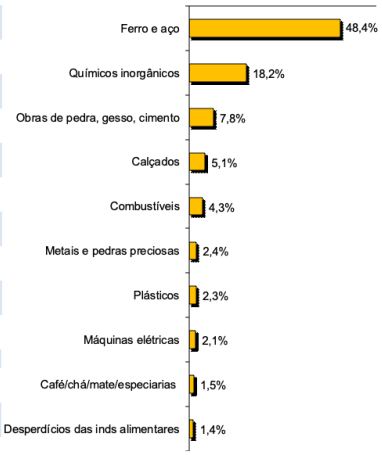
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

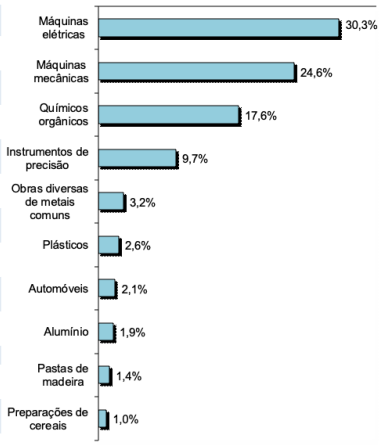
Grupos de produtos (SH2)	2019 (jan-mar)	Part. % no total	2020 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Ferro e aço	2,7	49,5%	2,6	48,4%
Químicos inorgânicos	0,1	1,1%	1,0	18,2%
Obras de pedra, gesso, cimento	0,1	1,0%	0,4	7,8%
Calçados	0,4	7,1%	0,3	5,1%
Combustíveis	0,5	9,6%	0,2	4,3%
Metais e pedras preciosas	0,3	5,5%	0,1	2,4%
Plásticos	0,1	1,2%	0,1	2,3%
Máquinas elétricas	0,2	3,0%	0,1	2,1%
Café/chá/mate/especiarias	0,1	2,1%	0,1	1,5%
Desperdícios das inds alimentares	0,0	0,0%	0,1	1,4%
Subtotal	**4,4**	**80,1%**	**5,0**	**93,4%**
Outros	**1,1**	**19,9%**	**0,4**	**6,6%**
Total	**5,5**	**100,0%**	**5,4**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020

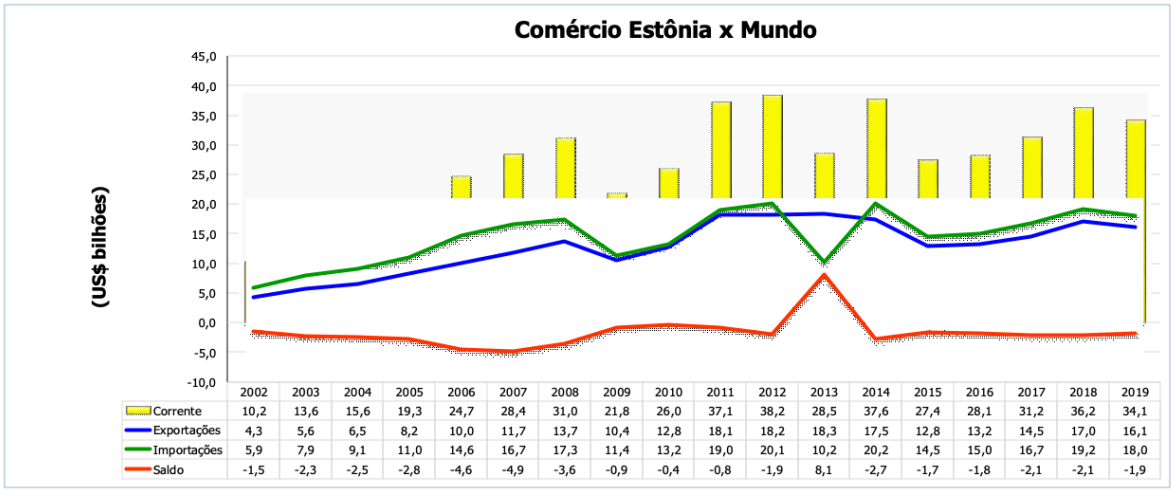


Grupos de produtos (SH2)	2019 (jan-mar)	Part. % no total	2020 (jan-mar)	Part. % no total
Importações				
Máquinas elétricas	1,5	32,1%	1,8	30,3%
Máquinas mecânicas	0,2	4,5%	1,5	24,6%
Químicos orgânicos	0,5	11,1%	1,1	17,6%
Instrumentos de precisão	0,5	9,8%	0,6	9,7%
Obras diversas de metais comuns	0,2	4,9%	0,2	3,2%
Plásticos	0,2	4,4%	0,2	2,6%
Automóveis	1,0	21,3%	0,1	2,1%
Alumínio	0,0	0,0%	0,1	1,9%
Pastas de madeira	0,0	0,0%	0,1	1,4%
Preparações de cereais	0,0	0,0%	0,1	1,0%
Subtotal	**4,2**	**88,1%**	**5,7**	**94,5%**
Outros produtos	**0,6**	**11,9%**	**0,3**	**5,5%**
Total	**4,7**	**100,0%**	**6,0**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020



Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.



	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Corrente	10,2	13,6	15,6	19,3	24,7	28,4	31,0	21,8	26,0	37,1	38,2	28,5	37,6	27,4	28,1	31,2	36,2	34,1
Exportações	4,3	5,6	6,5	8,2	10,0	11,7	13,7	10,4	12,8	18,1	18,2	18,3	17,5	12,8	13,2	14,5	17,0	16,1
Importações	5,9	7,9	9,1	11,0	14,6	16,7	17,3	11,4	13,2	19,0	20,1	10,2	20,2	14,5	15,0	16,7	19,2	18,0
Saldo	-1,5	-2,3	-2,5	-2,8	-4,6	-4,9	-3,6	-0,9	-0,4	-0,8	-1,9	8,1	-2,7	-1,7	-1,8	-2,1	-2,1	-1,9

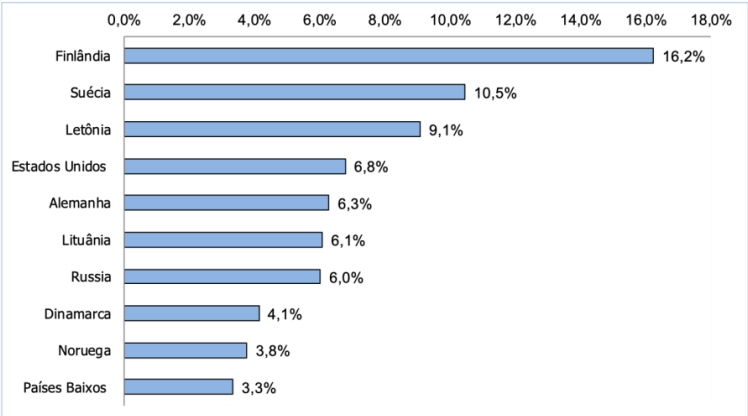
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio 2020.

Principais destinos das exportações da Estônia
US$ bilhões

Países	2019	Part.% no total
Finlândia	2,62	16,2%
Suécia	1,69	10,5%
Letônia	1,46	9,1%
Estados Unidos	1,09	6,8%
Alemanha	1,01	6,3%
Lituânia	0,98	6,1%
Russia	0,97	6,0%
Dinamarca	0,67	4,1%
Noruega	0,61	3,8%
Países Baixos	0,54	3,3%
...		
Brasil (56º lugar)	**0,02**	0,1%
Subtotal	**11,66**	**72,3%**
Outros países	**4,46**	**27,7%**
Total	**16,13**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio 2020.

10 principais destinos das exportações

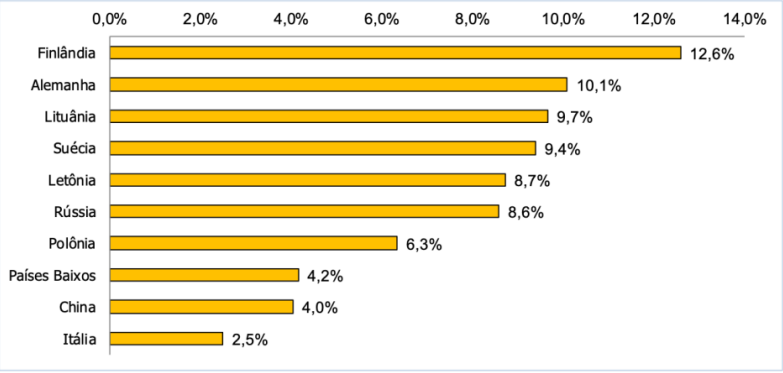


Principais origens das importações da Estônia
US$ bilhões

Países	2019	Part.% no total
Finlândia	2,27	12,6%
Alemanha	1,82	10,1%
Lituânia	1,74	9,7%
Suécia	1,69	9,4%
Letônia	1,57	8,7%
Rússia	1,55	8,6%
Polônia	1,14	6,3%
Países Baixos	0,75	4,2%
China	0,73	4,0%
Itália	0,45	2,5%
...		
Brasil (41º lugar)	0,02	0,1%
Subtotal	**13,73**	**76,2%**
Outros países	**4,29**	**23,8%**
Total	**18,01**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio 2020.

10 principais origens das importações

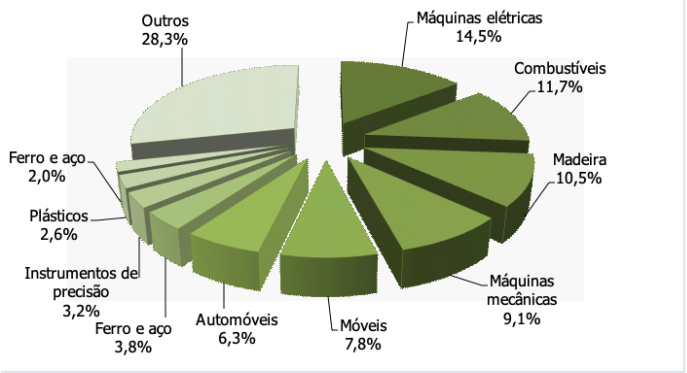


Composição das exportações da Estônia
US$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Máquinas elétricas	2,34	14,5%
Combustíveis	1,89	11,7%
Madeira	1,70	10,5%
Máquinas mecânicas	1,48	9,1%
Móveis	1,25	7,8%
Automóveis	1,02	6,3%
Ferro e aço	0,62	3,8%
Instrumentos de precisão	0,51	3,2%
Plásticos	0,43	2,6%
Ferro e aço	0,32	2,0%
Subtotal	**11,55**	**71,7%**
Outros	**4,57**	**28,3%**
Total	**16,13**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020

10 principais grupos de produtos exportados

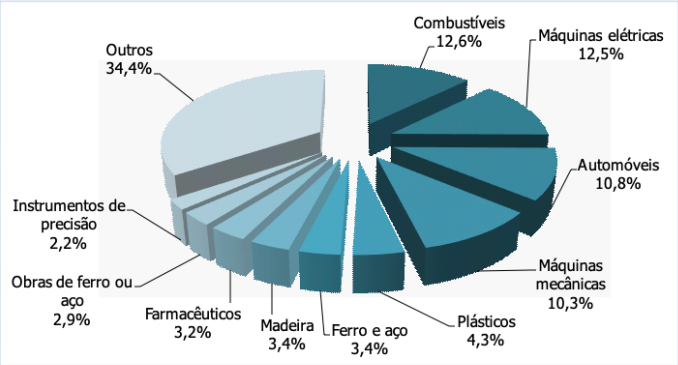


Composição das importações da Estônia
US$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Combustíveis	2,28	12,6%
Máquinas elétricas	2,26	12,5%
Automóveis	1,95	10,8%
Máquinas mecânicas	1,86	10,3%
Plásticos	0,77	4,3%
Ferro e aço	0,62	3,4%
Madeira	0,61	3,4%
Farmacêuticos	0,58	3,2%
Obras de ferro ou aço	0,52	2,9%
Instrumentos de precisão	0,39	2,2%
Subtotal	**11,82**	**65,6%**
Outros	**6,19**	**34,4%**
Total	**18,01**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020

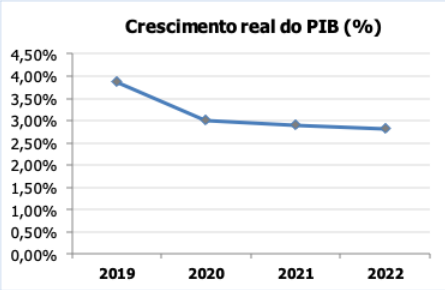
10 principais grupos de produtos importados

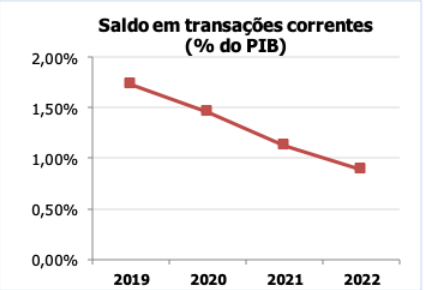


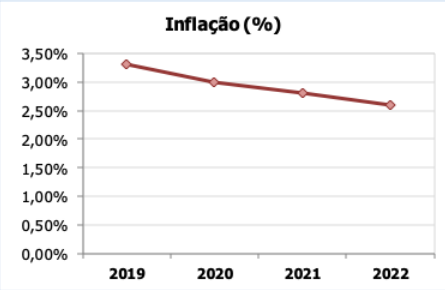
Principais indicadores socioeconômicos da Estônia

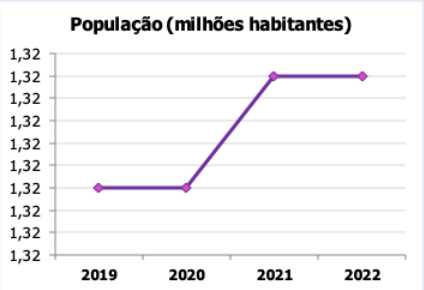
Indicador	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	3,87%	3,00%	2,90%	2,80%
PIB nominal (US$ bilhões)	30,31	31,03	33,24	35,42
PIB nominal "per capita" (US$)	22.990	23.514	25.176	26.827
População (milhões habitantes)	1,32	1,32	1,32	1,32
Desemprego (%)	5,41%	4,69%	3,47%	3,86%
Inflação (%)(2)	3,32%	3,00%	2,80%	2,60%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	1,74%	1,46%	1,12%	0,89%
Dívida externa (US$ bilhões)	n.d	n.d	n.d	n.d
Câmbio (Ps / US$)(2)	0,89	0,91	0,89	0,86

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report Maio 2020
(1) Estimativas FMI e EIU.
(2) Média do período.









EMBAIXADA DO BRASIL EM TALIN

RELATÓRIO SIMPLIFICADO DE GESTÃO

EMBAIXADOR ROBERTO COLIN

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão:

A criação da embaixada do Brasil em Talin, única missão de país latino-americano residente nos países bálticos, em 2011, teve por objetivo abrir novas oportunidades de atuação política, econômica, comercial e de cooperação do Brasil em uma região importante tanto do ponto de vista geopolítico como geoeconômico, em que confluem, geográfica e historicamente, o Norte, o Oeste e o Leste da Europa.

2. A Estônia é um exemplo de como a inovação e o desenvolvimento tecnológico permitem a pequenos países tornarem-se influentes no cenário internacional e, através do "poder digital", atuarem em áreas tradicionalmente reservadas aos grandes países, como por exemplo a segurança cibernética internacional. A base de todo esse desenvolvimento é o exemplar sistema educacional do país. Nas duas últimas edições do teste PISA da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Estônia apareceu em terceiro lugar, atrás apenas de Japão e Singapura.

3. A Estônia sedia entidades como o Centro de Excelência em Defesa Cibernética da OTAN (CCDCOE), a Agência para Tecnologia da Informação da União Europeia e a Academia de Governança Eletrônica (EGA). A capital estoniana também hospeda a sede da Agência Europeia para o Gerenciamento Operacional de Sistemas de TI de Grande Escala (EU-Lisa), braço da União Europeia que tem como objetivo incentivar a cooperação e a integração entre sistemas informáticos de agências policiais, de imigração e alfândegas.

Política interna

4. Logo após minha chegada ao Posto, em 2016, a coalizão governamental formada pelo Partido da Reforma, pelo Partido Social-democrata e pelo Pro Patria (conservador) entrou em colapso. Desde então, o governo é chefiado pelo primeiro-ministro Jüri Ratas, do Partido do Centro. Cabe esclarecer, no entanto, que a coalizão formada em 2016 perdeu sua maioria em outubro de 2018, e também as eleições de março de 2019, quando se sagrou vencedor o Partido da Reforma. Ratas se recusou a formar um governo com aquele partido e optou por formar uma coalizão com os partidos EKRE e Isamaa, sendo assim confirmado como chefe de governo.

5. Os principais partidos do cenário político estoniano são o Partido do Centro e o Partido da Reforma. O Partido do Centro, apesar do nome, em uma paisagem política de tendência fortemente liberal, pode ser caracterizado como de centro-esquerda em assuntos econômicos e conservador em assuntos sociais. Ademais, o Partido do Centro é o favorito da significativa minoria russófona da Estônia (quase 30% da população), com cerca de 75% da preferência desse grupo.

6. O principal adversário do Partido do Centro em âmbito nacional é o Partido da Reforma, que tende mais a propostas econômicas de livre mercado, como o corte de impostos e incentivos à atividade empresarial. O Partido da Reforma integrou todos os governos no período 1999-2016 e é tido como o principal responsável pelas políticas de cunho liberal implementadas pela Estônia, como isenção de impostos sobre dividendos e taxação fixa (‘flat tax’) para a tributação da renda.

7. O EKRE (sigla em estoniano para Partido Conservador do Povo Estoniano) é o resultado da fusão de dois movimentos políticos de corte nacionalista e populista, efetuada em 2012. Ainda que recuse o rótulo de “extrema direita”, o EKRE tem entre suas principais propostas a oposição à imigração extracomunitária e a uniões civis entre homossexuais. Embora não defenda a saída da Estônia da União Europeia, o partido esposa clara posição eurocética, criticando a “ingerência” de Bruxelas em assuntos domésticos dos estados-membros. Em 2019, o partido obteve 19 cadeiras e 18.9% dos votos, o que lhe garantiu um lugar na coalizão de governo, cabendo ao partido a indicação de 5 dos 15 ministros de estado, inclusive o líder do EKRE, Mart Helme (ministro do Interior) e seu filho, Martin Helme (ministro das Finanças).

8. Em pouco mais de um ano no governo, o EKRE vem acumulando episódios de atrito com várias instituições e personalidades estonianas e europeias. A Estônia pós-soviética tem sido marcada por governos de tendência fortemente liberal, tanto em termos econômicos como de costumes, de modo que a participação no governo de uma força abertamente conservadora e nacionalista causou surpresa entre a sociedade estoniana e em seus principais parceiros internacionais.

Política externa

9. País limítrofe com a Rússia, a Estônia está situada na linha de frente da nova divisão da Europa que muitos consideram uma "nova Guerra Fria" e, como tal, é um posto de observação privilegiado. Os sucessivos períodos de ocupação, particularmente a soviética, deixaram marcas indeléveis na sociedade estoniana e referenciam as estratégias de inserção internacional e a política externa. A crise deflagrada na Ucrânia em 2014 tem contribuído para o reforço da vertente de segurança da diplomacia estoniana, que milita ativamente em favor de uma presença permanente de tropas da OTAN nos países bálticos. A Estônia cresceu em importância em meio à crise ucraniana e à mudança da situação geopolítica e geoestratégica no Leste Europeu.

10. A Estônia é participante ativa da OTAN, não apenas pelo simbolismo do ingresso da república báltica (e suas vizinhas Letônia e Lituânia) na Aliança, em 2004, mas, principalmente, por se tratar de um dos maiores beneficiários da organização. Sob a égide da OTAN, caças da organização estacionados na Lituânia patrulham diariamente, desde 2005, o espaço aéreo dos países bálticos.

11. A presidência estoniana do Conselho Europeu, no segundo semestre de 2017, constituiu um desafio para a Estônia e parece claro que seu exercício logrou projetar o país de 1,3 milhão de habitantes no âmbito europeu. Em especial, a realização da Cúpula Digital, à qual compareceram a virtual totalidade dos chefes de estado da UE, demonstrou a capacidade da Estônia de propor agenda de seu interesse em âmbito comunitário, além de promover as soluções digitais empregadas pelo Governo e empresas estonianas.

12. A eleição da Estônia para uma cadeira não-permanente no Conselho de Segurança da ONU (CSNU) – com apoio do Brasil –, em 2019, foi outro marco na política externa da jovem nação. A Estônia vem propondo sua agenda nas discussões do CSNU, ao discutir temas de seu interesse, como a integridade territorial da Ucrânia e da Geórgia e iniciativas na área de segurança cibernética.

13. No exercício da Presidência do Conselho, em maio de 2020, a Estônia realizou evento para marcar os 75 anos do fim da Segunda Guerra Mundial na Europa, do qual o Brasil participou em nível ministerial. Também durante a sua presidência, a Estônia organizou encontro sobre segurança cibernética. Juntamente com Singapura, a Estônia promove, em julho de 2020, uma conferência sobre as possibilidades de uma resposta digital à crise de COVID-19, da qual o Brasil também participará.

Economia, comércio e investimentos

14. Com PIB nominal de US$ 30,73 bilhões (2018), a Estônia é a 97.ª economia do planeta. Em termos per capita em poder de paridade de compra (PPP), no entanto, o país salta para a 35.ª posição (à frente de Polônia e Croácia, para citar alguns exemplos). Segundo dados do FMI, a sua dívida pública bruta, que tem decrescido ao longo dos últimos anos, correspondeu em 2019 a invejáveis 8,4% do PIB, a taxa mais baixa da União Europeia. O déficit público foi de 0,3%, enquanto a taxa de inflação registrou 2,28%, e a taxa de desemprego, 4,3%.

15. Com mercado consumidor limitado e altamente dependente do setor exportador, a Estônia empreende importantes esforços para o incremento e a diversificação de suas vendas externas, hoje concentradas em mercados europeus. Segundo dados da Organização Mundial de Comércio em 2018, 70% da exportação do país foi composta de produtos manufaturados, 16,8% de produtos agrícolas, 12% combustíveis e produtos de mineração e 0,9% de outros produtos. Também a pauta de importação registrou predominantemente produtos manufaturados (74,6%), bem como 13,2% de produtos agrícolas, 11,1% de combustíveis e derivados de mineração, e 1,1% de outros produtos.

16. Nos últimos dez anos, as exportações de mercadorias da Estônia aumentaram 55%, e alcançaram seu auge em 2018, num montante de 14,4 bilhões de euros e, em 2019, 12 bilhões de euros. A Estônia exporta para 182 países, mas a participação da União Europeia nas exportações totais chega 75%.

17. Em 2019, os principais produtos exportados pela Estônia foram produtos de petróleo refinado (EUR 1,2 bilhão), equipamentos de comunicação (EUR 1 bilhão), óleos e alcatrão de carvão (EUR 592 milhões), casas pré-fabricadas (EUR 427 milhões) e veículos (EUR 378 milhões). Os principais destinos das exportações da Estônia são os seguintes: Finlândia (EUR 2,29 bilhões, 16,3%), Suécia (EUR 1,58 bilhão, 10,5%), Letônia (EUR 1,38 bilhão, 9,09%), Estados Unidos (EUR 929 milhões, 6,78%) e Alemanha (EUR 904 milhões, 6,3%). O Brasil, com 0,09% de participação na oferta exportável, foi o 53.º mercado para os produtos estonianos. Depois da Argentina (0,20%), é o país da América do Sul com maior participação nas exportações estonianas.

18. Também em 2019, as importações da Estônia atingiram 16 bilhões de euros, 1% a menos do que em 2018. A Estônia importa de mais de 137 países. Os principais artigos importados pelo país foram produtos de petróleo refinado (EUR 1,4 bilhão), veículos (EUR 893 milhões), óleos e alcatrão de carvão (EUR 592 milhões), equipamentos de comunicação (EUR 562 milhões), e medicamentos (EUR 412 milhões). O país importa principalmente da Finlândia (EUR 2 bilhões, 12,6%), Alemanha (EUR 1,69 bilhão, 10,2%), Lituânia (EUR 1,57 bilhão, 10%), Suécia (EUR 1,42 bilhão, 9,4%) e Rússia (EUR 1,41 bilhão, 8,14%).

19. Em 12 de março deste ano, o governo estoniano decretou estado de emergência para conter a disseminação do novo coronavírus. Com o objetivo de apoiar a atividade econômica durante a crise, adotou um pacote de estímulo econômico de 2 bilhões de euros (aproximadamente 7% do PIB). Ainda assim, é esperada uma recessão neste ano.

Relações bilaterais

20. Cheguei a Talin no dia 15 de julho de 2016 e apresentei minhas credenciais ao então presidente Toomas Hendrik Ilves no dia 7 de setembro, como segundo embaixador brasileiro residente na Estônia. Desde logo constatei que havia um grande desconhecimento recíproco, de modo que procurei, juntamente com meus colegas, estabelecer contatos em diversas áreas, participando de eventos e proferindo palestras com o objetivo de promover o país na Estônia. Ao mesmo tempo, a embaixada procurou divulgar no Brasil as oportunidades de cooperação aqui existentes. Como resultado das ações que relatarei a seguir, o interesse recíproco aumentou significativamente e, como o presente relatório indica, as áreas de interesse diversificaram-se grandemente, embora a Estônia como sociedade digital continue a ser o tema predominante. Também como resultado das iniciativas da embaixada, o número de delegações brasileiras que visitaram a Estônia cresceu significativamente, em particular em 2019.

21. Em novembro do ano passado, a embarcação estoniana "Admiral Bellingshausen" visitou os portos brasileiros de Fernando de Noronha, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Florianópolis. A embarcação teve como destino final a Antártida, em viagem comemorativa aos 200 anos da expedição chefiada pelo Almirante Fabian Gottlieb von Bellingshausen, oficial da marinha imperial russa, de origem germânica, mas nascido na Estônia, que descobriu o continente gelado. No dia 29 de janeiro deste ano, tanto a tripulação do "Belligshausen", como também a presidente da Estônia, Kersti Kaljulaid, visitaram a Estação Comandante Ferraz. Na ocasião, a parte brasileira convidou pesquisador estoniano a passar uma temporada na estação brasileira.

Relações políticas

22. A tradicional sintonia entre as posições do Brasil e da Estônia em foros e temas internacionais, somada ao fato de ser nosso país a única nação latino-americana a manter embaixada residente na Estônia, propiciou profícua cooperação na troca de votos entre ambos com relação a candidaturas para cargos em organizações internacionais. A decisão brasileira de apoiar a candidatura da Estônia ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, o mais importante projeto de política externa da Estônia, reforçou essa importante cooperação, que possibilitou contarmos com o apoio estoniano para as candidaturas do Brasil – apenas para citar as mais recentes – ao Conselho de Segurança da ONU para o biênio 2022-2023, ao Conselho da Organização da Aviação Civil

Internacional (OACI), ao Conselho dos Direitos Humanos da ONU – período 2020-22, e ao Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO), categoria "B", mandato 2020-2021.

23. Como reflexo do estreitamento das relações entre os dois países, no ano passado o deputado estoniano Raivo Tamm decidiu criar uma comissão interparlamentar entre o Brasil e a Estônia, da qual fazem parte também os deputados Johannes Kert, Tarmo Kruusimäe e Urmas Espenberg, entre outros. Tanto a presidente Kersti Kaljulaid como o primeiro-ministro Jüri Ratas expressaram o desejo de manter contatos de alto nível com autoridades brasileiras.

Relações bilaterais econômico-comerciais

24. Segundo fontes oficiais brasileiras, em 2019 o montante das exportações brasileiras para a Estônia foi de US$ 18.364.711,00, e as importações acusaram um total de US$ 20.437.227,00. Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2019 foram aves vivas, chás, baunilha e cravo, enquanto os principais produtos importados foram animais vivos (cavalos, cabras e ovelhas), sementes e carne congelada.

25. Na última década, o intercâmbio comercial bilateral apresentou grandes variações. As exportações para a Estônia chegaram ao auge em 2017, US$ 95 milhões, sendo que 69% correspondem à exportação de "outros açúcares de cana". Do mesmo modo, as importações da Estônia flutuaram consideravelmente durante os últimos dez anos, atingindo o valor máximo de US$ 94 milhões, em 2011. Cabe registrar que existem na Estônia importantes filiais e redes distribuidoras de produtos de “tradings” sediadas em países vizinhos (Finlândia, Suécia, Letônia etc.) as quais, por sua vez, também canalizam produtos brasileiros para o mercado estoniano.

26. Segundo o Banco da Estônia, o Brasil investiu na Estônia 0,3 milhão de euros até setembro de 2019, principalmente em indústria de comunicação/informação. Cabe esclarecer que, além de algumas startups criadas por brasileiros residentes na Estônia, há 92 empresas criadas por brasileiros não residentes, graças ao sistema de “e-Residency”, no qual já há 620 cidadãos brasileiros inscritos. A Estônia, por seu lado, investiu no Brasil 12 milhões de euros nos setores de indústria, comunicação/informação e imobiliário.

Iniciativas da Embaixada

27. Relato, a seguir, as principais iniciativas da Embaixada durante a minha gestão, que tiveram o objetivo de promover o Brasil na Estônia e elevar o patamar das relações bilaterais. Logo ao chegar ao posto, criei os Setores de Promoção Comercial (SECOM), Cooperação Científica e Tecnológica (SECTEC), e Divulgação. Embora ‘ad hoc’, os setores cumprem plenamente as suas finalidades.

28. Embora a Embaixada tenha sido criada em 2011, não contava ainda com uma residência oficial. A fim de suprir essa deficiência, em 15 de novembro de 2016 foi criada a Residência da Embaixada do Brasil em Talin para apoiar as atividades de representação e a interlocução com as autoridades e a sociedade local, assim como com o corpo diplomático.

29. Logo no início de minha gestão mantive contatos com diversos segmentos da comunidade brasileira que, à época, era de cerca de 100 pessoas e que hoje ultrapassa 350. Nesses contatos, fui informado de que havia uma aspiração antiga no sentido da criação de um Conselho de Cidadãos. Apoiei inteiramente a ideia e o Conselho foi oficialmente criado em 28 de novembro de 2016. Os brasileiros residentes na Estônia trabalham, em sua maioria, na área de tecnologia da informação e alguns deles, como informei anteriormente, criaram suas empresas no país, seja de forma presencial ou como "e-residents".

30. Com o objetivo de obter apoio ao trabalho de promoção do Brasil na Estônia propus, em 2017, o nome do cidadão estoniano Andrei Dvorjaninov como cônsul-honorário do Brasil. Trata-se de pessoa bem relacionada nos meios políticos, econômicos e culturais locais, além de ser proprietário de um dos mais importantes equipamentos culturais do país, o palácio "Schloss Fall", localizado nos arredores de Talin. O Sr. Dvorjaninov tem prestado importantes serviços ao Brasil, principalmente no apoio a iniciativas culturais.

31. Por iniciativa da embaixada, nos dias 17 e 18 de julho de 2017, esteve em Talin o veleiro "Cisne Branco", da Marinha do Brasil, no contexto dos Dias Marítimos de Talin. A presença da embarcação brasileira teve grande visibilidade e importante cobertura da mídia local, tendo sido visitada pela presidente da Estônia, Kersti Kaljulaid. Foi a primeira visita de um navio da Marinha do Brasil a um porto estoniano.

32. Uma das primeiras instituições que visitei na Estônia logo ao chegar foi o Centro Cooperativo da OTAN de Excelência em Defesa Cibernética (CCDCOE, na sigla em inglês). O CCDCOE é um hub multinacional e interdisciplinar em defesa cibernética, dedicado à pesquisa, treinamento e exercícios em quatro áreas principais: tecnologia, estratégia, operações e legislação. Sem capacidades operativas, o Centro reúne pesquisadores, analistas e educadores das áreas militar, governamental, acadêmica e industrial. Embora constituído basicamente por países membros da OTAN, o CCDCOE está aberto à cooperação.

33. Informado a respeito, o Ministério da Defesa do Brasil e, mais precisamente, o Comando de Defesa Cibernética (COMDCIBER) desde logo demonstrou interesse pelo tema, com contatos regulares. O COMDCIBER participou do principal evento realizado pelo centro da OTAN, a conferência CyCon (International Conference on Cyber Conflict). Em setembro de 2019 foi criada uma Adidância de Defesa junto à Embaixada em Talin com o objetivo de coordenar essa cooperação. O Adido de Defesa junto à Embaixada em Varsóvia responde pela cumulatividade.

34. Identificada como a área com maior potencial de cooperação entre o Brasil e a Estônia, a embaixada encaminhou à Chancelaria estoniana, em julho de 2019, proposta de texto para acordo-quadro de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação. O referido texto está presentemente sendo analisado pelo governo estoniano.

35. Durante o ano letivo 2018-2019, o secretário Ramiro dos Santos Breitbach, lotado nesta embaixada, participou do curso "International Relations and European Integration", oferecido pela Estonian School of Diplomacy (ESD), academia diplomática do Governo estoniano. Trata-se do primeiro diplomata brasileiro a receber formação na instituição. A experiência motivou interesse na ESD em estreitar relações com sua contraparte brasileira, o Instituto Rio Branco. Nesse sentido,

foi proposta à parte estoniana texto para a assinatura de memorando de entendimento entre as duas academias.

36. A participação brasileira no "III Tallinn Coffee Festival", realizado na capital estoniana entre 26 e 27 de abril de 2019, foi uma iniciativa da Embaixada não apenas para promover o café brasileiro na Estônia, como também a própria imagem do Brasil neste país. O evento teve a participação de profissionais da área e contou com 4.700 visitantes.

37. Ao longo dos últimos anos, manifestações culturais brasileiras têm ganhado em popularidade junto ao público estoniano. Ao menos um grupo musical brasileiro mantém atividades regulares na cidade e há pelo menos dois grupos de capoeira estabelecidos, além de uma escola de samba. A embaixada promoveu, durante a minha gestão, a agenda cultural como importante meio de divulgação da presença brasileira na Estônia, contribuindo para elevar o perfil do Brasil neste país. Destaco os seguintes eventos:

- 07.09.2016 – Apresentação do Duo Orbi, com a cantora Denise Fontoura e o violonista Braz Lima, ambos brasileiros radicados na Estônia, na celebração do Sete de Setembro;

- 15.10.2016 – Participação da cantora Livia Nestrovski e do violonista Fred Ferreira no festival de jazz "Jazzkaar", na sua edição de outono. A apresentação foi intitulada "Um gosto de sol";

- 27.11.2016 – Participação e premiação do filme brasileiro "Reza a Lenda", dirigido por Homero Livietto, no festival de cinema estoniano "Black Nights", com a presença do diretor;

- 03.06.2017 - Apresentação da cantora Denise Fontoura e do violonista Braz Lima no festival "Old Town Days", assim como da Escola de Samba "Macieira de Ouro", dirigida pelo brasileiro François Arcanjo e com a participação da passista Ana Arruda;

- 16.06.2017 – Os músicos brasileiros Daniel Marques (violão), Gabriel Grossi (harmônica) e Nega Lucas (cantora) participaram do Tallinn Guitar Festival. O espetáculo foi intitulado "Moonlight in Rio";

- 20.07.2017 – Lançamento, no Centro de Literatura Infantil da Estônia, do livro "Reinações de Narizinho", de Monteiro Lobato, cuja tradução contou com o apoio da Fundação Biblioteca Nacional;

- 11.09.2017 – Apresentação dos músicos Braz Lima, Guto Lucena e Rodrigo Manfrinatti, por ocasião da celebração da Data Nacional do Brasil;

- 28.03.2018 – Concerto do violonista Fabricio de Mattos, no contexto do festival "IberoFest";

- 23-25.05.2018 – O escritor brasileiro Daniel Galera participou do principal festival literário da Estônia, denominado "Head Read". Na ocasião, o escritor apresentou a primeira tradução para o estoniano do seu romance "Barba Ensopada de Sangue", lançada na ocasião;

- 14.06.2018 – Concerto dos violonistas Sérgio e Odair Assad, no Festival de Violão de Talin;

- 24.07.2018 – Exposição de fotografias sobre o Brasil do fotógrafo estoniano radicado no Rio de Janeiro Martin Lazarev;

- 07.09.2018 – Apresentação da cantora estoniana Helin-Mari Arder, na celebração do Sete de Setembro, com patrocínio do Cônsul Honorário Andrei Dvorjaninov A cantora realizou uma série de apresentações de bossa nova entre setembro de 2018 e janeiro de 2019, no "Schloss Fall", sempre com o patrocínio do Cônsul Honorário;

- 07.09.2018 – Abertura de exposição de pinturas sobre o Brasil dos pintores Dmytro Dobrovolskyi e Nina Dobrovolska, no "Schloss Fall", por ocasião do Sete de Setembro. O Cônsul Honorário Andrei patrocinou uma viagem dos artistas plásticos ao Brasil, onde realizaram os trabalhos expostos nessa ocasião;

- 03 a 06.09.2018 – Primeira edição da Semana do Cinema Brasileiro em Talin;

- 28.09.2018 – Concerto do Trio Orbi (Denise Fontoura, Braz Lima e Luiz Black), em evento promovido pelo Conselho Municipal de Talin alusivo ao Centenário da Independência da Estônia;

- 11/18 – Visita dos cineastas brasileiros Paulinho Caruso e Teo Poppovic, que apresentaram no Festival de Cinema "Noites Negras – PÖFF" o filme "TOC – Transtornada Obsessiva Compulsiva";

- 27.03.2019 – Concerto do trompetista brasileiro Fabio Brum, no festival "Tallinn Trumpet Talents", no qual atuou também como membro do júri;

- 13.06.2019 – Concerto do alaudista brasileiro Vinicius Perez, no contexto do Festival de Violão de Talin;

- 07.09.2019 – Apresentação da cantora estoniana Ille Saar na celebração do Sete de Setembro, com patrocínio do Cônsul Honorário Andrei Dvorjaninov;

- 16 a 20.09.2019 – Segunda edição da Semana do Cinema Brasileiro em Talin;

- 01.12.2019 - O Brasil participou com cinco longas-mentragens, da ediçao 2019 do Festival de "Noites Negras" (PÖFF), principal evento cinematográfico da região . "O Buscador", de Bernardo Barreto, foi agraciado com o prêmio do júri na categoria de primeiro longa-metragem;

- 04.12.2019 – Concerto da cantora brasileira Sabrina Malheiros, no contexto do festival JazzKaar.

Visitas

38. Um número crescente de delegações brasileiras visitou a Estônia durante a minha gestão. No mês de maio de 2018, esteve em Talin delegação da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC) para a prospecção de oportunidades comerciais entre Brasil e Estônia. Em novembro do mesmo ano, grupo de executivos de empresas brasileiras (Itaú, o Boticário e Oi, entre outras) realizou visita a este país e manteve contatos com empresas e entidades estonianas nas

áreas de tecnologia da informação e comunicação, bem como com quadros brasileiros da área de alta tecnologia que trabalham na Estônia.

39. O ano de 2019 registrou notável adensamento no relacionamento bilateral entre o Brasil e a Estônia, que se traduziu num número sem precedentes de visitas de delegações públicas e privadas brasileiras ao país, que aqui vieram com o objetivo de conhecer os sucessos estonianos como sociedade digital em áreas como governança eletrônica, integração de sistemas, defesa e segurança cibernética, além da educação, área em que a Estônia ocupa um dos primeiros lugares do mundo segundo os dois últimos testes PISA.

40. Dentre os visitantes que estiveram na Estônia no ano passado, cabe enumerar: em janeiro, o empresário José Cesar Martins, assessor da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul; em maio, grupo de cerca de 40 diretores e empresários membros do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo; em junho, delegação governamental e empresarial de Criciúma (SC); em setembro, delegação da Associação Comercial e Industrial de Marília (SP); em outubro, delegação que incluiu três secretários do governo do Estado de São Paulo; e em novembro, delegação governamental e empresarial do governo do Estado do Rio Grande do Sul, chefiada pelo Secretário de Ciência e Tecnologia daquele estado; e missão de professores universitários da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), de São Paulo.

41. Em 2020, após visita do vice-governador do Rio de Janeiro e comitiva no mês de janeiro, o país foi alcançado pela pandemia de COVID-19, sendo por conseguinte adiadas as vindas já programadas de delegações das federações da indústria e comércio do Ceará, Santa Catarina e Espírito Santo, da Associação Brasileira de Municípios (ABM), do SEBRAE/SP, da empresa Endeavor Brasil e do empresário João Bezerra Leite. Foram adaptados às novas circunstâncias os eventos “Missão Tecnológica Brasil-Estônia” e “Brazil TechAward”, aprovados no âmbito do Programa Diplomacia da Inovação, do MRE.

8

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 35, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 19, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
RELATOR: Senadora Eliziane Gama

21 de Setembro de 2020

SENADO FEDERAL

RELATÓRIO Nº , DE 2020

SF/20821.61367-30

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 19, de 2020 (Mensagem nº 350/2020, na origem), do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

RELATORA: Senadora **ELIZIANE GAMA**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV). Nesse sentido, observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata indicado.

O Senhor Carlos Eduardo de Ribas Guedes é filho de Max Justo Guedes e Lais Ribas Guedes e nasceu no Rio de Janeiro/RJ em 1954. É graduado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SENADO FEDERAL

SF/20821.61367-30

O currículo encaminhado pelo Itamaraty não oferece notícia sobre as atividades do indicado no Instituto Rio Branco (IRBr). Não sabemos, assim, datas da conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco; do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD); tampouco do Curso de Altos Estudos (CAE) e do tema da tese que nele defendeu. De toda forma, tem-se que o diplomata ascendeu a terceiro-secretário em 1985; a segundo-secretário em 1990; a primeiro-secretário em 1998; a conselheiro em 2005; e a ministro de segunda classe em 2009.

Entre as funções desempenhadas na carreira diplomática e na Administração Federal destacam-se: missões transitórias nas embaixadas em Trípoli (1997) e em Porto-of-Spain (1998); Cônsul-Adjunto em missão transitória no Consulado-Geral em Lisboa (2000), no Consulado em Caiena (2002) e no Consulado-Geral em Rotterdam (2004); Encarregado de Negócios, em missão transitória, na Embaixada em Manágua (2005); Conselheiro e Ministro-Conselheiro, comissionado em missões no exterior, na Embaixada em Kingston (2006/08); Coordenador da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (2008/14); Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Licitações (2015); Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Roseau (2017); e Cônsul no Consulado do Brasil em Cobija (2018).

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre o Mali, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil. Desse material, extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao indicado.

A República do Mali, que se tornou independente da França em 1960, está situada no oeste da África. O país não tem saída para o mar e ocupa ao norte parte do Deserto do Saara, território habitado por tribos tuaregues. Historicamente, a região é um dos centros de difusão da cultura islâmica na África. Estima-se que 90% da sua população, calculada em 19 milhões de habitantes, aderiu aos ensinamentos do islamismo. Esse contingente humano, cujo nível de vida está entre os piores do mundo, concentra-se majoritariamente nas terras férteis às margens do Rio Níger, no centro e no sul do país. Ele abrange expressivo número de grupos étnicos,

SENADO FEDERAL

SF/20821.61367-30

dos quais a maioria tem concordâncias histórico-culturais, linguísticas e religiosas.

Cuida-se de uma democracia constitucional com sistema de governo semipresidencialista. A Assembleia Nacional, único órgão legislativo do país, é unicameral e está situada na capital, Bamako. A orientação da política externa maliana, que teve fortes laços com a União Soviética, tornou-se cada vez mais pragmática e pró-ocidental. O país, que tem relação diplomática de longa data com a antiga metrópole colonial, é ativo em organizações regionais como a União Africana e a Comunidade Econômica do Oeste Africano. O Mali tem no norte do seu território preocupantes questões relacionadas com banditismo e terrorismo, assim como movimento de independência da região do Azawad, que é estimulado pelos tuaregues, povo nômade que habita a área. Essas circunstâncias levaram o Conselho de Segurança das Nações Unidas a criar, em 2013, a Missão Multidimensional Integradas das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA).

A economia maliana reflete a circunstância de ser um dos países mais pobres do mundo, que ocupa a 184ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas. A base das exportações são "commodities" [ouro (62% do total exportado), algodão (10%), animais vivos (8%)]. A indústria aurífera, controlada por mineradoras multinacionais (australianas, britânicas, canadenses e sul-africanas), situa-se na região sul. Trata-se da terceira maior produção do minério no continente, depois da África do Sul e de Gana. O país importa, de modo destacado, petróleo, medicamentos e cimento.

No tocante às relações diplomáticas bilaterais, elas foram estabelecidas em 1962. No entanto, o Brasil só instalou sua Embaixada em Bamako no ano de 2007. A Embaixada malinesa em Brasília, por sua vez, só foi aberta em 2011. Percebe-se crescente aproximação dos dois países sobretudo nas áreas de cooperação técnica (produção cotonífera, piscicultura, pecuária, recuperação dos solos, alimentação escolar) e de defesa [reequipamento e treinamento das forças armadas locais], bem assim no comércio.

SENADO FEDERAL

Na esfera comercial, o Mali ocupa a 143ª posição na relação dos destinos de nossas exportações, sendo a 24ª no contexto dos Estados africanos. Exportamos itens alimentares (açúcar, carnes, arroz), produtos de baixo valor agregado (pneus), maquinário (agrícola e utilizado na mineração), veículos automotivos e equipamentos militares para aviões. Merece destaque, no ponto, a venda pela Embraer de 6 aeronaves A-29 Super Tucano para o Mali em 2016. Nossas importações são inexpressivas.

Já em relação à comunidade de brasileiros residentes no Mali, ela é estimada em 35 pessoas. Esse grupo é integrado essencialmente por missionários (católicos e protestantes) e funcionários das Nações Unidas. O documento informa, ainda, que durante a crise da Covid-19, não houve repatriação promovida pelo governo brasileiro.

Tendo em vista a natureza da matéria, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

SF/20821.61367-30

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 5ª Reunião da CRE
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Renan Calheiros (MDB)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	2. Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente
Marcio Bittar (MDB)	Presente	3. Simone Tebet (MDB)	
Esperidião Amin (PP)	Presente	4. Daniella Ribeiro (PP)	
Ciro Nogueira (PP)		5. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
Roberto Rocha (PSDB)		1. Izalci Lucas (PSDB)	Presente
Mara Gabrilli (PSDB)		2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS)	
Major Olimpio (PSL)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Kátia Abreu (PP)	Presente	1. Acir Gurgacz (PDT)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)	Presente	2. Flávio Arns (PODEMOS)	
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)			
Fernando Collor (PROS)	Presente	1. VAGO	
Jaques Wagner (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	Presente
Humberto Costa (PT)			
PSD			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	2. Angelo Coronel (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	Presente
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PODEMOS			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	1. Elmano Férrer (PODEMOS)	

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 5ª Reunião da CRE
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Otto Alencar
Carlos Viana

8 Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 19/2020 - H.CARLOS G. - MALI

Início da votação: 21/09/2020 18:00:00 Fim da votação: 21/09/2020 20:47:59

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,		**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,**	
MECIAS DE JESUS	**votou**	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**
MARCIO BITTAR	**votou**	3. SIMONE TEBET	
ESPERIDIÃO AMIN	**votou**	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		**Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)**	
ROBERTO ROCHA		1. IZALCI LUCAS	**votou**
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	**votou**	3. SORAYA THRONICKE	**votou**
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,		**Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,**	
KÁTIA ABREU		1. ACIR GURGACZ	**votou**
RANDOLFE RODRIGUES	**votou**	2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA	**votou**	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,**	
FERNANDO COLLOR	**votou**	1. VAGO	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	**votou**
HUMBERTO COSTA			
PSD		**PSD**	
NELSINHO TRAD	**votou**	1. CARLOS FÁVARO	**voto não computado**
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	2. ANGELO CORONEL	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)		**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)**	
CHICO RODRIGUES	**votou**	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO		2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS		**PODEMOS**	
MARCOS DO VAL	**votou**	1. ELMANO FÉRRER	

Votação:

TOTAL 16 SIM 16 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senador Nelsinho Trad
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 19/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DO MALI, COM 16 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

SENADO FEDERAL

RELATÓRIO Nº , DE 2020

SF/20821.61367-30

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 19, de 2020 (Mensagem nº 350/2020, na origem), do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

RELATORA: Senadora **ELIZIANE GAMA**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV). Nesse sentido, observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata indicado.

O Senhor Carlos Eduardo de Ribas Guedes é filho de Max Justo Guedes e Lais Ribas Guedes e nasceu no Rio de Janeiro/RJ em 1954. É graduado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SENADO FEDERAL

SF/20821.61367-30

O currículo encaminhado pelo Itamaraty não oferece notícia sobre as atividades do indicado no Instituto Rio Branco (IRBr). Não sabemos, assim, datas da conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco; do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD); tampouco do Curso de Altos Estudos (CAE) e do tema da tese que nele defendeu. De toda forma, tem-se que o diplomata ascendeu a terceiro-secretário em 1985; a segundo-secretário em 1990; a primeiro-secretário em 1998; a conselheiro em 2005; e a ministro de segunda classe em 2009.

Entre as funções desempenhadas na carreira diplomática e na Administração Federal destacam-se: missões transitórias nas embaixadas em Trípoli (1997) e em Porto-of-Spain (1998); Cônsul-Adjunto em missão transitória no Consulado-Geral em Lisboa (2000), no Consulado em Caiena (2002) e no Consulado-Geral em Rotterdam (2004); Encarregado de Negócios, em missão transitória, na Embaixada em Manágua (2005); Conselheiro e Ministro-Conselheiro, comissionado em missões no exterior, na Embaixada em Kingston (2006/08); Coordenador da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (2008/14); Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Licitações (2015); Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada em Roseau (2017); e Cônsul no Consulado do Brasil em Cobija (2018).

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre o Mali, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil. Desse material, extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao indicado.

A República do Mali, que se tornou independente da França em 1960, está situada no oeste da África. O país não tem saída para o mar e ocupa ao norte parte do Deserto do Saara, território habitado por tribos tuaregues. Historicamente, a região é um dos centros de difusão da cultura islâmica na África. Estima-se que 90% da sua população, calculada em 19 milhões de habitantes, aderiu aos ensinamentos do islamismo. Esse contingente humano, cujo nível de vida está entre os piores do mundo, concentra-se majoritariamente nas terras férteis às margens do Rio Níger, no centro e no sul do país. Ele abrange expressivo número de grupos étnicos,

SENADO FEDERAL

SF/20821.61367-30

dos quais a maioria tem concordâncias histórico-culturais, linguísticas e religiosas.

Cuida-se de uma democracia constitucional com sistema de governo semipresidencialista. A Assembleia Nacional, único órgão legislativo do país, é unicameral e está situada na capital, Bamako. A orientação da política externa maliana, que teve fortes laços com a União Soviética, tornou-se cada vez mais pragmática e pró-ocidental. O país, que tem relação diplomática de longa data com a antiga metrópole colonial, é ativo em organizações regionais como a União Africana e a Comunidade Econômica do Oeste Africano. O Mali tem no norte do seu território preocupantes questões relacionadas com banditismo e terrorismo, assim como movimento de independência da região do Azawad, que é estimulado pelos tuaregues, povo nômade que habita a área. Essas circunstâncias levaram o Conselho de Segurança das Nações Unidas a criar, em 2013, a Missão Multidimensional Integradas das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA).

A economia maliana reflete a circunstância de ser um dos países mais pobres do mundo, que ocupa a 184ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas. A base das exportações são "commodities" [ouro (62% do total exportado), algodão (10%), animais vivos (8%)]. A indústria aurífera, controlada por mineradoras multinacionais (australianas, britânicas, canadenses e sul-africanas), situa-se na região sul. Trata-se da terceira maior produção do minério no continente, depois da África do Sul e de Gana. O país importa, de modo destacado, petróleo, medicamentos e cimento.

No tocante às relações diplomáticas bilaterais, elas foram estabelecidas em 1962. No entanto, o Brasil só instalou sua Embaixada em Bamako no ano de 2007. A Embaixada malinesa em Brasília, por sua vez, só foi aberta em 2011. Percebe-se crescente aproximação dos dois países sobretudo nas áreas de cooperação técnica (produção cotonífera, piscicultura, pecuária, recuperação dos solos, alimentação escolar) e de defesa [reequipamento e treinamento das forças armadas locais], bem assim no comércio.

SENADO FEDERAL

SF/20821.61367-30

Na esfera comercial, o Mali ocupa a 143ª posição na relação dos destinos de nossas exportações, sendo a 24ª no contexto dos Estados africanos. Exportamos itens alimentares (açúcar, carnes, arroz), produtos de baixo valor agregado (pneus), maquinário (agrícola e utilizado na mineração), veículos automotivos e equipamentos militares para aviões. Merece destaque, no ponto, a venda pela Embraer de 6 aeronaves A-29 Super Tucano para o Mali em 2016. Nossas importações são inexpressivas.

Já em relação à comunidade de brasileiros residentes no Mali, ela é estimada em 35 pessoas. Esse grupo é integrado essencialmente por missionários (católicos e protestantes) e funcionários das Nações Unidas. O documento informa, ainda, que durante a crise da Covid-19, não houve repatriação promovida pelo governo brasileiro.

Tendo em vista a natureza da matéria, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 19, DE 2020

(nº 350/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

DESPACHO: À CRE

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

Os méritos do Senhor **CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00081/2020 MRE

Brasília, 5 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Mali.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 345 /2020/SG/PR

Brasília, 22 de JUNHO de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Mali.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL CARLOS EDUARDO DE RIBAS GUEDES
CPF.: 495.570.257-00
ID.: 8850 MRE

1954	Filho de Max Justo Guedes e Lais Ribas Guedes, nasce em 29 de abril, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1976	Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica/RJ
1985	Terceiro-Secretário em 16 dezembro
1990	Segundo-Secretário em 28 de junho
1998	Primeiro-Secretário, por merecimento, em 23 de junho
2005	Conselheiro, por merecimento, em 30 de dezembro
2009	Ministro de Segunda Classe em 28 de dezembro
Funções:	
1986-90	Divisão de Comunicações, assistente
1990-92	Embaixada em Lisboa, Terceiro e Segundo-Secretário
1992-96	Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, Segundo-Secretário
1996-2006	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, assistente e assessor
1997	Embaixada em Trípoli, Segundo-Secretário em missão transitória
1998	Embaixada em Port-of-Spain, Primeiro-Secretário em missão transitória
2000	Consulado-Geral em Lisboa, Cônsul-Adjunto em missão transitória
2002	Consulado em Caiena, Cônsul-Adjunto em missão transitória
2002	Embaixada em Porto Príncipe, Primeiro Secretário em missão transitória
2004	Consulado-Geral em Rotterdam, Cônsul-Adjunto em missão transitória
2005	Embaixada em Manágua, Encarregado de Negócios em missão transitória
2006-08	Embaixada em Kingston, Conselheiro e Ministro-Conselheiro, comissionado Missões no exterior
2008-14	Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, Coordenador
2014-15	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças, Coordenador-Geral
2015	Coordenação-Geral de Licitações, Coordenador-Geral
2017	Embaixada em Roseau, Encarregado de Negócios em missão transitória
2018	Consulado do Brasil em Cobija, Cônsul
Condecorações:	
2000	Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2019	Ordem da Estrela do Acre, Brasil, Comendador

FÁTIMA KEIKO ISHITANI
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF I)

MALI

Maio de 2020

SUMÁRIO

SUMÁRIO 2
RELAÇÕES BILATERAIS 4
RELAÇÕES POLÍTICAS 4
Cooperação técnica 4
Cooperação em defesa 5
Cooperação Educacional 5
Serviços Aéreos 5
Atuação em organismos internacionais 6
RELAÇÕES ECONÔMICAS 6
Comércio 6
Empréstimos e financiamentos oficiais 6
Cooperação em Energia 6
ASSUNTOS CONSULARES 7
POLÍTICA INTERNA 8
Antecedentes históricos 8
Crise e eleição de Ibrahim Boubacar Keïta 8
Presença de forças estrangeiras no país 9
Acordo de Argel (2015) 9
Segundo governo Keïta 9
Eleições de 2020 10
POLÍTICA EXTERNA 11
ONU e MINUSMA 11
França e Operação Barkhane 11
União Europeia e EUTM-MALI 12
G5 Sahel, CEDEAO e UA 12
Estados Unidos 12
China 12
Rússia 13
Países do Golfo 13
Crimes transnacionais 13
ECONOMIA 14
Setores econômicos 14
Comércio exterior 14
Energia 14
Recursos minerais 15
Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA) 15

Moeda comum “eco” 15
Impactos econômicos da crise sanitária da COVID-19 15
PERFIS BIOGRÁFICOS 17
MAPA 18
DADOS BÁSICOS 19
INTERCÂMBIO COMERCIAL 19

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Mali estabeleceram relações diplomáticas em 1962. A Embaixada do Brasil em Bamako foi criada em outubro de 2007 e iniciou suas atividades em julho de 2008. A Embaixada malinesa em Brasília, por sua vez, foi aberta em 2011. Tem-se verificado uma crescente aproximação entre os dois países, tendo como ponto de partida, sobretudo, as áreas de cooperação técnica, comércio e cooperação em defesa. O Mali tem sido parceiro do Brasil em foros multilaterais, nos quais vem apoiando candidaturas e pleitos brasileiros.

Em 1981, o então presidente do Mali, Moussa Traoré, visitou o Brasil. Foram assinados, na ocasião, o Acordo para a Criação de uma Comissão Mista bilateral e o Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica, ambos em vigor. Em agosto de 2009, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional malinês à época, Moctar Ouane, visitou o Brasil e assinou, com sua contraparte brasileira, Acordo sobre a Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. O Ministro das Relações Exteriores brasileiro fez visita oficial ao Mali em outubro do mesmo ano, quando foi assinado Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico. Em 2010, o então Presidente do Mali, Amadou Toumani Touré, visitou o Brasil.

RELAÇÕES POLÍTICAS

Cooperação técnica. Em outubro de 2019, o Diretor-Adjunto da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) visitou Bamako, acompanhado de comitiva técnica. Tratou de sete projetos de cooperação técnica em diferentes fases entre os dois países: Cotton-4+Togo (fase final de execução); Trabalho Decente (assinado); Merenda Escolar (nota conceitual recebida do lado malinês); Solos (assinado); Piscicultura (missão de prospecção realizada); Defesa Civil (missão de prospecção realizada); e Pecuária (assinado).

a) Cotton-4+Togo. De natureza estruturante e de âmbito regional (contempla ainda Benim, Burkina Faso, Chade e Togo), o projeto tem como meta fortalecer a produção cotonífera nos países envolvidos, por intermédio de investimentos em sementes, capacitação profissional e pesquisa em controle de pragas. As atividades se iniciaram em 2009, com os preparativos para o plantio da primeira safra. Para tanto, a Estação Experimental de Sotuba, nos arredores de Bamako, foi revitalizada e equipada com laboratórios, maquinário e materiais necessários para os cursos de capacitação, ministrados por membros da Embrapa. Em 2015, iniciou-se a execução das atividades da segunda fase, cujos objetivos principais são difundir os conhecimentos consolidados na primeira fase e contribuir para a segurança alimentar das populações beneficiadas. Dessa forma, o projeto visa não só ao aumento da qualidade e da quantidade do algodão, mas também à produção de alimentos por rotação de culturas.

b) Trabalho decente e merenda escolar. Na pauta de cooperação trilateral com organismos internacionais em favor do Mali, constam dois projetos, um na área de trabalho decente na cadeia do algodão e outro na área de alimentação escolar. O projeto "Promoção do Trabalho Decente na Cadeia do Algodão no Mali", elaborado em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), visa a fortalecer as capacidades das instituições públicas malinesas para a promoção do trabalho decente na cadeia do algodão e é financiado com recursos dedicados à cooperação internacional do Instituto Brasileiro do Algodão (IBA). Será

executado em parceria técnica com o Ministério da Cidadania. Por sua vez, a iniciativa na área de merenda escolar encontra-se em estágios mais iniciais.

c) Projeto solos. O projeto sobre recuperação dos solos analisa problemas do solo e propõe possíveis alternativas para corrigir sua acidez e produtividade, com intervenções semelhantes ao que ocorreu no Brasil nos anos 1970 com o cerrado. O projeto inclui missões técnicas ao Mali e capacitação de profissionais locais. Considera não apenas a qualidade do solo para a produção, mas a qualidade de vida das comunidades que vivem da produção agrícola, suas condições de saúde, sanitárias e infraestruturais, como o acesso a água potável.

d) Piscicultura. O governo do Mali solicitou projeto de cooperação na área de piscicultura. Informou que a atividade piscícola no país é realizada, em grande parte, por jovens e mulheres. O projeto busca fortalecer a nutrição e a segurança alimentar da população malinesa, além da capacidade de produção comercial. Equipe da ABC e da Universidade Federal de Lavras visitou o Mali em fevereiro de 2020. Acordou-se que o lado brasileiro trabalhará em conjunto com piscicultores, setor privado, centros de formação privados e públicos, cooperativas e autoridades do governo malinês no planejamento das atividades.

e) Defesa civil. Em dezembro de 2019, a Coordenadoria de Defesa Civil do Estado de Minas Gerais e equipe técnica da ABC visitaram Bamako para avaliar os contornos do projeto de cooperação. O corpo de bombeiros da cidade de Bamako convive, todos os anos, com problemas decorrentes de enchentes do rio Níger. Os interlocutores brasileiros estão avaliando as informações colhidas na visita para elaborar o projeto.

f) Pecuária. O governo do Mali solicitou visita técnica de autoridades brasileiras para que possam ser identificadas, conjuntamente, as prioridades para o desenvolvimento de projeto que vise a fortalecer a pecuária no país. Boa parte da população malinesa, especialmente na zona central e no oeste do país, depende da pecuária extensiva tradicional.

Cooperação em defesa. Diante dos desafios de segurança que o Mali vem enfrentando desde 2011, a necessidade de reequipamento e treinamento de suas forças armadas abriu oportunidades para aprofundamento da cooperação em defesa, inclusive na área de comércio de produtos de defesa. Em 2016, a Embraer fechou contrato para venda de seis aeronaves A-29 Super Tucano para o Mali. Quatro dessas aeronaves já foram entregues às Forças Armadas do Mali. A força aérea malinesa estava sem caças de combate operacionais até a compra dos Super Tucanos, que estão sendo utilizados desde dezembro de 2019, com eficácia elogiada tanto por autoridades do Mali quanto por outros atores militares que operam no país. No dia 7 de abril de 2020, uma das quatro aeronaves colidiu durante aproximação para o pouso.

Na esteira do negócio fechado pela Embraer, outras empresas brasileiras têm mantido consultas com autoridades malinesas. Devido ao conflito interno no Mali, a aquisição de produtos de defesa tem caráter político-estratégico para o governo daquele país.

Cooperação Educacional. A cooperação educacional com o Mali está amparada em Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica. Até o momento, três estudantes malineses beneficiaram-se das vagas oferecidas pelo Brasil no âmbito do Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G).

Serviços Aéreos. Em 2013, autoridades aeronáuticas do Brasil e do Mali rubricaram Acordo de Serviços Aéreos (ASA). Na ocasião, foi igualmente assinado Memorando de Entendimento entre a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e sua correlata malinesa,

para regular as relações dos dois países nessa área enquanto o ASA não é efetivamente assinado. Ambos os documentos estabelecem livre determinação de capacidade, com qualquer tipo de aeronave, para voos bilaterais. Não há restrição de pontos de origem e de destino das frequências de voo. Há previsão de direitos de 5ª liberdade (direito de transportar passageiros e carga entre o território do outro estado contratante e o território de um terceiro estado, no âmbito de um serviço aéreo destinado ao ou proveniente do estado de nacionalidade da aeronave), a serem considerados pelas autoridades caso a caso.

Atuação em organismos internacionais. Em vista da intensificação da parceria bilateral, o Mali tem se tornado apoiador constante dos pleitos brasileiros em organismos internacionais. Nos últimos cinco anos, houve apoio malinês às candidaturas brasileiras ao Conselho de Direitos Humanos, ao Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional, ao Tribunal Internacional do Direito do Mar, à Corte Internacional de Justiça e ao Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Os setores agrícola e de infraestrutura do Mali apresentam grande potencial para a atração de investimentos brasileiros. Há também possibilidades de investimentos nas áreas de exploração mineral, desenvolvimento de recursos hídricos, gado e couros, processamento de bebidas e alimentos e energia (térmica, solar e hidrelétrica). Contudo, os conflitos no país podem causar preocupação. De todo modo, apesar dessas dificuldades, o Mali segue oferecendo oportunidades econômicas.

Comércio. Em 2016, a corrente de comércio bilateral alcançou seu recorde histórico, USD 48 milhões, dos quais aproximadamente USD 43 milhões referem-se aos Super Tucanos da Embraer adquiridos pelo governo do Mali. Em 2017, a corrente de comércio reduziu-se para USD 7 milhões, próxima à média histórica dos 10 anos anteriores. Em 2018, no entanto, passou para USD 11 milhões e, em 2019, para USD 16 milhões. O Mali passou da 205ª posição para a 143ª na relação dos principais destinos das exportações brasileiras, e da 52ª posição para a 24ª no contexto dos países africanos.

As exportações brasileiras, antes limitadas a alguns itens alimentares (açúcar, carnes, arroz, cacau e chocolate) e outros de baixo valor agregado (pneus e cartonagem), passou a incluir maquinário (agrícola e usado em mineração), veículos automotivos e equipamentos militares complementares para os aviões (que geram demanda regular por peças e sistemas de operação). Já as importações provenientes do Mali seguem em patamar baixo, mas têm potencial de crescimento uma vez que se consolidem canais logísticos e redes de interlocução comercial. A embaixada brasileira vem realizando trabalho de aproximação entre empresários dos dois países.

Em 2019, a empresa Marcopolo realizou a entrega de 12 ônibus de alto padrão equipados com motores Volvo para a empresa African Tours do Mali..

Empréstimos e financiamentos oficiais. Não há registro de créditos oficiais brasileiros a tomador soberano do Mali. Além disso, o Mali não possui dívida ativa (resultante do inadimplemento de compromissos financeiros) com o Brasil.

Cooperação em Energia. Autoridades malinesas sinalizaram interesse na experiência brasileira em energias renováveis. Atualmente, o Mali é um grande comprador de combustíveis fósseis, mas almeja modificar sua matriz em direção à energia limpa e

renovável. Como membro da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), o país foi incluído no "Estudo de Viabilidade de Produção de Biocombustíveis na UEMOA", realizado no âmbito do Memorando de Entendimento na área de biocombustíveis entre o Brasil e aquele bloco regional, assinado em 2007. O estudo, financiado com recursos do BNDES, visa a promover o setor agroenergético dos países do bloco, mitigando a dependência energética de combustíveis fósseis importados. Foram identificadas áreas propícias, no país, para o cultivo sustentável das principais matérias-primas utilizadas na produção de bioenergia: o oeste de Kayes, às margens do rio Senegal, e o centro de Segou, às margens do rio Níger. Em ambas as regiões, constatou-se potencial para a cultura de cana-de-açúcar irrigada.

ASSUNTOS CONSULARES

Segundo estimativa da Embaixada do Brasil em Bamako, haveria 35 brasileiros residentes no Mali. A comunidade brasileira no país é integrada essencialmente por missionários protestantes e católicos, que se concentram em Bamako e nas cidades de Mopti (centro do país), Kayes (oeste, perto da fronteira com Senegal) e Sikasso (sul, próxima ao Burkina Faso), bem como por funcionários das Nações Unidas. Durante a crise da COVID-19, não houve, até o momento, nenhuma repatriação promovida pelo governo brasileiro.

POLÍTICA INTERNA

O Mali é um país da África Ocidental sem saída para o mar e que conta com vasto território, de mais de 1.240.000 km2, e população de aproximadamente 19 milhões. Compartilha fronteiras com a Argélia, ao norte; o Níger e o Burkina Faso, ao leste; a Côte d'Ivoire e a República da Guiné, ao sul; e o Senegal e a Mauritânia, ao oeste. Ex-colônia francesa, o país é marcado por grande diversidade geográfica e étnica. Majoritariamente plano, divide-se entre o norte, ocupado pelo deserto do Saara, o centro e centro-leste coberto pelo Sahel, e o sul, caracterizado pela savana, cortada por dois dos principais rios africanos: o Senegal e o Níger. Etnicamente, o norte caracteriza-se pela presença dos berberes tuaregues, o centro e o centro-oeste inclui também populações árabes, enquanto, na maior parte do país, encontram-se diversas etnias, como os bambaras (cujo idioma é o mais falado), os fulas ou fulanis (grupos nômades e pastoris), os dogons (grupo de agricultores sedentários), os malinqués e os soninquês, entre outros. A maioria da população é mulçumana sunita (quase 90%), mas no sul há grupo importante de cristãos (maioria católica, mas com crescente número de protestantes), além de adeptos de religiões animistas.

O Mali é uma república unitária semipresidencialista. Sua Assembleia Nacional é unicameral, composta de 147 deputados. O órgão máximo do judiciário é a Corte Suprema. O país ocupa a 184ª posição em lista com base no índice de desenvolvimento humano (IDH) das Nações Unidas. A expectativa de vida é de 58,9 anos e o índice de alfabetização é de 33,1% da população.

Antecedentes históricos. O território atual da República do Mali foi sede de três impérios africanos: o Império do Gana (300dC-1240dC), o Império do Mali (1230-1670) e o Império Songai (1464-1591). No apogeu, o Império do Mali ocupou área que ia da costa senegalesa ao norte do Benim, ocupando o alto e o médio rio Níger. Controlava as rotas de comércio terrestres no Sahel que conectavam o mediterrâneo ao golfo da Guiné e constituíram o caminho pelo qual se difundiu a fé islâmica na região. No período em que os portugueses estabeleceram seus primeiros entrepostos comerciais na costa africana, os monarcas do Império do Mali já se haviam convertido ao Islã. As cidades de Timbuctu e Gao, no leste do país, foram centros acadêmicos mulçumanos importantes no século XVI.

Em meados do século XIX, a França ocupou o Senegal e, a partir de Dacar, expandiu o controle militar sobre a África Ocidental, tanto em áreas costeiras (Guiné, Côte d'Ivoire, Benim), como no interior (Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger). Em 1895, criou-se a "África Ocidental Francesa" para administrar as colônias na região, com capital em Dacar. O arranjo neocolonial durou até 1958 e incluía os seguintes países (denominações atuais): Senegal, Mauritânia, Mali, Guiné, Côte d'Ivoire, Burkina Faso, Níger, Benim e Togo.

O Mali tornou-se independente em 1960. O primeiro presidente malinês, Modibo Keïta, alinhou o país ao bloco comunista no contexto da Guerra Fria. Em 1968, o tenente Moussa Traoré destituiu Keïta e estabeleceu regime de partido único, que duraria até 1991. Nesse ano, o Presidente Traoré foi destituído como consequência de maciços protestos populares e um movimento militar que deu início a processo de abertura política, com a adoção de uma nova Constituição e a realização das primeiras eleições democráticas do país, em 1992. A partir de então, sucessão de governos eleitos para mandatos de cinco anos evoluiu sem quebras institucionais até 2012.

Guerra civil e eleição de Ibrahim Boubacar Keïta. A invasão do Iraque em 2003, a guerra civil síria (iniciada em meados de 2011) e, principalmente, a derrubada do governo Gaddafi

(2011), na Líbia, alimentaram rede transnacional de movimentos armados radicais na região do Sahel. Tendo em vista as fronteiras porosas e as conexões religiosas, sociais e tribais existentes entre os povos nômades do Magreb e do Sahel, combatentes que vinham atuando na Líbia passaram, logo após a queda do Coronel Gaddafi, a operar na área que se estende do lago Chade à Mauritânia, passando pelo norte do Mali.

A mobilização de grupos armados no Mali intensificou-se a partir de 2012, na esteira do fluxo de mercenários e armas provenientes da Líbia. Na ocasião, o Movimento Nacional para a Libertação do Azauade (MNLA), que defendia a criação de estado independente no norte do Mali, realizou ataques contra forças governamentais, em colaboração com grupos armados islâmicos e militares rebelados. Em março de 2012, diante do avanço rebelde que chegou a ameaçar a capital, o Presidente Amadou Toumani Touré, eleito em 2002 e reeleito em 2007, foi destituído por militares descontentes com as dificuldades do governo para reagir.

Com apoio militar estrangeiro (tropas francesas e "peacekeepers"), as forças regulares malinesas retomaram controle sobre parte do território antes praticamente dominado pelos rebeldes e o governo organizou, em julho e agosto de 2013, eleições presidenciais para mandato de cinco anos, vencidas por Ibrahim Boubacar Keïta, que defendia postura firme contra a corrupção e a ameaça terrorista.

Presença de forças estrangeiras no país. Desde 2013, em apoio ao governo e às Forças Armadas do Mali, estão presentes no território malinês outras quatro forças militares: a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA), com 15.500 integrantes; a Operação Serval e sua sucessora, a Barkhane, da França, atualmente com 4.500 efetivos em território malinês; a Missão de Treinamento da União Europeia no Mali (EUTM Mali), com 600 integrantes, cuja maioria é de nacionais espanhóis; e tropas do G5-Sahel (força conjunta de Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade), com 500 militares no Mali. No fim de 2019 e no início de 2020, países da União Europeia anunciaram nova força-tarefa para atuar no Mali, denominada Takouba. Ainda não está claro qual será o efetivo dessa nova força.

Acordo de Argel (2015). O Acordo de Paz e Reconciliação no Mali, mais conhecido como Acordo de Argel, foi assinado em 2015 pelo governo malinês, pela Plataforma (coalizão de grupos armados que não contestam a unidade territorial malinesa) e pela Coordenação dos Movimentos do Azauade (CMA, coalizão de grupos armados que defendem a autodeterminação da região do Azauade). Estabeleceu quatro metas fundamentais: (i) reforma política e descentralização do estado; (ii) fortalecimento da presença do estado sobre regiões consideradas desassistidas no centro e norte do país; (iii) processo de desarmamento, desmobilização e reinserção de ex-combatentes; e (iv) adoção de um plano de desenvolvimento econômico integrador. Formalmente, o acordo teria encerrado a guerra civil, mas os conflitos e, sobretudo, as redes terroristas ligadas à Al Qaeda e, mais recentemente, ao Estado Islâmico, prosseguem em atividade no país.

Segundo governo Keïta. Em 2018, o Presidente Ibrahim Boubacar Keïta, do partido RPM ("Rassemblement pour le Mali") derrotou Soumalya Cissé, da URD ("Union pour la République et la Démocratie") no segundo turno. Depois de, inicialmente, contestar os resultados, Cissé adotou posição construtiva, sendo, inclusive, convidado pelo Presidente a compor forças em situações de emergência.

No início do segundo mandato do Presidente Keïta, uma série de ataques terroristas contra combatentes e população civil do Mali, uma greve nacional de professores e, sobretudo, os conflitos étnicos despertaram onda de protestos de rua. A Assembleia do Mali

aprovou moção de censura ao Primeiro-Ministro Soumeylou Maiga em março de 2019. O Presidente, então, substituiu-o por Boubou Cissé.

Com relação aos conflitos étnicos, as tensões nesse sentido aumentaram após o início da guerra civil. Em março de 2019, as disputas entre dogons (agricultores sedentários) e fulas ou fulanis (pastores nômades ou seminômades) resultaram em conflitos com mais de uma centena de mortos. Em agosto, o governo alcançou acordo parcial de cessação de hostilidades entre grupos armados no interior do país que envolveu representantes dos dois grupos étnicos. As tensões interétnicas, no entanto, seguem ativas, como demonstrou ataque em que morreram pelo menos 21 pessoas da etnia fula no centro do Mali, em fevereiro de 2020.

Os ataques terroristas também se intensificaram em 2019. O Acordo de Argel marcara o fim do conflito com Movimento Nacional para a Libertação do Azauade (MNLA), mas os grupos radicais islâmicos que se somaram ao conflito no Mali continuaram atuando. É provável que grupos associados à Al Qaeda, como a Al Qaeda no Magrebe Islâmico, o Movimento pela Unidade e Jihad no Oeste da África (MUJAO), o Grupo de Apoio ao Islã e Muçulmanos (GSIM), o Ansar Dine o Katiba Macina, ajam coordenados. O grupo Estado Islâmico do Grande Saara (EIGA), associado ao autodenominado Estado Islâmico do Iraque e do Levante (ISIS), surgiu em 2015, e é provável que dispute influência com os demais.

No centro e do norte do Mali, houve aumento das mortes entre civis e, principalmente, das forças militares governamentais em ataques terroristas. A MINUSMA e as tropas francesas também sofreram ataques de forte repercussão midiática e em número maior. As forças militares regulares e seus aliados procuraram lançar contraofensivas. Além de reocupar bases abandonadas em 2014 na região de Kidal, perto da fronteira com o Níger e a Argélia, realizaram, em janeiro e fevereiro de 2020, operações em que foram mortos líderes importantes dos grupos terroristas.

Paralelamente à contraofensiva, o Presidente Keïta anunciou, à margem da Cúpula da União Africana em Adis Abeba, em fevereiro de 2020, estar disposto a dialogar com grupos e líderes terroristas. Lembrou que a Argélia e o Afeganistão fizeram o mesmo no passado e afirmou que, embora o governo não deva ser ingênuo, tampouco deve ser inflexível aos anseios de paz.

Eleições de 2020. Realizaram-se no Mali, em abril de 2020, eleições legislativas que vinham sendo adiadas desde 2018, sob a justificativa da falta de condições de segurança para a organização da votação nas regiões central e norte do país. As eleições foram bem sucedidas, apesar de constrangimentos isolados e da pandemia de COVID-19, que àquela altura já se manifestara no Mali. Devido às complexas coalizões regionais dos partidos locais, ainda não há clareza sobre o total de assentos com os quais o governo poderá contar, mas calcula-se que tenha obtido a maioria das 147 cadeiras da Assembleia Nacional. No entanto, deve haver queda do número de assentos com relação à eleição anterior. A oposição ganhou espaço, mas, poucos dias antes da votação, o líder oposicionista Soumalya Cissé foi sequestrado durante viagem que realizava de Timbuctu a Bamako e ainda não se conhece seu paradeiro. Também no fim de março e no início de abril de 2020, foram efetuadas prisões de pessoas supostamente envolvidas em tentativa de golpe – sobre a qual ainda há pouca clareza.

POLÍTICA EXTERNA

Logo após a independência (1960), o Mali adotou uma política externa de alinhamento com o bloco socialista, retirando-se da zona econômica do franco francês e aproximando-se da União Soviética, que chegou a ser o seu maior credor externo. O país participou da Organização da Unidade Africana (sucedida pela União Africana) desde a criação daquele organismo.

A partir de 1984, com a adesão do Mali à União Monetária da África Ocidental (UMOA, que deu origem à União Econômica e Monetária da África Ocidental, UEMOA, em 1994), iniciou-se reaproximação econômica e política com a ex-metrópole, a França. Desde então, o Mali adota o franco CFA ocidental, moeda única dos países da UEMOA, cuja conversibilidade com relação ao euro é garantida pela França mediante depósito de grande parte das reservas do banco central regional no banco central francês. O movimento em direção às potências ocidentais foi acelerado após a queda da URSS.

Atualmente, a inserção internacional do Mali é condicionada por sua crise securitária, que drena boa parte dos recursos e capacidades do governo central. O conflito interno, com causas e repercussões regionais, acaba condicionando os relacionamentos bilaterais, regionais e multilaterais do Mali.

Nos últimos anos, o Mali ganhou maior importância estratégica para outros países – em especial Estados Unidos, Alemanha, Espanha, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e países do entorno regional – em razão da proliferação do terrorismo em seu território. Os grupos terroristas que atuam no Mali têm usado o país como base para se disseminar ou reforçar sua presença em países vizinhos, como o Burkina Faso e o Níger.

ONU e MINUSMA. A Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização do Mali (MINUSMA) foi criada em abril de 2013 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para apoiar o processo político de estabilização do país. Sucedeu a Missão de Suporte Internacional liderada por países africanos no Mali (AFISMA), estabelecida pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A MINUSMA é a missão da ONU com a maior letalidade anual de capacetes azuis. Conta com efetivo de 15.500 integrantes e está focada na área central do país.

O Presidente Ibrahim Keïta esteve presente na 74ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2019, em Nova York, e dedicou grande parte de suas intervenções aos avanços no processo de paz. De maneira especial, ressaltou a ausência de conflitos entre as partes que assinaram o Acordo de Argel em 2015, como a Coordenação do Movimento Azauade, separatista, do norte do país, e a Plataforma, conjunto de grupos armados que defende a unidade do território do Mali.

França e Operação Barkhane. Os investimentos, a ajuda ao desenvolvimento e a presença militar da França têm sido de grande importância para o governo malinês. Além de consumir bens e serviços produzidos na França, o Sahel é responsável por 35% das importações francesas de urânio, recurso essencial para a matriz energética daquele país europeu, altamente dependente da energia nuclear. A França é o quarto maior exportador pra o Mali.

A Operação Barkhane foi lançada em 2014, em substituição à operação Serval (iniciada em 2013), a fim de combater o terrorismo na região do Sahel (Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade). O quartel-general da operação localiza-se em N'Djamena, Chade, mas a maior parte de seu contingente está no Mali. Em vista do aumento dos ataques

em 2019, o efetivo foi reforçado no segundo semestre, chegando a 4.500 militares franceses desdobrados no território malinês.

União Europeia e EUTM-MALI. Com 600 efetivos no Mali, a Missão de Treinamento da União Europeia no Mali (EUTM) tem o propósito de apoiar a formação e a organização das forças armadas malinesas. Segundo dados da EUTM, nesses sete anos, 15 mil soldados das Forças Armadas do Mali foram formados ou treinados pela missão europeia. A EUTM também desempenha papel de assessoramento e aconselhamento sobre o fortalecimento das instituições militares e de segurança pública, no que diz respeito à sua gestão. A maior parte do efetivo é de nacionalidade espanhola (três batalhões com 270 soldados), mas há contingentes importantes da Alemanha, dos Países Baixos e de outros países europeus.

Com a crise da COVID-19, a EUTM decidiu repatriar seus integrantes. A repatriação seria temporária, decorrente dos riscos da pandemia, e não implicaria mudança ou retratação de compromisso com os objetivos de estabilização do Mali.

No fim de 2019, países da União Europeia anunciaram nova força-tarefa para atuar no Mali, denominada Takouba. A força-tarefa foi formalmente lançada em 2020, mas ainda não está claro qual será seu efetivo.

G5 Sahel, CEDEAO e UA. Em 2014, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger e Chade formaram o G5 Sahel, esforço de coordenação regional para a cooperação em desenvolvimento e segurança. Em 2017, estabeleceu-se a Força Conjunta G5 Sahel, com efetivo de 5 mil militares e sete batalhões (Mali e Níger contribuem com dois batalhões cada, e os demais, com um). Atualmente, 500 soldados da G5 Sahel encontram-se no Mali. O G5 Sahel recebeu contribuições financeiras e logísticas de União Europeia, Estados Unidos, China e Rússia.

Diante do persistente problema de segurança na região de fronteira entre Mali, Burkina Faso e Níger, realizou-se Cúpula Extraordinária do G5 Sahel, em setembro de 2019, e Cúpula Extraordinária da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), em novembro do mesmo ano. Um dos consensos foi o apelo a parceiros internacionais para apoiar financeiramente os esforços regionais de reação contra o terrorismo. Alguns países costeiros, como Senegal e Côte d'Ivoire, manifestaram preocupação com a possibilidade de transbordamento da crise para a costa, sugerindo soluções que incluíssem todos os países da região. Recorde-se que, em janeiro de 2013, a CEDEAO enviou forças ao Mali para atuar no conflito local. Em julho do mesmo ano, a missão militar da Comunidade foi substituída pela MINUSMA.

Em fevereiro de 2020, a União Africana anunciou que planeja enviar missão militar com três mil soldados às áreas conflagradas do Sahel, a fim de reagir aos avanços terroristas na região.

Estados Unidos. Os Estados Unidos têm prestado apoio financeiro e logístico ao Exército malinês e a tropas africanas que compõem a MINUSMA. Recentemente, têm indicado considerar importante a reavaliação dos êxitos daquela missão. O governo do Mali considera o apoio norte-americano fundamental para o combate ao terrorismo no Sahel.

China. Mali e China mantém relações próximas desde a década de 1970. Em 2017, a China foi o segundo principal país de origem das importações do Mali, com tendência de crescimento do volume importado. Além disso, registra-se presença crescente de empresas chinesas no Mali. A disposição da China de investir em grandes projetos de infraestrutura é vista como alternativa às opções francesa, saudita e norte-americana.

Rússia. Realizou-se, em outubro de 2019, em Sochi, a I Cúpula Rússia-África. A repercussão foi grande no Mali. A antiga URSS foi o grande aliado do Mali em seu processo pós-colonial de desenvolvimento. As Forças Armadas malinesas foram, à época, totalmente equipadas por Moscou, e a liderança acadêmica, intelectual e política do país foi, durante um bom tempo, majoritariamente formada na URSS (ao passo que a liderança econômica e empresarial tem sido, em grande medida, educada na França).

Embora a influência da Rússia tenha diminuído após o fim da URSS, a presença russa no Mali nunca deixou de ser notável. A Rússia mantém uma das maiores missões diplomáticas estrangeiras em Bamako. Além de exportar equipamentos bélicos, contribui com inteligência militar na luta contra o terrorismo. O governo Keïta vê na Rússia possível aliado no apoio à força militar do G5 Sahel.

Países do Golfo. O Conselho de Ministros do governo Ibrahim Keita anunciou, em fevereiro de 2020, a assinatura de convênio de financiamento internacional com o Fundo Abu Dhabi para o Desenvolvimento para a construção de moradias populares, conforme a Estratégia Nacional de Habitação Decente. Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos são países atuantes no Mali, com projetos de financiamento do esforço militar e de desenvolvimento. O Qatar também atua no país, como fonte de financiamento para projetos, e abriu Embaixada em Bamako em 2017.

Combate a ilícitos transnacionais. Nos últimos anos, a África Ocidental e o Sahel tornaram-se pontos de passagem para o tráfico de drogas entre a América do Sul e a Europa. Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), na região do Sahel, haveria vínculos entre o tráfico de drogas e grupos terroristas, uma vez que recursos provenientes do tráfico seriam frequentemente usados para financiar atividades terroristas. A esse respeito, o Relatório Mundial sobre Drogas 2017 afirma que a Al-Qaeda do Magrebe Islâmico estaria envolvida no tráfico de cannabis e cocaína no Sahel ou ao menos proveria proteção a traficantes na região. O Mali vem-se empenhando no combate a ilícitos transnacionais em seu território, inclusive como parte da luta contra o terrorismo.

ECONOMIA

O Mali registrou, em 2019, PIB nominal estimado de USD 17,65 bilhões e PIB per capita nominal de USD 924,18. As duas principais atividades econômicas do país são a exploração de ouro e a agricultura, tendo o ouro e o algodão representado, juntos, mais de 70% das exportações malinesas em 2019. A economia local depende enormemente das flutuações dos preços internacionais desses dois produtos – e das doações internacionais, que também representam importante fonte de recursos para o país. A insegurança prevalece em boa parte do território malinês desde 2012 e constitui obstáculo adicional ao desenvolvimento econômico.

A crise interna iniciada pelos acontecimentos de 2012 afetou negativamente a economia do Mali, mas seus efeitos macroeconômicos foram temporalmente limitados. Houve retração econômica e aumento da inflação naquele ano. Logo em seguida, no entanto, observou-se retomada do crescimento e maior controle inflacionário. Nos últimos anos, a economia tem crescido a taxas consideráveis, superiores a 5% ao ano. Em 2019, a inflação manteve-se baixa e o déficit público foi de cerca de 3% do PIB. A dívida pública é de aproximadamente 35% do PIB, com 60% vencendo nos próximos dois anos.

Setores econômicos. A agricultura representa, em seu conjunto, cerca de 40% do PIB e emprega 80% da população economicamente ativa do país. A produção agrícola desenvolve-se, sobretudo, na região sul do país, que concentra as terras férteis e as chuvas. Há, também, produção de arroz na zona central, em ponto no qual o rio Níger permite áreas de plantação próximas ao seu leito. Os principais produtos agrícolas do Mali são o arroz e o algodão, este voltado para a exportação.

O setor industrial do Mali responde por cerca de 20 % do PIB e consiste basicamente de pequenas empresas dedicadas ao processamento de algodão e à confecção de têxteis. Cerca de 70% da atividade industrial está concentrada na capital. O setor de serviços, por sua vez, representa 40% do PIB e é dominado pelas atividades comerciais.

Comércio exterior. Desde 2010, a corrente de comércio do Mali com o mundo tem girado em torno dos US$ 6 bilhões, apresentando tendência deficitária, em vista da natureza das pautas exportadora e importadora. Os principais produtos exportados pelo Mali em 2017 foram ouro e pedras preciosas (65% do total exportado); algodão (10%); e animais vivos (8%). Os principais destinos das exportações malinesas são países como África do Sul, Suíça, Índia, Burkina Faso e Bangladesh, refletindo, em grande medida, o mercado global de ouro.

Também em 2017, a pauta de importações foi composta principalmente por derivados de petróleo (18%); medicamentos (4,5%) e cimento (4%). As importações são provenientes, principalmente, de Senegal, China, Côte d'Ivoire e França. Cabe notar que parte das exportações senegalesas e marfinenses são, na realidade, reexportações.

Energia. Informações disponíveis indicam que a oferta primária total de energia é basicamente composta por biomassa tradicional (80%), derivados de petróleo (20%), além de pequena parcela de hidroeletricidade. Taxas de acesso à eletricidade são baixas, sobretudo na zona rural. A porcentagem da população urbana com acesso a energia elétrica era de 55% em 2015. Para a população rural, o índice seria de apenas 15%, de acordo com dados do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

O desenvolvimento do setor energético é prioridade governamental, com vistas a impulsionar o desenvolvimento econômico. O Mali apresenta grande potencial de energia

renovável, atualmente pouco explorado. A tecnologia da energia solar é particularmente promissora, devido a níveis excepcionais de luz solar, principalmente no norte, embora ainda pouco difundida no país. A região sul, por sua vez, apresenta elevado potencial em matéria de biocombustíveis. O potencial hidrelétrico é explorado apenas parcialmente, existindo espaço para instalação de projetos hidrelétricos de pequeno porte. A exploração da energia eólica, por fim, encontra-se em estágio embrionário.

Recursos Minerais. A economia do Mali assenta-se, em boa medida, na exportação de ouro. Em 2014, a receita obtida com a indústria aurífera correspondeu a cerca de 10,2% da arrecadação federal. Em 2017, as exportações de ouro equivaleram a 62% do valor total das exportações. A exploração mineral no Mali é operada por empresas privadas. O governo detém participação minoritária em todos os empreendimentos de mineração aurífera. As principais mineradoras internacionais presentes no Mali são australianas, britânicas, canadenses e sul-africanas. O ministério de Minas do Mali destaca, além da produção de ouro, as estimativas de reservas de outros recursos minerais, em particular o manganês e o minério de ferro. Também há importantes reservas de bauxita, urânio, fosfato, zinco e outros minerais.

Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA). O acordo que cria a Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA) entrou em vigor em 30 de maio de 2019, após o depósito do 22º instrumento de ratificação. Até o momento, 54 países africanos assinaram o instrumento (a única exceção é a Eritreia) e 24 deles o ratificaram. Caso implementada de maneira exitosa, a ZLCCA criará um mercado único com cerca de 1,2 bilhão de consumidores e PIB total estimado em mais de USD 3 trilhões – mas as modalidades para a liberalização do comércio ainda estão em negociação. A princípio, a ZLCCA abre perspectivas favoráveis para o Mali, considerando-se que alguns de seus principais parceiros comerciais são africanos. É possível que o Mali obtenha insumos mais baratos para a produção, em especial implementos agrícolas para a produção de algodão e máquinas para a produção mineral. Ao mesmo tempo, a incipiente indústria de algodão poderia sofrer com a competição de países com maior escala, como é o caso do Egito e da África do Sul.

Moeda comum "eco". Durante a 55ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Econômica da África Ocidental (CEDEAO), em 29 de junho de 2019, em Abuja, Nigéria, os líderes dos 15 países que integram a organização reafirmaram o objetivo de lançar uma moeda única em 2020 com as seguintes características: regime cambial flexível, política monetária centrada no controle inflacionário, sistema federal para o Banco Central Comunitário, e a adoção do nome "eco" para a moeda. Caso seja implementado de maneira exitosa, o eco substituirá o franco CFA ocidental (utilizado pelos oito países que integram a UEMOA, incluindo o Mali) e outras sete moedas nacionais. Há posições distintas sobre como avançar em direção ao eco. Alguns países defendem a manutenção do regime cambial fixo, outros defendem o câmbio variável. Há a hipótese de início do projeto por meio da UEMOA, com inclusão dos demais países apenas posteriormente. Em qualquer caso, as reservas dos países da UEMOA deixariam de ser majoritariamente depositadas na França.

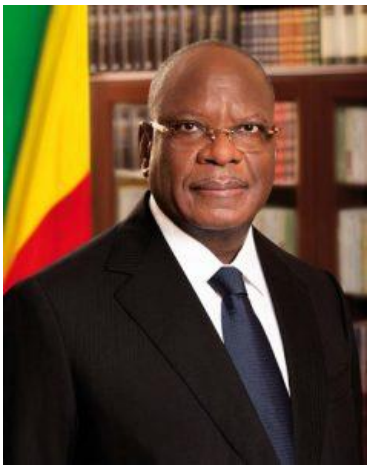
Impactos econômicos da crise sanitária da COVID-19. Uma série de medidas foi adotada pelo governo malinês para conter a pandemia em março de 2020: suspensão de aulas, fechamento do aeroporto, toque de recolher entre 21h e 5h, restrição a aglomerações, recomendação de teletrabalho e medidas de distanciamento social. Não houve, ainda, mensuração dos impactos da crise sanitária internacional na economia malinesa. As projeções

apontam para queda no crescimento do PIB, dependendo da recessão global e do impacto da doença na população local. As dificuldades desse cenário podem ser parcialmente compensadas pelo choque no preço do petróleo, que, conforme avaliação do Banco Mundial, beneficia a balança comercial do Mali (importador de derivados). Prevê-se, ainda, manutenção da tendência de alta no preço do ouro (item mais importante da pauta exportadora malinesa) apesar da pandemia. Deve haver impacto negativo no volume de vendas e nos preços do algodão e outros bens agropecuários exportados pelo país.

Nesse contexto de incerteza, o FMI concedeu, em 30 de abril de 2020, empréstimo de USD 200 milhões ao Mali. A França vem defendendo que haja moratória das dívidas de países da África Subsaariana.

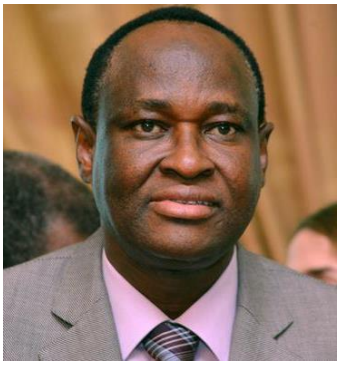
PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente Ibrahim Boubacar Keita



Nasceu em 29 de janeiro de 1945 na cidade Koutiala, região de Sissoko, no sul do Mali. Estudou na Universidade de Dacar e na Universidade Paris I, onde cursou história, ciências políticas e relações internacionais. Foi consultor do Fundo de Desenvolvimento Europeu em meados da década de 1980, quando retornou ao Mali, tendo também dirigido ONG francesa de proteção de direitos das crianças. Foi um dos fundadores do partido ADEMA (Aliança para a Democracia no Mali). Foi porta-voz da presidência do Mali em 1992. Serviu como Embaixador acreditado em Abidjã, Libreville, Uagadugu e Niamei. Em 1993, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros. Entre 1994 e 2000, foi Primeiro Ministro. No ano 2000 fundou o partido "*Rassemblement pour le Mali*" (RPM). Foi eleito Presidente em 2013 e reeleito em 2018.

Ministro dos Negócios Estrangeiros, Tiébilé Dramé



Nascido em 9 de junho de 1955, na cidade de Nioro do Sahel, na divisa com a Mauritânia, cursou seus estudos básicos em Bamako e se formou em história africana na Universidade de Paris I. Foi líder estudantil na década de 1970, tendo trabalhado na Anistia Internacional na década de 1980. Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros de 1991 a 1992. Em 1996 e 1997, foi Ministro das Terras Áridas e Semi-Áridas. Foi parlamentar entre 1997 e 2002 e candidato à Presidência em 2002 e 2007. Foi consultor de algumas agências da ONU e também atuou como jornalista. Em maio de 2019, assumiu pela segunda vez o Ministério de Negócios Estrangeiros.

MAPA

0 200 400 km
0 200 400 mi
ALGERIA
Taoudenni
S A H A R A
MAURITANIA
Kidal
Tombouctou
Gao
Niger
Hombori Tondo
SENEGAL
Kayes
Mopti
NIGER
Sénégal
Ségou
Kita
BAMAKO
Koutiala
BURKINA FASO
Niger
Sikasso
GUINEA
BENIN
CÔTE D'IVOIRE
GHANA
TOGO

DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República do Mali
Gentílico:	Malinês, maliano
Capital:	Bamako
Área:	1.240.192 km²
População (FMI,2019):	19,095 milhões de habitantes
Língua oficial:	Francês (oficial), bambara, berbere, árabe e outras línguas nativas.
Principais religiões:	Islamismo (87,14%), crenças tradicionais animistas (9,5%), Cristianismo (3,24%) e outras (0,12%).
Sistema de Governo:	República semipresidencialista
Poder Legislativo:	Parlamento unicameral, formado por 147 membros eleitos diretamente por maioria absoluta para mandato de cinco anos.
Chefe de Estado:	Presidente Ibrahim Boubakar Keïta
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Boubou Cissé
Chanceler:	Tiébilé Dramé
PIB (FMI, est. 2019):	USD 17,65 bilhões
PIB PPC (FMI, est. 2019):	USD 47,18 bilhões
PIB *per capita* (FMI, est. 2019):	USD 924,18
PIB PPC *per capita* (FMI, est. 2019):	USD 2,47 mil
Variação do PIB (FMI):	1,5% (est. 2020); 5% (est. 2019); 5,1% (2018); 5,3% (2017), 5,79% (2016), 5,96% (2015), 7,04% (2014)
IDH (PNUD, 2019):	0,427 (184º)
IHDI (PNUD, 2019):	0,294
Expectativa de vida (PNUD, 2019):	58,9 anos
Índice de Alfabetização (BAD, 2018):	33,1%
Índice de desemprego (BM, 2019):	9,8%
Unidade Monetária:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
Embaixador do Mali:	Mamadou Macki Traoré
Embaixador em Bamako:	Rafael de Mello Vidal
Comunidade brasileira estimada:	35 (estimativa)

INTERCÂMBIO COMERCIAL

(USD mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Mali	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020 (jan-abr)**
Intercâmbio	**5.484**	**11.564**	**8.042**	**48.163**	**7.090**	**11.552**	**16.497**	**1.532**
Exportações	4.828	5.795	7.978	48.144	7.084	11.541	16.439	1.523
Importações	656	5.769	64	19	6	11	58	9
Saldo	**4.172**	**26**	**7.914**	**48.125**	**7.078**	**11.530**	**16.381**	**1.513**

EMBAIXADA DO BRASIL EM BAMAKO

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR RAFAEL DE MELLO VIDAL

Apresenta-se, a seguir, relatório de gestão simplificado para o período de janeiro de 2019 a junho de 2020. O relatório apresenta os seguintes temas:

1- Avaliação da Política Interna
a) Antecedentes recentes
b) Cenário Atual

2- Avaliação da Política Externa

3- Política Externa. Brasil.
a) Defesa
b) Cooperação

4- Comércio
a) Quadro Geral
b) Brasil
c) Mali e a ZLCA

5- Investimentos

6- Economia

7- MINUSMA

8- Conclusão

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA INTERNA.

a) Antecedentes recentes

O Mali enfrenta, desde 2012, o desafio de estabilização política e securitária diante de conflito contra grupos armados terroristas sob o comando da Al Qaeda do Magreb Islâmico (AQMI) e do Estado Islâmico do Grande Sahara (EIGS). Desde aquele ano, cristalizou-se cenário de insegurança pública, diante da penetração de células terroristas de ambos os grupos mencionados em território do Mali, por meio das fronteiras leste, com Níger e Burkina Faso, e norte, com Argélia. Os deslocamentos dessas células terroristas

ocorreram em direção ao centro-sul do país, alcançando um entorno de 150 quilômetros da capital Bamako.

2. A fragilidade das Forças Armadas do Mali (FAMA), despreparadas para o que se conhece como uma "guerra assimétrica", diante de inimigo invisível, virulento, violento e disposto a atentados suicidas e de grande magnitude contra alvos militares e civis, facilitou o avanço as células terroristas e a latente ameaça à capital do país.

3. Vale lembrar que a introdução dos grupos armados terroristas no Mali ocorreu na esteira dos combates na Síria e no Iraque e sua gradual expulsão para o Sahel.

4. Ao mesmo tempo, naquele mesmo ano, o movimento separatista do AZAWAD, guerrilha toaureg, pouco atuante mas presente desde mesmo a era colonial francesa, e que propugna pela criação de um estado independente nas regiões de Tombuctu, Gao e Kidal, linha divisória ao meio do país, aliou-se temporariamente aos grupos armados terroristas para tentar derrocar o governo central de Bamako e assim facilitar a criação do Azawad. Contou, para tanto, também com cerca de 1.500 guerrilheiros oriundos dos exércitos da Líbia de Kadhafi, desempregados após a morte do líder líbio.

5. Diante da ameaça terrorista à capital do país, que poderia transformar o Mali em um califado moderno, ou primeiro Estado Islâmico no século XXI, membros do exército do Mali, insatisfeitos com a condução da ameaça terrorista pelo então Presidente Amadou Touré, promoveram golpe de Estado, para logo em seguida convocar eleições presidenciais. Ao mesmo tempo, foi pedida ajuda da França para ocupar o país e fazer recuar os grupos terroristas que se aproximavam da capital, no que ficou conhecido como Operação Serval. Bem-sucedida, a presença francesa se estende até os dias atuais, transformando-se na Operação Barkhane.

6. Nos anos seguintes, eleito Ibrahim Keita presidente em seu primeiro mandato, inicia-se processo de reconciliação nacional e busca de estabilização do Mali. Convidam-se as Nações Unidas a criar missão de estabilização, conhecida como MINUSMA (Missão das Nações Unidas Muldimensional Integrada de Estabilização no Mali), a França a manter sua presença militar no oeste, e a União Europeia a iniciar programa de treinamento das forças armadas do Mali.

7. Keita logra aprovar os termos do Acordo de Paz de Argel, em 2015, cuja principal vitória foi sentar à mesa de negociações a Coordenação pelo Movimento do Azawad (CMA), que reconhece, pela primeira vez, a unidade do estado malinês. O acordo é de amplo alcance, prevê a descentralização do Estado,

maiores poderes para as províncias, maior presença do Estado nas regiões do Sahel e ameaçadas pelos terroristas, reintegração de guerrilheiros, programa de desenvolvimento econômico subregional e a realização de eleições presidenciais e regionais.

8. Os países da CEDEAO e Sahel, Comunidade Econômica do Oeste Africano, integram a mesa de acompanhamento do Acordo, bem como a MINUSMA, Banco Mundial, União Africana (UA) e outras agências internacionais. A presidência cabe à Argélia, outra importante novidade do acordo, na medida em que é conhecida a capacidade daquele país de abrir diálogo com grupos armados terroristas, que, embora não integrem o Acordo, podem corroer as suas bases.

9. Desde sua eleição em 2013, Ibrahim Keita se defronta com os desafios da estabilização securitária e também política do Mali. Securitária por causa do conflito interno de já longa duração (oito anos), associado, desde 2019, ao surgimento de conflitos entre comunidades étnicas tradicionais do Mali (Peuls e Dogons).

10. Os desafios políticos mais prementes se referem às reivindicações de lideranças religiosas muçulmanas. Estado laico, um dos poucos no Sahel que ostentam uma Constituição que separa a Igreja do Estado, o Mali é, contudo, majoritariamente muçulmano, com 95% de sua população professando o islã. Naturalmente, os principais Imãs detêm força de mobilização social e, mesmo que não expressem intenções de cargos políticos, interferem na política do país.

b) O cenário atual

11. A situação mudou pouco do ano passado para este. A resposta de Keita para melhorar a questão securitária foi adotar nova estratégia militar, mais pro-ativa. Trata-se de incursões das Forças Armadas do Mali (FAMA) em zonas de acampamentos guerrilheiros. Algumas vitórias foram obtidas, mas geraram reações igualmente ativas das células terroristas, com ataques ferozes a bases das FAMA, e, o que mais preocupa, a presença de terroristas em zonas antes preservadas, como o oeste do país, na fronteira com o Senegal, região de Kayes.

12. Há insatisfação com a presença de tropas estrangeiras, que não parecem capazes de proteger a população civil e sofrem muitas baixas em suas fileiras, a que se soma situação econômica precária, com grande dificuldade de gerar emprego, e a pandemia projeta redução do PIB de 5% de crescimento para

0.9%, com perspectiva de 800 mil novos desempregados em 2020, para uma economia de maioria de trabalho informal.

13. Para complicar ainda mais, denúncias de fraudes eleitorais despontaram após as eleições legislativas de abril passado, que renovaram a Assembléia e deram maioria à base oficialista. A Corte Constitucional (que atua como órgão eleitoral) foi acusada de acatar milhares de pedidos de impugnação de votos, tanto para o governo como para a oposição, mas com franco prejuízo para a oposição, que teria perdido dezenas de assentos e ao menos dificultado a maioria simples hoje em poder do governo.

14. Essas supostas fraudes fazem parte da agenda de manifestações de rua, algumas violentas, em várias cidades do país, em abril e maio, convocadas pela oposição.Além disso, o líder do principal partido da oposição, URD, Soumayla Cissé, foi sequestrado pela Al Qaeda ao retornar de campanha para as eleições legislativas, na região de Tombuctu.

15. Em 2020, Keita deverá seguir mostrando a sua habilidade política em costurar acordos, inclusive a anunciada intenção de iniciar mesa de diálogo com os líderes da Al Qaeda do Magreb, organização mais predisposta a possíveis entendimentos políticos.

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA

16. O Mali desenvolve relações intensas de cooperação internacional, seja bilateral, seja com organizações multilaterais.

17. O primeiro anel de parcerias ocorre com a União Europeia. A Missão da UE em Bamako, de grandes dimensões e pessoal, reflete a importância das relações com o Mali, único país que conta com duas iniciativas de cooperação multidimensional europeia 'in situ', a EUTM (Missão de Treinamento da UE), voltada para a formação militar, e a EUCAP (Missão de Capacitação), voltada para a formação policial. Com centenas de oficiais e soldados, além de pessoal diplomático, a presença da UE no Mali é a mais intensa no campo internacional e de longa duração, com inúmeros projetos de cooperação também no terreno social e econômico.

18. Nesse anel, encontram-se também as parcerias bilaterais europeias, com França, Espanha, Alemanha, Suécia, Dinamarca e Noruega, bem como africanas, com Marrocos, Senegal, Burkina Faso, África do Sul e Costa do Marfim. A cooperação prestada nos campos econômico e social, de boa governança, direitos humanos e assistência humanitária, ressalta no relacionamento do Mali com esses países. A França, como comentado acima,

está à frente da Operação Barkhane, que combate o jihadismo diretamente nas fronteiras ao leste do país, além de manter vínculos fortes de cooperação econômica e assistência humanitária. É, também, importante parceiro de importações de alimentos e bens de consumo do Mali, país que não produz quase nada manufaturado além de artesanias e é, portanto, grande importador de bens industrializados. Para a França, o Mali fornece urânio para a energia nuclear, em volumes muito relevantes. A dependência relativa da França do urânio da região do Sahel, em particular do Mali, explica, em grande medida, o interesse pós-colonial francês no país e seus investimentos pesados na operação Barkhane de combate ao jihadismo.

19. Com os países africanos mencionados, o Mali tem relações comerciais relevantes como exportador de "commodities" (ouro, algodão, milho, minerais diversos) e importador de alimentos. Além disso, a África do Sul, em particular, investe na indústria extrativista mineral, ouro, minérios, bauxita e coltan.

20. No segundo anel de relações exteriores, hoje aumenta a presença da China com investimentos em infra-estrutura, pontes, estradas e edificações públicas (hospitais e unidades de defesa civil). Ao mesmo tempo, aumenta a dívida externa do Mali com aquele país. Também é forte o programa USAID dos Estados Unidos no país, bem como projetos de cooperação em direitos humanos e transparência. A Rússia aparece forte com novo acordo de cooperação em defesa, com promessa de expansão comercial nesse campo, além de manter certa influência sobre parte do corpo civil de funcionários educado na ex-União Soviética durante a Guerra Fria. Muitos servidores públicos sênior são fluentes em russo.

POLÍTICA EXTERNA. BRASIL.

a) Defesa

21. O Brasil faz parte hoje desse segundo anel de interesses do Mali. O que inseriu o Brasil nesse anel foram as exportações de aeronaves Super Tucano, recebidas em 2018 (quatro unidades em operação, no valor de USD 70 milhões), a formação e treinamento de pilotos militares e mecânicos do Mali em São Paulo e o suprimento de armas e munições que equipam essas aeronaves, em contratos que devem se estender no tempo (foguetes e artilharia).

22. A incorporação das aeronaves militares à Força Aérea do Mali mudou o perfil das relações com o Brasil. Além dessas aeronaves, o Mali conta apenas com helicópteros chineses. Nesse sentido, o Brasil hoje equipa a Força Aérea do Mali,

com todos os desdobramentos comerciais que isso significará no futuro da relação bilateral, dada a necessidade constante de peças e munições. Empresas brasileiras como AVIBRAS, ATECH (Embraer) e AEQ engrenam acordos comerciais com a aeronáutica do país. Os foguetes da AEQ equipam os Super Tucanos. A ATECH desenvolve projeto de exportação de radares de monitoramento. A AVIBRAS pretende incorporar-se ao suprimento de armamentos.

23. A entrada em operação dessas aeronaves tem sido essencial no tabuleiro geo-estratégico do combate ao terrorismo no Sahel. Segundo informação recebida diretamente do Chefe do Estado Maior da Força Áerea, os Super Tucanos estão "mudando o jogo" no combate aos grupos guerrilheiros, pois substituem com eficiência as tropas em terra, reduzem as baixas militares e aumentam a precisão dos ataques, já tendo logrado importantes vitórias em combates desde dezembro de 2019, quando entraram em operação.

24. A partir da presença da Embraer-militar no Mali, exploram-se novos potenciais negócios com a área de defesa. Em 2019, visitaram com regularidade missões comerciais da Atech, do grupo Embraer, e da AVIBRAS. No caso da Atech, existem em fase adiantada estudos para aquisição, pelo Ministério da Defesa, de sistema de radares móveis e fixos capazes de apoiar os sistemas de vigilância e rastreamento. Várias reuniões foram realizadas na Embaixada do Brasil junto aos operadores militares do Ministério da Defesa, do Estado Maior da Força Aérea, inclusive com os Ministros dessas pastas, para a apresentação do sistema.

25. Ainda no terreno da defesa, o Brasil vem sendo sondado pelas Nações Unidas no Mali, no âmbito da MINUSMA, sobre a possibilidade de envolvimento na missão de paz. As formas de envolvimento cogitado inicialmente seriam no terreno ou em apoio logístico aerotransportado. O tema será tratado mais adiante no item "MINUSMA".

26. Confirmada para 6 de maio último, visita do Ministro das Relações Exteriores e Cooperação Internacional do Mali, Tiébilé Dramé, a Brasília, para encontro com o Chanceler Ernesto Araújo, a primeira visita oficial de chanceler do Mali ao Brasil, teve de ser adiada pela pandemia do coronavirus.

27. Nessa visita, deverá ser assinado ACORDO DE COOPERAÇÃO EM DEFESA, iniciativa da Embaixada em Bamako que contou com franco apoio do Ministro da Defesa do Mali e acolhida pelo do da Defesa do Brasil. Texto do acordo está em fase de revisão pelas autoridades do Mali. Nesse acordo, espera-se inserir a possibilidade de formação e capacitação de militares malineses, em especial no Comando da Aeronáutica e

na Embraer, a fim de melhorar a sua capacidade de operar as aeronaves brasileiras e prover a sua manutenção adequada.

b) Cooperação

28. Desde a abertura da embaixada em Bamako, o principal elo da relação bilateral, antes das exportações de aeronaves militares e armamentos, vinha sendo o projeto Cotton4+Togo. Projeto emblema da cooperação brasileira no exterior, o Mali tem sido também o país-piloto mais relevante para o desenvolvimento do projeto, que se sustentou sobre a transferência de conhecimento brasileiro, inicialmente através da EMBRAPA, e, em seguida, pela própria Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do MRE, para a produção de sementes de maior rendimento e qualidade, a fim de aumentar a produtividade do setor algodoeiro do Mali, que representa 11% das exportações do país e 15% do PIB, sendo o segundo produto exportador, depois do ouro.

29. De 2008 a 2018, o Cotton4 era o único, embora de grande envergadura, projeto de cooperação com o Mali. Desde janeiro de 2019, até o início da pandemia, em março de 2020, a Embaixada promoveu várias reuniões com autoridades de todos os Ministérios do governo do Mali, a fim de identificar novas áreas de cooperação e ampliar a carteira bilateral, dinamizando a agenda diplomática, de cooperação e comercial com o Mali.

30. Importante nesse contexto da cooperação lembrar que o Brasil participa efetiva e eficazmente nos esforços de paz e desenvolvimento do Sahel, em particular no caso do Mali, muito embora não atue diretamente na MINUSMA ou no Acordo de Paz de Argel. Isto porque, no terreno bilateral, hoje o Brasil está passando, no lapso de um ano, de um grande projeto de cooperação (Cotton4), de grande impacto social e econômico para o desenvolvimento agrícola do Mali, para sete, abarcando agora pecuária, solos, piscicultura, merenda escolar, defesa civil e trabalho de qualidade (OIT).

31. Em diferentes estados de implementação, esses sete projetos já contam com notas conceituais e missões de prospecção locais enviadas a Bamako, e deverão se transformar em projetos em execução. Todos implicam transferência de tecnologias, treinamento, formação, obras de engenharia, capacitação, feitos à medida das necessidades recebidas das autoridades do Mali. Embora não se trate de dinheiro transferido a título de doação, todos esses projetos envolvem recursos financeiros do orçamento da União ou de parceiros da ONU, como o PNUD, pagamento de servidores federais, despesas de transporte e alojamento, contratação de serviços e obras locais, envio de técnicos, médicos e professores

universitários (caso do projeto Solos e do projeto Pecuária, em parceria com a Universidade de Lavras). Também há a perspectiva de projetos em transportes públicos urbanos, em parceria com a Marcopolo, e em transformação do algodão, que envolverá parceria com o setor privado brasileiro no ramo têxtil.

32. Nesse sentido, o Brasil se transforma em parceiro sólido do Mali, com o "soft power" da cooperação internacional. Mas também com o comércio, como a venda dos Super Tucano e dos sistemas adicionais de defesa, projetos ora em andamento e que envolvem empresas como a ATECH e a AVIBRAS. Há pouco realizou-se novo treinamento de pilotos da Força Aérea do Mali na operação das aeronaves ST, e foi recebida em Bamako delegação da Embraer para instalar o centro de comando dos ST.

33. Não é à toa que o Brasil figura hoje entre os seis mais importantes parceiros do Mali em defesa, depois de França, Estados Unidos, China, Rússia e Espanha. E, pouco a pouco, a carteira de cooperação bilateral também vai inserindo o Mali no mapa dos principais parceiros brasileiros.

COMÉRCIO

a) Quadro Geral

34. O Mali tem um PIB de 17,2 bilhões de dólares, com distribuição per capita de USD 862. Sua posição no comércio mundial em exportações de mercadorias é a de número 127, e de 130, em importações, entre 196 países monitorados pela OMC. No comércio de serviços, ocupa a posição 153. O comércio representa 28% do PIB. Em 2018 (último dado disponível pela OMC), o Mali apresentou um volume comercial de 7,8 bilhões de dólares, dos quais 2,9 em exportações e 4,9 em importações.

35. Dentre os principais produtos de exportação agrícola, encontram-se o algodão, animais vivos, frutas (figos, abacaxi e abacates), e, dentre os principais de importação, estão o arroz, trigo, óleo de palma e açúcar. No campo de bens, serviços e "commodities", os principais produtos de exportação são o ouro, minérios e fertilizantes, peças e componentes, potássio, e, dentre os de importação, estão o petróleo, medicamentos, cimento e aparelhos de telecomunicações.

b) Brasil

36. No que diz respeito à relação com o Brasil, o comércio bilateral recebeu, conforme anteriormente dito, grande

impulso com a operação de exportação de quatro aeronaves Super Tucano da Embraer em 2018. A venda das aeronaves ocorre conjuntamente com um pacote de exportação de suprimentos, peças, munições e armamentos, alguns pesados, como mísseis ar-terra. Essas vendas estão atreladas de certa forma às aeronaves brasileiras e deverão aumentar o fluxo comercial bilateral nos próximos anos, já tendo o Mali saltado da posição 51 para a posição 24 entre os principais parceiros comerciais do Brasil na África, e da posição 204 para a posição 145 entre os parceiros globais.

37. O intercâmbio comercial do Mali com o Brasil flutua muito em decorrência de crises econômicas ou da situação securitária no Mali, ou mesmo em função de operações comerciais sazonais, tópicas. Por exemplo, de 2008 a 2012, esse intercâmbio diminuiu 57%, de 5,6 a 2,3 milhões de dólares. Essa queda deveu-se, sobretudo, à recessão global iniciada em 2008, que reduziu a capacidade de pagamento do Mali e a demanda por produtos brasileiros. Por outro lado, de 2015 a 2019, essa corrente comercial cresceu muito pela operação comercial com a venda dos Super Tucano em 2015, passando o comércio bilateral de uma média anterior de 5 milhões de dólares por ano, para 70 milhões em 2015, de volta à média de 5 milhões até 2018, saltando a 15 milhões em 2019 graças às exportações de ônibus da Marcopolo.

38. Empresários da ATECH, empresa do grupo Embraer, foram apoiados em 2019 por diversas vezes em Bamako para gestões com as autoridades de defesa do Mali para a exportação de sistemas de radar e vigilância que se integram às aeronaves Super Tucano entregues em 2018, mas que podem ser integrados também aos sistemas militares de defesa hoje existentes nas Forças Armadas do Mali.

c) Mali e a ZLCA

39. Vale registrar que a economia do Mali, que hoje integra a Zona de Livre Comércio da África (ZLCA), é bastante aberta. Existem poucas restrições comerciais ou barreiras não-tarifárias. A tarifa média de importação extra-zona da ZLCA é de 12%, sendo a mais alta de 35% (dentro do padrão da OMC). NO campo dos investimentos em extração mineral, praticamente inexistem restrições, bastando o pagamento de imposto de extração. Trata-se de mercado aberto, embora o peso da burocracia seja elevadíssimo, pois não existe muito avanço em facilitação do comércio nesse terreno.

40. Se o comércio intra-africano do Mali é ainda reduzido, é de se esperar que a criação da ZLC possa gradualmente melhorar esse cenário. Além disso, país com poucos investimentos internacionais, a criação da ZLC poderá

fomentar novas parcerias dispostas a aproveitar os vastos recursos agrícolas e minerais do país para criar plataformas exportadoras para a África, em especial na mineração, com destino sobretudo à África do Sul e à Nigéria.

41. No terreno dos serviços, que ocupam cerca de 30% do PIB do Mali (sendo a agricultura 60% e a indústria apenas cerca de 10%), a ZLC tende a permitir maior interação com as economias vizinhas mais importantes, como Senegal e Nigéria, além da Costa do Marfim e, pouco a pouco, o Chade, economia em crescimento. Hoje o campo dos serviços depende sobretudo de investimentos franceses, em bancos e telefonia, e chineses, em engenharia, estando nas mãos de malineses os demais nichos de serviços locais.

42. Em 2019, a Embaixada propôs a realização de missão comercial de importadores do Mali ao Brasil. Participa da iniciativa o grupo malinês de comércio UACI (União Africana pelo Comércio Internacional), composto de importadores de peso no Mali, e seu presidente mostrou grande interesse em expandir negócios com os exportadores brasileiros, haja vista as vantagens comparativas da indústria, serviços e do agronegócio brasileiros. Segundo a UACI, os principais setores de seu interesse no Brasil são: financeiro e seguros, aviação, transporte e locação de veículos, comércio em geral, importação e exportação, energias renováveis (painéis solares), distribuição de produtos farmacêuticos e equipamentos médicos, engenharia de recuperação de estruturas sanitárias urbanas e distribuição de produtos alimentares e agrícolas.

INVESTIMENTOS

43. EM 2019, a Embaixada reuniu-se, em duas ocasiões, com o Ministro de Transportes e Mobilidade Urbana do Mali, Ibrahim Abdoul Ly. As reuniões tiveram por objetivo retomar o projeto de cooperação, investimentos e comércio com o Brasil por meio da participação da empresa Marcopolo no desenho de um novo sistema de transportes públicos na capital do país.

44. Encontra-se em gestação, também, importante investimento privado brasileiro em pecuária no Mali, por meio da empresa Briqfeno, do empresário Gilberto Machado. Trata-se de montagem de fábrica de feno compactado para distribuição pelo interior nas zonas de criação de gado, com vistas a melhorar a alimentação e a produtividade do gado malinês. O empreendimento envolve também construção de abatedouro e armazém.

ECONOMIA

45. Não podia faltar, no presente Relatório de Gestão, menção sobre a pandemia do covid-19 e seus impactos sobre a economia do Mali. A pandemia pode não ter ainda golpeado de forma dura a população do Mali, à luz dos números relativos de contágios e falecimentos para uma população de 19 milhões, em especial se comparados aos países mais atingidos em escala global e com população igualmente numerosa.

46. No entanto, as consequências econômicas poderão ser pesadas para um país com 42% da população abaixo da linha da pobreza, dependente do mercado exterior, exportador de "commodities", importador de bens de consumo e com alto índice de informalidade (80% no setor primário e elevada informalidade em comércio e serviços). Mesmo se os efeitos da pandemia não têm sido muito altos do ponto de vista de contágios ou no que toca à atenção de saúde, o governo do Mali viu-se na contingência de fechar o país desde 17 de março e de adotar medidas como o fechamento de fronteiras terrestres e aéreas (exceto carga), restrição de movimentos da cidadania (toque de recolher), adoção de teletrabalho e outras medidas de distanciamento social, como fechamento de mercados e redução da atividade comercial e de serviços.

47. Estima-se que a recessão mundial, e a europeia em particular, possa causar impactos negativos sobre a demanda exportadora do Mali e a expectativa de crescimento de 5.3% do PIB de aproximadamente 18 bilhões de dólares, anteriormente prevista pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para 2020. Agora, segundo o Banco Mundial, cujas projeções são mais otimistas, esse crescimento já se calcula ficaria abaixo de 4%. Por outro lado, relatório das Nações Unidas indica que a queda seria muito maior, com crescimento de meros 0.9%.

48. Diante desse quadro, calcula-se que 800 mil malineses entrarão na linha de pobreza, que já atinge cerca de 8 milhões de pessoas. Isso deverá piorar o quadro de vulnerabilidade alimentar no Mali, que já atinge 1,3 milhão de pessoas, dos quais 240 mil refugiados internos e 26 mil refugiados de outros países do Sahel.

49. Os impactos da pandemia, seja pelas medidas internas de confinamento ou fechamento, seja pela recessão global, implicarão:

a) redução das exportações de produtos de base (80% do emprego rural) e de importações (abastecimento agro-alimentar e bens de consumo); b) Redução do fluxo de financiamento externo (investimentos estrangeiros diretos, ajuda externa,

cooperação, remessas de migrantes na Europa, ingressos de turismo); e c) impactos diretos sobre a mortalidade da população e sobre os contagiados (esses números até o momento não foram elevados, relativamente), com efeitos negativos sobre os ingressos domiciliares.

50. No que concerne às finanças públicas, as consequências da pandemia não tardarão a se fazer notar. Desde a reunião dos chefes de Estado da UEMOA, em 27 de abril, os países membros decidiram suspender temporariamente a aplicação de rigor fiscal e orçamentário, acedendo ao aumento do deficit orçamentário e à contratação de novos créditos. No que diz respeito ao Mali, os efeitos serão o aumento do déficit orçamentário de 3 a 6% do PIB e a redução das receitas fiscais a menos de 13% do PIB.

51. Em março, o Mali negociou com o G-20 a suspensão do pagamento de sua dívida de 10 milhões de dólares nos próximos seis meses. Embora isso aumente um pouco a liquidez das contas públicas para enfrentar as medidas sanitárias da pandemia, a dívida pública em relação ao PIB passará de 39% a 45%. Em abril o Mali obteve do Fundo Monetário Internacional 200 milhões de dólares de crédito rápido, bem como suspensão de pagamento da dívida como parte do esforço do FMI de apoiar 25 países mais pobres do mundo nesse período crítico.

52. Em matéria de comércio internacional, é bem verdade que o Mali se beneficiará do aumento do ouro desde janeiro (15%), que representa 62% das exportações. Mas as exportações de algodão (11% do total) e de carne (8%) sofrerão importante queda. Outro setor que será fortemente atingido pela pandemia será o de remessas de migrantes do Mali na Europa. O valor das remessas anuais ao Mali para o sustento de suas famílias ou investimentos novos é de 6% do PIB, ou cerca de 800 milhões de dólares. A recessão econômica na Europa já está levando ao desemprego desses migrantes e à redução da sua capacidade financeira de remessa ao Mali.

53. Diante das consequências - que se mostram nefastas - da pandemia sobre a economia do Mali, país já por si atingido pela gravidade do conflito interno contra os grupos armados terroristas (cerca de 25% do orçamento é destinado a gastos de defesa), imerso em uma crise de milhares de refugiados e deslocados pela guerra, e dono de um dos piores índices de desenvolvimento humano (IDH) globais (posição 154 de 157 países avaliados), o governo do Mali decidiu antecipar as medidas de desconfinamento, já desde meados de maio, e enfrentar a pandemia com medidas de prevenção e alerta da sociedade para as necessidades básicas de distanciamento social, uso obrigatório de máscaras e proibição de aglomerações.

MINUSMA

54. A MINUSMA - Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas de Estabilização do Mali -, criada pelas Resoluções 2100 e 2164 do Conselho de Segurança da ONU, em 2014, é hoje a que maiores baixas apresenta no seio do sistema de missões de paz da ONU, com 207 militares e civis falecidos até o momento. Integram-na, no que se refere aos contingentes militares, exércitos majoritariamente de países africanos do oeste do continente.

55 O Brasil tem sido sondado informalmente em Bamako, mas também o foi em reunião em Paris, em 2019, entre os chefes dos Estados-Maiores brasileiro e francês, sobre formas de engajamento na MINUSMA. Até momento, não se fez pedido formal, seja por meio da Embaixada, seja nas Nações Unidas em Nova York, mas estima-se que os dirigentes da MINUSMA esperem que esse apoio possa vir a ser considerado em logística aerotransportada ou em outra forma de participação com apoio não-combatente.

56. A Embaixada tem mantido contato frequente com as agências do sistema das Nações Unidas em Bamako, em especial o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e a UNICEF (United Nations Children Fund). Com a UNICEF, estuda-se parceria em projeto de cooperação sobre merenda escolar. Com o PMA, estará sendo executado, em julho de 2020, o início de programa de assistência humanitária alimentar, com fundos doados pela Agência Brasileira de Cooperação para a aquisição de alimentos essenciais à nutrição de 150 famílias, ou cerca de 1.000 refugiados, no campo de acolhida de refugiados da guerra no Mali em Senou, sul da capital Bamako.

CONCLUSÃO

57. O Brasil tem papel fundamental a desempenhar em um país como o Mali. As políticas e estratégias de desenvolvimento brasileiras, ao longo das últimas décadas, quase sempre resultado de esforço nacional de superação da pobreza, com conhecimentos, inovação e tecnologias elaboradas no Brasil, sobretudo no campo agrícola, que transformaram o Brasil em um dos maiores produtores mundiais na indústria agro-alimentar, são perfeitamente aplicáveis ao Mali e em muito poderão contribuir para o próprio desenvolvimento deste país. Raízes comuns e objetivos comuns constituem ingrediente ideal para que o Mali obtenha do Brasil os conhecimentos e meios necessários para o seu próprio salto de progresso.

58. Ao assumir a Embaixada, em 3 de janeiro de 2019, verifiquei que o espectro de possibilidades de cooperação e trabalho com o Mali é muito amplo, e que a receptividade seria positiva. Naquele ano e em 2020, essa previsão se fez real, ao lograr passar a carteira de cooperação bilateral de um para sete projetos em apenas 12 meses, dos quais cinco em pleno andamento (algodão, recuperação de solos agrícolas, pecuária, piscicultura e trabalho decente), outros dois já em fase de missão de prospecção (defesa civil e merenda escolar), além de um adicional a ser assinado em visita de chanceleres já confirmada, porém adiada pela pandemia (acordo de cooperação em matéria de defesa militar). Outros estão em estudos, como transformação do algodão na indústria têxtil, transportes públicos urbanos e produção de combustíveis limpos (etanol). Por outro lado, incrementaram-se as oportunidades comerciais com várias visitas de representantes de empresas de grande porte como AVIBRAS, ATECH e Marcopolo.

59. O terreno é fértil para uma embaixada com apenas doze anos de constituição, que tem diante de si inúmeras oportunidades de cooperação, comércio e investimentos para o desenvolvimento de ambas as nações.

9

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 36, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 21, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos

21 de Setembro de 2020

RELATÓRIO Nº , DE 2020

SF/20748.55301-52

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 21, de 2020 (Mensagem nº 353/2020, na origem), do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

RELATOR: Senador **JARBAS VASCONCELOS**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV). Nesse sentido, observando o preceito regimental para a sabatina (artigo 383, I, *a*), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata indicado.

O Senhor JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO, filho de Mauro Mendes de Azeredo e de Maria do Rosário

Lopes, nasceu no Rio de Janeiro/RJ em 1968. Ele é graduado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB).

O indicado concluiu no Instituto Rio Branco: o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) em 1991; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 2001; e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2009. Em relação ao CAE, apuramos que defendeu tese intitulada: "O investimento brasileiro na Argentina no século 21: desafios para a atuação diplomática brasileira". O diplomata ascendeu a terceiro-secretário em 1992; a segundo-secretário em 1997; a primeiro-secretário em 2003; a conselheiro em 2007; e a ministro de segunda em 2011.

SF/20748.55301-52

Entre as funções desempenhadas na carreira diplomática e na Administração Federal destacam-se: Chefe da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (2003); Conselheiro e Ministro na Embaixada em Buenos Aires (2008); Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia (2011); Ministro-Conselheiro da Missão junto às Nações Unidas em Nova York (2012); Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais (2014); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Lisboa (2016); e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Ottawa (2019).

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre o Suriname, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, bem como relação dos tratados celebrados entre os dois países. Desse material, extraímos resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao indicado.

Antiga colônia holandesa, o Suriname está situado entre a França (Guiana Francesa) e a Guiana. Com o Brasil são 593 km de fronteira localizada quase toda ela com o estado do Pará, sendo apenas 25 km com o Amapá. O país tem o menor território da América do Sul e conta com população estimada em 560 mil habitantes. Esse contingente humano é majoritariamente composto por descendentes de indianos e mestiços de europeus e africanos. Dessa forma, o país encontra-se entre os mais diversos do mundo, abrangendo expressiva quantidade de grupos étnicos, religiosos e linguísticos.

SF/20748.55301-52

Outra curiosidade está no fato de o Suriname ser a única nação fora do contexto europeu em que a língua oficial é o neerlandês. O país, que se tornou independente em 1975, segue mantendo estreitos vínculos culturais, econômicos e diplomáticos com o Reino dos Países Baixos. Não surpreende, assim, que o Suriname seja considerado um país culturalmente caribenho.

Nesse sentido, é membro da Comunidade do Caribe (CARICOM). Essa circunstância, no entanto, não inviabiliza sua condição de Estado Associado do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Estado Membro, por motivos óbvios, da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

O relacionamento bilateral experimenta momento singular nos últimos cinco anos. Desse modo, verifica-se no período a ocorrência de visitas em nível de Chefe de Estado, bem como de chanceler. Inobstante ser o único país vizinho com quem não temos ligação viária direta, as relações entre Brasil e Suriname têm dinamismo compatível com a estatura de suas respectivas economias.

Dessa forma, a balança comercial é favorável ao nosso país. Em 2019, o intercâmbio atingiu a cifra de US$ 36,6 milhões, com saldo favorável de US$ 34,6 milhões ao Brasil. Importamos arroz (98,1%) e exportamos máquinas mecânicas (24%), carnes (10,4%), preparações de carnes (7,8%), calçados (5,9%), máquinas elétricas (5,4%), cerâmicos (5,1%), preparações de cereais (3,4%), automóveis (3,2%), obras de ferro ou aço (3,0%), móveis (2,9%) e outros (28,9%).

Somos o sétimo fornecedor de produtos para o Suriname, que tem com principais parceiros comerciais os Estados Unidos da América, o Reino dos Países Baixos, a China, Trinidad e Tobago e o Japão. Nosso vizinho exporta sobretudo ouro, alumina (derivada da bauxita), petróleo e pedras preciosas. Recentemente foi descoberta importante reserva de ouro e constatada a possibilidade de exploração de grande quantidade de petróleo "offshore", bem assim de gás natural.

No momento presente, o Suriname é o país com maior carteira de projetos em programas bilaterais coordenados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Essa cooperação técnica abrange distintas áreas, tais

como: fortalecimento institucional, meio ambiente, geologia, saúde e alimentação escolar. Defesa e segurança pública são, por igual, temas inseridos na agenda de cooperação. Em relação a eles, importa ressaltar que o Suriname enfrenta, nos dias atuais, importante desafio no tocante ao combate da criminalidade transnacional (tráfico de drogas, armas e pessoas).

Relativamente à comunidade de brasileiros residentes no Suriname, ela é estimada entre 15 e 30 mil pessoas. Esse grupo é integrado essencialmente por garimpeiros, que são, em sua maioria, indocumentados. Cuida-se, assim, de grupo humano em situação de extrema vulnerabilidade. Esse contexto segue representando tema sensível na pauta bilateral.

Tendo em vista a natureza da matéria, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20748.55301-52

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 5ª Reunião da CRE
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Renan Calheiros (MDB)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	2. Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente
Marcio Bittar (MDB)	Presente	3. Simone Tebet (MDB)	
Esperidião Amin (PP)	Presente	4. Daniella Ribeiro (PP)	
Ciro Nogueira (PP)		5. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
Roberto Rocha (PSDB)		1. Izalci Lucas (PSDB)	Presente
Mara Gabrilli (PSDB)		2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS)	
Major Olimpio (PSL)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Kátia Abreu (PP)	Presente	1. Acir Gurgacz (PDT)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)	Presente	2. Flávio Arns (PODEMOS)	
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)			
Fernando Collor (PROS)	Presente	1. VAGO	
Jaques Wagner (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	Presente
Humberto Costa (PT)			
PSD			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	2. Angelo Coronel (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	Presente
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PODEMOS			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	1. Elmano Férrer (PODEMOS)	

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 5ª Reunião da CRE
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Otto Alencar
Carlos Viana

8 Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 21/2020 - I.JOSÉ A -SURINAME

Início da votação: 21/09/2020 18:00:00 Fim da votação: 21/09/2020 20:47:59

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,		**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,**	
MECIAS DE JESUS	**votou**	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**
MARCIO BITTAR	**votou**	3. SIMONE TEBET	
ESPERIDIÃO AMIN	**votou**	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		**Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)**	
ROBERTO ROCHA		1. IZALCI LUCAS	**votou**
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	**votou**	3. SORAYA THRONICKE	**votou**
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,		**Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,**	
KÁTIA ABREU		1. ACIR GURGACZ	**votou**
RANDOLFE RODRIGUES	**votou**	2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA	**votou**	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,**	
FERNANDO COLLOR	**votou**	1. VAGO	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	**votou**
HUMBERTO COSTA			
PSD		**PSD**	
NELSINHO TRAD	**votou**	1. CARLOS FÁVARO	**voto não computado**
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	2. ANGELO CORONEL	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)		**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)**	
CHICO RODRIGUES	**votou**	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO		2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS		**PODEMOS**	
MARCOS DO VAL	**votou**	1. ELMANO FÉRRER	

Votação:

TOTAL 16 SIM 16 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senador Nelsinho Trad
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 21/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DO SURINAME, COM 16 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

RELATÓRIO Nº , DE 2020

SF/20748.55301-52

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 21, de 2020 (Mensagem nº 353/2020, na origem), do Senhor Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

RELATOR: Senador **JARBAS VASCONCELOS**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV). Nesse sentido, observando o preceito regimental para a sabatina (artigo 383, I, *a*), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo do diplomata indicado.

O Senhor JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO, filho de Mauro Mendes de Azeredo e de Maria do Rosário

Lopes, nasceu no Rio de Janeiro/RJ em 1968. Ele é graduado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB).

O indicado concluiu no Instituto Rio Branco: o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) em 1991; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 2001; e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2009. Em relação ao CAE, apuramos que defendeu tese intitulada: "O investimento brasileiro na Argentina no século 21: desafios para a atuação diplomática brasileira". O diplomata ascendeu a terceiro-secretário em 1992; a segundo-secretário em 1997; a primeiro-secretário em 2003; a conselheiro em 2007; e a ministro de segunda em 2011.

SF/20748.55301-52

Entre as funções desempenhadas na carreira diplomática e na Administração Federal destacam-se: Chefe da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (2003); Conselheiro e Ministro na Embaixada em Buenos Aires (2008); Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia (2011); Ministro-Conselheiro da Missão junto às Nações Unidas em Nova York (2012); Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais (2014); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Lisboa (2016); e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Ottawa (2019).

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre o Suriname, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, bem como relação dos tratados celebrados entre os dois países. Desse material, extraímos resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao indicado.

Antiga colônia holandesa, o Suriname está situado entre a França (Guiana Francesa) e a Guiana. Com o Brasil são 593 km de fronteira localizada quase toda ela com o estado do Pará, sendo apenas 25 km com o Amapá. O país tem o menor território da América do Sul e conta com população estimada em 560 mil habitantes. Esse contingente humano é majoritariamente composto por descendentes de indianos e mestiços de europeus e africanos. Dessa forma, o país encontra-se entre os mais diversos do mundo, abrangendo expressiva quantidade de grupos étnicos, religiosos e linguísticos.

SF/20748.55301-52

Outra curiosidade está no fato de o Suriname ser a única nação fora do contexto europeu em que a língua oficial é o neerlandês. O país, que se tornou independente em 1975, segue mantendo estreitos vínculos culturais, econômicos e diplomáticos com o Reino dos Países Baixos. Não surpreende, assim, que o Suriname seja considerado um país culturalmente caribenho.

Nesse sentido, é membro da Comunidade do Caribe (CARICOM). Essa circunstância, no entanto, não inviabiliza sua condição de Estado Associado do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Estado Membro, por motivos óbvios, da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

O relacionamento bilateral experimenta momento singular nos últimos cinco anos. Desse modo, verifica-se no período a ocorrência de visitas em nível de Chefe de Estado, bem como de chanceler. Inobstante ser o único país vizinho com quem não temos ligação viária direta, as relações entre Brasil e Suriname têm dinamismo compatível com a estatura de suas respectivas economias.

Dessa forma, a balança comercial é favorável ao nosso país. Em 2019, o intercâmbio atingiu a cifra de US$ 36,6 milhões, com saldo favorável de US$ 34,6 milhões ao Brasil. Importamos arroz (98,1%) e exportamos máquinas mecânicas (24%), carnes (10,4%), preparações de carnes (7,8%), calçados (5,9%), máquinas elétricas (5,4%), cerâmicos (5,1%), preparações de cereais (3,4%), automóveis (3,2%), obras de ferro ou aço (3,0%), móveis (2,9%) e outros (28,9%).

Somos o sétimo fornecedor de produtos para o Suriname, que tem com principais parceiros comerciais os Estados Unidos da América, o Reino dos Países Baixos, a China, Trinidad e Tobago e o Japão. Nosso vizinho exporta sobretudo ouro, alumina (derivada da bauxita), petróleo e pedras preciosas. Recentemente foi descoberta importante reserva de ouro e constatada a possibilidade de exploração de grande quantidade de petróleo "offshore", bem assim de gás natural.

No momento presente, o Suriname é o país com maior carteira de projetos em programas bilaterais coordenados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Essa cooperação técnica abrange distintas áreas, tais

como: fortalecimento institucional, meio ambiente, geologia, saúde e alimentação escolar. Defesa e segurança pública são, por igual, temas inseridos na agenda de cooperação. Em relação a eles, importa ressaltar que o Suriname enfrenta, nos dias atuais, importante desafio no tocante ao combate da criminalidade transnacional (tráfico de drogas, armas e pessoas).

Relativamente à comunidade de brasileiros residentes no Suriname, ela é estimada entre 15 e 30 mil pessoas. Esse grupo é integrado essencialmente por garimpeiros, que são, em sua maioria, indocumentados. Cuida-se, assim, de grupo humano em situação de extrema vulnerabilidade. Esse contexto segue representando tema sensível na pauta bilateral.

Tendo em vista a natureza da matéria, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20748.55301-52

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 21, DE 2020

(nº 353/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

DESPACHO: À CRE

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

Os méritos do Senhor **JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, de de 2020.

EM nº 00079/2020 MRE

Brasília, 5 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Suriname.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

OFÍCIO Nº 346 /2020/SG/PR

Brasília, 22 de JUNHO de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE ***JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO***
CPF.: 342.842.571-53
ID.: 10261 MRE

1968	Filho de Mauro Mendes de Azeredo e Maria do Rosario Lopes, nasce em 4 de junho, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1989	Ciências Sociais pela Universidade de Brasília/DF
1991	CPCD - IRBr
2001	CAD - IRBr
2009	CAE – IRBr
Cargos:	
1992	Terceiro-Secretário
1997	Segundo-Secretário
2003	Primeiro-Secretário, por merecimento
2007	Conselheiro, por merecimento
2011	Ministro de Segunda Classe
Funções:	
1992	Departamento de Integração Latino-americana, assessor
1993	Divisão do Mercado Comum do Sul, assistente
1997	Embaixada em Washington, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
2000	Embaixada em Buenos Aires, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
2003	Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, Subchefe, Chefe, substituto e Chefe
2008	Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro e Ministro
2011	Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia, Chefe de Gabinete
2012	Missão junto às Nações Unidas em Nova York, Ministro-Conselheiro
2014	Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais, Diretor
2016	Embaixada em Lisboa, Ministro-Conselheiro
2019	Embaixada em Ottawa, Ministro-Conselheiro
Condecorações:	
2014	Medalha do Mérito Tamandaré
2016	Ordem do Mérito Naval

FÁTIMA KEIKO ISHITANI
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SURINAME

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio de 2020

APRESENTAÇÃO

Situado ao norte da América do Sul, o Suriname é banhado pelo Oceano Atlântico ao norte e faz fronteira com o Brasil ao sul, com a Guiana Francesa a leste e com a Guiana a oeste. Com território de 163.820 km^2, é o 93º maior país do mundo e o menor da América do Sul.

O ano de 2020 marca os 45 anos de independência do país. Primeiramente explorado pelos espanhóis no século XVI e depois pelos ingleses em meados do século XVII, o Suriname tornou-se colônia holandesa em 1667. Com a abolição da escravidão africana em 1863, trabalhadores foram trazidos da Índia e Java. A diversidade étnica que permeou toda a história do país é uma das características marcantes até hoje na sociedade surinamesa.

Em 25/11/1975, o Suriname conquistou sua independência em relação à Holanda, tendo iniciado suas relações bilaterais com o Brasil em 1976. Após cinco anos de sua independência, o país sofreu um golpe de Estado e passou a ser governado *de facto* por regime militar a partir de 1980. A redemocratização plena foi alcançada em 1992.

O Suriname está dividido em 10 distritos. A população surinamesa é de aproximadamente 590 mil habitantes, segundo estimativa do FMI para o ano de 2019. Cerca de metade da população surinamesa encontra-se na capital, Paramaribo.

O Suriname é um dos países que mais conta com maior cobertura florestal do mundo: 93% de seu território é coberto por vegetação nativa. O país é, ainda, rico em recursos minerais, notadamente ouro, alumina (derivada da bauxita) e petróleo, principais produtos de sua pauta exportadora.

No âmbito regional, o Suriname é estado associado ao MERCOSUL, além de ser membro da Comunidade do Caribe (CARICOM) e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

O atual presidente, Dési Bouterse, tomou posse em 12/8/2010 e encontra-se em seu segundo mandato.

PERFIS BIOGRÁFICOS

DESIRÉ "DÉSI" DELANO BOUTERSE
Presidente da República

Desiré "Dési" Delano Bouterse nasceu em Domburg, Distrito de Wanica, em 13/10/1945. Em 1968, mudou-se para os Países Baixos. Formou-se pela "*Koninklijke Militaire School*" (Academia Real Militar), em Weert.

Bouterse retornou ao Suriname no mesmo mês da independência do país, em novembro de 1975. Com o golpe de Estado em 25/2/1980, foi presidente do Conselho Nacional Militar, órgão que governou *de facto* o país durante a ditadura castrense, entre 1980 e 1988. De 1988 a 1991, chefiou o Conselho de Estado, criado pela constituição de 1987. Em dezembro de 1990, participou da dissolução do governo eleito democraticamente três anos antes.

Em 1992, após a redemocratização do país, Bouterse permaneceu ativo politicamente, sendo um dos líderes do Partido Nacional Democrático (NDP), o maior partido do Suriname em número de afiliados, de base ideológica nacionalista.

Foi eleito presidente, pela Assembleia Nacional, em julho de 2010, e reeleito em julho de 2015.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre o Brasil e o Suriname passam por excelente momento, como se comprova na quantidade de encontros de alto nível realizados no passado recente. Em 2018, foram realizados três encontros em nível de presidente da República ou chanceler. O presidente Dési Bouterse realizou visita ao então presidente Michel Temer em maio de 2018, na companhia de extensa delegação. Na ocasião, foram assinados o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) e Memorando de Entendimento entre a Polícia Federal e a Polícia Surinamesa, bem como cinco ajustes complementares de projetos de cooperação técnica. Em 14 de dezembro de 2018, o então ministro Aloysio Nunes visitou Paramaribo, retribuindo a visita da chanceler Yldiz Pollack-Beighle ao Brasil em fevereiro de 2018. Em janeiro de 2019, compareceram à Posse Presidencial o vice-presidente da República, Michael A.S. Adhin, e a ministra dos Negócios Estrangeiros, Yldiz Pollack-Beighle.

Brasil e Suriname tem conseguido manter relacionamento bilateral dinâmico não obstante as dificuldades de transporte: a fronteira entre Brasil e Suriname estende-se por 593 km, em região de baixa densidade demográfica e importantes barreiras naturais (Serra do Tumucumaque e floresta equatorial) e por reservas indígenas. Trata-se do único país vizinho com quem o Brasil não tem ligação viária direta e da única fronteira brasileira onde inexistem cidades-gêmeas.

Infraestrutura

O Governo surinamês demonstra interesse em eventual construção de rodovia que interligue diretamente os dois países. No passado recente, o Ministério do Meio Ambiente e o então Ministério dos Transportes apontavam restrições ao projeto de ligação direta, especialmente por conta da baixa relação custo/benefício e da existência de áreas indígenas, de remanescentes quilombolas e de unidades de conservação ambiental em toda a extensão de fronteira. Não obstante, a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, retomou, em 2019, as discussões sobre a extensão da BR-163, conectando a cidade de Óbidos, no estado do Pará, à fronteira do Suriname.

Comércio bilateral

As reduzidas dimensões da economia do Suriname, bem como a ausência de linha de navegação e de rota terrestre, limitam as possibilidades do comércio bilateral. Não obstante, há espaço substantivo para a ampliação do fluxo comercial.

A balança comercial entre o Brasil e o Suriname é extremamente favorável para o Brasil. Segundo dados do Ministério da Economia, em 2019 o intercâmbio comercial atingiu a cifra de US$ 36,6 milhões, com saldo

amplamente favorável ao Brasil (US$ 34,6 milhões). Nos três primeiros meses de 2020, quando comparado ao mesmo período do ano anterior, observa-se contração da ordem de 7,8% nas exportações brasileiras, bem como a ausência de exportações surinamesas.

Em 2019, enquanto a pauta das exportações do Suriname ao Brasil representava, em sua quase totalidade, carregamentos de arroz (98,1%), as exportações brasileiras ao país vizinho apresentavam maior valor agregado, sendo que, aproximadamente um quarto delas são máquinas mecânicas, seguido de carnes (10,3%), preparações de carnes (7,8%), calçados (5,9%), máquinas elétricas (5,4%) e cerâmicos (5,1%). No ano passado, o Brasil foi o sétimo país fornecedor de produtos ao Suriname, ao passo que o Brasil ocupou o 25º lugar no *ranking* de principais destinos das exportações surinamesas. Os principais parceiros comerciais do Suriname são EUA, Países Baixos, China e Trinidad e Tobago.

Em 2019, as principais portas de saída das exportações brasileiras para o Suriname foram os Portos de Santos (SP), Itajaí (SC) e Rio Grande (RS).

Cooperação técnica

A intensa e multifacetada agenda de cooperação é ponto de destaque das relações bilaterais. O Programa de Cooperação Técnica entre Brasil e Suriname tem como marco legal o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, firmado e promulgado em 1976.

Atualmente, o Suriname é o maior recipiendário de cooperação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O programa de cooperação técnica Brasil - Suriname conta com a maior carteira, em número de projetos, entre os programas bilaterais coordenados pela ABC. Os projetos que, em seu conjunto, compõem a atual pauta da cooperação técnica abrangem áreas diversas como alimentação escolar, fortalecimento institucional, meio ambiente, recursos hídricos, geologia, agricultura, saúde, manejo florestal e cultivo sustentável, além de cooperação entre academias diplomáticas.

No que diz respeito à cooperação trilateral, encontram-se em execução dois projetos com organismos internacionais nas áreas de gestão dos recursos hídricos e de biodiversidade e florestas, ambos no âmbito da parceria estabelecida pelo Brasil e o Suriname com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Há, ainda, cooperação trilateral com o governo chileno para a execução de projeto na área de segurança alimentar e sanidade agropecuária.

Ressalte-se, por fim, recente doação, em valor equivalente a US$ 100 mil, a título de assistência humanitária, do Governo brasileiro ao Suriname, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos, para aquisição de equipamentos, medicamentos, insumos hospitalares e ambulâncias a fim de contribuir para a implementação de seu Plano Nacional de Contingência contra a COVID-19.

Cooperação em Defesa

A cooperação em defesa com o Suriname constitui um dos principais e mais tradicionais pilares do relacionamento bilateral. A cooperação bilateral nessa área tem por base o Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, em vigor desde 12 de setembro de 2012. Os principais aspectos da cooperação militar são a capacitação de recursos humanos, o desenvolvimento de doutrina militar e a modernização de equipamentos de defesa. O Brasil foi o único país convidado a contribuir para o estabelecimento do programa da recém-criada Academia Militar do Suriname, a qual conta, inclusive, com o ensino da língua portuguesa em seu currículo. A coordenação da preparação física dos militares surinameses também está a cargo de assessores militares brasileiros.

Em setembro de 2018, a Marinha doou 100 coletes salva-vidas, tal como solicitado pela armada surinamesa. O gesto, embora modesto, serve para fortalecer as capacidades das forças armadas daquele país e contribui para a consolidação da relação bilateral na área de defesa.

Como resultado concreto da visita de trabalho de representante do Gabinete de Segurança Institucional em 17 e 18 de julho de 2018, foi assinado, em dezembro daquele ano, Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação em Segurança Cibernética. O Comitê Conjunto Brasil-Suriname sobre a implementação do referido documento reuniu-se, pela primeira vez, em julho de 2019.

Cooperação em Segurança Pública

Entre os crimes transnacionais enfrentados pelo Suriname destacam-se o tráfico de drogas, de armas e de pessoas. Relatórios da *Drug Enforcement Agency*, dos EUA, de 2018, indicam que 15% da droga consumida no mundo passariam pelo país. Traficantes utilizariam o território surinamês como corredor de passagem de drogas, mediante utilização de pequenas aeronaves e embarcações, ou mediante o uso de containers com produtos de exportação para envio à Europa e aos Estados Unidos.

Conquanto menos rentável que o tráfico de drogas, o tráfico de seres humanos é o ilícito com maior impacto no Brasil. Os principais alvos das quadrilhas de traficantes são homens de baixo nível de escolaridade e em situação de pobreza arrebanhados para trabalhar no garimpo de ouro em condições, muitas das vezes, análogas à escravidão. Outro alvo das gangues do tráfico de pessoas são mulheres brasileiras cooptadas para tornar-se dançarinas ou profissionais do sexo.

Do ponto de vista da segurança interna, as regiões de garimpo são aquelas que exibem os índices de criminalidade mais elevados, enquanto a capital Paramaribo, que abriga cerca de 45% da população do país, apresenta nível de criminalidade bem abaixo da média sul-americana.

A principal dificuldade enfrentada pelo Suriname no campo da segurança pública é a falta de recursos para adquirir equipamentos, pagar salários adequados aos policiais e manter cursos permanentes de qualificação. A assinatura, em maio de 2018, de Memorando de Entendimento para Cooperação Interinstitucional entre a Polícia Federal brasileira e o Corpo de Polícia do Suriname (KPS) poderá ajudar a mitigar tais deficiências, vez que poderá elevar a cooperação policial bilateral aos já bem sucedidos patamares da cooperação em matéria de defesa prestada pelo Brasil há décadas.

Nos últimos meses, o governo surinamês tem buscado estreitar o diálogo sobre temas de segurança pública com os países que lhe são limítrofes e estabelecer mecanismos de comunicação permanente. Seria de especial interesse, segundo o governo local, o envolvimento da França e do Brasil, uma vez que grande parte da área conflituosa em temas migratórios, ambientais e securitários encontra-se na faixa de fronteira com a Guiana Francesa, local que contaria com a presença de grande comunidade brasileira nos garimpos da região.

Cooperação entre Academias Diplomáticas

O Suriname é um dos exemplos mais exitosos da política de cooperação acadêmico-diplomática desenvolvida pelo IRBr. Desde os anos 80, 14 diplomatas surinameses frequentaram o curso de formação no instituto. Atualmente, a Chancelaria surinamesa conta com altos funcionários em posição de prestígio e influência que ali estudaram e, em diversas ocasiões, manifestaram seu apreço e agradecimento pela oportunidade oferecida pelo governo brasileiro. O ex-chanceler Winston Lackin (2010-2015) foi aluno do instituto. O atual Embaixador do Suriname no Brasil, Sr. Marlon Faisal Mohamed Hoesein, também é egresso do IRBr.

Assuntos Consulares

A jurisdição consular de todo território do Suriname é coberta pela embaixada do Brasil naquele país. Para além da embaixada, não há consulados brasileiros no país, nem consulados honorários.

Estima-se que haja, atualmente, entre 15 a 30 mil brasileiros no Suriname (7º maior grupo estrangeiro no país), em sua ampla maioria de maneira irregular, sobretudo nas regiões de garimpo. A situação de extrema vulnerabilidade em que se encontra tal comunidade é um dos principais temas sensíveis da agenda bilateral. O governo do Suriname tem procurado estabelecer programas de legalização, os quais muitas vezes requereriam a apresentação de grande quantidade de documentos, deslocamentos a repartições públicas e pagamento de taxa de processamento, exigências que seriam difíceis de serem atendidas para grande parte do contingente brasileiro irregular e vulnerável no país.

Por ocasião da visita do ex-ministro Aloysio Nunes a Paramaribo, o Brasil propôs ao Suriname sua adesão ao Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, Bolívia e Chile, em vigor desde 2006, que ensejaria

a regularização migratória dos brasileiros no Suriname de forma ágil e desburocratizada.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há operações oficiais com o Suriname cobertas pelo Seguro de Crédito às Exportações ou operações de financiamento por meio do Finex/Proex.

POLÍTICA INTERNA

O Suriname é uma república presidencialista e seu mandatário é eleito pelo voto de dois terços dos 51 membros da Assembleia Nacional do país, os quais são eleitos por voto popular direto. O mandato presidencial é de 5 anos, sendo permitida a reeleição.

Em 2020, o Suriname completou 45 anos de independência. A diversidade étnica é uma das características marcantes do país com influências diretas no sistema partidário, com a identificação de diversos partidos políticos com grupos específicos: partido javanês, indiano, *maroon* (quilombolas), afro-surinamês etc. É comum, desde 1987, a formação de coalizões mistas entre partidos ligados a diferentes etnias, como é o caso da atual coalizão liderada pelo presidente Bouterse.

O retorno de Desiré Bouterse à presidência da República do Suriname, em 2010, deu-se sob questionamentos de parte da comunidade internacional. O mandatário surinamês é acusado de haver liderado dois golpes de Estado (1980 e 1990), além de ter contra si ordem de captura internacional solicitada por tribunal da Holanda, onde foi condenado *in absentia* por alegado tráfico de drogas em 1999, e de ser réu em processo por assassinatos de quinze opositores políticos em dezembro de 1982 (*Decembermoorden*).

Em 2012, o Parlamento do Suriname, dominado pelo partido de Bouterse (NDP), aprovou emenda à Lei de Anistia de 1989, que tornou inimputáveis os autores de violações aos direitos humanos cometidas em solo surinamês entre 1º de abril de 1980 e 19 de agosto de 1992, período no qual o Suriname esteve sob controle militar. Essa decisão, que beneficiou Bouterse, provocou forte reação de democracias europeias e dos Estados Unidos.

A despeito das turbulências enfrentadas no primeiro mandato (2010-2015), o partido de Bouterse obteve uma nova vitória nas urnas em 2015, mantendo o controle do Poder Legislativo e reconduzindo-o à Chefia do Poder Executivo. No mesmo ano, o Suriname passou por uma das mais graves crises econômicas de sua curta história como país independente. A principal empresa do país, SURALCO (controlada pela ALCOA), suspendeu a produção de alumina em razão dos baixos níveis de reservas de bauxita no país e da queda da cotação do mineral no mercado internacional. Também em 2015, os preços do ouro e do petróleo - principais produtos de exportação do Suriname - experimentaram significativa queda no mercado internacional. O Governo enfrentou forte queda de arrecadação, aumento exponencial do déficit fiscal, desvalorização da moeda local, espiral inflacionária e queda do PIB.

Em 2016, pela primeira vez desde sua independência em 1975, o Suriname negociou acordo de *stand-by* com o FMI, condicionado à implantação de

programa de reformas que previa corte profundo nas despesas do Governo e introdução de Imposto sobre Valor Agragado (IVA) para aumentar a arrecadação, entre outras medidas. A população, empobrecida e desempregada, reagiu às medidas impostas pelo FMI, o que levou Bouterse a cancelar o acordo em 2017.

A partir de 2018, com a alta dos preços internacionais das commodities exportadas pelo país, o Governo conseguiu impulsionar agenda reformista na economia e criar condições adequadas para o fortalecimento dos setores da agricultura, pecuária e avicultura, como meio para gerar empregos e reduzir a importação de alimentos.

A despeito da melhora no cenário econômico no país, o longo processo de julgamento dos chamados "crimes de dezembro" de 1982 (*decembermoorden*) é fonte permanente de instabilidade para o governo do Presidente Bouterse. Em 8 de dezembro daquele ano, quando Bouterse era o principal líder das forças armadas do Suriname, 15 adversários políticos foram torturados e executados sumariamente. Em 9 de junho de 2016, o Tribunal Militar do Suriname decidiu retomar o processo que investiga, entre supostos envolvidos, o Presidente Bouterse. O governo do Suriname considerou a medida uma ameaça ao Estado de Direito e à segurança nacional, empreendeu ofensiva política para reverter a decisão judicial e trouxe o assunto à atenção do corpo diplomático em Paramaribo, da Comunidade Caribenha e da União de Nações Sul-Americanas.

Em 29/11/2019, o mandatário surinamês foi condenado, em primeira instância, por tribunal militar, a vinte anos de prisão por ter sido considerado o mentor do *decembermoorden*. O governo tem indicado que o veredito teria natureza política, com o intuito de prejudicar a imagem do presidente, sobretudo em momento em que as eleições se aproximam no país.

As eleições para a Assembleia Nacional do Suriname, que terá a incumbência de eleger o presidente que governará o país pelo próximo quinquênio (2020-2025), foram realizadas em 25/5.

O partido do presidente, o NDP, é o que conta com maiores estrutura e capilaridade no país. A oposição a seu governo é bastante fragmentada, distribuindo-se em partidos de menor envergadura, vinculados a grupos étnicos específicos.

O atual cenário de pandemia de COVID-19 não causou interferência no calendário eleitoral. O governo surinamês tem conseguido mitigar o avanço da doença do país. Desde o início de maio, não se registram casos ativos no Suriname. Até 10/5, havia registro de dez casos no país e somente uma morte.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Suriname se caracteriza pela primazia da agenda de desenvolvimento e pela prioridade dada às relações com países que com ela possam contribuir. O Brasil é percebido como parceiro estratégico, devido à sua contribuição para a agenda de desenvolvimento do Suriname, a despeito da baixa densidade econômica da relação bilateral. Desde que assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros em fevereiro de 2017, a chanceler Yldiz Pollack-Beighle tem demonstrado que a cooperação sul-sul ocupa posição central em sua gestão. Inscreve-se nesse contexto a política de aproximação levada a cabo com países do entorno geográfico, com especial destaque para o Brasil, ao qual a chanceler se refere como "nosso irmão mais velho".

Outros países também são particularmente relevantes na agenda externa de Paramaribo:

Países Baixos

A antiga metrópole colonial é tradicional parceiro comercial e uma das principais fontes de ajuda financeira internacional, mas vem perdendo peso político e econômico nos últimos anos. A maior comunidade de surinameses expatriados (350 mil, equivalente a mais de 60% da população residente no país) vive na ex-metrópole.

A vitória do Presidente Bouterse em 2010 criou situação desconfortável para o governo holandês, em função da condenação do mandatário a pena de prisão por alegado tráfico internacional de drogas, por corte holandesa. Paralelamente, observou-se corte substancial nos programas de cooperação bilateral, sob o argumento de que o Suriname teria deixado de ser País de Menor Desenvolvimento Relativo. As recentes apreensões de contêineres com 19,5 milhões de euros procedentes do Suriname com destino final a Hong Kong, sem comprovação de origem, são outro irritante no relacionamento bilateral.

Em 2018, controversas declarações do Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, Stef Blok, a respeito do Suriname somente foram superadas com pedido de desculpas da ex-metrópole. As relações bilaterais encontram-se, desde então, em seu ponto mais baixo.

Estados Unidos

Os Estados Unidos têm priorizado questões relacionadas à segurança, ao combate de delitos transnacionais e à defesa. Comercialmente, os EUA – principal parceiro comercial do Suriname - têm perdido espaço em favor das trocas comercias com a China. Acusações, em 2013, contra o filho do mandatário surinamês por tráfico de drogas afastaram mais o Suriname de Washington.

China

O Suriname vivencia momento de boa relação política e diplomática com a China, marcado também pela intensificação do intercâmbio e cooperação entre os dois países nos campos da economia, educação, agricultura, comércio e cultura. Em novembro de 2019, Bouterse realizou visita de Estado ao país asiático. Nos últimos anos, a China tem adensado significativamente sua presença no Suriname. A comunidade chinesa é estimada em 40 mil pessoas. Há grande dependência surinamesa, sobretudo em matéria de financiamento e implementação de projetos de infraestrutura.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi, realizou visita oficial em setembro de 2019, no contexto de périplo caribenho. A ministra Pollack-Beighle anunciou, na ocasião, o início das negociações de acordo no setor de aviação civil que poderia converter o Suriname em "hub" aéreo entre o Caribe, a América Latina e a China. O chanceler chinês agradeceu, ainda, a posição surinamesa de reconhecimento de "uma só China".

Índia

As relações bilaterais com a Índia ganharam novo impulso com a visita do Presidente Ram Nath Kovind ao país em junho de 2018. Foi a primeira visita de um Chefe de Estado da Índia ao país, embora os países mantenham tradicionais relações diplomáticas, em razão da histórica migração de indianos ao Suriname desde a segunda metade do século XIX. Aproximadamente 30% da população surinamesa têm origem indiana. Por ocasião da visita, foram assinados diversos acordos e memorandos de entendimento, que preveem investimentos indianos da ordem de US$ 80 milhões.

Guiana

O relacionamento com a Guiana é historicamente marcado por duas disputas territoriais: a região do triângulo do New River e a jurisdição sobre o rio Courantyne, que serve de fronteira entre os países. A região contestada (na Guiana, chamada de New Triangle River; e no Suriname, Tigri) tem área aproximada de 15,500 km² e faz fronteira com o Brasil. Há sinais de distensão e pragmatismo na relação bilateral nos últimos anos. A decisão do Secretário-Geral das Nações Unidas de remeter a questão do diferendo territorial entre Venezuela e Guiana para a Corte Internacional de Justiça suscitou movimentação da diplomacia dos dois países em busca do apoio surinamês a seus respectivos pleitos. Até o momento, o governo Bouterse tem preferido não se pronunciar sobre a disputa territorial.

Venezuela

As relações com a Venezuela são marcadas pela participação do Suriname na Petrocaribe, iniciativa venezuelana criada em 2005 para venda de petróleo em condições financeiras favoráveis ou em troca de produtos locais, tais como o

arroz. O Suriname é um dos países a reconhecerem explicitamente Nicolás Maduro como presidente da Venezuela, após a assunção de Juan Guaidó à presidência encarregada daquele país. O Suriname também vem apoiando posições venezuelanas em fóruns regionais, tais como a OEA.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia do Suriname tem como base a mineração. O ouro, a alumina (derivada da bauxita) e o petróleo respondem, tradicionalmente, por mais de 80% das receitas de exportação, por metade do PIB e por 25% das receitas governamentais.

A base industrial dedicada quase que exclusivamente a algumas *commodities* revela o caráter essencialmente importador do mercado local, inclusive de produtos básicos. A baixa continuada dos preços internacionais das principais commodities exportadas - ouro e petróleo -, associada ao fechamento da Suralco, subsidiária da Alcoa, em novembro de 2015, e o consequente encerramento da exportação de bauxita, deixaram o país em situação econômica difícil, com reflexos negativos também em suas importações. A consequência macroeconômica foi a queda vertiginosa da renda nacional, de mais de 5% apenas em 2016, seguida de estagnação em 2017. A moeda local desvalorizou-se em mais de 125% de novembro de 2015 a dezembro de 2016, provocando altas taxas inflacionárias no período.

Registre-se que, em 2017 o Suriname suspendeu o acordo iniciado em 2016 com o FMI, por motivo de "diferenças fundamentais" (nas palavras do governo) no que diz respeito a medidas para lidar com a crise. Dentre as medidas de austeridade fiscal exigidas pelo Fundo, destacam-se a retirada total dos subsídios ao preço de energia elétrica, o aumento da taxação de combustíveis e o aumento na taxa de juros. Para suprir a falta de ajuda financeira do FMI, o governo local tem recorrido a outros países (como a China) e instituições financeiras internacionais (como o Banco Islâmico de Desenvolvimento). Analistas observam que, apesar da suspensão do acordo com o FMI, o Governo Bouterse adotou algumas medidas de ajuste, ainda que de forma mais lenta.

Em 2017, o governo logrou, por meio de empréstimos externos e domésticos, além de relativa reorganização das contas públicas, estabilizar o câmbio e, dessa forma, frear a espiral inflacionária. A inflação caiu de 80%, em 2016, para cerca de 22%, em 2017, chegando a 6% em 2018. Depois de três anos consecutivos de crise, em 2018 os indicadores econômicos sinalizaram parcial recuperação.

Descobertas recentes de importantes reservas de ouro e a possibilidade de exploração de grandes quantidades de petróleo (1,45 a 1,78 bilhões de barris) "offshore" e de gás natural geraram otimismo com respeito à retomada da economia.

O cenário macroeconômico atual continua, no entanto, desafiador. O endividamento do Estado remontava a US$ 2,75 bilhões em setembro de 2019, o que representa 80,2% do PIB, dos quais 51,7% consistem em dívida externa e 28,6%, dívida interna. As reservas internacionais do Suriname encerraram 2019

em US$ 660,6 milhões, com viés de baixa em decorrência do aumento do déficit público.

Em outubro de 2019, o governo apresentou seu orçamento para 2020. Para o presente ano, o governo projetava arrecadação de US$ 1,6 bilhão e gasto de US$ 1,8 bilhão, o que representaria déficit de US$ 171 milhões ou 4,3% do PIB (já o FMI estima que o déficit seria de mais de 8%). O governo também trabalha na estruturação do "*Savings and Stabilization Fund*", fundo estatal de investimento, cujo objetivo é proteger as finanças públicas contra flutuações acentuadas no preço de *commodities*, além de custear despesas imprevistas em situações de emergência e calamidade pública.

As projeções do governo do Suriname para 2020 deverão sofrer grande impacto em decorrência da pandemia de COVID-19. Após três anos consecutivos de crescimento do PIB, o FMI estima contração da ordem de 4,9% para 2020. Em função do alto endividamento público e do déficit fiscal recorrente, analistas não descartam a hipótese de o país ter de recorrer novamente a empréstimos do FMI, tal qual ocorreu em 2016.

DADOS BÁSICOS SOBRE O SURINAME	
NOME OFICIAL	República do Suriname
GENTÍLICO	Surinamês, surinamense
CAPITAL	Paramaribo
ÁREA	163.820 km^2
POPULAÇÃO (FMI, 2019)	590 mil
IDIOMA OFICIAL	Holandês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantismo, hinduísmo, catolicismo, islamismo
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional (unicameral)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Désire "Dési" Delano Bouterse
CHANCELER	Yldiz Pollack-Beighle
PIB NOMINAL (FMI, 2019)	US$ 3,43 bilhões
PIB PPP (FMI, 2019)	US$ 9,29 bilhões
PIB *per capita* (FMI, 2019)	US$ 5.799
VARIAÇÃO PIB (FMI)	-4,9% (est. 2020), 2,3% (2019); 2,6% (2018); 1,8% (2017); -5,6 % (2016)
PIB PPP *per capita* (FMI, 2019)	US$ 13.559,76
IDH (PNUD, 2019)	0,720(100º)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2019)	71,5 anos
ALFABETIZAÇÃO (UNESCO, 2018)	99%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (FMI, 2019)	7%
UNIDADE MONETÁRIA	*Dólar surinamês* (USD 1,00 = SRD 7,46, em 07/05/2020)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Marlon Faisal Mohamed-Hoesein
BRASILEIROS NO PAÍS	Estima-se que haja cerca de 15 a 30 mil brasileiros no Suriname.

CÂMBIO BILATERAL BRASIL-SURINAME (US$ milhões, FOB) - FONTE: MDIC

ne	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	20
mbio	16,3	35,9	55,8	47,5	73,6	63	39,5	40,1	36
ações	16,3	35,9	36,6	40,1	73,2	60,6	38,4	34,8	35
ações	0	0	19,2	7,4	0,4	2,4	1,1	5,4	1
	16,3	35,9	17,4	32,7	72,8	58,2	37,3	29,4	34

Informação elaborada em 8/5/2020, por Marcelo Adrião Borges. Revisada por Carolina Costellini, em 11/5/2020.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
3.000 a.C.	Tribos nômades Arawak e Carib habitavam a região
Séc. XVI e XVII	Expedições das coroas espanhola, inglesa, francesa e holandesa exploram a região
31/70/1667	Assinatura do Tratado de Breda entre Reino Unido, Países Baixos, França e Dinamarca. A posse do território atual do Suriname é concedida à coroa holandesa.
21/05/1683	Fundação da companhia "Sociedade do Suriname", que negociava a venda dos produtos produzidos no Suriname, bem como o comércio de escravos com a colônia da República Holandesa do Suriname. As *plantations* de café e cana-de-açúcar da colônia baseavam-se no uso intensivo de mão de obra escrava.
1795-1813	Ocupação da Holanda pela França. Coroa inglesa ocupa a colônia da República Holandesa do Suriname.
20/11/1815	Assinatura do Tratado de Paris põe fim à ocupação inglesa e reincorpora o Suriname à coroa holandesa.
1/07/1863	É decretada a abolição da escravatura no Suriname e nas Antilhas.
23/11/1941	Com o aval do governo holandês no exílio, tropas norte-americanas ocupam o Suriname para proteger as minas de bauxita para os países aliados durante a 2º Guerra Mundial
15/12/1954	Rainha Juliana da Holanda assina a "Carta do Reino dos Países Baixos". Suriname a as Antilhas Holandesas tornam-se países constituintes do Reino dos Países Baixos. De acordo com as disposições do documento, as duas ex-colônias recebem autonomia interna, mas a defesa e política externa ficam a cargo da Holanda.
25/11/1975	Assinado acordo entre a Holanda e o Suriname, que garante a independência ao país. Conforme estabelecido no acordo, a Holanda contribuiria com US$ 1,96 bilhão em ajuda humanitária a ser doado pelos 15 anos seguintes. Johan Ferrier é indicado primeiro presidente do país e Henck Arron, primeiro-ministro.

31/10/1977	Realização das primeiras eleições no Suriname pós-independência.
25/02/1980	Golpe dos Sargentos leva à instauração de regime militar no país. Criação de um Conselho Nacional Militar (CNM), órgão que governou *de facto* o país durante a ditadura castrense. Desiré Bouterse é eleito presidente do CNM.
7-8/12/1982	Adversários políticos do regime militar são presos, torturados e executados sumariamente, nos eventos chamados de crimes de dezembro ("*Decembermoorden*").
1986-1991	Guerra civil: liderado pelo ex-segurança de Bouterse, Ronnie Brunswijk, ocorre deflagração de insurgência *maroon* (descendentes dos escravos africanos que se instalaram no interior do país) no leste do país. O grupo busca a redemocratização do país e melhores condições econômicas e sociais à comunidade *marron*.
30/09/1987	Nova constituição do Suriname é aprovada. Criado o "Comando Militar", responsável pela manutenção das condições para a implementação de uma transição democrática. Também é criado um Conselho de Estado, chefiado por Bouterse, com poderes para anular decisões do governo eleito.
25/11/1987	Realização de novas eleições.
25/01/1988	Posse do novo governo civil.
21/07/1989	Assinado Pacto de não agressão entre o governo surinamês e a insurgência *maroon*.
24/12/1990	Novo golpe militar. Governo civil é dissolvido por Bouterse por meio de contatos telefônicos. A Assembleia Nacional é dissolvida dois dias depois.
27/03/1991	Negociações põem fim à insurgência *maroon*. Estima-se que o conflito tenha deixado mais de 400 mortos, além de milhares de deslocados internos e de refugiados na Guiana Francesa.
25/05/1991	Após pressões internacionais, são realizadas novas eleições no país.
25/01/1992	Posse do novo governo civil. O Suriname retorna à democracia.
16/07/1999	Bouterse é condenado *in absentia* por tribunal holandês a 11 anos por alegado tráfico internacional de drogas.

13/06/2007	Suprema Corte de Justiça rejeita apelação de Bouterse. É instaurado processo criminal no âmbito militar para apurar as responsabilidades dos envolvidos nos crimes de dezembro de 1982.
19/07/2010	Bouterse é eleito presidente do Suriname pela Assembleia Nacional.
4/04/2012	Assembleia Nacional aprova mudança na Lei de Anistia para abarcar crimes ocorridos durante todo o período da ditadura militar (1980-1992).
14/07/2015	Bouterse é reeleito presidente do Suriname pela Assembleia Nacional.
9/06/2016	Suprema Corte de Justiça rejeita a aplicação da Lei de Anistia aprovada em 2012 para processos criminais já em andamento anteriores a sua aprovação. Tribunal Militar do Suriname decide retomar o processo que investiga os crimes relacionados ao "*Decembermoorden*" de 1982.
29/11/2019	Tribunal Militar do Suriname condena, em primeira instância, o presidente Bouterse a 20 anos de prisão pelos crimes de 1982.
25/05/2020	Eleições parlamentares no Suriname.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1906	Assinado, no Rio de Janeiro, tratado relativo aos limites entre o Brasil e a então Guiana Holandesa, estabelecidos na Serra do Tumucumaque
1976	Assinados o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, o Acordo Cultural e o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica
1996	Visita do Presidente Runaldo Venetiaan a Brasília
1997	Visita do Presidente Jules Wijdenbosch a Brasília e São Paulo
2000	Visita do Presidente Runaldo Venetiaan a Brasília
2003	Visita do Presidente Runaldo Venetiaan a Brasília
2004	Visita do então Ministro das Relações Exteriores a Paramaribo. Assinados Acordo sobre Regularização Migratória e Tratado de Extradição.
2005	Visita do então Presidente da República a Paramaribo, no contexto da Cúpula da CARICOM. Assinados Memorando de Entendimento para Estabelecimento de Mecanismo Político de Consulta; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Pesquisa Agrícola; Protocolo de Intenções na Área de Saúde; Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal; Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas e Ajuste Complementar sobre Regularização Migratória
2007	Presidente Venetiaan participa da Reunião de Cúpula do MERCOSUL, no Rio de Janeiro (janeiro)
2007	I Reunião do Mecanismo Político de Consultas, em Paramaribo (julho)
2008	Presidente Runaldo Venetiaan participa da Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, em Brasília. Assinado Tratado Constitutivo da UNASUL (maio)
2008	Reuniões técnicas sobre o equacionamento da dívida do Suriname com o Brasil em Paramaribo (setembro) e Brasília (novembro)
2008	Presidente Runaldo Venetiaan participa das cúpulas de regionais (Grupo do Rio, UNASUL e CALC) e mantém diálogo bilateral com o Presidente Lula, na Costa do Sauípe, Bahia (dezembro)
2009	Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República participa da cerimônia de posse do Presidente Desiré Bouterse
2010	Secretário-Geral das Relações Exteriores participa da Celebração dos 35 anos de independência em Paramaribo (novembro)

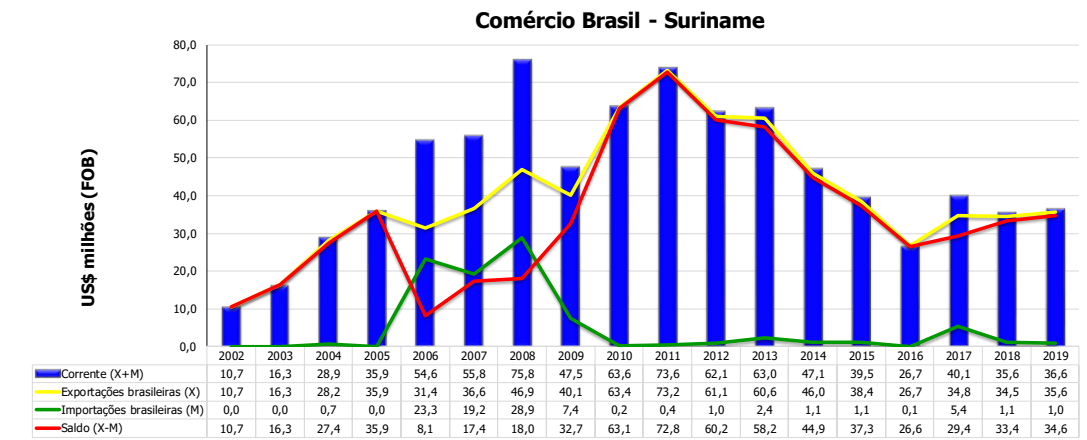
2010	Participação do Presidente Desiré Bouterse na Cúpula do Mercosul e encontro bilateral com o então Presidente da República, em Foz do Iguaçu (dezembro)
2011	Participação do Presidente Desiré Bouterse na cerimônia de posse da ex-Presidente Dilma Rousseff, em Brasília (janeiro)
2011	Missão da Agência Nacional do Petróleo e da Eletrobras a Paramaribo (março)
2011	Visita do Presidente do Banco Central, Gilmore Hoefdraad, a Brasília (agosto)
2011	Participação do Vice-Presidente, Robert Ameerali na Feira Internacional da Amazônia, em Manaus (outubro)
2011	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Winston Lackin, a Brasília (novembro)
2012	Visita do Ministro da Defesa, Lamouré Latour, a Brasília, para encontro com o então Ministro Celso Amorim (janeiro)
2012	Visita do então Chanceler Antonio Patriota a Paramaribo: XV Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da CARICOM e encontros bilaterais com o Chanceler Lackin e com o Presidente Bouterse (maio)
2012	Visita do Vice-Presidente, Robert Ameerali, a Expofeira, em Macapá (agosto)
2012	Visita do então Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, a Paramaribo (setembro)
2013	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Winston Lackin (fevereiro)
2013	Visita do Alto-Representante Geral e de Delegação do MERCOSUL, com vistas a discutir os passos e diretrizes para a adesão do Suriname na qualidade de Estado Associado (abril)
2013	Assinado o Acordo Marco de Associação entre o MERCOSUL e o Suriname, durante a Cúpula de Montevidéu (julho)
2013	Participação do Presidente Bouterse na Missa do Papa Francisco, por ocasião da XXVIII Jornada Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro (julho)
2013	Visita da Presidenta da República a Paramaribo, Suriname, por ocasião da VII Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL (agosto)
2014	Presidente Bouterse participou da Cúpula BRICS – Países da América do Sul e compareceu à abertura da Copa do Mundo em São Paulo
2016	Visita do ministro das Relações Exteriores a Paramaribo, ocasião em que é recebido pelo Presidente Dési Bouterse e mantém reunião de trabalho com a Chanceler Niermala Badrising

2018	Visita ao Brasil da Ministra das Relações Exteriores do Suriname, Yldiz Pollack-Beighle (fevereiro)
2018	Visita oficial ao Brasil do presidente do Suriname, Desiré Delano Bouterse (maio)
2018	Visita do então Chanceler ao Suriname (dezembro)
2019	Participação do vice-presidente Michael A.S. Adhin à posse do presidente Jair Bolsonaro

ACORDOS BILATERAIS				
	Título	**Data de Celebração**	**Estado atual**	**Publicação no D.O.U.**
1.	Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname	22/06/1976	Em vigor	27/09/1977
2.	Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname	22/06/1976	Em vigor	18/10/1977
3.	Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname	22/06/1976	Em vigor	24/11/1976
4.	Acordo sobre Transportes Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname	28/01/1980	Em vigor	14/07/1983
5.	Acordo para a Prevenção, Controle e Repressão da Produção, Tráfico e Consumo Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname	03/03/1989	Em vigor	17/04/1991
6.	Tratado sobre Extradição entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname	21/12/2004	Em vigor	05/02/2013

7.	Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Suriname	21/12/2004	Em ratificação pelo Suriname	-
8.	Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname	16/02/2005	Em vigor	19/07/2016
9.	Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal	16/02/2005	Em vigor	30/04/2009
10.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname na Área de Educação	26/04/2010	Em ratificação pelo Suriname	-
11.	Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname	02/05/2018	Em tramitação no Congresso Nacional	-
12.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Consulares	14/12/2018	Em ratificação pelo Suriname	-

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



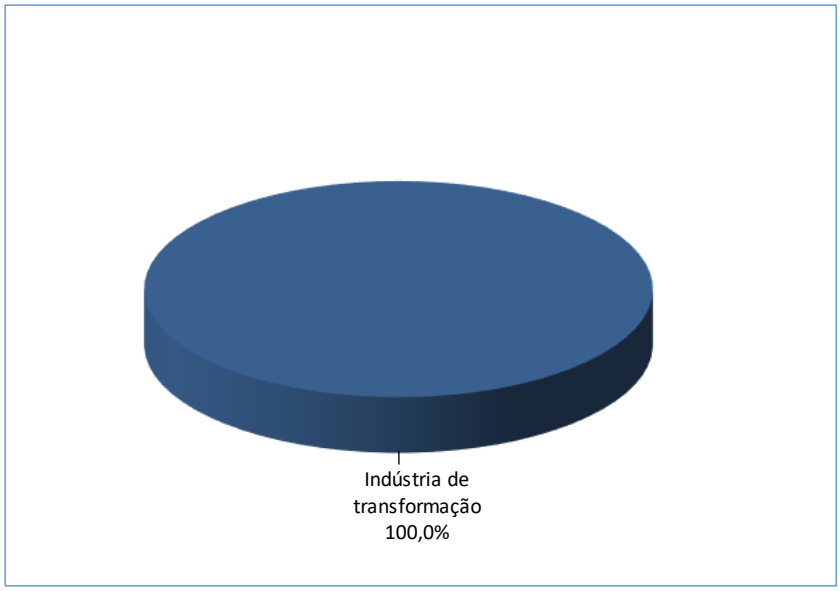
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Corrente (X+M)	10,7	16,3	28,9	35,9	54,6	55,8	75,8	47,5	63,6	73,6	62,1	63,0	47,1	39,5	26,7	40,1	35,6	36,6
Exportações brasileiras (X)	10,7	16,3	28,2	35,9	31,4	36,6	46,9	40,1	63,4	73,2	61,1	60,6	46,0	38,4	26,7	34,8	34,5	35,6
Importações brasileiras (M)	0,0	0,0	0,7	0,0	23,3	19,2	28,9	7,4	0,2	0,4	1,0	2,4	1,1	1,1	0,1	5,4	1,1	1,0
Saldo (X-M)	10,7	16,3	27,4	35,9	8,1	17,4	18,0	32,7	63,1	72,8	60,2	58,2	44,9	37,3	26,6	29,4	33,4	34,6

2019/2020	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2019 (jan-mar)	7,7	0,4	8,1	7,2
2020 (jan-mar)	7,1	0,0	7,1	7,1

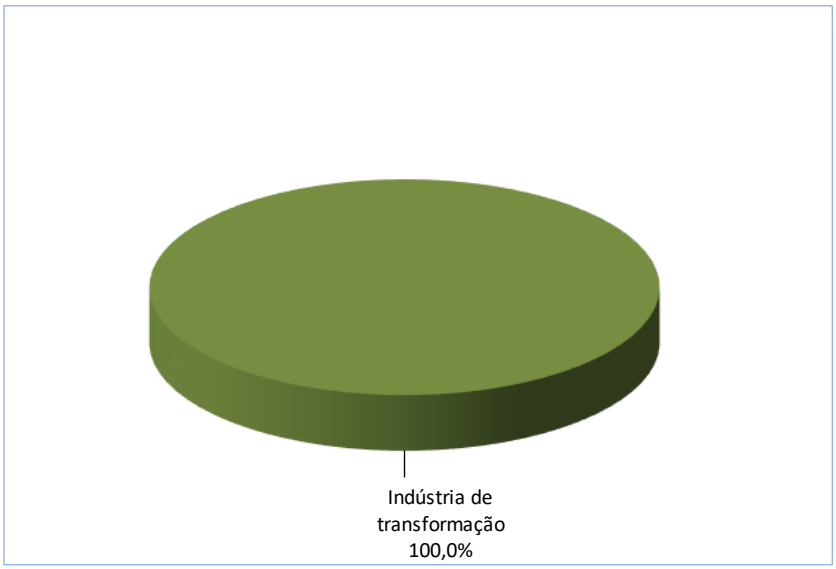
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2019

Exportações



Importações



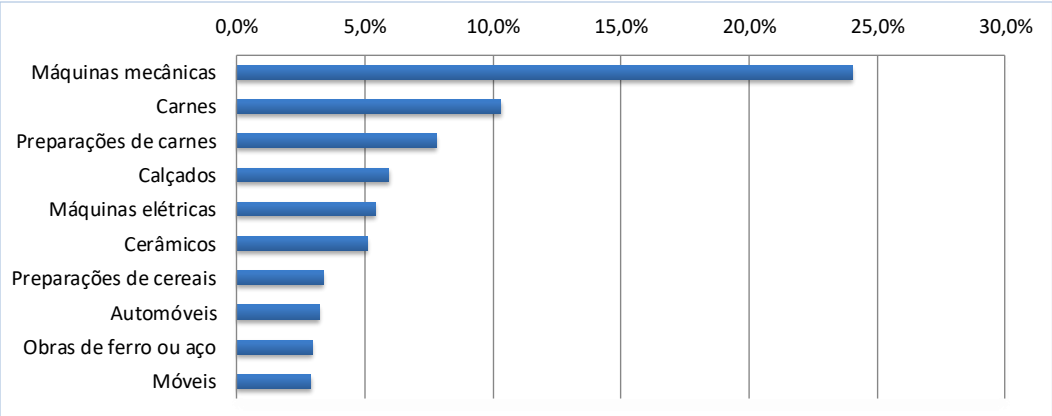
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020

Composição das exportações brasileiras para Suriname
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas mecânicas	6,0	17,3%	7,8	22,5%	8,6	24,0%
Carnes	3,4	9,8%	2,9	8,5%	3,7	10,3%
Preparações de carnes	2,4	6,8%	1,8	5,2%	2,8	7,8%
Calçados	1,4	4,1%	1,9	5,5%	2,1	5,9%
Máquinas elétricas	4,8	13,7%	4,7	13,6%	1,9	5,4%
Cerâmicos	1,9	5,6%	2,2	6,5%	1,8	5,1%
Preparações de cereais	1,0	2,9%	0,9	2,7%	1,2	3,4%
Automóveis	0,5	1,3%	1,0	3,0%	1,1	3,2%
Obras de ferro ou aço	0,9	2,5%	1,1	3,3%	1,1	3,0%
Móveis	0,8	2,2%	0,9	2,7%	1,0	2,9%
Subtotal	**23,0**	**66,2%**	**25,4**	**73,5%**	**25,3**	**71,0%**
Outros	**11,8**	**33,8%**	**9,1**	**26,5%**	**10,3**	**29,0%**
Total	**34,8**	**100,0%**	**34,5**	**100,0%**	**35,6**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

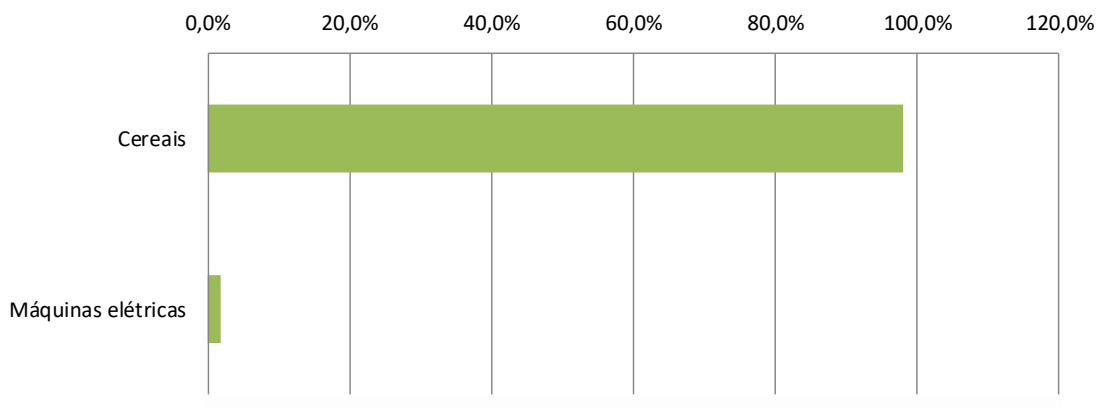


Composição das importações brasileiras originárias de Suriname
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Cereais	5,327	99,4%	1,060	99,6%	0,960	98,1%
Máquinas elétricas	0,002	0,0%	0,004	0,4%	0,018	1,8%
Subtotal	**5,329**	**99,5%**	**1,064**	**100,0%**	**0,978**	**99,9%**
Outros	**0,029**	**0,5%**	**0,000**	**0,0%**	**0,001**	**0,1%**
Total	**5,358**	**100,0%**	**1,064**	**100,0%**	**0,979**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE, Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do ME, Maio de 2020.

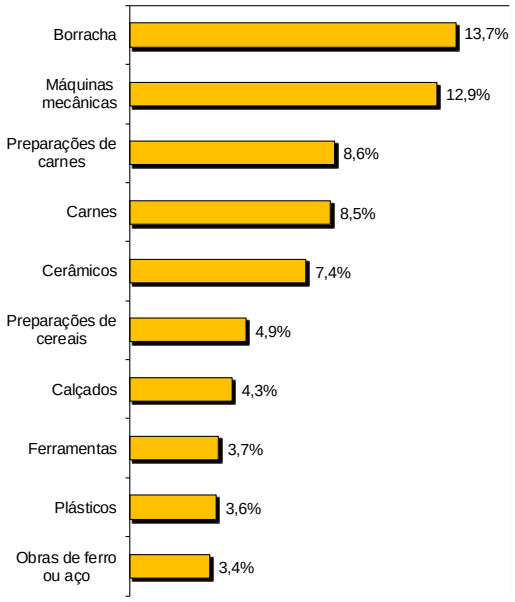
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019

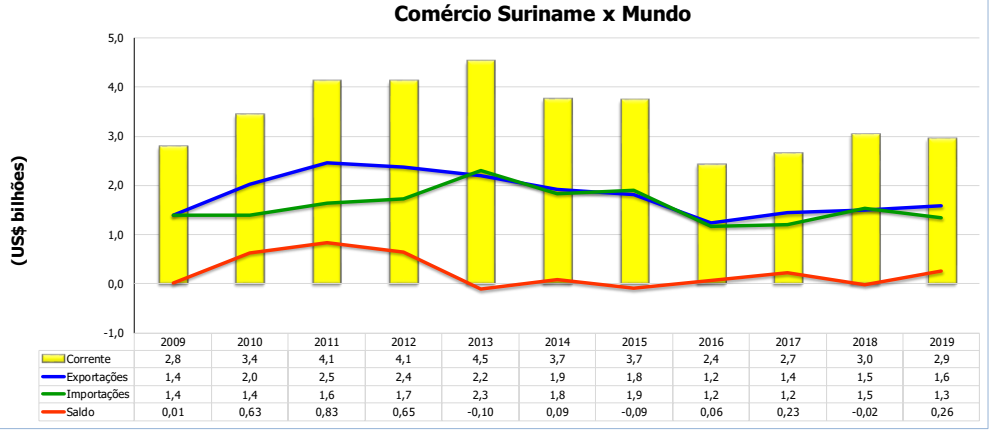


Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2019 (jan-mar)	Part. % no total	2020 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Borracha	0,1	1,4%	1,0	13,7%
Máquinas mecânicas	1,4	18,6%	0,9	12,9%
Preparações de carnes	0,7	8,8%	0,6	8,6%
Carnes	0,9	11,7%	0,6	8,5%
Cerâmicos	0,3	3,6%	0,5	7,4%
Preparações de cereais	0,3	4,0%	0,3	4,9%
Calçados	0,3	4,4%	0,3	4,3%
Ferramentas	0,1	1,9%	0,3	3,7%
Plásticos	0,1	1,1%	0,3	3,6%
Obras de ferro ou aço	0,2	3,2%	0,2	3,4%
Subtotal	**4,5**	**58,7%**	**5,1**	**71,1%**
Outros	**3,2**	**41,3%**	**2,1**	**28,9%**
Total	**7,7**	**100,0%**	**7,1**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020





	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Corrente	2,8	3,4	4,1	4,1	4,5	3,7	3,7	2,4	2,7	3,0	2,9
Exportações	1,4	2,0	2,5	2,4	2,2	1,9	1,8	1,2	1,4	1,5	1,6
Importações	1,4	1,4	1,6	1,7	2,3	1,8	1,9	1,2	1,2	1,5	1,3
Saldo	0,01	0,63	0,83	0,65	-0,10	0,09	-0,09	0,06	0,23	-0,02	0,26

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020.

Não há dados consistentes referentes aos anos anteriores a 2009.

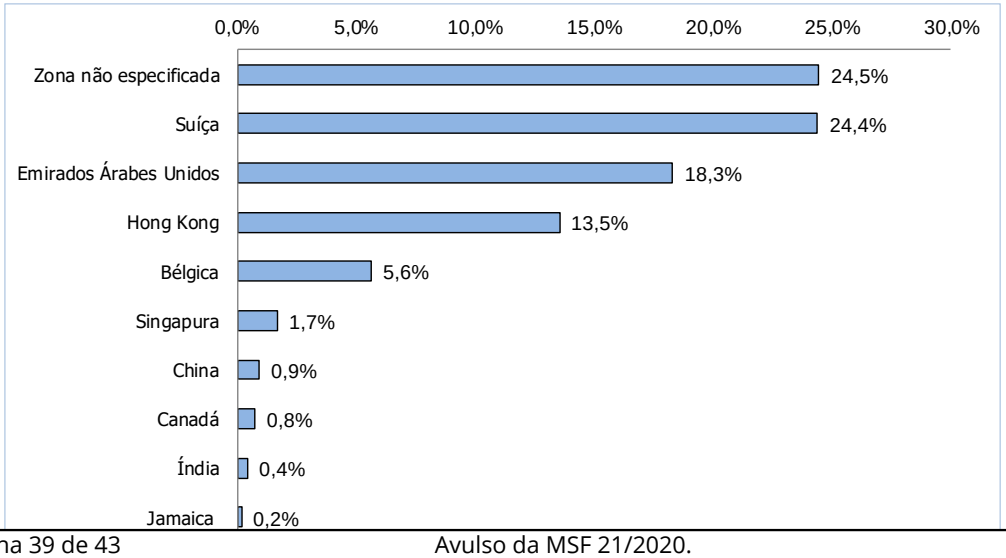
Principais destinos das exportações do Suriname
US$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Zona não especificada	0,390	24,5%
Suíça	0,389	24,4%
Emirados Árabes Unidos	0,292	18,3%
Hong Kong	0,216	13,5%
Bélgica	0,090	5,6%
Singapura	0,027	1,7%
China	0,015	0,9%
Canadá	0,012	0,8%
Índia	0,007	0,4%
Jamaica	0,003	0,2%
...		
Brasil (25º lugar)	**0,001**	***0,04%***
Subtotal	**1,44**	**90,4%**
Outros países	**0,15**	**9,6%**
Total	**1,60**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020.

Não há detalhadamento por país referente ao ano de 2019.

10 principais destinos das exportações



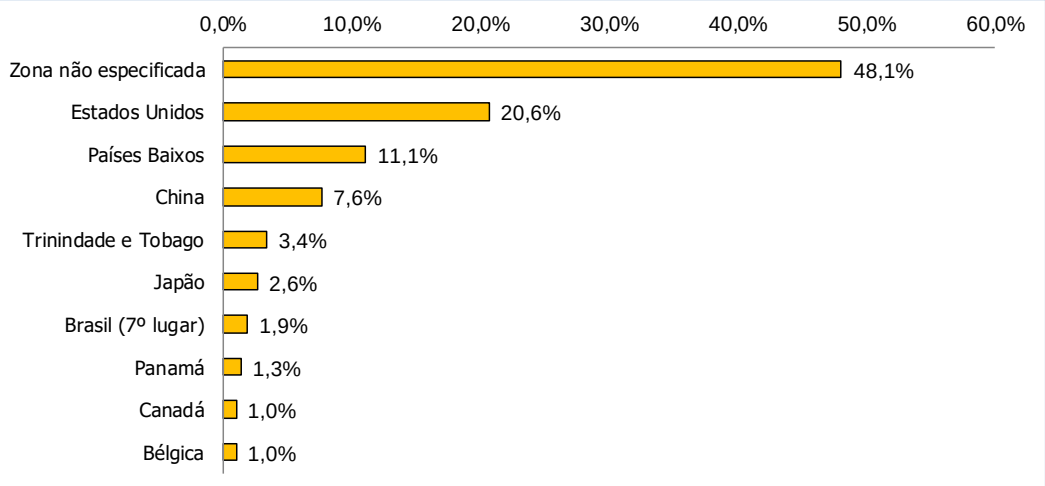
Principais origens das importações do Suriname
US$ bilhões

Países	2018	Part.% no total
Zona não especificada	0,643	48,1%
Estados Unidos	0,276	20,6%
Países Baixos	0,148	11,1%
China	0,102	7,6%
Trinindade e Tobago	0,045	3,4%
Japão	0,035	2,6%
Brasil (7º lugar)	**0,025**	**1,9%**
Panamá	0,018	1,3%
Canadá	0,013	1,0%
Bélgica	0,013	1,0%
Subtotal	**1,32**	**98,5%**
Outros países	**0,02**	**1,5%**
Total	**1,34**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020.

Não há detalhadamento por país referente ao ano de 2019.

10 principais origens das importações

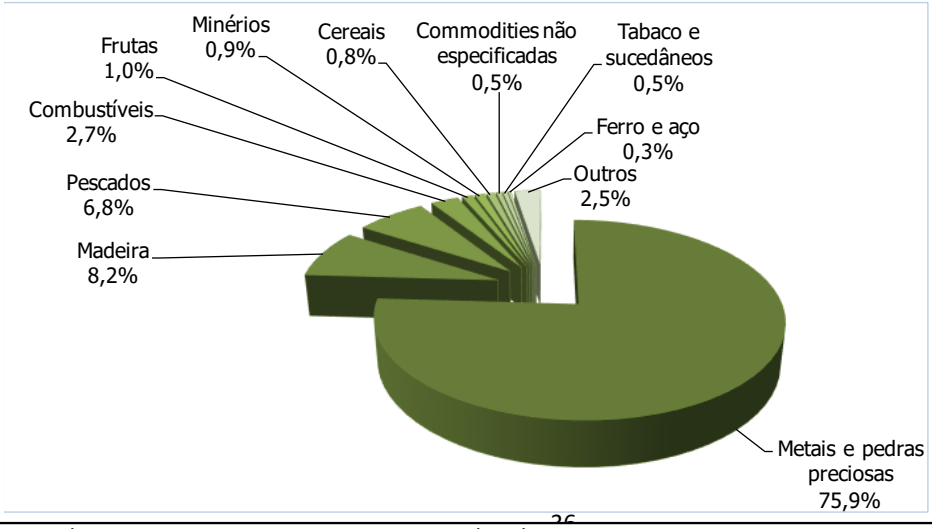


Composição das exportações do Suriname
US$ Milhões

Grupos de Produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Metais e pedras preciosas	1.211,400	75,9%
Madeira	130,265	8,2%
Pescados	107,780	6,8%
Combustíveis	42,577	2,7%
Frutas	16,170	1,0%
Minérios	14,957	0,9%
Cereais	12,633	0,8%
Commodities não especificadas	8,044	0,5%
Tabaco e sucedâneos	7,198	0,5%
Ferro e aço	4,236	0,3%
Subtotal	**1.555,26**	**97,5%**
Outros	**40,29**	**2,5%**
Total	**1.595,55**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020.

10 principais grupos de produtos exportados

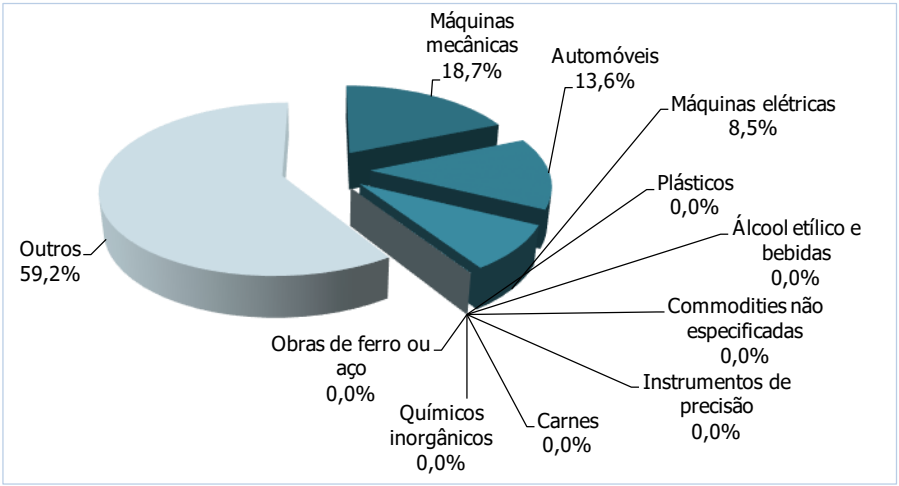


Composição das importações do Suriname
Milhões

Grupos de produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Máquinas mecânicas	250,05	18,678%
Automóveis	182,00	13,596%
Máquinas elétricas	113,75	8,497%
Obras de ferro ou aço	0,07	0,005%
Plásticos	0,07	0,005%
Álcool etílico e bebidas	0,04	0,003%
Commodities não especificadas	0,04	0,003%
Instrumentos de precisão	0,03	0,002%
Carnes	0,03	0,002%
Químicos inorgânicos	0,03	0,002%
Subtotal	**546,09**	**40,8%**
Outros	**792,60**	**59,2%**
Total	**1.338,69**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Maio de 2020.

10 principais grupos de produtos importados



Principais indicadores socioeconômicos do Suriname

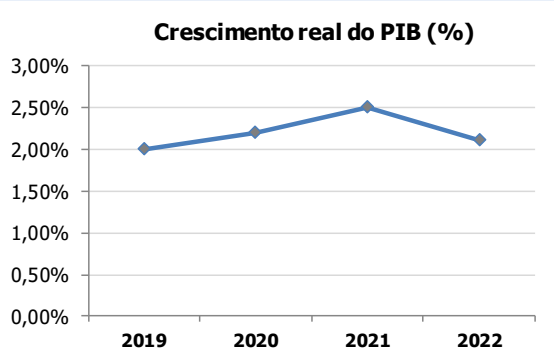
Indicador	2019	2020	2021	2022
Crescimento real do PIB (%)	2,00%	2,20%	2,50%	2,10%
PIB nominal (US$ bilhões)	3,43	3,68	3,92	4,23
PIB nominal "per capita" (US$)	5.799	6.159	6.474	6.900
População (milhões habitantes)	0,59	0,60	0,61	0,61
Desemprego (%)	7,50%	6,95%	6,33%	5,80%
Inflação (%)(2)	5,44%	5,26%	5,37%	9,30%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-2,86%	-3,83%	-3,24%	-2,74%
Dívida externa (US$ bilhões)	n.d	n.d	n.d	n.d
Câmbio (Sr / US$)(2)	7,46	8,96	10,50	n.d

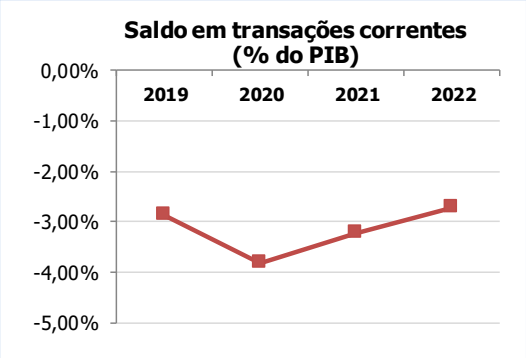
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report Maio 2020

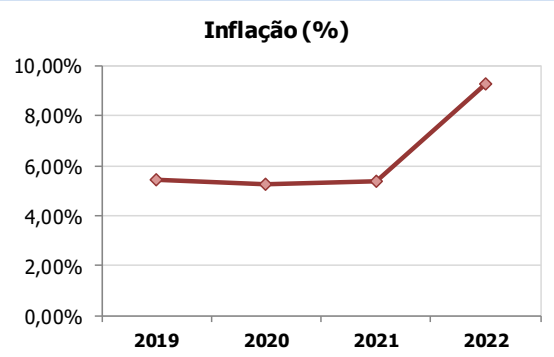
(n.d.) Dado não disponível.

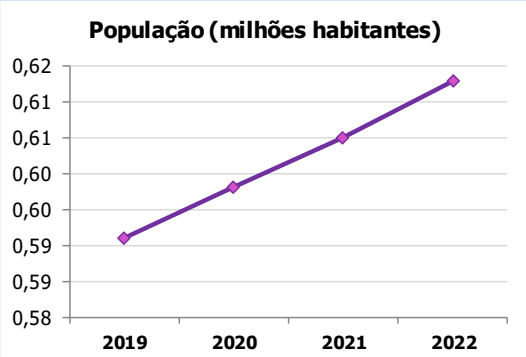
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.









EMBAIXADA DO BRASIL EM PARAMARIBO

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR LAUDEMAR GONÇALVES DE AGUIAR NETO

Transmito, a seguir, com base no período de minha gestão no Posto até hoje - de novembro de 2017 a junho de 2020 - levantamento resumido do relacionamento bilateral, com destaque para as vertentes de cooperação técnica -inclusive em temas de defesa e de cooperação policial-, de promoção comercial e de investimento, de temas consulares, de divulgação da cultura brasileira e de temas educacionais, além de breve avaliação dos principais destaques de política interna, externa e economia do Suriname.

RELACIONAMENTO BRASIL-SURINAME

2. Se o início de minha gestão no posto não permitia prever qualquer mudança iminente no súbito adensamento das relações bilaterais, que já eram dinâmicas, com diversos projetos de cooperação em andamento, a vinda a Paramaribo, em fevereiro de 2018, de missão tríplice dos então Ministros da Defesa, Raul Jungmann, da Justiça e Segurança Pública, Torquato Jardim, e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General de Exército Sérgio Etchegoyen, consistiu, a meu ver, em ponto de inflexão que, aproveitado de forma profissional e competente por ambos os governos, permitiu um salto qualitativo da agenda bilateral nos últimos dois anos, assegurando o desenvolvimento de um novo ciclo de atividades e de projetos conjuntos, concentrados sobretudo na vertente de cooperação técnica.

3. A realização da missão ministerial brasileira de alto nível naquele momento, que buscou incluir o Suriname na agenda de segurança de fronteiras e de combate a ilícitos transnacionais, bem como nos esforços de segurança regional a partir da sensível situação doméstica da Venezuela e seus reflexos para o continente sul-americano, sobretudo para a crescente crise humanitária dos

refugiados, foi então percebida como oportunidade pelo Presidente Dési Bouterse para reaproximação com o Brasil.

4. Como é de conhecimento, o atual Presidente do Suriname, agora concluindo o seu Segundo mandato, em agosto próximo, sempre nutriu grande apreço e amizade pelo Brasil - forjados à época em que aqui foi Embaixador o ex-Ministro Luiz Felipe Lampreia. Grande parcela das altas autoridades militares e diversos expoentes do Governo que ora se encerra, inclusive importantes conselheiros do Presidente, fizeram cursos no Brasil, e falam ou ao menos compreendem o português. Caso emblemático era o do ex-chanceler Winston Lackin, falecido em 2019, ex-aluno do Instituto Rio Branco, maior entusiasta dessa aproximação bilateral.

5. A excelente dinâmica desenvolvida com as autoridades surinamesas durante a visita ministerial brasileira de 8 de fevereiro de 2018, que foi além do meramente protocolar, com longas audiências com o Presidente Bouterse e com a Chanceler, ensejou, logo em seguida, visita oficial a Brasília da MNE surinamesa, Yldiz Pollack-Beighle, no período de 18 a 21 de fevereiro de 2018, aproveitando sua participação também na Reunião de Consulta da América Latina e Caribe como Contribuição Regional para o Pacto Global sobre Refugiados da ACNUR (19 e 20 de fevereiro de 2018).

6. O impacto positivo do tratamento oferecido à Ministra Pollack-Beighle em Brasília certamente terá influenciado na imediata aceitação, pelo Presidente Bouterse, do convite que lhe estendeu o então Presidente Temer, por ocasião da audiência concedida à Chanceler, para visita oficial ao Brasil - que acabou se concretizando em 2 de maio de 2018.

7. Uma vez mais, as cortesias protocolares e pessoais estendidas ao Presidente Bouterse e comitiva em Brasília, acima daquelas por ele esperadas, contribuíram para criar um clima extremamente cordial, amistoso e de grande confiança. Foram firmados, durante a referida visita, seis novos instrumentos, que ampliaram a cooperação bilateral a novas áreas, entre temas de cooperação policial, de facilitação de investimentos e de educação. Foi motivo de orgulho para a delegação surinamesa a notícia de que o Suriname se tornava, naquela oportunidade, o destinatário da maior carteira de projetos de cooperação técnica com o Brasil - gesto percebido como inequívoco sinal de elevação do patamar do relacionamento bilateral.

8. A positiva dinâmica estabelecida no relacionamento bilateral, com seguidas trocas de visitas oficiais, se estendeu até o final de 2018 - ano que se sobressai, historicamente, por sua intensa agenda de visitas recíprocas, como a do então Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, a Paramaribo, em 14 de dezembro daquele ano, ocasião na qual foi organizada reunião de trabalho com sua homóloga, Yldiz Pollack-Beighle, além de audiência de cortesia com o Vice-Presidente, Ashwin Adhin.

9. Durante a visita do então MRE, foi firmado um número recorde de instrumentos: sete no total, incluindo memorando de entendimento sobre segurança cibernética, acordo para trabalho de dependentes do pessoal diplomático, consular e militar, e mais cinco ajustes complementares em projetos de cooperação -dentre os quais um ajuste ao MOU firmado entre o Instituto Rio Branco e a academia diplomática surinamesa.

10. A situação da comunidade brasileira no Suriname, estimada em cerca de 15 a 30 mil nacionais (cerca de 5 mil em Paramaribo, com pequenos negócios, diversos casados com surinameses), a maioria de garimpeiros ou de profissionais ligados aos serviços de apoio ao garimpo, foi igualmente um dos temas prioritários tratados durante a visita do então MRE a Paramaribo. Nesse sentido, foram elogiados pelo governo brasileiro os esforços empreendidos naquela ocasião pelas autoridades do Suriname no sentido de buscar fórmulas para a regularização migratória da comunidade brasileira, a grande maioria em situação irregular.

11. Em temas de política externa, a chanceler Pollack-Beighle reiterou ao então MRE a posição do Suriname como defensor da paz regional e da soberania dos países vizinhos, e afirmou a satisfação de seu país em sempre haver coincidido com Brasil na aplicação destes princípios. Ao tratar da crise humanitária na Venezuela, o então MRE manifestou a expectativa de que a pressão internacional, especialmente em organismos como a Organização dos Estados Americanos, pudesse contribuir para uma solução e que também nesses esforços a parceria com o Suriname se revelaria de grande importância. Ainda no que se refere ao contexto regional, discutiu-se, naquela ocasião, a possibilidade de chegar a um acordo para a escolha do novo Secretário-Geral da Unasul - o agora falecido ex-chanceler Winston Lackin seria proposto pelo Suriname para

interromper o impasse na entidade. Com os posteriores desdobramentos regionais, o tema não teve continuidade.

12. Ainda na vertente de política externa, vale notar que o Suriname anunciou, naquela ocasião, seu apoio ao pleito brasileiro a um assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2022-2023. Durante minha gestão, verificou-se a manutenção de tradição do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Suriname (sigla BuZa, em holandês) no apoio a candidaturas brasileiras em foros internacionais. O então MRE agradeceu, por ocasião de sua visita oficial, entre numerosos exemplos ao longo dos três últimos anos, o apoio recebido do Suriname à candidatura da senadora Mara Gabrilli ao Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas e do consultor jurídico do Itamaraty, Prof. George Bandeira Galindo, à Comissão Jurídica Interamericana.

13. Ao concluir sua vista ao Suriname, o então MRE foi recebido em audiência pelo vice-presidente Michael Ashwin Adhin (O Presidente Bouterse se encontrava no interior do país), ocasião na qual se discutiu o potencial de cooperação bilateral na área agrícola, vista pela parte surinamesa como especialmente promissora, sobretudo com o objetivo de atrair investimento e tecnologia brasileira. O vice-presidente surinamês foi informado, à época, de que os temas de desenvolvimento de tecnologia agrícola já dominavam a agenda de cooperação bilateral, com excelentes resultados alcançados. Recorde-se que o Vice-Presidente Adhin, acompanhado da Chanceler Pollack-Beighle, representou o Suriname por ocasião da posse do presidente Jair Bolsonaro, em 1º de janeiro de 2019, última visita de primeiro escalão ocorrida naquele período, encerrando um ciclo particularmente produtivo no relacionamento bilateral, que deu impulso a vários projetos que ganharam sua própria dinâmica em nível técnico.

14. Após o ciclo de visitas de alto nível de 2018, que relançou a parceria bilateral entre o Brasil e o Suriname - representando verdadeira etapa de "semeadura" de novas iniciativas - o trabalho do posto foi marcado, em 2019 e 2020, pelo esforço de implementação da ampla agenda bilateral de cooperação anteriormente acordada. Procurei, ao longo de minha gestão, estimular, na medida do possível, a expansão dessa positiva dinâmica alcançada nos temas de cooperação técnica para outras vertentes do relacionamento bilateral, tais como a promoção do comércio e investimento, da

cultura e educação, e dos temas consulares e de apoio à comunidade brasileira.

15. Apresento, a seguir, com base no período de minha gestão no Posto até hoje - de novembro de 2017 a junho de 2020 - descrição do relacionamento bilateral separada por temas, com destaque para as vertentes de cooperação técnica - inclusive em temas de defesa e de cooperação policial- , de promoção comercial e de investimento, de temas consulares e de apoio à comunidade brasileira local, de divulgação da cultura brasileira e de temas educacionais, além de breve avaliação dos principais acontecimentos de política interna, externa, economia e comércio do Suriname.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

16. A cooperação técnica entre Brasil e Suriname, cujo Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica data de 1976, constitui, hoje, a área mais importante de nosso relacionamento com este país vizinho. Considero hoje a cooperação técnica bilateral como o maior "soft power" da diplomacia brasileira, que, certamente, no caso do Suriname, aprofunda a confiança e o respeito mútuos, funcionando como catalisador de novas oportunidades de estreitamento de nossos laços em outras áreas do relacionamento bilateral, do político ao comercial. A pauta bilateral continua a ser expandida qualitativa e quantitativamente, e os dois países estão engajados em cooperação em áreas prioritárias como saúde, agricultura, educação e fortalecimento institucional.

17. Dentre as visitas de alto nível que tiveram papel fundamental no impulso à cooperação bilateral, destacam-se, em 2018, a visita da Chanceler surinamesa ao Brasil, em fevereiro, ocasião na qual visitou a Agência Brasileira de Cooperação (ABC); a visita do Presidente surinamês ao Brasil, em maio; e a visita do então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Aloysio Nunes, ao Suriname, em dezembro.

18. O programa de cooperação técnica Brasil - Suriname conta, ainda hoje, com uma das maiores carteiras, em número de projetos, dentre os programas bilaterais coordenados pela ABC. A maior parte das iniciativas que compõem a pauta foi negociada por ocasião da

II Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica (GT), realizada em Paramaribo, em abril de 2018, e da missão complementar à II Reunião do GT, também realizada em Paramaribo, em novembro do mesmo ano. A maior parte dos projetos de cooperação técnica desenvolvidos em parceria com o Suriname, inclusive dois trilaterais, com o Chile e a Nova Zelândia, se concentram em temas de agricultura, saúde e educação.

19. São os seguintes os projetos que compõem, atualmente, a pauta do programa de cooperação técnica bilateral:

- "Programa de Alimentação Escolar em Koewarasan, Distrito de Wanica", em andamento;

- "Apoio a Ações Futuras para o Controle e Erradicação da Mosca da Carambola no Suriname, em andamento;

- "Assistência Técnica em Apoio ao Fortalecimento Institucional do Banco Central do Suriname", em andamento;

- "Fortalecimento Institucional para Gestão Estratégica dos Recursos Hídricos no Suriname", em andamento;

- "Novo Mapa Geológico do Suriname – Preparações para a Contratação de Levantamento Aerogeofísico e Organização de Base de Dados Geológicos", em andamento;

- "Consolidação e Ampliação da Capacidade de Zoneamento Agroecológico e da Educação Ambiental do Suriname", em andamento;

- "Evoluindo da Agricultura Itinerante para Sistemas Agroflorestais no Suriname: Segurança Alimentar a Partir de uma Produção Sustentável", em andamento;

- "Programa de cooperação técnica entre o Instituto Rio Branco (IRBr) e o Instituto Diplomático do Suriname (SDI)", em andamento;

- "Apoio ao Processamento e Comercialização de Produtos Florestais Não Madeireiros com Foco em Cumaru (dipteryx odorata), Inajá (attalea maripa) e Andiroba (carapa guianensis)", em andamento;

- "Introdução do Cultivo Sustentável de Açaí no Interior do Suriname", recém-assinado pelas instituições executoras; e

- "Melhoria das Técnicas de Criação de Galinhas em Ambientes de Agricultura Familiar", recém-assinado pelas instituições executoras.

COOPERAÇÃO NA ÁREA DE DEFESA

20. A Adidância de Defesa, Naval e do Exército do Brasil no Suriname foi criada em 1983, como resultado de missão liderada pelo General Danilo Venturini. A cooperação militar com o Suriname, em sua atual configuração, tem como base o Acordo de Cooperação Bilateral na Área de Defesa, assinado em 2008.

21. Foram nomeados até hoje 19 (dezenove) Adidos de Defesa no Suriname. Foram Adidos de Defesa nesta Embaixada, durante minha gestão, o então Tenente-Coronel Alexander de Sá Vilela (por poucas semanas entre novembro e dezembro de 2017), o então Tenente-Coronel Marco Aurélio Magalhães Cavalcanti (11/2017 - 11/2019, e o Tenente-Coronel Henrique Cesar Loyola Santos (desde 11/2019), todos profissionais de alto gabarito, que muito me auxiliaram no estabelecimento de contatos estratégicos no governo local, bem como no tratamento dos temas de segurança transfronteiriça e de cooperação bilateral.

22. Desde que cheguei ao Suriname, os trabalhos da Adidância de Defesa, por intermédio da equipe de cinco assessores militares brasileiros aqui residentes, esteve voltada prioritariamente ao planejamento da grade curricular e do conteúdo a ser desenvolvido pela primeira Academia Militar do Suriname. Acompanhei o andamento desse trabalho da Adidância e tive a grata satisfação de participar da inauguração da referida academia, em outubro de 2019, marcada por cerimônia solene, com a presença do Ministro da Defesa do Suriname, General Ronni Benschop.

23. No que se refere às visitas de autoridades e reuniões bilaterais entre Brasil e Suriname sobre temas de defesa, ocorridas durante minha gestão, destaco a visita do então Ministro da Defesa do Brasil, Sr. Raul Jungmann, acompanhado do então Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Almirante de Esquadra Ademir Sobrinho e do então Chefe do Estado-Maior do Exército, General de Exército Fernando Azevedo e Silva, realizada em 08/02/2018, e a visita ao

Suriname do Comandante Militar do Norte, General de Exército Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, realizada em 24-28/09/2018.

COOPERAÇÃO POLICIAL

24. A assunção da Delegada Evangelina Cariné da Trindade Miranda ao cargo de Adida da Polícia Federal no Suriname coincidiu com minha chegada ao posto. Durante esse período, a Delegada seguidamente deu mostras de suas especiais qualidades técnicas e profissionais que permitiram, por exemplo, a captura e extradição ao Brasil, em 2018, do nacional haitiano Jean Paul Samuel Myrthil, criminoso que era procurado pela INTERPOL pelo crime de tráfico de pessoas. A referida adida igualmente prestou inestimável apoio técnico ao setor consular do posto ao participar da realização de três consulados itinerantes no interior do Suriname e no frequente trabalho de identificação de brasileiros envolvidos em crimes entre outros sinistros, a partir dos contatos e dos bancos de dados disponibilizados pela PF.

COMÉRCIO BILATERAL

25. No que se refere à balança comercial, o Suriname é um país essencialmente importador - inclusive de produtos básicos -, havendo poucas indústrias locais. As exportações, concentradas em ouro, petróleo e madeira, registraram o montante de USD 1,503 bilhão, em 2019, ao passo que as importações, durante o mesmo período, alcançaram USD 1,527 bilhão (Fonte: COMTRADE).

26. Ao avaliar as estatísticas disponibilizadas pelo MDIC a respeito do comércio bilateral nos últimos três anos, verifica-se certa estabilidade no fluxo das exportações brasileiras ao Suriname entre 34 e 35 milhões de dólares americanos. As exportações brasileiras ao Suriname (FOB) somaram USD 34.491.347 milhões em 2018, o que representou ligeira queda em relação a 2017, quando este montante foi de USD 34.766.489 milhões. O desempenho alcançado em 2019 foi ligeiramente superior, quando as exportações brasileiras destinadas ao Suriname somaram USD 35.594.766 milhões, modesto incremento de 3,2% frente a 2018. Segundo dados do COMTRADE, ainda com base em dados de 2018, o Brasil seria o sexto

maior exportador ao mercado do Suriname, após os EUA, Países Baixos, China, Trinidad e Tobago e Japão.

27. A reduzida balança comercial bilateral reflete não apenas o grande desconhecimento entre empresários de ambos os países mas, sobretudo, as limitadas conexões de transporte, tanto marítimas, quanto aéreas existentes, além das dificuldades de transporte terrestre via Guiana ou Guiana Francesa.

28. Com o montante de USD 2.416.968, a exportação de pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados (NCM 02071400) liderou, em 2019, a cesta de produtos exportados pelo Brasil ao Suriname, com a pauta restante concentrada em alimentos, máquinas e equipamentos diversos.

29. No que se refere às importações de produtos surinameses pelo Brasil, estas são modestíssimas e têm se mantido ao redor de um milhão de dólares. Há evidente descompasso entre a limitada oferta exportável do Suriname e as demandas de importações no mercado brasileiro, que exige maior escala para insumos ou elevado conteúdo tecnológico, no caso de manufaturados. Em 2019, as importações realizadas pelo Brasil no Suriname somaram USD 979.135, o que representou queda de 8% em comparação a 2018, quando o montante foi de USD 1.064.341.

30. O produto que praticamente ocupa toda a pauta exportada pelo Suriname ao Brasil é o arroz, que se beneficia do Acordo de Alcance Parcial para a Concessão de Preferências Tarifárias para o Comércio de Arroz entre Brasil e Suriname (Decreto nº 5.565/2005). Desde 2017, quando as exportações de arroz Surinamês ao Brasil foram retomadas, a média de vendas tem permanecido em 2.500 toneladas por ano, com receita anual ao redor de um milhão de dólares.

ATIVIDADES DO SECOM

31. Ao assumir o posto em novembro de 2017, determinei a necessidade de reforçar a atuação do Setor de Promoção Comercial e Investimentos (SECOM). A autorização, pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), de abertura de uma vaga de assistente técnico no posto foi de fundamental importância para estimular o desempenho no setor, que obteve notável progresso a partir de 2018. A participação de empresas brasileiras em

concorrências públicas locais e a ida de empresas surinamesas a feiras no Brasil são exemplos de iniciativas que foram reforçadas.

32. Com exceção de seminários que procuraram divulgar potenciais sinergias regionais na exploração de petróleo e gás, sobretudo após o início, em 2019, da produção comercial nas concessões da empresa Exxon na Guiana, praticamente não ocorreram, durante minha gestão, eventos significativos de atração de investimentos.

TEMAS CONSULARES E DE ASSISTÊNCIA AOS BRASILEIROS

33. A comunidade brasileira residente no Suriname é estimada entre 15 e 30 mil pessoas, a maioria de garimpeiros ou de profissionais que prestam serviços de apoio ao garimpo. A quase totalidade ingressou no Suriname a partir do Pará, do Amapá e do Maranhão, seja por meios informais, por barco, ou com visto de turista, pelo aeroporto internacional de Paramaribo. Trata-se, na prática, de uma categoria intermediária, no limbo entre o status oficial de não residente e a realidade de uma longa permanência no Suriname, alguns instalados neste país há vários anos, outros retornando periodicamente ao Brasil, sem deixar de repetidamente ingressar no Suriname para retomar sua atividade, que, não raro, desenvolve-se nas duas margens da fronteira entre este país e a Guiana Francesa.

34. Além dos serviços de praxe de fornecimento de documentos de viagem, serviços notariais e de registro civil, o Setor Consular costuma atender número significativo de casos consulares específicos que fogem à rotina, devidamente registrados em expedientes próprios. São frequentes os desentendimentos pessoais em regiões de garimpo, seja em razão de disputa por novas jazidas, descumprimento de compromissos financeiros, prostituição, além de assaltos promovidos por quadrilhas especializadas.

35. Considerando as características peculiares da comunidade local, concentrada em pequenos acampamentos distribuídos na selva, procurei dar prioridade a realização de consulados itinerantes em pontos estratégicos de apoio ao garimpo. Com o inestimável apoio da SERE, pude organizar, no período em que aqui estive, três consulados itinerantes, sendo o primeiro na cidade de Albina - no leste do Suriname, na fronteira com a Guiana Francesa, em frente

à cidade de St. Laurent du Maroni -, entre 15 e 18 de março de 2018; o segundo, entre 23 e 26 de julho de 2018, no vilarejo de Benzdorp - Antônio do Brinco, localizado mais ao sul, igualmente na fronteira entre o Suriname e a Guiana Francesa; e, em 2019, entre 18 e 21 de março, novamente em Albina. Dos referidos consulados itinerantes, participaram diversas equipes técnicas locais (dentre as quais do Departamento de Imigração e do Ministério da Saúde local).

36. Nesse sentido, o Posto continuou a empreender diálogo permanente com os órgãos responsáveis, no governo local, por temas imigratórios e de residência (o MNE, além do Departamento de Imigração e o Corpo de Polícia do Suriname, ambos do Ministério de Justiça e Polícia), com o intuito de facilitar os trâmites para que brasileiros possam regularizar seu status migratório no país e, assim, empreender atividades econômicas e outros serviços, sem correr risco de deportação.

37. No que tange à assistência penitenciária, o Posto, como de praxe, seguiu com seu programa de visitas ao menos bimestrais aos três presídios da capital, onde estão detidos 20 brasileiros. Sempre foram visitados, ademais, brasileiros detidos ocasionalmente por falta de visto de permanência.

38. Ainda na vertente consular, no que diz respeito ao relacionamento entre o posto e o Conselho de Cidadãos Brasileiros no Suriname - (CCBSUR), vale destacar a continuidade da valiosa parceria estabelecida ao longo dos últimos dois anos e meio, não apenas para divulgar e ajudar a organizar eventos e festividades, mas também no apoio humanitário à comunidade brasileira aqui radicada.

39. Desde o início da pandemia de COVID-19, o Posto também tem atuado politicamente junto a diversas instâncias do governo surinamês para viabilizar voos de repatriação ao Brasil, desde o fechamento das fronteiras e do espaço aéreo, e na solução de problemas específicos de diversos passageiros brasileiros.

TEMAS CULTURAIS E EDUCACIONAIS

40. O Setor Cultural da Embaixada, por meio do Centro Cultural Brasil Suriname (CCBS) - aqui instalado desde 1983 - tem realizado

diversas atividades de promoção da cultura brasileira e da língua portuguesa nesta capital. Procurei intensificar, durante minha gestão, a cooperação cultural, educacional e linguística com o Suriname, sempre de modo criativo e econômico. Após o advento da Covid-19, para não interromper suas atividades, o CCBS passou a dar aulas por intermédio de plataformas digitais.

41. Em setembro de 2018, o posto aplicou, pela primeira vez, as provas do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Exterior (ENCCEJA Exterior), nas dependências do CCBS. Na mesma vertente, o CCBS aplicou o exame CELPE-Bras em 2018 e duas vezes em 2019.

POLÍTICA INTERNA DO SURINAME

42.Desde que assumi o Posto, o Suriname passa, no plano político, por um período marcado por relativa tensão, sobretudo relacionada às incertezas quanto ao destino de seu atual presidente Desiré Bouterse, condenado em 29 de novembro de 2019, em primeira instância, pelo Tribunal Militar do Suriname, a vinte anos de prisão - por ter sido considerado o mentor do assassinato, em oito de dezembro de 1982, de quinze adversários políticos, então opositores ao golpe de estado por ele liderado dois anos antes, em 25 de fevereiro de 1980. O episódio é historicamente conhecido no Suriname e nos Países Baixos como "Decembermoorden". O anúncio do veredito, que também condenou outros seis ex-oficiais militares, causou reações polarizadas entre governo e oposição, ainda mais quando a decisão judicial se dava a seis meses das eleições gerais, que ocorreriam em 25 de maio de 2020.

43. Nos meios diplomáticos e políticos locais, cogitava-se existir objetivo estratégico do governo de buscar postergar ao máximo um veredito que pudesse vir a dificultar nova reeleição de Bouterse, de modo a se tentar evitar eventual condenação definitiva pelos crimes do "Decembermoorden".

44. Conforme o resultado oficial divulgado em 19/06/2020, pelo Escritório da Comissão Eleitoral Independente do Suriname (OKB), a oposição conquistou a maioria dos assentos na Assembleia Nacional. Dos 17 partidos que disputaram as eleições gerais no Suriname, apenas seis lograram obter a totalidade dos 51 assentos

em disputa na Assembleia Nacional. Os partidos de oposição (VHP, ABOP, NPS e PL) não lograram, entretanto, conquistar (faltando um assento), a maioria necessária de dois terços do parlamento, ou seja, 34 assentos para poder eleger os novos Presidente e Vice-Presidente da República e, a partir de então, formar um novo governo.

45. Embora já se esperasse perda de algumas cadeiras por parte do NDP, o partido governista foi surpreendido com muito menos votos e cadeiras do que esperava obter, tendo recebido apenas 16 assentos em relação aos 26 conquistados em 2015. O Presidente Bouterse já indicou, entretanto, que o NDP não impedirá a eleição de um novo presidente e vice-presidente de oposição pela Assembleia Nacional, entendimento político que abre caminho para um processo de transição mais expedito e harmonioso do que era esperado. Há expectativa de que o novo governo possa vir a assumir suas funções em meados de julho, o que representa cerca de um mês de antecedência em relação ao prazo legal de 12 de agosto.

46. O novo presidente deverá ser o atual líder do VHP, Chan Santokhi, compondo chapa com um vice-presidente advindo do ABOP, segundo partido mais votado da oposição. Em 29/06/2020, tomaram posse os novos representantes da Assembleia Nacional, tendo sido eleitos Ronnie Brunswijk, fundador e líder histórico do ABOP, como presidente e Dew Sharman, do VHP, como vice-presidente daquele parlamento.

POLÍTICA EXTERNA DO SURINAME

47. Desde que assumiu o BuZa, em fevereiro de 2017, a atual Ministra dos Negócios Estrangeiros, Yldiz Pollack-Beighle, demonstrou dinamismo e notável capacidade de adaptação às dificuldades impostas pelo desfavorável contexto político e econômico nos planos interno e externo.

48. De modo pragmático, o BuZa optou, ao longo dos últimos três anos, por estimular uma intensa agenda de cooperação sul-sul, com foco em projetos de investimento, sobretudo em parceria com a China (O MNE da China, Wang Yi, realizou visita oficial ao Suriname em setembro de 2018) e com a Índia (O PR da Índia, Shri Ram Nath Govind, realizou visita oficial ao Suriname em junho de 2018), e de cooperação técnica, igualmente intensa com a RPC, mas com

sensível incremento no intercâmbio com o Brasil (conforme descrito, acima, no parágrafo 17).

49. Dentro dos esforços da chanceler Pollack-Beighle no sentido de diversificar as parcerias estratégicas do Suriname, cabe menção, ademais, às primeiras visitas oficiais a Paramaribo dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Turquia, Mevlut Çavusoglu, em setembro de 2018, e de Sergey Lavrov, da Rússia, em julho de 2019 (em retribuição à visita da própria chanceler do Suriname a Moscou).

50. Não obstante possua diferendos territoriais pontuais com a Guiana, em torno da região do Tigri, e também com a França (Guiana Francesa), quanto ao posicionamento da divisa no Rio Lawa, o Suriname é discreto em suas reivindicações e tem evitado levantar esses temas em sua agenda externa.

51. No que se refere aos temas de meio ambiente, que praticamente concentram os esforços mais ambiciosos deste país na esfera multilateral, Bouterse sempre reservou menção especial ao papel estratégico exercido pelo Suriname na promoção dos interesses do grupo de países "High Forest Cover, Low Deforestation (HFLD)", de que foi exemplo a organização da "Climate Finance for High Forest, Low Deforestation Countries", conferência realizada em Paramaribo, entre 12 e 14 de fevereiro de 2019. O Suriname não perde oportunidade de ressaltar que, com 93% de cobertura vegetal original, constitui, proporcionalmente, o país mais "verde" do mundo.

52. Espera-se que um novo governo chefiado pelo oposicionista VHP possa alterar substancialmente algumas diretrizes de política externa, sobretudo ao voltar a priorizar o relacionamento com os Países Baixos, aliança vista como fundamental para enfrentar a crise econômica.

CENÁRIO ECONÔMICO DO SURINAME

53. O Suriname, com PIB de cerca de US$ 3,5 bilhões em 2019, enfrenta atualmente mais uma severa crise econômica, a segunda em um período de cinco anos. Segundo dados do BID, foi registrada uma contração de 9% no PIB real entre 2014 e 2016. O atual quadro macroeconômico, que já era considerado grave antes da eclosão da

pandemia de COVID-19, apresenta considerável desequilíbrio fiscal, com inflação galopante de quase 50% em 2020. Grande parte da dívida pública do país é denominada em moeda forte (dólares americanos e euros). Embora o ouro tenha apresentado pequena valorização em sua cotação após o surgimento da pandemia (fenômeno esperado por representar reserva de valor), o petróleo, que representa cerca de cinco por cento do PIB do Suriname, sofreu forte queda, acompanhando tendência de declínio nos preços de praticamente todas as "commodities" nos mercados internacionais.

54. Segundo a representação local do BID, as autoridades responsáveis pela política fiscal e monetária do país teriam deixado a estrutura macroeconômica vulnerável aos choques externos, sobretudo ao desistirem da implementação de um programa de ajuste sugerido pelo FMI, ainda durante a crise de 2016, o qual previa a introdução de reformas destinadas ao fortalecimento do quadro fiscal e monetário. A relação entre a dívida pública e o PIB, por exemplo, foi quase duplicada nos últimos cinco anos, passando de 40,3%, em 2015, para 78,2%, em 2019. Estima-se que possa alcançar 115% do PIB em 2020.

55. As reservas internacionais continuam em declínio e estariam reduzidas, desde março de 2020, a US$ 224 milhões (equivalente a aproximadamente 1,3 mês de importação de bens e serviços). A crescente diferença entre as taxas de câmbio oficial e paralela representa apenas uma clara sinalização do sistema financeiro local a respeito da escassez de reservas internacionais. Considerando a diminuição no valor médio das rendas de exportação de “commodities", sobretudo de petróleo, o déficit em conta corrente do Suriname, segundo o FMI, aumentou para 10,7% do PIB, em 2019, e deverá alcançar, em 2020, ao menos 12% do PIB.

56. Há expectativa, por fim, que em razão da orientação política de centro-direita tradicionalmente encampada pelo VHP, as medidas emergenciais a serem implementadas pela equipe econômica do novo governo tenham viés mais liberal. O futuro Presidente, Chan Santokhi, ressaltou que o novo governo herdará situação econômica extremamente grave, que exigirá atenção imediata (e, com certeza, medidas impopulares), constituindo a principal prioridade de sua administração, juntamente com o combate à pandemia da Covid-19, que tem aprofundado ainda mais o já difícil quadro econômico do país. Como terceira prioridade, salientou a luta para amenizar as

sérias consequências sociais para a população geradas pela atual crise econômica combinada com pandemia (o BID estima que o Suriname retrocederá cerca de 10 anos em termos econômicos, enfrentará enorme dificuldade para cumprir com seus compromissos financeiros internacionais e para obter novos empréstimos, além de ver aumentada em mais 12% a parcela da população que deverá cair abaixo da linha da pobreza).

10

SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 37, DE 2020

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 41, de 2020, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad
RELATOR: Senador Chico Rodrigues

21 de Setembro de 2020

RELATÓRIO Nº DE 2020

SF/20688.96593-09

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 41, de 2020 (Mensagem nº 493/2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal*.

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG é filho de Frederik Marinus den Hartog e Dora Michaelsen den Hartog, e nasceu em São Paulo/SP, em 9 de dezembro de 1956.

Formou-se em Ciências Econômicas pela Fundação Armando Álvares Penteado/SP, em 1980. Ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (CPCD) em 1983. Foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1990 e no Curso de Altos Estudos (CAE), em 2003, ambos também do Instituto Rio Branco, tendo neste último apresentado a seguinte tese: "Financiamento e Reforma das Nações Unidas (implicações político-orçamentárias para o Brasil)".

SF/20688.96593-09

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1983. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1987 e a Primeiro-Secretário em 1994; a Conselheiro em 2000, e a Ministro de Segunda Classe em 2006. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de Coordenador-Executivo do Departamento das Américas (1995-1998) e de Assessor Técnico do Departamento de Organismos Internacionais (2009-2011), tendo ainda, na Presidência da República, desempenhado as funções de assessor e Chefe de Gabinete, substituto, da Subsecretaria de Assuntos Estratégicos (1993-1995).

No Exterior, serviu na Missão do Brasil junto à CEE (Comunidade Econômica Europeia), em Bruxelas (1987-1990); na Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), em Montevidéu (1990-1993); na Missão do Brasil junto à ONU (Organização das Nações Unidas), em Nova York (1998-2001); e nas Embaixadas em Assunção (2001-2004); em Pequim (2004-2009) e na Embaixada junto à FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), em Roma (2011-2015).

O diplomata em apreço fez jus à Medalha Mérito Santos Dumont (2007).

É autor do trabalho "O Brasil e o Oriente Médio", publicado em: Danese, Sérgio (org.) *Ensaios de História Diplomática Brasileira,* pela FUNAG (Fundação Alexandre de Gusmão), em Brasília, 1989.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem documento informativo sobre o Nepal, do qual extraímos informações para subsídio aos membros da Comissão.

A República Democrática Federal do Nepal tem área de 147.181 km² e conta com aproximadamente 30 milhões de habitantes, segundo o documento informativo encaminhado pelo Itamaraty. Seu PIB (Produto Interno Bruto) é de US$ 29,81 bilhões, a expectativa de vida é de 70 (setenta) anos e a taxa de alfabetização é de 67% (sessenta e sete por cento). O seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) a coloca na 147ª posição entre 188 países.

SF/20688.96593-09

Brasil e Nepal estabeleceram relações diplomáticas em 1976. Em 2010, o Nepal abriu Embaixada em Brasília, mas o Brasil só abriu Embaixada residente em Katmandu em 2011.

O fluxo de visitas bilaterais entre o Brasil e o Nepal é ainda modesto. Destaca-se visita ao Brasil, em 2011, do então vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros do Nepal, Upendra Yadav, quando foram firmados os três acordos existentes entre os dois países. Versam eles sobre cooperação técnica, consultas bilaterais e isenção de vistos. O Acordo de Cooperação Técnica, embora tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro, ainda aguarda ratificação pelo lado nepalês. Mesmo assim, a cooperação técnica é a principal vertente do relacionamento bilateral, por meio de projetos *ad hoc* referentes a temas sociais, como a proteção à infância, e político-institucionais, como governança e gestão federativa.

Há interesse do Nepal em receber projetos e consultoria de empresas brasileiras na construção de usinas hidrelétricas, dado o grande potencial hidrelétrico dos rios nepaleses.

O Brasil mantém com o Nepal comércio bilateral superavitário. Em 2019, a corrente de comércio totalizou US$ 2,52 milhões, tendo apresentado aumento de 1,6% em relação ao ano anterior. As vendas brasileiras para aquele país somaram US$ 2,4 milhões (4,3% de crescimento), enquanto as compras totalizaram US$ 140 mil (50% de redução). A balança comercial, favorável ao Brasil, foi de US$ 2,3 milhões. De janeiro a abril de 2020 as exportações brasileiras para o Nepal alcançaram US$ 284 mil, com queda de 71,4% em relação ao mesmo período em 2019; e as importações somaram US$ 44 mil (crescimento de 16,8%) e o superávit brasileiro, no mesmo período, foi de US$ 240 mil.

Os principais produtos exportados pelo Brasil são hortaliças, leguminosas, especiarias e cereais. Os principais produtos nepaleses importados pelo Brasil são tapetes artesanais tradicionais.

Em março de 2015, foi criada a Câmara de Comércio e Indústria Nepal-Brasil (CCINB). Na ocasião, foi assinado memorando de entendimento na área de turismo e hotelaria, com vistas a fomentar investimentos brasileiros na área e a melhorar a estrutura turística no Nepal.

Há oportunidades para as empresas brasileiras de construção em obras de infraestrutura de transportes e de reconstrução pós-terremoto; por outro lado, um dos setores mais competitivos da economia brasileira, o agronegócio, apresenta potencial de expansão para o Nepal.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20688.96593-09

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 5ª Reunião da CRE
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)			
Mecias de Jesus (REPUBLICANOS)	Presente	1. Renan Calheiros (MDB)	
Jarbas Vasconcelos (MDB)	Presente	2. Fernando Bezerra Coelho (MDB)	Presente
Marcio Bittar (MDB)	Presente	3. Simone Tebet (MDB)	
Esperidião Amin (PP)	Presente	4. Daniella Ribeiro (PP)	
Ciro Nogueira (PP)		5. Vanderlan Cardoso (PSD)	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
Roberto Rocha (PSDB)		1. Izalci Lucas (PSDB)	Presente
Mara Gabrilli (PSDB)		2. Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS)	
Major Olimpio (PSL)	Presente	3. Soraya Thronicke (PSL)	Presente
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)			
Kátia Abreu (PP)	Presente	1. Acir Gurgacz (PDT)	Presente
Randolfe Rodrigues (REDE)	Presente	2. Flávio Arns (PODEMOS)	
Eliziane Gama (CIDADANIA)	Presente	3. Veneziano Vital do Rêgo (PSB)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS, PT)			
Fernando Collor (PROS)	Presente	1. VAGO	
Jaques Wagner (PT)	Presente	2. Telmário Mota (PROS)	Presente
Humberto Costa (PT)			
PSD			
Nelsinho Trad (PSD)	Presente	1. Carlos Fávaro (PSD)	Presente
Antonio Anastasia (PSD)	Presente	2. Angelo Coronel (PSD)	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)			
Chico Rodrigues (DEM)	Presente	1. Marcos Rogério (DEM)	Presente
Zequinha Marinho (PSC)	Presente	2. Maria do Carmo Alves (DEM)	
PODEMOS			
Marcos do Val (PODEMOS)	Presente	1. Elmano Férrer (PODEMOS)	

SENADO FEDERAL - SECRETARIA DE COMISSÕES

LISTA DE PRESENÇA 7

Reunião: 6ª Reunião, Extraordinária, da CRE
Data: 21 de Setembro de 2020 (Segunda-feira), Após a 5ª Reunião da CRE
Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

NÃO MEMBROS DA COMISSÃO

Otto Alencar
Carlos Viana

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação de chefes de missão diplomática
MSF 41/2020 - J. CARLOS H.-NEPAL

Início da votação: 21/09/2020 18:00:00 Fim da votação: 21/09/2020 20:47:59

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,		**Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP,**	
MECIAS DE JESUS	**votou**	1. RENAN CALHEIROS	
JARBAS VASCONCELOS		2. FERNANDO BEZERRA COELHO	**votou**
MARCIO BITTAR	**votou**	3. SIMONE TEBET	
ESPERIDIÃO AMIN	**votou**	4. DANIELLA RIBEIRO	
CIRO NOGUEIRA		5. VANDERLAN CARDOSO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)		**Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)**	
ROBERTO ROCHA		1. IZALCI LUCAS	**votou**
MARA GABRILLI		2. FLÁVIO BOLSONARO	
MAJOR OLIMPIO	**votou**	3. SORAYA THRONICKE	**votou**
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,		**Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT,**	
KÁTIA ABREU		1. ACIR GURGACZ	**votou**
RANDOLFE RODRIGUES	**votou**	2. FLÁVIO ARNS	
ELIZIANE GAMA	**votou**	3. VENEZIANO VITAL DO RÊGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PROS,**	
FERNANDO COLLOR	**votou**	1. VAGO	
JAQUES WAGNER		2. TELMÁRIO MOTA	**votou**
HUMBERTO COSTA			
PSD		**PSD**	
NELSINHO TRAD	**votou**	1. CARLOS FÁVARO	**voto não computado**
ANTONIO ANASTASIA	**votou**	2. ANGELO CORONEL	
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)		**Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, DEM, PSC)**	
CHICO RODRIGUES	**votou**	1. MARCOS ROGÉRIO	
ZEQUINHA MARINHO		2. MARIA DO CARMO ALVES	
PODEMOS		**PODEMOS**	
MARCOS DO VAL	**votou**	1. ELMANO FÉRRER	

Votação:

TOTAL 16 SIM 16 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

Senador Nelsinho Trad
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 3, EM 21/09/2020

DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 41/2020)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA FEDERAL DO NEPAL, COM 16 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

21 de Setembro de 2020

Senador NELSINHO TRAD

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

RELATÓRIO Nº DE 2020

SF/20688.96593-09

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 41, de 2020 (Mensagem nº 493/2020, na origem), da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal*.

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

I – RELATÓRIO

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Sr. CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG é filho de Frederik Marinus den Hartog e Dora Michaelsen den Hartog, e nasceu em São Paulo/SP, em 9 de dezembro de 1956.

Formou-se em Ciências Econômicas pela Fundação Armando Álvares Penteado/SP, em 1980. Ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (CPCD) em 1983. Foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1990 e no Curso de Altos Estudos (CAE), em 2003, ambos também do Instituto Rio Branco, tendo neste último apresentado a seguinte tese: "Financiamento e Reforma das Nações Unidas (implicações político-orçamentárias para o Brasil)".

SF/20688.96593-09

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1983. Ascendeu a Segundo-Secretário em 1987 e a Primeiro-Secretário em 1994; a Conselheiro em 2000, e a Ministro de Segunda Classe em 2006. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de Coordenador-Executivo do Departamento das Américas (1995-1998) e de Assessor Técnico do Departamento de Organismos Internacionais (2009-2011), tendo ainda, na Presidência da República, desempenhado as funções de assessor e Chefe de Gabinete, substituto, da Subsecretaria de Assuntos Estratégicos (1993-1995).

No Exterior, serviu na Missão do Brasil junto à CEE (Comunidade Econômica Europeia), em Bruxelas (1987-1990); na Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), em Montevidéu (1990-1993); na Missão do Brasil junto à ONU (Organização das Nações Unidas), em Nova York (1998-2001); e nas Embaixadas em Assunção (2001-2004); em Pequim (2004-2009) e na Embaixada junto à FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), em Roma (2011-2015).

O diplomata em apreço fez jus à Medalha Mérito Santos Dumont (2007).

É autor do trabalho "O Brasil e o Oriente Médio", publicado em: Danese, Sérgio (org.) *Ensaios de História Diplomática Brasileira,* pela FUNAG (Fundação Alexandre de Gusmão), em Brasília, 1989.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem documento informativo sobre o Nepal, do qual extraímos informações para subsídio aos membros da Comissão.

A República Democrática Federal do Nepal tem área de 147.181 km² e conta com aproximadamente 30 milhões de habitantes, segundo o documento informativo encaminhado pelo Itamaraty. Seu PIB (Produto Interno Bruto) é de US$ 29,81 bilhões, a expectativa de vida é de 70 (setenta) anos e a taxa de alfabetização é de 67% (sessenta e sete por cento). O seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) a coloca na 147ª posição entre 188 países.

SF/20688.96593-09

Brasil e Nepal estabeleceram relações diplomáticas em 1976. Em 2010, o Nepal abriu Embaixada em Brasília, mas o Brasil só abriu Embaixada residente em Katmandu em 2011.

O fluxo de visitas bilaterais entre o Brasil e o Nepal é ainda modesto. Destaca-se visita ao Brasil, em 2011, do então vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros do Nepal, Upendra Yadav, quando foram firmados os três acordos existentes entre os dois países. Versam eles sobre cooperação técnica, consultas bilaterais e isenção de vistos. O Acordo de Cooperação Técnica, embora tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro, ainda aguarda ratificação pelo lado nepalês. Mesmo assim, a cooperação técnica é a principal vertente do relacionamento bilateral, por meio de projetos *ad hoc* referentes a temas sociais, como a proteção à infância, e político-institucionais, como governança e gestão federativa.

Há interesse do Nepal em receber projetos e consultoria de empresas brasileiras na construção de usinas hidrelétricas, dado o grande potencial hidrelétrico dos rios nepaleses.

O Brasil mantém com o Nepal comércio bilateral superavitário. Em 2019, a corrente de comércio totalizou US$ 2,52 milhões, tendo apresentado aumento de 1,6% em relação ao ano anterior. As vendas brasileiras para aquele país somaram US$ 2,4 milhões (4,3% de crescimento), enquanto as compras totalizaram US$ 140 mil (50% de redução). A balança comercial, favorável ao Brasil, foi de US$ 2,3 milhões. De janeiro a abril de 2020 as exportações brasileiras para o Nepal alcançaram US$ 284 mil, com queda de 71,4% em relação ao mesmo período em 2019; e as importações somaram US$ 44 mil (crescimento de 16,8%) e o superávit brasileiro, no mesmo período, foi de US$ 240 mil.

Os principais produtos exportados pelo Brasil são hortaliças, leguminosas, especiarias e cereais. Os principais produtos nepaleses importados pelo Brasil são tapetes artesanais tradicionais.

Em março de 2015, foi criada a Câmara de Comércio e Indústria Nepal-Brasil (CCINB). Na ocasião, foi assinado memorando de entendimento na área de turismo e hotelaria, com vistas a fomentar investimentos brasileiros na área e a melhorar a estrutura turística no Nepal.

Há oportunidades para as empresas brasileiras de construção em obras de infraestrutura de transportes e de reconstrução pós-terremoto; por outro lado, um dos setores mais competitivos da economia brasileira, o agronegócio, apresenta potencial de expansão para o Nepal.

Tendo em vista a natureza da matéria em apreciação, não cabe serem aduzidas outras considerações no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/20688.96593-09

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 41, DE 2020

(nº 493/2020, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.

DESPACHO: À CRE

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 493

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.

Os méritos do Senhor **CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de setembro de 2020.

EM nº 00127/2020 MRE

Brasília, 21 de Agosto de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, **caput**, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo

00001.004646/2020-16

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 517/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 02 de setembro de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal do Nepal.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 02/09/2020, às 20:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2094632** e o código CRC **7D25BC35** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004646/2020-16 SEI nº 2094632

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

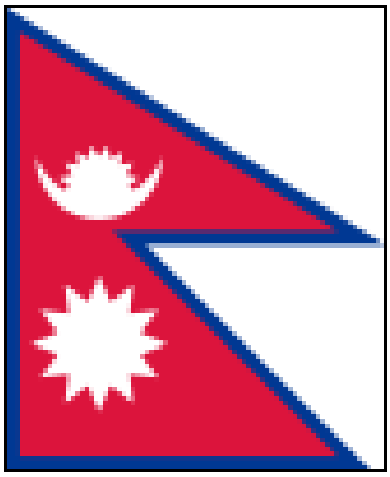
MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG*
CPF.: 992.328.808-06
ID.: 8291 MRE

1956	Filho de Frederik Marinus den Hartog e Dora Michaelsen den Hartog, nasce em 9 de dezembro, em São Paulo/SP
Dados Acadêmicos:	
1980	Ciências Econômicas pela Fundação Armando Álvares Penteado/SP
1982	CPCD - IRBr
1990	CAD - IRBr
2003	CAE - IRBr, Financiamento e Reforma das Nações Unidas (implicações político-orçamentárias para o Brasil)
Cargos:	
1983	Terceiro-Secretário
1987	Segundo-Secretário
1994	Primeiro-Secretário, por merecimento
2000	Conselheiro, por merecimento
2006	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
Funções:	
1984-87	Divisão de Agricultura e Produtos de Base, assistente
1987-90	Missão junto à CEE, Bruxelas, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1990-93	Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, Segundo-Secretário
1993-1995	Presidência da República, Subsecretaria de Assuntos Estratégicos, assessor e Chefe de Gabinete, substituto
1995-98	Departamento das Américas, Coordenador-Executivo
1998-2001	Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2001-04	Embaixada em Assunção, Conselheiro
2004-09	Embaixada em Pequim, Conselheiro, Ministro-Conselheiro, comissionado, e Ministro-C
2009	Subsecretaria-Geral Política I
2009-11	Departamento de Organismos Internacionais, Assessor Técnico
2011-15	Embaixada do Brasil em Roma/FAO, Ministro-Conselheiro.
Condecorações:	
2007	Medalha Mérito Santos-Dumont
Publicações:	
1989	O Brasil e o Oriente Médio, in Danese, Sergio (org.) Ensaios de História Diplomática Brasileira, FUNAG, Brasília

LUIS PINTO COSTA
Chefe, substituto, da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

NEPAL



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Maio de 2020

DADOS BÁSICOS SOBRE O NEPAL	
NOME OFICIAL:	República Democrática Federal do Nepal
GENTÍLICO:	nepalês
CAPITAL:	Katmandu
ÁREA:	147 181 km²
POPULAÇÃO:	30,327 milhões
LÍNGUA OFICIAL:	Nepalês (44,6%), *maithali* (11,7%), *bhojpuri* (6%), outras

	(37,7%). Muitos falam inglês no governo e nos negócios.
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Hindu (81,3%), budista (9%), mulçumana (4,4%), *kirant* (3,1%), cristianismo (1,4%), outras (0,5%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Bicameral. Assembleia Nacional (*National Assembly*), composta por 59 membros, eleitos para mandatos de 6 anos e renovação de 1/3 a cada 2 anos; e Casa dos Representantes (*House of Representatives*), composta por 275 membros, eleitos para mandatos de 5 anos
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Bidhya Devi Bhandari (desde 28 de outubro de 2015)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Khadga Prasad Sharma Oli (desde 15 de fevereiro de 2018)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Pradeep Kumar Gyawali (desde 16 de março de 2018)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2019):	US$ 29,81 bilhões (29,04 bi)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (*PPP*) (2019):	US$ 94,42 bilhões
PIB *PER CAPITA* (2019):	US$ 982,95
PIB *PPP PER CAPITA* (2019):	US$ 3113,40
VARIAÇÃO DO PIB	2,5% (2020, est.); 7,1% (2019); 6,7% (2018)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2018):	0,579 (147ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2018):	70,5 anos
ALFABETIZAÇÃO (2018):	67,91%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	1,41%
UNIDADE MONETÁRIA	rúpia nepalesa
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Tara Prasad Pokharel (desde 22 de setembro de 2016)
EMBAIXADORA EM KATMANDU:	Maria Teresa Mesquita Pessôa (desde 10 de março de 2015)
BRASILEIROS NO PAÍS:	30 (estimativa, após repatriação em abril de 2020)

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-NEPAL (US$ MI) (fonte: MEcon)

Brasil → Nepal	**2003**	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**	**2019**
Intercâmbio	0,298	1,142	1,012	1,134	1,219	1,000	1,399	3,109	2,515
Exportações	0,277	0,992	0,634	0,344	0,462	0,290	0,832	2,760	2,380
Importações	0,021	0,150	0,378	0,789	0,757	0,710	0,567	0,349	0,135
Saldo	0,256	0,842	0,256	-0,445	-0,295	-0,420	0,265	2,411	2,246

APRESENTAÇÃO

Com área de pouco mais de 147 mil km², o Nepal é um país localizado na Ásia Meridional, sem saída para o mar e com fronteiras terrestres com a Índia – ao Sul – e com a China (região do Tibete) – ao Norte. Apesar de laico em sua constituição, mais de 80% da população do país é hinduísta. Com elevação média

superior a 2500 metros do nível do mar, o Nepal possui a montanha mais alta do mundo – o *Sagarmatha* ou Everest, com mais de 8800 metros de altura – e seus rios apresentam enorme potencial hidrelétrico. Em razão da presença da Cordilheira do Himalaia ao norte, a população nepalesa tende a concentrar-se nas áreas de planície da região do *Terai* – próximas à fronteira com a Índia – e na área central, menos montanhosa – onde se localiza a capital, Katmandu. Sua localização torna o país extremamente vulnerável a desastres naturais, como inundações, deslizamentos de terra e terremotos.

Entre o fim do século XVIII e o início do XIX, o principado de *Gorkha* unificou diversos principados e estados na região Sul do Himalaia no Reino do Nepal. O país manteve sua independência após a Guerra Anglo-Nepalesa de 1814-16, em que o tratado de paz resultante assentou as bases das relações entre e o Nepal e Reino Unido nas décadas seguintes. Em 1951, o monarca nepalês instituiu sistema de gabinetes, em substituição ao arranjo de primeiros-ministros hereditários (criado após a Guerra de 1814-16). O arranjo durou até 1960, quando os partidos políticos foram novamente proibidos. Em 1990, com o estabelecimento de regime democrático pluripartidário, o Nepal tornou-se uma Monarquia Constitucional. Após dez anos de guerra civil, entre 1996 e 2006, a Monarquia foi dissolvida. Com a Constituição interina de 2007, o país himalaio manteve o sistema parlamentarista de governo, contudo passou a denominar-se República Democrática Federal do Nepal. Mesmo com o terremoto de 2015, o país manteve-se firme em seu processo de paz e reconstrução, com vistas a assegurar estabilidade política. Nesse sentido, ainda naquele ano, a mais recente Carta Magna nepalesa foi promulgada. Em 2017, o país avançou na implantação do Federalismo, por meio da realização de primeiro pleito eleitoral nos níveis local e estadual.

PERFIL BIOGRÁFICO

Bidhya Devi Bhandari
Presidente da República

Primeira mulher a exercer a Presidência da República Federal Democrática do Nepal, Bidya Devi Bhandari nasceu no dia 19 de junho de 1961, no distrito de Bhojpur, Nepal. Foi líder estudantil e casou-se, em 1983, com Madan Bhandari, então secretário-geral do Partido Comunista do Nepal (Marxista-Leninista Unificado) (conhecido pela sigla *CPN-UML*, em inglês), morto em acidente de carro em 1993. Elegeu-se parlamentar em 1993, 1994 e 1999. Foi ministra do Meio Ambiente e População em 1997 e ministra da Defesa de 2010 a 2012, durante o governo de Madhav Kumar Nepal, também do *CPN-UML*. Imediatamente após o movimento popular de 2006, apresentou proposta, aprovada por unanimidade e implementada na composição das Constituintes de 2008 e 2012, de que as mulheres tivessem 33% de participação em todos os órgãos do estado. Elegeu-se presidente em duas ocasiões: outubro de 2015 e março de 2018, ambas por votação parlamentar. É viúva e tem duas filhas.

PERFIL BIOGRÁFICO

Khadga Prasad Sharma Oli
Primeiro-Ministro

Conhecido como KP Oli, nasceu em 1952, no distrito de Terhathum, no Nordeste do Nepal. Em 1966, Oli iniciou sua carreira política. Quatro anos mais tarde, ingressou no Partido Comunista do Nepal (Marxista) (*CPN-M*, em inglês) e passou a liderar o movimento em favor da democracia e do republicanismo no país. Em 1973, foi preso sob a acusação de envolvimento em atos subversivos. Permaneceu preso por 14 anos. Foi considerado o líder fundador do Partido Comunista do Nepal (Marxista-Leninista) (*CPN-ML*), criado em 1976. Libertado em 1987, assumiu responsabilidades como membro do Comitê Central do *CPN-ML*, até a fusão entre o *CPN-M* e o *CPN-ML*, da qual se originou o Partido Comunista do Nepal (Marxista-Leninista Unido) (*CPN-UML*). Eleito sucessivamente para a Casa dos Representantes do Nepal de 1991 a 2002, KP Oli também exerceu as funções de vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros do Nepal (2006-07), bem como de membro da Assembleia Constituinte (2013). Foi primeiro-ministro do Nepal entre outubro de 2015 e julho de 2016, cargo para o qual foi nomeado novamente em fevereiro de 2018.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas em 7 de fevereiro de 1976. O Nepal inaugurou sua Embaixada em Brasília em 2010. No mesmo ano, o Brasil criou sua Embaixada em Katmandu, inaugurada em 2011.

O fluxo de visitas bilaterais entre o Brasil e o Nepal é ainda modesto. Destaca-se visita ao País, em 2011, do então vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros do Nepal, Upendra Yadav, oportunidade em que foram firmados os três acordos existentes entre os dois países, referentes a cooperação técnica, consultas bilaterais e isenção de vistos. O Acordo de Cooperação Técnica, contudo, conquanto tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro em 2018, ainda depende da ratificação pelo lado nepalês.

Ainda que o texto sobre cooperação técnica não esteja em vigor, é ela a principal vertente do relacionamento bilateral, por meio de projetos *ad hoc*. Após a realização da primeira reunião de consultas bilaterais, em 2012, o Brasil passou a prestar ao Nepal cooperação em temas sociais e político-institucionais. Destaca-se, nessa área, cooperação trilateral, realizada entre os dois países em conjunto com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), voltada à universalização do programa nepalês de transferência de renda para a infância (*Child Grant*) e à implementação de cidades amigas das crianças (*child friendly cities*). A pedido do Nepal, o Brasil prestou, ainda, cooperação em governança e gestão federativa.

Há interesse nepalês em receber projetos e consultoria de empresas brasileiras na construção de usinas hidrelétricas, tema tratado por ocasião da segunda reunião de consultas bilaterais, realizada em 2018. Fundamentam o interesse do Nepal o grande potencial hidrelétrico dos rios do país; a possibilidade de expansão do mercado de energia local; a localização estratégica do país, como vizinho da China e da Índia; e a capacidade técnica de empresas brasileiras na área. Na reunião de consultas, o lado nepalês expressou, igualmente, interesse na cooperação em agricultura, particularmente em cultivo de café em altitudes elevadas; agricultura familiar; ervas medicinais; pecuária leiteira; e produção de cana-de-açúcar.

As relações entre os dois países têm igualmente vertente parlamentar. Em 2013, o Congresso brasileiro estabeleceu o Grupo Parlamentar Brasil-Nepal – porém não instalado –, com vistas a promover o debate sobre temas comuns entre os parlamentos dos dois países.

No âmbito das organizações internacionais, o Nepal tem-se manifestado favoravelmente à maioria das candidaturas e pleitos brasileiros. Nesse sentido, o país votou em favor do embaixador Roberto Azevedo, quando de sua eleição para diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2013; bem como já declarou apoio à proposta do G-4 para reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira residente no Nepal era composta, até a eclosão da pandemia de COVID-19 (ver abaixo), por cerca de sessenta nacionais, em sua maior parte missionários evangélicos, acompanhados de suas famílias, que realizam trabalhos sociais junto a comunidades carentes nepalesas. Quanto aos demais, são aposentados, pequenos comerciantes e religiosos de outras denominações.

De acordo com dados do Departamento de Imigração do país, pouco mais de 3.800 brasileiros estiveram no Nepal em 2019, tendo o turismo como objetivo principal.

Pandemia de COVID-19

A pandemia de COVID-19 levou o Nepal a suspender, em 22 de março de 2020, todos os voos domésticos e internacionais, bem como a proibir o trânsito de pessoas nas fronteiras terrestres com a Índia e a China. Dois dias depois, o governo do Nepal declarou total restrição do movimento de pessoas – *lockdown* –, exceto para situações emergenciais.

Face às medidas de restrição de movimento implementadas pelo governo nepalês, o Itamaraty, por meio da Embaixada em Katmandu, logrou repatriar 34 nacionais brasileiros que se encontravam retidos no país. Os nacionais foram transportados por voo fretado até Nova Delhi, onde embarcaram em aeronave também fretada, que partiu da capital indiana em 14 de abril, com destino ao Brasil.

O impacto da COVID-19 sobre a economia do Nepal, assim como na de outros países, não será desprezível. A projeção de crescimento do PIB para o ano fiscal 2019-20 caiu vertiginosamente, de 8,5% para 2,3%. Dados do Banco de Desenvolvimento Asiático (*ADB*) indicam que os setores mais dinâmicos da economia nepalesa – construção civil, turismo, hotelaria, aviação e atividades comerciais – serão atingidos, de modo que a queda da atividade deixará quase 16 mil desempregados, entre guias turísticos e operadores de agências de viagens. Nesse contexto, a suspensão da campanha *Visit Nepal 2020*, que esperava atrair cerca de 2 milhões de turistas, é emblemática. Vários domicílios ficarão abaixo da linha da pobreza absoluta – menos de US$ 1,90 por dia.

Com a diminuição do ritmo econômico em outros países, as remessas de trabalhadores migrantes igualmente exercerão forte pressão negativa sobre a recuperação da economia do Nepal. Esse quadro agrava-se ainda mais, dada a pouca margem para a adoção de políticas anticíclicas por parte do governo, diante da frágil posição fiscal atual, com queda da arrecadação.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil ao Nepal.

POLÍTICA INTERNA

Com o processo de transição de regime monárquico para uma democracia representativa em curso, o país asiático passou a denominar-se, desde 2007, República Democrática Federal do Nepal. Seu sistema de governo é parlamentarista, em que o presidente é o chefe de Estado, enquanto o primeiro-ministro mantém a posição de chefe de Governo.

O poder Legislativo é bicameral, composto pela Assembleia Nacional (câmara alta) e pela Casa dos Representantes (câmara baixa). A primeira é composta por 59 assentos, em que 56 membros – incluindo ao menos três mulheres, um *dalit* (não pertencente a nenhuma das quatro castas do Hinduísmo, base da pirâmide social daquela religião), um portador de necessidades especiais, ou um de minoria étnica – são indiretamente eleitos por colégio eleitoral formado de líderes de governos municipais e estaduais; e três são nomeados pelo presidente, a partir de recomendação do governo. O mandado é de seis anos, com previsão de renovação de 1/3 dos membros a cada dois anos.

A Casa dos Representantes, por seu turno, possui 275 assentos. Embora todos sejam diretamente eleitos, 165 membros são escolhidos, por maioria simples, em sistema distrital; e 110 membros são selecionados, em sistema nacional, a partir de votação proporcional com base em listas partidárias. O mandato dos parlamentares dessa câmara é de cinco anos.

Os partidos no Nepal têm-se alterado substantivamente, especialmente a partir de 2018. Quando das eleições nacionais, em fevereiro daquele ano, o cenário político do país contava com o Partido Comunista do Nepal (Marxista-Leninista Unificado, *CPN-UML*); o Partido Comunista do Nepal (Centro-Maoísta, *CPN-MC*); o Partido do Congresso Nepalês (*NC*), de oposição e idelogia social-democrata; o Fórum Socialista Federal do Nepal (FSFN), de orientação secularista e étnico-federalista; e o Partido *Rastriya Janata Nepal* (*RJPN*), de centro-esquerda, secularista e defensor de etnias. Posteriormente, diversas agremiações fundiram-se, com vistas a aumentar sua representatividade na política nepalesa. Assim, ainda em 2018, o *CPN-UML* e o *CPN-MC* deram origem ao Partido Comunista do Nepal (*NCP*) – que detém mais de 2/3 dos assentos do Parlamento nepalês. Os dois principais partidos de base *madhesi* e *janjati* – minorias étnicas que habitam a região ao sul do país – e o FSFN e o *RJPN* fundiram-se no Partido *Janata Samajwadi Nepal* (*JSPN*).

Com as fusões mais recentes, o Parlamento passou a ter a seguinte distribuição: na Assembleia Nacional, *NCP* (71,2%); *NC* (22%); *JSPN* (6,8%); na Casa dos Representantes, *NCP* (63,3%); *NC* (22,9%); *JSPN* (12%); outros (1,8%).

O primeiro-ministro é o chefe de Governo do Nepal. Segundo a Constituição do país, o ocupante do cargo deve ser o líder do partido político com maioria na Casa dos Representantes. Como elo entre dois poderes da República, sua principal atribuição é auxiliar o presidente na administração dos assuntos relativos ao

Executivo. O primeiro-ministro é responsável por presidir o Conselho de Ministros e por recomendar os nomes que comporão o referido gabinete ao presidente da República, que os nomeará. Além disso, o primeiro-ministro chefia o Conselho Constitucional – grupo consultivo de alto nível composto por seis membros, que recomenda, entre outros, nomes para preenchimento de diversos cargos, segundo os termos da Constituição. Desde fevereiro de 2018, o primeiro-ministro do Nepal é KP Oli – líder do *NCP*.

O poder Judiciário do Nepal compreende a Suprema Corte, a Alta Corte e tribunais distritais. A Suprema Corte é composta pelo chefe de Justiça – nomeado pelo presidente, a partir de recomendação do Conselho Constitucional – e até vinte juízes – também nomeados pelo presidente, a partir de recomendação do Conselho Judiciário. O chefe de Justiça exerce mandato de seis anos, enquanto os juízes permanecem no cargo até os 65 anos de idade. O sistema jurídico resulta de amálgama entre *common law* britânica e conceitos hinduístas, com novos códigos civil e penal em vigor desde agosto de 2018.

A chefia do poder Executivo do Nepal é exercida pelo presidente da República, cuja eleição ocorre indiretamente, por meio de colégio eleitoral formado por membros do Parlamento Federal e das assembleias estaduais, para mandato de cinco anos, com apenas uma reeleição possível. Desde outubro de 2015, o cargo é ocupado pela presidente, reeleita, Bidhya Devi Bhandari, do *NCP*.

A história do Nepal é marcada pelo isolamento que caracteriza seu território, situado entre duas grandes civilizações – a indiana e a chinesa – e uma grande barreira física, a Cordilheira do Himalaia. A região que viria a constituir o atual Nepal encontrava-se dividida em diversos reinos, unificados pela monarquia Xá na segunda metade do século XVIII. Em 1991, as primeiras eleições livres no país marcaram tentativa de limitar os poderes do monarca, porém havia diversas forças centrífugas, que desejavam a República, em detrimento da Monarquia. Após a guerra civil de dez anos (1996-2006), em que aspirações étnicas se somavam ao embate entre diferentes visões do comunismo – em especial, os maoístas liderados por Prachanda (Pushpa Kamal Dahal, conhecido como Prachanda, antigo líder maoísta e criador do CPN-MC) –, foi assinado acordo de paz entre os vários grupos armados. Desde então, as elites políticas nepalesas vêm tentando estabilizar o país, por meio de sistema político de base republicana e federalista. Parte do grupo maoísta – liderada por Netra Bikram Chand "Biplab" –, contudo, rompeu com Prachanda e optou por permanecer na luta armada em favor do estabelecimento de governo popular.

Para supervisionar o cumprimento dos termos do acordo de paz, foi instalada, em janeiro de 2007, a Missão das Nações Unidas no Nepal (*UNMIN*). O país elegeu Assembleia Constituinte, que elaborou constituição interina. Foi instituída, em 2008, a República Democrática Federal do Nepal, após a abolição formal da monarquia pela Assembleia Constituinte. A instabilidade política, no entanto, permaneceu, em razão de discordâncias entre os grupos políticos – incluindo

as minorias étnicas –, que resultaram em quedas sucessivas de gabinentes ministeriais. As lideranças não obtinham acordo acerca do número de províncias da Federação recém-instituída (pleito especialmente caro às minorias étnicas); do sistema de governo a adotar-se (parlamentarismo ou presidencialismo); e do sistema eleitoral (proporcional, de votos absolutos, ou combinação de ambos) nos níveis local, estadual e federal.

Após sucessivas tentativas de conciliação e diálogo político, a nova Carta foi promulgada em 2015. Temas cruciais, como sistema de governo e federalismo, continuaram com aspectos indefinidos. Fator adicional de instabilidade, o Nepal foi assolado por terremoto em abril daquele ano. Seguiu-se, no entanto, com o processo político, de modo que Bidhya Devi Bhandari (do *CPN-UML*) foi eleita indiretamente, em outubro de 2015. KP Oli (também do *CPN-UML*) tornou-se o primeiro chefe de Governo após a adoção da atual Constituição. Com vistas a conter a agitação política dos partidos *madhesi* e manter a estabilidade do país no contexto pós-terremoto, a primeira emenda constitucional, aprovada em janeiro de 2016, incluiu previsões para assegurar representação proporcional de minorias e distritos eleitorais baseados na população.

O atual primeiro-ministro, KP Oli, assumiu o cargo em fevereiro de 2018. Meses depois, houve a fusão entre seu partido (o *CPN-UML*) e o *CNP-MC*, de Prachanda. Ao juntar as duas principais agremiações políticas comunistas do país, o Partido Comunista do Nepal (*NCP*) passou a aglomerar as principais lideranças históricas do Nepal.

Apesar dos avanços no processo de reconciliação nacional e estabilização pós-conflito civil, o Nepal ainda busca fortalecer seu sistema político para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como deixar o grupo dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDR), até 2030. Nesse contexto, o completo estabelecimento do Federalismo, bem como a finalização dos trabalhos das Comissões de Justiça de Transição – Verdade e Reconciliação; e de Investigação de Desaparecimentos Forçados de Pessoas –, criadas em 2015, são passos cruciais para a paz duradoura no Nepal.

São igualmente desafiadoras à estabilização do país as forças centrífugas decorrentes do não atendimento das demandas da minoria *madhesi*, relativas ao redesenho da federação nepalesa. Os representantes da etnia exigem pelo menos dois estados com território exclusivamente *madhesi* na região do *Terai*; o reconhecimento das línguas das diversas comunidades na região como oficiais; e a permissão para cidadãos naturalizados ocuparem cargos políticos (a prática de casamentos com indianos é comum, em razão da proximidade territorial). Todas essas exigências requerem emenda constitucional.

POLÍTICA EXTERNA

Até meados do século XX, o Nepal manteve-se fechado para o exterior. Com o processo de descolonização na Ásia Meridional, o país gradualmente se abriu a contatos externos. Destacam-se, nesse sentido, i) o fortalecimento de vínculos com a recém-independente Índia, em particular por meio da assinatura, em 1950, do Tratado de Paz e Amizade indo-nepalês, cujos termos asseguram o respeito à soberania mútua, livre movimentação de bens e pessoas, além de colaboração em matérias de defesa e política externa; e ii) o ingresso do Nepal na Organização das Nações Unidas, em 1955.

Segundo o primeiro-ministro KP Oli, a política externa do Nepal deve guiar-se pelo princípio da defesa do interesse nacional – o desenvolvimento – e da manutenção da integridade territorial. O engajamento diplomático nepalês pauta-se necessariamente pela defesa da imagem de promoção da democracia e pelo imperativo de graduar o país para fora do grupo dos PMDR. Para tanto, é necessário atrair investimentos maciços em infraestrutura – transportes, energia e serviços –, segundo as prioridades nacionais.

Nesse contexto, as relações externas nepalesas possuem atualmente cinco grandes dimensões: i) as relações com a Índia e com a China; ii) com os países da Ásia Meridional; iii) com países doadores ("parceiros para o desenvolvimento") e organismos internacionais; e iv) com países receptores de mão-de-obra nepalesa, devido à importância de suas remessas para a economia do Nepal; bem como v) a participação em organizações internacionais, com defesa do multilateralismo e do sistema baseado em normas.

O relacionamento do Nepal com a Índia é histórico. O fluxo de pessoas e de mercadorias é livre em seus 1850 quilômetros de fronteiras. Ambos os países são multiétnicos e multiculturais, bem como têm o hinduísmo como religião majoritária. Qualquer decisão – de cunho comercial, financeiro ou social – impacta o Nepal significativamente. A Índia é o maior parceiro comercial nepalês, respondendo por mais da metade de seu comércio externo, e a maior fonte de turistas direcionados ao país himalaio. Devido à fronteira compartilhada, o governo indiano preocupa-se com a estabilidade política no Nepal, sobretudo acerca da questão das minorias étnicas que também habitam seu país. Há desentendimentos pontuais, ainda, no que concerne a questões fronteiriças, ao aproveitamento do potencial hidrelétrico de rios compartilhados e ao comércio dos superávits energéticos sazonais.

As boas relações que o governo nepalês tem buscado com a China vêm servindo, historicamente, como contrapeso à presença indiana. Os turistas chineses já são o segundo maior grupo que anualmente visita o Nepal (o setor turístico corresponde a mais de 7% do PIB do país). Sua condição geográfica demanda que o Nepal exercite equilíbrio entre as duas grandes economias asiáticas em expansão.

Sem acesso direto ao mar, o Nepal dependia exclusivamente do acesso a portos indianos, mediante acordo bilateral. Em 2015, contudo, logo após a promulgação da Constituição nepalesa, a minoria *madhesi* promoveu bloqueio das principais vias de acesso à Índia, de modo que o Nepal foi privado do acesso a seu principal mercado exportador, bem como não conseguiu importar gasolina, alimentos, medicamentos e outros produtos. O bloqueio evidenciou a fragilidade e a dependência em relação ao vizinho do Sul e levou o governo nepalês a ingressar, em 2017, na *Belt and Road Initiative* (*BRI*) chinesa, com vistas a atrair capital voltado à infraestrutura - em especial de energia e transportes - e ao desenvolvimento do país. Nos últimos anos, a China tem sido a principal fonte de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) no Nepal, e as relações bilaterais receberam, em outubro de 2019, o *status* de parceria estratégica.

Na região da Ásia Meridional, o Nepal concerta-se com os demais países por meio de organismos regionais. Juntamente com Afeganistão, Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Paquistão e Sri Lanka, o Nepal ajudou a fundar, em 1985, a Associação para a Cooperação Regional no Sul da Ásia (*SAARC*), cujo secretariado é sediado em Katmandu. A Iniciativa de Cooperação Técnica e Econômica Multissetorial da Baía de Bengala (*BIMSTEC*), de que o Nepal é parte desde 2004, é igualmente relevante à diplomacia nepalesa. Por meio de cooperação técnica e econômica, seus membros – Bangladesh, Butão, Índia, Myanmar, Nepal, Sri Lanka e Tailândia – buscam criar ambiente favorável ao desenvolvimento econômico, e acelerar o progresso social, mediante assistência mútua em áreas como comércio, investimentos, tecnologia, turismo, agricultura, pesca, transporte e comunicação, além de têxteis.

No grupo de países desenvolvidos fora da Ásia e parceiros para o desenvolvimento, destaca-se a relação do país asiático com os Estados Unidos da América, com quem o Nepal mantém arranjo tarifário baseado no Sistema Geral de Preferências (SGP). O arranjo faz com que os EUA sejam o segundo maior mercado do Nepal, ainda que exclua produtos têxteis da lista de preferências estendidas – quase 30% das exportações do país himalaio para os EUA, em 2019. Há, contudo, resistência nepalesa à ênfase dada pelos EUA a temas de segurança na região, consideradas pelas autoridades no Nepal como potencialmente lesivas a sua soberania.

No que concerne aos demais países, programas e agências parceiras para o desenvolvimento do país – Noruega, União Europeia, Grupo Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outros –, Katmandu tem buscado melhorar sua capacidade de implementação dos projetos assinados, face a pressões referentes à alegada demora na utilização dos recursos.

Com os países receptores de sua mão-de-obra migrante, o Nepal busca manter relacionamento cooperativo, na medida em que, dada a carência de empregos estáveis em seu país, os nepaleses procuram por alternativa em outras nações. As

remessas daqueles trabalhadores impactam significativamente o consumo interno das famílias e, consequentemente, a economia do Nepal. Até 2015, a Malásia era o destino preferido dos trabalhadores nepaleses, porém esse número tem decrescido em favor dos países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), principalmente Catar, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita. A tentativa do Nepal de neutralizar – por meio da cooperação e do diálogo diplomático – possíveis forças exógenas que impactariam negativamente o crescimento de sua economia, esbarra, porém, em aspectos internos dos países receptores. Nesse contexto, a política adotada pela Malásia no sentido de diversificar o rol de países fornecedores de mão-de-obra e o bloqueio instituído por países do Oriente Médio ao Catar são exemplos da vulnerabilidade da economia nepalesa a choques exógenos.

No âmbito multilateral, Katmandu tem procurado aumentar seu engajamento em instituições tanto políticas quanto econômicas. Como PMDR e país em desenvolvimento sem litoral, a atuação do Nepal na ONU baseia-se na defesa do estabelecimento de uma ordem multilateral, calcada no respeito às normas internacionais, principalmente no que concerne ao respeito à soberania; à manutenção da paz e da integridade territorial; bem como à contenção das mudanças climáticas. No contexto econômico, o país himalaio tem atuação voltada para organismos que possam contribuir com sua meta de deixar o grupo de PMDR e de cumprir os ODS. Desse modo, além da ONU, da *BIMSTEC* e da *SAARC*, o Nepal participa de cerca de 40 organismos internacionais, tais como, entre outros, o Banco Asiático de Desenvolvimento (*ADB*); a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); o Banco Asiático de Investimento em Infraesutrutra (*AIIB*); a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (*FAO*); o Fundo Monetário Internacional (FMI); o Grupo Banco Mundial; o G-77; a Organização Mundial do Comércio (OMC); a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*UNCTAD*); e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (*UNESCO*).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Em anos recentes, o Nepal tem experimentado forte crescimento econômico, calcado na maior estabilidade política, nas atividades de reconstrução pós-terremoto de 2015, bem como na expansão dos setores manufatureiros – principalmente cimento – e de turismo. Nesse contexto, o PIB nepalês expandiu-se em 7,1% em 2019, com aumento da inflação oficial, de 3,7% (2018) para 6,7% (2019). A ampliação do fornecimento e do acesso à energia elétrica também contribuiu significativamente para a melhoria do padrão de vida dos nepaleses. Atualmente, mais de 90% da população tem acesso a energia elétrica, em comparação a menos de 50% em 2010. O sucesso do país em promover avanços na economia

resultou, inclusive, em convite para que o primeiro-ministro KP Oli participasse da do Fórum Econômico Mundial, em Davos, em 2019. No entanto, alguns desafios à implementação do plano de desenvolvimento do governo – intitulado "Nepal próspero, nepaleses felizes", que visa a tornar a nação um país de renda média até 2030 – persistem, dado que 41% da população vive com receitas inferiores a US$ 3,20 por dia.

Para o ano fiscal 2019/2020, segundo estimativas do FMI, o aumento do PIB começaria a ocorrer em ritmo mais lento – mesmo antes da COVID-19. Com o espraiamento da pandemia, o crescimento do Nepal agora está projetado para 2,5% – em comparação aos 6% previstos inicialmente. Entre as principais causas desse fenômeno, destacam-se a diminuição das taxas de crescimento da Índia, a desaceleração do fluxo de remessas dos trabalhadores migrantes e a queda da produção agrícola – setor especialmente vulnerável a variações climáticas como inundações e deslizamentos de terra. Na atividade bancária, após a rápida expansão para fomentar a atividade econômica, o crédito deverá retrair-se, sob pena de elevar os riscos do setor financeiro. Em contexto de desaceleração da economia global, a posição externa do Nepal é de vulnerabilidade, em razão das pressões sobre o Balanço de Pagamentos ocasionadas, entre outras, pela redução abrupta das remessas.

O aumento da produção doméstica e a redução das importações de combustíveis e materiais de construção têm provocado a redução do déficit em Conta Corrente.

Apesar dos resultados positivos do lado da demanda, as exportações e os influxos de IED permanecem pequenos como parcela do PIB, respectivamente 3% e 0,5%, de modo a comprometer a sustentabilidade das taxas de crescimento do Nepal. Nesse sentido, como o fomento recente aos investimentos em infraestrutura de energia e transportes ainda não foi capaz de alterar o motor da economia – de consumo para investimento –, o crescimento do PIB nepalês depende significativamente das remessas de trabalhadores migrantes e da indústria do turismo. De acordo com o FMI, no ano fiscal 2018/2019, o envio de recursos pela força de trabalho nepalesa empregada no exterior correspondeu a 25,3% do PIB do país. Em razão da proximidade, a Índia é o maior receptor de mão-de-obra do Nepal, seguida por Catar e Emirados Árabes Unidos. Espera-se que a Malásia, principal destino desses nacionais até 2015, volte a receber mais nepaleses, devido a acordo bilateral assinado em 2019. As remessas tendem a valorizar a rúpia nepalesa, de modo a afetar a competitividade externa do país.

A agricultura correspondeu a 24,3 do PIB do Nepal, no ano fiscal 2018/2019 – a indústria registrou 13,3%; e os serviços representaram 63,4%. Embora não seja o maior setor na composição da economia nepalesa, a agricultura empregou cerca de 70% da mão-de-obra no mesmo ano – o que explica a taxa de desemprego de 1,4%, na medida em que as estatísticas normalmente desconsideram as ocupações agrícolas. Além de sua importância em termos de renda familiar, a baixa

competitividade da agricultura nepalesa torna o setor extremamente sensível à atuação estrangeira, por meio de IEDs ou de exportações. O país cultiva grãos, especialmente arroz, milho e trigo. Com ganhos expressivos de produtividade, a cana-de-açúcar, a batata, a juta e o tabaco têm aumentado sua parcela na produção agrícola nepalesa.

Ainda que a construção civil tenha ganhado importância, em especial a fabricação de cimento para as obras de reconstrução do país – o setor cresceu quase 67% nos últimos cinco anos –, o desenvolvimento do setor industrial nepalês ainda é limitado por obstáculos estruturais, tais como o diminuto mercado doméstico; problemas de infraestrutura; a falta de mão-de-obra qualificada; a escassez de capital; e a dificuldade de escoamento da produção, dado que o Nepal não dispõe de saída para o mar. A maior parte dos produtos industrializados nepaleses provém de subsetores ligados à produção de têxteis, de derivados de tabaco, de grãos, bem como alimentos e bebidas à base de açúcar.

Nos serviços, embora o comércio mantenha-se como principal atividade, o setor tem perdido espaço na composição do PIB nepalês para atividades ligadas ao mercado imobiliário, nos últimos cinco anos fiscais. Outro setor que se expandiu consideravelmente foi a intermediação financeira – sobretudo em razão do volume de remessas de trabalhadores nepaleses no exterior –, a qual mais que dobrou em termos de valor, de 2014/2015 a 2018/2019, e hoje corresponde a 5,6% da economia do país. Apesar de contribuírem menos na composição do PIB atual, atividades de transporte, armazenagem e comunicações – ligadas às recentes obras no país – ainda representam 6,4% da economia nepalesa.

O turismo representou, em 2018 (dados mais recentes), 7,9% do PIB, com crescimento de 3,9% em relação ao ano anterior. As principais atividades turísticas no Nepal estão associadas às trilhas e escaladas, bem como à visitação a locais históricos ligados ao Budismo. Para fomentar o setor e capitalizar-se mais da marca "Nepal", o governo do país lançou a campanha *Visit Nepal 2020*, série de iniciativas que visavam a atrair 20 milhões de turistas – com ampliação do gasto *per capita*, de US$ 44 para US$ 80 por dia –; bem como reduzir a pobreza e a dependência das remessas de trabalhadores no exterior – por meio de geração de empregos sustentáveis. Para isso, o Nepal obteve patrocínio da *UNESCO*, agilizou a conclusão das obras de dois aeroportos internacionais próximos às principais áreas turísticas do Nepal – Pokhara e Lumbini (ambos ainda não estão operacionais) – e manteve programa de concessão de vistos de turismo na chegada ao país. A campanha, contudo, teve de ser suspensa em março de 2020, devido à pandemia da COVID-19. Ainda que retorne no ano corrente, o Nepal já acumula perdas consideráveis, na medida em que a estação turística principal no país está compreendida entre fevereiro e maio – em especial para as escaladas, que geram renda para o governo por meio das concessões para essa atividade.

Para atrair mais investidores, o Nepal tem melhorado seu ambiente de negócios. Dados do *Doing Business* do Banco Mundial indicam que entre 2017 e 2019, o Nepal saiu da 105ª para a 94ª posição do mundo, em termos de facilidade para realizar negócios. A situação é ainda mais favorável, quando considerados apenas os países da Ásia Meridional: o Nepal é o 3º país, atrás somente da Índia e do Butão. Entre os avanços na estrutura administrativa, econômica e financeira do país, destacam-se medidas de combate à inadimplência e à corrupção; a introdução do Sistema Integrado de Impostos (*ITS*); e a modernização de leis sobre investimentos estrangeiros, transferência de tecnologia, e sobre parcerias público-privadas. O primeiro-ministro KP Oli realizou, em março de 2019, a 3ª Cúpula de Investimento, ocasião em que apresentou os recentes avanços do Nepal em termos de modernização de seu ambiente de negócios, bem como as oportunidades de investimento. Foram assinados 16 memorandos de entendimento, com destaque para o setor hidrelétrico. No ano fiscal 2018/2019, os principais países investidores no Nepal foram China, Reino Unido e Índia. No setor hidrelétrico, é importante mencionar a participação da Coreia do Sul na construção de usinas.

Segundo o FMI, a projeção de crescimento do Nepal para os próximos anos indica crescimento em torno de 5,3%, na medida em que os fatores que levaram à expansão do PIB nepalês nos anos recentes – reconstrução pós-terremotos, remessas de trabalhadores migrantes dos países do Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (CCG) e projetos de infraestrutura de transporte – provavelmente cessarão. Desse modo, os condutores do crescimento econômico deverão ser o aumento da geração e venda de energia elétrica, o turismo e a melhoria da prestação de serviços públicos no contexto do Federalismo fiscal. O Fundo identifica, contudo, riscos como gargalos em infraestrutura – devido à lenta implementação dos projetos – , investimentos privados aquém do desejável, maior desaceleração da Índia e dos países do CCG, bem como ameaças de desastres naturais. Outros desafios à manutenção da trajetória de crescimento do país incluem a dependência em relação ao petróleo da Índia – único supridor do Nepal, mediante acordo bilateral de exclusividade assinado em 2017, com duração de 5 anos –; as restrições impostas pela Índia no que concerne ao comércio transnacional de energia elétrica – desde 2016, Nova Delhi limita a importação de eletricidade às empresas com 51% de participação indiana e não permite o comércio Nepal-Bangladesh por meio de suas linhas de transmissão –; além da morosidade nos processos de aprovação e implementação de projetos – o ainda disseminado emprego de documentação em papel no Nepal (em lugar de meio eletrônico), assim como a ausência de prazos definidos para autorizar licenciamentos contribuem para o aumento da insegurança jurídica e afastam investidores.

Diante das dificuldades associadas a sua posição geográfica, o comércio exterior do Nepal é bastante diminuto como porcentagem de seu PIB. As estimativas publicadas pelo *Internacional Trade Center – United Nations Comtrade* (*ITC-UN*

Comtrade) indicam que a corrente de comércio do país registrou, em 2019, US$ 10,66 bilhões – redução de 3,2% em comparação aos US$ 11,02 bilhões de 2018. As exportações e as importações foram, respectivamente, de US$ 0,98 bilhão e US$ 9,68 bilhões; de modo que a balança comercial se manteve deficitária, com US$ - 8,7 bilhões. Em 2017 (último dado disponível para os parceiros comerciais nepaleses), os principais destinos das exportações do Nepal foram Índia (56,7%); EUA (11,2%); Turquia (6,5%); Alemanha (3,9%); e Reino Unido (3,4%). Os principais fornecedores para o país foram Índia (65%); China (12,6%); Emirados Árabes Unidos (1,7%); França (1,5%) e Argentina (1,3%).

Ainda segundo o *ITC-UN Comtrade*, em 2019, os principais produtos exportados pelo Nepal foram gorduras e óleos (24,7%); fibras sintéticas ou artificiais (9%); tapetes (8,5%); café/chá/mate/especiarias (4,7%); e plásticos (4,4%). A pauta importadora nepalesa foi composta por combustíveis (19,3%); ferro e aço (9,6%); máquinas mecânicas (8,6%); máquinas elétricas (8,5%); e automóveis (6,8%).

O Brasil mantém com o Nepal comércio bilateral superavitário. Em 2019, a corrente de comércio foi de US$ 2,52 milhões – aumento de 1,6% em relação ao ano anterior. As vendas brasileiras para aquele país asiático somaram US$ 2,4 milhões (4,3% de crescimento), enquanto as compras totalizaram US$ 140 mil (50% de redução). A balança comercial, favorável ao Brasil, foi de US$ 2,3 milhões. De janeiro a abril de 2020, as exportações brasileiras foram de US$ 284 mil (queda de 71,4% em relação mesmo período de 2019); as importações somaram US$ 44 mil (16,8% superiores); e o superávit brasileiro, no mesmo período, de US$ 240 mil.

As pautas do comércio bilateral – tanto de exportações quanto de importações – não têm apresentado modificações expressivas ao longo dos anos. Os principais produtos brasileiros exportados para o Nepal são hortaliças, leguminosas, especiarias e cereais. Os principais produtos nepaleses importados pelo Brasil são tapetes artesanais tradicionais. No que concerne à composição das pautas, os cinco primeiros produtos vendidos pelo Brasil, em 2019, foram: hortaliças (26%); especiarias (20%); milho (11%); medicamentos e produtos famacêuticos (11%); e instalações e equipamentos de engenharia civil (9,2%), que representaram mais de 77% do total em dólares. A pauta importadora do Nepal é formada majoritariamente por revestimentos de piso (80%); demais produtos da indústria de transformação (4,6%); vestuário de malha (4,5%); e acessórios de tecidos têxteis (3,3%).

Em março de 2015, foi criada a Câmara de Comércio e Indústria Nepal-Brasil (CCINB). Na ocasião, foi assinado memorando de entendimento na área de turismo e hotelaria, entre a CCINB e a Associação Brasileira de Indústria de Hotéis, com vistas a fomentar investimentos brasileiros e a melhorar a estrutura turística no Nepal. As obras de infraestrutura de transportes e de reconstrução pós-terremoto representam oportunidades para as exportações do setor brasileiro de maquinário de engenharia civil. Dada a capacidade técnica brasileira na construção de hidrelétricas, há possibilidade de prestação de consultorias – com eventual transferência de

conhecimento – na área, conforme interesse manifestado pelas autoridades nepalases durante a segunda reunião de consultas políticas.

Um dos setores mais competitivos da economia brasileira, o agronegócio, apresenta potencial de expansão para o Nepal. Em 2019, as exportações brasileiras do setor para o Nepal registraram cerca de US$ 1,5 milhão – participação de 62,5% no total, em dólares, das vendas. Para comparação, em 2017 (último dado disponível no *ITC-UN Comtrade* para parceiros comerciais), a Argentina – que figura entre os 5 principais exportadores para o Nepal – exportou US$ 133,7 milhões para o Nepal, com quase 100% de produtos do agronegócio. Os principais produtos vendidos por aquele país sul-americano foram soja, cereais e óleos vegetais. O Brasil, por seu turno, exportou apenas 2,1 milhões naquele ano para o Nepal, entre hortaliças, leguminosas e milho. O açúcar brasileiro entra no país himalaio por intermédio do Bangladesh. Ainda assim, a fatia de mercado de ambos os países é bastante discreta, sobretudo se comparados à Índia – principal fornecedor de gêneros agrícolas para o Nepal, em razão dos custos logísticos reduzidos pela proximidade territorial.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1768	Diversos reinos na região unificados sob a monarquia Xá, do povo *Gurkha*
1792	Expansão nepalesa barrada por uma derrota para chineses no Tibete
1814-1816	Guerra anglo-nepalesa, encerrada com o acordo de fronteira em vigência atualmente
1846	Derrubada da dinastia Xá. O poder passa a ser exercido hereditariamente pela família Rana. O país fica isolado de relações externas
1923	Tratado com o Reino Unido afirma a soberania do Nepal
1950	Assinatura do Tratado de Paz e Amizade com a Índia
1951	Fim do poder dos Ranas. Monarquia Xá restaurada
1955	O Nepal ingressa na Organização das Nações Unidas
1960-1962	Instauração do sistema *Panchayat*, sem partidos, com poder centrado no rei
1985	Fundação da Associação para a Cooperação Regional no Sul da Ásia (*SAARC*), com Secretariado em Katmandu
1990	Rei Birendra cede à pressão e permite uma nova constituição democrática
1991	Primeira eleição democrática
1992	Realização da 1ª Cúpula de Investimentos no Nepal
1996	Início da guerra civil
2004	O Nepal ingressa na Iniciativa de Cooperação Técnica e Econômica Multissetorial da Baía de Bengala (*BIMSTEC*)
2005	Restauração da monarquia absolutista, pela suspensão da constituição.
2006	Reabertura do Parlamento e assinatura de acordo de paz com os maoístas, formalmente dando fim ao conflito civil
2007	Instalação da Missão das Nações Unidas no Nepal (*UNMIN*), para supervisionar o cumprimento dos termos do acordo de paz celebrado no ano anterior (janeiro)
2007	Preparação da Constituição interna do Nepal
2008	O Nepal torna-se uma república, com nome oficial de República Democrática Federal do Nepal
2012	Após o malogro em elaborar a nova Constituição, a Assembleia constituinte é

	dissolvida
2015	Criação das Comissões de Justiça de Transição – Verdade e reconciliação; e Investigação de desaparecimentos forçados (fevereiro)
	Terremoto causa devastação em Katmandu (abril)
	Promulgação da nova Constituição, após sucessivas tentativas de conciliação e diálogo político (setembro)
	Eleição indireta da presidente Bidhya Devi Bhandari (outubro)
2015-2016	Bloqueio da fronteira pela minoria *madhesi*, com apoio da Índia
2017	2ª Cúpula de Investimentos no Nepal (março)
	A China e o Nepal realizam o primeiro exercício militar conjunto (abril)
	O Nepal ingressa na iniciativa chinesa *Belt and Road* (maio)
	Realização das eleições parlamentares, nos níveis local, estadual e nacional
	Com a nomeação dos chefes dos governos locais e o início dos trabalhos nas assembleias locais, a transição do Unitarismo para o Federalismo no Nepal avança
	Reeleição da presidente Bidhya Devi Bhandari (março)
	Por meio da fusão do *CPN-UML* e do *CPN-MC*, surge o Partido Comunista do Nepal (*NPC*) (maio)
2019	3ª Cúpula de Investimentos no Nepal (março)
	O Primeiro-ministro KP Oli participa do Fórum Econômico Mundial, em Davos (janeiro)
	Inauguração do oleoduto Nepal-Índia (setembro)
	Durante visita do primeiro-ministro chinês, Xi Jinping, a relação bilateral com a China é elevada ao status de parceria estratégica (outubro)
	Lançamento da campanha *Visit Nepal 2020* (dezembro)
2020	Consequência da pandemia da COVID-10, a campanha *Visit Nepal 2020* é suspensa (março)

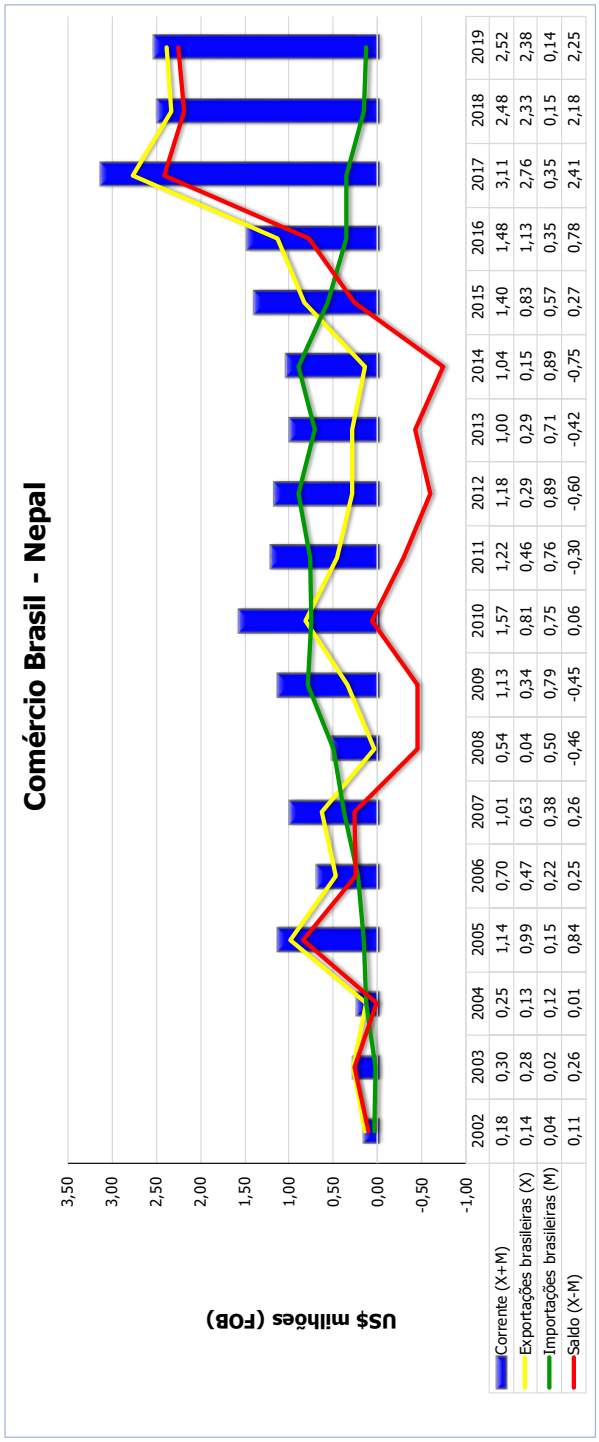
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1976	Estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e o Nepal (mantidas por meio de Consulado Honorário em Katmandu e de Embaixada não residente, cumulativa com a missão brasileira em Nova Delhi)
1992	Presença da delegação nepalesa, chefiada pelo então Primeiro-Ministro Girija Prasad Koirala, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro.
2000	Início das negociações do Acordo de Cooperação Técnica Brasil-Nepal.
2002	Visita ao Brasil do então ministro da Saúde do Nepal, Sharat Singh Bhandari.
2004	Apoio da delegação nepalesa à proposta brasileira de promover cooperação internacional e aumentar recursos para eliminar a fome e a pobreza mundiais, na 59ª sessão da Assembleia Geral da ONU (AGNU).
2007	Manifestação explícita de apoio do governo nepalês à candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (CSNU), durante o debate geral da 62ª AGNU.
2009	Encontro do então embaixador do Brasil em Nova Delhi, Marco Antônio Brandão, com diversas autoridades nepalesas. Na ocasião, o Governo do Nepal reiterou apoio ao Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU (CSNU).
	Visita ao Brasil do então ministro dos Negócios Estrangeiros do Nepal, Upendra Yadav, ocasião em que manteve encontros com o então ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, bem como com o então ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.
2010	Apresentação de credenciais pelo primeiro embaixador do Nepal no Brasil, Pradumna Bikram Shah.
	Criação da Embaixada do Brasil em Katmandu (julho)
2011	Visita ao Brasil do vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros do Nepal, Upendra Yadav, quando foram assinados o Acordo de Cooperação Técnica e o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Bilaterais
	Início do funcionamento da Embaixada do Brasil em Katmandu.
2012	Realização da primeira reunião do Mecanismo de Consultas Bilaterais, em Katmandu.
2013	Criação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Nepal, no Congresso brasileiro (porém não instalado)
2018	Realização da segunda reunião do Mecanismo de Consultas Bilaterais, em Brasília.

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço	03/08/2011	30/10/2011	19/10/2011
Acordo de Cooperação Técnica	03/08/2011	-	(ratificação do Nepal pendente)

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS



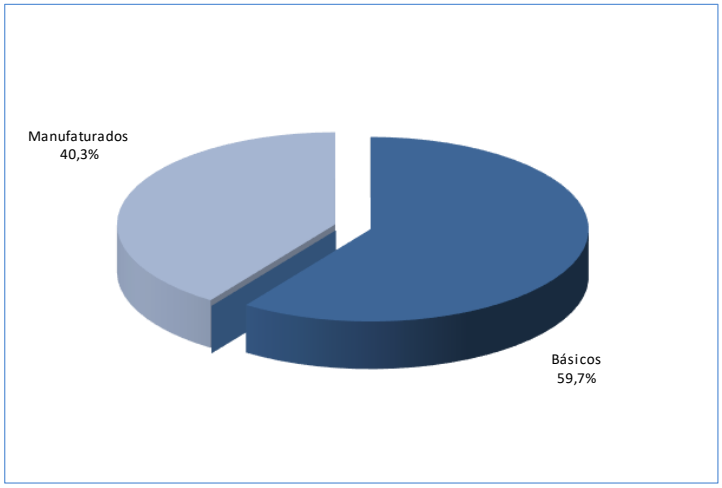
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Corrente (X+M)	0,18	0,30	0,25	1,14	0,70	1,01	0,54	1,13	1,57	1,22	1,18	1,00	1,04	1,40	1,48	3,11	2,48	2,52
Exportações brasileiras (X)	0,14	0,28	0,13	0,99	0,47	0,63	0,04	0,34	0,81	0,46	0,29	0,29	0,15	0,83	1,13	2,76	2,33	2,38
Importações brasileiras (M)	0,04	0,02	0,12	0,15	0,22	0,38	0,50	0,79	0,75	0,76	0,89	0,71	0,89	0,57	0,35	0,35	0,15	0,14
Saldo (X-M)	0,11	0,26	0,01	0,84	0,25	0,26	-0,46	-0,45	0,06	-0,30	-0,60	-0,42	-0,75	0,27	0,78	2,41	2,18	2,25

2019/2020	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2019 (jan-mar)	0,45	0,03	0,5	0,4
2020 (jan-mar)	0,19	0,04	0,2	0,1

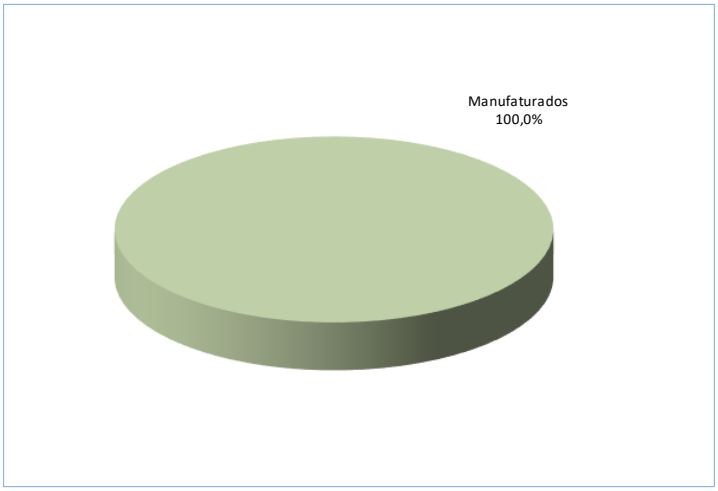
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Abril de 2020

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2019

Exportações



Importações



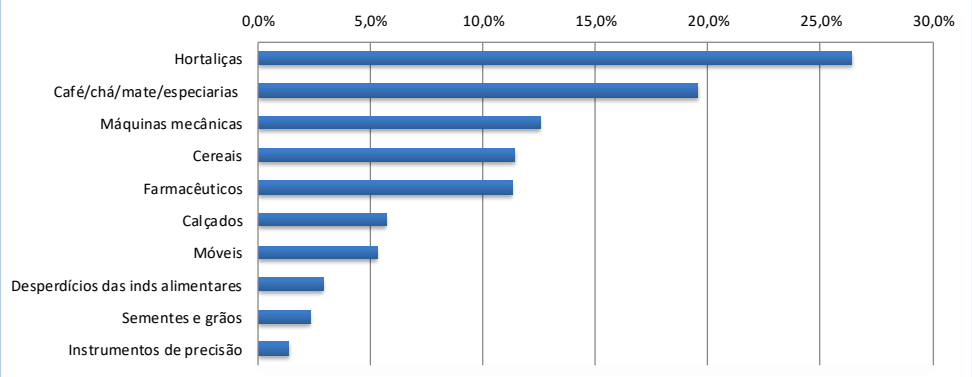
Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Abril de 2020

Composição das exportações brasileiras para Nepal
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Hortaliças	1,5	55,4%	0,35	15,2%	0,63	26,4%
Café/chá/mate/especiarias	0,12	4,4%	0,15	6,4%	0,47	19,6%
Máquinas mecânicas	0,21	7,5%	1,2	49,8%	0,30	12,6%
Cereais	0,15	5,5%	0,27	11,6%	0,27	11,4%
Farmacêuticos	0,10	3,7%	0,19	8,0%	0,27	11,3%
Calçados	0,11	3,9%	0	0,0%	0,14	5,7%
Móveis	0,03	1,0%	0	0,0%	0,13	5,3%
Desperdícios das inds alimentares	0,02	0,7%	0	0,0%	0,07	2,9%
Sementes e grãos	0	0,0%	0	0,0%	0,06	2,3%
Instrumentos de precisão	0,01	0,3%	0,05	1,9%	0,03	1,3%
Subtotal	**2,27**	**82,3%**	**2,17**	**92,9%**	**2,35**	**98,8%**
Outros	**0,49**	**17,7%**	**0,17**	**7,1%**	**0,03**	**1,2%**
Total	**2,76**	**100,0%**	**2,33**	**100,0%**	**2,38**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Abril de 2020

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2019

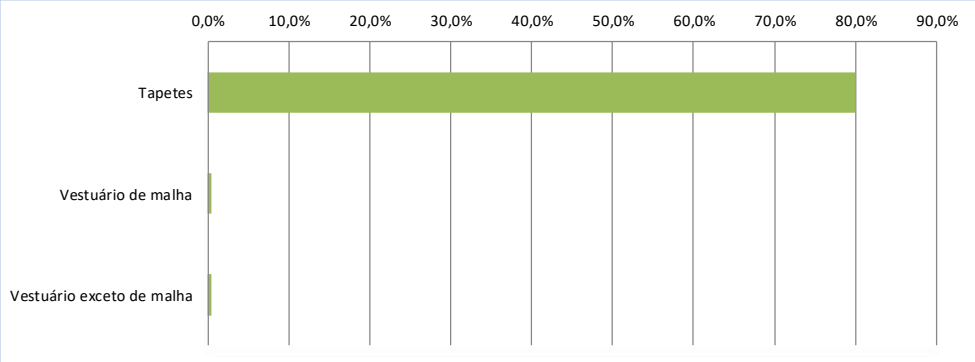


Composição das importações brasileiras originárias de Nepal
US$ milhões

Grupos de produtos (SH2)	2017		2018		2019	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Tapetes	0,28	80,2%	0,11	72,2%	0,11	80,0%
Vestuário de malha	0,01	4,0%	0,01	7,3%	0,001	0,4%
Vestuário exceto de malha	0,02	5,4%	0,02	10,6%	0,001	0,4%
Subtotal	**0,313**	**89,7%**	**0,136**	**90,1%**	**0,109**	**80,8%**
Outros	**0,036**	**10,3%**	**0,015**	**9,9%**	**0,026**	**19,2%**
Total	**0,349**	**100,0%**	**0,151**	**100,0%**	**0,135**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Abril de 2020

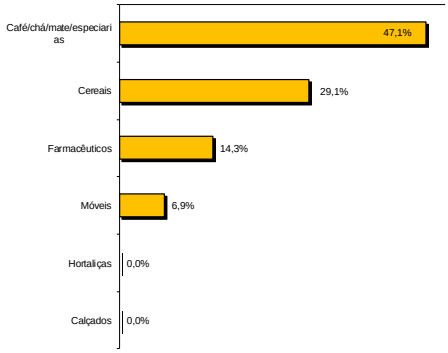
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2019



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

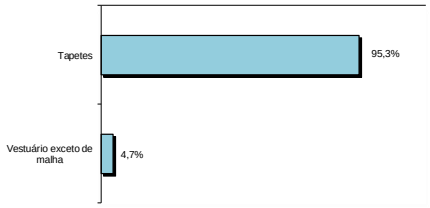
Grupos de produtos (SH2)	2019 (jan-mar)	Part. % no total	2020 (jan-mar)	Part. % no total
Exportações				
Café/chá/mate/especiarias	0,05	11,8%	0,089	47,1%
Cereais	0,18	39,5%	0,055	29,1%
Farmacêuticos	0,07	14,5%	0,027	14,3%
Móveis	0	0,0%	0,013	6,9%
Hortaliças	0,08	17,9%	0	0,0%
Calçados	0,05	10,9%	0	0,0%
Subtotal	**0,42**	**94,6%**	**0,18**	**97,4%**
Outros	**0,02**	**5,4%**	**0,01**	**2,6%**
Total	**0,45**	**100,0%**	**0,19**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2020

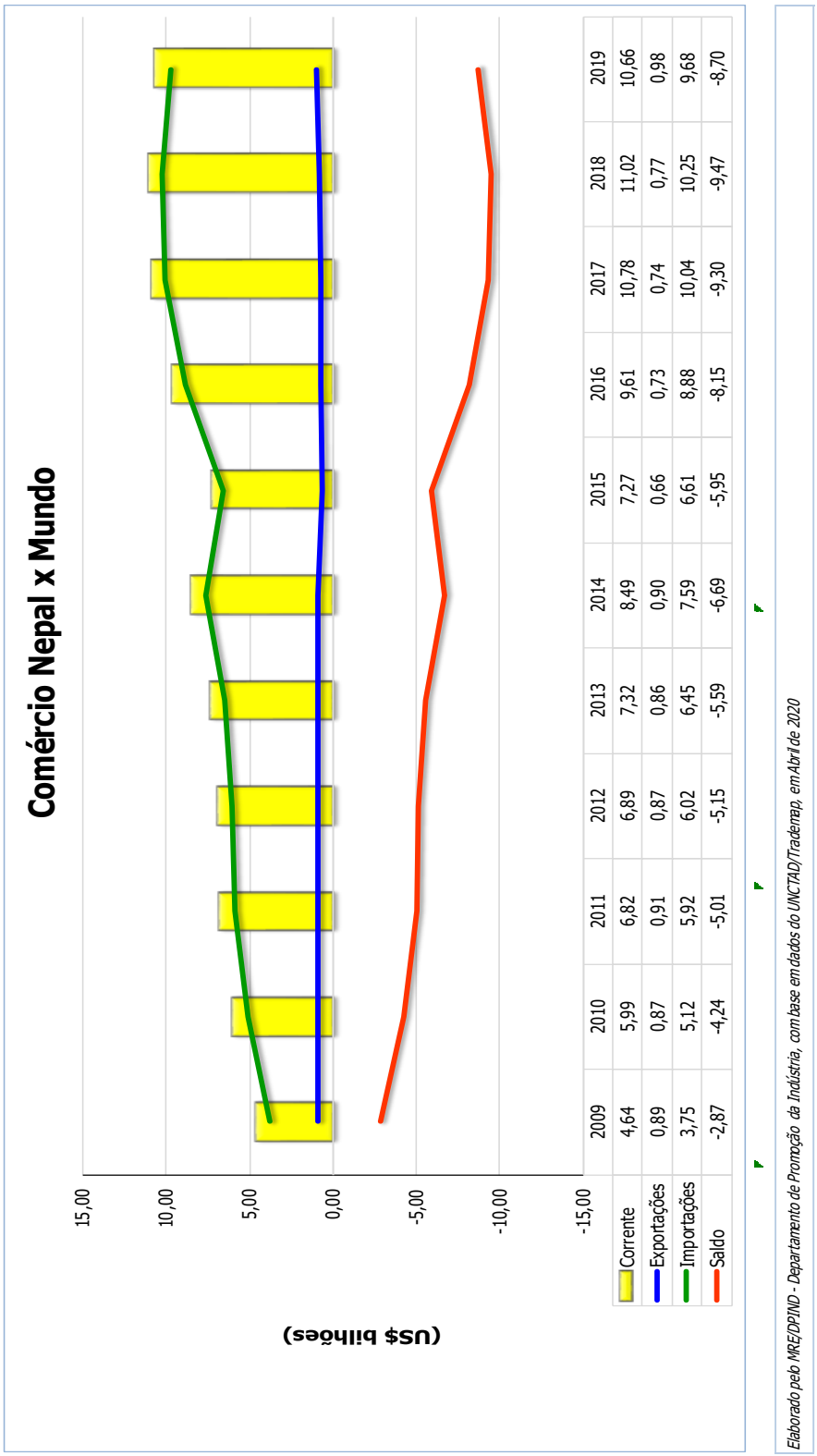


Grupos de produtos (SH2)	2019 (jan-mar)	Part. % no total	2020 (jan-mar)	Part. % no total
Importações				
Tapetes	0,03	93,9%	0,04	95,3%
Vestuário exceto de malha	0,0003	0,9%	0,002	4,7%
Subtotal	**0,0**	**94,8%**	**0,0**	**100,0%**
Outros produtos	**0,0**	**5,2%**	**0,0**	**0,0%**
Total	**0,03**	**100,0%**	**0,04**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2020



Elaborado pelo MRE/DPIND - Divisão de Promoção da Indústria, com base em dados do Comexstat/MECON, Abril de 2020



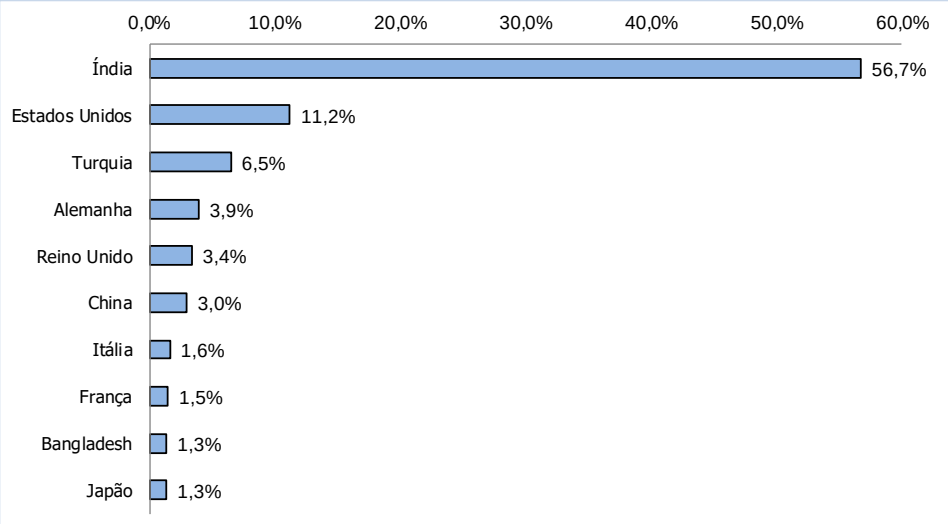
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Corrente	4,64	5,99	6,82	6,89	7,32	8,49	7,27	9,61	10,78	11,02	10,66
Exportações	0,89	0,87	0,91	0,87	0,86	0,90	0,66	0,73	0,74	0,77	0,98
Importações	3,75	5,12	5,92	6,02	6,45	7,59	6,61	8,88	10,04	10,25	9,68
Saldo	-2,87	-4,24	-5,01	-5,15	-5,59	-6,69	-5,95	-8,15	-9,30	-9,47	-8,70

Principais destinos das exportações de Nepal
US$ bilhões

Países	2017	Part.% no total
Índia	0,42	56,7%
Estados Unidos	0,08	11,2%
Turquia	0,05	6,5%
Alemanha	0,03	3,9%
Reino Unido	0,03	3,4%
China	0,02	3,0%
Itália	0,01	1,6%
França	0,01	1,5%
Bangladesh	0,01	1,3%
Japão	0,01	1,3%
...		
Brasil (37º lugar)	***0,001***	***0,1%***
Subtotal	**0,67**	**90,5%**
Outros países	**0,07**	**9,5%**
Total	**0,74**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020

10 principais destinos das exportações

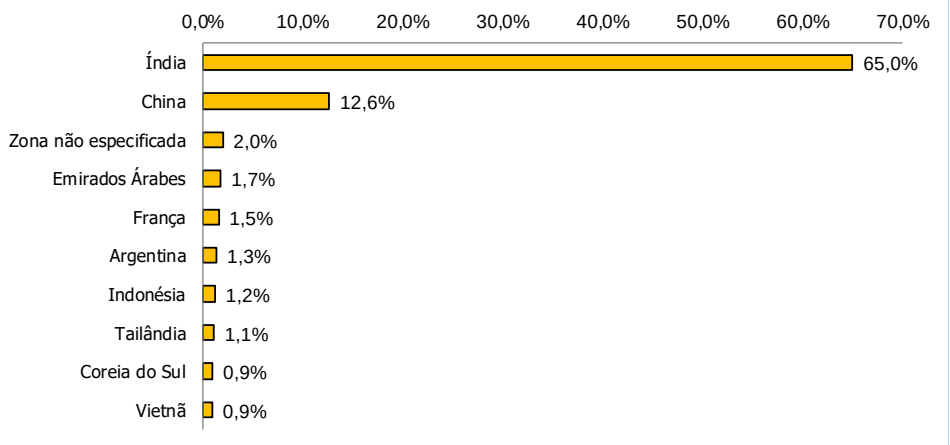


Principais origens das importações de Nepal
US$ bilhões

Países	2017	Part.% no total
Índia	6,52	65,0%
China	1,27	12,6%
Zona não especificada	0,20	2,0%
Emirados Árabes	0,18	1,7%
França	0,16	1,5%
Argentina	0,13	1,3%
Indonésia	0,12	1,2%
Tailândia	0,11	1,1%
Coreia do Sul	0,09	0,9%
Vietnã	0,09	0,9%
...		
Brasil (30º lugar)	***0,02***	***0,2%***
Subtotal	**8,88**	**88,5%**
Outros países	**1,16**	**11,5%**
Total	**10,04**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020

10 principais origens das importações

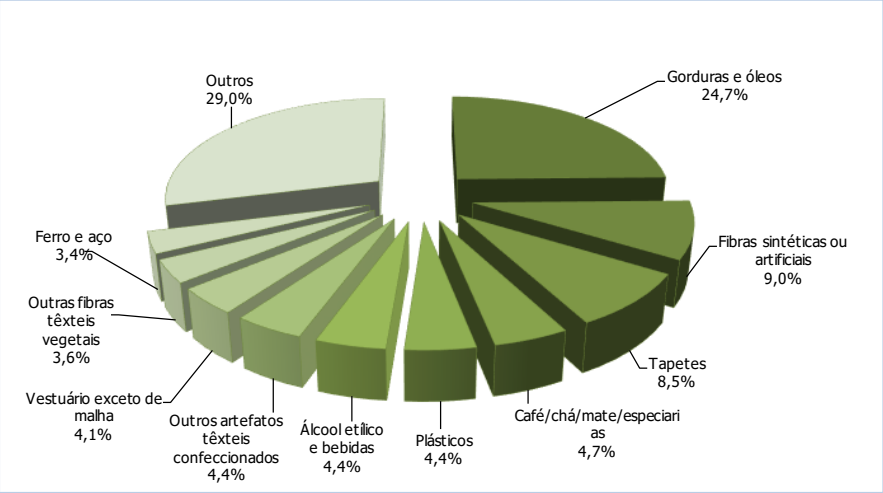


Composição das exportações de Nepal
US$ bilhões

Grupos de Produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Gorduras e óleos	0,24	24,7%
Fibras sintéticas ou artificiais	0,09	9,0%
Tapetes	0,08	8,5%
Café/chá/mate/especiarias	0,05	4,7%
Plásticos	0,04	4,4%
Álcool etílico e bebidas	0,04	4,4%
Outros artefatos têxteis confeccionados	0,04	4,4%
Vestuário exceto de malha	0,04	4,1%
Outras fibras têxteis vegetais	0,04	3,6%
Ferro e aço	0,03	3,4%
Subtotal	**0,70**	**71,0%**
Outros	**0,28**	**29,0%**
Total	**0,98**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020

10 principais grupos de produtos exportados

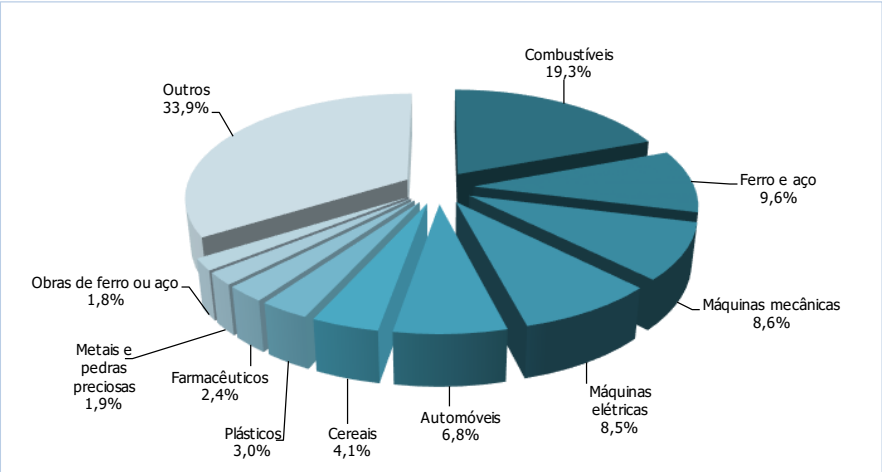


Composição das importações de Nepal
US$ bilhões

Grupos de produtos (SH2)	2019	Part.% no total
Combustíveis	1,87	19,3%
Ferro e aço	0,93	9,6%
Máquinas mecânicas	0,83	8,6%
Máquinas elétricas	0,82	8,5%
Automóveis	0,66	6,8%
Cereais	0,40	4,1%
Plásticos	0,29	3,0%
Farmacêuticos	0,24	2,4%
Metais e pedras preciosas	0,19	1,9%
Obras de ferro ou aço	0,18	1,8%
Subtotal	**6,40**	**66,1%**
Outros	**3,28**	**33,9%**
Total	**9,68**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base em dados do UNCTAD/Trademap, em Abril de 2020

10 principais grupos de produtos importados



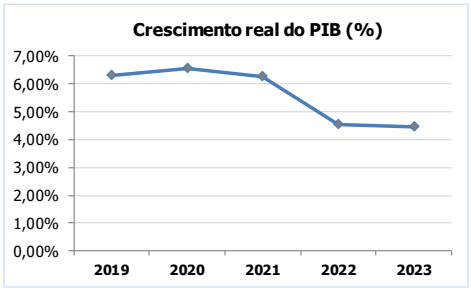
Principais indicadores socioeconômicos de Nepal

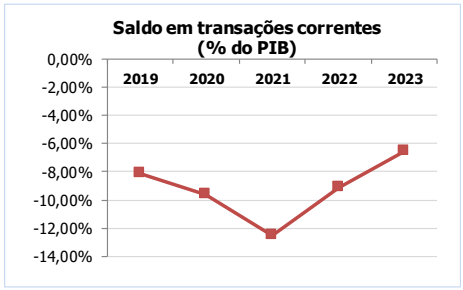
Indicador	2019	2020	2021	2022	2023
Crescimento real do PIB (%)	6,29%	6,54%	6,26%	4,53%	4,48%
PIB nominal (US$ bilhões)	28,81	28,92	33,04	36,07	39,23
PIB nominal "per capita" (US$)	972	965	1.090	1.178	1.267
PIB PPP (US$ bilhões)	2.904,86	3.115,12	3.342,19	3.526,95	3.719,69
PIB PPP "per capita" (US$)	2.905	3.115	3.342	3.527	3.720
População (milhões habitantes)	29,63	29,96	30,29	30,63	30,97
Desemprego (%)	-	-	-	-	-
Inflação (%)(2)	4,62%	5,07%	6,50%	6,20%	5,70%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-8,16%	-9,61%	-12,50%	-9,12%	-6,57%
Dívida externa (US$ bilhões)	-	-	-	-	-
Câmbio (NRs / US$)(2)	114.4	113.4	115.8	-	-

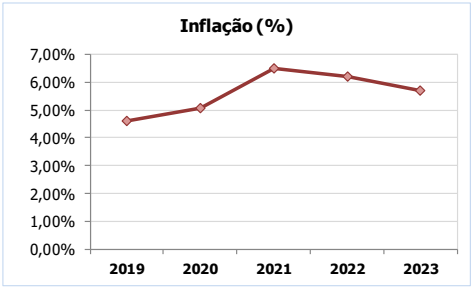
Elaborado pelo MRE/DPIND - Departamento de Promoção da Indústria, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2019, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report April 2020 e da Cia.gov/World Factbook.

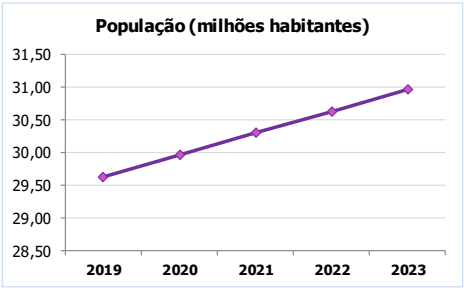
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.









I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *CARLOS ALBERTO MICHAELSEN DEN HARTOG*
CPF.: 992.328.808-06
ID.: 8291 MRE

1956	Filho de Frederik Marinus den Hartog e Dora Michaelsen den Hartog, nasce em 9 de dezembro, em São Paulo/SP
Dados Acadêmicos:	
1980	Ciências Econômicas pela Fundação Armando Álvares Penteado/SP
1982	CPCD - IRBr
1990	CAD - IRBr
2003	CAE - IRBr, Financiamento e Reforma das Nações Unidas (implicações político-orçamentárias para o Brasil)
Cargos:	
1983	Terceiro-Secretário
1987	Segundo-Secretário
1994	Primeiro-Secretário, por merecimento
2000	Conselheiro, por merecimento
2006	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
Funções:	
1984-87	Divisão de Agricultura e Produtos de Base, assistente
1987-90	Missão junto à CEE, Bruxelas, Terceiro-Secretário e Segundo-Secretário
1990-93	Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, Segundo-Secretário
1993-1995	Presidência da República, Subsecretaria de Assuntos Estratégicos, assessor e Chefe de Gabinete, substituto
1995-98	Departamento das Américas, Coordenador-Executivo
1998-2001	Missão junto à ONU, Nova York, Primeiro-Secretário e Conselheiro
2001-04	Embaixada em Assunção, Conselheiro
2004-09	Embaixada em Pequim, Conselheiro, Ministro-Conselheiro, comissionado, e Ministro-Conselheiro
2009	Subsecretaria-Geral Política I
2009-11	Departamento de Organismos Internacionais, Assessor Técnico
2011-15	Embaixada do Brasil em Roma/FAO, Ministro-Conselheiro.
2015	Embaixada do Brasil em Kingston, Embaixador
Condecorações:	
2007	Medalha Mérito Santos-Dumont
Publicações:	
1989	O Brasil e o Oriente Médio, in Danese, Sergio (org.) Ensaios de História Diplomática Brasileira, FUNAG, Brasília

LUIS PINTO COSTA
Chefe, substituto, da Divisão do Pessoal

EMBAIXADA DO BRASIL EM KATMANDU

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADORA MARIA TEREZA MESQUITA PESSÔA

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO RELACIONAMENTO BILATERAL

O Brasil e o Nepal estabeleceram relações diplomáticas em 1976. O Nepal estabeleceu sua Embaixada em Brasília, a única na América Latina, em 2010. A Embaixada do Brasil em Katmandu foi aberta em setembro de 2011. A Seção Consular foi aberta ao público em fevereiro de 2012. O Brasil é o único país latino-americano a contar com embaixada residente em Katmandu e, além do Egito, o único país em desenvolvimento de fora do continente asiático a ter estabelecido embaixada residente no país.

2. Antes do estabelecimento mútuo de embaixadas residentes, a representação do Brasil no Nepal era cumulativa com a Embaixada em Nova Delhi e a do Nepal no Brasil com a Embaixada do país em Washington. Durante cerca de 23 anos, o Brasil contou com cônsul honorário em Katmandu. O corpo diplomático em Katmandu não é extenso, contando-se 26 embaixadas, a maioria de países doadores, designados "Parceiros do Desenvolvimento".

3. Cheguei ao Nepal em 10 de março de 2015 e apresentei credenciais ao presidente Ram Baran Yadav, primeiro chefe de estado do Nepal republicano, em 16 do mesmo mês.

4. Para o Nepal, o interesse no Brasil se concentra mormente no setor hidrelétrico. Consta dos livros didáticos adotados no país ser o Nepal segundo apenas depois do Brasil em abundância de recursos hídricos. Existe curiosidade e simpatia pelo País no Nepal.

5. Recentemente, no contexto de campanha para a eleição do candidato brasileiro ao Tribunal Internacional de Direito do Mar (TIDM), professor Rodrigo More, organizei com o "Institute of Foreign Affairs", de pesquisa de relações internacionais, ligado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, interação do candidato com acadêmicos, diplomatas e imprensa, a primeira de um especialista brasileiro naquela instituição.

INTERESSE NA CULTURA E ESPORTE DO BRASIL

6. A predileção compartilhada pelo futebol é elemento de identificação com o Brasil. A música popular brasileira é também apreciada no país, figurando sempre no maior festival de jazz do Himalaya, o "Jazzmandu"; a bossa nova figura no currículo do "Jazz Conservatory", sediado em Lalitpur, uma das três

cidades conurbadas do Vale de Katmandu. Desde a abertura da Embaixada, a promoção cultural tem sido marca da presença brasileira no país.

RELACIONAMENTO NA VERTENTE MULTILATERAL

7. O Brasil e o Nepal cooperam na vertente multilateral no âmbito das Nações Unidas, sendo ambos parte no G-77 e China. A participação do Brasil no BRICS, do qual participam as duas potências regionais asiáticas com influência neste país, poderá também ter influenciado a abertura da embaixada do Nepal em Brasília. Brasil e Nepal foram membros fundadores do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, de iniciativa chinesa.

8. O Nepal é líder entre os países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), classificação a cargo do Comitê de Políticas de Desenvolvimento (CPD) da ONU.

CANDIDATURAS

9. Durante minha gestão, o Nepal apoiou as seguintes candidaturas do Brasil a órgãos multilaterais, inclusive no sistema das Nações Unidas:

- Organização Marítima Internacional (IMO) reeleição para a categoria B do Conselho, biênio 2018-19, durante a Assembleia Geral da organização;

- Reeleição, em 09/11/17, do juiz Antônio Augusto Cançado Trindade para o mandato 2018-27, na Corte Internacional de Justiça (troca de votos com a candidatura do Nepal ao Conselho de Direitos Humanos) ;

- Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, novembro de 2017, durante a 21a. Assembleia das Partes da Convenção para a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial;

- Comissário Rodrigo Augusto Viana Galloro, vogal para as Américas no Comitê Executivo da INTERPOL, 29/09/17;

- Embaixador Sílvio José Albuquerque e Siva, perito no Comitê para a Eliminação de Discriminação Racial (CERD) da ONU, mandato 2018-21, em 22/06/17;

- Guilherme Antônio da Costa Júnior, presidente da Comissão do CODEX ALIMENTARIUS, na Assembléia do órgão em julho de 2017;

- Almirante Jair Alberto Ribas Marques, perito brasileiro na Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, na Reunião dos Estados Partes da UNCLOS, junho de 2017; e

- Embaixador José Alfredo Graça Lima, para o órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio, vaga do GRULAC.

10. Atualmente, o Nepal é membro do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, eleito com o apoio do Brasil, e pleiteia reeleição. O Brasil, eleito em outubro de 2019 para novo mandato de três anos, contou, em ambas eleições a que concorreu, com o voto do Nepal com base em reciprocidade.

11. Na qualidade de membro do "Comitê do Patrimônio Mundial" da UNESCO ("World Heritage Committe") o Brasil apoiou o pedido do Nepal de que o patrimônio histórico do Vale de Katmandu, danificado nos terremotos de 2015, não fosse considerado pelo órgão como "ameaçado", o que denotaria que o governo do Nepal não estaria suficientemente empenhado em sua reconstrução.

OUTRAS INICIATIVAS MULTILATERAIS RECENTES

12. O Nepal apoiou a iniciativa, no âmbito da ONU, de negociação de Tratado para a Proibição de Armas Nucleares. Foi objeto de gestão minha junto à Chancelaria nepalesa, por ser o Brasil o único patrocinador com embaixada residente em Katmandu; importante apoio tendo em vista a vizinhança nuclearizada do Nepal: China, membro permanente do CSNU, Índia e Paquistão.

13. O Nepal, a convite da Índia, participou do diálogo entre o BRICS e a Iniciativa da Baía de Bengala para Cooperação Técnica e Econômica Multisetorial (BIMSTEC), em Goa, em outubro de 2017.

ACORDOS BILATERAIS

14. Os dois países assinaram, em 2012, três instrumentos bilaterais: (i) Acordo para dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço, que entrou em vigor por troca de notas; (ii) Acordo Quadro para Cooperação Técnica, que foi ratificado pelo Congresso Nacional em 2018 e plenamente vigente; e (iii) Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas Bilaterais, também assinado em 2012.

O SETOR HIDRELÉTRICO

15. A energia hidrelétrica é vista como veículo para a transformação socioeconômica do Nepal, por sua importância para todos os setores da economia. Contudo, o desenvolvimento atual do setor é mínimo se considerado o potencial estimado de 42.000 MW: apenas 1.5% daquele total. A eletricidade corresponde a apenas 1,82% do consumo de energia no país, sendo o maior consumidor o setor comercial (36,94%), seguido pela indústria (17,25%). O número de licenças concedidas para projetos no setor verificou considerável incremento a partir de 2004/2005 (30 licenças contra 10 no período anterior). O consumo per capita é o menor de toda Ásia meridional. Registra-se grande disparidade na distribuição entre áreas urbanas e rurais. Mesmo após uma década de investimento em energias renováveis em áreas rurais, o acesso é três vezes menor do que em áreas urbanas.

16. Durante minha administração, mantive interação com o "Energy Development Council" (EDC), único órgão nacional que representa, de forma abrangente, os interesses do setor de energia do Nepal, e reúne produtores de energia, associações e instituições financeiras, inclusive fundos, empreiteiros do setor, representantes dos consumidores tanto do setor privado quanto do governo, e reúne sob seu "guarda chuva" os setores de hidroeletricidade, energia solar, eólica, e outras fontes renováveis, responsáveis pela geração de 80% da energia gerada no país. Equipe do Conselho visitou a Embaixada em Katmandu em agosto de 2016.

CONSOLIDAÇÃO DAS RELAÇÕES BRASIL-NEPAL NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES DO BRASIL COM A ÁSIA

17. Julgo que a presença brasileira na Ásia, e na Ásia Meridional em particular, reveste-se de importância para permitir ao país observar e situar-se em sistema multilateral ainda em vias de definição.

18. Nesse contexto, o apoio do Nepal à pretensão do Brasil, no âmbito do G-4, de reforma nas duas categorias de membros do Conselho de Segurança foi também um fator de aproximação. Tal apoio pode ser visto à luz das relações privilegiadas do Nepal com a Índia e da aproximação do Brasil com esse país no âmbito de várias iniciativas tais como os BRICS, IBAS e BASIC.

VISITAS DE DELEGAÇÕES NEPALESAS AO BRASIL

19. Foram as seguintes as principais visitas de delegações nepalesas ao Brasil durante o período de minha gestão

2015: Delegação de 19 empresários nepaleses membros da Câmara de Comércio e Indústria Nepal-Brasil (NBCCI), fundada em abril de 2015, a São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte

2016: Delegação do então Ministério de Assuntos Federativos e Administração Local (MoFALD) visitou Brasília para conhecer aspectos da organização federativa no Brasil, inclusive estrutura fiscal; visitou, ainda, Arapiraca/AL, no contexto da cooperação técnica trilateral Brasil/Nepal/UNICEF para universalização da "Child Grant" e "Cidades Amigas das Crianças".

2017: Delegação chefiada pelo secretário do Gabinete do Primeiro-Ministro Sher Bahadur Deuba (Partido do Congresso Nepalês-NC), senhor Chandra Kumar Ghimire, visitou o Brasil de 19 a 23 de junho para conhecer a estrutura do gabinete da Presidência da República e suas relações com outros órgãos federais, estaduais e municipais.

- Major General Jagdish Chandra Pokharel visitou a XI LAAD, feira de defesa e segurança, no Rio de Janeiro.

- Delegação do "Press Council Nepal", por sugestão do então chanceler Krishna Bahadur Mahara, visitou o Brasil, para conhecer a experiência brasileira na regulamentação da imprensa. Reuniram-se com a Assessoria de Imprensa do MRE e com o SECOM, da Presidência da República.

2018 : CEO do "Nepal Tourism Board", Deepak Raj Joshi, visitou o Brasil em janeiro, na perspectiva da campanha promocional "Visit Nepal 2020", que visava incrementar o número de turistas no país para 2 milhões. A iniciativa teve de ser descontinuada em março passado por causa da pandemia de COVID-19.

- Secretário do Exterior, Shanker Das Bairaghi chefiou a delegação nepalesa à segunda Reunião de Consultas Bilaterais, realizada em Brasília em 24 de janeiro daquele ano.

- Segunda visita ao Brasil de 20 empresários, membros da Câmara de Comércio e Indústria Nepal-Brasil (NBCCI) a São Paulo e Rio de Janeiro. Em São Paulo visitaram a FEIMAC, realizada em abril de 2018 na São Paulo Expo.

CONSOLIDAÇÃO DAS RELAÇÕES BILATERAIS

20. Algumas das áreas em que o Nepal manifestou interesse em conhecer a experiência brasileira estão ligadas ao processo de federalização do país: observação de eleições, administração municipal, funcionamento do federalismo no Brasil e descentralização fiscal.

21. Outra área em que poderia haver interesse, na qual o Brasil tem já ampla experiência de cooperação sul-sul, seria agricultura. Em visita à EMBRAPA, delegação nepalesa externou as seguintes demandas: cultivo de café em terras altas, cuja experiência brasileira em Minas Gerais poderia ser compartida com o Nepal; ervas medicinais; agricultura familiar, pecuária leiteira e cultivo de cana-de açúcar na região plana do Nepal (“Terai”).

22. Quanto ao tema da pecuária leiteira, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento propôs a seu homólogo nepalês, em 2019, modelo de certificado zoosanitário para a exportação de embriões bovinos e bubalinos. O Nepal respondeu à proposta brasileira, que submeti ao secretário-executivo do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento de Rebanhos. O Brasil consolidou as sugestões do Nepal ao modelo de certificado.

23. Em janeiro de 2018, teve lugar em Brasília, ao amparo do memorando assinado em 2012, a primeira Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas, a primeira a ocorrer em formato estruturado. Comentou-se que o Nepal estaria considerando propor ao Brasil a negociação de Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Comércio e Investimentos. Sobre hidreletricidade, foi recordada a retirada do Nepal, em novembro de 2014, do consórcio BRASPOWER. Apesar disso, o embaixador do Nepal no Brasil asseverou ser do

interesse do país atrair investimento brasileiro em pequenas hidrelétricas, o que poderia ser facilitado por estímulo governamental.

24. As áreas acima identificadas poderão ser exploradas no futuro. Em particular, reitero que, no que tange à agricultura, o Nepal poderia beneficiar-se do laboratório virtual (LABEX) da EMBRAPA, cuja plataforma na China, estabelecida por meio de Memorando de Entendimento firmado em 2012 com a Associação Chinesa de Ciências Agrícolas, é coordenado pela Embaixada do Brasil em Pequim.

RELAÇÕES PARLAMENTARES E FEDERATIVAS

25. Em 2013, foi instituído, na Câmara de Deputados, por proposta do deputado Weliton Prado (PROS/MG), o Grupo Parlamentar Brasil-Nepal, integrado por representantes de amplo espectro político. Na atual legislatura, o Grupo ainda não foi constituído.

26. O Parlamento republicano nepalês foi formado apenas após as eleições federais de novembro de 2017. À medida que se consolide o sistema republicano federativo no país, o adensamento das relações interparlamentares poderá contribuir para o diálogo político e para a troca de experiências entre os dois países.

27. Nos últimos cinco anos, alguns parlamentares brasileiros visitaram o Nepal em capacidades diversas: em 2015, o então senador Cristovam Buarque aqui participou de reunião da iniciativa, lançada pelo Premio Nobel indiano Kailash Styarti, "Parlamentares sem Fronteira pelos direitos das crianças"; nesse mesmo ano, a então senadora Fátima Bezerra aqui participou de reunião da iniciativa da UNESCO "Eval Partners", voltada à educação. Em 2019, visitou o Nepal, a turismo, o deputado federal Átila Lins (PP/AM), o qual nos contactou e foi recebido na residência.

28. Parlamentares nepaleses do partido do governo, Madhav Kumar Nepal, ex-primeiro-ministro, e do Comitê Permanente do Partido Comunista do Nepal, e Narayan Kaji Shrestha, ex-chanceler e porta-voz do Partido, visitaram São Paulo para evento internacional na Escola Nacional Florestan Fernandes. Esta foi a segunda visita de Madhav Kumar Nepal ao Brasil.

COOPERAÇÃO TRILATERAL SUL-SUL BRASIL-NEPAL-UNICEF

29. Um dos programas de transferência de renda adotados pelo Nepal, a "Child Grant" , criada em 2009, pretendia ser universal desde o início mas, devido à instabilidade política do país, então ainda em situação pós-conflito, foi concedida apenas a crianças da população vulnerável "Dalit" de até cinco anos de idade, sendo universal somente em Karnali, no extremo oeste do país, por ser região com alto índice de pobreza e baixo índice de desenvolvimento humano.

30. Com vistas a estimular a universalização, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) buscou, a partir de 2016, a cooperação do Brasil, no contexto trilateral Brasil-Nepal-UNICEF, para que o Nepal pudesse beneficiar-se da experiência brasileira nos programas de transferência de renda e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

31. Nesse contexto, delegação do então Ministério de Assuntos Federativos e Desenvolvimento Local (MoFALD) visitou o Brasil em 2016, para interação com órgãos em Brasília e Alagoas (Arapiraca, no contexto do programa do UNICEF cidades amigas das crianças).

32. Representante do Escritório de Assuntos Federativos da Presidência da República, em visita ao Nepal em fevereiro de 2016, visitara em minha companhia e da vice-diretora executiva do UNICEF, a primeira municipalidade nepalesa a ganhar o "status" de "cidade amiga das crianças ("child friendly city"), a saber, Sunwal, Nawalparasi, no Terai, por adequar-se aos indicadores da UNICEF nesse particular.

33. Posteriormente, dois técnicos da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania do Ministério do Planejamento e da Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social, participaram, em Katmandu, de seminário e palestra sobre o tema e de visita de campo ao município de Lalitpur.

34. O então diretor do UNICEF Nepal, Tomo Hozumi, procurou-me, em março de 2019, para comunicar que, como visado pela cooperação trilateral Brasil-Nepal-UNICEF na área de programas de transferência de renda, o governo do Nepal (Ministério das Finanças) comprometeu-se a universalizar a bolsa concedida a menores de cinco anos de idade ("Child Grant") dentro do prazo de três anos. O objetivo da cooperação trilateral foi assim alcançado.

ATUAÇÃO DA EMBAIXADA EM KATMANDU

Setor Consular:

35. O setor Consular da Embaixada em Katmandu, muito valorizado pelos brasileiros aqui residentes, que, antes da abertura da Embaixada, tinham que deslocar-se até Nova Délhi para serviços notariais, foi dos mais ativos durante minha administração, pela ocorrência de diversas crises: (i) dois terremotos de 2015, (ii) no mesmo ano, a suspensão de serviços de gestação substituta aos quais haviam recorrido diversos cidadãos brasileiros; e, (iii) a crise sanitária atual.

A comunidade brasileira em Katmandu

36. O núcleo da comunidade brasileira residente em Katmandu gravita em torno da ONG "Meninas dos Olhos de Deus", associada à nepalesa "Nepalese

Home", dedicada à recuperação de crianças e adolescentes resgatados do tráfico humano. A ONG é parte da iniciativa "World Mobilization" e mantém acordo assinado com o "Social Welfare Council", órgão sob a égide do Ministério nepalês de Mulheres, Crianças e Idosos.

37. Esse núcleo de cidadãos brasileiros estende frequentemente cooperação à Embaixada, seja na ocorrência de desastres naturais como em 2015, seja durante a atual pandemia, quando hospedaram turistas desvalidos e cederam veículos para transporte dos brasileiros repatriados pela embaixada, no mês de abril.

38. Em média, o número de brasileiros residentes no Nepal e matriculados na embaixada é de cerca de 60 cidadãos. O cadastramento eleitoral para o pleito de 2018 foi de 35 cidadãos, o que possibilitou a abertura de seção eleitoral em Katmandu.

39. O estudo e turismo religioso entre os brasileiros, além do de aventura, são os principais motivos de viagens ao Nepal. Katmandu é também sede de vários encontros internacionais, e aqui se realizou, em 2019, reunião do “Intergovernmental Panel on Climate Change” (IPCC), além de outras, inclusive ao amparo das Nações Unidas, que contam com a presença de brasileiros. Apesar dos terremotos ocorridos em 2015, cerca de 600 viajantes brasileiros aqui estiveram naquele ano. No ano seguinte, o número elevou-se a 2.004 viajantes brasileiros

Assistência Consular

40. Os terremotos de 2015, ocorridos em 25 de abril (7.9 na escala Richter) e 12 de maio (7.3), um mês e meio após minha chegada a Katmandu, surpreendeu 262 brasileiros que aqui se encontravam, inclusive em áreas de alta montanha e nos acampamentos de base. A Embaixada entrou em contato com o Departamento de Imigração e com famílias no Brasil por telefone ou mídias sociais, logrando localizar todos os cidadãos, que afortunadamente não sofreram sequer ferimentos. A Embaixada em Nova Délhi disponibilizou diplomata para apoiar os esforços da Embaixada de localizar brasileiros.

41. Diversos correspondentes de grandes veículos da imprensa brasileira se deslocaram até o Nepal para cobrir o desastre. Diversos médicos brasileiros que se encontravam no país voluntariaram-se para dar atendimento de emergência à população local.

42. O Ministério da Saúde do Brasil realizou doação de "kits de emergência" os quais foram por mim recebidos no aeroporto de Katmandu, e entregues a representante da Organização Mundial de Saúde (OMS) no Nepal. Por sua vez, a Associação de Brasileiros de Yokohama enviou doações de víveres e tendas,

entregues pela Embaixada à diretora da ONG "Nepalese Home" para distribuição.

43. Passada a fase crítica dos desastres, o Ministério das Finanças do Nepal organizou "Conferência de Doadores" considerada bem sucedida, e da qual participei.

44. Na segunda metade de 2015, surgiram os casos de gestação substituta contratadas em clínicas no Nepal por brasileiros. Foram ao todo dez casos, cujos nascimentos, inclusive de gêmeos, ocorreram de agosto de 2015 a maio de 2016. A legislação do Nepal proibia desde o começo que as gestantes substitutas fossem cidadãs nepalesas. Eram, então, contratadas mulheres indianas, que permaneciam nas clínicas que prestavam o serviço no Nepal, pelo prazo da gestação. Em agosto de 2015, o Nepal suspendeu a prestação do serviço e a saída dos recém-nascidos. Buscou-se articulação com outras embaixadas em Katmandu que tinham cidadãos na mesma situação, para dirigir carta às autoridades do Nepal no sentido de que o governo autorizasse, em bases humanitárias, a saída dos cidadãos e seus recém-nascidos. Em novembro de 2015, a saída dos recém-nascidos foi autorizada pela imigração nepalesa, e o último caso ocorreu em maio de 2016.

45. Em 2019, cidadão brasileiro foi apreendido no aeroporto e acusado de tráfico de cocaína. Encontra-se preso, aguardando procedimento judicial. Sua situação é acompanha de perto, inclusive durante a pandemia atual, pelos funcionários do setor consular.

46. Em 2020, a partir da adoção pelo Nepal de "lockdown", diversas demandas de assistência consular chegaram à Embaixada. A suspensão de voos domésticos e internacionais deixou diversos nacionais brasileiros isolados. A Diretoria de Turismo do Nepal organizou voos gratuitos para trazer cidadãos estrangeiros isolados em localidades fora de Katmandu até a capital. A Embaixada foi autorizada pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores a contratar voo "charter" até Nova Délhi, de onde os 33 cidadãos brasileiros procedentes do Nepal retornaram ao Brasil com a assistência das embaixadas em Katmandu e Nova Délhi, em 14 de abril do ano em curso.

VISTOS E EMIGRAÇÃO IRREGULAR

47. Em 2012, o Brasil e o Nepal assinaram Acordo de Dispensa de Visto em Passaportes de Diplomáticos e de Serviço, muito valorizado pelas autoridades nepalesas, cujas viagens ao Brasil são facilitadas pelo instrumento.

48. A obtenção de visto por parte de cidadãos nepaleses não é fácil, uma vez que o país é foco de emigração irregular e tráfico de pessoas. Essas circunstâncias requerem detido exame da documentação e entrevistas com os postulantes. Após ter sido a embaixada em Daca autorizada a suspender a

concessão de vistos, postulantes daquele país vizinho passaram a vir a Katmandu, tornando necessário intensificar esses cuidados.

49. Recordo que, logo após os terremotos de 2015, verificou-se aumento de tentativas de tráfico de pessoas. Nesse contexto, fui chamada à Chancelaria em vista de contrato assinado por agência local para contratação de mais de uma centena de pessoas, mormente mulheres, para prestação de serviço doméstico no Brasil. Consultada sobre se o Brasil tinha política de importar trabalho doméstico, respondi negativamente. A tentativa não logrou sucesso.

O Brasil na rota da emigração irregular: Relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Crime e Drogas (UNODC)

50. Compareci, em 6/11/19, ao lançamento, em Katmandu do "Multi Country Study on the Smuggling of Migrants and Trafficking in Persons from Nepal", desenvolvido pelo Escritório Regional do UNODC para a Ásia Meridional (ROSA), com sede em Nova Delhi. O estudo conclui que o Brasil se tornou um dos principais pontos na rota de migração irregular e tráfico de pessoas com destino à América do Norte, EUA em particular.

51. O maior contingente de migrantes irregulares no Brasil provém do Bangladesh. No Nepal, cerca de 1.500 trabalhadores migrantes deixam o país por dia. Estima-se que 3.2 milhões de nepaleses estariam trabalhando irregularmente em países outros que a Índia - Brasil inclusive -, embora não desejem, diferentemente dos bengaleses, radicarem-se definitivamente no País.

Setor Cultural

52. A difusão cultural foi a marca desta embaixada desde sua abertura em 2012. A embaixada contribuiu para a realização do Segundo Festival Internacional de Artes de Katmandu, em 2012, além da realização, naquele mesmo ano, de expressiva exposição de fotos de Maureen Bisilliat, do acervo do Instituto Moreira Salles.

53. Há no Nepal escasso conhecimento da realidade brasileira e da produção cultural no Brasil. Não há traduções de livros brasileiros em nepalês. O posto tem divulgado às editoras locais o programa de fomento à tradução iniciado pela Biblioteca Nacional.

54. Em 2016, promovi evento, juntamente com a Câmara de Comércio e Indústria Nepal-Brasil, para recepcionar os atletas nepaleses que participaram dos jogos olímpicos e paraolímpicos no Brasil. O presidente do Comitê Olímpico local participou do evento, bem como o embaixador Tara Prasad Pokharel, designado para a embaixada em Brasília.

55. Até 2016, quando aqui promovi pela primeira vez o evento "Sampling Brazilian Cinema", o cinema brasileiro não havia sido objeto de promoção no

Nepal, com exceção da participação pontual de diretores brasileiros em festivais de cinema.

56. Ainda em 2016, no contexto dos 40 anos de relações diplomáticas entre os dois países, além do evento de cinema, ofereci recepção comemorativa do aniversário das relações bilaterais. Na ocasião, convidei as crianças da escola mantida pela ONG "Meninas dos Olhos de Deus", para cantar o hino nacional nepalês.

57. A primeira mostra de cinema que aqui organizei teve lugar no Centro Cultural "Yala Maya Kendra", em Patan. Foram exibidos no dia 11/12 de novembro de 2016, "O Palhaço", de Selton Mello, e "Brasileirinho", documentário sobre choro, de Mikas Kausrismäki e Marcos Forster. Em 18/12, "Yatra", documentário de Melissa Flores sobre peregrinação de grupo de brasileiros aos oito lugares sagrados do Budismo, rodado na Índia e no Nepal, que julguei pertinente pelo contexto cultural e foi muito apreciado pela plateia, tendo registrado o público mais numeroso da mostra.

58. Também sem custos e com a devida autorização da autora, foi traduzido para o newari ("Nepal Bahasa") - língua do Vale do Katmandu -, e aguarda publicação em revista da Academia de Letras do Nepal, o conto "Jacareacanga", da escritora cearense Socorro Acioli, traduzido para o inglês por Daniel Hahn, vencedor do "Dublin Booker Prize".

59. Por fim, associei-me, também sem ônus, ao festival internacional de curta metragens "Ekadeshma" ("Era uma vez"), no qual foi exibido o curta brasileiro "Estás vendo coisas", de Bárbara Wagner e Benjamin de Burca, também selecionado pelo 67o Festival de Berlim e para a Bienal de Veneza em 2017.

60. O evento de cinema voltou a ser promovido em 2017, desta vez no auditório do "Tourism Board Nepal", localizado na área central de Katmandu e divulgou documentários brasileiros: "O relógio de Meu Avô", de Alex Levy Heller; "Brasileirinho", de Mikas Kaurismäki e Marcos Forster; e, "Margaret Mee e a Flor da Lua", de Malu de Martino.

61. Já em 2018, visando atingir o público jovem e estudantes de cinema, surgiu a ideia de associação com os organizadores do festival para divulgar nosso evento anual de cinema. Assim, em 30/11/18, realizou-se o evento "Brazil Yala Night", com exibição do filme brasileiro "Margaret Mee e a Flor da Lua", de Malu de Martino, do acervo da Embaixada, e o curta nepalês "Kamaro" ("O Servo da Gleba") de Arun Deo Joshi, produzido por Nisha Shrestha, curadora do "Yala International Independent Film Festival".

62. Em 2019, também em associação com os promotores do Festival "Yala International Independent Film Festival", agora já em interlocução com o curador do festival de Gramado, RS, foi exibido, no Hotel Himalaya, em Patan o filme de

Vicente Amorim "O Caminho das Nuvens" e o nepalês "Lazza". O evento contou com apresentação de bossa nova pelo trio do "Nepal Jazz Conservatory" e de capoeira, pelo Grupo "Capoeira Nepal". A modalidade de luta marcial brasileira foi introduzida no Nepal em 2018 pelo cidadão nepalês-britânico Suroj Lama, que trabalha com crianças carentes, usando a capoeira para estimular sua autoestima e desenvolvimento motor.

63. A Embaixada também distribuiu CDs do programa "Brazilian Hour" para emissoras de rádio difusão.

Promoção Comercial

64. Muito embora a Embaixada em Katmandu não conte formalmente com setor de promoção comercial, essas atividades figuram na atuação da missão diplomática no Nepal, impulsionada também pelo interesse do empresariado local no Brasil tanto como exportador, entre outros, de material de construção, açúcar, sacarose, calçados, quanto enquanto mercado para produtos nepaleses. Cito, por exemplo, que o Brasil se tornou mercado alternativo para têxteis do Nepal, após esses produtos não terem sido contemplados pelos EUA com tratamento preferencial até 2025, ao amparo do "Trade Facilitation and Trade Enforcement Act", de 2015.

65. Quando aqui cheguei, em 2015, foi-me dado presidir sobre o lançamento da Câmara de Comércio e Indústria Nepal-Brasil (NBCCI), que já vinha se formando desde janeiro daquele ano. Como acima referido, em 2015 e 2018 delegações de membros da NBCCI visitaram capitais brasileiras. Em 16 de maio de 2016, a NBCCI organizou sua I Reunião Anual Geral tendo como convidado de honra o então Ministro do Comércio, Jayanta Chand. Em 2017, a NBCCI já contava com mais de cem membros de diversos setores da economia nepalesa.

66. Mantive interação constante com a Federação das Câmaras de Comércio e Indústria do Nepal (FNCCI); com a Confederação de Indústrias do Nepal (CNI) , cujo presidente até 2019, Senhor Hari Bakta Sharma, empresário da indústria farmacêutica, era importador de sacarose do Brasil; e, com a Câmara de Comércio do Nepal, presidida por Rajesh Kazi Shrestha, tendo sido sempre convidada para eventos, inclusive com a presença da Presidente da República Bidhya Devi Bhandari.

Oportunidades para exportação de produtos brasileiros

67. No que tange às oportunidades comerciais para o Brasil, há algum interesse na importação de carne bovina, visando o mercado chinês através do Nepal, além de soja e milho para ração animal.

68. A EMBRAER realizou, em 2019, voo de demonstração até o Everest do jato EMBRAER 190-E2. O voo foi organizado pelo escritório da empresa em Cingapura e pela "Buddha Airlines", empresa doméstica nepalesa. A aeronave

prestar-se-ia bem para voos domésticos ou até internacionais de curta duração na região.

69. O Grupo nepalês "Shrinagar", do setor do agronegócio manifestou interesse em importar do Brasil soja e milho para a produção de ração animal. O Diretor Gerente da empresa explicou-me que importa esses insumos primariamente da Índia, mas gostaria de examinar a possibilidade de diversificar fontes, uma vez que por vezes o produto indiano é escasso fora da estação, ou sujeito a flutuações na oferta e preço.

70. Creio que estratégias para a promoção comercial no Nepal, país mediterrâneo e altamente dependente da Índia, devem levar em conta o entorno regional.

71. Ressalto a perda do mercado de açúcar e derivados, em particular no que tange à sacarose, cuja prática incisiva pela Austrália de menores preços deslocou o produto brasileiro no mercado nepalês. Parte do açúcar aqui importado proviria do Brasil mas negociado em Singapura, entraria no Nepal através de Bangladesh. Esse quadro se agravou posteriormente, quando o governo local suspendeu, a pedido dos produtores locais, as importações de açúcar, medida que foi internamente contestada pois resultou em escassez e consequente aumento do preço.

72. Há certo interesse na importação de carne bovina destinada ao mercado chinês. Apesar de ser país de maioria Hindu, o consumo de carne em áreas urbanas do Nepal tem apresentado rápido crescimento. Os nepaleses em geral consomem, e apreciam, carne de búfalo e de caprinos; o consumo e importação de carne bovina não são proibidos. Por ser país turístico, os hotéis e restaurantes de melhor categoria, além de escolas de hospitalidade, servem carne bovina. A produção interna, contudo, não acompanha a demanda. O país importa carne processada, animais em pé e carne congelada, especialmente da Índia e da Região Autônoma do Tibete, na China.

Indústria de Defesa

73. A importação de armamentos pelo Nepal, em preços constantes de 1990, registrou a maior variação percentual em quase duas décadas em 2018, quando atingiu US$ 7,000,000, ou seja, 600% em relação ao total de 2017 US$ 1,000,000, quando o crescimento fora negativo (-87.50 %). Já o dispêndio militar sofreu, naquele mesmo ano, queda em relação ao ano anterior de -1.53 % , após uma década de incremento constante que atingiu seu ápice em 2010 (21.58%). O país não conta com indústria de defesa e não há feiras desse setor.

74. O orçamento anual estimado do Exército nepalês em 2010 era de cerca de US$ 60 milhões, que não inclui a assistência militar recebida da Índia, China

e Estados Unidos. A maioria das importações de produtos de defesa pelo Nepal provém das duas potências asiáticas vizinhas.